ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO



VOLUME VII

AVEIRO
1941

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES
ESTRADA DE ESGUEIRA — AVEIRO

Composto e impresso na TIP. DA GRÁFICA DE COIMBRA
Largo da Feira — COIMBRA

N.º 25 — Março, 1941

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA

PROSSEGUINDO...

MAIS um ano caiu sôbre a fundação do ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, levada a cabo em horas esperançosas de 1935.

Observando o caminho percorrido, julgam os seus fundadores que algo se tem feito em prol da região que lhes foi berço. No seu primeiro fascículo, fêz o ARQUIVO promessas que, melhor ou pior, tem procurado cumprir. Lia-se no número de abertura: «aqui serão publicados documentos de tôda a espécie, sem esquecer os forais dos actuais concelhos e dos concelhos extintos, e reproduzida tôda a casta de monumentos; e aqui se publicarão estudos relativos à linguagem, costumes, tradições, aspectos da paisagem, geografia, geologia, economia, riquezas e indústrias, meios de comunicação, homens notáveis do passado e do presente, etc., etc.».

Com efeito, fazendo o inventário do que no ARQUIVO tem vindo a lume, encontraremos já os seguintes assuntos, versados pelos diferentes colaboradores, sem distinção de prioridades:

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA — João Domingues Arede, A. G. da Rocha Madahil, Ferreira Neves, João Martins da Silva Marques, Prof. Mendes Correia, Miguel de Oliveira, António de Pinho, Conde da Borralha, Serafim Leite, Belisário Pimenta, A. Pinto Ferreira, Celeste Costa, Pedro Vitorino, João Jardim de Vilhena, J. Pinto Loureiro, E. de Almeida Souto, Soares da Graça, Manuel Rodrigues Simões Júnior, Vaz Ferreira, D. Fernando de Tavares e Távora, Zagalo dos Santos, Manuel F. de Sá, Prof. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José Inácio da Costa e Silva, A. Ferreira Pinto, Álvaro Fernandes, Melo e Castro, Alfredo Kennedy Falcão, A. G. Soares de Azevedo;

GEOLOGIA — Alberto Souto, Prof. Carrington da Costa, Carlos Teixeira;

COSTUMES, TRADIÇÃO, ETNOGRAFIA — A. G. da Rocha Madahil, Deniz Gomes, Soares da Graça, José Luciano Lôbo, José Tavares, André dos Reis, Manuel Rodrigues Vieira;
LITERATURA — Prof. Agostinho de Campos, Álvaro Fernandes, José Tavares;
RIQUEZAS — Tomáz Tavares de Sousa, José Luciano Lôbo, Melo e Castro, Abel Urbano, José Tavares;
GEOGRAFIA — Prof. Amorim Girão;
POESIA — Vaz Craveiro, André dos Reis.

Mas noutra modalidade ainda se tem verificado a acção do ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO ao serviço da cultura regional, importando desde já registá-la: como extensão *da revista se deve considerar a interessante floração de monografias de localidades do nosso distrito que desde o seu 1.º volume teem surgido; algumas delas, documentalmente subsidiadas por estudos aqui publicados; outras, directamente servidas, e da melhor vontade sempre, por aquêles dos directores do ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO mais em contacto com as fontes históricas apropriadas; tôdas elas, finalmente, conseqüência segura do incitamento ao trabalho sério de investigação histórica regional nestas páginas preconizado, defendido e exemplificado.*

Esta inegável acção de coordenação de esforços em favor da História distrital, e o contacto estabelecido entre os investigadores e os directores da Revista, teem proficuamente frutificado por todo o distrito e não serão, certamente, dos aspectos menos dignos de consideração quando um dia se fizer o balanço dos resultados da actividade do ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, que outro intuito não tem senão concorrer para o melhor conhecimento e para o conseqüente progresso desta inconfundível região administrativa.

Nesta abertura do seu 7.º ano de existência nada há, pois, a acrescentar nem a prometer de novo: o ARQUIVO prossegue na senda já traçada; devagar, porventura, mas com vontade de ir mais longe.

Aveiro, Março de 1941.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

NAU "PORTUGAL"

CONFERÊNCIA FEITA NA SEDE DA «ORDEM DOS ENGENHEIROS» EM 23 DE NOVEMBRO DE 1940

PREÂMBULO

PARECE agora sestro meu isto de salvar navios.

Em período inferior a doze meses, três importantes casos ocuparam a minha atenção.

Dos dois primeiros, relativos ao rebocador «Cabo Sardão» e à draga «Alcântara», dei conta à Ordem em tempo oportuno.

Agora trata-se da «Nau Portugal», e aqui estou para relatar quanto se fêz.

Sofram-me o auditório e os leitores as minhas deficiências e supram-nas, por favor, como melhor fôr.

* * *

Na imprensa diária da Capital, de segunda-feira, 8 de Julho de 1940, lê-se a seguinte notícia textual:

> «A Nau «Portugal» na ocasião do seu lançamento à água sofreu um pequeno acidente que a não impedirá de figurar na Exposição dentro de 15 dias.
>
> Na ocasião do seu «bota-abaixo», ao entrar na ria de Aveiro, a «Nau Portugal» partiu uma das talhas dos cachorros da carreira e galgando sôbre o inclinado elevou-se, perdendo o centro de gravidade. Êste facto deu origem a uma aparatosa inclinação do barco, que adornou para estibordo. Só daqui a alguns dias voltará à sua posição vertical. O incidente em nada afecta a sólida construção do navio nem a sua estrutura.
>
> No tejadilho da nau seguiam cêrca de 70 pessoas que, como é natural, sofreram um susto e algumas ficaram com ligeiras escoriações.

Dentro de 15 dias, aproveitando as marés vivas, a nau deverá saír da ria de Aveiro, e figurar na Exposição do Mundo Português».

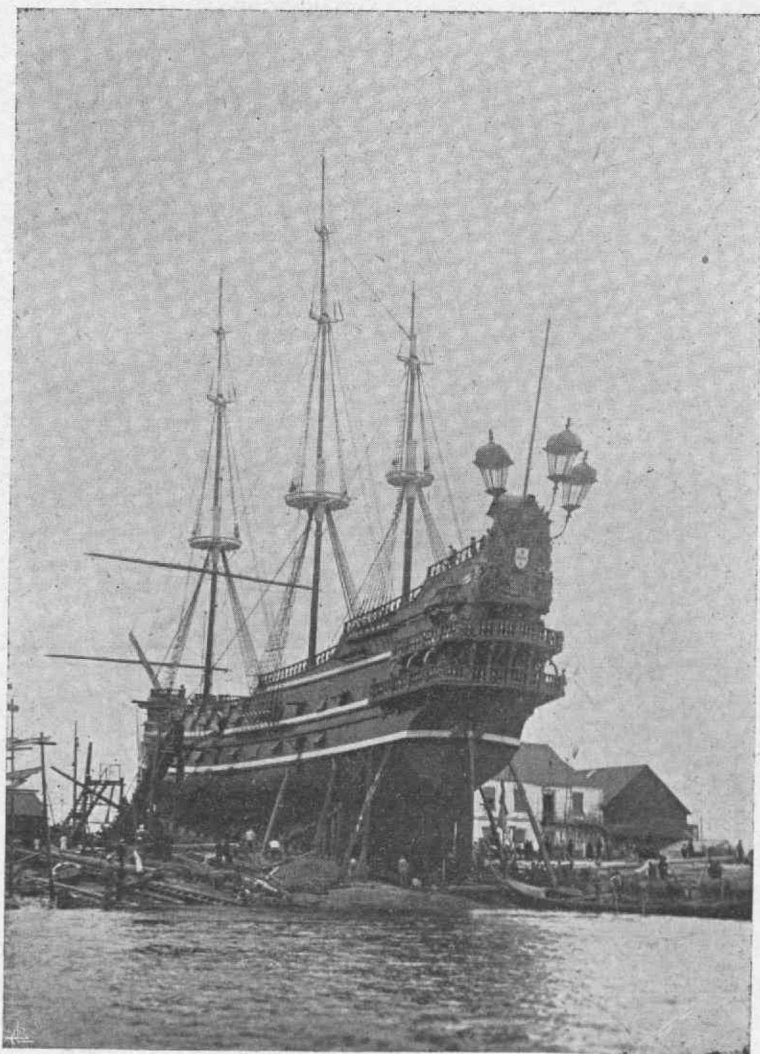


Fig. 1
A nau *na carreira, na Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, pouco antes de ser lançada à água.*

Notícia de leigo para leigos, há nela evidente louvável boa intenção, ante a qual a afirmada *perda do centro de gravidade*

da nau, *conseqüência de se haver partido uma das talhas dos cachorros da carreira* e *causa* do emborcamento e afundamento do navio, é coisa pouca.

O autor da notícia não é técnico nem assistiu ao lançamento da nau; aliás, não nos teria falado em *tejadilho,* em *perda de centro de gravidade,* que nada é, e em *cachorros da carreira,* expressão sem nexo, nem teria dito que o navio tinha sofrido um *pequeno acidente* que consistia em ter-se adornado para estibordo, quando em verdade êle se deitou e se afundou e o acidente não foi portanto tão pequeno como isso.

Tejadilho deve estar em lugar de tombadilho.



Fig. 2
Outro aspecto da nau *no estaleiro.*

Na sobredita segunda-feira, à tarde, significou-me S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações o desejo, para mim honroso, que tinha S. Ex.ª o Ministro da mesma pasta de saber a minha opinião sôbre o triste acontecimento.

¡ Triste, na verdade !

A « Nau Portugal » afundara-se; era preciso correr a salvá-la.

Aquêle nome simbólico impunha decisão e acção enérgicas e imediatas.

Mais do que o péssimo efeito moral da sua ausência da Exposição e dos não pequenos prejuízos materiais derivados da sua perda, era para mim, nada supersticioso, a impressão que me causara o afundamento, não de qualquer navio, mas da « Nau Portugal », expressão sinónima de « pátria portuguesa ».

Símbolo expressivo da nossa acção civilizadora no mundo, não poderíamos ser insensíveis à sua perda; antes, era de todos o desejo imenso de recuperá-la quanto antes.

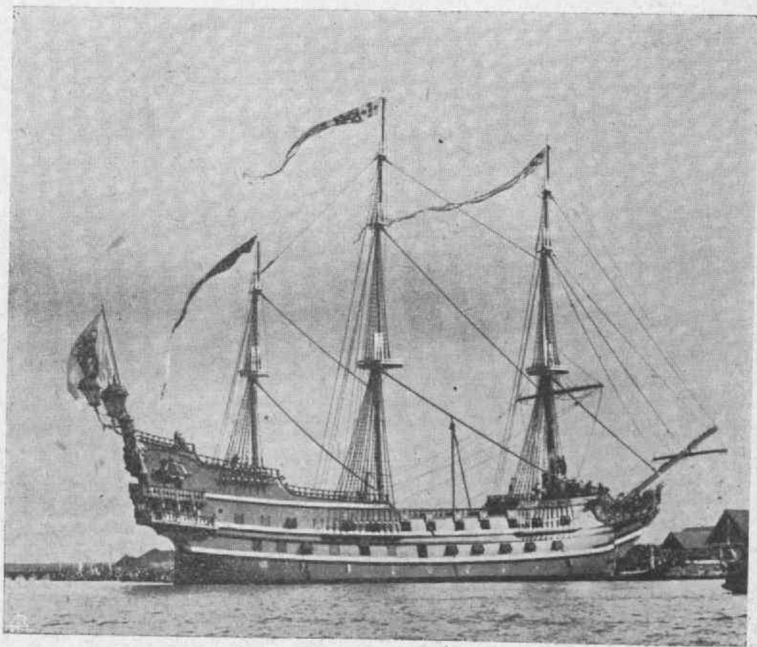


Fig. 3

A nau após o seu lançamento à água, em 7 de Julho de 1940.

(Testemunhas oculares asseguram que apenas manteve esta posição por espaço de tempo inferior a um minuto).

Em satisfação, pois, do desejo do citado membro do Govêrno, logo no dia seguinte, terça-feira, 9, fui a Aveiro, em visita de inspecção à nau virada e afundada.

O estaleiro onde ela foi construída e que pertence ao construtor naval Manuel Maria Bolais Mónica está situado no lugar da Gafanha da Nazaré, a quatro quilómetros da cidade de Aveiro.

Ali estive examinando a nau e, no mesmo dia, concluído o exame, regressei a Lisboa.

Em 11, quinta-feira, dirigi a S. Ex.ª o Subsecretário de Estado um ofício (N.º 2904) dando conta do que vira e do que pensava que se devia fazer. São dêle os passos que se vão ler.

«O navio, ao chegar à água, portanto logo após o lançamento, adornou para E. B. e deitou-se.

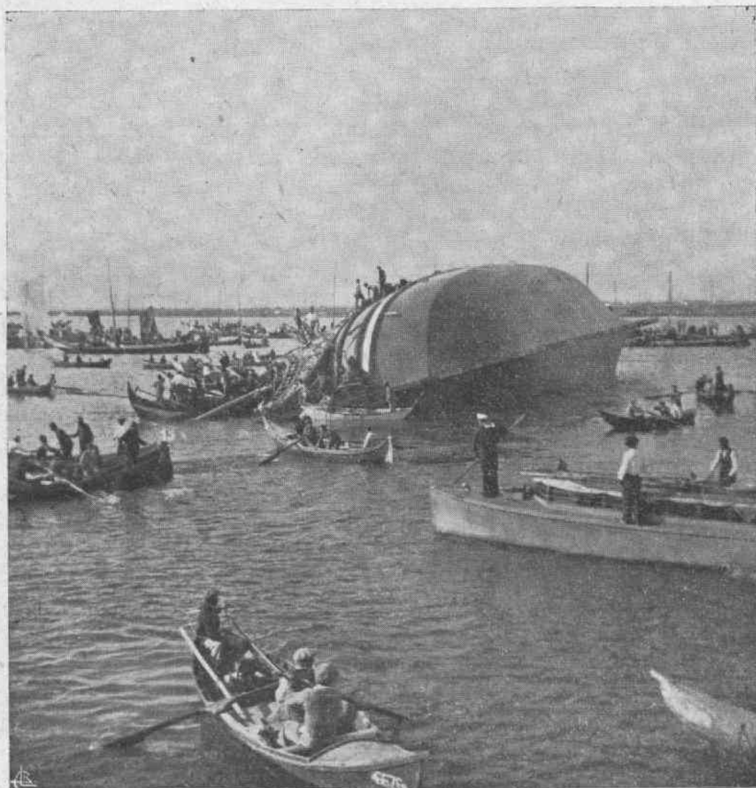


Fig. 4
Posição em que ficou a nau *momentos depois de ter sido lançada à água.*
(Fotografia obtida na própria tarde do desastre)

«Cálculos e desenhos de construção não os obtive ainda, de modo que impossível me é dizer se a causa do fenómeno reside em defeito de estabilidade originário, se a perda desta se deve a encalhe.

No primeiro caso, haverá que dar ao navio as condições de estabilidade que lhe faltarem para o manter na posição direita.

Para o endireitamento convirá espiar o navio com robustos cabos abraçando-o em forma de tira-vira e ligados a ferros unhados fortemente em pontos convenientes da ria, do lado do convés.

Do lado da quilha haverá que abrir uma vala de profundidade, largura e comprimento convenientes.

« Esta operação fará que o barco gire em tôrno do eixo criado pelo espiamento referido.

Fechadas as aberturas do casco e esgotada a água do seu interior, o navio flutuará.

Para garantia da posição direita, serão os mastros convenientemente espiados. Estas espias serão suprimidas, garantida que seja a estabilidade do barco.

Todo êste trabalho se fará com a draga escavadora « Engenheiro Matos » e o rebocador « Cabo da Roca » desta Administração Geral. Ambos em reparação neste momento, deverão estar prontos para seguir ainda esta semana.

Alguns trabalhos exigirão a presença de mergulhadores, para o que se enquadrarão na brigada que fôr destacada para Aveiro para os serviços de recuperação da « Nau Portugal ».

Esta Administração Geral, a quem não interessam pròpriamente serviços desta natureza por não estar convenientemente aparelhada para os executar, poderá, se êsse fôr o desejo de V. Ex.ª, encarregar-se dêles, e em tal hipótese — afirmo-o desde já a V. Ex.ª — porá tôda a sua competência, vontade e energia para fazer flutuar o navio em curto prazo de tempo.

Poderá entender-se com o seguro na base universalmente aceita: *no cure, no pay*. Em caso de resultado positivo, receberá o que for combinado entre o mesmo seguro e esta Administração Geral.

Parece-me bem levar ao conhecimento de V. Ex.ª estas considerações, antes mesmo de ter nas minhas mãos todos os elementos necessários à formação dum juízo exacto sôbre a questão posta, porque os trabalhos que preconizo são de fazer-se, quaisquer que sejam os resultados dos estudos feitos sôbre êsses elementos.

Estas considerações são pois uma especie de preâmbulo a outras que terei de fazer em tempo oportuno.

Não posso fazer uma idea perfeita do que se vai gastar; mas, ficaremos seguramente dentro de limites razoáveis e a Administração Geral do Pôrto de Lisboa tem possibilidade legal, orçamental e financeira para executar o trabalho e fazer face aos encargos ».

Por despacho do mesmo dia lançado sôbre êste ofício, foi esta Administração Geral encarregada por S. Ex.ª o Ministro

das Obras Públicas e Comunicações de orientar e dirigir os trabalhos para pôr a flutuar a « Nau Portugal ».

Prevendo êste despacho e com o intuito de andar depressa, mal regressei de Aveiro, em 10 portanto, ordenei aos serviços competentes que se activassem, simplificassem e abreviassem os trabalhos a fazer no rebocador « Cabo da Roca », na draga

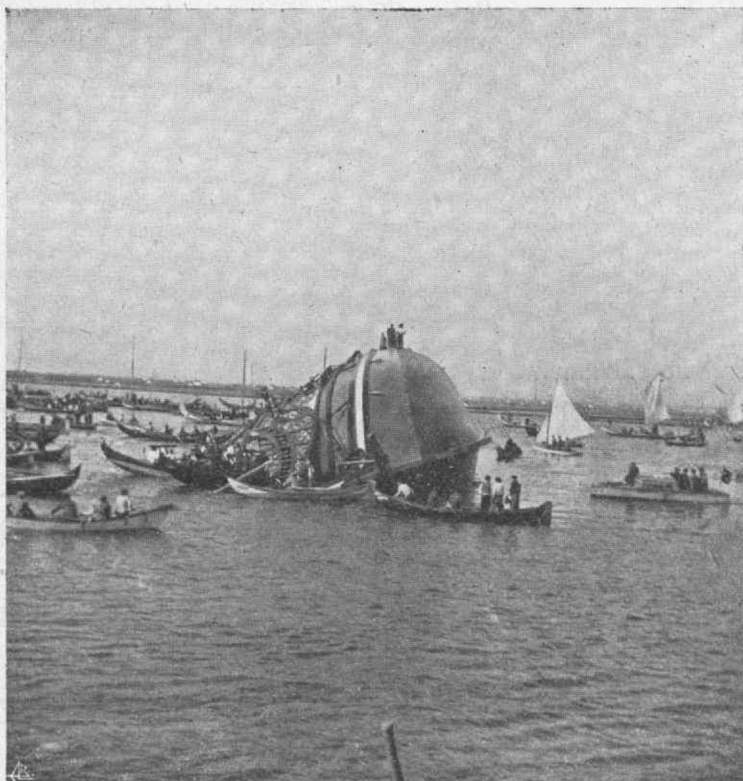


Fig. 5
Outro aspecto da nau *deitada, tirado na mesma ocasião do antecedente.*

« Engenheiro Matos » e na cábrea « Adolfo Loureiro » a fim de os poder enviar para Aveiro no mais curto prazo de tempo possível.

Ordenei outro-sim ao chefe dos mesmos serviços que partisse imediatamente para ali a fim de me colher elementos relativos à navegação na barra e na ria, cotas e natureza de fundos, correntes de enchente e de vasante, recursos, etc.

Em 16, pelas dezanove horas e cinqüenta minutos, largaram para Aveiro, a cuja barra chegaram às onze horas e vinte minutos de 18, o rebocador e a draga.

Nortada rija que soprou na costa foi causa de tamanha demora.

Devido a não ter a draga especiais condições para o mar, as duas unidades recolheram à protecção do Cabo Mondego pelas catorze horas de 17, e só no dia seguinte, pelas seis horas, suspenderam de Buarcos.

Na Gafanha da Nazaré fundearam pelas quinze horas e dez minutos do mesmo dia.

O «Cabo da Roca» regressou imediatamente a Lisboa, a-fim-de prestar, se fôsse necessário, auxílio ao vapor americano «Nashaba» que estava encalhado na praia de S. Julião, próximo da Ericeira, e de rebocar para Aveiro a cábrea «Adolfo Loureiro» cujos preparativos para a sua largada para o mar estavam em via de acabamento. Com efeito, estas duas unidades, logo em 21, pelas cinco horas, largaram para Aveiro onde fundearam em 22, pelas dezasseis horas, próximo da nau e da draga.

E desta forma se juntaram todos os elementos com que se ia operar no salvamento daquele navio, e depois na sua libertação.

* * *

Além dêste preâmbulo, consta o presente trabalho de dois capítulos distintos: «Salvamento» o primeiro, e «Libertação» o segundo.

No primeiro não só se mostra como resolvi o problema e como se operou, mas ainda faço uma ligeira descrição da nau e algumas considerações sôbre as condições de estabilidade desta.

No segundo, além dos trabalhos feitos expressamente para tornar possível a travessia da ria e a passagem da barra de Aveiro, há uma ligeira referência à condução da nau para Lisboa.

SALVAMENTO

A «Nau Portugal» é uma nau portuguesa dos fins do século XVII cujas dimensões principais são:

Comprimento entre perpendiculares	$41^{m},200$
Bôca máxima na linha de água carregada. . .	$11^{m},400$
Pontal contado do fundo da querena a meio à linha recta dos vaus do pavimento superior	$7^{m},500$

A sua construção foi cometida ao construtor naval da Gafanha da Nazaré, Manuel Maria Bolais Mónica.

NAU PORTUGAL
PLANO DE FORMAS

Fig. 6
Plano de formas da nau « Portugal »

Trata-se dum empírico, bom homem, mal sabendo traçar a própria firma, consumado carpinteiro de machado, com larguíssima prática de construção naval de madeira e com um sentido especial, direi atávico, em trabalhos dêste género de construção, que o torna verdadeiro mestre da especialidade.

Mestre Mónica pertence a uma família de construtores cujos membros nascem já com especiais aptidões para êste mister e em que os pais transmitem aos filhos conhecimentos e segredos da arte. Isto, em gerações sucessivas, o que permite classificar esta família simples como verdadeira dinastia de construtores navais de madeira, lídima representante daqueles antigos construtores portugueses que fabricaram os navios que nos levaram às descobertas marítimas e que na sua arte, mestres como ninguém, davam lições ao resto do mundo, guardando para si segredos que depois passavam para filhos sòmente.

Esta gente, com o instrumento perigosíssimo que é a enxó, faz peças, verdadeiras maravilhas, que nos fazem cismar como pôde o artista ajeitar-se para as fazer tão perfeitas.

O próprio mestre Mónica, referindo-se à habilidade de um dos irmãos, de nome Benjamim, não escondia a sua admiração pela arte dêste, êle, o artista insigne que todos admiram.

Dir-se-ia que o carpinteiro de machado conversa com a enxó, e esta com êle: que se entendem.

Além de tudo isto ainda, a família Mónica é benemérita porque emprega na sua indústria dezenas e dezenas de braços.

¡Bem haja quem tais dotes tem!

Apontar méritos é sempre agradável, e certamente os meus ouvintes e leitores relevarão o parêntesis aberto para tal fazer.

Reatando o fio das considerações encetadas neste capítulo, direi que, além dum plano geométrico ou de formas que serviu para a construção da nau (fig. 6) nenhum outro elemento logrei obter.

Cálculos de querenas direitas e inclinadas, de robustez do navio, de lançamento à água, enfim, tudo o que pudesse servir para ajuizar da bondade do navio e do que lhe aconteceu ao abandonar a carreira, nada veio à minha mão.

Curvas de deslocamentos, de abcissas e ordenadas do centro de querena, de mètacentros e de raios mètacêntricos transversais e longitudinais, de deslocamentos por centímetro de imersão, diagrama de estabilidade, posição do centro de gravidade do navio, etc., são elementos não vistos por mim.

Porque se tratava de reprodução, com modificações não julgadas de substância, de tipo experimentado, entendeu-se, olvidando-se a influência dos imponderáveis, que tais elementos eram de dispensar, e dêste modo nem a própria Direcção da Marinha Mercante, única entidade oficial competente em matéria de construção naval mercante, foi ouvida.

Esqueceu-se, sem intenção, é certo (que seria estupidez) mas esqueceu-se de recorrer ao engenheiro naval para o estudo

da nau, e do esquecimento resultou um acontecimento triste que é uma lição, mas lição só para casos futuros, que o da nau, êsse, é facto consumado.

Mas, fôsse como fôsse, era preciso andar de-pressa, e por isso, enquanto se preparava o material e se ajustava com o construtor e com o seguro as condições a fixar em contrato para o salvamento, cometi ao Estaleiro Naval da A. G. P. L. o encargo de fazer um estudo urgente de querenas direitas. Para êste efeito foi-lhe enviado o citado plano geométrico. É claro que com tão pouco era impossível fazer-se estudo completo. Dada a falta de elementos relativos à construção e ao pêso do navio para o lançamento à água, houve que arbitrar para êste um número e fixar por sentimento a posição do centro de gravidade.

Os cálculos feitos na sala de desenho do Estaleiro sob a superior imediata direcção do ilustre engenheiro Sousa Mendes, conduziram à conclusão de que a altura mètacêntrica do navio suposto sem lastro no acto do lançamento era negativa: $r - a = - 0{,}68$ m. Tinha, pois, que fazer da quilha portaló.

A falta de rigor do resultado, filha da deficiência de elementos para um estudo a valer, era causa de eu não lhe atribuir o valor que lhe atribuira se não fôra a deficiência. Mas, sem dúvida, êsse resultado dizia-me muito, e precisamente que o $r - a$, se não era negativo, era nulo ou positivo mas muito pequeno, o que afinal significava que a estabilidade transversal do navio no acto do lançamento era tal que o seu emborcamento seria certo.

Havia, pois, que endireitar o navio primeiro e dar-lhe depois a estabilidade que lhe faltava, quer baixando-lhe o centro de gravidade, quer elevando-lhe o mètacentro inicial, quer fazendo uma e outra coisa.

O abaixamento do centro de gravidade obter-se-ia com o emprêgo de lastro e de colocação em baixo dos pesos amovíveis colocados em cima.

Foi o que se fêz, e isso bastou.

Não houve que recorrer à elevação do mètacentro, que exigiria o emprêgo de meios para aumentar o momento de inércia da superfície de flutuação em relação ao seu eixo longitudinal e único e que por isso não tem a simplicidade da operação anterior.

* * *

Como disse, antes mesmo da assinatura do contrato para o salvamento, a qual é de 18 de Julho de 1940, começaram os trabalhos para a recuperação da nau.

Além do rebocador e da draga já referidos, resolvi empregar no endireitamento a cábrea «Adolfo Loureiro», como disse

já, a-fim-de diminuir a duração dos trabalhos de endireitamento, os quais se executaram em duas fases.

O esquema junto (fig. 7) dá idea da maneira como se operou na primeira fase.

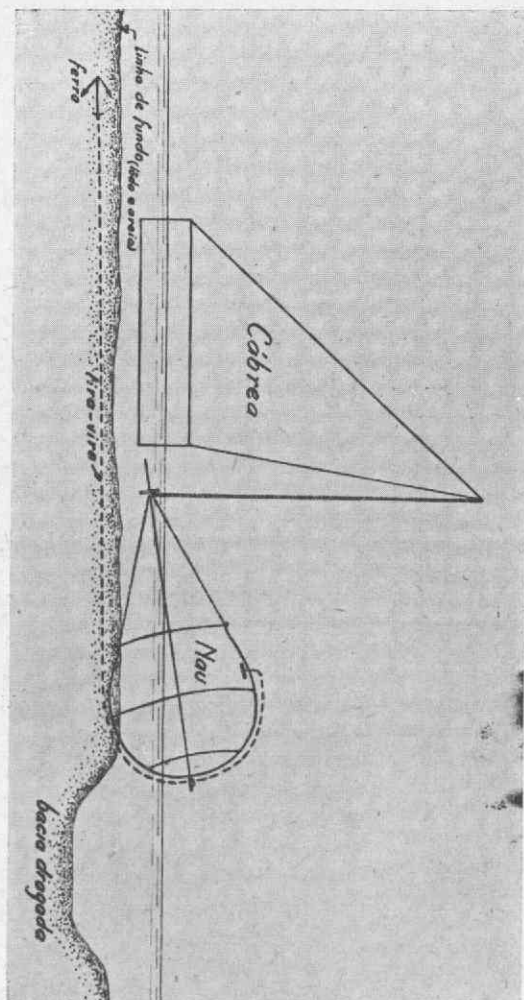


Fig. 7
Esquema da primeira fase dos trabalhos de endireitamento da nau «Portugal».

Dragada a bacia de flutuação, o esfôrço da cábrea exercido sôbre o calcez do mastro grande, convenientemente escorado, fêz girar o navio em tôrno do eixo criado pelos tira-viras de cêrca de 75°.

Mal chegou à Gafanha a draga, começou-se a trabalhar na passagem dos tira-viras e, em seguida, na dragagem da bacia de flutuação. Em 19 de Julho ficou passado o da proa, e em 20

o da pôpa, depois de árduo e dedicado trabalho de todo o pessoal, proficientemente dirigido pelo distinto chefe dos Serviços Marítimos da A. G. P. L., Sr. Com.te Luíz Vaz Spencer.

Em 21 começou-se a dragar o fundo ao longo da nau, do lado da quilha, e em 26 terminou êste trabalho.

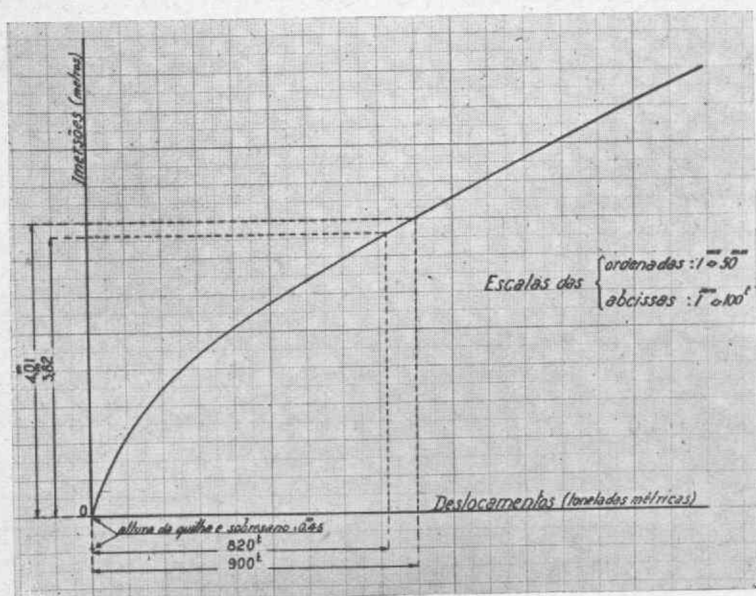


Fig. 8
Escala de deslocamentos traçada pelo Engenheiro Estanislau de Barros.

Dei então ordem para que a cábrea, então já ligada ao calcez do mastro grande, começasse a actuar. A nau entrou de adriçar e pelas 13 horas do mesmo dia, ao cabo de uma rotação de 75° e reconhecida a impossibilidade de se conseguir mais, já porque estavam quási a beijo os dois cadernais da cábrea, já porque a acção desta se exercia quási segundo o eixo do mastro e portanto o momento adriçante era pràticamente nulo, dei por finda a primeira fase desta operação.

Tentei ainda aproveitar melhor o efeito da cábrea fazendo-a actuar sôbre um tira-vira, mas sem resultado apreciável, pelo que mandei passar a cábrea do lado norte, em que até então operara, para o lado sul, isto é, da quilha, o que se fêz em 29.

Neste mesmo dia, os mergulhadores começaram a tapar as portinholas de E. B. e no seguinte, 30, terminaram esta tarefa.

Começou-se imediatamente o trabalho de esgôto e à medida que êste ia progredindo ia-se rondando o aparelho da cábrea e nau ia-se endireitando. Esgotada completamente, houve que

mantê-la ligada à cábrea para que não voltasse a deitar-se, que era isto tendência sua, conseqüência de falta de estabilidade transversal como já disse.

Esta ligação, qual cordão umbilical prendendo o filho à mãe, só pôde ser cortada depois de colocado o conveniente lastro, o que só era de fazer-se, limpo que fôsse o porão do lôdo e objectos que o pejavam.

Começou então a baldeação do navio com intensidade, a qual terminou em 31, dia em que também se começou a lastrá-lo e a dragar nova bacia de flutuação, perpendicular à primeira, na qual devia deixá-lo, terminado o salvamento.

Em 3 de Agôsto, findos o lastramento e a dragagem e liberta a nau já da cábrea, foi ela conduzida pelo «Cabo da Roca» para a nova bacia de flutuação onde ficou convenientemente amarrada para terra, de pôpa e de proa, e aproada ao norte.

Seguia-se fazer uma experiência de estabilidade a-fim-de poder fazer idea do grau desta.

Serviu para o efeito um dos carros das peças de artilharia da nau e empregaram-se como pêso móvel amarras de corrente.

O pêso de todo o sistema móvel foi de $2^t,525$.

No momento da experiência, o calado médio do navio era de $3,82^m$, medindo o da proa $3,12^m$ e o da pôpa $4,52^m$.

Àquele calado médio correspondia o deslocamento de 820 toneladas medido numa escala de deslocamentos (fig. 8) traçada pelo ilustre engenheiro Estanislau de Barros, a qual foi amàvelmente posta à minha disposição pelo Autor e que me serviu várias vezes depois da reflutuação do navio por ter verificado que, embora traçada em base a elementos de valores aproximados, por carência dos certos, o seu grau de rigor era ainda assim elevado.

A experiência de estabilidade tem por escôpo principal determinar o centro de gravidade do navio; mas, no caso da nau, o que mais me interessava conhecer era a sua altura mètacêntrica transversal.

A experiência faz-se, em água tranqüila e com tempo sereno, utilizando-se um pêso móvel p (fig. 9) colocado em pavimento elevado e que se faz deslocar dum bordo para o outro. As inclinações do navio são dadas por um pêndulo cujo pêso mergulha em água para lhe amortecer as oscilações, e medidas numa régua graduada como indica a figura cujo exame nos diz serem:

$$p.\ d.\ \cos \alpha = P.\ (r\text{-}a).\ \text{sen}\ \alpha$$

$$r - a = \frac{pd}{P.\ \text{tg}\ \alpha}$$

$$\text{tg}\ \alpha = \frac{\overline{ne}}{\overline{no}}$$

No nosso caso eram: $p = 2{,}525^t$ $d = 3{,}75^m$
$\overline{ne} = 0{,}03^m$ $\overline{no} = 2{,}12^m$ e $P = 820^t$ e portanto

$$\text{tg}\ \alpha = \frac{0{,}03}{2{,}12} = 0{,}014$$

e

$$r - a = \frac{2{,}525 \times 3{,}75}{820 \times 0{,}014} = 0{,}82^m$$

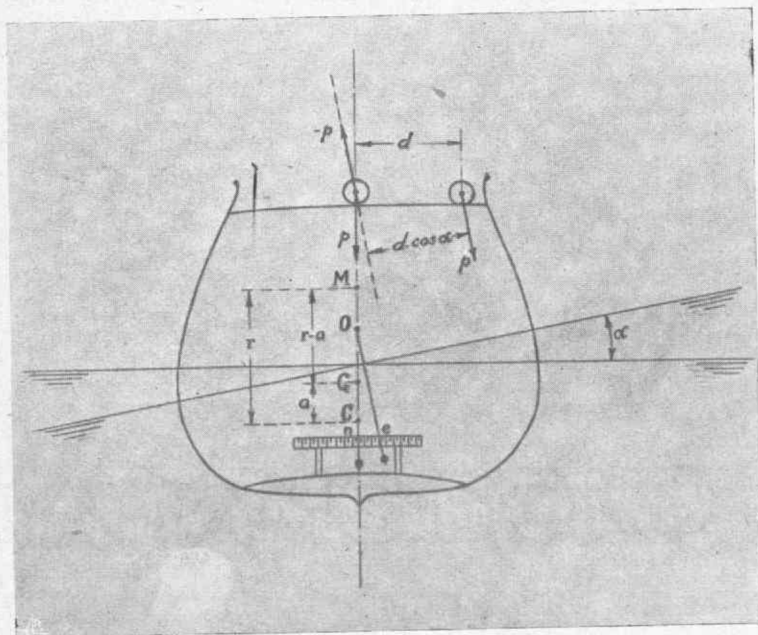


Fig. 9
Gráfico de experiência de estabilidade.

valor êste que, por bom, me deu a conhecer que estava terminada a minha tarefa e cumprida a obrigação que o Pôrto de Lisboa assumira por contrato perante o construtor.

Esta experiência foi feita na Gafanha em 5 de Agôsto.

LIBERTAÇÃO

Chegados ao ponto indicado no anterior capítulo, dei ordem para se disporem as coisas para a condução de todo o material para Lisboa.

Logo no dia 6 dirigi a S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações um ofício (N.º 3238) do qual são estes passos:

«Em continuação do meu ofício N.º 2904 de 11 de Julho último para V. Ex.ª e cumprimento do despacho de V. Ex.ª do dia seguinte nele exarado, aqui dou conta do modo como desempenhei esta minha missão.

O programa esboçado no meu citado ofício N.º 2904 foi integralmente seguido, com uma pequena variante, aliás muito importante, que consistiu em fazer intervir nos trabalhos a cábrea «Adolfo Loureiro» desta Administração Geral.

Uma experiência de estabilidade por mim feita deu-me para altura mètacêntrica latitudinal do navio 0,32 m, valor muito bom na sua actual condição de armamento.

A estrutura da parte resistente do casco é robusta. Com alguns pés de carneiro mais e convenientemente distribuídos; umas 70 toneladas de lastro para dar ao navio maior imersão; ligeiras divisórias para que o lastro não corra de bordo para bordo; tôdas as aberturas do costado e escotilhas fechadas; peados devidamente todos os objectos que possam vir na nau e colocados o mais baixo possível: poderá a «Nau» vir para Lisboa onde se concluirão os trabalhos.

A quadra que se atravessa é favorável a esta navegação e por isso, baseado na experiência feita e na forma e resistência do navio, entendo dever dizer a V. Ex.ª que não há que ter receio de o trazer para Lisboa nas condições ditas.

Se isto fôr julgado conveniente, farei seguir oportunamente um rebocador para Aveiro, a-fim-de a conduzir, de conserva com as outras unidades da A. G. P. L. que lá se encontram, para o Tejo.

A afirmação que faço sôbre a estabilidade do navio, baseada na experiência feita, na forma e robustez do casco e no seu estado actual de armamento, é sobretudo destinada a habilitar V. Ex.ª a resolver imediatamente. Ela não exclue de modo nenhum a conveniência de um estudo completo, necessàriamente demorado, de querenas direitas e inclinadas.

O conhecimento do diagrama de estabilidade para se ter idea segura sôbre a estabilidade estática e dinâmica, e em especial sôbre a reserva de estabilidade e o modo de comportar-se do navio com os balanços, é necessário.

É claro que tal estudo a fazer-se demoraria a vinda do navio para Lisboa, e a oportunidade da sua apresentação na «Exposição do Mundo Português» perder-se-ia».

Resultou do exposto encarregar-me S. Ex.ª o Ministro de prover a quanto necessário para a imediata condução da nau para Lisboa.

Infelizmente veio a reconhecer-se que o grande calado da nau a ré e o estado de assoreamento da ria em determinados pontos tornavam impraticável a saída daquela do sítio em que estava, como impraticável era a barra a navio de tal calado.



Fig. 10
Nau «*Portugal*»
Ante-câmara da sala do ouro
(Fot. obsequiosamente cedida pelo Secretariado da Propaganda Nacional)

Em conseqüência disto ordenei a retirada do rebocador, cábrea e draga para Lisboa, onde se ficaria aguardando que as condições da ria e da barra fôssem favoráveis.

Em 11 de Agôsto, terminados todos os preparativos de viagem, largaram da Gafanha para S. Jacinto o rebocador «Cabo da Roca» e a cábrea «Adolfo Loureiro». Não lograram sair a barra devido ao mau estado do mar ali.

Em 12 também se não podia sair porque o estado do mar era ainda pior que na véspera.

Assim se ia agora passando o tempo sem possibilidade de sair. Por outro lado, tive de reconhecer que, se eu, com o

material do pôrto de Lisboa e engenho próprio, não tentasse resolver o problema da travessia da ria e da barra, a nau ficaria por tempo indefinido, seguramente longo, em Aveiro, e privada dela, portanto, continuaria a «Exposição Histórica do Mundo Português».

Sem curar de saber a quem competia arcar com as despesas a fazer para tornar possível aquela travessia, ordenei que permanecessem em Aveiro, embora com prejuízo do pôrto de Lisboa, as unidades que ali se encontravam.

A draga «Engenheiro Matos» começou a dragar intensivamente os pontos da ria de cotas de fundo deficientes.

O lastro metido (cêrca de 200 toneladas) ao qual se deviam juntar umas 30 toneladas mais, devia ser corrido para a proa tanto quanto possível.

Entretanto o construtor iria consolidando o navio, tapando as aberturas, afinando o leme, etc.

Os próprios artistas, que, mal o navio se endireitou, foram para bordo trabalhar, sob a superior e proficiente direcção do conhecido artista, Sr. Leitão de Barros, continuariam a sua obra.

Sondagens repetidas se fizeram, assim na ria como na barra.

Na remoção do lastro para a proa notou-se que, enquanto o calado nesta extremidade aumentava, o de ré era pràticamente constante.

Isto, que impressionou os observadores, leigos na matéria, levou o mestre Mónica a escrever-me uma carta de que é cópia textual o que a seguir se lê:

> «Segundo a minha opinião baseada, é claro, na longa prática dêstes serviços, experimentei no sábado e segunda-feira o barco com lastro à proa que levei a cêrca de 11 pés produzindo um levantamento de 2″ originando pouco levantamento da pôpa, e ante êste facto, resolvi não pôr lastro à proa observando ainda o seguinte:
>
> 1.º — Com lastro demasiado à proa deverá estabelecer-se alquebramento do casco que a princípio já se deu e por conseqüência a perda de estabilidade, devido à posição em que o barco fica.
>
> 2.º — Como o barco vai para a barra, deverá manter-se sempre com mais calado à pôpa com cerca de 4′ pelo menos de maneira que a quilha da parte da proa nunca bata no «banco de areia» e só assim poderá o barco sofrer menos.
>
> 3.º — Eu era de opinião, visto que a escavadora tem um depósito para cêrca de 40 ton. de cada vez que o barco fôsse para o chamado «banco de areia» quando a maré repontar manter-se-á até à preia-mar ou pouco antes da maré virar e que seja largado o ferro para Noroeste, servindo êste para a escavação e outro para sudoeste servindo êste para deslocar o barco para fazer a descarga.

Não precisa andar muito avante e à ré porque as mesmas correntes de água trazem a areia ao local, repetindo-se êste serviço quantas marés sejam precisas.

Estou convicto que V. Ex.ª não deixará de prestar a sua melhor atenção a esta minha opinião pelo que antecipadamente agradeço penhorado».

A boa vontade e interêsse de mestre Mónica estão ali patentes. Não podia deixar de me merecer a melhor atenção quanto me diz êle naquela carta. O que não pude foi dar-lhe o meu acôrdo e por isso ordenei o cumprimento integral e rápido da ordem sôbre remoção e embarque de lastro.

Devo notar que esta ordem tinha sido dada em 12 por mim telefònicamente de Lisboa aonde tinha vindo por motivo de serviço.

Em 13, que é também a data daquela carta, encontrando-me já na Gafanha onde a recebi, confirmei de viva voz a ordem telefónica.

As operações ordenadas tinham por fim modificar o caïmento do navio por forma que o calado a ré se tornasse inferior a 14'; aliás os trabalhos de dragagem na ria seriam dispendiosos e morosos e a travessia desta impossível, isto é, a «Nau Portugal», que estava de facto prisioneira, não lograria libertar-se do seu ergástulo.

Agora, ao contrário do que antes se presenciara, à medida que se ia removendo e embarcando lastro, a nau ia levantando a pôpa e mergulhando a proa.

Êste alçar da pôpa era de facto impressionante, porque, sendo ela já de si extraordinàriamente elevada, qualquer aumento na parte visível da sua altura tornava mais flagrante o seu contraste com a proa, que cada vez mergulhava mais. Depois, a linha que limitava o fundo negro da querena e indicava a flutuação carregada, imergindo de todo a proa e imergindo sensìvelmente à pôpa, agravava, por efeito óptico, aquela impressão.

Foi então que se viu que ignorantes, e outros que parecia não o serem, ou enfiavam desconfiados e assustados ou comentavam entre si baixinho que era um tremendo disparate o que se estava fazendo.

Deixemos que os trabalhos avancem no sentido ordenado e consintam os meus ilustres ouvintes e leitores (nem todos engenheiros construtores navais; os que o forem, perdoem) que eu faça aqui uma ligeira referência ao fenómeno observado em certa altura e que consiste no facto de se não ter notado modificação na imersão à pôpa quando se removia carga para a proa.

Na «Teoria do navio» estudam-se os chamados «pontos de indiferença para as imersões de proa e de pôpa».

É intuitivo que o embarque dum pêso determina um aumento de imersão do navio e que o seu transporte longitudinal provoca uma variação das imersões extremas: maior a vante do que a

ré, segundo que o pêso se deslocou para aquela ou para esta parte do navio.

O embarque, pois, dum pêso por ante-avante do centro de volume da camada compreendida entre a primitiva flutuação e a resultante daquele embarque, supostas paralelas, faz que, ao passo que a distância do traço da perpendicular de vante à flutuação primitiva aumenta, a do traço da perpendicular de ré diminue podendo tornar-se nula ou negativa, e vice-versa se o embarque fôr por ante a ré do mesmo centro.

Embarquemos um pêso *p* por forma que a primitiva flutuação L F passe a ser L′ F′, paralela à primeira e distante dela *a* (fig. 11).

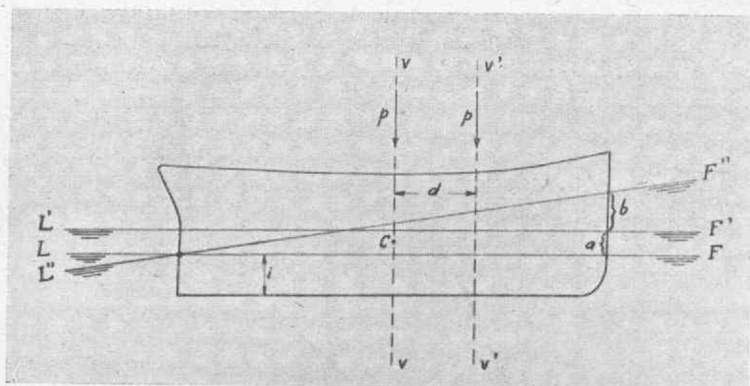


Fig. 11

Transportemos p para vante. À distância d de c, seja a imersão na perpendicular de vante a + b e a correspondente na de ré nula. Isto equivale a dizer que o embarque do pêso p na vertical v′ v′ não determina variação de imersão na perpendicular de ré. A variação de imersão a corresponde ao embarque do pêso, e a b à posição dêste. As verticais vv′ traçadas à distância d do centro c da camada compreendida entre a nova flutuação F′ L′ e a primitiva ou inicial F L (na prática basta considerar c situada no centro de gravidade da flutuação inicial) são lugares dos *pontos de indiferença* para as imersões de pôpa ou de proa segundo que v′ v′ está por ante-avante ou por ante a ré de v v.

Se designarmos por M o momento necessário a produzir 1^{cm} de diferença de imersão e por δ o deslocamento por 1^{cm} de imersão, a condição para que a imersão primitiva i permaneça invariável numa ou noutra das perpendiculares de vante e de ré é dada pela expressão:

$$d = \frac{2\,M}{\delta}$$

Como as considerações feitas são igualmente aplicáveis ao caso do desembarque de pesos, o sinal daquela expressão será positivo ou negativo, segundo que o pêso é embarcado à pôpa (ou desembarcado à proa), ou embarcado à proa (ou desembarcado à pôpa), isto é a distância d deverá medir-se sempre do lado oposto à perpendicular de imersão constante.

Se as tais pessoas ignorantes e as outras que parecia não o serem tivessem esta noção elementar, não se teriam surpreendido e teriam concluído que a invariabilidade notada derivava do lastro removido ou embarcado estar sendo colocado em ponto de indiferença para as imersões de pôpa. O que havia a fazer era pôr o lastro para além dêsse ponto, como se fêz, logrando-se assim que o calado a ré passasse de cêrca de 15′ em que estava para 13′ 10″. O calado avante correspondente era de 12′ 5″, e o médio portanto de $4{,}01^{m}$.

Atingido êste novo caïmento e levadas as dragagens a um ponto conveniente, resolvi largar para São Jacinto no dia 16 do mesmo mês de Agôsto, o que se verificou, havendo nós largado da Gafanha pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos e chegado a São Jacinto pelas dezassete horas e quarenta minutos. Nesta travessia a nau arrastou no fundo em dois pontos da ria: «Caxina» e «Duas Águas», chegando a pegar e a perder seguimento, mas sem conseqüência desagradável porque, como disse, em menos duma hora chegámos ao nosso destino.

Durante todo o dia de 17, sábado, se trabalhou na ultimação dos preparativos para a travessia da barra e viagem para Lisboa.

A barra, em sondagens feitas, só numa prumada deu 13 $^{1}/_{2}$ pés; nas outras deu 14 e mais.

Isto fazia prever, dado o estado favorável do tempo, que no dia seguinte as condições seriam ainda melhores e que portanto me podia afoitar a abandonar São Jacinto.

No mesmo dia 17 fiz uma segunda experiência de estabilidade nas novas condições de carga e de caïmento. Nesta experiência, os dados foram (fig. 9): $p = 2{,}855^{t}$ $d = 3{,}39^{m}$

$$\overline{ne} = 0{,}052^{m} \qquad \overline{no} = 4{,}01^{m} \text{ e}$$

$$P = 900^{t}$$

que conduziram aos resultados:

$$\text{tg}\,\alpha = \frac{0{,}052}{4{,}01} = 0{,}013$$

$$r - a = \frac{2{,}855 \times 3{,}39}{900 \times 0{,}013} = 0{,}83^{m}$$

Êste valor de r — a é indicativo do grau de estabilidade do navio nas suas condições actuais e estava-me dizendo que

não seria de defeito daquela qualidade que poderia resultar facto desagradável na viagem que se ia empreender.

No dia 18, domingo, começou a faina para a partida.

De madrugada ainda, chegou à barra o rebocador «Cabo Espichel», de 1500 cavalos, que eu mandara avançar de Lisboa para auxiliar a passagem na barra, em caso de necessidade que se não verificou afinal, e felizmente, e rebocar a nau para o Tejo.

Às dez horas e trinta minutos começou-se manobrando para a saída e às onze horas e quarenta e cinco minutos, vencidas algumas dificuldades, filhas tôdas do pouco fundo da ria em certos pontos, seguiu-se, a reboque dos rebocadores «Cabo da Roca» e «Vouga», êste da praça do Pôrto, e o seu mestre muito prático no serviço da barra de Aveiro, para o sítio denominado «Espalhado» onde se devia aguardar, e de facto se aguardou, o momento oportuno para se transpor a barra.

Êste sítio deriva o nome, suponho eu, de serem ali relativamente tranqüilas as àguas. Em verdade, quem observar a violência da corrente no canal, tanto na enchente como na vasante, e a rebentação no banco, tem de reconhecer que está entre dois perigos e que o «Espalhado» poderá ser salvatério de quem se vir neles.

São duas coisas dignas de observação, o canal e o banco, pela velocidade com que a água ali corre e a violência com que aqui se quebra. Chegam a meter mêdo tamanhas velocidade e violência.

Isto explica que houvesse incrédulos que afirmavam que a nau nunca saïria de Aveiro. Um engenheiro construtor naval me referiu que o comandante de certo grande navio de pesca do bacalhau, conhecedor daquela barra, lhe asseverara isso mesmo. Um grande industrial, êsse sem competência técnica, mas atrevido como todo o ignorante, afirmava ou afirmou o mesmo, para quem o queria ou quis ouvir.

É com sumo prazer que registo aqui a perícia, boa vontade e dedicação do pilôto da barra, Sr. Samuel Maia, e do patrão do salva-vidas e prático da barra, valente lôbo do mar, José Maio. A valiosa cooperação de ambos foi de importância decisiva no feliz resultado do empreendimento, tão mal augurado por todos anteriormente.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos (antes tinham-se feito sondagens) seguimos para a barra que transpusemos sem novidade de maior senão que a nau roçou umas duas ou três vezes no fundo mas sem conseqüências de qualquer espécie.

Uma vez fora da barra, o «Cabo da Roca» e o «Vouga» largaram a nau, tendo esta recebido o reboque do «Cabo Espichel».

Enquanto o «Vouga» voltava para São Jacinto para trazer a reboque a cábrea e esta não chegava, foi o pessoal embarcado na nau empregado na remoção do lastro para ré a-fim-de dar a

esta caïmento mais conveniente para a sua estrutura e navegação até Lisboa.

Eram dezasseis horas quando chegou com a cábrea o «Vouga» que, passando-a ao «Cabo da Roca», partiu para o Pôrto.

Às dezoito horas e dez minutos largou para Lisboa esta original *esquadra* assim formada: o «Cabo Espichel» rebocava a nau, que tinha à pôpa, qual leme auxiliar, a draga, e o «Cabo da Roca» rebocava a cábrea.

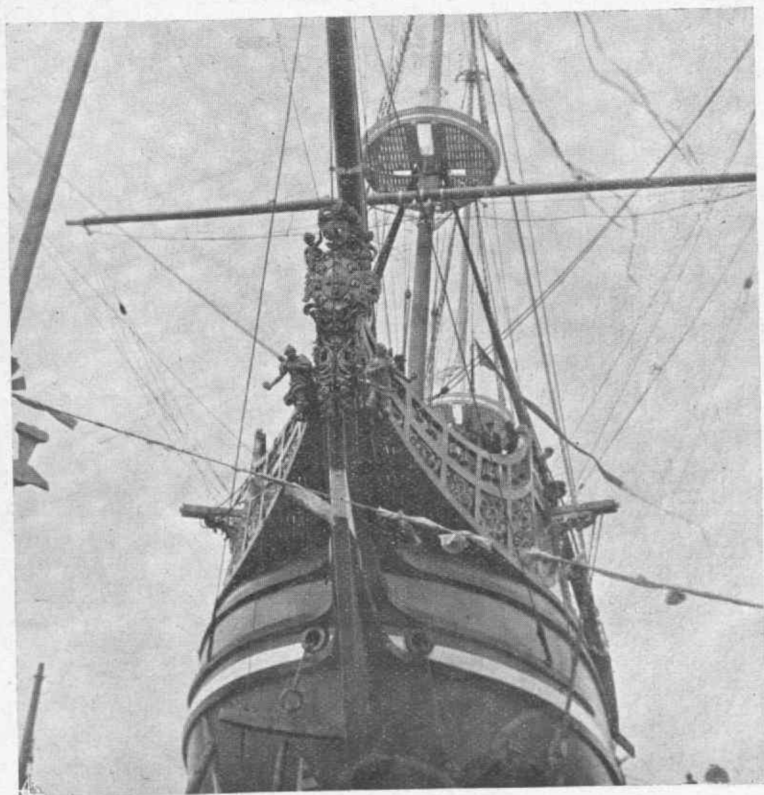


Fig. 12

A nau «*Portugal*» *no dia do seu lançamento à água*

Pormenor da proa

Assim se navegou até se reconhecer a conveniência da draga deixar a nau e seguir sòzinha.

Esta formação heterogénea navegou de conserva com a velocidade conveniente. Abandonada a draga aos próprios meios, o conjunto «Cabo Espichel» — «Nau» distanciou-se das

outras unidades e foi ordenado ao conjunto « Cabo da Roca » — — cábrea que não perdesse de vista a draga.

Às vinte horas e vinte minutos do dia 19 atracava finalmente no cais da Rocha do Conde de Óbidos sem novidade a « Nau Portugal ».

A viagem havia decorrido sem incidentes, com um tempo esplêndido que parecia expressamente encomendado. Dir-se-ia que tudo — mar, vento e céu — se combinara para festejar a pobre nau, primeiro afundada e deitada e depois prisioneira no sítio, qual gaiola, em que fôra construída, e agora salva e livre.

Dir-se-ia que a nau se sentia feliz na sua nova condição de liberdade e que a natureza folgava com esta felicidade tão própria dos seres livres.

O molhe e praia coalharam-se de espectadores que foram ver a saída da « Nau Portugal ».

Era espectáculo digno de se ver, para os que estavam embarcados, tanta gente reünida, como para esta devia ser belo o espectáculo da passagem das seis unidades apontadas, não contando com o salva-vidas da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro que nos acompanhou em tôdas estas manobras para a saída.

Em 24 fêz-se na doca seca n.º 2 da Administração Geral do Pôrto de Lisboa nova experiência de estabilidade da nau nas condições de carga e caïmento em que aproximadamente se encontra hoje:

Dados da experiência: (fig. 9)

$$p = 2{,}325^{t}, \quad d = 3{,}80^{m}, \quad \overline{ne} = 0{,}045^{m}, \quad \overline{no} = 5{,}08^{m},$$

$$e \ P = 1030 \text{ toneladas.}$$

Resultados:

$$\operatorname{tg} \hat{a} = \frac{0{,}045}{5{,}08} = 0{,}09$$

$$r - a = \frac{2{,}325 \times 3{,}8}{1030 \times 0{,}009} = 0{,}95^{m}.$$

Em 2 de Setembro, pelas quinze horas e trinta minutos, entrou na doca de Belém onde se encontra presentemente.

* * *

Enfim, depois de dizer o seu último adeus à terra que lhe foi berço e que muitos lhe destinaram para túmulo, eis a « Nau Portugal » pujante de beleza rara, integrada na « Exposição Histórica do Mundo Português », (fig. 13) essa criação genial que faz reviver a alma nacional e nos dá estímulo para construirmos um

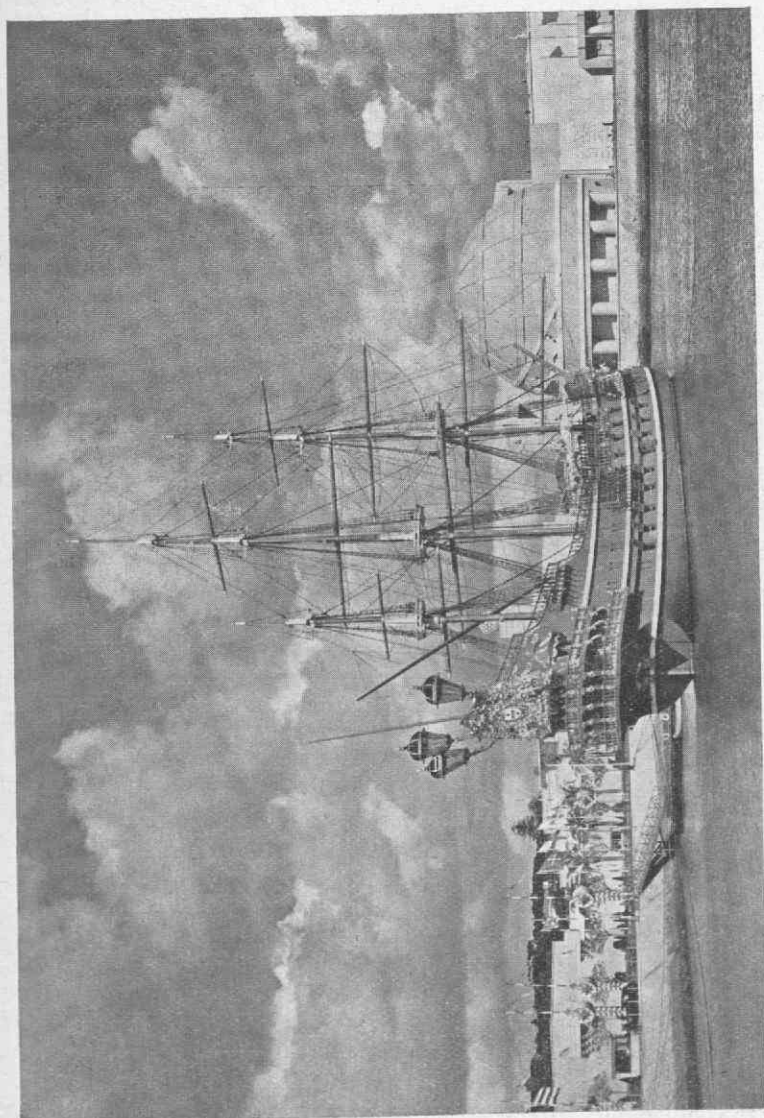


Fig. 13

A nau «Portugal» integrada no conjunto da «Exposição do Mundo Português».

À direita, a «Esfera dos Descobrimentos».

(Fot. obsequiosamente cedida pelo Secretariado da Propaganda Nacional)

Portugal Maior e nos faz crer em nós próprios e ter confiança nas fôrças próprias.

A lusitanidade não é morta; não; atesta-no-lo esta exposição que nos diz de quanto fomos, somos e seremos capazes, e que a pátria lusa é eterna.

Ali, em Belém, em frente dos Jerónimos, êsse símbolo maravilhoso da nossa epopeia marítima.

Bem hajam os que o idearam e o fizeram tão lindo.

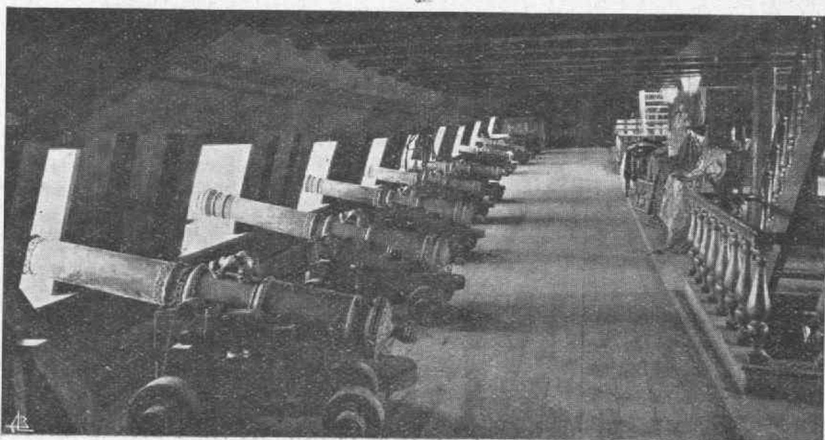


Fig. 14

Uma bordada *da artilharia da* nau «*Portugal*».

(Fot. obsequiosamente cedida pelo Secretariado da Propaganda Nacional).

Joia de arte inconfundível, visível, palpável, maravilha que deslumbra a vista, tamanha a sua beleza, não ficaria de bem comigo próprio se — *suum cuique tuetur* — não prestasse aqui a minha homenagem ao falecido comandante Quirino da Fonseca, investigador erudito que a delineou; ao professor Leitão de Barros, o artista genial que a fêz tão bela, que nos parece coisa de sonho, nos fascina o olhá-la, nos arrebata vê-la; ao ilustre Engenheiro Manuel de Sá e Melo, Comissário Adjunto da Exposição, incansável no seu empenho para que esta fôsse a melhor e que nela não faltasse a joia que é a «Nau Portugal»; e finalmente ao não menos ilustre Comissário, Dr. Augusto de Castro, em cujas hábeis mãos pôs o Govêrno, em boa hora, a alta direcção do Comissariado.

A todos estes ilustres Senhores, pois, as minhas homenagens, os meus parabens.

Ao Sr. Ministro, a cujo empenho se deve o haverem-se levado a bom têrmo os trabalhos de salvamento e de libertação

da nau, visto ter sido S. Ex.ª quem se lembrou do meu nome para tais trabalhos e quem confiadamente me cometeu o encargo dos mesmos, o que é grande honra para mim, os meus agradecimentos.

Ao Sr. Subsecretário de Estado, pelo carinho com que me atendeu sempre, iguais agradecimentos.

Enfim, aos ilustres engenheiros Estanislau de Barros e Sousa Mendes, Comandantes Luiz Vaz Spencer e Manuel Bento e a todos que comigo colaboraram nesta tarefa, êste público testemunho do meu reconhecimento pelo contributo prestado.

* * *

Já ninguém se lembra da situação precária em que jazeu a nau por algum tempo.

¡ Ainda bem !

Para alguma coisa serve a fraca memória dos homens. Não fôra ela, e aquêles que padeceram amarguras ante a espectativa da nau não chegar ao Restêlo, e que fomos todos nós, continuariam sofrendo com as tristes recordações do passado.

Cessou o motivo do amofinamento, cessou o amofinamento. Assim é que é. Esta a boa filosofia.

Há dias, estando na nau, lá em cima no tombadilho, comentava em voz alta um visitante para outros visitantes que o escutavam, maravilhados de tanto saber:

— O construtor desta nau é um sábio. Imaginem que, antes de ser lançada à água, êle fêz ver (não sei a quem) que a nau se viraria ao chegar a ela. Não o quiseram ouvir (desconheço portanto o sujeito da oração) e, « meu dito, meu feito », a nau virou-se (espanto do auditório).

— ¿ Virou-se ? interrompeu uma ouvinte que logo formulou esta nova pregunta, ansiosa por aprender com tão bom mestre alguma coisa do seu muito saber:

¿ E como é que a endireitaram depois ?

— Foi com umas máquinas, elucidou o comentador em tom seguro.

Não ouvi mais, esgueirei-me, que era tempo de me ir embora.

Tudo esquece.

Só não olvida o passado quem, assumindo uma responsabilidade tremenda, jogou o próprio nome.

¿ Que teria sido de mim se a « Nau Portugal » tivesse naufragado na barra de Aveiro ou na sua viagem para Lisboa?...

Perdoe-se-me a pregunta e tenham-se como razão dela os tormentos passados antes de a ver no Tejo.

Arrôjo foi sem dúvida a passagem da nau por aquela barra. Justificada a ansiedade de todos antes de a fazer e enquanto a fazia...

Não se pode neste caso dizer com o grão Camões:

«Melhor é experimentá-lo que julgá-lo,
«Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo».

Quanto a mim, confesso que estes trabalhos me seduzem; que o enfrentar-lhes os perigos, arcar com as inerentes responsabilidades e sofrer-lhes as conseqüências, são outros tantos motivos de sedução; que, finalmente, recompensa, e grande, é o bom resultado da emprêsa, principal fito de quem esta dirige.

Lisboa, 25-10-40.

ENG. SALVADOR DE SÁ NOGUEIRA
Administrador Geral do Pôrto de Lisboa

JOSÉ LUCIANO DE CASTRO
E
CAMILO CASTELO BRANCO

DOCUMENTOS
PARA A BIOGRAFIA DO ROMANCISTA

NO espólio do Exmo Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, falecido em Anadia, foram encontradas três cartas, e uma outra incompleta, de CAMILO CASTELO BRANCO. Tôdas elas são inéditas.

Essas cartas, de valor literário e histórico, escritas ao Exmo Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, vão, em seguida, transcritas pela sua ordem cronológica.

São do teor seguinte:

1.ª — «*Illmo Exmo Snr.*

Participei do contentamento de m.^tos^ que o sentiram pelo restabelecimento de V. Ex.ª. Quando alguns jornaes prognosticavam sinistram.^te^ da sua enfermidade, eu senti um fundo pesar, não pela falta que V. Ex.ª fasia á patria, por que eu mal percebo o que seja patria, na minha negação para transcendencias. O que me magoava eram as dores e as irremediaveis saudades da Esposa e das Filhas de V. Ex.ª. Quanto ao resto, os luctos da patria basta para alivial-os algumas missas resadas — um mysticismo politico de invenção moderna — como se Deus para receber na sua divina paz eterna almas honestas como a de Saraiva de Carv.^o^, de Braamcamp e de V. Ex.ª necessitasse de Missas de Requiem *desde Monção até Tavira.*

Ainda bem que a patria está agradecendo ao Altissimo a saude de V. Ex.ª; e essas acções de graças, se tiverem uma uncção de lagrimas, com certeza no rosto da sua familia é que ellas hão de dar testemunho de sinceridade religiosa.

Convida-me V. Ex.ª para eu escrever no Correio da noute. *Para eu escrever esta carta a V. Ex.ª tenho diante de mim quinze*

luzes. Ha cinco mezes que, de repente, fiquei pouco menos de cego. A sciencia diz que isto é uma anemia profunda. Outros clinicos, hellenisando a doença, diagnosticam molestias com nomes gregos. O certo é que a noite começa para mim apenas o sol declina; e a pouca luz que me alumia durante o dia essa mesma me offende os olhos. Alem d'isto, não posso equilibrar-me, e para sahir da cama para esta cadeira vim amparado em duas moletas.

Aqui tem V. Ex.ª o homem que saltava muros e seria capaz de escalar os da Tartaria ha 26 annos.

Esta incuravel doença sei eu que se chama ataxia locomotora. *Portanto, a minha carreira litteraria findou.*

Porem, se o tempo e a força reaccionaria dos 60 annos fizerem o milagre de me conceder ao menos os olhos, eu escreveria com muito prazer para o Correio da noite, *e então diria a V. Ex.ª as condições que me conviriam. Se eu tivesse alguma força iria a Lisboa consultar os especialistas ophtalmologicos, fiado na sciencia que encerra este adjectivo genuinamente grego; mas não posso.*

Por aqui me deixarei stoicamente morrer, chorado pelos gemidos dos pinheiraes.

C. de V. Ex.ª
3/12/86.

De V. Ex.ª
affectivo e grato v.or creado

Camillo Castelo Branco »

2.ª — « *Meu am.º e Ex.mo Sr. José Luciano de Castro*

Ao descaptivar-me desta galé da vida, recebo, quando já não a esperava, uma impressão boa da especie humana.

V. Ex.ª que tinha razão para na minha velhice me desestimar pelos desatinos da mocidade, castigou-me com singular generosidade que eu diria das almas nobres, se conhecesse muitas.

Este agradecimento vai tardio; mas eu vivo atormentado ha 8 dias com os sobressaltos em que me tem a insania de meu filho Jorge. Sobreveio-lhe agora a furia incendiaria. Foge de noute, e acende as mêdas de palha e os cobertos colmaçados. A noite passada foi horrorosa com os toques a fogo e a gritaria do povo.

Tive este desgraçado quatro mezes no hospital do conde de Ferreira.

O Sereno imprudentemente mandou-m'o retirar como incuravel, contra a opinião de 5 clinicos que o consideraram perigosissimo.

Quando entrou levava a furia homicida; agora manifesta as duas. Da primeira, serão provavelmente victimas os paes. Colloquei ao lado d'elle esta manhan um homem que lhe incute mêdo com fama de valente.

Isto é um palliativo que o não salva de voltar ao hospital para nunca mais sahir.

Aqui tem V. Ex.ª a m.ª felicidade domestica o eterno delicta juventutis *do psalmo penitencial. Com efeito, parece que para mim se fez privativamente um Deus vingador.*

Esta cadeia de infortunios prostrou-me sem me deixar o poder de imaginar uma esperança.

Que fim de vida, meu querido amigo, e que exemplo, se exemplos valessem!

De V. Ex.ª
M.to grato am.º
Camillo Castello Branco »

C. de V. Ex.ª
12/7/87.

(Advertência. A expressão *delicta juventutis,* desta carta, é do Salmo XXIV, v. 7.)

3.ª — « *Meu Ex.mo Amigo*

Agradeço o primoroso favor do seu telegrama ao medico. Elle veio aqui imediatamente e prometeu acompanhar de perto ou de longe esta agonia até ao desenlace fatal que felismente não pode demorar-se.

Sei que o D.or Gama Pinto tem pertenções no gabinete a que V. Ex.ª preside. É possivel que elle o aja esclarecido á cerca da minha irremediavel doença; todavia não ouso inquirir no animo de V. Ex.ª o funesto segredo porque sei que a sua delicadeza e compaixão m'o não revelaria.

Recorde-se algumas vezes da minha mocidade, das minhas alegrias e da nossa convivencia d'ha 30 annos. Ao passo que o talento elevou José Luciano de Castro ás maximas culminancias, a minha aplicação e o forçado trabalho resvalaram-me até á cegueira, porque eu nunca soube fazer valer o estudo poupando os olhos.

De V. Ex.ª
o mais grato dos seus devedores
Camillo Castello Branco »

S. Miguel de Seide
29 de Julho de 1888.

(Nota. Esta carta foi de agradecimento ao Ex.mo Conselheiro José Luciano de Castro, por ter telegrafado ao médico de Santo Tirso, a pedido do próprio CAMILO CASTELO BRANCO em seu telegrama, expedido de Famalicão, a 26 de Julho de 1888, nos seguintes têrmos:

« *Ex.mo Conselheiro José Luciano de Castro — Lisboa.*

Rogo encarecidamente escreva ao Medico Antonio Augusto Rodrigues Ferreira de Santo Thyrso, pedindo-lhe que me não desampare nesta agonia e me leve de Sande para Santo Thyrso. Será possivel telegrafar-lhe?

Camillo Castello Branco »

Com a supradita carta foi outra da espôsa de Camilo Castelo Branco para o Exmo Conselheiro José Luciano de Castro a pedir-lhe que não revelasse a Camilo o prognóstico do especialista oftalmológico Dr. Gama Pinto, mas sim para dizer que o mesmo especialista prognosticara as suas melhoras. Essa outra carta é do teor seguinte:

«Fui forçada a escrever esta carta. Camillo quer saber o que tantos esforços me tem custado a occultar-lhe. Peço a V. Ex.ª todo o cuidado na resposta. É só para elle, e é forçoso illudil-o, desgraçadamente.

Viscondessa de Corrêa Botelho»)

4.ª — «...... *Pois bem, meu querido amigo, promova essa esmola nacional. Esse beneficio passará talvez á minha viuva e a meu filho demente.*

Deus, em quem V. Ex.ª crê, encha de alegrias e prosperidades a sua nobre alma e o destino de suas Filhas.

Povoa, 28/8/88. *Camillo Castello Branco».*

NOTAS

As sobreditas cartas revelam o estado de alma do prodigioso escritor Camilo Castelo Branco nos últimos anos da sua vida atribulada, e a sua inteira confiança no afecto e ternura do seu Amigo, o insigne estadista Conselheiro José Luciano de Castro, a quem comunicava os seus infortúnios.

Para dar realce à afeição recíproca, que os mesmos sentiram em vida, aditamos às cartas, acima referidas, as notas que seguem:

À carta 1.ª, datada de 3 de Dezembro de 1886:

Nota A.

Camilo, depois de participar no contentamento de muitos pelas melhoras do seu Amigo, Conselheiro José Luciano de Castro, qualificou de absurdo a idea de que a falta do Conselheiro José Luciano de Castro, se tivesse falecido, seria insubstituível, como chefe do govêrno, como se, no estado maior dos partidos políticos, não houvesse homens de categoria para a governação da Pátria. Outro tanto não poderia dizer para com a Família do ilustre Estadista, cuja falta sentiria do coração por ser irremediável.

Nota B.

Camilo considerou, também, como um misticismo político de moderna invenção, tanto o sentimento da Pátria, como da Igreja, anunciados pela imprensa. E isto por não crer na sua sinceridade. Sòmente poderia acreditar a Família do Conselheiro José Luciano de Castro já restabelecido, se êsses agradecidos louvores a Deus tivessem uma unção de lágrimas a testemunhar a sua sinceridade religiosa.

Nota C.

Camilo descreveu, a seguir, o seu deplorável estado de saúde, recordando, com saüdade, o que fôra a sua vida hercúlea no passado, e, com tristeza, a sua adversidade e prostração no presente, e deu também por terminados os seus trabalhos literários que cultivara com amor e paixão.

E, não fiado já na esperança da medicina, para si cada vez mais fugitiva, anteviu o fim próximo e patético da vida, naquele tempo bastante longa e demasiadamente acidentada, na mansão pacífica de S. Miguel de Seide, entre os gemidos dos pinheirais — mudas testemunhas dos seus incomportáveis sofrimentos.

À carta 2.ª, datada de 12 de Julho de 1887:

Nota A.

Camilo agradeceu e encareceu a generosidade do Conselheiro José Luciano de Castro — generosidade que o surpreendeu e lhe foi servir de algum lenitivo à sua dôr e tribulações.

Contou, em seguida, o estado de insânia do seu filho Jorge e algumas das suas acções desordenadas, quando em fúria, e sentia esta desgraça como um castigo de Deus pelos delitos da sua mocidade, e daí o esperar um fim triste de vida por ter sido rebelde aos preceitos do Senhor e, portanto, provocado a sua ira.

À carta 3.ª, datada de 29 de Julho de 1888:

Nota A.

Depois de ter agradecido o telegrama do Conselheiro José Luciano de Castro enviado, a seu pedido, ao médico de Santo Tirso, e angustiado por não sentir melhoras nos olhos, resolveu Camilo escrever mais uma carta àquele seu Amigo, para êste inquirir no ânimo do Dr. Gama Pinto o funesto segrêdo àcêrca da doença dos seus olhos.

E para mover à compaixão o Conselheiro José Luciano de Castro, a fim de saber a opinião do referido especialista, recordou-lhe a sua convivência de há trinta anos, exaltando-lhe, ao

Com a supradita carta foi outra da espôsa de CAMILO CASTELO BRANCO para o Ex.mo Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO a pedir-lhe que não revelasse a CAMILO o prognóstico do especialista oftalmológico Dr. Gama Pinto, mas sim para dizer que o mesmo especialista prognosticara as suas melhoras. Essa outra carta é do teor seguinte:

«*Fui forçada a escrever esta carta. Camillo quer saber o que tantos esforços me tem custado a occultar-lhe. Peço a V. Ex.ª todo o cuidado na resposta. É só para elle, e é forçoso illudil-o, desgraçadamente.*

Viscondessa de Corrêa Botelho»)

4.ª — «...... *Pois bem, meu querido amigo, promova essa esmola nacional. Esse beneficio passará talvez á minha viuva e a meu filho demente.*

Deus, em quem V. Ex.ª crê, encha de alegrias e prosperidades a sua nobre alma e o destino de suas Filhas.

Povoa, 28/8/88. *Camillo Castello Branco*».

NOTAS

As sobreditas cartas revelam o estado de alma do prodigioso escritor CAMILO CASTELO BRANCO nos últimos anos da sua vida atribulada, e a sua inteira confiança no afecto e ternura do seu Amigo, o insigne estadista Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, a quem comunicava os seus infortúnios.

Para dar realce à afeição recíproca, que os mesmos sentiram em vida, aditamos às cartas, acima referidas, as notas que seguem:

A carta 1.ª, datada de 3 de Dezembro de 1886:

Nota A.

CAMILO, depois de participar no contentamento de muitos pelas melhoras do seu Amigo, Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, qualificou de absurdo a idea de que a falta do Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, se tivesse falecido, seria insubstituível, como chefe do govêrno, como se, no estado maior dos partidos políticos, não houvesse homens de categoria para a governação da Pátria. Outro tanto não poderia dizer para com a Família do ilustre Estadista, cuja falta sentiria do coração por ser irremediável.

Nota B.

Camilo considerou, também, como um misticismo político de moderna invenção, tanto o sentimento da Pátria, como da Igreja, anunciados pela imprensa. E isto por não crer na sua sinceridade. Sòmente poderia acreditar a Família do Conselheiro José Luciano de Castro já restabelecido, se êsses agradecidos louvores a Deus tivessem uma unção de lágrimas a testemunhar a sua sinceridade religiosa.

Nota C.

Camilo descreveu, a seguir, o seu deplorável estado de saúde, recordando, com saüdade, o que fôra a sua vida hercúlea no passado, e, com tristeza, a sua adversidade e prostração no presente, e deu também por terminados os seus trabalhos literários que cultivara com amor e paixão.

E, não fiado já na esperança da medicina, para si cada vez mais fugitiva, anteviu o fim próximo e patético da vida, naquele tempo bastante longa e demasiadamente acidentada, na mansão pacífica de S. Miguel de Seide, entre os gemidos dos pinheirais — mudas testemunhas dos seus incomportáveis sofrimentos.

À carta 2.ª, datada de 12 de Julho de 1887:

Nota A.

Camilo agradeceu e encareceu a generosidade do Conselheiro José Luciano de Castro — generosidade que o surpreendeu e lhe foi servir de algum lenitivo à sua dôr e tribulações.

Contou, em seguida, o estado de insânia do seu filho Jorge e algumas das suas acções desordenadas, quando em fúria, e sentia esta desgraça como um castigo de Deus pelos delitos da sua mocidade, e daí o esperar um fim triste de vida por ter sido rebelde aos preceitos do Senhor e, portanto, provocado a sua ira.

À carta 3.ª, datada de 29 de Julho de 1888:

Nota A.

Depois de ter agradecido o telegrama do Conselheiro José Luciano de Castro enviado, a seu pedido, ao médico de Santo Tirso, e angustiado por não sentir melhoras nos olhos, resolveu Camilo escrever mais uma carta àquele seu Amigo, para êste inquirir no ânimo do Dr. Gama Pinto o funesto segrêdo àcêrca da doença dos seus olhos.

E para mover à compaixão o Conselheiro José Luciano de Castro, a fim de saber a opinião do referido especialista, recordou-lhe a sua convivência de há trinta anos, exaltando-lhe, ao

mesmo tempo, a sua acção e elevação política pelo talento e, em seguida, contou-lhe que a sua vida de estudo aturado e forçado o fizera resvalar até à cegueira.

Nota B.

Dentro do sobrescrito desta 3.ª carta foi outra da Espôsa de Camilo a prevenir o Conselheiro José Luciano de Castro de que, na resposta ao marido, fôsse o mais discreto possível. E isto, certamente, para evitar algum acto de desespêro de Camilo.

À carta 4.ª, datada de 28 de Agôsto de 1888:

Nota A.

Mostra esta carta elevação e nobreza de sentimentos — quer do glorioso escritor Camilo, quer do eminente político Conselheiro José Luciano de Castro.

José Luciano de Castro, compadecido de Camilo que, de espírito conturbado pelos sofrimentos físicos, desgostos e outros revezes da vida, vivia na miséria, promoveu-lhe uma *pensão do Estado* que Camilo aceitou, qualificando essa pensão de «*esmola nacional*». E com o coração a trasbordar de reconhecimento, sabendo que o Conselheiro José Luciano de Castro era crente em Deus, como êle, dirigiu súplicas ao Céu para que Deus enchesse de alegrias e prosperidades a alma generosa e boa do seu Amigo, e igualmente o destino das Filhas do mesmo Estadista.

Nota B.

Esta, como as cartas anteriores, dão um público testemunho da magnanimidade do coração do Conselheiro José Luciano de Castro, ou seja, da lei do amor em acção, e da devida gratidão do insigne romancista — Camilo Castelo Branco, como belo sentimento da sua alma cristã.

Aqui consigno o meu agradecimento à Ex.ma Sr.ª D. Júlia Seabra de Castro, de Anadia, por me ter confiado as cartas, acima referidas, e permitido a sua cópia e publicação.

Cucujães, em Janeiro de 1941.

JOÃO DOMINGUES AREDE
(Abade aposentado de Cucujães)

FICHAS E NÓTULAS

GUERRAS NAPOLEÓNICAS

UM COMBOIO MARÍTIMO INGLÊS NO PÔRTO DE AVEIRO EM 1809

QUANDO das invasões francesas, nesta parte do território português que hoje constitue o distrito de Aveiro, deram-se alguns acontecimentos dignos de memória. A todos sobreleva a batalha do Buçaco e a retirada, célebre, de Massena, com o exército do seu comando, pelos desfiladeiros de Boialvo e caminhos de Avelãs de Cima em direcção a Mealhada, Coimbra e Lisboa.

O massacre de Arrifana da Feira e o combate da Branca (Albergaria-a-Velha) são outros episódios passados entre nós e dignos de menção.

A entrada na barra de Aveiro em 1809 de um comboio marítimo inglês composto por trinta e oito navios de transporte e um brigue de guerra com mantimentos e munições para o exército anglo-luso que investiu o Pôrto, é facto pouco conhecido e pouco falado. Não deixa de ser curioso, porém, tanto mais que demonstra o magnífico estado da barra após a sua fixação no sítio actual, pelas obras de Oudinot e Luíz Gomes de Carvalho e a importância dos portos secundários nas lutas militares, como as do princípio do século passado em que se viu tôda a Europa em armas para abater o poderio de Napoleão.

Wellington que, antes, aproveitara a costa de Lavos, ao sul da Figueira, para desembarcar o exército que foi bater os franceses na Roliça e no Vimeiro e expulsar Junot de Lisboa, soube tirar partido do pôrto de Aveiro, em 1809, para abastecer o exército que lançou contra o Pôrto, então na posse do marechal Soult, e que impeliu êste, pela fronteira de Montalegre, para os confins da Galiza.

Marques Gomes, Adolfo Loureiro e outros escritores referiram-se ao facto.

No arquivo da Alfândega, hoje também a bom recato e patente aos estudiosos, na Biblioteca Municipal, existe, porém, um interessante registo da carta que o juiz da mesma Alfândega dirigiu ao Conselho da Real Fazenda sôbre o assunto.

Êsse registo encontra-se a fl. 24 do Livro Terceiro de Registos, continuação do livro de receitas dos Portos Secos da cidade de Aveiro para os anos de 1738, 1739 e 1740 e reza assim:

«Senhor no dia de hontem entrarão nesta Alfandega, digo entrarão neste Porto de Aveiro trinta e outo Navios Inglezes de Transportes, escoltados pelo Brigue Port Mahon, com Viveres e forragens para o Exercito Ingles que por aqui mesmo se derigio destinado a Restauração do Porto: A qualidade de destino de huma tal frota exige de nós todo o benigno acolhimento e bom serviço e prevendo nós que seria da Intenção e consideração a huns tão dignos Aliados e Protetores se lhe derão todos os Socorros, sem exezir Despachos, Direitos nem outras algumas formalidades do Regimento; Como porem esta conducta insolita, e não prevenida, não he authorizada, e os meus Superiores ou——— requererão sobre ele declaraçoens Rogo a Vossa Altheza Real, a graça de me aprovar com sua Detreminação Aveiro quatorze de Mayo de Mil outocentos e nove. O Juiz da Alfandega Joze Antonio de Leão».

A êste ofício foi dada resposta pela seguinte

Provizão

«Dom João por Graça de Deos Princepe Regente de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa e de Guiné etc. Faço saber a vos Juiz da Alfandega da cidade de Aveiro que sendo me prezente, em Consulta do Conselho de Minha Fazenda o Vosso Oficio de quatorze de Mayo do corrente anno a respeito dos trinta e outo Navios Inglezes de transportes com Viveres e forragens para o exercito Ingles a quem destes todos os socorros sem exezir Despachos, Direitos, nem outras algumas formallidades do Regimento: Fui servido por Minha Real Resollozão de vinte e seis do corrente mes e anno detreminar que ficacem izentos de Direitos os Viveres e forragens de que se trata; e que por este Conselho se vos advertice que concedestes izenção contra as Leys pello vosso arbitrio sem dar conta e esperar a resoloção. O que se vos partecipa para que assim o fiqueis intendendo.

O Princepe Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e de sua Real Fazenda Jose Alberto Lourenço de Andrade o fes em Lisboa aos vinte e nove de Mayo de mil outocentos e nove. Antonio Xavier da Gama Lobo o fes escrever. D. João Vellasques Sarmento. Joaquim Jose de Sousa. Registado a folhas cento e outenta e sete. Passado por Resoloção de vinte e seis de Mayo de mil outocentos e nove. E não se continha mais na dita Carta e Provizão do Conselho da Real Fazenda que bem fielmente registei das proprias a que me reporto Aveiro outo de Junho de mil outocentos e nove annos e eu Jose Ignacio Stocler escrivão que escrevi e assinei

Jose Ignacio Stocler. »

Deve notar-se que, embora passada em nome de D. João, príncipe regente, a provisão acima transcrita, estando datada de 29 de Maio de 1809, não podia ter sido ordenada directamente pelo futuro D. João VI, porque nesta data estava êle com a família real no Brasil para onde transferira a côrte em frente da primeira invasão.

ALBERTO SOUTO

A PONTE DO ALFUSQUEIRO

ALFUSQUEIRO: de onde virá êste nome? Possìvelmente, do árabe *alfustuk,* arbusto anacardeáceo, *Pistácia vera,* seja o « pistachier » dos franceses. Os árabes, encontrando nas encostas do rio a aroeira ou lentisco verdadeiro, *Pistácia lentiscus,* planta arbustiva de certo desenvolvimento, de forma e frutos bastante semelhantes aos daquele, a esta teriam dado a referida denominação de *alfustuk,* dela derivando alfustuqueiro e depois alfusqueiro, nome que se estendeu também ao rio. *Alfostiqueiro* e *alfóstico* deverão mesmo ter sido os designativos pelos quais, respectivamente, durante vário tempo, foram conhecidos o lentisco verdadeiro e seu fruto. (Vid dic. de A. Moreno).

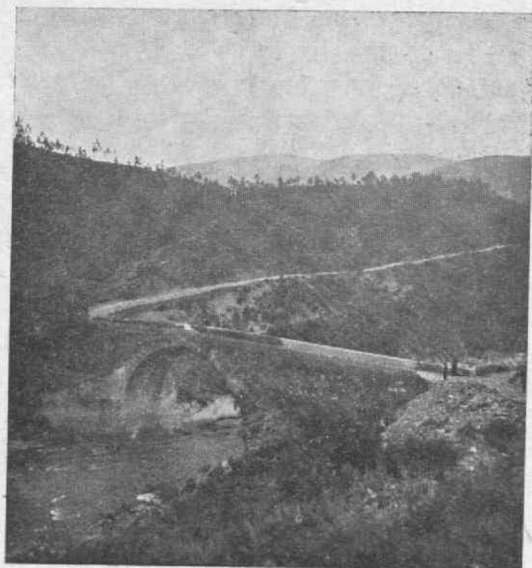


Fig. I
A ponte e um trecho da estrada nova na margm esquerda.

É verdade que pelas circunvizinhanças da ponte procurámos êste último, nenhum exemplar nos sendo dado ver. Terá desaparecido em virtude da pertinaz actividade do devastador carvoeiro. Encontrámos, sim, o lentisco bastardo, *Phillyrea angustifólia,* e os adernos, *Ph. latifólia* e *Ph. média.*

Nasce o rio em plena região lafonense, nas proximidades de Vermilhas, freguesia de Carvalhal de Vermilhas, do concelho de Vouzela, vertente setentrional do Caramulo, surgindo de entre aflo-

rações graníticas. Caminha de sul para norte, mas a nordeste de Campia inflecte para sudoeste, gizando curvas apertadas e pitorescas até Bolfiar, onde recebe as águas do Agadão. Ao passar face mas um pouco distante das Talhadas e até alcançar a linha de A-dos-Ferreiros, serve-lhe de leito a formação arcáica, de onde o respectivo vale corre sôbre terrenos do período Câmbrico, talvez com maior propriedade parece que agora atribuído ao Algônquico, ladeado, todavia, a distância de poucos metros, pela margem direita e junto à referida povoação de Bolfiar, aqui perdendo o nome para adquirir o de Águeda, que é um afluente do Agadão, pequeno retalho de formação pérmica.

A caminho de A-dos-Ferreiros para Préstimo, Macieira-de--Alcôba, S. João-do-Monte, Paredes-do-Guardão, Vale-de-Bèsteiros, é o Alfusqueiro atravessado por larga ponte, de um só arco, alto e bem lançado, mas não em volta perfeita, que pende um tudo-nada para a linha ogival, o que lhe realça a beleza. É de granito a cantaria abobadal, que dizem as gentes dos arredores ter vindo de Macieira-de-Alcôba, que é onde o há de estrutura semelhante; e da mesma cantaria são revestidos os anteparos ou esporões que fortalecem os encontros, vendo-se ainda nestes, aqui e além, um ou outro paralelipípedo da dita pedra, pulidos e com aspecto de gastos, denotando proveniência de construção anterior. Do plano dos aludidos anteparos, junto ao arco, erguem-se os respectivos muros em feitio de contraforte a morrer em vária altura; apêndices estes, já um tanto prejudicados pelo tempo, constituindo mais amplo refôrço a tôda a edificação. Refôrço que na margem direita, onde mais violenta é a arremetida das águas, foi acrescido pelo levantamento de três botareus — um a montante e dois a jusante. Tinha a ponte guardas que eram superiormente corridas por lájeas graníticas, mas estas, pela incidência dos meteoros e da mão perversa do homem, desapareceram, caindo o material ao rio, e dêste levadas aquelas lájeas pelos que delas necessitaram. Há, porém, uns trinta anos, mandou a Câmara guarnecê-la com novos parapeitos, e mais ordenou ainda, faz poucos meses, forte reparo no encontro da margem direita, que ameaçava ruír com prejuízo de tôda a obra.

Mede o vão 19,^{m}20 de comprimento, 14,^{m}50 de altura máxima, contada do plano do nascimento do encontro direito, seja do nível médio da superfície da corrente, 6,^{m}50 de largura entre as arestas externas das arquivoltas; o tabuleiro estende-se por 55 metros, de riba a riba, e tem de largura útil 5,^{m}40, e, com as guardas, 6,^{m}50. A cantaria das arquivoltas é muito irregular, não faz moldura, e só para melhor compreensão a estas nos referimos.

Ponte romana, árabe?

Diversa tem sido a opinião dos visitantes, atribuindo-lhe

ora uma ora outra origem, com parecer de alguns, todavia, de que representará fabrico bem mais recente. Nisto, quis um dia o acaso que, em conversa com o Sr. Padre Manuel Costa, de A-dos-Ferreiros, vindo à balha a obscura antiguidade daquele magnífico trabalho que representa a mencionada ponte, fizesse



Fig. 2
Outro aspecto da ponte

o mesmo Senhor referência à ponte velha. — Ponte velha? mas então teria existido outra ponte? — Não sei, respondeu; posso, porém, afirmar-lhe, isso sim, que o povo de tal maneira denomina um sítio localizado pouco abaixo da actual.

Impressionado por semelhante revelação, logo nos demos pressa em verificar o que sôbre o assunto haveria escrito Pinho Leal, encontrando nas informações relativas a A-dos-Ferreiros

o seguinte: « Também nesta aldeia de Ferreiros havia uma alta e antiga ponte, de um só arco, que ainda existia quando o padre CARVALHO escreveu a sua *Corografia*. Foi destruída por uma enchente no fim do século 18.º » (1). Não menciona o rio, mas a outra ponte não pode dizer respeito o exposto senão à do Alfusqueiro, pois no Marnel, curso que flue à direita da mesma localidade, não perdura vestígio por aquelas alturas, nem memória no povo de qualquer ponte com semelhante grandeza.



Fig. 3

O que resta do encontro esquerdo da antiga ponte. — *Muro de suporte num trecho da antiga estrada — romana, ou árabe.*

Instigado pelos relatos, do desaparecido arco cuidámos então de descobrir algum indício ou ouvir narrativa que nos trouxesse mais luz sôbre a possível realidade de sua passada existência, nada tendo verificado ou colhido durante largo tempo, que amiudadas visitas ao local nos não permitia a distância que dêste separa nossa morada. Não desanimámos, contudo, e um dia, por felicidade, tivemos a dita de ali deparar com o amável proprietário de um lagar de azeite sito nas proximidades, ao tempo em laboração, que, preguntado sôbre o assunto, logo nos informou que da velha ponte ainda se podia observar o resto

(1) Decerto, lapso tipográfico, pois, havendo sido a *Corografia* do Padre CARVALHO impressa em 1702, e escrita, portanto, alguns anos antes, quando ainda existia a velha ponte, é provável ter esta derruído no decorrer do último quinquénio do século XVII. Demais, se houvera declinado tão pouco tempo como aquêle que vai dos fins do século XVIII aos nossos dias, deveria na tradição dos lugares vizinhos perdurar a memória da enchente que levou aquela e a data em que foi levantada a sucessora.

do paredão da margem esquerda, prontificando-se, da melhor vontade, a acompanhar-nos até ao-pé do mesmo para que pudéssemos examiná-lo. E ali chegado, presenciámos o referido bocado de paredão e ainda um bloco de alvenaria no leito do rio, próximo da margem, de um e outro se podendo fazer juízo pelos documentos fotográficos n.os 3 e 4.

Não deixa o primeiro dúvida alguma sôbre o fim a que serviu, pois conta largura mais que suficiente para sustentáculo

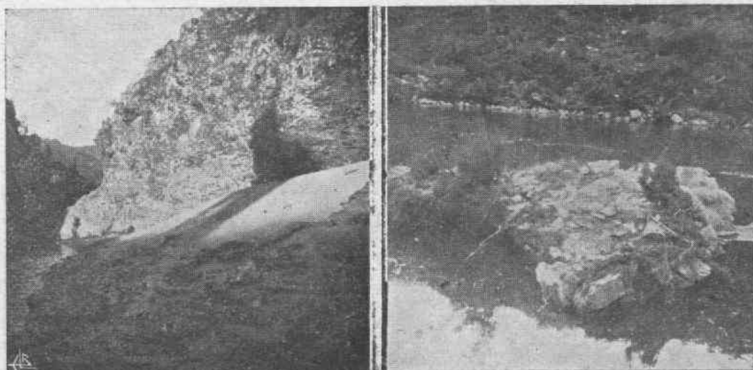


Fig. 4

Corte na rocha para ampliação do local necessário à construção da ponte velha.

Um bloco de alvenaria da velha ponte.

de amplo tabuleiro e tem prolongamentos laterais oblíquos característicos de semelhantes construções, e o segundo sòmente àquela poderia ter pertencido, pois, por sua grandeza, para ali não é de admitir que fôsse arrastado, nem há conhecimento de obra alguma a montante, de vulto correspondente. O que ocasiona certo reparo é o facto de não ser o primeiro remanescente feito de cantaria granítica, pois tudo leva a crer que o material dêste género da extinta ponte tenha sido utilizado na feitura da actual; mas talvez que semelhante remanescente represente encontro de pequeno olhal de descarga para a eventualidade de grandes cheias. E, assim, o bloco de alvenaria poderá muito bem ter pertencido ao encontro do grande arco.

Larga amplitude conta o rio no local onde teve assento a antiga ponte, pelo que nos preguntámos, apesar de aceitável a hipótese acima exarada, o motivo da preferência que lhe foi atribuída pelos construtores, e a explicação logo se nos proporcionou ao examinar o trecho que o dito local separa daquele onde se encontra situada a nova ponte, uma recta de curva a contra-curva, vindo nesta a corrente bater com impetuosidade

e forte poder demolidor, a qual, por ocasião das maiores enchentes, foi descarnando a base do respectivo encontro, fazendo, afinal, por uma daquelas, ruír êste e precipitar no leito potâmico todo o corpo da construção, e ainda determinar o desaparecimento da serventia que pelo mesmo lado marginava o rio na extensão de algumas dezenas de metros. Daí, o grande alargamento do álveo, que presentemente se nota, e o motivo por que, na margem direita, daquela passada obra se não depara vestígio algum.

Pelas demais ilustrações que esta sucinta notícia acompanham, podem apreciar-se os recortes dos montes e os meandros

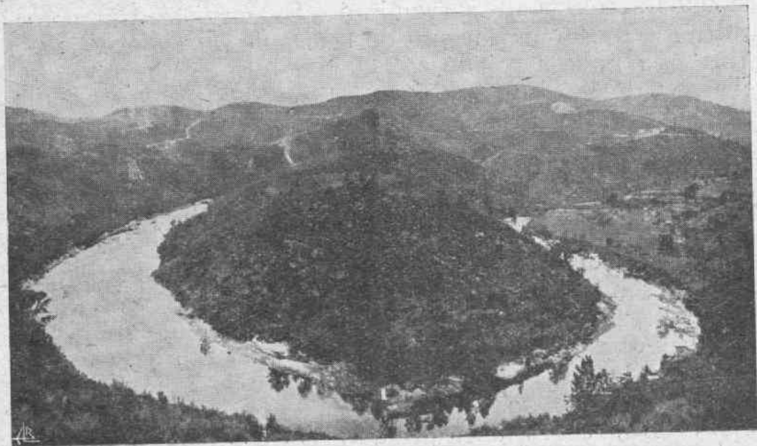


Fig. 5

Um meandro do rio, vendo-se à direita a quinta da Serrascosa.

que ao caudal sulcaram as fôrças naturais em bem restrito espaço, com as antigas vias que deram acesso à primitiva ponte, e as que serviram e mais as que ora descem à sucessora; conjunto prenhe de selvagem beleza que sobremaneira namora os amantes dos grandes quadros da Terra. E dizer-se que foi por ali que vultoso trânsito de romanos e árabes se operou em demanda e regresso dos férteis agros do Dão, que por lá se transportou farta mercadoria no dorso de inumeráveis muares conduzidas pelo almocreve destemido, a passo tardo e sonolento por noites cheias de claridade trazida pelas cestadas de luz que o Sol, nostálgico das paìsagens da ridente Lusitânia, amorosamente lhe manda pela prateada estação da Lua, ou pisando firme o chão agreste dos caminhos eriçados de pedregulho carreado pelas águas da tempestade, a rugir medonha ao longo dos vales que a escuridão transforma em profundos abismos...



Se resulta da observação e de algumas notas colhidas na leitura e no colóquio o nosso relato, não corresponde êste, todavia, ao que a Lenda nos transmite. Senão, oiçamo-la através da palavra elegante do saudoso ADOLFO PORTELA em seu livro *Águeda*.

« ....

Logo lá em cima, onde o Alfusqueiro se bate contra as penedias da serra, e onde uma velha ponte de cantaria se armou há muitos séculos para serventia dos passageiros, o povo, como visse a desmesurada largura do seu lindo arco que vai de riba a riba num salto arrojado, lá entendeu na sua que tal obra não podia ser de gente cristã e, daí, atirou com a responsabilidade do trabalho para as costas do Demónio. No dizer da lenda, o *Diabo-do-Alfusqueiro* contratou com um senhor cristão lá dos sítios a construção da ponte, a qual, depois de pronta e acabada, havia de ser paga com a própria alma do cristão, e que tudo se remataria à meia noite do Natal, ao cantar do galo. Fêz-se o respectivo assinado, que o senhor cristão subscreveu logo com a tinta do seu próprio sangue, como é lá do protocolo.

Entretanto, acaba e não acaba a obra, como o tal senhor cristão se doesse muito da paga que ia dar por aquela empreitada, veio de lá uma Fada-Boa ensinar-lhe a maneira de se livrar airosamente do compromisso, sem se privar ao mesmo tempo de ficar com a obra pronta e perfeita.

— Toma lá êste ovo — disse-lhe assim. — Como a ponte há-de ser rematada à hora certa da meia noite, tu vigia bem os últimos trabalhos, e, mal vires o Demónio colocar a derradeira pedra, atira com o ovo pela ponte fora e tudo acabará em bem.

Assim se fêz. Quando o demónio, com tôda a malta dos seus serviçais, num grande alarido de triunfo, se dispunha a assentar a última pedra, o protegido da Fada-Boa saca do ovo, arremessa-o ao longo do tabuleiro, e logo surgiu de sôbre a ponte um lindo galo, todo emplumado e de crista alçada, *cócorocó*, a anunciar a meia noite.

— E o senhor cristão tomou posse da ponte, e o *Diabo-do-Alfusqueiro* sumiu-se logo lá para as funduras negras do rio onde moram as sombras misteriosas que os olhos dêle alumiaram como um relâmpago de peste...

.... »

J. S. SOUSA BAPTISTA

UM DOCUMENTO HISTÓRICO DE 1822, DE AVEIRO

VAI o *Arquivo do Distrito de Aveiro* inserir nas suas páginas a *Acta da segunda eleição da Junta Eleitoral da cidade de Aveiro,* datada de 22 de Setembro de 1822.

Êste documento manuscrito, de indiscutível autenticidade e cujo aspecto denuncia a sua idade secular, acha-se lavrado em três laudas, sem pautado, com as dimensões 0,^{m}31 × 0,^{m}21.

Antes, porém, de se fazer a integral transcrição do vetusto papel, permitido nos seja aqui deixar exaradas as seguintes palavras, que se baseam em afirmações de vários historiadores:

Como de todos sabido é, a Revolução que na cidade do Pôrto explodiu em 24 de Agôsto de 1820 — repercussão do que em 1812 se passara em Espanha, onde tinha sido adoptada uma Constituïção muito liberal, depois abolida por Fernando VII e restaurada em 1 de Janeiro de 1820 — foi entre nós acolhida com entusiasmo.

Proclamada no reino vizinho a falada Constituïção, o propósito dos conspiradores portugueses, já então numerosos, era estabelecer em Portugal um regime igual ao de Espanha.

Em local algum do País se esboçara a menor resistência contra o movimento de 24 de Agôsto.

Os fins da Revolução tinham sido: — Nomear-se uma *Junta Provisória,* que governasse a Nação até o regresso de D. João VI e convocarem-se, entretanto, as Côrtes, cuja tarefa seria estudar e votar a Constituïção da Monarquia.

Com grande aplauso do Povo, e no edifício do Senado Portuense, elegeu-se a *Junta Governativa,* que ficou composta dos coroneis António da Silveira Pinto da Fonseca, presidente; Sebastião Valente Cabreira, vice-presidente; e dos vogais Luiz Pedro de Andrade Brederode, Pedro Leite Pereira de Melo, Francisco Cirne de Sousa Madureira, Manuel Fernandes Tomaz, João da Cunha Soutomaior, José Maria Xavier de Araújo, José Manuel de Castro Abreu, Roque Ribeiro de Abranches Castelo

Branco, José Joaquim Ferreira de Moura, José Manuel Ferreira de Sousa Castro e Francisco José de Barros Lima.

Foram nomeados secretários, com voto, José da Silva Carvalho, José Ferreira Borges e Francisco Gomes da Silva.

A Regência, logo que, em Lisboa, teve conhecimento da Revolução, ficou assombrada e furiosa, proclamando ao Povo, proclamação essa onde declarava ilegal a convocação das Côrtes, ameaçando os revolucionários com tremendos castigos.

Os membros da *Junta Governativa* também ficaram surpreendidos e aterrados com a proclamação.

Mas Silva Carvalho, espírito organizador e que dispunha dum alto critério que lhe permitia remediar de pronto qualquer incidente inesperado; Manuel Fernandes Tomaz — o inspirador e a alma da Revolução — e o coronel Sepúlveda, um dos seus directores, não se amedrontaram.

E por tal forma se houveram, que conseguiram arrastar os tímidos, resolvendo todos, depois, que se seguisse para Lisboa.

Assim se fêz, acompanhando a *Junta* à excepção de três de seus membros, que ficaram no Pôrto, as tropas, repartidas em duas divisões, sob o comando dos generais Gaspar Teixeira e Cabreira.

A *Junta de Lisboa,* saída do movimento ali realizado em 15 de Setembro, secundando o de 24 de Agôsto, era menos numerosa e democrática do que a do Pôrto.

Era formada pelos membros do *Govêrno Provisório,* tendo como suplementares: o barão de Molelos, Felipe Ferreira de Araújo e Castro, Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, Bento Pereira de Carvalho, José Nunes da Silveira, Luiz Monteiro e Francisco de Lemos Bettencourt.

Triunfante a Revolução e resolvidos alguns atritos, que surgiram entre as duas *Juntas Governativas,* fêz a do norte a sua entrada em Lisboa, no dia 4 de Outubro, entre as mais calorosas manifestações populares.

A Regência, por todos abandonada, eclipsou-se, sendo substituída por um *Govêrno Provisório* de que ficaram fazendo parte os condes de Rezende e Penafiel; tenente-general Matias de Azevedo e Hermano Braamcamp Sobral.

As duas *Juntas* resolveram não fundir-se, mas igualar-se em número, formando duas secções governativas deliberativas.

Nos Açôres, Madeira, Índia, Moçambique e Angola rebentavam revoluções, organizando-se *Juntas Governativas,* à maneira que ali iam sendo conhecidos os movimentos de Lisboa e Pôrto.

O *Govêrno Provisório* começara os trabalhos da eleição da Assembleia Nacional, que devia aprovar a nova Constituïção Política.

Opinavam uns que as Côrtes se convocassem segundo os usos e costumes; outros, que se adoptassem os métodos e processos modernos.

Prevaleceu esta última opinião, estabelecendo-se o sistema da eleição indirecta em dois graus.

De-passagem, diremos o que é eleição directa ou num grau e eleição indirecta ou em dois graus.

Na primeira, os eleitores escolhem imediatamente os seus candidatos ou representantes; na segunda, escolhem, primeiramente, como seus mandatários, outros eleitores e estes vão, depois, votar ou escolher os representantes.

Entre nós, e em seguida às lutas liberais, o decreto de 12 de Junho de 1834 estabeleceu a eleição indirecta, sistema que foi mantido pelos decretos de 4 de Junho de 1836 e de 5 de Março de 1842, por Costa Cabral.

Passos Manuel havia, em 8 de Outubro de 1836, estabelecido o sistema directo, que foi adoptado pelo primeiro ministério regenerador presidido pelo Duque de Saldanha, no decreto de 30 de Setembro de 1852.

Pelo sistema adoptado para a Constituinte de 1820: — os eleitores da paróquia escolhiam os eleitores da comarca e estes os deputados, devendo Portugal dar cem; os Açôres e Madeira, seis e o Brasil 70.

Dadas pelo Govêrno as respectivas instruções eleitorais, procedeu-se em 8 de Dezembro à eleição das primeiras Côrtes Constituintes em Portugal e Algarve.

Nesta Assembleia, tomou a presidência D. Frei Francisco de S. Luiz, arcebispo da Baía e, logo em seguida, foi nomeada a Regência, composta do Conde de Castelo-Melhor, D. Frei Francisco de S. Luiz, Silva Carvalho, Conde de Sampaio e Soutomaior.

Foram escolhidos para ministros: — do Reino, Francisco de Sousa Barradas, substituído por Joaquim Pedro Gomes de Oliveira; da Fazenda, Francisco Duarte Coelho; dos Estrangeiros, Anselmo Braamcamp; da Guerra, António Teixeira Rebelo e da Marinha, Francisco Maximiano de Sousa.

Apresentado o projecto de Constituïção, requeria-se, dum lado do Congresso, que efectuava as suas sessões no *Paço das Necessidades,* a existência de duas câmaras electivas.

Pugnavam por esta idea José Xavier de Araújo, Trigoso e Pereira da Silva.

Do outro lado, onde estavam Fernandes Tomaz, Ferreira Borges, Ferreira de Moura e Borges Carneiro, defendia-se a adopção duma câmara única, indissolúvel e inadiável, o que foi votado por 59 votos contra 26.

Esta câmara deixou de existir desde 1828-1833, período do sistema absoluto implantado em Portugal por D. Miguel. Voltou, porém, a funcionar, com o advento do Constitucionalismo, no reinado de D. Maria II.

Em 28 de Setembro de 1821, promulgou-se a nova Constituïção, que se compunha de 6 títulos e 240 artigos.

Caíu no ano de 1823, em conseqüência da reacção absolutista.

Em Novembro de 1822, faleceu Manuel Fernandes Tomaz, que tinha nascido na Figueira da Foz, em 1771, e aí por 1805 exercera o cargo de superintendente das alfândegas de Aveiro.

Fernandes Tomaz, bacharel em Cânones, em todos os tempos se afirmara um espírito liberal e como patriota ardente o seu nome ilustrou nas mais decididas pugnas em prol da Liberdade.

A Revolução, nas suas mãos, diz um escritor, poderia seguir muitas vezes um caminho perigoso, mas tinha sempre uma direcção certa e lógica.

Depois da sua morte, deixou-se assoberbar pelos mais encontrados impulsos e perdeu-se.

Manuel António Coelho da Rocha, que aparece votado na acta de 22 de Setembro de 1822, era lente da Universidade, jurisconsulto consagrado e homem de grande saber.

Nascera em S. Miguel de Mato, comarca de Vila da Feira, em 1753.

Joaquim José de Queiroz votado com 337 listas, era natural das Quintãs. Tomou parte activa nas lutas liberais e foi quem, na manhã de 16 de Maio de 1828, levantou o grito de revolta em prol da Carta Constitucional, na Praça do Comércio, em Aveiro, fazendo assim com que esta cidade fôsse a primeira onde rebentou o grito de guerra contra o absolutismo.

Manuel Nunes Chocha do Couto, juiz do crime no Pôrto, votado com 83 votos, era de Ílhavo.

Manuel da Rocha Couto, opositor em cânones, eleito a-final com pluralidade absoluta de votos na *Junta de divisão eleitoral da cidade,* para votar os sete deputados na Junta de Cabeça de tôda a Divisão Eleitoral, também era de Ílhavo.

O que foram estas côrtes pode ver-se muito desenvolvidamente na *História de Portugal,* de Pinheiro Chagas; na *História de Portugal,* por um grupo de homens-de-letras, e na *História da Revolução de 1820,* por José de Arriaga.

CÓPIA DA ACTA DA SEGUNDA ELEIÇÃO DA JUNTA ELEITORAL DA CIDADE DE AVEIRO

Aos vinte e dois dias do mez de Setembro do anno de mil oito centos e vinte e dous, na Igreja de São Miguel desta Cidade d'Aveiro, aonde se achava reunida a Assemblea Eleitoral, composta das quatro Freguezias da mesma Cidade, e do Logar da Taipa, freguezia de Requeixo, e Termo

da dita Cidade, á hora determinada: faltando os dous Substitutos Antonio José Gravito da Veiga e Lima, e José Barreto Ferraz de Vasconcellos, propôs o Prezidente, de accôrdo com o Reverendo Parocho, para fazerem as suas vezes, ao Capitão de Fragata Joaquim Antonio Rodrigues Galhardo, e ao Capitão do decimo Batalhão de Caçadores estacionado na dita Cidade, Antonio de Souza Cirne; os quaes forão unanimemente approvados pela Assemblea, e passárão a tomar os seus Lugares.

Immediatamente o Presidente e mais Mezarios lançarão na Urna as suas Listas, e na mesma forão lançadas as de todos os Cidadãos, que se achavão prezentes, depois de descarregadas no respectivo Livro da matricula. E não havendo mais quem votasse, o Presidente mandou contar as Listas, que se achárão sette centos e vinte e cinco; e sendo extrahidas pelos Escrutinadores, huma a huma, rezultarão as duas relaçoens dos votados, com o número dos votos, que abaixo se seguem; as quaes forão verificadas pelos Escrutinadores e Secretarios, e se achárão conformes, e dellas consta a seguinte eleição = Antonio Camello Fortes de Pina, Deputado em Côrtes, com oito centos e oito votos = Antonio Joaquim de São Tiago Pires Monteiro, Bacharel, com trezentos e trinta e dous votos = Antonio José Ferreira, Juiz de Fora de Moncorvo, com trezentos e cincoenta e quatro votos = Domingos José de Sá Pinto, Juiz dos orfãos da Bemposta, com cento e vinte seis votos = Francisco Manuel Trigoso d'Aragão Morato, Deputado em Côrtes, com cento e cincoenta e trez votos = Heleodoro Jacinto d'Araujo Carneiro, Doutor em Medicina, com cento e onze votos = João Licio Barboza da Fonseca Freire, com trezentos e nove votos = João da Silva Carvalho, Oppositor, com quatro centos e desaseis votos = Joaquim Gabriel Soares da Graça, Bacharel, com vinte e nove votos = Joaquim José de Queiroz, Dezembargador da Bahia, com trezentos e trinta e sette votos = Joaquim de Seixas Diniz, Lente da Universidade, com sessenta e sette votos = José Joaquim Ferreira de Moura, Deputado em Côrtes, com duzentos e oitenta e sette votos = José Liberato Freire de Carvalho, Redactor do Campeão Portuguez, com quinhentos e quatorze votos = José Vaz Corrêa de Seabra, Deputado em Côrtes, com noventa e seis votos = Manuel António Coelho da Rocha, Oppositor, com oitenta e nove votos = Manuel Dias de Souza, Prior de Villa Nova de Monsarros, com quatro centos e sessenta e cinco votos = Manuel Fernandes Thomaz, Deputado em Côrtes, com trezentos e onze votos = Manuel Gomes Quaresma de Sequeira, Corregedor da Madeira, com quatro centos e tres votos = Manuel Nunes Chocha do Couto, Juiz do Crime do Porto, com oitenta e tres votos = Patricio Luiz Ferreira Tavares Pereira da Silva, Bacharel, com seis votos. — A qual eleição se fez assim sobre os vinte e hum votados, por ter sahido eleito na Junta de Divisão Eleitoral desta Cidade, com pluralidade absoluta, Manuel da Rocha Couto, Oppositor em Canones.

E todos os Cidadãos que formam esta Assemblea Eleitoral, outorgárão aos sette deputados, que em rezultado dos votos de toda a divisão eleitoral, sahirem eleitos na Junta da Cabeça della, a todos, e a cada hum em solido, amplos poderes para que, reunidos em Côrtes com os das outras Divisoens de toda a Monarquia Portugueza, possão, como reprezentantes da Nação, fazer tudo o que fôr conducente ao bem geral della, e cumprir suas funcçoens na conformidade, e dentro dos limites, que a Constituição prescreve, sem que possão derogar, nem alterar nenhum dos seus artigos: e que elles Outorgantes se obrigão a cumprir, e ter por valido tudo o que os ditos Deputados assim fizerem, em conformidade da mesma Constituição.

E por esta forma se houve por feita e acabada esta segunda eleição, de que se lavrou a prezente Acta, para ser guardada no Archivo da Camara com as duas relaçoens; e della se mandou tirar cópia, para ser apprezentada na Junta, que se ha de reunir na Caza da Camara, pelos dous Mezarios nomeados Luiz Gomes de Carvalho, e Carlos Cardozo Moniz de Castello Branco Bacellar.

E eu Joaquim Antonio Rodrigues Galhardo, Mezário Supplente, que esta copiei da Acta original, e que todos os mais Mezarios commigo assinárão.

O veriador Presidente
Bernardo Barreto Feyo

O Prior Antonio Dias Ladeira de Castro

O Escrutinador Manuel Xavier de Souza

O Escrutinador Luiz Gomes de Carvalho

O Secretario Francisco Ign.io Dom.es Ferr.a de Mend.ça

O Secretario supplente Joaquim Antonio Roiz Galhardo.

ANDRÉ DOS REIS

INSCRIÇÕES DO DISTRITO DE AVEIRO

I

INSCRIÇÃO LAPIDAR COMEMORATIVA DA SAGRAÇÃO DA IGREJA DE S. LOURENÇO DO BAIRRO

(25 Outubro 1181)

NOVE são ao todo os Bispos residenciais, que ocuparam e governaram a catedral e a diocese de Coímbra, desde a sua restauração após a conquista de Fernando Magno, em 1064, até à morte de D. Afonso Henriquez, em 1185. Eis a lista:

1.º D. Paterno (1080-1087)
2.º D. Crescónio (1092-1098)
3.º D. Maurício (1099-1108)
4.º D. Gonçalo (1109-1128)
5.º D. Bernardo (1128-1146)
6.º D. João Anaia (1148-1154)
7.º D. Miguel Salomão (1162-1176)
8.º D. Bermudo (1177-1182)
9.º D. Martim Gonçálvez (1183-1191).

É do 8.º dêstes Prelados que nos fala a inscrição lapidar, cuja estampa acompanha êste artigo.

Inscrição digna de todo o aprêço é esta, sob o aspecto epigráfico, e pela sua cuidadosa e artística execução. Monumento lapidar, que deve ser tratado com tôda a veneração e carinho; embora sob o aspecto biográfico não venha trazer interessantes e novos elementos para o conhecimento do Bispo D. Bermudo. Não falo da importância altíssima que ressalta do monumento aos olhos dos povos da Bairrada, pelo facto de ser o mais antigo e venerando pregoeiro dum acontecimento notável, ali ocorrido no domingo 25 de outubro do ano de Cristo de 1181.

Lá foi com o seu cabido o Bispo de Coímbra D. Bermudo, e durante uma boa parte daquele dia, dedicou ou sagrou solenemente a igreja e o altar de S. Lourenço, edificados pelo presbítero Pelàginho, que naturalmente era o sacerdote encarregado da igreja, e cura de almas da frèguesia.



A inscrição já era de há muito conhecida. Foi publicada ha 87 anos nas *Memorias da Accademia Real das Sciencias, — Classe de Sciencias Moraes,* pelo meu sábio e benemérito parente Dr. Miguel Ribeiro de Vasconcellos; e em fascículos separados, com o título — *Noticia historica do Mosteiro da Vacariça, doado á Sé de Coimbra em 1094, e da Serie chronologica dos Bispos desta cidade desde 1064 em que foi tomada aos mouros. Dividida em duas partes e offerecida á Academia Real das Sciencias de Lisboa por* Miguel Ribeiro de Vasconcellos, *Conego da dita Sé, Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, e Sócio correspondente da mesma Academia.*

Havia sido comunicada a inscrição ao Doutor Miguel R. de Vasconcelos por António Luís de Seabra, depois Visconde de Seabra, que a tinha decifrado e copiado com acêrto. Encontra-se na pág. 89 do 2.º fascículo (1854) da dita separata.

Foi desenhada e aberta pelo lapicida numa placa de calcário das pedreiras de Ançã, em belas letras capitais, umas redondas outras angulares, misturadas com algumas onciais, todas elas de formas bem conhecidas, por serem vulgares em títulos de livros ou capítulos nos códices caligráficos dos séculos xi e xii, assim

como nas melhores inscrições da época. Tem muitas letras conjuntas, outras inclusas, algumas suprimidas com indicação de sinais bràquigráficos, mas tão distintamente desenhadas e tão nitidamente gravadas, que a sua leitura não oferece embaraços a quem não seja inteiramente analfabeto em epigrafia.

Separando e distribuíndo convenientemente as inclusas e conjuntas, e desdobrando as abreviaturas, temos, sem vislumbre de dúvida, a leitura seguinte:

SVB : HONORE : SANCTI : LAV
RENCII : PELAGIOLVS : PRESBITER : HANC : EDIFICAVIT :
ECCLESIAM : QVAM : CERO : PERFECTAM : VERMVDVS :
CONIMBRIANE : ECCLESIE : RELIGIOSVS : DE
DICAVIT : EPISCOPVS : VIII° : KALENDAS : NOVEMBRIS : E^a : M^a : CC : XVIIII

O que, em português, quer dizer: — *Em honra de S. Lourenço, o Presbítero Pelàginho edificou esta igreja, a qual, concluída tardiamente, foi sagrada por Bermudo, religioso Bispo da igreja coimbrã, no dia 8.° antes das Kalendas de Novembro da Era de 1219* (isto é, a 25 de Outubro do ano de 1181).

Poderia este monumento epigráfico revelar-nos, se não o soubéssemos já, que o Bispo D. Bermudo aínda era vivo a 25 de outubro de 1181; mas é bem conhecido o seu assento de óbito no Livro das Calendas da Sé de Coimbra, que o dá falecido *Nonís Septembris Era M·CC·XX* (5 de Setembro de 1182).

Além disso, o *Chronicon Conimbrigense* registara também, mas sem indicação de dia: — *Era M.ª CC.ª XX.ª* (ano do Senhor de 1182) *Obiit domnus uermudus colimbriensis episcopus.*

Mas nem por isso é menos preciosa esta inscrição lapidar, como fica dito.

ANTÓNIO DE VASCONCELOS

O CONVENTO DE SERÉM

EM o número terceiro, de 1935, já o *Arquivo do Distrito de Aveiro* tratou dêste velho cenóbio de capuchos, fazendo a sua história, desde a fundação em 1634 até à sua extinção, dois séculos depois, e subseqüente encorporação no domínio particular.

Nesse trabalho, porém, a história do humilde mosteiro serenense é feita por forma tão objectiva e exterior, digamos, que pouco mais é do que uma simples enumeração cronológica dos diplomas relativos à sua vida de dois séculos.

De posse dum manuscrito que pertenceu ao próprio cartório do convento, lavrado por mão de seus religiosos, e escrito para servir de memória às porvindouras gerações de frades daquela comunidade, pareceu-nos que a sua notícia teria algum interêsse nas páginas desta revista.

É que, com trazer-lhe a história do convento sob um aspecto novo e ignorado, dá-lha com a poesia e animação que lhe empresta a mesma narrativa do seu fradinho cronista.

Mal diria êle, ao escrever um dia no silêncio recolhido da sua cela de monge, que, volvido pouco mais dum século, a paixão e o sectarismo dos homens haveriam de fazer do seu convento profana propriedade dum ricaço, e que a sua prosa, em vez de servir à edificação dos frades seus irmãos, seria, no acaso do descaminho, pasto de curiosos numa revista de arqueologia!

O referido manuscrito é um livro de papel de linho, liso, de 30 × 20 cm, com sessenta fôlhas escritas, e as restantes — outras tantas aproximadamente — por numerar e em branco.

Encapado de pergaminho, já requeimado e denegrido dos anos, tem na portada, escritos em caracteres elegantes de bom calígrafo, os seguintes dizeres:

Cartorio / ou / Memorial / da fundação, principio / e progreſsos deſte convento de Santo Antonio / de / Serem / do qual he Padroeiro o possuidor da Cª: / Za de Diogo Soares, Secretario de Estado que foi / em Madrid no tempo

do governo de Castella. | Do cartorio antigo por eſtar falto e con = | fuzo se tirou eſte extracto, sendo guardiam | deſte convento o Irmão Confessor Fr. Manoel de S. Antº | natural de Canas. An. 1707 |

Adiante, na fôlha seguinte, contém-se o respectivo prólogo que transcrevemos na íntegra.

PROLOGO

« Como aos filhos de qualquer familia seja doce e gostoso o acharem noticias do que seus antepassados fizerão pello augmento de suas cazas, como as fundarão, que principios tiverão, e tudo mais que as engrandece e exalta; Assim, aos Religiosos curiosos, são gratissimas as noticias q̃ achão escritas tocantes, não só à gloria da Prouincia de que são filhos, mas tambem ao lustre dos conventos em q̃ assistem moradores. Attendendo a este fim e em cumprimento do que mandão os Estatutos desta santa Provincia em o capitulo 60; por mandado do Irmão Confessor Fr. Manoel de S. Ant.º, tresladei do Cartorio antigo (por estar diminuto e confuso) a este novo, não só a fundação deste couu.to de S. Ant.º de Serém, mas tambem alguas circunstancias e casos acontecidos naquelles tempos, q̃ parece mostravam ser muito do aggrado divino a sobredita fundação, por lhe precederem cousas, que parecerão milagrosas. Alem desta noticia daremos outra dos guardiaens que forão sucedendo, e obras mais notaveis que no seu tempo fizerão, deixando as pequenas e meudas q̃, sendo precisas nos Inventarios, são indignas nos cartorios, em q̃ só as obras notaveis se escreuem, como o Estatuto dispoem. Tambem poremos neste Cartorio as memorias da Divisão; Religiosos q̃ fallecerão com opinião de virtude; pessoas q̃ saindo pera Bispados, illustrarão a Igreja, e acreditarão a Prou.ª E suposto estas materias pertenção mais ao Cartorio Geral da Prou.ª que aos particulares dos Conventos; contudo não será alheio da razão que neste tambem se contem para que nelle as vejão os q̃ não podem facilm.te pedir aos Prouinciais lhe mostrem os ditos cartorios da Prou.ª Tambem faremos memória de algũas pertencentes ao nosso Reyno, ao prezente tão apertado com guerras, pera q̃ sendo lidas pellos Religiosos zelosos as noticias do Convento e do Reyno, dem a Deos graças pellos bõns principios dos fundamentos da Caza, e peção a Deos pella páz e conservação da Monarquia. Tudo faremos em capitulos distintos p.ª mais clareza e distinção, dando-lhe principio por obediencia do sobredito g.am Fr. Manoel de S.to Ant.º an. 1707 ».

Pelo traslado que aí fica, já cada um avalia do que no manuscrito se contém. Nós, todavia, limitar-nos-emos apenas a reproduzir, sucintamente, a parte que se refere à fundação e início do velho mosteiro do Vouga.

*

Ao contrário de tantas outras casas de religião que por dilatados anos floresceram na terra portuguesa, o convento de Serém não tem a ilustrá-lo pergaminhos de nobre ou heróica tradição. Nem se prende a nenhum passo da história nem é fruto da piedade sincera de nenhum grande vulto nacional. Ao contrário, o tredo nome do seu fundador e padroeiro só terá sido incentivo às orações caridosas e indulgentes dos pobres frades capuchinhos...

Talvez por isso se não encontra em todo o manuscrito a mais leve referência às virtudes, nem mesmo às de simples piedade, do que fôra seu dadivoso instituïdor — Diogo Soares, o poderoso valido do Conde Duque de Olivares, Secretário de Estado de Filipe IV, e, com Miguel de Vasconcelos, seu genro, o instrumento senão o autor da política de perseguições e vexames que caracterizam o último período do domínio espanhol em Portugal.

*

Foi no regresso do Capítulo Geral da Ordem que em 1633 se celebrou em Toledo, que Frei Manoel de Santa Catarina, Provincial da Província de Santo António, se avistou em Madrid com Diogo Soares, *o qual com sua molher Dona Maria, obrigados do cortejo e mt.º mais dos beneficios q. de S. Ant.º confessavam terem recebido offereceu á dita Prouincia fazer-lhe á sua custa hum convento em hũa de suas terras que os religiosos escolhessem.*

*

De regresso ao reino, o Provincial expôs à mesa da Definição da Ordem a mercê do Secretário de Estado.

Resolveu a Mesa aceitá-la e erigir-se o convento nas imediações de Águeda ou Serém, por ficar o sítio a meio caminho do Pôrto e Coimbra e não existir aí nenhum recolhimento que pudesse servir de pousada aos irmãos ou leigos que dela necessitassem. Com o procurador de Diogo Soares, o desembargador Estêvão de Foios, partiu o definidor Fr. António da Natividade à escolha do local, mas ao que parece, em má hora, porque logo se desentenderam, optando o procurador por se fazer o convento em alguns dos povos de Sequins ou Cazainho, ambos contíguos a Águeda, e insistindo o definidor pela vila de Serém, *onde parecia mais conveniente a alguns por ficar no*

meio de muitas freguesias que poderiam ser ajudadas mais comodamente dos religiosos com a doutrina e administração dos sacramentos.

Como o desembargador Estêvão de Foios se não movesse a estes argumentos de conveniência apostólica, e, em sua contumácia, não acedesse à eleição doutro sítio que não fôsse o que escolhera, mandou o Provincial dar comêço a um pobre recolhimento ou hospício na vila de Serém, o qual hospício *se fez nas casas dos Crespos aonde ainda hoje morão os descendentes desta familia com o mesmo apelido, e se conserva por cima da torsa ou padieira da porta o buraco por onde sahia a corda da campainha que servia na portaria* (1).

É de crer, ainda que o manuscrito o omita, que diligências da Ordem junto de Diogo Soares, fizessem demover de sua obstinação o caprichoso procurador, porque — diz o cronista — instalados os frades no hospício, não tardou que Estêvão de Foios aparecesse, *já convencido de fazer-se o convento no sítio de Serem onde queriam os religiosos e não noutro como elle pretendera.*

Apareceu acompanhado dum *arquitecto de el Rey, chamado Matheus do Couto,* mas logo, chegados ao local onde os frades haviam determinado que seria o mais acomodado às casas do convento, de novo Estêvão de Foios, ou por amor próprio ou porque sinceramente discordasse, opina por que se fizesse *em hũ Montezinho que hoje se vê entre os campos de Ruyvo e Saladas onde não podia vir agoa ainda que lhe ande o Vouga com sua corrente à falda.*

Não sabemos se os pobres frades viram na escolha do desembargador, vingativos propósitos de os matar à sêde... Certo é que desta vez foi o *milagre* e já não Diogo Soares que quebrou a contumácia conflituosa do birrento desembargador. *Como esta fundação parecia ser providencia especial de D.s, quiz Este determinar o sitio em parte q̃ se conhecesse não ter a prudencia humana eleição nelle,* diz o cronista. Foi o caso que neste apêrto dos frades perante a decisão de Estêvão de Foios, um *sinal prodigioso* se deu. Certa mulher de Macinhata apareceu aos frades dizendo que escusavam uns e outros de cansar-se na eleição do lugar para sítio do Convento porque não havia de ser outro senão sôbre certo monte de Serém, e isto porque *saindo de sua casa ao cantar dos galos, á meia noite, vira aí doze tochas ardendo* com uma luz e resplendor nunca vistos. O cura de Macinhata abonou a moralidade e vida virtuosa da mulher, e êle mesmo, ajuramentado, afirmou que, instado por ela, vira também, com seus próprios olhos, as doze tochas

(1) Em nota, à margem do manuscrito, alguém escreveu: *há pouco tempo a esta parte se tapou o tal biquito ou buraco com ocasião de se rebocar a parte onde estava.*

ardendo *como estrelas que desprendião de si mt.º grande claridade.*

Êste sinal acabou por convencer o Foios e inclinar os religiosos vacilantes, a todos resolvendo à eleição do sítio onde afinal se veio a construir o convento, por entenderem que *a escolha já não hera puramente humana se não eleição do ceo.*

O cronista alarga-se agora na justificação dos testemunhos comprovativos dêste caso *sobrenatural,* referindo pessoas, algumas ainda coevas dêle, outras que de tradição o afirmavam e pessoalmente o referiram a êle mesmo — *a mim fr. Manoel da Visitação que escrevo este cartorio.*

Enfim, assente o local da fundação, logo na primavera de 1635, com a assistência do irmão ministro, os irmãos do recolhimento, mais doze religiosos, o desembargador Estêvão de Foios, todos os priores e vigários vizinhos, a gente principal do povo de Águeda com seu prior — *posto que sentidos de se não fundar o convento na sua terra como se praticava antes de final resolução* — se procedeu ao lançamento da primeira pedra em 16 de Abril de 1635, uma segunda-feira depois do domingo *In-Albis,* e festa de Nossa Senhora dos Prazeres.

Benzido o monte pelo Provincial Frei Manuel de Santa Catarina, rezou êste missa, e prègou com muita edificação o irmão Frei António dos Anjos Custódio que fôra no Brasil, em meio *de innumeravel concurſo dos povos circumvizinhos que com os seus parrochos vieram aſsestir a esta solenedade explicando todos o jubilo q̃ seus corações sentiam já com vozes já com lagrimas de devoção em as quaes se deſtinguio na variedade dos effeitos o deuotto povo de Águeda.*

Daí a dias, iniciavam-se as obras sob a direcção dos próprios autores do projecto ou planta, o já referido arquitecto Mateus do Couto e o *Irmão Confessor Frey Francisco de Santa Agueda, natural de Braga religioso de grande virtude e singular habilidade tanto na scultura como na pintura* ([1]).

Acontece aqui que «*como as obras de virtude teem sempre sua contradição êste novo edificio a teve num padrasto durissimo q̃ perturbou grandemente a consolação dos religiosos.*

Foi o caso de que o prior de Macinhata, Francisco de Sousa Côrte Real ([2]), chamado por qualquer título a intervir nos trabalhos do convento, se houve para com os pobres fradinhos por forma cruel e violenta. *E tanta aversão tinha aos religiosos que os*

([1]) Quem estas linhas escreve possue na *Casa do Calvário* em Canelas de Estarreja, com outros manuscritos do convento de Serém (Livro dos Óbitos e das Sepulturas, Livro de Registo das Visitações, das Cartas dos Provinciais, das Despesas, etc.) duas telas de pintura a óleo, sec. XVIII, de 1,m20 × 0,90 aproximadamente, que presume haverem pertencido ao mesmo convento, e que bem podem ser da mão do frade pintor referido no texto.

([2]) Seria o mesmo que abonou a *vidente?*

obrigava a trabalharem pessoalmente nas estacadas que fazia para reparo do campo e chamando-lhes burros pardos, os fazia carregar de estacas e madeiras sobre os hombros e q̃ com suas mãos as pregassem em as margens do Rio Bouga. Os humildes franciscanos obedeciam sem resistência *aos preceitos daquele Faraó soberbo sobre quem havia de cair a ira de Deos como a depois se vio,* mas não tardou que soubessem que o homem era indigno de ser havido como instrumento de Deus na prova da paciência e humildade dêles religiosos.

Clérigo sem vocação, talvez filho segundo, sem património, de alguma família das cercanias, como muitos outros do seu tempo decerto procurara na paroquialidade não a salvação das almas, mas os rendimentos que de seu bolso próprio lhe faleciam... Certo é que com ser mau sacerdote era o homem mau de natureza, pois além de péssimos costumes, *indignos de se escreverem, por ministério de dois creados facinorosos que tinham o apelido de Cangalhos acutilava aos homens e açoutava as molheres, a hũa das quaes fez navalhar pelas partes postériores mandando-lhe salgar depois as chagas; de que resultava ser este cruel sacerdote o escandalo de seus fregueses e o terror de seus vizinhos.*

Para grandes males grandes remédios — foi o juízo do bom religioso Frei João de Vila Real, que, vistas as insolências e crueldades do Prior de Macinhata, não hesitou em o denunciar à Côrte de Madrid, pedindo providências para tão *bárbaros desconcertos.*

O efeito não se fêz esperar, e uma alçada dobrada é expedida para sindicar do procedimento do prior Côrte Real. De nada porém valeu, porque êste, apercebido, a tempo se pôs a monte, dizendo:

« Tal alçada sobre ti, Francisco, vai-te daqui »

E certo é que tão a bom recato lhe deram valhacouto que nunca mais dêle se soube parte. Não assim dos Cangalhos, seus criados, que acabaram na forca ao que testemunha o próprio cronista de Serém, Frei Manuel da Visitação.

Aliviados dêste modo os religiosos *das extorsões dum vizinho tão impio e os povos de hũ leão tão feroz,* todos glorificaram a Deus, tendo por milagre de Santo António o verem-se livres do homem.

O manuscrito dá-nos depois a cronologia das obras, a data em que os religiosos do recolhimento se aposentaram nas casas do mosteiro, o dia em que as aulas começaram de funcionar, aquêle em que se rezou a primeira missa, quando se ultimou a cêrca, se fechou a abóbada da capela, e se lançou a última pedra do claustro. Não o acompanharemos no largo relato, despido ainda de maior interêsse do que aquêle que falta a tôda a crónica.

Referiremos apenas que com a Restauração da Independência Nacional em 1640, e o subseqüente confisco de todos os haveres e rendimentos de Diogo Soares, o convento ficou anos sem senhorio nem padroeiro, as obras suspensas à falta de subsídios, e os próprios frades à míngua, vivendo da caridade dos vizinhos.

Remediou neste apêrto o próprio Rei Restaurador, que a instâncias do Prelado do Convento, Frei João de Vila Real, o qual veio a ser confessor da raínha D. Luíza de Gusmão, mandou que das rendas de Diogo Soares se pagasse uma taxa para a continuação das obras do mosteiro.

Adiante, em 1644, D. João IV faz mercê do padroado do convento e das vilas de Serém e Préstimo a D. Fernando Mascarenhas, o único dos filhos do Marquês de Montalvão que se não bandeara com Castela, mas, anos volvidos, *foi Deos servido que Caſtela pedisse pazes: as quaes feitas e abertos os caminhos q̃ as guerras impedirão veio de Caſtella o S.or Miguel Soares de Vasconcellos Brito de Almeida, filho Morgado de Diogo Soares Padroeiro deſte Conuento e pleiteando os bens q̃ a ſeu pay se tinhão confiscado e transferido ao Conde-Marichal, por legitima sentença lhe forão reſtituidos em virtude da qual sentença tomou posse do padroado deſte conuento e das villas do Prestimo e Serém que seo pay havia compradas. Eſte acto de posse se fez em 5 de julho de 1680.*

O resto do manuscrito, como reza o prólogo, trata ainda dos prelados da comunidade, dando notícia circunstanciada de quarenta e dois, que abaixo relatamos, refere vários casos prodigiosos que andavam na tradição do convento, e ministra ainda outras notícias concernentes à história da vila de Serém.

Não alongaremos porém com elas o relato que deixamos feito, de si já carecido de todo o interêsse — ao menos doutro interêsse que não seja a mera curiosidade que para muitos há sempre em tudo que o mistério do passado tocou de sua graça e o dobar dos anos de algum modo enobreceu.

LISTA DOS PRELADOS OU GUARDIÃES DO CONVENTO DE SERÉM ATÉ 1707

1634 — Frei Agostinho de S. Jerónimo, natural de Coimbra.
1639 — Fr. João de Vila Real.
1645 — Fr. Paulo das Chagas, 1.º que teve título de Guardião, natural do Pôrto.
? — Fr. Lourenço, de Viana do Castelo.
1650 — Fr. Rufino da Conceição.
? — Fr. Antonio dos Reis.
1652 — Fr. Vicente de S. José, de Lisboa.
1653 — Fr. Gaspar Salvador.
1654 — Fr. Pascoal do Deserto.
? — Fr. António da Conceição, de Alviães de Palmaz.
? — Fr. António do Rosário, de Sabugosa.
? — Fr. André de S. Bento, de Casal Ventoso, Sertã.

1659 — Fr. António da Natividade, de Braga.
? — Fr. Sancho de S. Pedro.
1662 — Fr. Manuel de Tomar.
1663 — Fr. Bernardino de S. Pedro, de Braga.
1665 — Fr. João de S.to António, de Ferreira.
1667 — Fr. Miguel de S. Gaspar, de Murça.
1669 — Fr. Luiz de S. José, de Cabanas.
? — Fr. António da Rosa, de Lisboa.
1672 — Fr. Manuel do Espírito Santo, de Fragosela.
? — Fr. Cristóvão de Santa Isabel, de Viseu.
1675 — Fr. Vicente das Neves, de Cabanas.
1677 — Fr. Miguel das Chagas, de Rezende.
1678 — Fr. António da Conceição, de Lisboa.
? — Fr. João de S.to Tomaz, de Punhete.
? — Fr. Manuel do Nascimento, de Trocifal.
1683 — Fr. Gregório da Assunção, de Bolfeta, Palmaz.
1685 — Fr. Manuel da Ressurreição, de Entre-Rios.
1688 — Fr. Dionízio de Santo António, de Espinhal.
1689 — Fr. Pedro da Conceição, de Lisboa.
1690 — Fr. João da Visitação, do Espinhal.
1692 — Fr. António da Esperança, de Coimbra.
1694 — Fr. Manuel da Visitação, da Mourisca.
1695 — Fr. António da Esperança, de Coimbra.
1697 — Fr. Matias de Santo António, de Coimbra.
1699 — Fr. Manuel da Purificação, da Lourinhã.
1700 — Fr. Dionízio de Santo António, do Espinhal.
1701 — Fr. Francisco do Salvador, de Miranda do Corvo.
1703 — Fr. Sebastião do Rosário, de Esgueira.
1706 — Fr. Manuel de Santo António (1), de Canas.
1707 — Fr. Bernardino de S. João, de Sabugosa.

Viseu — Dezembro de 1940.

ALEXANDRE DE LUCENA E VALE

(1) Êste foi o 1.º Prelado ou guardião, depois que se constituiu a Província da Conceição, e já foi eleito no 1.º capítulo celebrado no Convento de Santo António de Viana.
Até então os capítulos eram feitos no Convento da Castanheira.

FORAIS NOVOS DO DISTRITO DE AVEIRO

AVELÃS DE CIMA

¶ C*oncelho* de auelaãs de cima	—ij
¶ Casaes d*e* auelãs de cima	—iij
¶ T*ermo* de famelicam	—iiij
¶ T*ermo* do outeyro ¶ T*ermo* de caniceyra	—B
¶ Maninhos ¶ Momtados ¶ Obrigacam dos mordomos	—Bj
¶ Cadeas ¶ Portagem	—Bij
¶ Paã V*inho* sal cal ¶ Decraraçam das carguas ¶ Carros ¶ Coussas de que se nã paga portagẽ	—Biij
¶ Cassa mouida ¶ Nouidade dos bees p*er*a fora ¶ Pasagẽ ¶ Carne Caca ¶ Esçrauos	—ix
¶ Bestas Panos ¶ Coyrama e cousas della ¶ Metaaes ¶ Marcarias ¶ Azeite cera mell ¶ Fruyta seca ¶ Legumes	—x
¶ Coussas d*e* esparto ¶ Paao Pescado ¶ Barro ¶ Sacada carga por cargua ¶ Emtrada ¶ Descaminhado ¶ Saida	—xj
¶ Descaminhado por Saida ¶ Priuiligyados	—xij
¶ Pena do forall	—xiij

Dom manuell Per graça de d*eu*s Rey de purtuguall *e* dos alguarues daquẽ *e* dalẽ mar em africa *e* Senhor de guinee *e* da comquista naueguaçã cõmercio d*e* etiopia aRabia persya *e* da Jmdea ¶ A quamtos esta nossa carta de forall dado aas terras . *a saber* . auellaãs famelicam *e* pereiro cõ suas anexas pera senpre virẽ fazemos saber que per bẽe das semtemças determinações / Jeraaes *e* espiciaaes que forã dadas *e* feitas per nos *e* cõ os do nosso cõcelho *e* letrados acerqua dos foraaes de nossos Regnos *e* dos direitos Reaaes *e* trebutos que se per elles deuiã d*e* aRecadar *e* paguar ¶ E assy pellas Jmquirições que primcipalmẽt*e* mamdamos tirar *e* fazer em todollos luguares de nossos Regnos *e* Senhorios Justificadas primeyro com as pessoas que os di*c*tos direitos Reaaes tinhã Achamos visto os tombos *e* Jmquirições das di*c*tas terras que as Rẽdas *e* direitos Reaães se deuẽ hy d*e* aRecadar *e* paguar na forma seguimt*e*:

MOstra se pellos foraaes del Rey dom denis *e* del Rey dõ afomso o quarto seu filho ¶ E assy pellos tombos das ditas terras feitos pello Jmfãte dom pedro semdo Senhor dellas que as Rẽdas trebutos *e* foros das di*c*tas terras *e* de suas sofreguanhas se paguarã sempre *e* hã de paguar como nos di*c*tos tõbos *e* Jmquiriçoões particularmente estam decrarados os quaaes aquy mamdamos asemtar neste nosso foral cõ alguũas limitacões *e* decracões q*ue* logo nos mesmos capitollos vã Jumtamente / ¶ Metidos segumdo se adiãte segue: —

PRIMEIRAMẼTE NO C*ONCELH*O D*E* AVELAS DE CIMA

EM arcos *e* tres arcos ha el Rey dez cassaes dos quaes som em arcos seis *e* em tres arcos quatro os quaaes paguã ¶ Primeiramẽte estes foros que se segem ¶ De pã *e* linho a quĩta parte *e* do vinho de seis huũ *e* d*e* eiradegua na eira de triguo oito alqueires polla velha ¶ E de milho na eyra oito alq*ueire*s pella velha ¶ E de triguo da foguaca por mayo lĩpo quatro alqueires polla velha ¶ E de triguo de meirinhado na eyra huũ alqueire polla velha ¶ E de çeuada *e* milho per meyo de meirinhada na eyra huũ alqueire polla velha ¶ Estes foros pagua . *a saber* . a foguaça *e* meirinhada do seu propio q*ue* lhe fica *e* ho foro de todo ho mõte ¶ JTEM mais tres meas *e* pimta de vinho ha dinheiro paguo a como valler ho primeyro dominguo de mayo no burguo d*e* auellaãs ¶ E nã do que mais valler Nẽ do que menos valler *e* mais aa bica do laguar de v*inh*o de foro hũ alqueire ¶ JTEM na eyra huũ capã *e* huũa gualinha *e* por natall de foro duas gualinhas ¶ JTEM de foro de mayo tres soldos da moeda amtigua . *a saber* . cinco R*ea*es *e* meyo:

POBOA DO PEREIRO *TRES* CASAES A EL REY /

E Fazem estes foros per hũu forall que tẽ del Rey dõ denis hasellado de hũu sello pendemte de todo o pãa *e* vinho *e* linho a nouea parte ao Senhor *e* de triguo de todo ho mõte de foro dous alqueires polla velha . *e* de vinho mole de foro a bica sete meas *e* de capões de foro per natall hũu *e* tres soldos da moeda amtigua cõuem a saber cimquo Reaes *e* meyo: —

NO pinh*ei*ro termo d*e* avelãs de çima ha e*l* Rey *dois* casaes *e* a° vi*cen*te traz . *um* . ẽcabeçado em ho quall vyue *e* pouora corporallmẽte cõ ho quall cassall traz hũu moinho na auguoa que vay d*e* auellaãs de cima pera *a*vellãs de caminho *e* tẽ no di*c*to cassall asemtamẽto de cassas cozinha celeiro palheyro ¶ Currall ¶ Curtilhall o qual asemtamẽto parte d*e* agyã com terra laurada do dito cassal *e* d*e* abriguo outrosy cõ terra laurada sua *e* de soam cõ vinhas do di*c*to cassal *e* ho moinho traz sẽ foro *e* pagua delle *e* do cassall o q*ue* d*eu*s em elles daa cada hũu anño da a oitaua parte ao Senhor do pãa *e* vinho *e* linho *e* mais de foro do cassall na eyra de triguo limpo de paam hũu alqueire pella velha *e* por foguaça de trigo lỹpo tres

alqueires polla velha *e* de milho hũu alqueire polla velha ¶ E hũu capam por natall *e* / de foro *e* em dinheiro ¶ Cinquo soldos ẽ dinheiro de moeda amtigua que sã noue R*eaes*: —

¶ EM AUELLÃS DE ÇIMA A EL REY NOUE CASAAES *E* MEO *E* ERAM DEZ CASAES MAS NÃ PAGUÃ SENÃ ESTES NOUE *E* MEO

EM auellaãs de çima he el Rey noue cassaes *e* meo dos quaaes traz louréço añes da torre hũu emcabecado *e* viue em elle corporalmẽte *e* tẽ asemtamẽto de cassas de cozinha ¶ Cil*ei*ro *e* palheiro *e* huũa torre subradada ¶ Currall *e* cortilhal *e* eyra acerca da cassa o quall asemtamẽto parte de trauesya *e* d*e* abriguo cõ curtilhal delle mesmo *e* d*e* aguiã com Rua pubrica *e* pagua ao Senhor cadanño de todo pãa *e* linho a quimta parte *e* do vinho a seista parte *e* traz d*e* oitaua algũas terras que sãa adiante espritas *e* na eyra de triguo de foro de todo ho mõte hũu sesteyro polla velha *e* de milho de foro de todo ho mõte hũu sesteiro polla velha e de triguo de foguaça por mayo limpo do seu propio quatro alqueires polla velha *e* de triguo de meirinhado do seu propio hũu alqueire polla velha ¶ E de çemteo de meyrinhado do seu propio hũu alqueire polla velha.

AS quaaes medydas seram vistas *e* examinadas na terra *e* / tornadas a esta medida ora corremte despois de justificadas cõ as partes pellas quaaes ẽtam paguarã dy adyante . *a saber* . pellas medidas nouas ¶ E esta decraraçã mamdamos que se faça em todallas medidas amtiguas deste forall: —

E De capoões de foro na eyra huũ *e* huũa gualinha *e* por mayo duas gualinhas *e* de vinho de foro a bica sete meas ¶ E de vinho que a de paguar a como valer ho primeiro domingo de mayo no burguo d*e* auellaãs nã do que mais valer Nẽ do que menos valer tres meas *e* pĩta *e* de fora ẽ mayo de montado tres soldos da moeda amtigua por estes soldos paguã todos os d*e* auellaãs de çima por anño de momtados trezẽtos *e* vimte R*eaes* ¶ E emtra canellas *e* ferreirinhos *e* a jgr*e*ja *e* pagua se desta maneyra . *a saber* . os cassaes paguã çemto *e* vinte . *a saber* . seis R*eae*s cada cassal *e* duzẽtos R*eae*s de momtado segumdo ho guado que cada hũu traz nesta terra assy pagua por cabeça Repartido por elles todos sem ho Senhorio emtẽder ẽ sua Repartiçam: —

EM canelas ha el Rey tres cassaes os quaaes paguã ao Senhor em cada huũ anño de pãa *e* de linho a oitaua parte *e* do vinho de doze huũ ¶ E do triguo na eyra de foro / ¶ Quatro alqueires polla velha *e* de triguo de foguaça limpo dous alqueires polla velha *e* de cemteo de foro na eyra paguado dous alqueires polla velha ¶ E de milho de foro na eyra paguado quatro alqueires polla velha *e* de triguo de meyrinhado huũ alqueire *e* de çemteo outro polla velha ¶ E por sam migell de setembro de capoões de foro huũ *e* duas gualinhas cada cassal *e* de custume pagauã de doze hũu do vinho: —

FAMELICAM HA DEZ CASAES SEG*UN*DO SE ADIAMTE SEGE

EM famalicã ha el Rey dez cassaes emcabeçados dos quaes tras esteuã viçemte beirã hũu em cujo asemtamẽto viue *e* pouora corporalmẽte o quall tem asemtamẽto de cassas cozinha çelleyro palheyro adegua currall *e* curtilhall eyra acerqua da cassa *e* parte o semtamẽto delle d*e* aguiã com ho currall de louremço ean*nes* *e* d*e* abreguo cõ ho cassall que foy de Joã martĩz q*ue* ora he de Ruy louremço *e* do soãao com Rua pubrica *e* da trauesya com eyra delle mesmo ¶ E faz estes foros que se ao diamte segue ¶ Primeiramẽte de todo pãa *e* vinho *e* linho que lhe d*eus* der a oitaua parte

o pãa na eyra *e* ho vinho no laguar *e* ho linho no temdal *e* de foro de milho na eyra quatro alqueires polla velha *e* / E de vinho molle dez meas *e* se nõ ouuer vinho dara outros quatro alqueires de milho polla velha na eyra de todo ho monte *e* de çemteo por foguaça na eyra do seu propio tres alqueires polla velha *e* de capõoes de foro pello sam migell de setembro hũu capam ¶ E dous por ho di*c*to dya *e* çimquo ouos *e* todos hos moradores do di*c*to luguar de famalicã daram em cada huũ anño tres vezinhos que dem tres carreiras ao Senhor da terra taaes que ẽ esse dia que partirẽ possam tornar a dormyr a suas cassas *e* dar lhe ã o mamtimento *e* assy nos outros foros deuẽ de dar cõpridamẽte ao Senhor da terra como dãa *e* paguã os cassaes de ferreyros adyamte espritos porquãto tẽ huũ foral trelladado de fei*c*to per el Rey dõ affomso o quarto ¶ O quall he Rasso sẽ sinall nẽ sello no qual faz mẽcam que ho deu ao foro de ferreyros: —

E Jumto do di*c*to loguo de famalicã comtra alfellas ha el Rey huũa pouoa a que chamã a pouoa de Roupeyro *e* tral la Joham beirã *e* mora em ella corporalmẽte tẽ asemtamento de cassas leuã todas . *a saber* . cozinha çeleyro palheyro adegua ¶ Curral curtilhall eyra atras da cassa *e* parte d*e* agyam *e* d*e* a / breguo *e* trauessya soam cõ suas terras lauradas *e* pagua de todo o que lhe d*eus* der pã *e* vinho *e* lynho ao Senhor da terra a oitaua parte *e* de foro na eyra de triguo limpo dous alqueyres pella medyda velha sem numca mais paguar que Jsto: —

HO OUTEIRO HA QUATRO CASAES SEG*UN*DO SE ADIÃ(*TE*) SEGUE

EM no outeiro ha hy quatro cassaes emcabeçados em huũ delles viue *e* pouora corporalmẽte afomso pirez o qual casal tẽ asemtamento de cozinha celeiro palheyro adegua curral curtinhall eyra *e* foy de Johã da auguada o quall asemtamẽto parte d*e* aguiam cõ curtilhall delle mesmo *e* d*e* abriguo cõ carreira pubrica que vay pera saã lourenço de bayro *e* do soã com terra delle mesmo *e* faz estes foros que se adiamte seguẽ ¶ Primeiramẽte de todo pãa *e* linho que lhe deos der ao Senhor da terra de seis hũu na eira. ¶ E do vinho a bica de sete hũu ¶ E na eyra de triguo de todo ho momte de foro oito alqueires pella velha ¶ E de triguo do seu propio lĩpo a bamdeja per mayo de foguaça quatro alqueires pella velha ¶ E de çeuada ou çemteo na eyra de foro oito alqueires pel*l*a velha *e* de / meirinhado de triguo na eyra hũu alqueire pella velha *e* de çeuada ou cemteo na eira hũu alqueire pella velha *e* de gualinha na eyra de foro hũua *e* hũu framguão *e* de capooes de foro por natall hũu *e* de gualinha de meirinhado na eyra huũa *e* a bica do laguar de vinho de foro quatro meas *e* p*er* maio tres meas *e* pĩta de v*inho* pagado a d*inhei*rro como valler ho primeiro dominguo de mayo no burguo d*e* auellãs nom do que mais valler nẽ do que menos valler *e* da eyra de foro dous soldos de moeda amtiga . *a saber* . tres R*eaes* *e* meo *e* de leite *e* mamteigua dezoito dinheiros da moeda amtigua ¶ E por momtado do guado paguã os cassaes todos quatro ao Senhor da terra por mayo tres liuras da moeda amtigua que serã çemto *e* oito R*eaes* . ¶ E de foros . *çinco* . soldos de moeda amtiga.

EM CANICEIRA HA HUŨ CASAL

EM caniceira Jumto cõ amcas ha el Rey hũu cassall emcabeçado em ho qual viue *e* pouora corporalmente *e* tẽ asẽtam*en*to de cozinha *e* celeiro palheiro adegua currall curtilhall *e* eyra apres da cassa *e* parte ao asemtamẽto delle de todas partes cõ terra laurada desse mesmo *e* porquãto he luguar soo *e* faz estes foros que / se adiamte seguẽ ¶ Primeyramẽte de todo pam *e* vinho *e* linho *e* das outras coussas que lhe d*eus* no di*c*to cassall der outaua parte ao Senhor da terra *e* mais de foro em cadanño na eyra de triguo limpo pella medida velha dous alqueires ¶ E de pãa segumdo pella medyda velha

oito alqueires meado *e* por dia de sã miguell de setẽbro huũa gualinha *e* dez ouos *e* çinco soldos da moeda amtigua: —

E Pagua se mais na di*c*ta terra estes outros direitos aalẽe dos sobredi*c*tos *a* . *saber* . da pemsam dos tabaliaaes duzemtos R*ea*es ¶ O guado do uẽto Jsso mesmo he do Senhorio quamdo se perder segumdo nossa ordenaçã com decraraçam que a pessoa a cujo poder for teer ho di*c*to guado ho uenha escreuer a dez dias primeỳros seguimtes sob pena de lhe ser demamdado de furto: —

DA pena d*e* arma se leuaram duzemtos R*ea*es *e* as armas pello meirinho da terra cõ decraraçã . *a saber* . que as di*c*tas penas se nom leuaram quamdo apunharẽ espada ou qualq*ue*r outra arma sem a tirar ¶ Nẽ os que sem preposito em Reixa noua tomarẽ paao ou pedra posto que com ella façã mall ¶ Nem a paguara / ¶ Moco de quinze anños *e* di pera baixo ¶ Nẽ mulher de qualq*ue*r Jdade ¶ Nem os que castiguãdo sua mulher *e* filhos ou escrauos tirarem samgue ¶ Nem os que cõ bofetada ou punhada tirarẽ samgue ¶ Nem quem em defemdymẽto de seu corpo ou apartar *e* estremar outros em aRoido tirarẽ armas posto que cõ ellas tirem samgue ¶ Nem escrauo de quallq*ue*r Jdade que sem ferro tirar samgue:

MOMTADOS

DOs montados vsarã per suas posturas com os cõcelhos seus vizinhos *e* comarcaaos *e* vizinhãca com elles segumdo elles fizerã Jguoalment*e*: —

MANINHOS

OS maninhos sam do Senhorio da terra ¶ E da los a como poder per auẽça das partes os quaaes porẽ se nã daram nas saidas *e* logramẽtos dos outros cassaaes sem primeiro serem ouuidas as pessoas a que tocar ¶ E fazemdo pubricamẽte dapno nã se darã ¶ Nam ha hy lutossas nem outros direitos aos da terra: —

OBRIGUAÇÃ DOS MORDOMOS

E Seram auisados os mordomos ou Remdeiros que vãa partir as nouydades com as partes no dya que forem Requeridos ou athe o outro dya aaquellas / oras porque nã Jmdo partirã suas nouidades com huũa testemunha *e* leixarã a Recã *e* direito no laguar *e* na eira *e* no temdal sẽ mais serẽ obriguados ¶ E os outros foros se paguarã nos tempos decrarados nos foraaes ¶ E os que nã forem decrarados paguaram athe dya de natall ¶ E se lhos nã quiserẽ Receber pagua los am a como valiã sẽ mais outra coussa ou torna los am a leuar quall mais quisserem: —

E Mamdamos *e* defemdemos ao Senhorio que for da di*c*ta terra *e* os vỳdoyros que nã se *si*ruã dos homẽes da di*c*ta terra sem dinheiro ¶ Nem lhe tome Roupas nẽ bestas nẽ palha nẽ nenhuũas coussas nẽ carnes nẽ aues senã Requerẽdo as primeiro aos Juizes da terra que lhas mandem dar por seu almotaçell pello estado da terra damdo loguo dellas o dinheiro *e* nã doutra maneyra ¶ E asy nõ fara coutadas na di*c*ta terra de casçar nem pastar nẽ leuar montados aos moradores da terra particularmente de pastarẽ *e* montarẽ nos Resyos do cõçelho ¶ Nem menos os aRendara aos de fora em perJuizo dos moradores da terra saluo nas matas d*e* ilheuo que se cũpri / ra como hy particularmẽte temos detreminado.

CADEAS

E Decraramos que ho Senhorio dara as cadeas *e* ferro necesario pera os pressos *e* assy paguara as guardas *e* cacereiro se quiser leuar os direitos *e* pena d*e* alcaidaria ¶ E o côçelho dara a primeyra vez a cassa em que aJã d*e* estar *e* de hy por diamte o Senhorio dos di*c*tos direitos ha corregera *e* Repairara das despesas *e* correJimentos que ouuer mester: —

E Defemdemos que mais se nõ leuẽ os alqueires de pã que leuaua o meyrinho da terra ¶ E se asy o Senhorio dos di*c*tos direitos nõ quiser fazer as di*c*tas despessas dos pressos como di*c*to he defemdemos lhe *e* mandamos que nõ leue mais os di*c*tos direitos das armas nẽ nhuũs outros ordenados aas alcaidarias ¶ E que os comcelhos as ajã todas pera sy *e* façã as di*c*tas despessas pera os di*c*tos pressos como di*c*to he: —

PORTAGẼ

DEcraramos primeyramẽte que ha portagẽ que se ouuer de paguar nas ditas terras ha de ser per homes de fora dellas que hy trouxerẽ coussas de fora a uẽder ou as hy cõprarem *e* tirarẽ pera fora da villa *e* ter / mo A quall portagẽ se paguara nesta maneira

DE todo triguo cemteo ceuada milho paimco auea ou de farinha de cada hũu delles ou de sall call ou de linhaça ou de vinho *e* de vinagre ¶ E de quallq*ue*r fruita verde emtramdo ortaliça *e* mellões *e* legumes verdes se paguara por cargua mayor de cada huũa das di*c*tas çoussas . *a saber* . de besta caualar ou muar hũ Reall de seis çeptis ho Reall ¶ E por cargua menor que he d*e* asno meo Real ¶ E por costall que hũu homẽ pode trazer as costas dous ceptis ¶ E dy p*era* baixo em quallq*ue*r camtidade em que se vemderẽ se paguara hũu çeptill ¶ E outro tamto se paguara quãdo se tirar pera fora ¶ Porẽ quẽ das di*c*tas coussas ou de cada huũa dellas comprar *e* tirar pera se*(u)* vsso *e* nã pera vẽder coussa que nã chegue pollos di*c*tos preços a meo Reall de pagua nã paguara da tal portagem nem ho fara saber: —

E Posto que mais se nõ decrare adyamte neste foral a cargua mayor nem menor decraramos que sempre a primeyra adyçã *e* asemto de cada hũua das ditas cousas he de besta mayor sem mais se nomear ¶ E pello preço que a essa primeyra adyçã sera posto / s*e* emtemda loguo sem se hy mais decrarar que ho meo do preço dessa cargua sera de besta menor ¶ E o quarto do di*c*to preço per comseguĩte sera do di*c*to costall: —

CARROS

E Quãdo as di*c*tas coussas ou outras vierẽ ou forẽ em carros ou carretas paguar se a por cada huũa dellas duas carguas mayores segũdo ho preço de que forem E quamdo as carguas deste forall se começarem a vemder *e* se nõ vemder toda a cargua paguarã a portagẽ soldo a liura do que soomẽte vender *e* nã do mais que fica por vemder: —

COUSAS DE QUE SE NÕ PAGUAM PORTAGEM

A Quall portagẽ se nõ paguara de todo pã cozido queijadas biscoito farellos ¶ Nẽ baguaço d*e* azeitona ¶ Nẽ de ouos nẽ de leite nẽ de coussa delle que seja sem sall nem de prata laurada nẽ de vides nẽ de canas nẽ carqueija tojo palha vassoiras nẽ de pedra nẽ de barro nẽ de lenha nẽ erua das coussas que se comprarẽ da villa pera ho termo nẽ do termo pera villa posto

que sejam pera vẽder assy vizinhos como nã vizinhos ¶ Nẽ das cousas que se trouxerẽ ou leuarẽ pera alguũa armada nossa ou feita per nosso mandado Nẽ dos mãtimentos que os caminhãtes com | prarẽ *e* leuarẽ pera sy *e* pera suas bestas ¶ Nem dos guados que vierẽ pastar a algũs luguares pasamdo nẽ estamdo saluo daquelles que se hy soomẽte vemderẽ dos quaaes emtam paguaram pollas leis *e* preços deste foral ¶ E decraramos que das dictas coussas nã se a de fazer saber aa portagem de que assy mandamos q*ue* se nõ pague direito nella

CASA MOUIDA

A Quall portagẽ jsso mesmo se nõ paguara de cassa mouida assy jmdo como vymdo nẽ nhuũ outro direito per qualq*ue*r nome que ho possam chamar saluo se com a dicta cassa mouida leuarẽ coussas pera vemder porque das taaes paguaram portagem homde as soomẽte ouuerẽ de vẽder segumdo as comthyas neste foral vã decraradas *e* nã doutra maneyra: —

NOUIDADES DOS BEẼS P*ER*A FORA

NEm paguaram portagem os que leuarẽ os fruitos de seus beẽs moues ou de Raiz ou doutros beẽs alheos que trouxerẽ de aRemdamẽto ¶ Nem das coussas que alguũas pessoas forem dadas em paguamẽto de suas temças cassamẽtos merçes ou mamtimentos posto que as leuẽ p*er*a vẽder

PASAJẼ

E Nã se paguara portagẽ de nẽhuãs / mercadorias que na dictas teras vierẽ ou forẽ de passagem pera outra parte assy de nocte como de dia *e* a quaaesq*ue*r tempos *e* oras ¶ Nẽ seram obriguados de ho fazerẽ saber Nẽ emcorrerã por jsso em nẽhuũa pena posto que hy descarreguẽ *e* pousem ¶ E se hy mais ouuerẽ d*e* estar que todo outro dya por alguua coussa dy por diãte o farã saber posto que nõ ajam de vemder: —

E Paguar se a mais por cabeça de boy que se hy vemder pollas dictas pessoas de fora na dicta maneyra tres R*eae*s *e* da vaca dous R*eae*s ¶ E do carneyro porco dous çeptis ¶ E do bode cabra ouelha hũu ceptill ¶ E nõ se paguara portagem de borregos cordeiras cabritos nen leitõoes saluo se se vemderẽ ou comprarẽ de quatro cabeças pera çima jumtamẽte porque ẽtam paguarã por cada huũa huũ ceptill ¶ E do touçinho ou marrã Jmteiro dous çeptis ¶ E do emcetado nã paguara nada Nem de carne de talho ou d*e* ẽxerca.

E De coelhos lebres perdyzes nẽ de nenhuũas aues nẽ caça nã se paguara portagẽ assy pollo vemdedor como pollo comprador em quallq*ue*r camtidade ¶ E do escrauo ou escraua que se vemder / ajmda que seja parida se paguara treze R*eae*s:

BESTAS

E Da besta caualar ou muar outros treze R*eae*s ¶ E da eguoa tres R*eae*s ¶ E da besta asnar dous R*eae*s ¶ E este direito das bestas nã paguarã vassalos *e* escudeiros nossos *e* da Rainha *e* de nossos filhos ¶ E se trocarẽ huũs por outros tornamdo dinheyro paguarã jmteiramẽte ¶ E se nõ tornarẽ dinheiro nã paguarã ¶ E a tres dias despois da compra de cada hũua das dictas bestas ou escrauos terã tempo pera ho jrẽ escreuer sẽ pena: —

PANOS

E De cargua maior de todollos panos de lã seda *e* de linho *e* alguodã de quallq*ue*r sorte *e* assy delguados como grossos ¶ E da lãa *e* linho ja fiados doze R*eae*s

COIRAMA *E* COUSAS DELLA

¶ E out*r*os doze R*eae*s se paguarã por toda coirama cortida *e* coussas della ¶ E assy dos coiros vaquaris cortidos ou por cortir ¶ E assy da coirama em cabello ¶ E assy por calcado *e* quaaesq*ue*r obras de cada hũ delles ¶ E por coiro vaquarill huũ Reall ¶ E das outras pelles a dous ceptis quamdo nõ forem per carguas: —

METAAES

E Outros doze R*eae*s se paguarã por toda cargua de ferro aço *e* de todollos metaaes ¶ E por quaaesq*ue*r obras delles asy / ¶ Grosas como delguadas ¶ E outros doze R*eae*s se paguarã por cargua de todallas mercearias espeçiarias *e* boticarias *e* timturas ¶ E por todas outras suas semelhãtes: —

CERA MEL AZEITE

E Assy por cargua de çera mell azeite seuo vmto queijos secos e mãteigua salguada pez Rezina breu sabã alcatrã outros doze R*eae*s ¶ E assy por todallas pelles de coelhos cordeiras *e* de quallq*ue*r outra pilitaria ¶ E quẽ das dictas coussas ou de cada huũa dellas leuar pera seu vsso *e* nã pera vẽder nã paguara portagẽ nam passamdo de costall que ha de ser de duas aRobas *e* mea de cada huũa dellas de que se a de paguar tres R*eae*s de portagem leuamdo a cargua mayor deste forall em dez aRobas destas aguora ¶ E a cargua menor em çimquo ¶ E o costall nas dictas duas aRobas *e* mea: —

FRUITA SECA

E Por cargua de castanhas *e* nozes verdes *e* secas ameixias passadas figos passados ¶ E assy vuas amendoas pinhoes por britar auellaas belotas mostarda lemtilhas

LEGUMES

¶ E por todollos legumes secos comtãdo alhos secos *e* cebollas a quatro R*eae*s por cargua mayor ¶ E outro tãto leuaram / de casca *e* cumagre: —

COUSAS D*E* ESPARTO

E Outro tamto se paguara de palma esparto jũça jumco *e* de todallas obras de cada huũa dellas ou de tabua *e* fumcho . *a saber* . quatro R*eae*s por cargua mayor ¶ E per esse Respeito de quatro R*eae*s se paguarã de cargua mayor de linho em cabello ¶ E de toda madeira asy laurada como por laurar

PESCADO

E Assy da cargua mayor de pescado do mar ¶ E marisco se paguara os dictos quatro R*eae*s como das outras cousas quãdo vyer pera vẽder ¶ Porẽ quãdo se tirar do dicto luguar se paguara soomẽte huũ Real de seis ceptis o Reall ¶ E outro Real se paguara do pescado do Ryo quãdo se uẽder soomẽte ¶ E outros quatro R*eae*s se paguara de toda louça *e* obra de barro ajmda que seja vidrada assy do Regno como de fora delle: —

SACADA CARGA POR CARGUA

DEcraramos que se dara sacada carga por cargua nos dictos luguares ¶ E tomara o portageyro a mayor dellas quall quiser ¶ E se for pagua a primeyra que foy mayor nã paguara de quallq*ue*r outra que tirar nada ¶ E se

for mays pequena a que pagou leuar lhe am ē comta p*er*a a pagua da mayor que tirar o q*ue* tiuer paguo pela p*r*imeyra mais pequena q*ue* meteo /

E Os que trouxerē me(*r*)cadorias pera vender se no propio luguar homde quiser vemder ouuer Remdeyro da portagē ou ofiçiall della fazer lho a a saber ou as leuarã a praça ou acougue do luguar ou nos Resyos delle qual mais quiser sem nẽhuũa pena ¶ E se hy nõ ouuer Remdeyro nē praça descarreguarã liuremēt*e* hõde quiserē sem nẽhuũa pena comtanto que nã vemdã sem ho notheficar ao Remdeyro se ho hy ouuer ou ao Juiz o vymtaneyro que hy no luguar possa auer ¶ E se hy nẽhuũ delles nom ouuer nem se poder antã achar nothefiquē no a duas testemunhas ou a hũua se hy mais nã ouuer ¶ E a cada huũ delles paguarã o direito da portagē que per este forall mandamos paguar sem nẽhuũa mais cautella nē pena *e* ¶ Nam ho fazēdo assy decaminharã *e* perderam as mercadorias soomēte do que assy nã paguarem o di*c*to direito da portagē ¶ E nã outras nẽhuũas nē as bestas nē carros nē as outras coussas em que as leuarē ou acharem: —

E Posto que hy aja Remdeyro no tall luguar ou praca se cheguarem de noute depois do sol posto nã faram saber mais *e* descarreguarã homde quisserem / comtãto que ao outro dia athe meo dia o notefiquē aos ofiçiaaes da di*c*ta portagē primeyro q*ue* vemdam sob a di*c*ta pena ¶ E se nõ ouuerē de uender *e* forē de caminho nã serã obriguados a nẽhuũa das di*c*tas Recadações ¶ E segumdo no titollo da passagem fica decrarado: —

E Os que cõprarē coussas pera tirar p*er*a fora de que se deua paguar portagē podel las am comprar liuremente sem nẽhuũa obriguaçã nem deligemçia ¶ E soomēte ante que as tirē do tal luguar ou termo aRecadaram com os ofiçiaaes a que pertemçer so a di*c*ta pena de descaminhado ¶ E os priuilligyados da di*c*ta portagem posto que nõ ajã de paguar nã seram escussos destas deligēçias destes dous capitollos atras das emtradas *e* saidas como dito he so a di*c*ta pena: —

A As pessoas eclesiasticas de todollos moesteyros assy de homēs como de mulheres que fazē voto de profisam ¶ E os clerigos d*e* ordes sacras ¶ E assy os benefiçiados d*e* ordēes menores posto que as nõ tenhã que viuem como clerigos *e* por taaes forē auidos todollos sobredi*c*tos sam jsemtos priuiligyados de portagē nẽhuũa vssagē custumagem / per quallq*ue*r nome que a possam chamar asy das coussas que vemderē de seus beēs *e* benefiçios como das que cõprarem trouxerē ou leuarē pera seus vssos ou de seus benefiçios *e* cassas *e* fameliares de qualq*ue*r calidade q*ue* sejam.

E Assy o serã as çidades villas *e* luguares de nossos Regnos que tem priuilegyo de nõ paguarē . *a saber* . ¶ A çidade de lixboa ¶ E a gaya do porte ¶ Povoa de Varzỹ ¶ Guimarames ¶ Bragua ¶ Barçellos ¶ Prado ¶ Põte de lima ¶ Viana de lima ¶ Caminha ¶ Villa noua de çerueyra ¶ Valemça ¶ Momçã ¶ Crasto Leboreyro ¶ Miramda ¶ Braguamça ¶ Freixo ¶ O azinhozo ¶ Moguadoyro ¶ Amçianes ¶ Chaues ¶ Momforte de Ryo liure ¶ Momtalegre ¶ Crasto vicēte ¶ Villa Real ¶ A cidade da guarda ¶ Jormello ¶ Pynhell ¶ Castal Rodriguo ¶ Almeyda ¶ Castel mēdo ¶ Villar mayor ¶ Alfayates ¶ Sabugall ¶ Sortelha ¶ Couilham ¶ Momsamto ¶ Portalegre ¶ Maruã ¶ ARonches ¶ Campo mayor ¶ Fromteyra ¶ Momforte ¶ Montemoor ho nouo ¶ Momsaraz ¶ Beja ¶ Moura ¶ Noudal ¶ Almodouuar ¶ Odemira ¶ Villa viçossa ¶ Eluas ¶ Oliuemça ¶ A çidade d*e* euora ¶ Os moradores no castello de cezimbra / E assy o serã os vizinhos do mesmo luguar *e* termo no di*c*to luguar ¶ E assy serã liberdados da di*c*ta portagē quaaesq*ue*r pessoas ou luguares q*ue* nossos priuillegyos teuerē ou mostrarē ou ho trellado em pubrica forma alem dos acima comtheudos: —

E As pessoas dos di*c*tos luguares priuiligyados nõ tiraram mais ho trellado do p*r*iuillegyo nē ho trazerã soomēte trarã certidam feita pello escriuã da

camara *e* cõ ho sello do cõçelho como sã vizinhos daquelle luguar ¶ E posto q*ue* aja duuida nas di*c*tas certidooẽs se sam verdadeyras ou daquelles que apresemtã poder lhes am sobre jsso dar juramento sẽ os mais deterẽ posto que se digua que nã sã verdadeyras ¶ E se depois se prouar que eram falsas perdera ho escriuã que a fez ho ofiçio *e* degradado dous anños pera cepta ¶ E a parte perdera em dobro as coussas de que assy emguanou *e* sonegou aa portagẽ a metade pera a nossa camara *e* a outra pera di*c*ta portagẽ dos quaaes priuillegyos vssarã as pessoas nelles comtheudas pellas di*c*tas certidoenes posto que nã vã cõ suas mercadorias nem mandem suas procurações comtãto que / aquellas pessoas que as leuarẽ jurem que a di*c*ta certidam he uerdadeyra *e* que as taaes mercadorias sam daquelles cuja he a certidã que apresentarem : —

PENA DO FORALL

E Quallq*uer* pessoa que for cõtra este nosso foral leuamdo mais direitos dos aq*ui* nomeados ou leuãdo destes mayores conthyas das aqui decraradas ho auemos por degradado pe*r* huũ anño fora da villa *e* termo *e* mais pague da cadea trĩta R*ea*es por huũ de todo ho que assy mais leuar pe*ra* parte a· que os leuou *e* se a nõ quiser leuar seja a metade pera quẽ ho acussar *e* a outra metade pera os catiuos ¶ E damos poder a qualq*uer* justiça homde acõtheçer asy juizes como vymtaneyros ou quadrilheyros que sẽ mais pro- çesso nẽ ordẽ de juizo sumariamẽte sabida a verdade cõdenẽ os culpados no dicto casso do degredo *e* assy do dinheiro athe cõthya de dous mill R*ea*es sem apelaçã nẽ agrauo ¶ E sẽ dysso poder conheçer almoxarife nẽ comtador nẽ outro oficial nosso nẽ de nossa fazẽda em casso que ho hy aja ¶ E se o Senhorio dos di*c*tos direitos ho di*c*to forall quebrãtar per sy ou per outrẽ seja loguo sospẽso delles *e* da jurdyçã do di*c*to luguar se a tiuer / ¶ Emquãto nossa merçee for ¶ E mais as pessoas que ẽ seu nome ou per elle o fizerem emcorrerã nas di*c*tas penas ¶ E os almoxarifes escri- uaães oficiaaes dos di*c*tos direitos que o assy nã comprirem perderã logo os di*c*tos ofiçios *e* nã auerã mais outros ¶ E portamto mãdamos que todallas cousas comtheudas neste forall que nos poemos por ley se cũpram pe*ra* sempre do theor do quall mãdamos fazer tres huũ delles pera camara das di*c*tas terras *e* outro pe*ra* ho ¶ Senhorio dos di*c*tos direitos *e* outro pe*ra* nossa torre do tõbo pe*ra* ẽ todo tempo se poder tirar quallq*uer* duuida q*ue* sobre jsso possa sobrevyr dada ẽ a nossa muy nobre *e* sempre leall çidade de lixboa a *dez* dias de janeyro ¶ Anño do naçimẽto de nosso Senhor Jh*esu* *christo* de mill *e* quinhemtos *e* quatorze *e* vay escr*i*pto *e* comçertado em treze folhas *e* esta mea per mym fernam de pyna : —

el Rey ·: ———

foral pe*ra* avellaãs de çyma . famelicam... /

Re*gista*do No tombo . Fernã de pyna

Segue-se o têrmo de entrega do foral, presentemente ilegível sem tratamento por meio de reagentes. *Vistos de correição*, em que se leem datas desde 1616 a 1808. Os oficiais da Câmara por várias vezes foram advertidos em correição que deviam mandar copiar o foral em boa letra, porque se não entendia já; como não tivessem cumprido a notificação, a *correição* de 1795 condenou-os ao pagamento de 2.000 réis de multa.

Exemplar falto de sêlo e cordão. Pertence à Câmara Municipal de Anadia.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

TERRAS DE SANTA MARIA

DUAS CARTAS INÉDITAS DE DOAÇÃO

No primeiro volume dêste *Arquivo*, a página 135, foi relatado um pleito do tempo del rei D. Afonso V entre João de Albuquerque e Fernão Pereira, sôbre a posse dos *termos* de Cabanões e de Ovar; porque — alegava aquêle — as primitivas doações mencionavam só as *terras* e fôra esta palavra falsificada para *termos* na carta de doação de 1420 (1382). A tal propósito foi transcrita por extenso a carta de D. Afonso V, de 23 de Junho de 1453, contendo a decisão final do pleito contra o Albuquerque e reconhecendo a posse dos *termos* aos Pereiras. Foi igualmente publicada a carta de D. Fernando, de 27 de Janeiro, da era de 1420 (ano de 1382), doando a D. João Afonso, conde de Barcelos *e aos seus descendentes* as Terras de Santa Maria com os seus julgados e *termos* ou *terras* de Cabanões de Ovar, na qual se fizera a pretendida falsificação.

Por êrro tipográfico faltou na data dêste último diploma um i, devendo ler-se, conforme foi verificado no livro terceiro da chancelaria de D. Fernando, fl. 39 verso: « Era de mil iiij^c e xx Annos ». Nem podia acreditar-se que fôsse da era de 1320, correspondente ao ano de 1282, quando ainda reinava D. Deniz e não era nascido sequer o avô de D. Fernando.

Nesse artigo do *Arquivo* encontrei a citação precisa da carta doando as Terras de Santa Maria a Álvaro Pereira, em 8 de Abril de 1385.

Conhecia eu a carta de confirmação à condessa D. Joana, passada em Lisboa a 15 de Junho de 1630 e registada a fl. 234 da chancelaria de D. Filipe III, que contém a transcrição de tôdas as doações dessas terras que sucessivamente se vinham confirmando umas às outras, excluindo porém a primitiva carta a favor do marechal Álvaro Pereira. Assim, êsse diploma de 1630 copia os seguintes documentos:

1 — carta de D. Fernando dada em Rio Maior aos 27 de Janeiro de 1421 (1383), a D. João Afonso, conde

de Barcelos, mandada incluir na carta adiante indicada sob o n.º 7, a pedido de D. Manuel (3.º conde da Feira);

2 — carta de D. João I dada no Pôrto aos 19 de Agôsto de 1424 (1386), a João Álvares, filho de Álvaro Pereira;

3 — carta de D. Afonso dada em Évora aos 6 de Abril de 1453, a Fernão Pereira, filho de João Álvares Pereira;

4 — carta de D. Afonso V dada em Santarém aos 21 de Dezembro de 1467, a Rui Pereira;

5 — carta de D. João II dada em Lisboa aos 7 de Dezembro de 1486, a D. Diogo Pereira (2.º conde da Feira);

6 — carta de D. Manuel I dada em Montemor-o-Novo aos 10 de Março de 1496, ao mesmo D. Diogo Pereira;

7 — carta de D. Manuel I dada em Lisboa aos 16 de Abril de 1511, a D. Manuel Pereira (3.º conde da Feira), transcrevendo a carta indicada com o n.º 1;

8 — carta de D. João III dada em Lisboa aos 11 de Fevereiro de 1522, declarando o modo como o conde D. Manuel havia de usar a jurisdição nas suas terras;

9 — carta de D. João III dada em Évora aos 10 de Maio de 1535, ao mesmo D. Manuel Pereira, conde da Feira;

10 — nota da venda da terra de Refoios a Manuel Cirne feita pelo (4.º) conde D. Diogo Pereira e pela condessa D. Francisca Henriques, com consentimento do primogénito D. Diogo, aos 2 de Janeiro de 1540, pelo que, quanto a esta terra, não terão as doações daí em diante vigor algum;

11 — alvará de 22 de Julho de 1595, fazendo mercê a D. João Forjaz Pereira, «capitão mor da armada que, êste ano presente, vai às Ilhas» (5.º conde da Feira), dos bens da coroa que havia seu irmão D. Diogo Forjaz Pereira;

12 — carta de D. Felipe I dada em Lisboa aos 16 de Fevereiro de 1596, a D. João Pereira (5.º conde da Feira), filho de D. Manuel Pereira que foi o filho mais velho do conde da Feira D. Diogo Pereira;

13 — alvará de D. Felipe II passado em Lisboa aos 26 de Janeiro de 1605, ao mesmo D. João Pereira, conde da Feira, dispensando a lei mental uma vez para na casa da Feira poder suceder filha ou irmão do último possuidor; e

14 — carta de D. Felipe II dada em Lisboa aos 12 de Outubro de 1620, a D. Joana Forjaz Pereira (6.ª condessa da Feira), filha única do conde da Feira D. João Forjaz Pereira.

Além da carta da primeira doação aos Pereiras, que o *Arquivo* me ensinou existir na chancelaria de D. João I, vi que me faltava outra, na monumental obra de Braamcamp Freire,

Brasões da Sala de Sintra. Cita a «carta de 27 de Janeiro de 1382, de doação da terra da Feira e outras»; mas, em nota (5) a página 109, do livro 1.º, refere-se à «doação das Terras de Santa Maria *em a terra da Feira* de 10 de Fevereiro de 1410 (1372)» e indica que o documento se vê na chancelaria de D. Fernando, livro 1.º, fl. 94 verso.

Despertou-me a curiosidade a existência dos dois diplomas da mesma doação, à mesma pessoa, com dez anos de intervalo.

À amabilidade do sr. dr. Jorge Pires de Lima, terceiro conservador da Tôrre do Tombo, devo as cópias da primitiva doação da era de 1410 e da de 1423 que, ambas, julgo útil arquivar nestas páginas, não só para poderem confrontar-se as de D. Fernando e deduzir o motivo da duplicação, como para esclarecer a dúvida relativa aos têrmos de Cabanões de Ovar.

Vejamos o texto do privilégio primitivo de 1410:

Doaçam da Terra de Santa Maria julgado da Feira a Ioham Afomso Tello

Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Ioham Afomso Telo nosso vassallo por muitos seruiços que del ata aqui sempre recebemos assy em guerras grandes que ouuemos como em grandes agradamentos e outros muitos e mui boos seruiços que sempre delle recebemos da nossa liure e pura vontade e da nossa certa scientia damos e doamos e outorgamos e fazemos liure e pura doaçam antre os viuos pera sempre valledoyra ao dicto Ioham Afomso as nossas terras de Sancta Maria e a terra da Feira com seu iulgado e ho iulgado de Cabanõos de Ouar e a terra de Caambra com seu iulgado e com seus termos e direitos e perteensas dos dictos iulgados e lugares e terras e com o padroado das igreias e com todas suas entradas e saidas e resios e montes e fontes e rios e ribeiros e pescarias e com todas suas iurdiçoẽs crime e ciuel e mero e misto imperio e sugeiçam assy nas pesoas como nos beẽs e com todas rendas e trabutos e com todos seus foraẽs e posisoẽs e com todollos outros direitos reaães e corporaaẽs e temporaaẽs sagraẽs spirituaaẽs assy e tam compridamente como os nos auemos e de direito os deuemos dauer e como os el milhor e mais compridamente pode auer que os aia daqui en diante liuremente assi na propriedade como na posse como sua propria herdade e posisam por iur de herdade e liures e issentos de todo senhorio e iurdiçam e sugeiçam nossa e de qualquer outra pesoa ou pesoas concelho ou concelhos e pera fazer nos dictos lugares e em elles o que lhes aprouguer e por bem teuer como de sua herdade e de seu proprio direito. E de nosso poder absoluto e da nossa certa scientia quitamos e liuramos e tiramos os dictos lugares tam bem em nas cousas do padroado e iurdiçam e sugeiçam nossa e de qualquer iulgado e concelhos ou pesoas a que ata aqui forom ou eram sugeitas. E damol los e outorgamol los por sugeitos ao dicto Ioham Afomso em todo e per todo. Outrossy queremos e outorgamos e mandamos que a el respondam e acudam e seiam obrigados em todo e per todo como a seu senhor resaluando pera nosas appellaçoẽs do crime. E queremos e outorgamos e mandamos que daqui en diante sem nossa outra auctoridade mais que elle per ssi ou per outrem possa filhar a posse real e corporal dos dictos lugares e husar delles e dos direitos e propriedade e iurdiçoẽs delles sem nenhum embargo Mandamos aos nossos almoxarifes e officiaaẽs que ata aqui por nos colheram os direitos e rendas e foros dos dictos lugares que os leixem daqui en diante colher e auer ao dicto Ioham Afomso e nom lhe ponham sobre elles embargo nehuum. E outrossy queremos e outorgamos que esta doaçam seia firme e stauel e valledeira pera todo sempre e prometemos de a guardar e non reuogal la nem hir contra ella per nos nem per outrem em nehuma maneyra e se algumas pesoas

quiserem hir contra esta doaçam mandamos que lhe nom possam empecer ca nos queremos e outorgamos que esta doaçam que assy fazemos ao dicto Ioham Afomso dos dictos lugares seia valiosa pera sempre nom embargando quaeesquer direitos e custumes openioẽs façanhas e outras quaeesquer cousas que seiam perque se esta doaçam possa ou puder embargar ou contradizer as quaaees nos aqui auemos per expresas e repetidas as quaees nos aqui relinquimos e mandamos que nom aiam logo em esta doaçam nem lhe possam empecer ca nos de nossa certa scientia e poder absoluto que auemos mandamos que a dicta doaçam seia valliosa sem nehum fallimento como dicto he e em testimunho desto mandamos dar ao dicto Ioham Afomso este priuillegio asinado per nossa maão e sellado do nosso seello de chumbo dante na cidade dẽ Coinbra dez dias de Feuereiro el rrey o mandou Steue Annes a fez era de mil quatrocentos e dez annos.

T. T. — Chancelaria de D. Fernando, livro I, fol. 94 v.

Da comparação do documento atrás transcrito com o de página 135 do 1.º volume resulta que o primeiro é só em nome do rei, a quem, no segundo, se juntam a raínha e até a infanta. No primeiro há referência às guerras grandes em que João Afonso servira, omitida no segundo, onde já lhe é dado o título de conde de Barcelos. No segundo alude-se aos serviços ao diante esperados do conde e ao galardão que devem os bons reis conceder aos seus vassalos, e surge depois o motivo de se repetir a doação. É que a de 1420 (1382) é não só feita a João Afonso, conde de Barcelos, mas também « *a todos aquêles que dêle descenderem por linha directa* », o que três vezes se repete no diploma, mandando reverter à coroa as terras doadas na falta de descendência. Nem resta dúvida de ser repetida esta doação; porque a carta de 1420 (1382) claramente diz que o conde *há* nas ditas terras os foros, pensões e todos os outros direitos reais; e ainda porque se omitiu a fórmula de: — os almoxarifes, escrivães ou outros oficiais até aqui por nos terem colhido os direitos, rendas e foros —, mostrando que já eram recebidos pelo João Afonso desde a primitiva doação. Deve notar-se que o privilégio de 1410 falava no *padroado das igrejas* e mais para diante incluia de novo a palavra *padroado* e que a doação de 1420 omite tal referência. Porquê? Não foi de-certo pela mesma razão que fêz aumentar *matos* nas pertenças dos lugares e terras. Diverso é também o nome que cada um dos diplomas se atribui no final. O de 1410 diz-se *privilégio* e o de 1420 *carta*. Há ainda uma diferença na ressalva das apelações que se repete na carta de 1420, acrescentando-lhe a correição maior e prolongando-a « para aqueles que de nós descenderem », talvez por também beneficiar a carta os descendentes do agraciado.

A forma da designação das Terras de Santa Maria no diploma agora transcrito é notável, parecendo indicar que são terras de Santa Maria ambas as da Feira e de Cambra e que a terra da Feira compreende os julgados da Feira e de Cabanões, enquanto que a terra de Cambra tem só o seu julgado.

Vejamos agora como entraram essas Terras na posse dos Pereiras. Foi D. João I que delas fêz mercê ao marechal Álvaro Pereira pelo seguinte diploma:

Doaçam de terra de Sancta Maria e Refoyos e Cambra a Aluaro Pereira

Dom Ioham pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue a quantos esta carta virem fazemos saber que nos veendo e consirando o mujto seruiço que nos e estes regnus recebemos e entendemos de receber mais ao diante Daluaro Pereira nosso vasallo portador desta carta. Teemos por bem e damos lhe e doamos lhe e fazemos lhe liure e pura doaçam antre os uiuos ualledoira pera todo sempre por iur derdade pera elle e pera todos seus sucesores que despois del vierem da nossa terra de Sancta Maria e terra de Cambra e Refoyos todos tres com seus iulgados e direitos rendas e fructos nouos foros e com todas suas iurdiçoões crimes e ciuees e senhorio pella guisa e condiçam que as nos auemos e de direito deuemos dauer e per aquella meesma guisa e condiçam que as Dom Ioham Afomso conde que foe de Barcellos irmaão da Rainha tiinha *(corrigido para* avia) del rrey Dom Fernando nosso irmaão a quem Deus perdoe. Porem mandamos aos iuizes dos dictos lugares *(entrelinhado* e iulgados) e a todallas outras nossas iustiças dos dictos regnos a que esta carta for mostrada que metam o dicto Aluaro Pereira ou seus certos procuradores em posse dos dictos lugares e lhe façam responder e acudir com os direitos e foros *(corrigido para* frutos) e nouos e rendas dos dictos lugares pella guisa que dicto he e as nos auemos e de direito deuemos dauer e nom consentam a nenhuum que lhe sobrello ponha torua nem embargo e mandamos a quaaesquer almoxarifes e spriuaães da comarca em que os dictos lugares soyam dandar *(entrelinhado* e nos diuiamos dauer) que lhas leixem auer pella guisa que dicto he e lhe nom ponham embargo sobrello nenhuum *(corrigido para* sobrello embargo nenhuum) e *(entrelinhado* lhe) registrem esta carta em seus liuros pera recadarem *(entrelinhado* por ela) em contos a qual mandamos que o dicto Aluaro Pereira tenha por guarda de seu direito E em testimunho desto lhe mardamos *(sic)* dar esta nossa carta asignada per nossa maão e sellada do nosso seello pendente dada na mui nobre cidade de Coimbra VIII dias dabril el rrey o mandou Gomez Eannes a fez era de mil IIII XXIII anos.

T. T. — Chancelaria de D. João I, livro I, fl. 128.

Confirmada esta doação ao filho do marechal, João Álvares, e ao neto, Fernão Pereira, pelos documentos 2 e 3, como fica indicado, possuía-as êste «per aquella mesma guisa e condiçam que as Dom Ioham Afomso tiinha *(ou* auia)» e portanto incluindo todos os «seus *termos* e direitos e perteenças dos dictos iulgados e lugares e terras» como extensamente refere o privilégio de 1410 (1372).

Bem resolvida foi a questão dos têrmos de Cabanões de Ovar, rebatendo e afastando as pretensões de João de Albuquerque; porquanto — ainda que na carta de 1420 (1382) não estivesse a palavra *termos,* mas sim *terras* — esta doação abrangia tudo o doado pelo privilégio de dez anos antes.

E não seria a emenda feita naquela carta tão inocente e bem intencionada como as que se notam no registo da de 1423: *tiinha* para *auia, foros* para *frutos* e a transposição de *sobrello,* que mais parecem mero rectificar de ligeiros enganos ao transcrever o diploma?

Resta-me consignar que na cópia da carta de 1630, em meu poder, transcrevendo a de 1535, se diz:

« Eu Mandei ao dito conde Dom Manoel que offeressesse a dita carta (de 1420) em cumprimento do qual offereceo o treslado della tirado da Torre do Tombo por dizer que se perdera a própria e se não achara: a qual carta isso mesmo Mandei que se tresladasse de verbo ad verbum neste caderno e o treslado della he o seguinte... Nossas terras de Santa Maria da Feira com seos julgados e *termos* de Cabanões d'Ovar »...

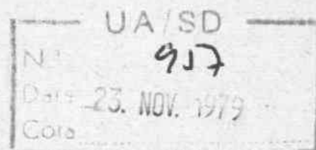
Pelo visto, em 1535 lia-se oficialmente no livro da chancelaria de D. Fernando *termos* e não *terras,* dando por boa a emenda, conforme em 1453 fôra julgado.

A minha referida cópia está num livro manuscrito encadernado em coiro, com as armas reais em ambas as pastas, que contém transcrições do foral manuelino da Feira (publicado a págs. 15 e 167 do volume v dêste *Arquivo,* copiado directamente do original), das doações referidas nesta nota, de títulos de coutadas, de autos de posse e de mais documentos relativos a bens, foros e direitos da Casa do Infantado, sucessora da da Feira. Pela cota de pagamento de 2$380 de sêlo em 10 de Dezembro de 1814 e pelos vistos em correição apostos desde 1814, 1815 e 1816 até 1833, creio ter pertencido ao almoxarife na Feira da Casa do Infantado. Apareceu entre os papéis vélhos desprezados pelo alfarrabista comprador do espólio da livraria do dr. Vitorino Correa de Sá, antigo administrador dêste concelho e presidente do município da Feira.

Extraiu-se talvez êsse registo para substituir a parte mais necessária do Tombo do Condado da Feira. Fôra êste levado dos paços construídos dentro do castelo, por um corregedor encarregado de retirar todo o arquivo, nas vésperas do incêndio que, na noite de 15 para 16 de Janeiro de 1722, inutilizou êsse palácio, a-fim (resa a tradição) de não servir de guarida ao infante D. Francisco, turbulento irmão de D. João V.

Feira, 18 de Janeiro de 1941.

VAZ FERREIRA



BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Cónego A. Ferreira Pinto. — *Uma Escola em França — Frei José da Sacra Família.*

Separata do « Boletim Cultural » da Câmara Municipal do Pôrto. Vol. III — Fasc. IV. Pôrto, 1940.

Dr. Domingos Pepulim. — *Teses apresentadas ao* VII *Congresso Regionalista de Viseu.* 1940. Lisboa.

Artur Nunes Vidal. — « *Fermentelos* ». 1938. Águeda.

Artur Nunes Vidal. — *Tombo das Águas de Cedrivouga,* 1938. Águeda.

Dr. J. Carrington da Costa. — *A Ocorrência de « Acaste Downingiae »* no distrito de Portalegre. 1941. Pôrto.

Robert C. Smith. — *A Fundação Hispânica na Biblioteca do Congresso.* Separata do Boletim da União Panamericana. « United States Government Printing Office ». 1940.

Keith Rogers — *Os técnicos na guerra ou o exército da rectaguarda.* 1940.

Política Externa Portuguesa. — Artigo publicado no « Diário da Manhã » de 7 de Novembro de 1940. Lisboa. 1940.

R. W. B. Clarke. — *Conseqüências estratégicas do bloqueio inglês.* 1941. Lisboa.

A Grã-Bretanha de hoje. N.os 17 a 22. Oxford.

Neptuno. N.os 5, 6 e 7.

A aviação, arma decisiva. R. A. F.

O poder da Fôrça Aérea.

Altitude. — Boletim mensal da Federação de Municípios da Beira Serra. N.os 1 e 2. Guarda.

Boletim da Casa das Beiras. N.os 18-19, 20, II, série. Lisboa.

Boletim de Trabalhos Históricos. — Arquivo Municipal de Guimarães. N.º 3.

Clínica, Higiene e Hidrologia. — Revista mensal, N.os 11 e 12, ano VI. N.º 1, ano VII. Lisboa.

Estudos. — Revista de cultura e formação católica. Órgão do C. A. D. C., N.os 191, 192 e 193. Coimbra.

Portucale. — Revista ilustrada de cultura literária, científica e artística. N.os 78 e 79. Pôrto.

Revista de Guimarães. — N.os 3-4. Ano 1940. Guimarães.

N.º 26 — Junho, 1941

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA

OS FÓSSEIS DE AVEIRO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GEOLÓGICAS

O concelho de Aveiro encontra-se na orla post-paleozóica ocidental. Os terrenos mais antigos, que bem se destacam devido ao seu intenso colorido em vermelho, são em geral gresosos, mas, por vezes, abundantemente argilosos, quási fazendo passagem a grosseiros argilitos. Estendem-se com interrupções na margem esquerda do Vouga, de Taipa até Hortas, e, na área que nos interessa, limitam-se à escarpa, com excepção dos afloramentos de Eirol e de Requeixo.

Tais depósitos foram notados pela primeira vez neste concelho por Daniel Sharpe, o fundador da Paleontologia portuguesa. Baseando-se nos seus caractéres petrográficos, paralelizou-os com os grés do Jurássico superior de Buarcos, embora em dúvida por ter observado a sobreposição directa a rochas metamórficas. Na verdade, a sua idade é mais antiga. Como aqui não apresentam fósseis, a determinação estratigráfica tornar-se-ia absolutamente impossível se não fizessem parte, com tôda a evidência, de conjunto de grande unidade litológica, que se dispõe como que debruando a Meseta, e serve de base aos primeiros depósitos liásicos, em concordância, e parece que sem lacuna. Os elementos paleontológicos encontrados em outros locais apenas consistem em maus restos de vegetais, e os pontos mais próximos em que se colheram foram Vacariça e Raposeira. Classificados por Oswald Heer, pouco esclareceram. A flórula de todo o país foi, porém, mais tarde estudada pelo marquês de Saporta, que, tendo em consideração o número restrito de espécies, não pôde determinar a idade, mas era sua opinião

haver muitas probabilidades para que fôsse triásica. E, como tal, tem sido desde então considerada.

É de crer que a grande transgressão liásica, de tão notável envergadura, tivesse atingido esta área; todavia, não se encontra no concelho nenhuma testemunha. Não há representação alguma do Jurássico.

Os primeiros terrenos paleontològicamente datados são os cenomanianos do « nível com *Neolobites* ». Mas, de-certo, não há lacuna completa entre estes e o Triásico, pois ocorrem em vários pontos formações grosseiramente detríticas que se lhes intercalam e se mostram idênticas a outras que, mais a Sul, repousam sôbre o Liásico. São cascalhos e areias grosseiras caulínicas com calhaus angulosos, tendo, num e outro ponto, leitos de grandes calhaus rolados; conjunto êste que suporta argila muito untuosa ao tacto, fracamente micácea, em parte branca, em parte vermelha violácea. PAUL CHOFFAT incluiu estes depósitos estéreis no seu andar Belasiano (1), que abrange a parte superior do Albiano e a inferior do Cenomaniano.

Aquêle nível fossilífero só foi reconhecido aqui na estrada de Palhaça a Oiã. Em calcáreos margosos de Águas-Boas colheram-se bastantes moluscos e equinodermes; além da característica amonite *Neolobites Vibrayi* D'ORBIGNY, *Pteroceras incerta* D'ORB., *Tylostoma Torrubiae* SHARPE, *Neithea laevis* DROUET, *N. quinquecostata*, SOW., *Gryphaea biauriculata* LAMK., *Exogyra columba* LAMK., *Ex. olisiponensis* SHARPE, *Ex. flabellata* GOLDF. e *Hemiaster lusitanicus* P. DE LORIOL, para apenas citar os mais importantes.

É bastante longe — 300m a S. O. do sinal geodésico do Carrejão, um pouco a norte da estrada de Oliveirinha a Requeixo — que se encontra outra formação calcáreo-margosa, de que não se conhecem as camadas subjacentes, a qual tem sido considerada como turoniana. Os fósseis que ali se apresentam conservam a concha, mas são bastante frágeis, destruindo-se com muita facilidade ao serem colhidos. CHOFFAT chegou a pensar na possibilidade de se pôr a hipótese de tais depósitos serem superiores à série cenoma-turòniana e então sincrónicos do Senoniano marinho do Ceadouro ou de Mira; porém, êle próprio pôs em evidência que a abundância de *Neithea laevis* e de *Exogyra columba* contrariava essa interpretação, tanto mais que em Mira só aparece a espécie *Faujasi* do género *Neithea* e a secção das *Rhynchostreon* apenas está representada por um único exemplar de *Exogyra decussata* GOLDF.. A presença em Carrejão de *Trigonia sulcataria* LAMK., levou-o então a incluir aquêles estratos na « camada com *Anorthopygus* » que, embora inicialmente em

(1) PAUL CHOFFAT — *Recueil de monographies stratigraphiques sur le système Crétacique du Portugal*. II, *Le Crétacique supérieur au nord du Tage* — Lisboa, 1900.

dúvida, mais tarde sempre apresentou como fazendo parte do Turoniano inferior. Somos, porém, de opinião diversa e, de acôrdo com Haug, tendo em consideração alguns elementos da sua fauna como *Anorthopygus Michelini* cott. e *A. orbicularis* d'orb., pensamos ser mais lógico incluí-los ainda no Cenomaniano.

A estes sedimentos sobrepõem-se argilas escuras, micáceas, em que os fósseis são abundantes, mas dificilmente classificáveis. A presença do género *Pectunculus* e da espécie classificada, em dúvida, como *Neithea regularis* schlotheim, levou Choffat a pensar que anunciaria, possivelmente, a fauna senoniana de Mira, a qual, por isso, deveria ser colocada na base do Neocretácico. Esta última hipótese é, contudo, inadmissível, pois aquela fauna é sem dúvida alguma campaniana, e apenas se reconhece pertencer ao Coniaciano a do « grés de Ceadouro ». É, todavia, provável que as argilas superiores do Carrejão sejam já emscherianas. Sendo assim, não se encontra representado no concelho de Aveiro o Turoniano incontestável.

Imediatamente mais moderno é o complexo flúvio-marinho que abrange a maior área e que atribuímos ao Aturiano, sem ser possível fazer-se a distinção entre o Campaniano e o Maestrichtiano. Foi êle estudado já com minúcia nesta mesma revista ([2]), razão por que nos abstemos, por agora, de fazer novas considerações de ordem estratigráfica.

Além do depósito arenoso belasiano a que fazemos referência, outros de análogo tipo petrográfico se mostram em grande extensão, e por vezes com notável possança, na região em estudo. O único critério geralmente seguido até hoje para determinar a sua idade baseia-se na percentagem existente de substância caulínica. Quando esta abunda, as areias são julgadas cretácicas; caso contrário, pliocénicas ou antropozóicas conforme a sua posição relativa no terreno e a homogeneidade do seu grão.

Se alguns dêsses depósitos devem, na verdade, ser ainda atribuídos ao Cretácico, de fácies mais costeira, outros são, sem dúvida, mais modernos. Como, infelizmente, não há fósseis, somos obrigados a apoiar-nos na tectónica, se quisermos tentar estabelecer a sua posição na escala estratigráfica.

Na cidade de Aveiro, os depósitos de materiais menos coerentes parece terem-se sedimentado após lacuna apreciável, mas, em outros locais do concelho, o facto não é tão evidente, sendo mesmo impossível a distinção quando se encontram subjacentes materiais do mesmo tipo, quer senonianos, quer mesocretácicos.

([2]) J. Carrington da Costa — *O Neocretácico da Beira-Litoral — Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º II — 1937.

As transgressões neogénicas não deixaram sedimentos datados, para norte da foz do Liz. É provável, porém, que no Plaisenciano se tivessem realizado incursões marinhas, de maior ou menor envergadura, até à região de Ovar; mas nada de positivo é possível dizer-se, não só devido às razões anteriormente expostas, como ainda à ocultação produzida pela larga faixa marginal holocénica. Durante a regressão vilafranquiana deve-se ter dado importante orogenia. Como conseqüência houve modificação e rejuvenescimento do relêvo, o que modificou a rêde fluvial e activou a acção erosiva. O rio Cértima captou o Vouga, segundo a opinião do Dr. Alberto Souto (3), desviando-o do seu curso normal e conseqüente, que deveria orientar-se N. E.-S. O. como o seu curso médio, para S. E.-N. O., — ou seja na direcção, reconhecida hoje como a dos mais recentes alinhamentos tectónicos. Os rios tinham, de-certo, caracter torrencial e, por isso, as cheias foram rápidas e violentas, e os materiais sedimentados geralmente grosseiros. Foi-se originando então o mais alto terraço fluvial. Como em outro trabalho concluímos (4), devem ser vilafranquianos muitos depósitos de calhaus rolados das mais variadas dimensões, mesmo os grandes blocos, dispersos entre Condeixa e Aveiro, e grande parte das areias que, por não apresentarem fósseis nem estarem ainda estudadas granulimètricamente, podem ser confundidas com outras mais antigas ou mais modernas.

Foi portanto devido a esta activa erosão, auxiliada por fenómenos de solifluxão, que tais sedimentos se foram acumulando nas regiões mais baixas, constituindo em grande parte as gândaras visíveis em extensas áreas de Estarreja para o Sul, e que tão características se mostram na região em estudo, como entre Cacia e Esgueira, na Oliveirinha e na Quinta-do-Picado. Sincrònicamente se depositaram as areias grosseiras, superficiais, margosas e micáceas, com grandes calhaus rolados e outros mais pequenos achatados, ou com o seu bloco de arcose, como foi notado por Choffat entre Eirol e Carcavelos (1).

No final desta idade foi-se acentuando a diminuïção no calibre dos materiais transportados, emquanto a linha de costa se ia afastando e se aproximava da isóbata de — 500^{m}. Foi daqui que, muito provavelmente, o mar tirreniano, ou ainda siciliano, partiu para nova transgressão, a qual, no seu apogeu, devia recortar o continente de maneira bem diferente da actual. Não se apresentam, porém, no concelho de Aveiro, depósitos originados por êste fenómeno que, a existirem, se encontram em

---

(3) Alberto Souto — *Apontamentos sôbre a geografia da Beira-Litoral. I, Origens da Ria de Aveiro* — Aveiro, 1923.

(4) J. Carríngton da Costa — *Evolução do meio geográfico na Pre-história de Portugal — Memória apresentada ao 1.º Congresso do Mundo Português* — Lisboa, 1940.

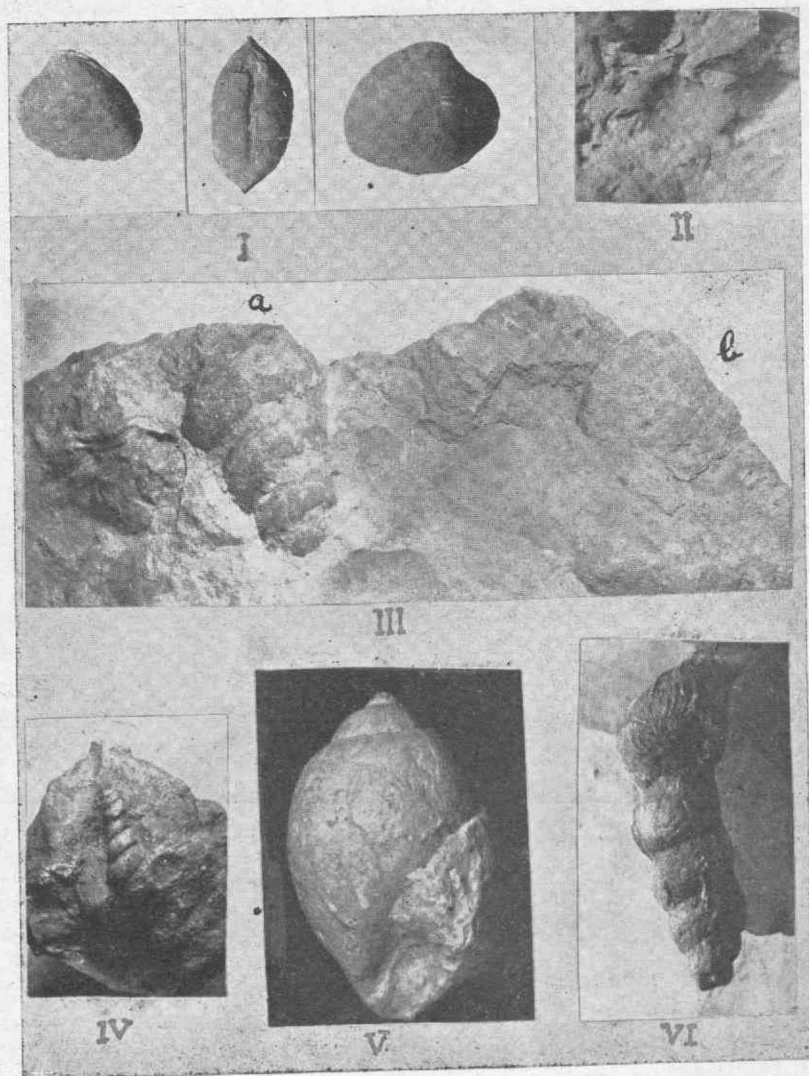


Fig. 1
FÓSSEIS DE AVEIRO

I — *Cyrena* sp. aff. *Cyprina oblonga* D'ORBIGNY
II — *Cyrena* ¿an sp. nov.
III — a) *Glauconia* sp.
— b) *Cyrena solitaria* ZITTEL
IV — *Cerithium Vidali* CHOFFAT (molde interno)
V — *Bulimus Gaudryi* CHOFFAT
VI — *Melania* sp.

(Os exemplares mostram-se ligeiramente reduzidos; o V é pertença do Gabinete de Ciências Naturais do Liceu de José Estêvão).

profundidade encobertos pelas formações flandrianas. É muito provável, todavia, que ali ocorram terrenos sedimentados no Tirreniano, mas da fase regressiva. Durante a sua regressão, a grimaldiana, houve actividade tectónica, com predomínio de movimentos epirogénicos que elevaram o interior do nosso território e acentuaram, em muitos pontos, os desníveis costeiros. Devido a êsse aumento de altitudes, novamente se intensificou a acção erosiva. Como, quási sempre, os materiais então sedimentados têm as mesmas características geoquímicas que os da regressão vilafranquiana, dêles se torna impossível, na maioria dos casos, distinguir. Pode-se, porém, dizer que foi durante esta última retirada do mar que se formaram os curiosos vales que se estendem paralelos entre a foz do Vouga e a Ria-de-Vagos, os quais tiveram o seu nível de base muito mais baixo, quando a linha de costa se encontrava, aproximadamente, pela altura da actual isóbata de — 200^{m}.

Os depósitos, que se sedimentaram nos talvegues, foram devidos à deslocação daquele nível de base, motivada pela actual transgressão, a flandriana. Esta é evidente como muito claramente foi demonstrado pelo Eng. C. Freire de Andrade [5], embora na região em estudo a deslocação da linha de costa — as antigas ribas são hoje taludes na cidade e arredores — dê a impressão de movimento em sentido contrário. Êste recuo, porém, tem outra causa. É que, ao presente, a transgressão é suficientemente lenta para permitir o assoreamento — devido à acção da corrente marinha que se efectua no sentido N.-S. — das reentrâncias costeiras e das embocaduras dos rios e ribeiros, até se constituir um alinhamento de equilíbrio. Portanto, todos os depósitos, relativos a êste concelho, indicados na *Carta Geológica* de 1899 pelas letras *d* e *l*, são os mais modernos e de idade flandriana. A sedimentação ainda se continua, activada pela acção eólica. Verifica-se assim, que a chamada planície aveirense não foi devida à abrasão marinha, como se chegou a supor.

* * *

Das considerações feitas se conclue que a cidade de Aveiro assenta em sedimentos de três idades: aturiana, vilafranquiana e flandriana. Muito restritos ou nulos serão os depósitos visíveis tirrenianos da fase regressiva, atendendo à fraquíssima possança das formações arenosas post-cretácicas e ante-flandrianas.

São bastante recentes os estudos dêstes terrenos. Choffat não chegou a empreendê-los, tendo-se contentado com a observação do depósito de Vilar e as informações fornecidas por

---

(5) Carlos Freire de Andrade — *Os vales submarinos portugueses e o diastrofismo das Berlengas e da Estremadura* — Lisboa, 1937.

VASCONCELOS PEREIRA CABRAL que na cidade colheu alguns fósseis, os quais aquêle notável geólogo classificou como *Hydrobia Vasconcellosi* e *Cyrena Marioni*. Foi dois anos mais tarde que a sua descrição foi apresentada (6) bem como a de outros, colhidos em diferentes pontos das formações senonianas. CHOFFAT chamou a atenção para o facto das determinações paleontológicas não poderem ser rigorosas, atendendo ao mau estado de conservação do material; e declarou que foi para poder citar as formas nos trabalhos estratigráficos que se viu obrigado a servir-se de designações provisórias ou a dar nomes específicos a espécies que lhe pareceram evidentemente novas, embora lhe fôssem imperfeitamente conhecidas.

Outra preocupação o dominou, tornar conhecida uma fauna, a respeito da qual consultara os mais notáveis especialistas da época que pouco o elucidaram, pois poderia dar-se o caso de aparecer alguma semelhante em qualquer outra região da Europa, em melhores condições de estudo.

Se a descrição teve de ser muito deficiente pelas razões expostas, a figuração não foi mais feliz, principalmente no que diz respeito à ornamentação das formas mais pequenas.

Foram aquêles os dois primeiros fósseis de Aveiro registados. Só muito posteriormente o Dr. ALBERTO SOUTO (7) indicou o aparecimento de *Bulimus Gaudry*, nas argilas margosas do canal de S. Roque, em cortes de exploração industrial para a fábrica de cerâmica da viúva de José Pereira Campos.

A outras espécies fizemos nós referência nesta mesma revista (2) — *Cyrena* aff. *galoprovincialis*, *Cyr.* aff. *Cyprina ablonga*, *Dentalium (Fustiaria?)* sp., *Clastes lusitanicus*, restos de quelónios da família *Bothremydidae*, coprólitos e corpos cilíndricos de origem problemática — mas, como se tratava de trabalho puramente estratigráfico, nenhumas considerações de ordem paleontológica foram então feitas. É, porém, o que nos propomos realizar agora, não só relativamente àquelas formas, mas também a outras colhidas posteriormente, em especial pela nossa aluna D. Florinda Machado, a quem marcámos como trabalho de estágio, para a sua licenciatura em Ciências, investigações geológicas nesta região. A si se deve o podermos indicar ainda *Clastes postulosus* e alguns gastrópodes de dificílima classificação, devido a serem moldes imperfeitos, mas que, não sòmente pela primeira vez foram colhidos na área da cidade, como ainda são inteiramente diferentes dos encontrados nas formações senonianas portuguesas dos outros locais.

---

(6) PAUL CHOFFAT — *Recueil d'études paléontologiques sur la faune crétacique du Portugal.* 3.ème sér. *Mollusques du Sénonien à facies fluvio-marin* — Lisboa, 1901.

(7) ALBERTO SOUTO — *O afloramento setentrional do Senoniano salobro entre Quintãs e Aveiro* — *Labor*, n.os 10 e 11 — Aveiro, 1927-28.

Não é pequeno, relativamente, o número de espécies fósseis que aparecem no concelho de Aveiro. A sua descrição ou está por fazer ou se encontra dispersa por várias publicações, nem sempre acessíveis aos leitores do *Arquivo*. Algumas não foram reproduzidas. E, embora outras estejam expostas no Liceu e no Museu Regional daquela cidade, há tôda a vantagem em descrevê-las e figurá-las. Poderá assim ser despertado o interêsse, se não para a investigação paleontológica especializada que é de grande delicadeza e exige conhecimentos e bibliografia adequados, pelo menos para a colheita de material que possa vir a ser objecto de análise a fazer por pessoa competente.

Neste artigo apenas se estudará a fauna recolhida na área da cidade ou seus mais próximos subúrbios, deixando para outra oportunidade a do resto do concelho.

* * *

Os fósseis mais freqüentes correspondem a moluscos, embora em certas camadas sejam muito abundantes os fragmentos de carapaça de quelónios; as escamas, vértebras e dentes de peixe ocorrem, segundo esta ordem, em menor percentagem. Daqueles invertebrados, são muito numerosos como indivíduos os lamelibrânquios, cujos moldes, nalguns casos, chegam a cobrir por completo a rocha. Os gastrópodes, porém, mostram maior variedade genérica. De escafópodes apenas foram colhidos dois exemplares, que é possível pertencerem a dois subgéneros diferentes. Alguns estratos contêm grande quantidade de coprólitos ou de corpos cilíndricos de origem problemática.

No Gabinete de Ciências Naturais do Liceu de José Estêvão [8] existe uma amostra de molasso, muito fossilífero, que consta ter sido encontrado por um antigo aluno, próximo de Aveiro. Bastante pequeno, tem todo o aspecto de pertencer a depósito marinho miocénico, pois notam-se fragmentos de moluscos dos géneros *Arca* e *Turritela* que parecem especificamente iguais a outros dessa idade muito abundantes na bacia do Tejo. Seria de extraordinária importância verificar se de facto é verdadeira a presença de tal formação nesse concelho, mesmo na provincia da Beira-Litoral, onde ainda não foi reconhecido qualquer terreno, que possa, incontestavelmente, ser atribuído ao Mioceno.

Também, em tempo, nos mostraram um fragmento de fóssil que apresentava ornamentação assaz semelhante à da espécie de *Pyrgulifera* que Choffat classificou como *armata* var. *gan-*

---

[8] Aqui deixamos consignado, ao seu Director e nosso ilustre colega Dr. Álvaro Sampaio, o profundo reconhecimento por tôdas as facilidades concedidas.

darensis. Não será de admirar que se confirme a sua ocorrência em Aveiro, pôsto que já foi registada em Santo-André, Covões, Soza, Vagos e Quintãs.

Aproveitamos a oportunidade para fazer algumas considerações. Aquela variedade não corresponde, à forma típica *Pyr. armata* MATHERON, bem característica do Daniano, visto ter também analogias com a espécie *Pyr. Matheroni* do Maestrichtiano; além disso, os exemplares que serviram para o seu estudo eram todos incompletos e apenas moldes, a tal ponto imperfeitos, que aquele notável geólogo chegou a pensar em certa semelhança com *Melania Matheroni* ROULE. Por tais motivos e até que sejam obtidos melhores elementos que permitam fazer diagnose mais segura, pensamos preferível, a-fim-de evitar conclusões possivelmente erradas de caracter estratigráfico, aplicar à forma portuguesa a designação específica de *Pyr. gandarensis.* A verdade é que, com os conhecimentos actuais, somos obrigados a considerar os sedimentos, onde ela aparece, mais provàvelmente maestrichtianos do que danianos.

Passaremos a analizar os fósseis que não oferecem dúvida quanto à sua localização:

GASTRÓPODES.

Bulimus Gaudryi CHOFFAT — Esta espécie foi baseada apenas sôbre moldes internos, e, portanto, em condições de não permitir boa descrição. A concha é ovóide subglobulosa, acuminada para trás e imperfurada; a espira, bastante curta na juventude, tornava-se muito mais larga com a idade; a abertura é mediocre, acuminada atrás e largamente arredondada na frente. Os exemplares encontrados em Aveiro (fig. I, v), correspondem bem a esta diagnose, e como moldes que são, não fornecem mais elementos; a columela continua a ser desconhecida.

Os *Bulimus s. lat.,* são bastante raros nas nossas formações geológicas. Além dos da fáunula quaternária do Alentejo, em dúvida considerados como tal, apenas se regista *Bul. (Anadromus) Ribeiroi* TOURNOUËR, muito abundante nos depósitos argilo-piroclásticos do chamado « Manto basáltico », que, com mais freqüência, tem sido atribuído ao Eoceno. Essa espécie parece aproximar-se da actual da América-do-Sul, *B. (Plecocheilus) signatus* WAGNER, e, por isso, TOURNOUËR a colocou no mesmo grupo. De opinião contrária foi BARKELEY COTTER [9], que reconheceu, a-pesar-da grande diferença nas dimensões, mais analogias com *B. (Anadromus) proboscideus* MATHERON das camadas do Cretácico superior da Provença. Posteriormente,

[9] J. C. BERKELEY COTTER — *Sur les mollusques terrestres de la nappe basaltique de Lisbonne — Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal,* tom. IV — Lisboa, 1900.

Répelin (10) retomou o assunto e achou maiores afinidades ainda com *B. (Anadromus) affuvelensis* MATHERON do Daniano da mesma região, tendo concluído, embora com certa dúvida, que

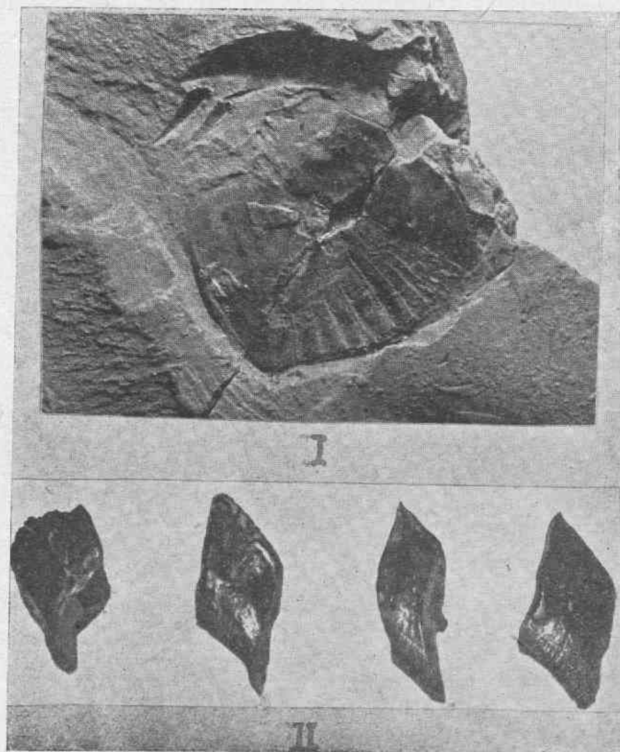


Fig. 2

I — ESCAMA DE TELEÓSTEO — Coimbrões-Arada × 3

(Exemplar do Gabinete de Ciências Naturais do Liceu de José Estêvão).

II — ESCAMAS DE ***Clastes postulosus*** SAUVAGE — Agras (Gr. nat.).

a fáunula do « Manto basáltico » era cretácica. Eis a razão por que provocámos êste cotejamento das duas espécies. A *Gaudryi* distingue-se bem da *Ribeiroi,* não só pelas maiores dimensões, mas ainda porque nesta a última volta é mais envolvente, dando,

(10) J. Repelin — *Sur les affinités zoologiques des genres Lychnus et Anadromus — Annales de Paléontologie,* vol. III — Paris, 1908.

por vezes, à concha aspecto bem globuloso. É, contudo, de notar que os exemplares colhidos em conglomerado basáltico imediatamente justaposto ao Turoniano da Nazaré, são mais semelhantes aos primeiramente descritos por TOURNOUËR, e, por serem mais alongados e menos geniculados, mais se aproximam de *B. Gaudryi*.

Cerithium Vidali CHOFFAT — Os exemplares recentemente encontrados são bastante imperfeitos. Falta em todos, quási por completo, a abertura. Só representamos molde interno (fig. I, IV), pois os externos estão de tal modo colocados na rocha que não permitem ser fotografados. Verifica-se, porém, serem idênticos aos figurados por CHOFFAT. As voltas de superfície achatada são cónicas, com quatro filêtes finamente granulados ou com pequenos tubérculos; na juventude eram presentes linhas radiais bem acentuadas. Aquêle geólogo pôs a hipótese de existirem duas variedades: uma com três filas de tubérculos e outra com cordões lisos. Nalgumas formas de Aveiro nota-se que, num mesmo indivíduo, as voltas mais pequenas têm tubérculos muito nítidos, e as maiores apenas cordões lisos. Parece, assim, haver formas de transição.

Êste facto, a fácies da formação e, especialmente, o dispositivo do curto canal e da abertura da concha, levam-nos a pensar que tais fósseis deviam antes ser incluídos no género *Potamides*. Só melhor material poderá confirmar esta hipótese.

Glauconia sp. — É em dúvida que se coloca neste género o exemplar (fig. I, III-*a*) recolhido num grés fino argiloso junto do Canal de S. Roque. Tratando-se de um molde bastante imperfeito, assim o classificámos, devido à sua concha turriculada, cónica, com voltas relativamente pouco numerosas e costeladas transversalmente, e por ser *Glauconia*, o único género de turritelídeos que se pode adaptar aos meios salobros.

Nos depósitos senonianos mostram-se duas espécies dêste género, *Gl. Renauxiana* D'ORB. e *Gl. Kefersteini* MÜNSTER, e que já vêm do Mesocretácico; a primeira desde o Aptiano, não ultrapassa o Coniaciano, a outra mantém-se ainda no Aturiano, em Chousa-do-Fidalgo, Lavandeira, Quintãs e Mira. É espécie de grande longevidade que parece não apresentar variações. Julgamos que não pode ser atribuído a qualquer destas o fóssil em estudo, mas não temos elementos para justificar o reconhecimento de uma espécie nova para a Ciência.

Melania sp. — Outro gastrópode colhido no mesmo local apresenta caracteres diferentes (fig. I, VI). É maior o número de voltas e diverso o relêvo destas. As voltas, que crescem regularmente, são um tanto convexas e ornamentadas de estrias. A-pesar-da abertura não estar visível e o fóssil estar imperfeito,

pensámos ser lógico o colocá-lo no género *Melania*. A falta de elementos, porém, não impede que se verifique estarmos em presença de espécie ainda não reconhecida no nosso Senoniano. *Mel. Dolfusi* CHOFFAT do «grés do Vale», mostra sete excrescências axiais por volta, que se correspondem com bastante regularidade sôbre todo o comprimento da concha, e, além disso, é de menores dimensões. Muito mais pequenos são ainda os exemplares, de impossivel classificação específica, contidos nos nódulos calcáreos das argilas aturianas de entre Mesas e Santa-Catarina e de Henricas. São um tanto semelhantes a jovens *Mel. galloprovincialis* MATHER., mas, como judiciosamente fêz notar CHOFFAT, aquelas devem corresponder a adultos, devido à constância das dimensões.

Hydrobia Vasconcellosi CHOFFAT — Apenas conhecemos o material estudado pelo autor da espécie; nada, portanto, se nos oferece dizer relativamente a êste fóssil. Seria de interêsse colhêr material eficiente para se verificar a hipótese de distinguir outras espécies, como foi sugerido por aquêle geólogo. Infelizmente, nada encontramos; as *Hydrobia* são raras em Aveiro.

LAMELIBRÂNQUIOS

Todos os lamelibrânquios neocretácicos de Aveiro actualmente conhecidos, têm de ser atribuídos ao género *Cyrena*. Com excepção de *Cyr. solitaria* ZITTEL (fig. 1, III-*b*) que, só em dúvida, se pode considerar representada, recolhemos naquela cidade todas as outras espécies registadas por CHOFFAT quer nas formações marinhas do Ceadouro e de Mira quer no complexo flúvio-marinho: *Cyr. Marioni* CHOFFAT, *Cyr.* cfr. *gallo-provincialis* MATHERON e *Cyr.* sp. aff. *Cyprina ablonga* D'ORBIGNY (fig. 1, I). Esta última muito freqüente no «grés com *Hemitissotia*», bastante menos nas «camadas com *Mytilus*», e cuja presença foi julgada duvidosa nos depósitos salobros, é, todavia, muito abundante na cidade. De *Cyr. Marioni* só obtivemos a forma mais alongada e de maior envergadura se bem que proporcionalmente menos alta e em que o costelamento e a carena não são tão marcados. Confirma-se, assim, a variedade suspeitada por aquele cientista, para a qual propomos a designação de *aveirensis*.

Junto do Canal de S. Roque apresentam-se indivíduos que não podem ser incluídos nas espécies citadas. A concha é equivalve, oval subtrigonal como as do género *Corbula*, com o bordo anterior arredondado, o posterior um tanto rostrado, o dorsal anguloso e o ventral arqueado; vértices proeminentes, quási unidos e ligeiramente posteriores; valvas não costeladas nem carenadas; impressão paleal inteira e impressões musculares

nitidas. Em virtude da falta de carena afasta-se de *Cyr. Marioni* e de *Cyr. solitaria*. As outras duas espécies foram diferenciadas por CHOFFAT atendendo sobretudo à relação existente entre a altura e a largura: *Cyr.* cf. *gallo-provincialis* de diâmetros aproximadamente iguais e *Cyr.* sp. aff. *Cyprina oblonga* mais comprida do que alta. Comparada a forma em estudo com esta, verifica-se que a relação diametral é bastante menor e que a forma geral não é cordiforme oblíqua. Poderia supor-se que os exemplares pequenos pudessem corresponder aos indivíduos jovens, contudo aparecem outros com iguais dimensões, 25^{mm}, diferindo do mesmo modo. É, pois, sem dúvida, uma outra espécie. Como não temos elementos suficientes para fazer diagnose séria, limitamo-nos a indicá-la, sem qualquer preconceito, por *Cyrena* ¿an sp. nov., até ser possível conseguir melhor material que permita fazer a revisão de todos estes lamelibrânquios.

ESCAFÓPODES

Dentalium (Fustiaria?) sp. — Num barreiro explorado pela Cerâmica Aveirense colhemos em argila margosa azulada fragmentos de moluscos. Um dêles pertence a fóssil do género *Dentalium*, de concha subcilíndrica de fraco diâmetro, ligeiramente arqueada, opaca e lisa, mas que julgamos ter sofrido rolamento. A presença de estreita fenda, que possivelmente será natural, levou-nos a incluí-lo no subgénero *Fustiaria*. Porém, só o fazemos em dúvida, pois, no mesmo local, recolhemos um outro incompleto sem fenda e anelado. É esta a única formação senoniana portuguesa em que têm aparecido dentalídeos.

PEIXES

As escamas ganóides que freqüentemente aparecem, correspondem bem às descritas e representadas por SAUVAGE como *Clastes lusitanicus* SVG. e *Cl. postulosus* SVG. [11] (fig. 2, II).

Aproveitamos esta oportunidade para figurar uma escama de teleósteo fóssil (fig. 2, I), encontrada pelo Dr. ALBERTO SOUTO próximo de Coimbrões (Arada), juntamente com um fragmento de fôlha paralelinérvea, em argila cinzento-azulada. A escama, que pertencia à linha lateral como se verifica pela presença do pequeno tubo central, apresenta o bordo livre destruído e o posterior ligeiramente recortado, nele terminando dez estrias radiantes. Não é sem analogias, por exemplo, com as dos géneros *Holocanthus, Cyprinus* e *Carassius,* porém assaz difere das de *Carassius carassius* LIN., espécie actual, abundante nas

---

(11) H. E. SAUVAGE — *Vertébrés fossilles du Portugal — Contributions à l'étude des Poissons et des Reptiles du Jurassique et du Crétacique* — Lisboa, 1898.

valas de Fermentelos. Fizemos esta aproximação, por nos parecer que o depósito em que apareceu a escama, e que segundo julgamos estava entre formações arenosas, seja mais moderno, talvez mesmo do Pleistocénico.

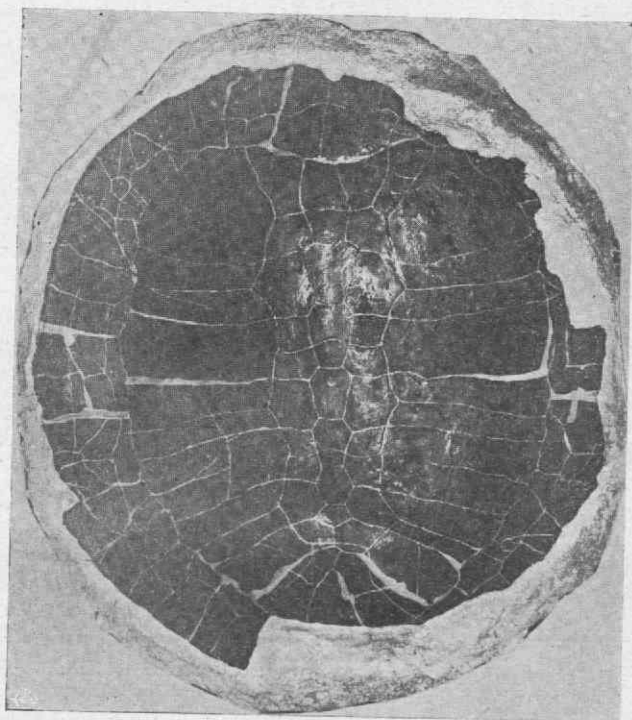


Fig. 3
ROSASIA SOUTOI CARRINGTON
$\times \frac{1}{5}$
(Molde existente no Museu Regional de Aveiro. Foi preparado no Laboratório de Geologia da Universidade do Pôrto pelo naturalista Dr. C. Teixeira).

RÉPTEIS

Há alguns anos que se registava a ocorrência de fragmentos de carapaça de quelónios, todavia tão pequenos e tão mal conservados que a sua classificação se tornava completamente impossível. Pela ornamentação, supunha-se pertencerem a indivíduos semelhantes a outros fossilizados em Vizo e estudados por SAUVAGE ([11]).

Êste paleontólogo apenas conseguiu observar duas ou três placas, o que não lhe permitiu estudo sério e, por isso, se limitou a empregar a vaga designação de *Emydée ind.*. Mais feliz fomos nós, pois obtivemos bom material o qual nos levou a verificar a existência de uma espécie e de um género novos para a Ciência, que tivemos a honra de dedicar aos nossos ilustres amigos Prof. Dr. ROSAS DA SILVA e Dr. ALBERTO SOUTO [12].

Rosasia Soutoi CARRINGTON — Tartaruga aquática de carapaça nitidamente achatada e subcircular, de grande envergadura, com ligeira curvatura meridiana entre a última placa óssea vertebral e a suprapigal, mostra margem relativamente larga e quási horizontal (fig. 3). O fóssil melhor conservado tem, no estado actual, o comprimento de 38 centímetros e a largura de 35 centímetros. São perfeitamente nítidos os sulcos que separam os escudetes dérmicos os quais se encontram assim distribuídos: 5 vertebrais, 4 pares de costais, 11 pares de marginais e um pigal; não possuía escudete nucal. Bem visíveis são também os contornos das peças ósseas, o que permite constatar a presença das seguintes placas: 1 nucal, 7 vertebrais, 8 pares de costais, 1 suprapigal, 1 pigal e 22 periféricas. A ornamentação consiste em granulação excessivamente miúda e em finos sulcos que, pela maior parte, mostram divisão dicotómica.

Pelo número, distribuïção e grandeza das placas ósseas e dos escudetes dérmicos, verifica-se haver notável semelhança com os quelónios do género *Elochelys* NOCPSA, colocado pelo seu autor na família *Bothremydidae*. Uma das características dêste género é a falta de placa suprapigal, facto de grande importância, pois, devido a êle se distingue de tôdas as tartarugas conhecidas, com excepção das *Trionychoidaea*. E, como o réptil de Aveiro possue aquela peça bem desenvolvida não pôde nele ser incluído. Por outro lado o Prof. BERGOUNIOUX, notável especialista dêste ramo da Paleontologia, propôs a anulação da família *Bothremydidae*, passando as espécies nelas colocadas a constituir um simples género dos *Pelomedusidae* [13]. O estudo dêste fóssil aveirense impediu-nos de seguir êsse critério, pois teríamos de o associar às formas de *Bothremys* só conhecidas pelo crânio, e às de *Elochelys* de que difere por tão importante carácter, antes indicado. Mas, como em grande parte concordamos ser indispensável simplificar tanto quanto possível a taxinomia, propusémos antes transformar a família *Bothremydidae* em subfamília dos pelomedusídeos, na qual

(12) J. CARRINGTON DA COSTA — *Um novo quelónio fóssil* — *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tom. XXI — Lisboa, (Em publicação).

(13) F. M. BERGOUNIOUX — *Contribution à l'étude paléontologique des chéloniens. Chéloniens fossiles du Bassin d'Aquitaine* — *Mem. de la Soc. Géol. de France*, n.º 25 — Paris, 1935.

ficaria colocado o nosso género *Rosasia*. A colheita de melhores elementos permitirá, de-certo, um mais profundo estudo, que muito poderá contribuir para resolver alguns dos numerosos problemas relacionados com os quelónios fósseis.

Muitos dos *coprólitos* colhidos, especialmente em Agras, devem ser as fezes fossilizadas daquela espécie de tartaruga.

INCERTA SEDIS

Choffat designou por «corpos cilíndricos» uma espécie de nódulos cilindróides, uns direitos, outros irregularmente curvos, arredondados nas extremidades, rugosos, dando o aspecto de estarem cobertos por pequenas escamas, e que se encontram nos depósitos neocretácicos que se estendem de Covões ao Bóco. Os que obtivemos em Agras mostram a mesma forma; todavia, a sua superfície é, em geral, lisa, assemelhando-se mais, por isso, a outros que aparecem no «Manto basáltico» de Lisboa e arredores — Carnaxide, Valajas, Ajuda, etc., — mas, ao que parece, ali muito menos freqüentes.

Corpos dêstes tipos são conhecidos do calcáreo com *Lychnus* do Daniano francês. Eis mais uma analogia que parece apoiar a ideia de atribuir a idade cretácica àquele depósito, contudo de modo algum provativa.

* * *

Os fósseis que ùltimamente têm sido colhidos na cidade de Aveiro, vêm, pois, apoiar melhor ainda a nossa hipótese relativa ao paralelismo existente entre níveis que Choffat supunha de idades diversas. Põe-se assim em evidência que as pequenas diferenças notadas nas fáunulas apenas devem corresponder a variações locais resultantes de certa mudança na salinidade e nas condições de sedimentação, o que, de facto, está de acôrdo com a fácies.

Não foi possível ainda fazer com maior minúcia o estudo estratigráfico, devendo, como mais lógico, continuar a serem consideradas, tôdas estas formações fossilíferas mais coerentes, como aturianas.

Laboratório de Geologia da Universidade do Pôrto em Março de 1941.

J. CARRÍNGTON DA COSTA
Bolseiro do Instituto para a Alta Cultura

FILARMÓNICAS DO DISTRITO

I

ENTRE as manifestações artísticas do nosso Distrito, conta-se, como das mais importantes, a da fundação e manutenção de agremiações musicais, mais ou menos brilhantes e prósperas, pelas quais se pode aquilatar do bom gôsto das diferentes populações e das suas aptidões para a música.

Feito prèviamente o inventário das povoações em que existe uma ou mais dessas Sociedades, dirigimos uma circular ao regente de cada uma delas, na esperança de que a promessa de publicação, no *Arquivo,* do resumo dos seus depoïmentos nos traria as informações que a todos pedíramos, respeitantes ao ano da fundação da sua banda, aos fundadores, ao primeiro e actual regente, e ainda aos seus sócios beneméritos.

Enganámo-nos: com o nosso apêlo, apenas obtivemos informações àcêrca das bandas de *Aveiro, Vista Alegre, Ílhavo, Pinheiro-da-Bemposta, S. João-da-Madeira, Pardilhó, Ovar, Estarreja, Cucujães, Albergaria-a-Velha, Junqueira* (Vale de Cambra), *S. João-de-Loure, Sever-do-Vouga, Eixo, Vagos* e *Figueiredo-do-Burgo* (Arouca). Desanimávamos do nosso intuito, quando soubemos que o Sr. Dr. ANTÓNIO ZAGALO DOS SANTOS, de Ovar, já possuía, a tal respeito, bastantes elementos, colhidos em circunstâncias mais felizes. A êle nos dirigimos, portanto, para que S. Ex.ª elaborasse o estudo que nós, à falta de dados, não poderíamos fazer. Com desprendimento e generosidade pouco vulgares, pôs imediatamente o Sr. Dr. ZAGALO DOS SANTOS à nossa disposição a colheita de informes que já fizera e quis que fôssemos nós quem utilizasse êsse seu trabalho. Aqui fica expressa a nossa gratidão.

O que vai ler-se é, pois, o resultado das informações recolhidas pelo ilustre investigador ovarense, conjugadas com as dos regentes que pronta e inteligentemente se dignaram responder à circular, e ainda com os depoïmentos de indivíduos

estranhos a essas Sociedades, mas amantes de música. Figuram, nos primeiros artigos, como é de justiça, e pela ordem cronológica das respostas, as bandas de que obtivemos informações, directas ou indirectas. Irão depois as outras, à medida que àcêrca delas formos sendo informado.

FILARMÓNICAS DE AVEIRO

Sôbre bandas da Capital do Distrito, limitamo-nos a reproduzir o depoïmento do Sr. José Ferreira Pinto de Sousa, a quem ficamos muito grato.

Vem de longe a notícia da existência de agremiações musicais em Aveiro. Segundo a Crónica dos Carmelitas, à festa que se fêz no Convento do Carmo, por ocasião da canonização de Santa Teresa, em 1622, assistiu a *melhor música da terra,* de orquestra ou capela, sendo que, naquele tempo, as bandas marciais eram apenas constituídas por pífanos e tambores. — Em 1668, havia nesta cidade uma corporação de charameleiros, que ganhara, na festa de S. Miguel, a irrisória quantia de 400 réis. — Em 1742, havia na igreja de S. Miguel uma Colegiada, que tinha a sua música, um dos mestres da qual foi um tal P.e Luís Simões. — No longo espaço de tempo decorrido entre essa data e 1817, nenhum documento ou referência se conhece a músicas de Aveiro. Nesta data, porém, instituiu-se uma *capela de padres,* regida pelo P.e José Joaquim Plácido (o *Padre Parracho),* irmão do hábil jurisconsulto aveirense que se chamou Joaquim António Plácido. Esta capela organizou-se para se poderem fazer com solenidade as festividades da Sé de Aveiro, que era então na igreja da Misericórdia. Foi aquêle padre quem deu as primeiras lições de música ao então *menino de côro* da Misericórdia, onde também havia colegiada, José Pinheiro Nobre, *o Marcela,* que depois foi discípulo distinto do espanhol Cléder, exímio tocador de trombone de varas. — Em princípios de 1834, como noutras terras do país, organizou-se a *Guarda Nacional,* que em Aveiro e Ílhavo teve existência legal por decreto de 29 de Março daquele ano. José Pinheiro Nobre, apesar dos seus 13 anos, era um apreciável executante de trompa e nesta qualidade fêz parte da banda daquela Guarda, ao mesmo tempo que se aplicava ao estudo da música com D. Romão Avias, mestre da banda de Caçadores n.º 28. Como êste e como Cléder, foi José Pinheiro notável executante de trombone de varas. — Nem todos os corpos militares tinham bandas efectivas: as músicas eram contratadas por períodos anuais. José Pinheiro, findo o contrato com aquela Guarda, foi para o regimento n.º 24, de Viana-do-Castelo; e, com a transferência dêste regimento para Viseu, ficou José Pinheiro em Viana, no Regimento de Infantaria n.º 3. — Findos os sucessivos contratos

que ali assinara, regressou José Pinheiro a Aveiro em 1844; e, dois anos depois, reorganizou com o P.e João de Pinho a antiga filarmónica de Aveiro, com os elementos saídos da Guarda Nacional, quási todos espanhóis, entre êles o célebre André Navarro. — Nesse ano, a 14 de Maio, rebentou a revolução chamada «Patuleia» ou «Maria da Fonte». Para sustentar essa revolução, organizaram-se «corpos populares», que apenas se destinavam à defesa das respectivas localidades. A banda respectiva foi organizada e regida por José Pinheiro Nobre. Aquêle batalhão continuou até a Convenção de Gramido (23 de Junho de 1847), e a filarmónica continuou, sob a mesma batuta, até 26 de Outubro de 1849, data em que José P. Nobre foi para Anadia organizar e reger a filarmónica de que era protector o Dr. Alexandre de Seabra. A banda nem por isso se extinguiu: melhor ou pior, foi continuando. — Pela ordem de serviço n.º 3, de 13 de Janeiro de 1837, formou-se o Batalhão de Caçadores n.º 28, aquartelado em Aveiro, o qual, pela organização de 1842 (Ordem do Exército n.º 56, de 16 de Dezembro), passou a ter o n.º 7. Êste batalhão foi em 26 de Agôsto de 1850 transferido para Guimarães e depois dali para Valença. Tinha, além da banda, uma charanga, formada pelos corneteiros e um ou outro músico que compareciam ao toque de recolher. Dizia-se que a charanga era melhor que a música! — Neste batalhão, houve um mestre de música — um tal *Armada* — que deixou em Aveiro alguns discípulos de clarinete, entre os quais Francisco da Costa — o *Francisco Cerralheiro* — e José Vieira Guimarães.

Em 1 de Junho de 1853, voltou José Pinheiro Nobre para Aveiro e reassumiu a regência da antiga Filarmónica que dirigira. Cêrca de dois anos depois, foi com outros componentes unir-se à Filarmónica da Vista Alegre —, o que foi motivado pela circunstância de alguns componentes daquela Filarmónica se recusarem a tocar gratuitamente na festividade que em 31 de Maio dêsse ano se fêz em honra de N. S. da Conceição por ordem da Ordem Terceira de S. Francisco.

Pouco mais ou menos desde 1841 a 1866, teve a *Filarmónica de Aveiro,* entre outros, os regentes seguintes: José Pinheiro Nobre, Armada, José da Silva, Manuel de Abreu (músico de Caçadores 7), Gastão (contra-mestre do mesmo batalhão), José Matias dos Santos, Guilherme Maria Santana, Manuel Carvalho, P.e José Joaquim de Carvalho e Góis e António Maria Valério de Sousa Brandão, de Ovar. — Pela retirada dêste, motivada pela falta de recursos da Filarmónica, assumiu a regência o P.e Manuel Ferreira Pinto de Sousa, na qual se manteve até 15 de Novembro de 1877.

Em seguida, foram seus regentes: José Pinheiro Nobre, José Serrano (músico reformado de Infantaria 9), Manes Nogueira, Alfredo Santos, João Pinto de Miranda, Dr. Vasco Rocha (falecido em 5 de Março de 1932) e Alfredo Leal. É seu actual

regente o Sr. Armando da Silva. A respectiva orquestra está, desde 1937, a cargo do Sr. P.e António Gonçalves Estêvão.

José Pinheiro Nobre fundou e regeu em Aveiro uma filarmónica que se estreou em 12 de Maio de 1856 e à qual deu o título de «Aveirense», o que deu causa a que a outra adoptasse a designação de «Amizade». — Por motivos que se ignoram, saíu José Pinheiro desta Filarmónica em 1870. Desde essa data até 1886, organizou e dirigiu filarmónicas várias (Vagos, Angeja, Oliveira-do-Bairro, Mealhada, Redinha, Condeixa, Ançã e Aveiro). — Pela sua saída da Filarmónica Aveirense, ficou esta regida pelo P.e Jorge de Pinho Vinagre; mas, como mais tarde lhe não fôsse permitido reger a banda, ficou com a chefia da orquestra, e a banda passou a ser regida sucessivamente por Luís Henriques, António Pereira Viana, Biscaia, e João de Pinho das Neves Aleluia. Extinta a *Filarmónica Aveirense,* alguns dos seus componentes ainda se juntaram para fazer algumas festividades sob a regência de Sá Pinto, músico de 1.a classe de Infantaria n.o 24.

Em 1908, principiou o Sr. António dos Santos Lé a ensinar rapazes para a organização de uma nova filarmónica; e, nove meses depois, tocava ela, pela primeira vez, na Praça do Comércio, em 26 de Dezembro daquele ano, na inauguração do obelisco, ali mandado erigir pelo Clube dos Galitos. Esta filarmónica, à qual o seu fundador deu o nome da «*Banda de José Estêvão*», ainda subsiste e tem sido sempre dirigida e regida pelo Sr. António dos Santos Lé. Esta banda nada tem de comum com a extinta *Filarmónica Aveirense.*

Em 15 de Novembro de 1933, por iniciativa do Sr. António de Pinho Nascimento, foi fundada a «Banda dos Bombeiros Voluntários — Guilherme Gomes Fernandes», com antigos elementos saídos das outras duas bandas desta cidade. Esta banda estreou-se no dia 30 de Novembro de 1934, 25.o aniversário da Companhia. Foi seu primeiro regente o músico de 1.a classe de Infantaria n.o 19, Delfim Matias, e é seu actual regente o Sr. Arnaldo de Almeida Vasconcelos, músico reformado da extinta banda da Guarda Republicana do Pôrto.

No intervalo entre a extinção da *Filarmónica Aveirense* e a completa organização da *Banda de José Estêvão,* houve uma agremiação de indivíduos que fazia as festividades da igreja ou de orquestra, ordinàriamente regidos por António Alves, chefe da banda de Infantaria n.o 24, enquanto aquela banda não teve pessoal habilitado para êsse serviço.

José Pinheiro Nobre, como professor de música do Asilo-Escola Distrital, organizou em 1889, com os seus alunos, uma fanfarra ou charanga, que regeu durante cêrca de dezoito anos.

Pela sua aposentação, foi provido naquele lugar, em 21 de Outubro de 1908, o Sr. António dos Santos Lé, antigo aluno do Asilo, que transformou a charanga em banda marcial. Esta banda tem tido várias crises, provenientes da falta de pessoal, que resulta da redução do número de asilados e da saída dos mesmos aos dezasseis anos de idade. Continua, porém, a aula de música. — Desta banda têm saído bastantes executantes para as bandas de Aveiro e outras.

É ainda digno de registo o seguinte:

Em 1878, organizou e regeu o P.e Manuel Ferreira Pinto de Sousa uma pequena orquestra para fazer as festividades *(lausperenes)* da Associação do S. C. de Jesus, da qual era presidente D. Amélia Rebocho Freire de Andrade. Essa orquestra apresentou-se em público, pela primeira vez, em 28 de Abril daquele ano, na igreja de Santo António. Como agradasse muito, foi o seu regente instado para figurar noutras festividades, de Aveiro e proximidades. Exibiu-se, pela última vez, no dia 28 de Outubro de 1883, na festa de N. S. do Rosário, promovida pelo Bispo-Conde Bastos Pina.

Em 1888, o tenente de Cavalaria Júlio Augusto Ferreira organizou e dirigiu em Aveiro um grupo musical, inicialmente pouco numeroso, formado por amadores e com fins ùnicamente recreativos. Denominava-se «Recreio Musical» e dava no salão do Teatro Aveirense, sua sede, concertos, chamados *ensaios musicais,* que tinham por ouvintes as pessoas das famílias do seu Director e mais componentes. O primeiro concêrto realizou-se no dia 5 de Dezembro de 1888 e o último em 25 de Abril de 1890. O grupo extinguiu-se por motivo da saída daquele oficial para a Escola Prática de Cavalaria.

FILARMÓNICAS DE ÍLHAVO

Vista Alegre — Àcêrca desta banda, apenas sabemos que foi criada em 1826 pelo fundador da fábrica de porcelana, José Ferreira Pinto Basto; que é «privativa da fábrica e composta única e exclusivamente de operários dela» e que foram seus regentes, desde a fundação até 1934: José Vicente Soares (1826-1828); Prudêncio Apolinário (1830-1834); Filipe Marcelino Chaves (1834-1838); António Dias (1838-1845); João António Ferreira (1845-1851); António Dias (1852-1866); Joaquim Martins Rosa (1867-1907); e Berardo Pinto Camelo (1907-1934). É seu actual regente o Sr. Duarte Gravato.

Sociedade Filarmónica Ilhavense (Velha). — As informações que se seguem foram-nos obsequiosamente fornecidas pelo Sr. Diniz Gomes. A banda foi fundada em princípios de 1836 pelos ilhavenses Conselheiro Dr. António José da Rocha, magistrado (tio avô de Rocha Madahil, um dos Directores do *Arquivo),* e José Ferreira da Cunha e Sousa, mais tarde Governador Civil de Aveiro, autor da curiosa *Memória* sôbre Aveiro, que a nossa revista publicou no último ano. «Aquêles dois indivíduos, apaixonados amadores dramáticos, tinham organizado em Ílhavo uma companhia de curiosos, que devia estrear-se num teatro por aquêles construído numa dependência do passal da freguesia, junto da igreja matriz da vila. Para o primeiro espectáculo, haviam falado à orquestra da fábrica da Vista Alegre; mas à última hora esta faltou, por imposição do director daquela fábrica, que era da política contrária à dos organizadores da Companhia. Estes, magoados com o procedimento havido com êles, levaram-se em brios e fundaram uma música, aqui chamando para êsse serviço José Vicente Soares, ex-regente de bandas militares e que fôra também o primeiro regente da banda da Vista Alegre. Depois dêste, teve vários regentes, sendo o que mais aturou no lugar o ilhavense Francisco dos Santos Barreto, homem de múltiplas aptidões.

Por morte dêste, a música decaiu muito, quási se extinguindo. Cêrca de 1885, um grupo de bons ilhavenses, tendo à frente João da Conceição Barreto, mais tarde funcionário do Ministério do Interior, reorganizou-a, dando-lhe o nome de «Sociedade Filarmónica Ilhavense», que ainda conserva. Nessa nova fase, que chegou a ser áurea, foi seu primeiro regente o P.e João Rodrigues Franco, de Vagos, que era um violinista distinto, mas que, por motivo de doença, pouco se demorou no lugar. Foi substituído por um espanhol, de apelido Serrano, emigrado político que vivia em Aveiro, o qual soube dar à música uma modelar organização artística. Depois dêle, vários regentes dirigiram a música de Ílhavo até ao actual, que é o professor primário Sr. João Marques Ramalheira (Guilhermino). — À «Sociedade Filarmónica Ilhavense» foi há pouco tempo prestada homenagem, sendo dado o seu nome à travessa que serve a sua casa de ensaios».

Devemos acrescentar que um dos regentes que maior impulso conseguiu dar à famosa «Música Velha» de Ílhavo, elevando-a a notável grau de perfeição, melhorando o seu instrumental, e proporcionando-lhe, mercê da actuação política que exercia no concelho, freqüentes exibições, foi justamente o nosso obsequioso informador, Sr. Diniz Gomes. Ficaram memoráveis certos *arraiais* da festa do Senhor Jesus em que os *desafios* da *música vélha* com as mais afamadas do distrito se prolongavam, por vezes, até à madrugada, terminando freqüentemente na

farmácia mais próxima entre compressas de arnica e tiras de adesivo, tal era o número de cabeças partidas.

Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo. — Reportamo-nos ainda a informações do Sr. Diniz Gomes: « Dissidências havidas a dentro da « Sociedade Filarmónica Ilhavense » deram origem à saída dalguns dos seus elementos. Estes, em pequeno número, mas auxiliados por amigos pessoais com preponderância na Corporação dos Bombeiros, formaram uma nova filarmónica, que se apresentou em público, pela primeira vez, em 15 de Abril de 1900, sob a regência de Vitorino Maia, natural de Vagos, mas empregado na fábrica da Vista Alegre e um dos melhores elementos da respectiva banda. Tempos depois, por ter saído da Vista Alegre para uma fábrica do Pôrto, abandonou a « Música Nova » (assim se ficou chamando popularmente a banda). Anos volvidos, regressou do Pôrto e assumiu novamente a regência da música até à sua prematura morte.

A banda tem tido vários regentes, sendo o actual o Sr. José Redondo, natural de Ílhavo, músico militar reformado ».

FILARMÓNICA DO PINHEIRO-DA-BEMPOSTA

Com o título de « Sociedade Filarmónica Harmonia Pinheirense », foi fundada em 13 de Novembro de 1881 por José Caetano dos Santos Ribeiro, Caetano Dias Ferreira e Manuel José Alves. A escritura pública da Sociedade foi assinada primitivamente por dezassete sócios, mas a seguir entraram mais, perfazendo o número de vinte e oito. Tocou, pela primeira vez, em Março de 1882.

O seu primeiro regente foi Caetano Dias Ferreira, músico de Caçadores 9, do Pôrto. Em 1885, sucedeu-lhe Sebastião Maria de Quadros Côrte-Real, grande violinista, e foi sub-regente da filarmónica António Pereira Murça.

Na segunda fase da sua existência, foi a banda regida por António Pereira Murça e por João Pereira; na terceira, deram-lhe grande impulso os regentes António Martins, da Vila da Feira; os músicos militares: João Vieira, João Alves, Salvador Guimarães e António Alves; nos últimos tempos, regeu-a o Sr. Arnaldo de Almeida Vasconcelos, músico reformado da extinta banda da Guarda Republicana do Pôrto, e rege-a actualmente o Sr. António Martins, seu antigo regente.

O primeiro instrumental foi comprado na Casa Castanheira, do Pôrto, e custou 320.530 réis; o segundo, em diapasão normal, niquelado, foi oferecido em 1913 pelo grande benemérito pinheirense, recentemente falecido, Sebastião Lopes da Cruz;

foi expressamente fabricado na casa Jerôme Thibouville-Lamy & C.ie, de Paris, e foi o primeiro que, neste diapasão, veio para Portugal, para banda civil.

Em 1932, a 13 de Novembro, com atraso de um ano, comemorou-se, na casa de ensaios desta Sociedade, o 50.º aniversário da sua fundação, com uma sessão solene e inauguração do grupo fotográfico dos primitivos componentes, e a banda deu, à noite, um concêrto público.



BANDA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA

Fotografia tirada quando da sua fundação em 13-11-1881

Esta Sociedade tem sido auxiliada por muitos beneméritos, cujos nomes é justo aqui ficarem arquivados. Foram êles, principalmente: P.e João António dos Santos Pato, prior da freguesia; Dr. Manuel Luís Ferreira; Dr. Daniel da Silva Ribeiro; Dr. Francisco da Silva Ribeiro; Dr. Abel da Silva Ribeiro; António Ribeiro Pereira Pinto; João de Melo; Manuel Joaquim da Silva e Sebastião Lopes da Cruz. A êste último, além do oferecimento do segundo instrumental e de vários subsídios, fica a Sociedade devendo o legado de cinco mil escudos, com que em seu testamento a contemplou.

O principal impulsionador da Sociedade tem sido, há largos anos, o Sr. Ismael da Silva Ribeiro, farmacêutico, um dos pouquíssimos sócios fundadores ainda vivos.

BANDA DE S. JOÃO-DA-MADEIRA

Esta banda foi fundada por alturas de 1860. Foram seus fundadores o P.e António Pereira Leal Maia, de Macieira de Sarnes, ao tempo capelão de Santo António desta vila, e Manuel Dias Martins, industrial de chapelaria, de S. João.

O primeiro regente foi o italiano Badoni, residente no Pôrto. Mais tarde, veio reger a banda outro italiano, de apelido Squadrani. — Nos últimos tempos, um dos regentes mais prestigiosos foi o maestro Sousa Morais, antigo regente da banda de Infantaria n.º 6, do Pôrto, autor de várias rapsódias e de outras composições musicais notáveis. O típico repique dos sinos de S. João-da-Madeira inspirou-lhe uma peça a que êle pôs o nome de «*Os sinos de S. João da Madeira*». — O actual regente desta banda é o Sr. Manuel J. Neves, autor de várias composições musicais, de carácter profano. Completa a direcção artística da Sociedade o Sr. P.e António Maria de Almeida e Pinho, compositor de música sacra e hábil director de grupos corais e orfeónicos.

FILARMÓNICAS DE PARDILHÓ

Banda Clube Pardilhoense (vulgo «Música Velha»). — Foi fundada em 4 de Novembro de 1874, com o nome de «Banda União», pelo P.e Cura António Joaquim Vigário e Matos, auxiliado pelo mestre régio P.e José Lopes Ramos; por António Joaquim da Silva, seu principal instrutor, que aprendera música no Algarve, e por outros.

O grande maestro Badoni prestou o seu auxílio a esta banda, nos seus primeiros tempos. Foram seus regentes: Manuel de Almeida, Rodrigo António Fidalgo, José Maria Valente de Almeida, Manuel Pedro Calado, e Clemente Ferreira Amador. O actual regente é o Sr. Firmino Ferreira Amador.

Banda Nova de Pardilhó. — Foi fundada em 1928 por Manuel de Matos Caixeiro, Américo Marques da Costa e António Pitarma. Apresentou-se em público, pela primeira vez e sob a regência de Manuel Caixeiro, no dia 24 de Junho de 1929, no Largo da Fonte da Samaritana, em Pardilhó.

Designou-se, primitivamente, «Banda União Pardilhoense em Capricho». Hoje, porém, por estar ligada a uma associação

recreativa, usa o nome de « Banda da Associação Musical Pardilhoense « Saavedra Gomes », mas é mais conhecida por « Banda Nova de Pardilhó ». — Foram seus regentes, além de Manuel Caixeiro e António Pitarma, os sargentos Guedes, António Santos, Arnaldo de Almeida Vasconcelos, e Tavares. A banda chegou ao seu mais alto grau de perfeição sob a regência de Arnaldo Vasconcelos. Actualmente, é ela regida pelo Sr. António Ferreira Pitarma.

(Continua)

JOSÉ TAVARES

COSTUMES E GENTE DE ÍLHAVO

UM DITO DO "TI' AFECTO"

O ti' Manuel Afecto, a quem a garotada turbulenta do seu tempo arreliava, a cada passo, chamando-lhe *Palão,* foi um dos mais curiosos e populares tipos da minha terra, de há bons cinqüenta anos, que eu ainda conheci e tive ensejo de gozar nos seus ridículos e grotescos aspectos.

De muitas e variadas aptidões, no entanto o seu principal mister era o de barbeiro.

Pertencia a essa modesta e solícita geração de rapa-queixos de outros tempos, que escanhoava a cara ao freguês, ensaboando-lha, prèviamente, com a áspera e calosa palma da mão, à guisa de pincel, que, ao tempo, era luxo demasiado, e metia os dedos grossos na bôca do paciente para melhor lhe rapar os queixos enrugados e agrestes.

O ti'Afecto, nas folgas do seu comezinho ofício, tirava, também, dentes, sem dor, a boticão ou alicate; punha *bichas* na nuca e sangrava com a ponta dum canivete, de marca anzol, os doentes em perigo, a quem o sangue ruim trepara fulminantemente à cabeça; compunha guarda-sois desconjuntados pela nortada; solava tamancos por um pataco às pescadeiras da terra; amolava as tesouras ferrugentas aos alfaiates remendões, seus amigos, e *armava* as capelas da freguesia, sobrando-lhe ainda tempo bastante para se embebedar quási todos os santos dias, para não perder os bons costumes, como êle dizia maliciosamente. No jôgo da *bisca,* ou do *licas,* era um barra, mesmo bêbedo como um cacho, não havendo *parceiro* que o desbancasse.

Isso lhe trazia um bom rendimento em charutos de *picar,* com que atulhava o cachimbo, e meias canadas de carrascão da Bairrada.

Era, como se vê, um homem de raras habilidades, de que a gente do seu tempo se utilizava a preços módicos.

Nas ornamentações dos templos, então, era duma grande utilidade, por não haver mais ninguém que se arriscasse a ir pendurar os bambolins de seda nas alcantiladas cimalhas do têto da nossa igreja, marinhando foito por uma desconjuntada escada de lanços de carunchosa madeira.

Só êle se aventurava a tanto, e, quantas vezes, já depois de ter *matado o bicho* com repetidos copinhos de aguardente bagaceira...

O ti'Afecto! — Parece-me estar a vê-lo, sentado no marco de pedra, à esquina do seu carril, ali ao Oitão, embrulhado no coçado gabão de saragôça, sempre resmungando, indignado, contra os taberneiros que já não lhe queriam *fiar* o tabaco e a bebida, e soltando uma praga obscena quando os garotos, de fugida, lhe gritavam ao ouvido:

— Ó *Palão,* tira-me um dente!...

A sua fama, como dentista-sangrador, espalhara-se por longe, vindo gente de tôda a parte utilizar-se dos seus serviços. Essa freguesia, era a primeira a ser atendida pelo ti'Afecto, pois, dizia êle, pagava bem e sem regatear os seis vintens da *operação,* que a pescadeirada da terra, essa, a custo lhe dava um pataco carimbado para matar a sêde... de vinho. Despachava-a, por isso, como entendia, aplicando-lhe, por desfastio, pedrinhas de sal ou alho pizado nos dentes furados, recomendando-lhe bochechos de malvas com leite de jumenta, que era, por então, receita fradesca de muita virtude...

Conta-se, até, que a certo freguês, calaceiro no pagamento, a quem as dôres não tinham abrandado com o uso daquelas mèzinhas, o ti'Afecto, já farto de o aturar sem proveito, lhe dissera assim:

— Ora ajoelhe o amigo aqui ao pé de mim. Tire o barrete, benza-se três vezes, e diga comigo:

Dor de dentes tenho eu,
O Senhor ma tirará,
Aqui está o ti'Afecto
Que bem pouco se lhe dá...

Fôra remédio santo, aquêle, razão porque dali foram logo os dois à baiuca vizinha festejar o acontecimento com uma bebedeira de caixão à cova.

Sei outras anedotas e facécias curiosas do ti'Afecto, que não posso aqui relatar, pelo que teem de brejeiras e apimentadas...

Ao padre João Borracha, o popular prègador, a quem o Centurião de Águeda, que foi sempre terra de simpáticos judeus, tanto fizera arreliar em tempo por não querer arrepender-se nem quebrar a lança homicida perante a sua eloqüência,

a êsse, fêz o ti'Afecto a partida de lhe trocar o vinho branco das galhetas por vinagre do mais forte, que êle bebera dum trago sem dar pelo lôgro, e isto, apenas, porque o Borracha não lhe falara para auxiliar a armação da capelinha da Senhora da Saúde, na Costa Nova, onde o padre rezava missa durante a *safra* da pesca, por ter parte numa companha de arrasto.

Por sinal que por lá deu cabo de tudo o que ganhara a prègar sermões por êsse mundo de Cristo, viajando sempre a pé, de que resultou morrer, já vélho, numa triste e lamentável penúria.

Mas, o caso mais interessante e curioso em que o ti'Afecto se notabilizou e deu brado, foi o que passo a relatar, garantindo ao leitor a sua veracidade.

Em tempos idos, e sempre por mim recordados com saudade, os sermões da Quaresma, realizados na nossa igreja matriz, aos domingos à tarde, eram muito concorridos, pois os mordomos caprichavam em trazer aqui os mais afamados prègadores. Entre êles, salientava-se, notavelmente, o P.e Passante, que, se não estou em êrro, era de Águeda, ou seus arredores. Concorriam muito para isso a sua excelente figura e magnífica voz, forte e bem timbrada, atributos estes indispensáveis a todo o orador que venha prègar na igreja de Ílhavo, que é uma das maiores do distrito. Além disso, o P.e Passante era eloqüente nos seus sermões, ao que me contavam, com grandes reptos oratórios, possuindo, ainda, uma admirável e impressionante maneira de dizer, o que não era vulgar naqueles já remotos tempos.

Para prègar nas cerimónias da Semana Santa, que aqui se realizavam com grande brilho e aparato, o P.e Passante era inigualável.

A Semana Santa era, de facto, muito interessante, noutros tempos, em Ílhavo, com as suas noites de *trevas*, em que uma numerosa e bem organizada orquestra executava com sentimento, e a capricho, os *Responsórios* do maestro David Peres, notável compositor do século XVIII, cujo retrato em medalhão figura na sala de música do palácio real de Queluz.

Os efeitos melodiosos daquelas partituras eram realçados pelas vozes dalgumas mulheres que cantavam a solo trechos, ou *lições*, da autoria dos compositores Badoni, Pinto, Valério e outros.

Lá em cima, nas bancadas da capela mor, o côro dos sacerdotes entoando os salmos era magestoso e vibrante.

As procissões revestiam-se de grande e respeitoso aparato, salientando-se entre elas a do Entêrro do Senhor, em que se encorporavam curiosos figurantes, gente escolhida pelo seu porte e beleza, todos êles ricamente vestidos, tais como Maria Madalena, S. João Evangelista, o Sol, a Lua, as três Marias, os Profetas e a Verónica, que cantava na igreja e ali no meio da

praça vélha, sôbre um môcho de tôsca madeira, para que todos a pudessem ver e ouvir melhor.

Era ao recolher à igreja êsse imponente e comovedor cortejo, que atravessava as ruas da vila pejadas de gente, que os prègadores mostravam o que valiam, narrando, com voz piedosa e cava, os tormentos, a paixão e a morte de Jesus Cristo, dirigindo-se com chorosas palavras aos figurantes, que êles chamavam ao Tabernáculo, cada um por sua vez, para irem junto do esquife do Senhor, que os sacerdotes para ali haviam levado aos ombros, a dizer-lhe o derradeiro adeus... E quando o prègador, num largo e impressionante gesto, ordenava aos Profetas que encerrassem para sempre o corpo ensangùentado do Mártir no seu túmulo forrado de negro, e a tampa dêste caía sôbre êle, espalhando no espaço um som arripiante e tétrico, tôda aquela multidão, quási só formada por mulheres de luto, atroava os céus com um chôro convulso e doloroso.

Mas, não divaguemos mais.

Em todos os sermões da Quaresma, era costume exibir-se um grupo alegórico, a que chamavam *passo,* armado em camarim no trono da capela mor da igreja. Ora, numa dessas exposições, em cujo arranjo decorativo caprichara o armador, auxiliado pelo ti'Afecto, devia figurar a imagem do Senhor dos Passos, escultura admirável, de barro, do afamado ceramista ilhavense Anselmo Ferreira, mestre na fábrica da Vista Alegre, e autor consagrado de outras imagens de grande merecimento artístico que aqui possuímos.

O P.e Passante, que prègava as tardes nessa Quaresma, pensara em que, para tirar mais efeitos das suas palavras, deveria, a certa altura do sermão, o Senhor dos Passos voltar as costas ao povo, como reprovação e castigo por todos os negros pecados cometidos por êle durante o ano, para, mais tarde, e já quando tivesse arrancado aos ouvintes as lágrimas dum sincero arrependimento, e a promessa duma nova vida de bons costumes, o piedoso Senhor dos Passos voltar de novo a sua santa face aos assistentes, num magnânimo gesto de perdão e misericórdia. Aquilo, conjecturava o P.e Passante, pelo que tinha de novidade, deveria resultar interessante e patético.

Vejamos, então, o que se passou.

Para que o Senhor dos Passos conseguisse realizar as evoluções projectadas, foi preciso colocar a imagem sôbre um pedestal de madeira que girava com o auxílio de um eixo de ferro, bem apertado com uma porca ou *tarracha,* como lhe chamava o ti'Afecto na sua pitoresca linguagem, o que se fêz debaixo de grande segrêdo.

No dia do sermão, pela meia tarde, o P.e Passante apeou-se da alimaria em que viajara, à porta da residência paroquial; pediu vénia ao senhor prior, e encaminhou-se, pressuroso, para a igreja a saber se tudo estava preparado como recomendara,

elucidando, minuciosamente, o ti'Afecto da maneira como havia de operar nos movimentos a imprimir à imagem, garantindo-lhe espórtula choruda para uma boa pinga se tudo corresse a contento.

À hora marcada, e depois de entoado o *Bemdito,* como era costume, começou o sermão com a igreja a trasbordar de fiéis. A prédica, tôda cheia de boa e sã moral cristã, decorreu no tom calmo, próprio da bonhomia e cordealidade usadas pelo orador.

A certa altura, porém, o rev.º Passante modificou abruptamente a sua piedosa atitude, o que causou estranheza. O rosto animou-se-lhe com uma expressão dura e inusitada; a voz adquiriu um timbre agressivo, violento, mesmo, o gesto tornou-se agitado e febril, passando o orador a invectivar, áspera e rudemente, os ouvintes pela sua vida licenciosa. E, voltando-se lá para cima numa atitude dramática, gritou inflamado:

— Senhor, Senhor! Êste povo, pelas suas muitas culpas espirituais e corporais, tornou-se indigno e não merecedor da vossa presença! Voltai-lhe, então, como justo castigo, a Vossa santa face!

E o Senhor dos Passos, obedecendo à exortação imperativa do rev.º Passante, e pôsto em movimento pelas mãos fortes do ti'Afecto, que estava oculto pelos cortinados roxos do camarim, voltou-se lentamente, dando as costas ao povo pecador.

Foi o fim do mundo na nossa igreja, naquele tão imprevisto como patético momento!...

Tôda aquela gente, aterrada e aflita, desatou numa estrepitosa gritaria que se ouviu longe. O caso não era para menos, realmente.

Com efeito, o rev.º Passante fôra feliz na sua engenhosa concepção. Por isso o mesmo ficara no púlpito, numa postura vaidosa e satisfeita, de braços erguidos ao alto, gozando o seu triunfo!

E assim esteve algum tempo, esperando, paciente e feliz, que o povo desse largas à sua dor, chorando amargamente o insulto sofrido e o castigo que lhe fôra aplicado. Depois, baixou lentamente os braços; bateu as palmas com estrépito, impondo silêncio, para reatar o sermão com gravidade, dando bons conselhos, recomendando pureza de costumes, sem excessos nem abusos, sem invejas nem ódios, antes com um grande e fervoroso temor de Deus...

E como recompensa e prémio para todos, implorou num caloroso brado:

— Senhor! Tende piedade para com esta pobre gente, que, cheia de arrependimento, promete, com as suas lágrimas, emendar-se de todos os seus êrros pecaminosos!...

E esperou... Mas, a imagem, não se moveu. Renovou, por isso, o seu clamoroso pedido com novos argumentos e razões; o Senhor dos Passos, contudo, permanecia imóvel.

Voltou a pedir com mais calor, com mais vibração, num derradeiro e angustiado apêlo...

Neste momento, viu-se então surgir lá em cima no camarim o carão grotesco do ti'Afecto, a gritar, aflito e congestionado:

— Ó Senhor padre! Não se consuma mais, por quem é, que o raio da tarracha emperrou e o Senhor dos Passos não se vira!...

....

Eu não sei se, por êste herético desacato, a nossa igreja teria sido interdita. O que me consta é que o ti'Afecto foi excomungado, não lhe sendo permitido nunca mais o trabalho nas armações dos templos.

Veio a acabar, coitado, os tristes e atribulados dias da sua velhice, ali sentado no frio e carcomido frade de pedra, à esquina do seu carril, onde tantas vezes o vi, soltando pragas e injúrias contra os taberneiros e os padres...

Deus lhe fale n'alma...

Ílhavo,
Maio de 1941.

DINIZ GOMES

ALGUNS ASPECTOS DO TRAJO POPULAR DA BEIRA-LITORAL

(Continuado do vol. 5.º, pág. 282)

A *mantilha*, de que vínhamos tratando (figs. 6, 53, 62 e 65), de camelão ou de boa baeta preta, excepcionalmente côr de pinhão, debruada a tarja de veludo da mesma côr, e que por vezes era *lavrado*, com ornatos relevados, consistia ordinàriamente num manto algum tanto rodado que descia até o joelho, e se usava sôbre o vestido inteiro ou saia e blusa desirmanadas.

Nalgumas localidades tomava o nome de *capoteira;* e recentemente, nos cortejos folclóricos a que temos aludido, ouvimos as suas portadoras designá-la também pelo nome de *capa,* e, ainda, *capote;* indevidamente, supomos nós, pois capa e capote talhavam-se de diferente modo da *mantilha.*

Variava o seu acabamento de região para região; não seriam também estranhos ao facto os meios de fortuna das suas possuidoras; apresenta, às vezes, uma pequenina gola triangular, atrás; e em Tôrre de Bera pudemos observar um exemplar magnífico, com um belo laço de fita de veludo lavrado, de nó fixado por uma roseta de vidrilhos, e caindo pelas costas abaixo em cinco pontas.

Bluteau, no seu *Vocabulario Portuguez & Latino...*, em 1716, registava a mantilha em duas fases da sua evolução; a antiga, com bico para cobrir a cabeça, e a de então, já sem êle; *mantilha de mulher,* diz o erudito teatino, é «huma especie de veo, ou capa sem cabeção, nem talho, à medida do pescoço, que se poem sobre a cabeça, ou hombros; algumas saloyas a trazem pela cintura. A mantilha he mais comprida que capinha, & menos authorizada que manto. He mais usada nas Provincias, que na Corte.

Mantilha de bicos, era a modo das mantilhas, que hoje se usaõ, mas com grandes bicos para diante. Ainda hoje ha ciganas, que usaõ dellas. *Muliebre pallium,* ou *Palliolum, i . Neut.*

Mantilha tambem era huma especie de banda traçada, que traziaõ as mulheres em lugar de capotes, & hoje so as usaõ as mulheres do povo, & em lugar de mantos na Beira».

É interessante notar que em 1873, Fr. DOMINGOS VIEIRA, no *Grande Diccionario Portuguez*, omite já estes significados de mantilha, registando apenas o que corresponde à nossa figura 58, que data de 1814: mantilha munida duma espécie de pala de cartão forrado que formava a *côca* lançada sôbre a cabeça. Estava já em franca decadência a mantilha vulgar, e o dicionarista anotou apenas uma forma antiga, que êle certamente conheceu mais.

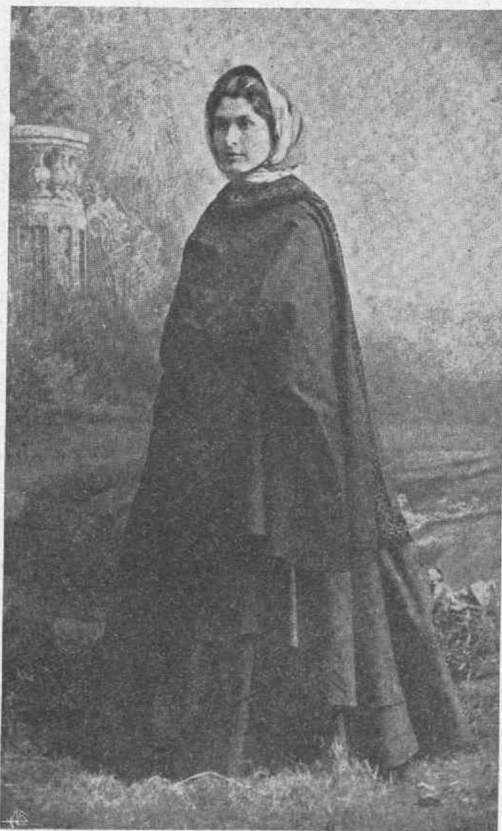


Fig. 66
MANTILHA
Usada por «meia senhora» de Aveiro, a acompanhar saia de cauda
Fotografia de CARLOS RELVAS posterior a 1874.

Cremos que, originàriamente, a mantilha não era trajo popular. Principiou por ser usada na sociedade senhoril, e era então constituída por uma capa mais rodada, que descia até o artelho, ou pouco menos; assim a encontramos na Beira-Litoral também, em *gente fina*.

Evolucionou muito, encurtando o seu comprimento; em compensação... foi descendo na categoria social das suas portadoras, como é lei fundamental de todo o trajo; passou à classe que antigamente era uso chamar das *meias senhoras*, e, para o fim do século XIX, já as tricanas de Aveiro e de Coimbra a usavam; tornou-se então popular e por isso se regista nestes apontamentos.

Em 1886 declarava TEÓFILO BRAGA *(O Povo Portuguez...*

vol. I, 363) que a *mantilha* (que êle filiava no *veu negro* notado por Estrabão nas mulheres ibéricas) acabara, havia poucos anos, no Pôrto; mais adiante (pág. 376) porém, atribue-lhe origem árabe. De certeza, fica apenas a sua antiguidade em Portugal...

No *Branco e Negro*, n.º 93, de 9 de Janeiro de 1898, Alberto Pimentel pronuncia-se pela tradição mourisca para os *rebuços, biocos, e mantilhas*. No *Panorama* de 1857, pág. 324, um artigo tendo por tema os trajos nacionais proclama que *seria bem útil que tanto os homens como as mulheres da classe secundária largassem o uso moirisco* dos capotes... por «oposto ao espírito dum povo activo e industrioso!...»

Acompanhava-a muito um lenço branco de *bobinete* levemente engomado, que se colocava na cabeça de maneira a formar bico à frente, sôbre a testa [1]; atrás, o lenço caía livremente pela mantilha abaixo e apenas se segurava à frente por meio duma laçada ou nó singelo; as nossas figs. 4 e 53 dão suficiente idéia dessa posição do lenço, à frente e atrás; o arranjo registado nas figs. 6, 62 e 66, com tôdas as pontas metidas para dentro, é muito menos popular.

Vimos pessoalmente *mantilhas* em Rocas, Vale de Cambra, S. João da Madeira, Albergaria-a-Velha, Ovar, Murtosa, Estarreja, Águeda, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Pampilhosa, Coimbra, Almalaguês, Tôrre de Bera, Figueira da Foz, Buarcos, Quiaios, etc.

Com êste mesmo nome de *mantilha*, e abandonado já o antigo significado, começou a vulgarizar-se, passado 1900, a *mantilha de renda*, de proveniência espanhola, que os *rendeiros* da Galiza introduziram calcurriando Portugal inteiro, de volumoso fardo às costas, apoiado a um respeitável metro de madeira, e apregoando sempre o seu caracteristico: *ren... dé... ren... dé...*

Ainda há trinta anos o rendeiro espanhol ambulante era uma figura popularíssima da Província, criando amizades e, por vezes até, constituindo família em Portugal e fixando-se. É hoje comerciante que raro aparece, conquanto se encontre ainda, uma vez ou outra; a camioneta, que domina a vida actual, tornou a sua existência desnecessária; é condição do progresso acabar com os regionalismos e nivelar civilizações.

Essa *mantilha de renda* destinava-se apenas a cobrir a cabeça e usava-se principalmente para a freqüência da igreja, como hoje em dia novamente se observa.

Importa, portanto, não a confundir com a antiga *mantilha-capoteira*; são peças de vestuário totalmente diversas.

---

(1) O lenço de *bobinete*, tecido fino a que os modernos dicionários dão a equiparação de filó, usava-se também na Galiza. José Seijo Rubio, no *Boletin de la Real Academia Gallega* (año XX, núm. 175, de 1 de Set. 1925, pág. 72) falando da exposição do trajo regional espanhol e da participação que nela tomou a Galiza, não esquece... *la artistica cofia y el pañuelo de bobinet con que se engalanaban nuestras mujeres aldeanas en sus dias de fiesta...*

À mantilha de renda se deve considerar referida a quadra que por volta de 1907 se cantava em Aveiro e nós recolhemos:

Chamaste-me sevilhana
Pelo trajar da mantilha;
A tricaninha de Aveiro
É igual à [1] de Sevilha.



Fig. 67
MANTÉU DE SERGUILHA
Trajo popular de Aveiro
Fotografia de Carlos Relvas, posterior a 1874.

Sevilhanas se chamavam também essas coberturas de cabeça, em razão evidente da sua proveniência.

Relacionado com a *mantilha-capoteira* como vestuário popular de agasalho, mais pobre, contudo, era o *mantéu*, de que podemos apresentar, para a nossa região, uma expressiva fotografia (fig. 67), duas litografias (figs. 16 e 17), três aguarelas antigas (figs. 57, 59, 61), e dois desenhos de reconstituïção (figs. 28 e 70); confeccionavam-se em baetão, burel, briche e serguilha: côr de castanha, prêtos, azuis, excepcionalmente brancos; tinham um cabeção franzido, que os cingia ao pescoço por meio de duas fitas—às vezes, de côres vivas, bem como o cabeção; ainda hoje não é impossível encontrar o *mantéu* a uso entre mulheres de idade, por tôda a nossa Província.

Um exemplar expressivo de mantéu rico, de festa, é o que a fig. 68 reproduz, dum desenho de Manuel de Macedo; a litografia, já do final do século XIX, é hoje muito rara e merece

(1) Com a variante, também então ouvida: *É rival da*.

bem a homenagem duns minutos de atenção, porque o trajo que a pescadeira, ou camponesa *(mulher de Ílhavo,* diz ùnicamente



Fig. 68

Litografia n.° 2 da colecção organizada pelo Sr. coronel Ferreira Lima *e extraída de exemplares do «Almanaque Ilustrado das Horas Românticas» de 1885 a 1891 (catalogada a pág. 28 do opúsculo cit. do referido autor, alínea 13). Colorida. Desenho de* Manuel de Macedo. *Estas mesmas estampas, segundo se lê nesse trabalho, vendiam-se montadas em cartões com títulos, em 1898, na feira que então se realizou na Avenida, em Lisboa, por ocasião do Centenário da Índia.*

a legenda) enverga, é um modêlo de louçania e de equilíbrio: sôbre uma camisa branca de cabeção enfolhado, a rapariga ves-

tiu o gracioso coletinho que lhe enformava o busto, aconchegando o farto seio, e que era mantido em posição por meio de 3 pares de grandes botões de prata com sua travinca.

A *saia de cima* largamente rodada, de barra de veludo recortado, que um ligeiro galão acentua ainda, foi repuxada para a cinta e aí segura com uma larga faixa de côr, terminada em franja nas pontas; da cintura pende a *algibeira* bordada a lãs de côr e debruada a fita clara; a *saia de baixo,* alvíssima, aflora provocante, em conseqüência do levantamento a que a faixa obrigou a *de cima;* meia branca, embora de algodão, revela bem que o trajo é festeiro — *trajar de função,* como dizia a *Salineira,* de Bernardo de Magalhães; a chinelinha de verniz prêto remata, delicada e graciosa, o harmonioso conjunto.

Grossos cordões de ouro, um grande coração e enormes arrecadas — todo o luxo tradicional da mulher do povo portuguesa — animam o rosto prazenteiro da rapariga e atestam as qualidades de observação do artista que a desenhou.

Sôbre esta indumentária singela mas alegre, assenta agora o famoso *mantéu* acima referido; é peça de excepção, como dissemos; cabeção largo de veludo, debruado em recorte, cinge-lhe os ombros; e amplas bandas, de veludo também, a um lado e outro, forram-no de alto a baixo, debruadas igualmente a fita obedecendo ao mesmo *motivo* decorativo dos *bicos* que tôdas as artes populares largamente empregam.

O lenço e o chapéu... são um verdadeiro monumento; outras figuras nossas os registaram (4, 9, 10, 16, 17, 21, 23, 28, 32, 33, 45, 47, 52, 55, 59, 61, 62, 70); o lenço ainda presentemente se prende assim ao chapéu actual nalguns lugares da Beira-Litoral como temos observado em Ovar, em Sangalhos, em Mira, e nomeadamente no Carqueijo, em Sargento-Mor, em Luso e mais arredores da Mealhada; só o chapéu desapareceu, reduzido a mais convenientes proporções; fabricavam-se em Braga e no Pôrto e usavam-se um pouco por tôda a parte; além da nossa Província, onde se documentam abundantemente, vêmo-los, por exemplo, numa belíssima litografia de G. Vivian representando a Tôrre dos Clérigos e o antigo mercado do Pôrto, noutra de J. J. Forrester datada de 1835, da *feira da Cordoaria,* do Pôrto também, numa litografia de Sá (oficina da Rua Nova dos Mártires, de Lisboa), tendo em primeiro plano o cruzeiro de *Pôrto de Mós,* nas litografias antigas das varinas de *Lisboa,* noutra satirizando D. Miguel e a Junta do Pôrto (estampa n.º 9 dessa colecção), etc.

Fazem lembrar os chapéus flamengos dos conhecidos retratos do Infante D. Henrique, nas tábuas de S. Vicente, do Museu das Janelas Verdes, e de D. Afonso V, no códice de Stuttgart, das viagens do Cavaleiro de Ehingen.

Mas não sei se outra não terá sido a sua proveniência, pois ainda hoje as camponesas moiras de Fez os usam, de formato

perfeitamente igual aos nossos, sem lhes faltarem as travincas lançadas à copa, como se pode ver na gravura de pág. 270 do grande descritivo *Marrocos,* do escritor José de Esaguy.

Custavam, no último quartel do século passado, vinte e quatro tostões e chegaram a ser cantados numa quadra popular de Ílhavo que já noutro lugar ([1]) reproduzi:

Chapéus de meia moeda
Vende a *Rita da Moleira;*
Mal empregados são êles
A andar ao pó da Cambeia... ([2])

Em Salreu chamavam-lhe *chapéus de ver a Deus,* certamente por só em dias de festa aí serem usados.

Para o Norte eram conhecidos por chapéus *à vareira,* dêles falando também a cantiga popular da terra da Maia:

Sou maiata, sou maiata,
Trago chapéu à vareira;
Também sei falar de amores
Como qualquer lavradeira.

Ao uso do *mantéu* e do grande chapéu em Cantanhede, por exemplo, se referiu em 1886 Sanches de Frias, nas suas *Notas a lápis, Passeios e Digressões peninsulares,* deixando registado a pág. 96: «*Da localidade pouco há que dizer; é pobre e feia. O unico característico mais de notar encerra-se no traje invariavel, que vimos às mulheres e às creanças... um mantéu, que lhes desce da cabeça, e um chapéu à serrana, ambos mais vistosos e amaneirados do que a capucha de burel e o chapéu dos pastores da Beira.*»

Registamos também, já agora, duas interessantes descrições do trajo feminino dos arredores de Aveiro: uma, de Cacia, Sarrazola, Quinta do Loureiro, Vilarinho e Paço, trazida a público no semanário *O Povo de Aveiro* de 30 de Abril de 1939, incluída no comentário alí feito ao cortejo folclórico dêsse mês e ano, na cidade (já atrás transcrevemos dêsse mesmo comentário o que dizia respeito a vestuário masculino):

«*Colete em veludo prêto guarnecido em volta com barra de seda vermelha da largura de 3 cm. Nas costas um ramo de flôres, em três côres, vermelho, verde e amarelo.*

([1]) *Etnografia e História — Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo;* Ílhavo, 1934.

([2]) *Rita da Moleira,* foi, no seu tempo, uma beldade da terra, que fêz as delícias de certo secretário da Administração; tinha, há 60 ou 70 anos, uma tendinha nos baixos da casa onde hoje se encontra instalado o Museu de Ílhavo, na extremidade Norte.

Cambeia é a ponte da Gafanha, perto do Forte, assim chamada; é possível que a alusão toponímica se relacione com a construção da ponte.

Havia também coletes em seda amarela adamascada. Os coletes de seda amarela eram debruados com uma barra de seda azul escura; os vermelhos eram de barra de seda azul clara debruados com uma tira de 3 cm.

Os coletes apertavam com 3 pares de botões de prata grandes e ligados por uma corrente. Havia botões lisos e lavrados. Os lenços eram de seda em côres vermelha, verde, amarela, azul e bordados em uma das pontas com um ramo. Tinham franja.



Fig. 69
RAPARIGAS DE CACIA
Actualidade.

A camisa com gola e guarnecida a renda. As saias de castorina ou mescla preta com barra de veludo em baixo e a tôda a volta da saia. A largura da barra de veludo tinha 3 a 4 cm.

As saias eram compridas deixando ver somente uma pequena parte da perna e tinham muita roda. A algibeira, de qualquer pano claro, com fita vermelha ou côr de rosa ou verde para atar à cinta. O chapéu era prêto como o que usavam as mulheres da Beira-Mar — Aveiro. Debruado de fita de veludo preta e à volta da copa fita do mesmo veludo. Chinelas de verniz ou de pano prêto com biqueira de verniz, meias brancas. Nas orelhas, argolas grandes em ouro; ao pescoço um colar de contas em ouro com um caracol pendente ou uma cruz.»

Evidentemente, o autor dêste apontamento descreveu peças de vestuário que tinha presentes, peças de excepção, em todo o

caso, pois os tecidos de que eram constituídas não andavam a uso diário (veludos bordados, sedas, mescla, castorina, lenços de seda); a-pesar-disso, abstraindo do tecido, o trajo está bem descrito e foi notado com exactidão.

Para se verificar, desde já, a grande evolução que se operou no trajo popular em 50 anos, pedimos o confronto daquela descrição com a nossa figura 69, fotografia de três raparigas de Cacia, da actualidade; desapareceu o colete, como por tôda a parte, o lenço é outro, o chapéu é outro.

A *blusa* incaracterística, copiada de figurinos internacionais, banalizou por completo o aspecto da mulher do povo; salva-se ainda o chapéu; o seu preço actual, elevadíssimo (40 escudos, e mais), e a campanha contra o transporte de carregos à cabeça ([1]), acabarão por o banir também dentro de poucos anos.

Outra descrição de trajo popular feminino, antigo, dos arredores de Aveiro, encontra-se nas notas sôbre Ílhavo doutros tempos, da autoria do Conselheiro Ferreira da Cunha e Sousa, acima extratadas já quando agrupámos o que se referia a vestuário masculino:

«*Nas mulheres, o vestido era, da mesma forma que o dos homens, de invariável simplicidade e uniformidade. Saia de serguilha (fraldilha) preta, colete de qualquer fazenda, não excluindo o veludo carmesim, preso no peito por uma abotoadura de prata, de par; e no pescoço um par de botões de filigrana de ouro unia o estreito colar da camisa; nenhum outro vestido; os braços só cobertos com as mangas da camisa, lenço na cabeça e no peito, de paninho azul com barras amarelas, e o capote, que era uma capa curta, de pano azul guarnecida nas extremidades laterais, e desde o pequeno cabeção, por uma fita de veludo prêto; completava a vestidura o chapéu de larguíssimas abas guarnecido de presilhas de fita de veludo prêto.*

Para a chuva havia o mantéu, tambem de serguilha preta, uma especie de saia aberta e comprida que tornavam sôbre o capote.

Em dias de casamento e festa o mesmo vestido, devendo a saia ser azul, e o capote de bom pano azul, do mesmo talho dos

---

([1]) Todos os estrangeiros que visitam Portugal notam com estranheza nas suas memórias de viagem que a mulher do povo transporta à cabeça as mais pesadas e inconcebíveis cargas; e a Imprensa, por vezes, lança campanhas que intitula humanitárias contra a retrógrada usança. Pois as Academias de Beleza e os cursos de ginástica estética obrigam hoje as suas clientes a prolongadas marchas (nos seus salões de tratamento, bem entendido...) *com grandes pezos sôbre a cabeça*... para engrossar o pescoço, fortalecer o tronco, e para elas aprenderem a andar com firmeza e elegância.

As contradições e a incoerência da Civilização, a par com a leviandade de certas generalizações demasiado apressadas mas vulgares em nossos dias...

de uso, mas comprido até cobrir tôda a saia e com largas bandas de setim azul claro. Nestes dias, ou quando doentes ou convalescentes, calçavam meias: fora destes casos, chinelas rasas ou tamancos, e quási sempre descalças de pé e perna: o que não obstava a que o pé se apresentasse sempre tão lavado e mimoso, além de geralmente bem feito, que ninguem diria ser habituado a andar descalço.



Fig. 70

TRAJO ANTIGO DE ÍLHAVO

Reconstituïção feita em 1904 pelo aguarelista ROQUE GAMEIRO. *Desenho pertencente ao ilhavense Sr. Dinis Gomes. Gravura extraída do livro de* ROCHA MADAHIL, História e Etnografia, bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo; *1934.*

E este trajo era de rigorosa uniformidade, a qual ia até à côr dos lenços. Admitia-se ao domingo lenço branco na cabeça, mas não de outra côr além da habitual — azul; era prêto durante o luto. O chapéu, sem diferença alguma assim no feitio e qualidade como nos ornatos (fitas e presilhas), mas simplesmente por jeito que lhe davam ao colocá-lo na cabeça, deixava conhecer se a portadora era rapariga solteira, casada, viúva, ou se era beata. O lenço da cabeça sempre por dentro do capote, salvo quando punham o capote de gala; então a ponta do lenço branco de paninho, cassa

ou cambraia, e mais ou menos bordado a branco, estendia-se sôbre o capote. O cabelo era cortado, devendo contudo cobrir-lhe a testa até aos sobrolhos. Deixar crescer o cabelo, apartá-lo por um rêgo ao meio da cabeça e afinal atá-lo, foi uma campanha por longo tempo sustentada com os maridos e pais, mas em que afinal ficaram vencedoras».



Fig. 71
RAPARIGAS DE ÍLHAVO
Com o trajo usado pelas pescadeiras em 1910.

Compare-se a descrição e ajuste-se às nossas figuras n.os 16, 28, 52, 68, 70; veja-se agora como tudo aqui evolucionou ràpidamente também; é de cêrca de 1910 a fotografia que a fig. 71 reproduz; nada restava do antigo; hoje, menos ainda; o chapéu tornou-se mais pequeno, com a aba perfeitamente encostada à copa, ganhando, no entanto, em distinção (fig. 7); a saia perdeu mais roda e subiu, tendo chegado a pescadeira a usá-la *travadinha;* a faixa sumiu-se de todo; qualquer atilho, ourelo, cordinha ou guita grossa serve para as pescadeiras que, da beira-mar da Costa Nova ou do mercado de Aveiro trazem o peixe a Ílhavo, altearem as saias [1]: *ensaiarem-se,* ou *ensilharem-se,* como elas dizem

[1] *Alteador* se chama a êsse atilho (evolução da antiga faixa) em cêrtas zonas da nossa Província: registámos o têrmo em Coimbra, Tôrre de Bera

— a fim de obterem maior liberdade de movimentos e poderem correr.

Esta graciosa pescadeirita de Frossos (fig. 72), de nossos dias, é frisante exemplo do trajo popular feminino actual, generalizado à beira-mar incluída na zona em referência; só o chapeu o diferencia um pouco; aqui, a portadora usa o característico da Murtosa, de copa muito baixa e aba um pouco saliente, elegantíssimo, menos distinto porém, menos senhoril, que o da mulher de Ílhavo.



Fig. 72
PESCADEIRA DE FROSSOS
Actualidade.

Em 1908 vestia como a fig. 73 permite apreciar, a peixeira de Ovar e Espinho; compare-se com a fig. 17 (anterior a 1875) e registe-se idêntica evolução.

A *varina* trabalhando em Lisboa, vestuário em que desde sempre atentaram viajantes e artistas (fig. 13, 21, 23, 27, 55) evolucionou também, como era natural; de alparcatas de feltro com sola de borracha e *pompon* de seda, por exemplo, a vimos nós pelas ruas da capital, há bem pouco tempo; conserva, a-pesar-de tudo, a linha que a extrema da mulher lisboeta e não abandonou ainda o chapelinho murtoseiro onde a rodilha e a *macola* assentam como se foram peças criadas expressamente para com êle se completarem. Dessa varina moderna dá idéia o belíssimo e expressivo desenho de Stuart Carvalhais, de 1936, que a nossa fig. 74 reproduz.

Quão longe estamos daquele tipo (íamos a dizer... *clássico*) de «Ovarinas», desenhado por Tomaz José da Anunciação (fig. 75) ou até por Manuel de Macedo (fig. 76), de 1872 êste último! Ainda em 1900 o *Almanaque ilustrado do Ocidente* estampara essa mesma gravura, que não tinha perdido actualidade, comentando-a, na parte aqui aproveitável, desta expressiva forma:

---

e na Gândara da Guia a Leiria. Nesta cidade fabricavam-nos com fio entrançado os presos da cadeia, e aí se vendiam; há 30 anos, pelo menos.

« Em as noites de Santo António, de S. João e de S. Pedro, as ovarinas dão a nota alegre da cidade com os seus descantes e bailados pelas ruas e praças, especialmente no Rocio e no mercado da Praça da Figueira. A festa do Senhor da Serra é também outro dia de regosijo para as ovarinas. Vão tôdas para Belas em alegre romaria com os seus homens; algumas em carroças enfeitadas de flôres e chitas de ramagens, outras a pé calcurriando por essas estradas não menos de quinze quilómetros, dançando e cantando pelo caminho, e assim como vão, vêem, sempre alegres e incansáveis, descalças ou de tamanquinhas, sustentando nos quadris bem reforçados suas numerosas e fartas saias que lhes dão pela tíbia, e sôbre o farto colo, onde se avolumam os seios protuberantes, bastos cordões de ouro, contas, corações, cruzes, Nossas Senhoras do precioso metal, como em taboleta de ourives, recamando-lhes o corpete avivado ou a camisa de mangas ao punho com seus cabeções bordados.



Fig. 73 PEIXEIRAS DE OVAR E ESPINHO — *Trajos de 1908*

Das orelhas pendem-lhes grandes arrecadas de filigrana ou até de ouro maciço e a emmoldurar-lhe o rosto colorido e vivo, um lenço de seda de côres vistosas, pontas caídas, saindo-lhe de sob o chapéu redondo que lhe completa o traje ».

E em 1878, no *Universo Ilustrado*, um artigo de F. Nery sôbre *tipos nacionais* apresentava a *varina* em Lisboa « sempre

de chaile enrolado em volta da cintura, de lenço e chapéu desabado na cabeça, de grandes arrecadas de ouro nas orelhas, e de cordões, contas e relicários ao pescoço».



Fig. 74
VARINA de Lisboa
Actualidade

Desenho de STUART CARVALHAIS

Com o trajo de *varina antiga de Lisboa* se fotografou a Rainha D. Maria Pia: camisa de punhos, colete, enorme saia rodada, lenço e chapéu, meia branca e chinela, etc. *(Ilustração Portu-*

guesa de 26 de Fevereiro de 1906). E a Rainha D. Amélia tomou para tema dum dos seus quadros, que apresentou na Exposição do Grémio Artístico, em 1892, uma *varina de Lisboa* também (*Revista Ilustrada,* N.º 48 de 1892, pág. 71). Aqui se reproduz um desenho original de D. Afonso, do mesmo tema.



Fig. 75
OVARINA DE LISBOA
Desenho original de D. Afonso, Duque de Bragança.

Tudo isto documenta o grande interêsse que o trajo da *varina* sempre suscitou, conseqüência da graciosidade e harmonia dos seus elementos, de remota ascendência, em contraste com a banalidade do vestuário corrente. Comentando o concurso da *terra de mais lindas mulheres em Portugal,* dizia a *Ilustração Portuguesa* de 2 de Julho de 1906:

« Quem, aqui mesmo em Lisboa, deixou de reparar mais de uma vez na elegância ondulosa da varina, na beleza oriental da sua pele e no ingénito donaire das suas atitudes?

Parecem modelos de um atelier *de escultor* — dizia Alfredo Serrano, parando em frente ao mercado da Ribeira Nova, poucos



Fig. 76
OVARINAS
Litografia baseada num quadro de Tomaz José da Anunciação
(Museu Municipal de Ílhavo).

dias depois do seu regresso da Áustria, ainda saudoso das tirolesas e das vienenses ».

Do trajo feminino de Ovar escrevia em 1912 o agrónomo

João Vasco de Carvalho na monografia rural que acima aproveitámos já para o vestuário masculino:



Fig. 77
OVARINAS
Desenho de Manuel de Macedo, *gravado em madeira por* J. Pedrozo; *é a estampa n.º 17 do album intitulado* A gravura de madeira em Portugal — estudos em tôdas as especialidades e diversos estilos *por* J. Pedrozo; *Lisboa*, Horas Românticas, *1872*.

« O traje da mulher do povo, há uns 50 anos, era extremamente interessante. Compunha-se de um enormíssimo chapéu

desabado, com cêrca de 1 metro de comprimento e com copa baixa. Como a aba era ridiculamente baixa, para não ficar derrubada, ligavam-na à copa por meio de presilhas. Imagine-se por baixo desta enorme mole um lenço de côres berrantes, sôlto sôbre a nuca, e sôbre os ombros uma comprida capa de pano prêto e aí teremos o aspecto de uma mulher de Ovar em dias de trabalho. Quando não traziam chapéu, levantavam então o enorme capelo ou *rebuço* da capa, o qual lhe encobria quasi por completo o rosto. Actualmente, a vareira, usa o conhecido traje da varina, quasi sem diferença sensivel.»

Evidentemente, o trajo da mulher de Ovar não consistia apenas no «enormíssimo chapéu desabado», no «lenço de côres berrantes» e na «comprida capa de pano prêto»...

Mas nada mais o autor acrescentou a quanto fica transcrito.

As nossas figuras 17, 21 e 55, especialmente, elucidam bem e permitem concluir de diferente modo àcêrca do formosíssimo trajo antigo de Ovar; e a sua evolução em 1908 e na actualidade também se pode seguir através das figs. 27 e 29 com grande segurança.

De 1863 se conhece uma fotografia de mulher de Ovar vestindo *mantilha,* lenço branco de bobinete, grande chapéu vareiro e calçando chinela; foi publicada no fascículo do *Turismo Magazine* de Janeiro de 1933, dedicado àquela vila.

Da evolução do trajo na Gafanha fixou alguns aspectos a monografia que em 1938 o Reverendo João Vieira Rezende publicou, trabalho utilíssimo também já por nós aproveitado nesta leve inquirição de como vestiu, e veste, o povo da nossa Província da Beira-Litoral; aí se lê, a propósito do vestuário feminino local:

CHAPÉU

«O primeiro tipo de chapéu de que aqui há notícia é o *chapéu de presilha* e de abas tão largas que se tornou necessário, para não desabarem sôbre os ombros, segurá-las ou prendê-las com fitas ou *presilhas,* que partindo do rebôrdo das mesmas abas, as iam segurar à copa exteriormente e em tôda a volta dela. Colocado sôbre uma mesa de tamanho regular, ocupava-a totalmente. Seguiu-se-lhe depois o *chapéu de tope,* de aba menos larga, mas suficientemente ampla para resguardar totalmente o tronco dos raios solares.

Era desprovido de *presilha.* O *tope* consistia em farta laçaria de fitas em forma de pinha alta e colocada sôbre a copa, o que tornava o chapéu bastante incómodo, sobretudo para o transporte de qualquer objecto sôbre a cabeça. Por esta razão muitas mulheres não o queriam usar, dando em resultado haver

ao mesmo tempo dois tipos de chapéu: o de *tope* com a respectiva aba larga e um outro com aba igualmente larga, mas sem *tope*.

Foi por isso que o uso do chapéu sem *tope* prevaleceu por mais tempo. Aí por 1870 também se usou o *chapéu de maçaneta* e que era adornado por uma maçaneta grande, de retrós prêto ao centro e sôbre a copa, e ainda por outras mais pequenas em volta da mesma copa. Veio depois o *chapéu de penacho,* interessante chapelinho de aba tão reduzida que, dobrada para cima paralelamente à copa, a não ultrapassava na altura e ficavam tão pouco distanciadas aba e copa, que dificilmente se lhe poderia fazer passar de permeio um dedo sequer. A aba era inteiramente coberta exteriormente com fita de veludo, e sôbre a copa e em volta dela, quási a tocar o bôrdo da aba, circulava outra fita de veludo que terminava ao lado com um laço de pontas soltas. Era aí que se fixava o penacho ou pluma com farta penugem tingida de prêto e que realçava com todo o seu conjunto o pequenino chapéu, colocado sôbre a cabeça com ademanes de natural galantaria. Êste chapéu tão original e característico, emprestava à sua portadora uma certa beleza e um colorido tão regional, que marcavam e faziam atrair sôbre ela as atenções, aliás respeitosas, sobretudo dos estranhos, e realçando-lhe mesmo as belezas naturais e tornando-a objecto de simpatias muito afectuosas e muito afáveis. Passou a moda e a tricana só usa hoje o lenço sôbre a cabeça».

SAIA

«O tecido de que era confeccionada a primitiva saia da Gafanha não tinha passado pelas fábricas dos grandes industriais, nem pelos balcões das casas comerciais das grandes cidades, nem mesmo pelas mãos fidalgas e delicadas de costureirinhas profissionais. Tudo se preparava a dentro das próprias casas, cheias de fumo e desarranjadas. Tudo passava ao serão pelo fuso cantante da jovem camponesa, de tez tisnada pela torreira do sol; tudo era martelado pelo truc... truc... do tear, que gemia ao canto da casa nessas noites de serão, nessas noites de trabalho.

Na Gafanha abundavam sobremaneira os maninhos e os prados, e por isso não havia naqueles tempos, dizem, família alguma que não possuísse três, quatro, cinco e seis ovelhas, que os mais novos da casa por ali iam apascentar. Com os primeiros calores do verão o animal ofegava sob a lã farta e crescida. Tinha chegado o tempo da tosquia e o animal, amarrados os pés às mãos, sofre ofegante e pacientemente o zuc... zuc... da tesoura naquela operação demorada. Tirado o *veldro* que passava depois pela lavagem, era em seguida escarpiado, cardado, fiado, tecido e finalmente pôsto em obra, o que tudo

se fazia em cada casa nas noites de inverno. Em tôdas essas casas havia ao começar o verão grandes teias de lã, fraldilha ou serguilha, que depois, ou mesmo durante o inverno, eram postas em obra, talhando e confeccionando com elas as mantas de cama, as saias, os manteus, etc.... Com tanta abundância desta matéria prima, e também porque era *moda*, a *saia de fraldilha* tinha de ser, como foi, a primeira saia conhecida na Gafanha. Era simples, com pregas, tendo ourêlo na orla e rodada com quatro a cinco varas de fraldilha e sem enfeite algum (1). Note-se que todos os tipos de saia de que vamos falar, e bem assim os dos outros vestidos, eram usados tanto pelas pessoas adultas, como pelas donzelas.

Passou-se algum tempo e a esta saia aplicou-se-lhe exteriormente pela orla uma larga *forra* de baeta com pequeno debruamento para a parte interna. Esta *forra* de baeta só se usava nas saias de luxo. Veio depois a *saia de paninho* prêto, ainda mais rodada e com fita ou *forra* larga de veludo a debruar para dentro também. Após esta começou a usar-se a *saia de ôlho de azeite*, de chita azul-escuro, planetada de flôres côr de azeite e com 15 panos de roda. Costurados uns aos outros chegariam para um pano de barco moliceiro!... Em 1907 ainda existia uma na Encarnação, que foi desmanchada, e da qual se fizeram três saias, que certamente não deveriam ser... *travadinhas!*

A fita ou liga da orla era de lã e *pregada de chapa,* isto é; sem debruamento. A seguir trouxe a moda a *saia de baeta* com fita de veludo a debruar para dentro. Ainda apareceu a seguir a interessante *saia de viés,* confeccionada de baeta ou outro pano qualquer e com *liga de rôlo*, larga, a debruar na orla, de fora para dentro. O viés era uma fita larga, ($0^m,06$) de merino ou de setim, paralela à liga de rôlo, e distanciada dela vinte a vinte cinco centímetros. E vamos fechar esta secção com a descrição do berrante *saiote vermelho* que era as delícias das raparigas daquele tempo. Era urdido de baeta, espinhado (agora diríamos bordado) a pé de galinha ou a estrêlas, em lã e a diferentes côres, com viés de veludo prêto ou de algodão.

Êste saiote luzia ao longe!... Era tentador... pelo que as donzelas muito gostavam dêle. Mais tarde estes saiotes passaram a ser de flanela vermelha com duas fitas pretas, estreitas, pouco distanciadas entre si e distantes da orla dez centímetros. Era vestido de luxo, usado sòmente ao domingo (domingueiro)

---

(1) Tinha quatro a cinco varas de roda ou de circunferência pela orla e descia da cintura até próximo do tornozelo. Em cada vara gastava-se um arrátel de lã, de modo que se gastavam quatro a cinco arráteis de lã em cada saia, não incluindo o *cabeção da saia*, que era a parte superior dela, e que no seu arranjo ficava costurada em sentido horizontal à parte inferior que por sua vez ficava em posição perpendicular no sentido da teia.

para levar à capela, quer fôsse de manhã à missa, quer de tarde ao têrço e ainda se levava ao pasto para o gado, à fonte, etc.... Às romarias, ou aos passeios, ou mesmo às festas da vila ou da cidade, levavam a *saia de viés* preta dobrada sôbre o braço, e só a vestiam sôbre o *saiote* vermelho quando entravam nas povoações do seu destino, ou no local das romarias. Ainda estava em uso em 1900.

Todos os tipos de saia até cêrca de 1900, desciam até ao tornozelo aproximadamente, e sôbre ela e pela cintura, usavam à semana a cinta preta, com a qual, às vezes e por comodidade, subiam a saia até ao meio da perna durante os trabalhos na terra. Aos domingos e dias de festa usavam a cinta roxa, azul e às vezes vermelha com o nome da possuidora feito a torçal, não tendo outro efeito estas cintas senão ostentar luxo e beleza, e por isso só eram cingidas à cintura sem apertar, caindo as duas pontas posteriormente até à orla da saia, e às quais chamavam o *rabo da cinta*. Os homens também usaram estas cintas. Ainda aparecem de quando em vez.

Depois vieram as muito conhecidas variedades da moda nas saias, mesmo travadinhas, tendo desaparecido as cintas.»

OUTROS VESTIDOS

«Só muito tarde se usou a blusa, que nos primeiros tempos não existia. Havia a camisa de pano crú, que desempenhava estas duas funções. Era rematada no pescoço e nos punhos por pequenos colarinhos, que às vezes, quando de luxo, terminavam com adornos de rendas estreitas, (bico de serra) e eram fechados por botões, tanto no pescoço como nos pulsos.

Estes botões eram confeccionados de pano sòmente, ou de tremoços cobertos de pano, sendo estes últimos muito inconvenientes, por amolecerem e desfazerem-se com a lavagem da felpa. Sôbre a camisa vestiam o colete, também de pano crú, e que era a última felpa exterior a cobrir o tronco. Para as festas, romarias ou outros dias mais solenes, havia os *coletes de droga* ou de luxo confeccionados nas fábricas, com ramagens ou adornos muito bizarros. Nos mais modestos empregavam-se botões simples ou atacadores; nos de *droga* aplicavam-se quatro ou cinco pares de grandes botões de prata, a que chamavam *abotoaduras*.

Ainda estavam em uso em 1880.

Por motivos de pudor usavam-se uns grandes lenços de côr, enramados às vezes e com franja ou cadilhos, cujas pontas pendentes do pescoço se cruzavam pela frente para se trilharem na cintura, ou quando eram de maiores dimensões, depois do cruzamento pela frente, iam atar-se por detrás, na cintura. Havia um lenço, o lenço da cabeça ordinàriamente de *cache-nez*, azul, e com franja de cadilhos. Mais tarde foi substituído por outro

côr de carne, com cercadura branca. Ainda a proteger o tronco na época dos frios usavam o *Gibão* e por isso dispensavam o lenço do pescoço, por desnecessário na sua função de manter o recato, que ficava a salvo com o uso do dito *Gibão*. Era esta peça de vestuário uma espécie de casaco de pano prêto que mal chegava à cintura, com mangas, botões e guarnecido de fita preta. Usava-se em 1850.

Era uma espécie de *Quinzena* que os homens também usavam naquele tempo embora com talhe diferente. Sôbre tôda esta indumentária usava-se o *Mantéu* de fraldilha, espécie de opa sem abertura de passagem aos braços, e com tira de ourêlo em chapa pela orla.

Apoiado sôbre os ombros em volta do pescoço, sobressaía por cima uma espécie de gola, bastante saliente, chamada o *Refêgo*.

Era um pedaço da mesma teia de fraldilha, redobrado e repregado sôbre si e cosido com o fio de vela, terminando na frente por duas *fitas castelhanas* para o segurar sôbre os ombros.

Ainda se usava em 1885. Veio finalmente o *Capote* de bom pano e com talhe igual ao do *Mantéu*, mas muito mais comprido, chegando alguns quási ao tornozelo. Uma fita larga, de veludo, com arabescos ou lavrada em ramos, cobria em chapa a gola de bicos e as fôlhas pela frente e junto à orla.

Ainda se usava ao mesmo tempo a *Mantilha Redonda*, de pano fino que se diferençava do capote por ser muito mais curta, ter a gola redonda e desguarnecida a fita de quaisquer arabescos e tinha também abaixo da gola uma farta laçaria de compridas fitas de veludo, enlaçadas e à mercê do vento. Estas duas peças de vestuário ainda estavam em uso em 1880. Até esta época era rara a mulher que usava qualquer calçado, a não ser os tamancos, e só por ocasião do casamento os pais lhe permitiam usar as chinelas, que eram o calçado próprio de casamento, que depois era guardado religiosamente só para as festas mais solenes».

Ilustra-se suficientemente o trajo actual da gafanhoa com as nossas gravuras n.os 25 e 78; esta, de fotografia colhida em dia da Senhora da Saúde (último domingo de Setembro), na Costa Nova; pode dizer-se comum à Gândara, pelo litoral abaixo, pois assim o encontramos nas Gafanhas, Vagos, Mira, e até nas Gândaras de Leiria; verifique-se, por exemplo, a afinidade flagrante que existe entre os trajos desta grav. 78, da Gafanha, e os da n.º 60, dos arredores de Leiria; nestas usa-se menos a faixa, que nas Gafanhas é de rigor, chegando em Mira a diferenciar o estado civil da portadora: as solteiras usam-na encarnada, e, as casadas, preta; o agasalho que a gafanhoa lança pelos ombros ou traz dobrado, no braço, é um chaile, ao passo que a gandaresa de Leiria cobre-se com uma saia dobrada ao meio, dela

fazendo capote (fig. 60); é a *saia de ombros*, ou *saia das costas*, de *castorina*, e de *serguilha* também, que, aliás, noutros pontos do país se usa igualmente; já as antigas estampas de Bradford e de Manuel Godinho registaram êsse curioso complemento do vestuário; no mais não se distinguem; o modo de deixar cair o lenço é igual, e o chapéu é o mesmo, vindo, para ambas as partes, de S. João da Madeira.



Fig. 78
GAFANHOAS NA ROMARIA DA SENHORA DA SAÚDE
NA COSTA-NOVA
Actualidade.

Não permitem as nossas gravuras n.os 25 e 78 apreciar o colorido dos trajos da gafanhoa, elemento importante para a fixação da psicologia e da educação estética da mulher local. As preferências cromáticas desta gente desorientam muito o observador; quando não vestem de prêto — que é o mais corrente, talvez pela elevada percentagem de lutos que a vida marítima dos homens provoca, como em Ílhavo igualmente acontece — as mulheres da Gafanha e de Mira não buscam a harmonia de tons que mais ou menos por tôda a parte se procura obter; uma blusa verde-mar, por exemplo, tem a acompanhá-la, muitas vezes, saia azul, avental côr-de-rosa, lenço encarnado e prêto, ou outra dissociação cromática idêntica, que fere a retina e fica incompreensível ao equilíbrio estético a que estamos habituados; com saia vermelho-carregado, anotámos freqüentemente blusa branca, lenço verde de ramagens e avental azul claro; saia verde, blusa côr-de-rosa viva, avental azul claro debruado a branco, e lenço

amarelo, encontrámos nós também na romaria da Senhora da Saúde; etc.

É estranho, à primeira vista; mas onde tudo aquilo se valoriza e transforma, pela fusão de côres que então se opera, é nos bailes que se armam sôbre as proas dos barcos moliceiros onde *o pessoal* fêz a viagem, desde Mira distante, o Areão ou a Vagueira; num pequeno espaço — 4 escassos metros quadrados, nem tanto, talvez — volteiam cinco, às vezes seis pares, dançando a *Farrapeira*, a *Chula*, o *Verde Gaio*, o *Folgadinho*, o *Vira*, o *Malhão*, a *Caninha Verde*. É vê-las então, vibrando, ao ritmo do *harmónio*, da *viola* e dos indispensáveis *ferrinhos*, faixas e pontas do lenço ao vento, *registo* da Senhora da Saúde entalado no chapelinho prêto de veludo e feltro, à mistura com o cravo ou a rosa de papel e arame, das floristas de Ílhavo de há muito afamadas, que o namorado ou pretendente a isso ofereceu, generoso e calculista:

Ai e ó ai!
Digo-te adeus, regalar!
Corre fama que sou tua,
Já te não posso deixar...

E virou!
E vai ao meio!
Certo, certo sem parar...

. . . .

As penas do Verde Gaio
São verdes e amarelas;
Não me toques, senão caio,
Não me tenho nas chinelas.

. . . .

Costa Nova nada vale,
Aveiro vale um vintém;
Ílhavo vale um cruzado
P'las lindas moças que tem.
(Recolhido em 1907).

Vai tudo certo,
Folgadinho, certo, certo;
Vai tudo certo,
Folgadinho, certo não.

. . . .

Manuel, tão lindas moças,
Manuel!
Manuel, tão lindas são!
Manuel, quero-te muito
Manuel!
Mas casar contigo, não... (1)

. . . .

(1) Com a variante do último verso, também lá ouvida: *Amor do meu coração.*

Adeus, adeus, Costa Nova
Até ao ano que vem!
Deus nos leve e Deus nos traga
E nos junte mais alguém...

Alegria aliciante, comunicativa, que logo se transmite ao areal onde o moliceiro abicou, aí se formando nova roda a cada momento engrossada por outros pares que não resistem ao apêlo ancestral, e que acorrem de longe em marcha, comandados pela viola de arame martelando a *Ribaldeira*, cadência marcada pelo tambor e pelo estralejante bater das mãos de todo o rancho, ali ficando depois pela noite dentro até de madrugada...

Senhora da Encarnação, Senhora da Saúde, São Paio da Torreira, Senhora das Areias... romarias da beira-Ria, do cenário inconfundível da laguna e dos areais doirados, quando vos descobrirão os pintores de Portugal e o turismo oficializado dos guias e dos roteiros?...

Onde encontrar mais típicos *motivos* para estilizações coreográficas, hoje tão afanosamente rebuscados para regalo de Lisboa que desconhece Portugal, do que entre êste alegre e estranho povo, que baila e canta tendo por tablado a proa dum moliceiro e por fundo velas e mastros a entrecortar a tremulina que irradia do cobalto da Ria, encandeia a vista e entontece tôda a gente de saudade e deliciosa angústia?

Tenho peregrinado de lés a lés a costa portuguesa, e observado como vive o povo, trabalha e folga; em luz, movimento e côr, nada conheço que se compare às romarias da Ria de Aveiro!

* * *

Por tôda a Beira-Litoral a mulher do povo, no trabalho, hoje em dia, veste blusa e saia, raramente vestido inteiro; reserva êste para o domingo ou dia de festa, e, mesmo assim, quási só para o interior da Província se usa; a camisa, outrora de mangas à vista, apertando no pulso e terminando por uma rendinha ou frioleira, é agora exclusivamente roupa interior, apenas com um rudimento de manga e grande decote, começando já a rapariga a usá-la sem mangas nem cabeção, suspensa aos ombros por alças, irradiação da moda senhoril; sôbre ela assenta o colete de pano crú ou de sarja, de atacadores, para apertar o torax e conter os seios; uma vez ou outra há ainda um *chambre* ou um *corpete* ligeiro, e então, vestuário exterior, a *blusa* que varia de tecido conforme a estação.

Nas cidades e centros de população mais desenvolvida, vai-se generalizando a *combinação* e o *soutien-gorge,* sobretudo entre criadas de servir, raparigas das fábricas e costureiras. Sempre as mesmas causas a actuar da mesma forma.

A blusa, absolutamente generalizada hoje, veio substituir uma peça do vestuário feminino que por completo desapareceu nesta Província e que antigamente em tôda a parte se encontrava: o *colete* exterior. Já em pinturas portuguesas do século XVI êle se mostra, e seguramente provém do trajo medieval.

No estrangeiro foi usado igualmente pela camponesa, como documentam gravuras que possuo de França, Suiça, e Espanha; antigas, e de há poucos anos também. Não é fácil determinar a irradiação para o nosso país.

Usou-se entre nós até final do século passado; a vulgarização da moda francesa do *chambre* e da *blusa* acabou por o desterrar do uso diário, ficando apenas em regiões onde era parte componente de trajo especial, catalogado e inalterável, como no Minho.

Era graciosíssimo; modelava o busto, e como, por via de regra, o faziam de tecidos de côr, contrastava admiràvelmente com a brancura da camisa, desenhando sôbre ela os seus recortes ou debruns de fita de lã; a mulher de então não usava ainda chaile; e mesmo para o final do século passado, só muito raramente o punha; andava *em corpo*. Se queria agasalhar-se sem recorrer ao pesado capote ou ao mantéu, lançava pelas costas um lenço dobrado em bico, que vinha cruzar no peito, atando-se depois as pontas atrás, na altura da cinta (fig. 35).

O colete de tipo mais pobre, de uso diário, apertava por meio de cordões que passavam em ilhós, dum lado e doutro; mas em dias de festa havia sempre uns botões de prata, maiores ou menores (por vezes muitíssimo grandes) que por meio duma travinca, ou dum elo, do mesmo metal, uniam as duas abas do colete.

Literàriamente, foi-nos conservada a lembrança dêste colete nos descritivos acima transcritos, do Conselheiro FERREIRA DA CUNHA E SOUSA e do Reverendo REZENDE, para Ílhavo e imediações.

Conservo ainda de memória a impressão de tão lindo trajo, que pude ver a uso diário, mas no seu declínio já, em vélhas mulheres da Gafanha; e durante anos seguidos assisti, maravilhado e contente — menino ainda — ao cortejo do dia de Reis que do Val de Ílhavo descia à vila, onde então exibia a dança medieval da Barroquinha, entrelaçando os pares, enquanto volteavam, fitas de côr em tôrno dum mastro enfeitado, sustido pelo porta-bandeira do rancho, no meio da roda, na praça de Ílhavo.

São coisas que não esquecem mais; côres e movimentos que a retina fixou para sempre, album de imagens que a saüdade desfolha constantemente, e pela vida fora nos acompanha.

Vestiam também o tal coletinho, essas pastorinhas do cortejo de dia de Reis (fig. 34), e pareciam figuras arrancadas a um presépio dos nossos barristas de outrora (¹); coletes rico, prêtos,

(¹) Com êsse vestuário se apresentou uma fotografia «*Fiandeira de Ílhavo*» ao concurso da *Ilustração Portuguesa* de 1906 para se eleger a

encarnados, azuis ou côr-de-rosa, de veludo ou de sedas antigas, e botões de prata, todos luzentes, que dos bragais de suas mãis e avós nesses dias de festa saíam, à mistura com os grossos

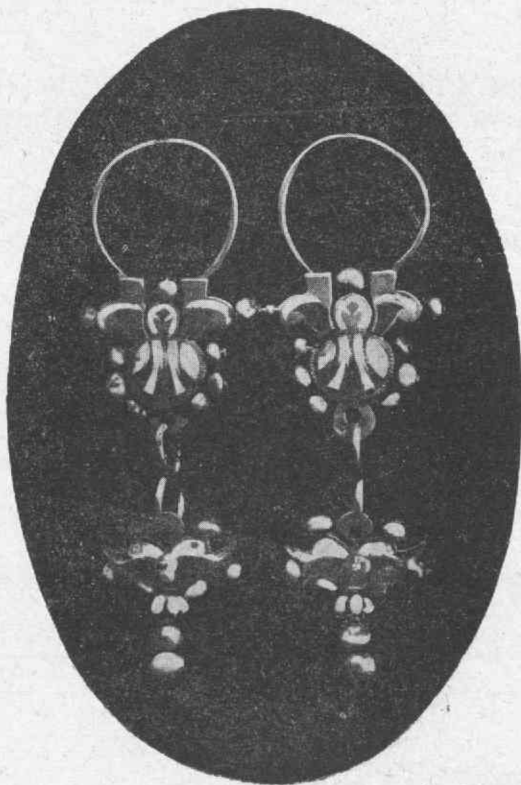


Fig. 79
ARRECADAS DE ALJÔFRES
(Ouro, esmaltes brancos e verdes, e pérolas)
Século XVII.
Gravura extraida do livro de ROCHA MADAHIL,
História e Etnografia, bases para a organização
do Museu Municipal de Ílhavo; *1934.*

cordões de ouro, de estrêlas dependuradas, os colares de contas que eram o encanto dos olhos, e as arrecadas de *aljôfres* para as orelhas, pesadas mas cheias de distinção.

---

terra de mais lindas mulheres de Portugal ; foi premiada em 6.º lugar, tendo obtido o 1.º prémio outra fotografia de Ílhavo também, mas de tricana da época.

Pois tôda a Província se vestiu assim, ainda até os últimos anos do século passado. Chamavam-lhe por vezes *corpete*; e na região de Leiria era conhecido pelo nome de *roupinha*.

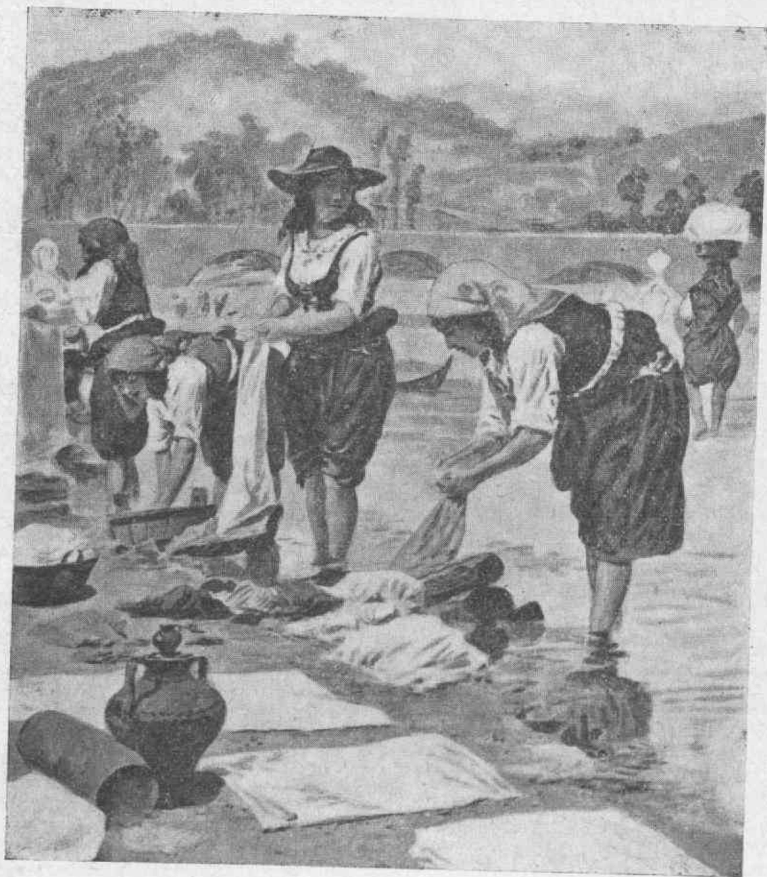


Fig. 80

LAVADEIRAS DO RIO MONDEGO, EM COIMBRA

Antes da construção da ponte metálica, que foi principiada em 1873. Aguarela de ROQUE GAMEIRO, *reproduzida a côres na capa da* Ilustração Portuguesa, *de 30 de Agôsto de 1909.*

As nossas figuras 8, 9, 16, 17, 23, 26, 31, 33, 34, 35, 46, 47, 52, 53, 55, 68, 70, 76, 77, documentam a forma e atestam a repartição geográfica do colete na Beira-Litoral.

O conhecido trajo de Viana, uma das maiores unidades da indumentária regional portuguesa, não abandonado ainda em

absoluto, conquanto banido do uso corrente [1], inclui também o antigo colete, bordado com decorações comuns às artes populares portuguesas. Na nossa Província, que particularmente aqui procuramos estudar, desenhou o colete o pintor MIGUEL ÂNGELO LUPI no quadro «*Lavadeiras no Mondego*» (reproduzido no *Almanaque ilustrado do Ocidente para 1884* e na *Revista Ilustrada* de 30 de Setembro de 1890), com êle alcançando ser premiado na Exposição de Paris de 1878, onde o vendeu por 4.000 francos; pintou também o colete o aguarelista ALFREDO ROQUE GAMEIRO, que muito se prendeu ao pitoresco dos trajos desta Província; dêste último artista reproduzimos já dois desenhos e uma aguarela (figs. 46, 70, e 28) e daremos agora a sua composição *Lavadeiras no Rio Mondego* em que toma por tema os trajos populares femininos de Coimbra (fig. 80).

Ao grande pintor de costumes que foi FRANCISCO JOSÉ DE REZENDE não passou despercebido o elevado valor estético do colete, e perfeitamente o fixou nos quadros reproduzidos pela nossa figura inicial e pela n.º 9, de *mulheres da Murtosa,* de magnífico pormenor e vivo colorido; nada ali falta; perante êsses esplêndidos figurinos, tôda a descrição se torna desnecessária; lamentamos apenas não podermos reproduzir também a delicada policromia dos originais.

O próprio povo, na sua especial filosofia — na poesia das quadras para êle compostas e logo assimiladas, quando exprimem e consubstanciam o seu pensamento — consagrou também o colete como peça de vestuário delicada, porque protege o coração; cantava êle antigamente, e repete hoje ainda, muito embora tivesse desaparecido o motivo que o inspirou:

> Toma lá colchetes d'oiro,
> Aperta o teu coletinho;
> Coração que é de nós dois
> Deve andar conchegadinho...

Em Cantanhede procurou-se restaurar recentemente o trajo local de 1870, para o rancho regional; aproveitou-se o elegantíssimo colete, um tanto estilizado; mesmo assim alterado, empresta às raparigas que o envergam um encanto e uma graça extraordinários.

Da cintura para baixo, o vestuário feminino popular de tôda a Beira-Litoral accumulava grande número de peças; um ou dois saiotes grossos, de flanela ou de baeta, duas *saias de baixo,* pelo menos (a segunda das quais, sôbre a *pòlheira,* era de mais fina bretanha e dispunha de largo fôlho bordado e de entremeios), e, como peça última, a *saia de cima,* que, não raro, aparecia também em duplicado; algibeira exterior ou por baixo

---

[1] CLÁUDIO BASTO, *Traje à Vianesa;* Gaia, 1930.

da saia de cima, avental, e, para determinados serviços (lavoura, transportes, caminhadas) a faixa de lã que repuxava tudo para a cinta, onde tufava, libertando mais os movimentos.



Fig. 81
CAMPONESA DOS ARREDORES DE COIMBRA
vendendo flôres no mercado da cidade.
Actualidade.

A saia de cima era fartamente rodada, vulgarizando-se muito as chamadas de *sete panos.* Tudo isso engrossava a figura, como as nossas estampas permitem avaliar, e recatava absolutamente os contornos do corpo.

Êsse número de saias, bem como o seu farto rodado, que tanto compunham a silhueta feminina e a valorizavam estèticamente, tem-se aligeirado muito, sobretudo nas cidades e centros mais desenvolvidos de população, onde a gente moça usa apenas uma saia *de baixo* e uma *de cima,* aproximando-se, como

sempre, da moda senhoril, que chegou já recentemente a banir a própria camisa, para adelgaçar *a linha,* fazendo assentar a cinta-espartilho sôbre a *combinação,* de tecidos muito finos; é a moderna preocupação de reduzir o volume aparente do corpo.

A camponesa da Beira-Litoral resiste ainda a tais aligeiramentos e, mais recatada, continua a usar saia rodada, vestindo, por baixo, saia e saiote; condescende em diminuir o comprimento dela, como, por exemplo, a nossa figura 81 documenta para a região de Coimbra, mas conserva-a com a roda e o pregueado antigos; a Beira-Litoral, aliás, já no segundo quartel do século XIX usava saia pela meia perna, como das litografias que temos reproduzido se verifica.

Nos arredores de Coimbra, quási sempre também, ainda hoje a saia se enfeita, em baixo, com duas ou três idas de fita de veludo ou de seda, dispostas paralelamente (fig. 81); é esta uma curiosa sobrevivência dum pormenor decorativo muito antigo na Província, que à beira mesmo de Coimbra, em contacto imediato com a cidade, resiste tenazmente ao figurino constantemente renovado; são ainda algumas raparigas das fábricas, que passam diàriamente oito horas, e mais, na cidade, as hortaliceiras do mercado, as leiteiras, que não abandonam a saia empregada (ou *plissada,* como hoje elas dizem) *de qüatro panos,* isto é, feita com quatro larguras do tecido (que mede, em regra, 70 a 75 centímetros), ornamentada, em baixo, com três idas de fita, como usavam as suas avós (figs. 32 e 33). Havia saias de 15 panos (!) do Norte ao Sul da Província, em Ovar, na Gafanha, em Coimbra e em Leiria.

Há quarenta anos, há trinta, mesmo, era assim empregada e ornamentada a saia da *tricana de Coimbra,* cujo trajo de então a fig. 82 reconstitue expressamente, e o manequim da fig. 2; de mais recuada época já as nossas estampas 57 e 62 disseram alguma coisa.

Êste nome de *tricana de Coimbra,* sem significado social hoje em dia, mas conservado pela fôrça da tradição e pela auréola de lenda literàriamente entretecida à volta de tudo o que diz respeito a Coimbra, terra onde a mocidade de Portugal passa a melhor época da sua vida e à qual, pela saüdade de si própria, para sempre fica ligada, provém, afinal, duma peça de vestuário.

«TRICÂNA», esclarece o *Vocabulário* de BLUTEAU já acima citado, «Em Coimbra he manteo de mulher»; a contraprová-lo, estão, por exemplo, as relações do vestuário com que de 1724 a 1727 várias mulheres deram entrada no Hospital da Universidade, publicadas pelo Prof. VERGÍLIO CORREIA nos interessantes comentários *Sôbre o Trajo Regional,* do *Diário de Coimbra* de 4 de Abril de 1935, a propósito da comissão de Etnografia então instituída, e de que ambos nós fazíamos parte.

Nessa «lista de 10 mulheres, de tôdas as idades e estados, da cidade, do arrabalde, dos arredores e da região, vemos o uso da *tricana,* de côr azul, ser corrente, completando o trajo ordinário: uma mantilha ou um capotinho, um colete, e um capelo, touca ou lenço. Os sapatos raramente figuram, o que significa que, como hoje, a mulher do campo andava descalça.



Fig. 82
TRICANA E FUTRICA DE COIMBRA
Trajos de 1910.

Eis o trajo da mulher do povo, do centro do país, em tempo de D. João V».

A *extensão* vocabular, do vestuário à portadora, regista-se já em dicionários subseqüentes: «TRICÂNA» — Saia de camponeza, manteu. — Figuradamente: Mulher que usa de tricana», define correctamente Fr. Domingos Vieira (1874). Morais, Faria, Constancio, etc., já por palavras idênticas haviam dito coisa aproximada.

Mas não só em Coimbra a mulher do povo adaptou a si o qualificativo de *tricana;* de igual forma era conhecida a rapariga tecedeira de Guimarães ([1]), a rapariga de Ílhavo, a de Aveiro também.

De tôdas porém, uma apenas subsiste na realidade, mantendo o seu prestígio antigo e trajando com especial donaire: é a de Aveiro.

A de Coimbra vive ùnicamente na Literatura, e na saüdade dos que ainda a conheceram, há vinte anos e mais, que de tanto data a transformação vertiginosa operada na vida citadina dali.

Passou a tricana de Coimbra, mas alguma coisa ficou do seu trajar dos últimos tempos, a recordar justamente o que a cidade tem de mais característico, o que lhe dá nome, poesia e riqueza também, isto é: a sua vida académica; ficou o *vicente,* graciosa fita preta, por via de regra, de veludo, que aconchega à nuca o lenço, ou a touca, de seda, cobertura de cabeça da mulher coimbrã de hoje em dia (fig 2).

O trajo da tricana de Coimbra de há quarenta anos foi delicadamente cantado por Manuel da Silva Gaio, poeta que sentiu e viveu a cidade como poucos; merece a pena ouvi-lo:

... Ninguém como ela traja
A gôsto do namorado;
Lenço de pontas atrás,
Chalinho de sobraçado,

Chinela curta, a fugir,
Embora o pé seja leve
E pequenino de ver
Na meia branca de neve;

Corpete todo a estalar,
Saia subida e ligeira,
Aventalinho tamanho
Como fôlha de figueira...

As citações seriam infindáveis, como infindável é ainda a saüdade de quem nos lábios e nos braços das tricanas de Coimbra queimou descuidadamente a melhor parte da sua mocidade doirada, agora distante, viu alvorecer o amor, e emmurchecerem-lhe também as primeiras ilusões...

Nascer para a vida, afinal!

([1]) « Tem quatro saias brancas lisas, às ramagens amarelas, e chinelas de verniz, com laço, pelo Natal e em domingo de Passos. Tem chales de luxo e sombrinha de seda só para a missa dos domingos », anota Alfredo Guimarães na *Ilustração Portuguesa* de 14 de Abril de 1913, historiando um pouco da vida de trabalho e de sofrimento dessas gentis raparigas portuguesas.

Voltemos ao trajo; e seja agora para arquivar o descritivo perfeito que o espírito curioso doutro grande amigo das vèlharias de Coimbra — o Dr. Octaviano Sá — dedicou à tricana em 1935, n*O Primeiro de Janeiro* de 14 de Abril, passado depois à sua colectânea coimbrã «*Nos Domínios de Minerva*» em 1939:

«*Usavam então na cabeça um lenço, a que chamavam* cachené, *de côr, com grandes ramagens, servindo ùnicamente para a nuca, apertado atrás, à altura do pescoço, por forma que ficasse uma das pontas escondida debaixo do lenço e caísse a outra num elegante abandôno sôbre um dos lados do peito.*

Vestiam «chambres» brancos, talhados em quartos, ornamentados à altura dos peitos com uma rendinha quási gomada, a contorná-los, e muitos dêles, nesses quartos que lhe subiam até ao pescoço, formando uma pequena gola de lindo enfeite, tinham umas pregas para maior realce ou fantasia. As mangas fôfas, apertadas nos pulsos, terminavam por uns punhos largos e rendados, vindo êsses chambres a meter-se, à altura da cinta, debaixo das saias.

Estas eram sempre de pano prêto lustroso, rodadas, até à altura do artelho, tendo a maior parte dessas saias uma barra larga de veludo e debruadas em tôda a roda com uma fitinha de lã.

Usavam então os saiotes encarnados, de pano próprio para ajudar a fazer o rodado das saias de fora.

As meias, confeccionadas por elas, eram brancas, de interessantes rendados.

O avental, descaíndo até aos joelhos, era um adôrno interessante pelas fantasias delicadas, e que quebrava a monotonia das saias negras.

A chinelinha, a brincar-lhes no peito do pé, a desprender-se com o andar cadenciado, saltitante, de gáspeas de verniz, formando bico, tinha arte nos pespontos ou no debruado, em arrebiques e bordados semelhando rendas de bilros.

Por último, o chaile, de várias côres, lisos ou de ramos e de cercadura vistosa, franjado, tomava aspectos, sôbre o busto, no contôrno das formas, duma graciosa e caprichosa escultura saída das mãos de artista portentoso.

Vinha prender-se ao alto no ombro esquerdo, num delicado nó, para deixar livres os braços, como azas sôltas para os espaços infindos...

....

Com a evolução, no decorrer dos tempos, a «tricana» tomou aspectos senhoris, e quási acompanhou a moda representada nos figurinos desenhados para os ateliers *das grandes costureiras.*

....

A «tricana» de Coimbra de hoje modificou o vestuário;

subiu as saias, confeccionadas com os melhores panos, até à altura dos joelhos, veste blusas de seda, enrola-se num chaile de merino, calça sapatos de salto elevado, e traz na cabeça um paninho de seda preta, como uma touca, prêso dum lado e outro do pescoço por uma fitinha de veludilho, quási por debaixo do queixo, a que chamam «vicente».

Esta invenção é recente. Deu-lhe o nome um titular, muito conhecido como estudante da nossa terra, porque nela soube gosar a sua descuidosa, e alegre mocidade, deixando a atestá-la páginas e livros de exaltação e saüdade de Coimbra, e que mais tarde foi aplaudido como dramaturgo no Teatro Nacional. Ao emmoldurar, com essa fitinha, o rosto duma das mais lindas tricanas que soube amar, ficou para sempre ligado o seu nome à nova moda, mas para não perder o conceito da cantiga em voga, esqueceu-a quando partiu com o canudo de bacharel.

Estas são as tricanas desta terra, cujo trajar actual quási aburguesa a nova camada de raparigas, produto duma época e duma «civilização»... (pág. 194).

Também a Júlio Dantas, para quem a tricana de Coimbra «foi uma obra secular e amorosa do estudante», o *vicente* serviu de tema a algumas breves páginas de boa prosa coimbrã [1]:

«A rapariga de Coimbra mudou; é já inteiramente diferente do que era há quinze e há vinte anos; mas a-pesar-da sua decadência, do seu futriquismo, da sua descaracterização, ainda constitue um tipo àparte. Ficou-lhe qualquer coisa de ancestral, de inapagável, de hereditário no gesto de traçar o chaile, no movimento de atar o lenço; a-pesar-dos seus sapatos de salto, ainda se lhe adivinha, no ritmo do andar, a ousadia airosa da chinela que lhe tremeu na ponta do pé; vou jurar que a sua vulgaríssima saia de costureira ondula ainda com a mesma graça musical com que, em pleno século XVII, descendo ao sol a Couraça de Lisboa, saracoteava a sua vasquinha curta de serafina encarnada; e se a chinela e a meia branca desapareceram, se as filigranas de oiro já não lhe brincam nas orelhas, se se perdeu o embiocado do lenço e o avental de ponta que seduziram João Penha, — alguma coisa existe, alguma coisa ficou, um pormenor vivo, uma nota curiosa, um pequeno traço especial que, ainda hoje, nos faz conhecer à légua as raparigas de Coimbra: o «vicente».

....

Uma fita de veludo prêto, da largura de um dedo, que lhes afoga o pescoço. O enfeite mais singelo e mais despretencioso do mundo. E, entretanto, a graça, a expressão, a viveza, o

---

[1] Os *«vicentes»*, in *Espadas e Rosas*; 1919.

sugestivo encanto que essa simples fita, passada sob a barba e prêsa atrás às pontas do lenço de *pongé* prêto que lhes envolve os cabelos, empresta à fisionomia da mondégide pagã que é a mulher de Coimbra! Para compreender o poder de sedução do «vicente» é preciso ter visto, algum dia, a carnação luminosa e inconfundível da tricana.

....

Tôda a gente o pode pôr; só à tricana é que fica bem.

....

Para as raparigas de Coimbra, o «vicente» não é, apenas, a moda que passa; é a joia que fica. — «São as nossas pérolas», — dizia-me uma, embrulhada no seu chaile rico de ramagens, à beira de Santa Cruz. E outra, descendo o mercado abraçada a uma cantarinha de barro da Cegonheira: — «É o nosso coração». Bem sabia ela porquê. Nenhuma tricana ignora que o primeiro «vicente» nasceu de um romance de amor»............

É outro o caso da *tricana de Aveiro;* à dolência sentimental, palidez doirada e distinção inata que tornavam a *tricana de Coimbra* inconfundível, a de Aveiro opõe ainda hoje a graça viva, activa, o requebro aliciador, quási andaluz, que incendeia pela vibração.

Ambas produto do Meio; uma, porém, intelectual e bem-falante, trazendo em si tôda a nostalgia duma balada, cismadora como um choupo da beira do Mondego à hora do Poente, dir-se-ia qualquer coisa de imaterial, produto de gerações sucessivas de sonho; a outra, esquiva como asa de gaivota, airosa como vela branca tocada da aragem cortante da laguna, tôda realidade, encarna soberanamente a irradiação luminosa da Ria, o espelhamento da sua païsagem de alvas salinas, o próprio espírito de aventura das suas águas aliciantes.

Sente-se-lhe a graça a distância, como o ar salgado, impregnado de iodo, nos lábios do viajante à medida que se aproxima de Aveiro...

Que contributo trouxeram ao trajo estas mulheres extraordinárias?

Como o adaptaram e o viveram?

Vimos alguns aspectos do trajo de Coimbra, vimos também alguns do de Aveiro, que se completam agora com as nossas figuras 87 a 89.

Em Coimbra, ficou o mistério duma fita preta de veludo a cingir o pescoço (fig. 2); em Aveiro, como vamos ver, ficará a graça incomparável dum minúsculo chailinho de merino a envolver o busto (fig. 89).

«O vestuário moderno da nossa tricana comparticipa tanto da moda senhoril que só o chaile, em declínio e reduzido a quási nada, diferença uma tricana de uma senhora», escrevia o Dr. Alberto Souto no semanário *O Democrata* de 17 de Julho

de 1937, justificando a orientação que deu à exibição aveirense em Lisboa no grande cortejo folclórico de 30 de Maio dêsse ano.

... «Não é agasalho, nem confôrto, nem peça útil, êsse chaile levíssimo e quási transparente que as nossas tricanas usam.

É arte, arte delas, arte de indumentária popular, arte aveirense!

E, socialmente, é um mero símbolo da sua popularidade, da sua condição, da sua classe, da humildade da sua ascendência.

....

Chailes iguais podem pôr às costas tôdas as mulheres de Portugal, mas o que nenhumas outras mulheres conseguem é deixá-lo cair, apanhá-lo, dispô-lo e utilizá-lo com as linhas, o ar e a graça das tricanas de Aveiro que dêle fizeram o mais distinto e fino atavio da feminilidade popular portuguesa.

Essa *maneira* de pôr o chaile, aliada ao *tipo feminino* e ao *carácter* das nossas raparigas, é a nota característica e inconfundível do povo aveirense».

De quando datará o chaile na região?

O problema, que à Etnografia muito interessa, põe-se para tôda a Província, e mesmo para o país inteiro.

Se percorrermos vélhas estampas, quadros de costumes, ou lermos descrições de trajos antigos, chegaremos fàcilmente à conclusão de que o chaile não tem fundas raízes no nosso país.

A obra de Alberto Sousa, abundante colecção de estampas do *Trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, só da 1.ª colecção de litografias de Palhares (1840-1860) reproduz dois casos de chaile: numa açoreana da ilha de S. Miguel, e o da nossa fig. 18 — *mulher de Aveiro vendendo mexilhões e ovos moles.*

Em data posterior, mesmo, também só recenseia dois outros casos: a *mulher de Coimbra conduzindo água da fonte ou do Mondego,* que reproduzimos com o n.º 19, (Colecção Palhares, série 3.ª, 1850-1870), e um desenho de Manuel de Macedo, posterior a 1850, de lugar indeterminado.

Fora disso, *capuchas, mantéus, mantilhas, josèsinhos, capas, capotes, saias pelas costas,* é o que se encontra agasalhando criadas, vendedeiras de fruta, saloias, camponesas, lavadeiras, leiteiras, adelas, colarejas dos mercados, peixeiras da Ribeira, mulheres do povo em tôda a escala profissional.

E assim mesmo, repare-se que não só hoje a mulher que trabalha se apresenta *em corpo* (figs. 83 a 85); já antigamente o fazia; as nossas gravuras documentam-no expressivamente, sendo digno de nota o desenho de 1835 que representa o povo da Vista-Alegre (fig. 52); podíamos acrescentar-lhe o grupo de Foz de Arouce, da obra de 1826, *Sketches of Portuguese life...* a que no princípio dêstes apontamentos nos referimos: estão *em corpo* as suas duas fiandeiras, de larga saia rodada e colete, coberta, uma

delas, com o grande chapeu de travincas, outra de lenço; e fora da Província não faltam exemplos também, antigos.

Se quisermos verificar agora como e quando o *chaile* fêz a sua aparição nos dicionários, por falta de elementos mais completos nas bibliotecas de que dispusemos, temos de limitar a nossa colheita de momento ao seguinte:



Fig. 83
MULHER DA REGIÃO DE AVEIRO
cêrca de 1900
(da monografia A Beira, *de* Luís Chaves).

O *Diccionario de la lengua castellana... compuesto por la Real Academia española,* editado em 1739, regista:

« *Xales.* s. m. Lienzo recio, y gruesso, que sirve para cubrir las cargas. Es voz antiquada » e exemplifica com uma passagem do *fuero de Aragon.*

A 5.ª edição do mesmo dicionário, já de 1817, esclarece, revelando evolução no emprêgo da peça:

« *Chale.* Especie de mantileta que usan las mugeres, suelta y tan ancha en los extremos como en el medio ».

Em Portugal, a 2.ª edição (1) do *Dicionário* de António Morais Silva (1813) ensina:

« *Châle,* s. m. (do Hespanhol).

Lenço pintado de marca mayor, que as mulheres trazem pelos hombros, dobrado de sorte que fica em tres pontas, sendo o lenço quadrado. Os Inglezes chamão *chales* a uma porção de certo longor, e largura do tecido mui fino de lã de camello, de commum amarella; que as mulheres lançavão ao pescoço, e as pontas enrolavão ao redor do corpo até a cintura, e são assás caros; vẽi da India Oriental. *(a Shale)* ».

Na 4.ª edição acrescentou-se: « são mais famosos os *chales* de Cachemira *(Wolney Voyages)* ».

(1) Não conseguimos encontrar exemplar algum da 1.ª edição, que é de 1789; nem sequer na Biblioteca Nacional de Lisboa; mas de-certo algures existirá, e alguém poderá verificar se já então o vocábulo era corrente.

O *Novo Dicionário crítico e etimológico da língua Portuguesa*, de Francisco Solano Constancio, já regista o vocábulo *chale* na sua 3.ª edição, de 1852, notando:

«Chale, ou Xale, s. m. (do Persico e Arab. *xale*, e não do Hespanhol, como diz Moraes, cinta de lan finissima, de seda ou de algodão), tecido de lan finissima, de seda ou de algodão fabricado na Asia, e particularmente em Cachemir, que os homens trazem como cinta, e em turbante, e as mulheres sobre os hombros. Os de Cachemir são os mais estimados; são mais ou menos largos e tambem os ha quadrados bordados sem avesso, tecidos do pello de certas cabras. Na Europa, e particularmente em França, Allemanha e Inglaterra, se fazem á imitação dos de Cachemir do mesmo pello de cabra, de lan finissima merina, de seda, algodão, e de mistura d'ellas».

Eduardo de Faria, no seu *Novo Dicionário* (2.ª ed., 1851) descreve *chale* da mesma forma, com os mesmos termos até, mas dá-lhe também a acepção de «*lenço grande de lã que as mulheres trazem sobre os hombros; qualquer lenço de seda ou outro estofo, no mesmo tamanho e para o mesmo uso que o* chale».

Pelo que respeita à etimologia da palavra, que lhe denunciará a origem, Antenor Nascentes, no seu recente *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro, 1932), dá para chaile a seguinte etimologia:

«Chale — Do persa *shal*. Ibn Batuta» iv, 109, fala de uma cidade Xaliat, na Índia, na qual se fazia uma fazenda que tinha êste nome. Os chales da India eram importante objecto de comércio para a Companhia das Índias e na segunda metade do século xviii estavam em moda na Inglaterra, donde passaram aos demais países. Dalgado relaciona, com dúvida, o persa ao sânscr. *chela*».

Por sua vez, Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, acima invocado, nota no seu *Glossário Luso-Asiático* (i, 252) que «os nossos indianistas antigos não conheceram o vocábulo».

A data mais antiga que pôde encontrar foi 1786, extraída de Júdice Biker, *Colecção de Tratados*, viii, 234: «Offereço a V. Ex.ª pelo honrado Naraena Rao Vital as peças seguintes: 2 *xales*, 2 mamudes, 1 peça de atala».

Mas em Pietro della Valle, *Viaggi*, iii, 182, de 1623, verificou já o termo *Scial*, da Pérsia, com a acepção atribuída hoje a chaile.

Também Thevenot, *Voyages*, iii, 110, de 1666; Bernier, *Voyages*, ii, 265, de 1668; Grose, *Voyage*, 183, de 1750; Raynal, *Histoire*, ii, 24, de 1770; Fra Paolino, *Viaggio*, 150, de 1786, deram conta do objecto e lhe registaram o nome.

Vejamos agora um pouco do que *lá fora* se passava com o uso do chaile, que possìvelmente ajudará a explicar o pro-

blema português; a moda, entre nós, foi sempre muito subsidiária do estrangeiro.

Em França, há uma gravura muito conhecida, representando «*Un bal sous Louis-Philippe*» (posterior a 1830) em que uma das damas aparece envolvida em magnífico chaile de larga franja, descendo, em bico, até meia perna. Era peça de vestuário que a êsse tempo andava ainda pela alta roda; conheço outra, de 1816, do jornal inglês de modas *The Repository*, apresentando também, em dama elegante, um rico chaile bordado e franjado.

E não aparecem muitos mais exemplos gráficos; pode acrescentar-se, talvez, a revista francesa de modas *La Mesangère*, que por 1800 incluía nas suas ilustrações a estampa colorida duma patinadora em Paris, vestindo chaile franjado, mas muito curto, dobrado a meio e não passando da cinta.

O chaile parece, na verdade, ter proveniência oriental; esclarecem satisfatòriamente a sua introdução e difusão na Europa dois artigos de Max von Boehn na grande obra *La Moda* (tradução espanhola de 1929); como a história do chaile nunca foi tentada, que nós saibamos, para Portugal, afigura-se-nos de utilidade reünir aqui êsses elementos, tanto mais que se trata de obras pouco vulgares na Província; ligados ao que, dos nossos dicionários, dissemos já, ficar-se-á compreendendo melhor o problema do chaile português.

Referindo-se à moda de 1802, nota Max von Boehn (vol. 5.º de *La moda*) que...

> «La aversión a ocultar las formas hizo que desapareciese por completo el uso de la capa y, en cambio, proporcionó una soberanìa despótica al chal de cachemir. Esta prenda tenía todas las perfecciones, pues era de una tela suave y caliente, con elegantes dibujos, de elevado precio, y sentaba admirablemente, por lo que, bajo diferentes formas, subsistió durante un siglo. Primero apareció en forma de chal largo (seis anas de largo por dos de ancho) en Londres, en 1786, costava de 100 a 200 táleres y tuvo tanta aceptación que se hicieron imitaciones de algodón para las classes menesterosas. El mismo Napoleón fué impotente contra el entusiasmo que por el chal sintieron las francesas. La importación del cachemir auténtico estaba castigada con severas penas, pero esto era naturalmente un incentivo más para que se llevase, y el emperador hubo de tolerar que la emperatriz Josefina poseyese de 300 a 400 chales de cachemir, cada uno de los cuales costaba de 15.000 a 20.000 francos, tolerancia que no fué óbice en más de una ocasión para que, llevado de la cólera, destrozase algunas de aquellas prendas con sus propias manos.
> También en el ajuar de la emperatriz María Luisa había

varios chales de 1.200 a 5.000 francos uno, y las damas de menor alcurnia podían proporcionarse chales al precio de 600 francos en la tienda que Corbin tenía en la calle de Richelieu. Los chales que costaban menos de cincuenta luises de oro eran menospreciados, al decir de la señora de Remusat, y las damas se jactaban del precio que habían pagado por los suyos. El favor que alcanzó esta prenda se debía, no sólo a que su posesión constituía un lujo en el que podían competir las damas con sus rivales, sino también a que el llevarla era un arte verdaderamente personal. El chal no se echaba sobre el cuerpo, como la capa, sino que la que lo llevaba se envolvía en él y podia, en la manera de manejarlo, revelar un estilo propio, demostrando su gracia, su elegancia y su gusto en la manera de desplegarlo y recogerlo. No se decía entonces: « Esa dama va bien vestida », sino: « Esa dama va bien envolta ». Hablando de la emperatriz Josefina dice la señora Remusat: « Se envuelve con una gracia que sólo en ella he observado ». Si alguna dama hubiese estado en duda acerca de si sabía ponerse el chal con la mayor elegancia, habría podido consultar con la señorita Gardel, artista que, además de exhibirse en los teatros de París con la danza del chal, daba lecciones de actitudes. En 1808 aparecieron en París las primeras capas de pieles para las señoras, pero el chal coexistió con ellas, y en 1812 se pusieron de moda, desde Viena, los chales turcos cuadrados, que valían de 2.000 a 3.000 florines ». *(Vol 5.º, págs. 143 a 145).*

No volume seguinte *(pág. 134)*, volta o autor a ocupar-se do chaile escrevendo:

« *El Chal.* Con el predominio de las grandes mangas no podían las damas usar la capa; por esto la moda, fuera de la « rotonda », que en Viena se denominaba « arrolladora », no conoció durante veinte años capa alguna y se complació en inventar abrigos y pelerinas de todas clases, imporcando el albornoz de Argel, la mantilla de Andalucía, el velo de paño de China, de Oriente, y dejando, sobre todo, que continuase imperando el chal de Cachemira, de cuya aparición nos ocupamos al tratar del período desde 1790 al 1817. Su precioso tejido, sus colores y dibujos hermosos, y sobre todo su elevado precio, le conservaron el favor de las damas hasta muy entrado el segundo imperio, de modo que con igual predilección lo usaron tres generaciones seguidas. En el ajuar de boda de la duquesa de Orleans se contaban doce chales de Cachemira, seis indios legítimos y seis franceses. Se calculaba entonces que el chal de Cachemira que llevaba en su ajuar de novia una francesa

de la clase media costaba, por término medio, 875 táleres. Victor Hugo quiso comprar a su esposa uno de estos chales con los primeros derechos de autor que cobró, y que importaban 700 francos; pero por esta cantidad no pude adquirir un chal legítimo, y hubo de contentarse con uno de los que fabricaba en Francia el barón Ternaux. La única cosa que Adela Schopenhauer encontró en Fulda digna de notarse fué que no se veía allí ningún chal legítimo, o al menos no supo verlo».

Outros historiadores do trajo em França se referiram também ao chaile na alta sociedade; A. Deblay *(Histoire Anecdotique du Costume en France,* pág. 107), resume da seguinte maneira o assunto:

... « les femmes de la cour de Napoléon n'auront d'autre ressource pour se garantir du froid que le *shall,* amplification des *fichus menteurs* et des écharpes de l'ancien régime. Le *shall* tenait une large place dans le costume des *Merveilleuses,* grâce à la variété d'effets que l'on pouvait obtenir par la façon de le draper; comme son nom l'indique, il était d'importation orientale et l'on raconte que son introduction fut un souvenir de l'expedition d'Egypte; en tout cas son succès fut considérable, et il n'est pas sans intérêt de remarquer que, sous le second Empire, il revint à la mode avec au moins autant d'intensité ».

E Miguel Zamacoïs *(Le Costume):* « N'oublions pas le *châle* en cachemire, d'un prix élevé, qui sera plus tard, dans les corbeilles de mariages, un signe d'aisance et de respectabilité sociale » (pág. 58).

Assim se terão passado as coisas também em Portugal; recordo-me perfeitamente de no princípio dêste século ouvir falar em Ilhavo e em Aveiro de chailes de seda que os capitães de navios traziam de suas viagens e que depois as famílias a quem eram oferecidos mostravam às visitas como objectos raros e de muito preço.

Recordo-me também das senhoras aparecerem em bailes envoltas em belíssimos chailes e com êles dançarem, o que produzia sempre encantador efeito. Dalguns ouvia dizer que tinham vindo da Índia, e de outros que eram comprados em Cadiz.

O chaile de merino prêto, de dobrar a meio, e com pequeníssima franja, era por êsse tempo objecto que as senhoras da sociedade não desprezavam e que não tinha baixado ainda às classes populares como actualmente.

Não vai isto além de 1900, época em que era corrente o uso do *mantéu,* visto que, ainda depois dessa data, inúmeras vezes presenciei eu o desfilar de baptizados pelas ruas de Ílhavo,

envergando a *ti' Rosa do Gil* (a comadre mais conceituada da vila) o *mantéu* rico de cabeção, de magnífica baeta preta, e levando na cabeça enorme chapéu de feltro ornamentado com fita de veludo em volta, redução já, no entanto, dos famosos chapéus de *meia moeda,* de travincas lançadas à çopa, a que nos referimos acima.

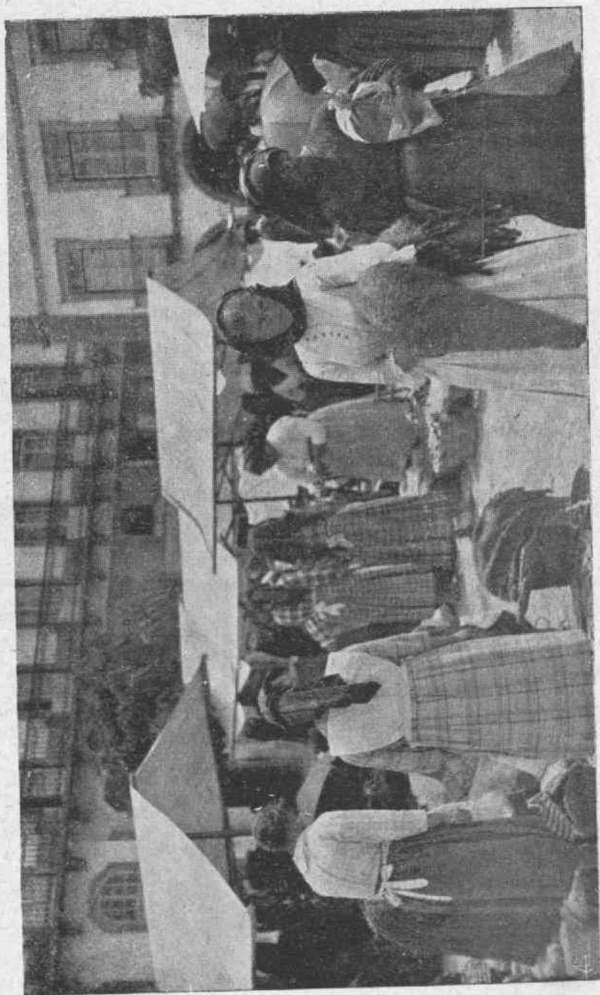


Fig. 84
MULHERES DO POVO NO MERCADO DE LEIRIA
Actualidade.

Assim compreendo, pois, a evolução do agasalho feminino popular; em muitos lugares da nossa Província ainda hoje o chaile não foi totalmente aceite; vimos já como a mulher se agasalha lançando pelas costas uma saia dobrada, à laia de mantéu; e freqùentemente anda *em corpo;* dum e outro caso

é flagrante exemplo a região de Leiria, que as nossas figs. 84 e 85 documentam.



Fig. 85
TRAJOS POPULARES DE LEIRIA
Actualidade.

De cêrca de 1900 é a nossa fig. 83, da região de Aveiro; e de 1908 será a figura 86, em que o chaile, muito modesto, aparece já pelos ombros duma aguadeira da cidade, descalça.
O desenvolvimento das indústrias de tecelagem no país baratearam e promoveram a difusão do chaile, como, aliás, tem

condicionado e descaracterizado todo o trajo, acabando com os particularismos regionais que as industrias caseiras alimentavam. Hoje, pouco importaremos, daquele artigo; só os chailes de grande luxo, para salão, e os de lã dos Pirinéus, de especial agasalho.

Completa-se agora, com as nossas figuras 87 a 89, de tricanas de Aveiro desde 1910 até à actualidade, a evolução — e a deformação também, pois vai-se tornando peça inútil na composição do vestuário — do chaile que não deixou de ser complemento altamente expressivo e valioso da indumentária feminina permitindo, como dizia Von Boehn, *un arte verdaderamente personal* à mulher, que *podia, en la manera de manejarlo, revelar un estilo propio, demostrando su gracia, su elegancia y su gusto en la manera de desplegarlo y recogerlo.*

Reside justamente aí, também, o grande segrêdo e o maior encanto da tricana de Aveiro, como, com grande intuição estética, mais duma vez tem sido afirmado.

Ao chaile da tricana de Aveiro se referiu em 1919 o escritor local Renato Melo Franco, na *Ilustração Portuguesa* de 5 de Maio; estavam então em moda as grandes franjas (figs. 87 e 88); dêsse artigo se extratam os períodos seguintes, como depoimento fidedigno:



Fig. 86
AGUADEIRA DE AVEIRO
cêrca de 1908

... « O aceio de que se revestem, e que por vezes vai até ao exagêro, rescende frescura inebriante. É certo que o seu trajo não ostenta o carácter primitivo doutros tempos. O francesismo dominador invadiu tudo, alterando em sucessivas mudanças a originalidade das regiões. A mantilha de pano prêto, tão graciosa, que lhe envolvia o busto gentil, debruada de larga fita de veludo, abas amplas, rematando no alto das costas com um feixe de fitas também de veludo, foi geralmente

abandonada, para ser substituída pelo vulgar chaile de merino, de longas franjas de seda entrançada.

....

Contudo, não há mulher alguma por êsse país que possua a arte, como ela, de lançar um chaile sôbre os ombros ou ostente com a sua graça um lenço de seda na cabeça. Qual! A nenhuma outra pertence êsse privilégio. É só dela, é de sua natureza.

Depois, ninguém há que a exceda no apuro do calçado. Como ela segura a chinelinha de verniz na ponta dos dedos, a deixar ver todo o pé na meia branca muito repuxada! »



Fig. 87
TRICANA DE AVEIRO, DE CHAILE E CHINELA — 1910 a 1915
Duma aguarela de ALBERTO SOUSA, *pertencente ao Museu de Aveiro*

Um ponto de referência valioso para se datar o uso do chaile em Aveiro encontra-se num folhetim do Dr. TOMAZ DE CARVALHO, no *Campeão do Vouga* de 31 de Outubro de 1852; estava então em Aveiro um circo eqüestre, e a cidade despovoara-se, em determinado domingo, para assistir ao espectáculo; o folhetim intitula-se, mesmo, *Aveiro no circo.* TOMAZ DE CARVALHO faz o elogio rasgado da tricana, *já então assim chamada,* « com a sua saia de pano azul finíssimo, com a sua capa gentil e graciosa, como lenço de seda lavrado », e anota: « Senhoras e tricanas deram-se

rendez-vous no circo eqüestre. Era aí que o famoso *lustre* devia atraír a aristocracia burguesa e popular de Aveiro. *Em cima o chapeu* Levaillant, *em baixo o lenço de seda airosamente lançado em volta do colo gracioso; nos camarotes o chaile de cachemira, no anfiteatro a capa tricanesca.* Nas janelas o sapato de verniz, ou botinas de setim, no terreiro a sapata gentil e apertada, podendo conter apenas a extremidade de um pé o mais chinêsmente formoso».

Em 1852, portanto, era o chaile o grande luxo da sociedade elegante; as tricanas usavam a mantilha, a que TOMAZ DE CARVALHO dá o nome de capa (em 1842, LICHNOWSKY, como vimos no princípio dêstes apontamentos, encontrara as aguadeiras de Aveiro embrulhadas em capotes).



Fig. 88
TRICANA DE AVEIRO, DE CHAILE
calçando já sapato
(Trajo de gala — 1918 a 1935)
Duma aguarela de ALBERTO SOUSA,
pertencente ao Museu de Aveiro

Em 1884, no 3.º número da revista *Archivo Photographico,* JOAQUIM DE MELO FREITAS, comentando duas fotografias de *tipos populares* femininos de Cambra e de Arouca, fornece-nos outro ponto de referência para a difusão do chaile; Arouca não faz parte da Província da Beira-Litoral, mas limita-a, a Nordeste, e interessa igualmente a êste esbôço notar o que por lá se passava em matéria de trajo; Cambra, ficava-lhe a Sul, e é hoje o Concelho de Vale de Cambra, incluído na área provincial.

...«As mulheres usam chapelinhos redondos de S. João da Madeira debruados a veludilho, às vezes um *casibeque* de pano escuro, casimira ou saragoça, orlado de fitas. Quando de chita dão-lhe o nome de *chambres* ou *blusas* e por baixo trazem *coletes* de linho apertados com atacador. Segue-se depois a *saia*, que é de fazenda, chita ou serguilha (tecido composto de linho e lã). Um lenço prende-lhes os cabelos ou os deixa soltos ao desdem. Na falta de casibeque usam um outro lenço farfalhudo de pontas cruzadas sôbre o peito com gentileza extravagante, ao passo que nos pés trazem umas *chinelas* recortadas e ligeiras de que teem ufania, se não andam descalças, o que em certos casos tentadores é de-veras mais bonito.



Fig. 89
TRICANA DE AVEIRO
Trajo de passeio. Actualidade.
Duma aguarela de Alberto Sousa, *pertencente ao Museu de Aveiro*

Em poucas freguesias algumas raparigas trajam *capoteiras,* que simulam mantilhas, e *capas* que descem até ao artelho.

Vai-se vulgarizando o *chale* e para uso mais ordinário servem-se do *mandil,* um bocado de pano de lã, tecido grosseiro que lhes cobre as costas, e cujas pontas se repartem, uma trilhada debaixo do braço e a outra por cima do ombro.

Antigamente usavam chapéus largos de muitos feitios, com borlas, cordões, maçanetas; os casacos eram muito curtos e tinham atrás no pano do meio uma pequena aba. Mal chegavam à cinta; eram designados com o nome de *roupinhas* ou *jaqué* conforme a fazenda era boa ou

ordinária. As roupinhas eram quási sempre de pano azul e guarnecidas de botões na frente. Por baixo usavam o colete de lã e algodão (cotim) muito decotado com *riscados* de seda e veludo prêto.

Nas freguesias de Arões, e Junqueira, e nos lugares de Cepelos e Roge as *camisas* são bordadas no peito, e de grandes folhos no pescoço».

Interessa destacar êste termo *mandil* aplicado a cobertura de costas, espécie de chaile; como «pano grosseiro, de anediar as bestas depois de escovadas» e como «pano ordinário de aventais de cosinheiros, de roupa de lacaios em corpo, sem capa», o cataloga o *Dicionário* de MORAIS (além doutras acepções que não teem cabimento aqui), abonando-se com ANTÓNIO PEREIRA RÊGO, *Instrução de Cavalaria e Súmula de Alveitaria,* e com JERÓNIMO CÔRTE-REAL, *Naufrágio de Sepúlveda.*

Por nossa vez, podemos acrescentar, històricamente, o passo da *Miscelânea*, de MIGUEL LEITÃO DE ANDRADE, referido a Fêz, onde se lê «Mandil, que he pano», (pág. 177 da 2.ª ed.); e, pelo que respeita à Beira-Litoral, encontrámos em Arrancada do Vouga a lembrança viva de *saias de mandil,* que as mulheres vestiam sôbre o saiote e a saia branca, não há muitos anos ainda; ali se define *mandil* como tecido prêto, de lã, para vestuário feminino exterior, menos grosso que o burel. Era de fabricô local.

Ao *mandil* se refere TEÓFILO BRAGA (op. cit., I, 361) supondo-o trajo que tivesse desaparecido e notando que se mantinha na Córsega, onde, segundo GREGOROVIUS, era aborígene, «porque nos próprios usos etruscos se vêem mulheres com êles»; consistia num «pedaço de pano de côr que lhes cobre os rostos, que se põe liso no alto da cabeça e é enrolado em volta do picho, de modo que se lhe não vê os cabelos».

TEÓFILO BRAGA, a meu ver sem fundamento plausível, identifica o *mandil* com o *rebuço* do Algarve e com «o *lenço* de côres vivas amarrado na cabeça deixando o rosto a descoberto», do Norte de Portugal, e tira daí conclusões sôbre um fundo étnico comum que explicaria, a-par-da influência da encorporação romana, a unidade da civilização ocidental.

O *mandil* é mais um caso do vocábulo que primitivamente designava o tecido transitar para o artefacto.

Outra cobertura de costas, da nossa Província, no género de chaile ligeiro, muito mais estreito, era o *lambel,* de que em Tôrre de Bera pude ver um bom exemplar branco, entretecido de fios côr de rosa e azuis.

Usavam-no ali para ir à missa.

Também em Lisboa as elegantes do *Passeio Público* se envolviam em *chailes de Tonquim* e em manteletes *(Ruas de Lisboa,* por J. J. GOMES DE BRITO, I, 247).

Na nossa Província, quando o chaile começou a popularizar-se, as senhoras abandonaram-no e passaram a usar capas, como era moda já antes de 1900.

Hoje em dia — a nossa fig. 89 o documenta — o chaile da tricana de Aveiro não é mais do que uma recordação, reduzido como foi a proporções que diríamos... meramente simbólicas.

Evolucionou diversamente de Coimbra, onde o grande luxo é o chamado chaile de 8 pontas — grande rectângulo de merino ou de pano adamascado que se dobra primeiro ao meio e depois em diagonal, resultando daí, efectivamente, oito ângulos; manda o preceito que as duas pontas exteriores sejam mais curtas que as de baixo, a-fim-de em breve relance de olhos se verificar que se trata dum chaile de oito pontas... São peças de elevado custo, a que nem tôda a mulher pode chegar; não se tiram por menos de 400 escudos, e daí para cima, até 600.

Explicado sucintamente, e compreendido, ao que parece, o problema do chaile na Beira-Litoral, que, no entanto, merecia e bem justificava um estudo monográfico que pusesse em relêvo o seu acentuado valor na composição estética do vestuário feminino — notado por Max von Boehn e por Debiay dum modo geral, e reclamado para a tricana de Aveiro pelos escritores locais Renato Franco e Alberto Souto — pouco mais nos deteremos já nesta primeira tentativa de agrupamento e esbôço do panorama do trajo popular na Beira-Litoral, *através apenas de alguns aspectos seus* que ainda nos foi possível surpreender e coleccionar, como por mais duma vez temos declarado, espontâneamente reduzindo a essas despretenciosas proporções o âmbito e o valor do presente trabalho.

Nem sempre era fácil, também, desenvolvê-lo muito mais, por falta de elementos de informação como se requeriam; assim, da Figueira da Foz, por exemplo, onde, a-pesar-do seu cortejo folclórico de 1938 e da nossa observação directa, mal pudemos registar alguns vélhos aspectos de indumentária local, reproduzindo, ainda assim, uma litografia anterior a 1875, debalde procurámos depoïmentos publicados de que nos socorrêssemos; deparou-se-nos ùnicamente o que Santos Rocha registou com os seus *Materiais para a História da Figueira nos Séculos XVII e XVIII*, pouco pormenorizado, aliás, como se vai ver, pois se pusermos de parte os trajos senhoris, que neste momento nos não ocupam, apenas aproveitamos daquele eminente arqueólogo a notícia de que os homens menos abastados usavam no século dezoito «véstia ou jaqueta azul ou preta, às vezes de veludo, colete de pano igual ou de baetão, linho ou chita, camisote de linho e capote azul ou prêto», não se encontrando notícia de gabão; e que as mulheres da mesma época, e de igual condição social, «trajavam no verão a saia de *serafina, melania* ou *durante* prêto, azul, côr de canela, etc., e roupinhas de chita ou de *pri-*

mavera verde; no inverno a saia de baeta, castor ou *camelão* de riscas, verde, encarnado, de tôdas as côres do arco íris, e roupinhas de baetão. Por cima capa ou capote branco de pano de linho, ou de outro pano alvadio, amarelo, côr de rosa ou encarnado.

Na cabeça, a mantilha de baeta preta ou *frisada.* Em jóias, o fio de contas ou cordão com um Cristo, brincos e *cadeados* e botões, tudo de ouro» (pág. 236, op. cit.).

É lícito preguntar se isto constituiria o trajo verdadeiramente popular ou se, como parece mais provável, o da classe burguesa. Os bibliógrafos locais consultados nada mais puderam acrescentar.

Como esta, outras dificuldades surgiram, algumas das quais insuperáveis até.

Concluamos ràpidamente, portanto; outros mais afortunados, com melhor informação virão a completar os nossos breves apontamentos de agora.

Do vestuário popular feminino, sempre mais complicado que o do homem, é ainda parte integrante, e muito expressiva, por sinal, o *lenço da cabeça.*

Consiste fundamentalmente num quadrado de tecido que se dobra em diagonal e se lança pela cabeça; tal como para o chaile, a maneira de *pôr o lenço* é variadíssima e permite obter efeitos pessoais de graciosidade e de verdadeira composição estética; são quatro palmos de chita, lã, ou seda; e no entanto, é extraordinário o partido que a serrana, a camponesa ou a peixeira, a própria mulher da cidade, conseguem tirar de tão prestimoso e singelo atavio.

As nossas figuras documentam largamente o que possa haver de fantasia, de gôsto pessoal, e até de utilitarismo na maneira de pôr o lenço por tôda a Beira-Litoral; vêmo-lo *lançado sôlto sôbre a cabeça* (figs. 4, 53, 73, 76); *caído para trás,* prêso apenas pelo chapéu (figs. 1, 16, 24, 31, 35, 47, 49, 50, 55, 56, 60, 74, 77, 78, 90); *forrando a aba do antigo chapéu,* pela parte inferior (figs. inicial, 9, 23); *de pontas entaladas na aba do chapéu* (figs. 3, 4, 29, 68); *dando nó singelo, à frente* (figs. inicial, 16 a 19, 43, 46, 57, 61, 62, 70, 71, 75); *atado ao alto da cabeça* (fig. 7); *atado atrás,* na nuca (figs. 3, 27, 31, 34, 69); *atado ao lado* (figs. 30, 69, 82); *lenço à padeirinha,* que na cidade de Coimbra chamam agora à espanhola (fig. 81); *de pontas cruzadas atrás e voltando à frente* (fig. 56); *de pontas cruzadas, sem nó, entaladas no capote* (fig. 59); lenço *soqueixado* (figs. 6, 20, 21, 28, 32, 66); por fim, *cruzado no peito,* a agasalhar, como vimos, quando estava em moda o colete exterior (figs. 21, 27, 35).

Em algumas dessas estampas podem-se observar cumulativamente, e comparar, modos diversos de *pôr o lenço* (figs. 3, 4, 16, 25, 63, 76 e 80).

Complemento do lenço, por tôda a nossa Província, era o grande chapéu de travincas à copa; evolucionou diversamente no final do século passado, resultando daí uma variedade notável de chapéus que a mulher ainda hoje usa, sem que possamos explicá-los todos; no Museu de Ílhavo temos procurado reunir um exemplar de cada, para futuro estudo.

A peixeira de Aveiro, a camponesa ao sul da Mealhada, a sardinheira de Ançã, a lavradora de Montemor-o-Vélho, as da Abrunheira e de Tentugal, usam ainda um chapéu bastante largo, de feltro prêto e fitas de veludo, exemplificado nas nossas figs. 24, 38, 56 e 67; já a peixeira de Ílhavo, ao lado e em contacto directo com a de Aveiro, usa o chapéu de abas perfeitamente encostadas à copa, alta, e assim a gafanhoa, a mulher de Rocas, a de Cacia, a de Eixo, a de Vagos e de Mira, a gandaresa da orla até Leiria (figs. 3, 7, 25, 27, 29, 30, 34, 49, 50, 60, 69, 78, e 90). Como explicar o fenómeno?

A galinheira da Murtosa, a peixeira daí e de Estarreja, adoptaram outro tipo de chapéu, de copa muito baixa e um pouco de aba quási plana (figs. 72 e 74); em Ovar usam êsse e o de Ílhavo, talvez mais êste último; na Bairrada a mulher usa muito o chapéu de homem enterrado pela cabeça; assim vindima, assim carrega a canastra, assim vai à fonte.

Problema apenas enunciado, o chapéu feminino da Beira-Litoral merece cuidada monografia que o explique històricamente e o interprete em face da Estética do vestuário, de que constitue uma peça altamente expressiva.

Outro complemento muito vulgarizado, quási indispensável até, do vestuário feminino, pelas suas qualidades utilitárias, é o avental, destinado a proteger a parte anterior da saia; encontramo-lo em tôda a Província, em tôdas as profissões, e até como simples adôrno, bordado e rendado, reduzido a proporções minúsculas como são os das nossas figuras 2 e 81. Esquemàticamente é um rectângulo de chita, de riscado (fig. 90), de serguilha, e também de cambraia e de seda, pendente da cinta, franzido em cima na junção ao cós ou cabeção, e alargando para baixo; cinge-se ordinàriamente por duas fitas à cinta dando laço atrás, mas não falta quem use uma fita só que dá volta à cinta e vem abotoar ao próprio avental, do lado oposto àquele donde partiu.

Por vezes tem alças que vão aos ombros e se cruzam nas costas; outras vezes tem peito e protege igualmente a blusa.

É peça de vestuário com muitos séculos de existência [1]; como todo o trajo, tem evolucionado também, sujeito à influência

---

[1] Na colecção *Ruas de Lisboa*, de 1809-1819, há uma gravura de vendedeira de fruta com avental, perfeitamente igual ao que usam, hoje ainda, no trabalho, as nossas camponesas. Aparece em figuras de presépio, do século XVIII; e vê-se numa figura dum baixo-relêvo da Sé de Évora, de 1562.

das modas (fig. 1 a 4, 7, 24, 27, 29, 56, 60, 72, 73, 75, 78, 81, 82, 90); e a propósito se dá aqui registo ao que, a seu respeito, pessoalmente observámos não há muitos anos, que ajuda a compreender a interpenetração constantemente operada em matéria de modas, dificultando em extremo identificação, fixação de datas e de proveniências.

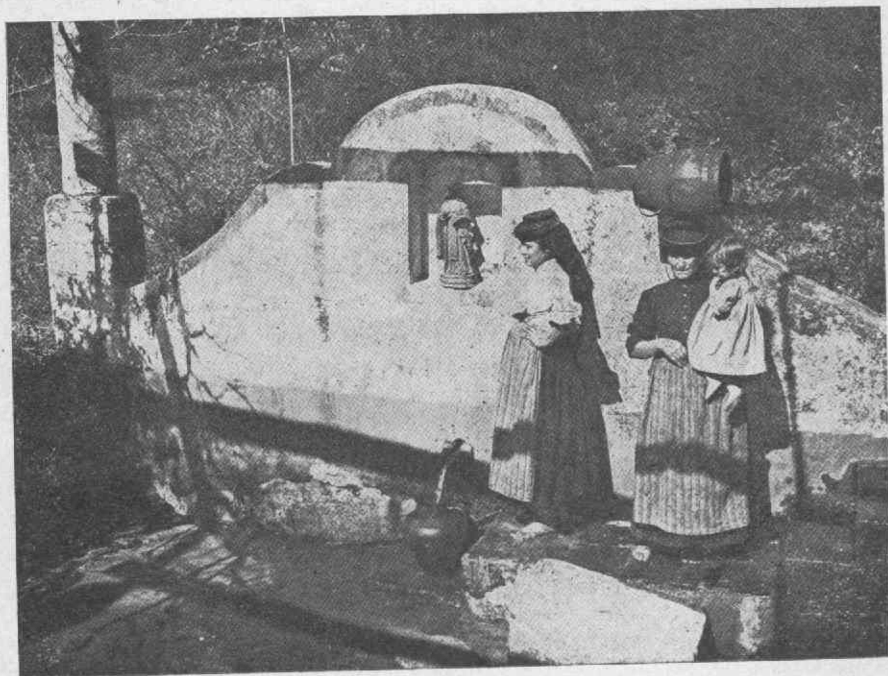


Fig. 90
MULHERES DE EIXO
na fonte da Quinta de S. Francisco.

Haverá uns quinze anos apareceram na Figueira da Foz, a passar Agôsto, umas familias espanholas, como é usual; naquele ano porém, como trouxessem crianças, vieram com elas as respectivas criadas; traziam estas uns aventais a que pouco faltava para serem verdadeiros vestidos; tinham peito e costas, e quási cobriam a saia em tôda a roda; na realidade, eram práticos e davam comodidade; logo notados pelos veraneantes do mês, de tal modo foram copiados que daí a pouco não havia criada na cidade que os não tivesse também, e de então para cá tornaram-se de uso corrente por tôda a parte.

Não haverá 30 anos ainda, talvez, que era vulgar encontrarem-se pelas aldeias mulheres a caminho da fonte fazendo meia; em casa, fazer meia era o serão obrigatório das criadas, quando não fiavam; as pastoras, enquanto guardavam o gado, as pescadeiras, sentadas na areia à espera das redes, tôdas faziam meia, conseguindo por vezes, à custa de relêvos e de abertos, fazer decoração interessantíssima em tão singelo artefacto.

Até nisso se revelava o primor do acabamento que a mulher portuguesa põe sempre em tudo o que por suas mãos é tocado, transfigurando, pela arte e pelo carinho com que trabalha, humildes farrapos em artefactos que são o enlêvo dos olhos; uns pontos cruzados, uns franzidos, umas pregas, fitas, vidrilhos, uma rendinha, isto junto a policromia adequada, é quanto basta para fazer do trajo feminino um verdadeiro poema de delicadeza e de graça.

Dessas meias, que a mulher outrora fazia em casa, já dificilmente se encontrará algum par; o fabrico mecânico avassalou tudo, e por tôda a parte se compram hoje, feitas já.

Nos arredores de Leiria (Vieira, Monte-Real, Rigueira de Pontes, etc., pela Gândara até à Guia) está muito em uso uma espécie de meias de lã sem pés, que as mulheres enfiam nas pernas, quer de verão, quer de inverno; conhecem-se pelo nome de *canos* e tenho-as encontrado nas três côres naturais: brancas, côr de castanha, e pretas. São trabalho caseiro.

Na Lousã e imediações a mulher protege-se dos tojos com uma espécie de polainas de lã, parecidas com os *canos* da Gândara de Leiria.

É freqüente, num lugar e noutro, resguardarem as pernas, mas andarem descalças.

Sem calçado nos aparece habitualmente a mulher de trabalho da Beira-Litoral; as nossas figs. inicial, 9, 13, 16 a 21, 25, 27, 29, 33, 38, 45, 47, 55, 59, 61, 72 a 78, 81, 83, 86, assim a representam.

Do modo como ela calça é mais escassa a documentação datada que permita estabelecer cronologia. Todo o litoral da Província usou, e usa ainda, a chinela que as nossas figs. 1 a 7, 23, 24, 26, 28, 32, 53, 56, 64, 65, 67, 68, 70, 82, 87, documentam; desde a mais modesta, para uso diário, até à graciosa chinelinha dos domingos, das tricanas de Aveiro e de Coimbra, pespontada e decorada com abertos, forrada a pelica branca, e inscrita há muito, como vimos, nos registos da literatura regional; Ovar, Estarreja, Murtosa, Ílhavo, Mira, Ançã, Figueira da Foz, etc., não a abandonaram ainda; no trabalho caseiro, quando não anda descalça, a mulher da Província calça chinelo de trança ou de pano, com sola de cabedal ou de corda, ùltimamente de borracha.

De inverno, é de rigor, ainda, o tamanco de bezerro, ou mesmo de verniz, com sua luzente biqueira de latão, e sola de madeira de larangeira, acácia ou nogueira.

Para a zona de Leiria é muito vulgar um sapato grosseiro de carneira, com meio salto, e presilha de abotoar ao lado; vê-se da côr do cabedal e em prêto (fig. 60).

Mas o sapato citadino, de salto alto, vai invadindo o país inteiro e desterrando as formas rústicas, mais tradicionais. Já antigamente se usou sapato (figs. 57, 58), mas sem a pretensão de se confundir com o da senhora, como os das figs. 88 e 89.

Acessórios do trajo são, ainda, os *ouros* que a mulher exibe com maior ou menor profusão, e a que sempre foi particularmente afeiçoada; também neste sector, como em tantos outros do povo português, o Vouga é a linha divisória de gostos e tendências: *a linha onde tudo muda — costumes, tradições, festas,* como dizia RAÚL BRANDÃO (*Vale de Josafat*, pág. 275), e que JAIME DE MAGALHÃES LIMA explicava localizando na Murtosa e em Ílhavo, respectivamente, os dois pontos de fixação duma corrente migratória nórdica e doutra mediterrânica: «dois e só dois caudais de sangue de diferente côr e diversa substância, alimentam e animam essas multidões: tem um a veia mãi em Ílhavo, e outro na Murtosa» *(Os povos do baixo-Vouga)*.



Fig. 91
MURTOSEIRA
RICAMENTE OURADA,
trajando de luto.
Fotografia do 3.º quartel do século XIX.

Para o norte do Vouga a mulher carrega-se muito mais de cordões, grilhões de grandes elos, cruzes de Malta que por vezes assumem proporções descomunais, estrêlas, corações renvezes assumem proporções descomunais, estrêlas, corações rendados, filigranas; veja-se a nossa figura 91, fotografia duma murtoseira do 3.º quartel do século passado, que a-pesar-de trajar de luto (jaqueta de seda preta, saia de fazenda da mesma côr, com barra de setim, e faixa de merino de lã, também preta), exibe enormes arrecadas, colar de grossas contas, grande coração, e uma avantajada cruz de Malta que ainda hoje existe em

poder dum lavrador da freguesia do Bunheiro e pesa aproximadamente meio quilo!

No cortejo folclórico de Aveiro, de 1939, pude ver mais do que um dêsses *paramentos ricos*, impressionantes pelo tamanho, sem faltarem à delicadeza da execução; estamos, ainda assim, muito distantes da carga alegremente suportada pelas famosas *ouradas* de Entre-Douro e Minho (Santa Marta, Areosa, Perre, Afife, Carreço, etc.), luxo supremo que mal se compreende, tão vizinho anda do autêntico mau gôsto...

Para o Sul do Vouga essa decoração é mais parcimoniosa, conquanto, no século passado, a mulher de Ilhavo usasse bastante ouro (figs. 16, 35, 71), bem como a dos arredores de Leiria; nem as nossas gravuras nem a observação directa registam, cá para o Sul, os exageros do Norte, com raízes que topejam declaradamente pelos tempos prehistóricos; não se abandonou o cordão ou fio de ouro, é certo (fig. 69), porque o primeiro dinheiro ganho pela rapariga que vai servir, ou pela lavradora que inicia criação de gado é *para um cordão*, e tôda a mulher quer ter o *seu ouro*, mas não se vêem os enormes mostruários que a murtoseira ou a ovarina, por exemplo, se comprazem em apresentar sôbre as blusas em domingo ou dia de festa grada. Um crucifixo discreto, a que modernamente se acrescenta a medalha esmaltada a côres com Nossa Senhora da Conceição, é o que mais se encontra ao Sul do Vouga (fig. 56), até o extremo da Beira-Litoral; quando as posses são um pouco maiores, a mulher compra a *libra rendada* ou a *medalha estrelada* a parecer moeda antiga, quando não é mesmo um dobrão autêntico de D. João V ou de D. José.

Em tôda a Província, no entanto, não se dispensa o ouro nas orelhas, sejam brincos ligeiros, como hoje se usam, sejam arrecadas pesadas, dos séculos passados, argolas com sua conta de coral como na cidade de Coimbra, outras de secção quadrada como no Campo, brincos à Raínha, brincos à camponesa, brincos de laço e contas, brincos de campaínha, de fusos ou de cabacinhos (de remota ascendência), etc.

Para a mulher do povo, tudo isto é mais do que o seu luxo de ocasião: dir-se-ia parte integrante do seu corpo.

Se está de luto, envolve os brincos em pano prêto; mas não os tira; nalgumas localidades, veste de luto o próprio crucifixo!

Figas de ouro, de prata, de coral, de azeviche, de variadíssimas outras substâncias, cornichos retorcidos, amuletos diversos: porquinhos, o numero treze, fôlhas de trevo, aros para retratos, aparceiram em eclética e amável companhia com os símbolos do catolicismo, tradicionais e respeitados: produto da moda lançada pelos industriais de ourivesaria, mas obediência também ao fundo de superstição que vive sempre latente no povo português.

Daqueles amuletos, possuo um exemplar curioso pela asso-

ciação disparatada que apresenta, e pelo simbolismo que traduz, verdadeira síntese da mentalidade popular: é constituído por um *sino-saimão*, sôbre o qual assenta um *coração atravessado por duas setas* que se cruzam; à esquerda das setas, uma *chave*; à direita, um *crescente* e uma *figa*; encaixando no cruzamento superior das setas, *Nossa Senhora da Conceição*, coroada, pousando sôbre o *globo* e outro *crescente*; é de prata, antigo, e foi recolhido em São Martinho do Bispo.

Por tôda a Província predominou outrora o colar de contas de ouro (figs. 23, 26, 32, 33, 55, 58, 77, 91); hoje quási se não vê.

Já acima nos referimos também às arrecadas de aljôfres (fig. 79) da Beira-mar, em especial de Ílhavo, joia delicadíssima que os Museus àvidamente recolhem, e várias vezes falámos, igualmente, de botões de ouro e de prata, de vário tamanho, com que a mulher do povo apertava o colete. Eram joias, embora populares, cheias de carácter; hoje em dia, a uniformidade é muito maior; e a criada de servir, a camponesa, a peixeira, compram do mais moderno, sem preocupações de continuar tradição, como antigamente; resulta daí usarem, muitas vezes, brincos e fios que, pela sua delicadeza, não lhe ficam bem nem condizem com o exercício das profissões grosseiras a que as suas portadoras se entregam.

Antigamente o povo tinha outra consciência da sua posição na escala social; era também cioso dela, mas respeitava hierarquias; não usava nem se atrevia ao que lhe *não ficava bem*; ao que *não era próprio dêle*. Hoje pensa diversamente; o nivelamento tem-lhe sido de tal forma apregoado e oferecido, que o vai dominando a preocupação de escalar a posição imediata; então, aproxima-se quanto pode, no vestuário, da classe superior, para se igualar a ela e com ela aparentemente se confundir.

Não é aqui o lugar de considerar se isto é um bem ou um mal; mas à Etnografia compete tudo registar: não só práticas; tendências também.

CONCLUSÃO — *Alguns aspectos do trajo popular na Beira-Litoral* desfilaram e ficaram, ao mesmo tempo, arquivados nas páginas precedentes; alguns, trazidos a livro pela primeira vez; outros, respigados de esquecidas publicações, nem sempre fáceis de encontrar; todos se reüniram agora para facilidade de consulta e de futuro comentário; 91 gravuras suprem as insuficiências do texto (que são sempre forçosamente grandes em descritivos e apreciações de indumentária) e mostram, melhor que nenhumas palavras, como o homem e a mulher desta vasta e variada região geográfica se teem vestido durante alguns séculos: adaptação do trajo ao Meio natural, e adaptação da moda emanada das classes superiores à sua especial condição social; quer dizer: problema de Geografia Humana, problema de Estética, problema de Economia também.

Deixado o interêsse histórico e etnográfico puramente local, que fica algum tanto satisfeito, a-pesar-dêste documentário estar longe de ser, ou de pretender ser, exaustivo, interessaria relacionar o trajo da Beira-Litoral com os restantes que no País se verificam, ou èm passado conhecido existiram. Só dessa forma se poderiam extrair algumas conclusões de ordem geral. Um trabalho dêsses, porém, implica a organização prévia de recenseamentos como o presente, quando melhores não possam ser, para as restantes Províncias; sem êles, será inconsistente quanto se pretenda estabelecer como conclusão, sujeita sempre a ser contrariada pelo resultado duma inventariação ampla.

Mas essas monografias provinciais não estão ainda feitas; se alguma sugestão, portanto, se consente a quem sentiu e viveu o problema para esta Província da Beira-Litoral, e laboriosamente procurou esclarecê-lo, nós lembraríamos a conveniência de, sem mais demora, pois muito se vai perdendo diàriamente, se recensear o trajo popular de cada Província, nos seus aspectos histórico e contemporâneo.

Traçar-se-ia depois, em face da distribuïção geográfica das peças mais representativas do vestuário, a carta indumental portuguesa, não esboçada ainda, sequer.

Conseqüência da diversidade geográfica — terras altas, terras de planície, terras de litoral de Ria e Mar — o trajo da Província da Beira-Litoral não se apresenta homogéneo; também não coïncide com a divisão provincial, e dificilmente algum trajo coïncidirá com uma grande zona administrativa, por menos artificial que ela seja. Nas subdivisões regionais é que se poderá encontrar um ou outro pormenor de indumentária correspondendo à mancha geográfica; a carta indumental que vier a tentar-se, deverá marcar, portanto, a distribuïção das peças componentes que interessar registar, de preferência a pretender localizar um trajo completo, que é presentemente unidade muito rara na Etnografia portuguesa, e impossivel de descobrir nesta Província.

O significado do trajo da Beira-Litoral, a sua estética, considerando-o como construção artística que também, e grandemente, êle é, as suas condições psíquicas, são temas complementares do presente esbôço, altamente tentadores; mas o seu estudo exige tempo, absorve actividades, e obriga a dispêndios incomportáveis para quem trabalha à margem da intriga oficial, ignorado das altas esferas distribuïdoras, vivendo humildemente o seu sonho interior, usufruindo apenas o claustro místico das ilusões que pela vida fora conheceu e amou.

O problema do trajo popular merece e exige a cooperação oficial

A. G. DA ROCHA MADAHIL

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

ÉMILE SCHAUB-KOCH. — *Faria de Castro et ses dessins;* éditions ARS, 1941; 8 págs.; ilustr. fora do texto.

É sempre altamente consolador ao espírito de quem acompanha o movimento cultural do seu país, com patriótico e impessoal interêsse, encontrar casos de projecção do trabalho nacional nos meios estrangeiros. E quando êsse trabalho logrou impressionar mentalidades como a do autor da notícia crítica acima registada, que excedem em muito o nível do simples homem culto de nossos dias, podemos ter a certeza de estar em presença dum caso que merece atenção, e o interêsse da referência aumenta, como é evidente.

ÉMILE SCHAUB-KOCH é um dos mais eminentes críticos de Arte da Europa contemporânea; a sua produção bibliográfica, como tivemos ocasião de notar quando, não há muito ainda, transpusemos para português o primoroso estudo crítico que dedicou à obra do poeta católico de Cuba, Armand Godoy, é assombrosa, tendo abordado os mais transcendentes problemas de Estética e de História de Arte. O prof. SCHAUB-KOCH é um pensador, e os seus pontos de vista virão a codificar-se num corpo de doutrina estética interessantíssima, pois não lhe falta base científica nem a observação directa das melhores colecções de Arte, públicas ou particulares, aliado, tudo, a um admirável e invulgar senso crítico.

Foi êste eminente homem de Ciência que o prof. FARIA DE CASTRO teve a boa sorte de conhecer num dos seus estágios no Estrangeiro. SCHAUB-KOCH é grande amigo de Portugal, cuja Arte e História muito o interessam; publicou já algumas impressões sôbre *a arte portuguesa do século XV e o retábulo dos Navegadores,* e sôbre as esculturas do nosso grande estatuário Teixeira Lopes; colabora também assiduamente na revista do Instituto de Coimbra, de que é membro honorário.

Acolheu com simpatia os desenhos do nosso compatriota, neles descobrindo a centelha prometedora das grandes realizações; conhecedor do esfôrço que o Prof. FARIA DE CASTRO tem pôsto ao serviço da renovação do ensino do Desenho entre nós, presta-lhe calorosa homenagem que o valor da sua obra de crítico eminente, e a responsabilidade do seu nome, de prestígio mundial, mais valorizam e realçam.

Sinceramente nos congratulamos pela distinção que o grande Mestre suiço acaba de conferir ao nosso ilustre compatriota.

R. M.

Reverendo M. FERNANDES DOS SANTOS. — *A minha terra: breves apontamentos sôbre Romariz;* Pôrto, 1940; 388 págs. + XXXVII de música regional.

«Situada no extremo Nordeste do concelho e comarca da Feira, a freguesia de Romariz confina: do Norte com as freguesias de Guizande, Louredo e Vale; do Nascente com as de S. Miguel do Mato, Fermedo e Escariz, tôdas três do concelho de Arouca; do Sul com as de Fajões e Cesar, de Oliveira de Azemeis, e com a de Milheirós de Poiares; e do Poente com a de Pigeiros».

A êsse risonho e desde sempre apetecido retalho da boa *terra da Feira,* povoado já nos tempos prehistóricos, dedicou o Rev.º FERNANDES DOS SANTOS

o estudo aqui registado, valioso repositório de notícias de elevado interêsse, amorosamente pensado e cuidadamente escrito.

Alinha, sem favor, entre o que de melhor se tem publicado do nosso distrito; e se os capítulos relativos à Prehistória, e à História também, tivessem recebido mais amplo desenvolvimento, dificilmente outra monografia regional levaria a primasia a êste notável trabalho sôbre a antiga *villa romarici*; propositadamente o seu ilustre autor evitou profundar essas épocas, com a preocupação maior, compreensível, de dar o aspecto vivo, actual, da terra que lhe foi bêrço.

Não nos cumpre discutir o critério; registamo-lo apenas, agradecendo os magníficos elementos folclóricos que êle generosamente nos proporciona.

A arrumação monográfica fêz-se desta forma: *geografia*, em 1.º lugar; *história*, a seguir; depois, *demografia; geologia; religião; folclore e etnografia; vária*. Em apenso, a notação musical de 4 trovas religiosas e de 64 coreográficas, preciosidade a que não estamos habituados a-pesar-da riqueza melódica conservada pelo povo português. A recolha destas canções e a correcção invulgar com que estão escritas constituem, só por si, inestimável serviço que muito importa acentuar, não sendo de menor curiosidade as canções actuais registadas, com alusão à vida contemporânea (cantigas ao comboio, à camioneta, etc.), novidades para a Etnografia geral.

Muito haveria a pôr em relêvo ainda, neste precioso repositório, cujo interêsse ultrapassa o âmbito local e se projecta na história geral do Distrito; assim, o capítulo relativo a *vias de comunicação*, tudo o que se regista da ocupação prehistórica, etc.

Bastará porém que se diga que todo o material informativo foi utilizado com prudente critério e que, a-pesar-de Romariz se encontrar afastado dos grandes centros arquivísticos, é evidente a diligência que o Rev.º Fernandes dos Santos empregou para se documentar, ao menos, no essencial.

Acompanham a obra um esplêndido e proveitosíssimo esquema topográfico da freguesia, e boas ilustrações gerais dos lugares dela. São, tudo, eloqüentes exemplos a apontar ao clero ilustrado do nosso distrito, de quem a História e a Etnografia muito teem a esperar, como é sabido.

R. M.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

Prossegue a publicação dêste monumental dicionário português com o método e segurança habituais.

Honra duma geração que tomou a peito dotar o país com um material de trabalho intelectual à altura da época em que vivemos, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* presta inestimáveis serviços que dia a dia consolida, mercê da sua escolhida colaboração e exaustivo registo vocabular.

R. M.

Dr. Carlos Teixeira. — *Sur quelques insectes fossiles du Carbonifère de l'Alentejo*. Pôrto, 1941.

Dr. J. M. Cotelo Neiva. — *Capas de alguns fósseis vegetais*. Pôrto, 1938.

Dr. M. C. de Rezende Pinto. — *Fungi Vallongi*. Pôrto, 1939.

Dr. José M. Braga. — *A Balaenoptera* da Praia do Paraíso. Pôrto, 1940.

Anuário-agenda Propaganda regional. Águeda, 1941

A Grã-Bretanha de hoje. — N.ºs 22 a 30. Oxford.

Altitude. — Boletim mensal da Federação de Municípios da Beira Serra. N.ºs 3 a 6. Guarda.

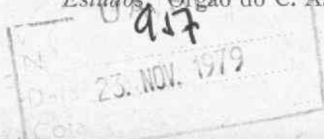
Arquivo do Concelho de Sintra. N.º 1. Sintra, 1941.

Boletim da Casa das Beiras. N.ºs 21 e 22, II série. Lisboa.

Douro-Litoral. Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História. N.º 3. Porto, 1941.

Clínica, Higiene e Hidrologia. Revista mensal. N.ºs 2 a 5, ano VII. Lisboa, 1941.

Estudos. Orgão do C. A. D. C. N.ºs 194 a 196. Coimbra.



N.º 27 — Setembro, 1941

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA



É A LAGUNA DE AVEIRO UM HAFF?

Em recentes estudos, aliás muito interessantes, da região, tem-se considerado um *haff* a laguna aveirense.

Com o devido respeito pela autorizada opinião, permita-se-me que justifique a minha discordância.

Existe, na verdade, semelhança na génese e no aspecto que, de relance, nos oferece a sua configuração, mas há diferença no meio em que êle e ela se desenvolvem, na extensão (muito mais considerável no típico *haff*), na acção das marés e dos ventos e nos efeitos que de tudo isso resultam.

A palavra *haff* provém dum dos dialectos germano-dinamarqueses das costas do mar Báltico. É corrupção da palavra dinamarquesa *hav*, cuja significação está identificada com a da palavra italiana *laguna* — embora haja lagunas sem rios tributários nem comunicação permanente com o mar.

É por vezes confundida com *hafen* ou *haven*, alteração dialectal da palavra *havn*, dinamarquesa também, com a significação geral de *pôrto*.

Há, por exemplo, na Dinamarca, *Frederikshavn*, e a própria Copenhague, ou melhor, Copenhagen, é na língua nacional *Köbenhavn* ou *Kjœbenhavn* = *pôrto dos comerciantes*.

Na costa germânica prevalece a forma *haven*, designando pròpriamente *ante-pôrto*, como, por exemplo, em Bremerhaven, Cuxhaven. Nos portos interiores é preferida a forma *hafen*, significando *doca* ou *bacia*, como as de Hamburgo e Colónia, ou designando um pôrto fluvial, como, por exemplo, Friedrichshafen ou os de Mogúncia, Francfort s/ Meno, etc.

Dum modo geral, o *haff* é, como se sabe, formado por vários rios, em ampla reintrância duma costa baixa, aonde êles

desaguam, refreiam a corrente e se estendem quási dormentes, apenas prosseguindo no seio da grande massa liquida, já com a fôrça viva dividida pelas várias ramificações do seu delta, ainda êste mesmo na fase sub-aquática, conseqüente aos primeiros bancos de areia no estuário.

A argila das terras arrastadas e em suspensão, em contacto com a água salgada, coagula, precipita, aglutina-se com partículas calcáreas (telúricas ou marinhas) em tôrno de núcleos quartzosos, orgânicos e organizados, dando em resultado uma argamassa, mais argilo-arenosa ou mais argilo-calcárea, a consolidar o substrato diluviano e as aluviões que sôbre êle se depositam. E como é aos lados aonde as águas tomam menor velocidade, é sobretudo para os dois extremos da linha de reintrância que derivam os depósitos que escapam à fôrça das correntes.

Emersos os primeiros bancos naqueles dois extremos, logo outros se formam e progridem numa atracção reciproca, quais pontos de ossificação a gerar, fixar e estender, de colaboração com o mar, o *cordão* arenoso, que na sua evolução se apresenta mais ou menos recurvado, alargado, excavado ou interrompido, conforme o domínio dos ventos, a acção do mar e das marés e a direcção e intensidade das correntes na bacia neo-formada.

Sucedem-se incessantemente as camadas sedimentares, emergindo ilhas e definindo-se canais, de derivação natural ou outros artificialmente praticáveis à navegação — tudo, enfim, entremeado ou recoberto de complexa vasa de silicatos e outros sais alcalinos e alcalino-terrosos, humatos, algas, fermentos e coloides.

Como se vê, o *haff* é uma laguna, tendo na sua génese e fisionomia todos estes pontos de semelhança com a laguna de Aveiro.

Mas nem tôda a laguna é um *haff*. Êste tem o seu *habitat* próprio — um mar interior, como o Báltico, de pouca profundidade, de marés nulas ou muito fracas e sem a influência de certos ventos e das grandes correntes marítimas.

Sirva de tipo qualquer *haff* da costa alemã, abrigado num fundo de gôlfo daquele mar e, mesmo assim, ainda em ampla reintrância do gôlfo.

A laguna de Aveiro tem comunicação imediata com o oceano e o horizonte aberto para todos os lados. Tem as vagas sopradas pelos freqüentes ventos do largo, a revolverem as areias, a erguê-las dum litoral profundo, a misturá-las com as que as correntes oceânicas arrastam de longe, a segurá-las e a alisá-las ao longo da costa — enfim, a colaborarem activamente na formação dum *cordão* em talude recto, de dois socalcos e grande possança.

O *haff*, além de ter a sua saída para gôlfo ou baía de mar interior, tem ainda a protegê-lo o relêvo mais ou menos acentuado do terreno nalgumas zonas marginais — quer do lado de terra, como sucede com o planalto de Samland, que se ergue entre o *Frisches* e o *Kurische Haff*, quer, por excepcional configuração topográfica, em ilhas, já encorporadas no cordão ou a êle adjacentes, como no Gôlfo da Pomerânia.

Com efeito, ali, no *Haff* de Stettin, o cordão não é inteiramente arenoso e, como, em geral, no *haff*, fraco e baixo, mas sim formado por uma série de ilhas e ilhotas, como planaltos e outeiros, de outra constituïção geológica, por entre os quais desagua o Oder. Por sinal, numa das duas ilhas maiores brotam águas minerais, na pitoresca cidade de Swinemünde, ao mesmo tempo a mais elegante praia alemã no Báltico (a pouco mais de 2 horas de Berlim, em auto-carro), guarda avançada de fortificações e ante-pôrto de Stettin, que por seu turno é o pôrto de Berlim, depois que um canal liga entre si estas duas cidades.

Não há no *haff* a incursão das marés, as quais, se em Aveiro dão vida a certas indústrias, também lhe trazem areias submarinas e perturbam as correntes fluviais com a direcção e velocidade das correntes secundárias por elas formadas, favorecendo a sedimentação e o alastramento das inundações.

As marés ordinárias elevam-se em Aveiro a $2^{m},5$ e 3^{m}, tendo as equinociais $3^{m},5$ a 4 [1] e mesmo mais em ocasiões de grande temporal.

(Estes números aumentaram depois das recentes obras de alargamento e aprofundamento do canal da Barra).

No *haff* as dunas são em geral baixas, por falta de marés e de ventos propícios. Apenas se nota um certo desenvolvimento nas do cordão daquele *haff* da Curlândia — recurvado para o quadrante N., e assim o único exposto aos ventos de O., os que, sobretudo no inverno, sopram com mais freqüência no mar Báltico. Em todo o caso, sem marés, não progridem como as de Aveiro, aonde aceleram a involução da laguna com a caquexia resultante do assoreamento.

No resto da costa alemã do mar Báltico sopra de terra, também com freqüência no inverno, o *fœhn* — vento atraído da vertente N. das montanhas do centro da Europa pelas baixas pressões sôbre aquêle mar.

A importância das dunas depende principalmente da amplitude das marés e da fôrça, direcção e freqüência dos ventos, sobretudo dos que sopram do lado do mar (Delesse).

Em Aveiro sopram os ventos de N. O., O. N. O., O. e S. O., alguns dêles com certa periodicidade, levantando as dunas e fazendo-as avançar com a aceleração que se sabe.

---

[1] Adolfo Loureiro — *O Pôrto de Aveiro*, 1904.

Em Arcachon, exposta a sua bacia, como a de Aveiro, aos ventos do oceano, as dunas atingem a altura de 100 metros, — a máxima das dunas da Europa (E. Réclus).

Os ventos e a acção do sól em Aveiro produzem uma evaporação rápida, que se por um lado activam a produção do sal, por outro manteem as areias num estado de exsicação tal que muito facilita o seu deslocamento; ao passo que nas costas do Báltico, tão freqüentemente cobertas de nevoeiro, a areia conserva por mais tempo a coesão mantida pela humidade.

Em Aveiro as águas fluviais, mesmo no refluxo das marés, pouco poderão diminuir a salinidade da água do mar, constantemente renovada pela corrente que roça pela costa.

No Báltico não poderia desenvolver-se *em grande* a exploração do sal, porque «a evaporação é insignificante e o afluxo das águas dos rios é tão considerável que tornam aquêle mar muito pouco salgado» (Larousse).

No *haff* faz-se o assoreamento do mar, junto à costa, com as aluviões fluviais — isto é, de dentro para fora.

Na laguna de Aveiro actuam de fora para dentro os factores que mais concorrem para o seu assoreamento: os ventos fortes e freqüentes e as marés. Os ventos, como se sabe, além de soprarem as dunas, levantam as vagas — os agentes de pressão máxima nas ablações afectas aos grandes temporais. As marés, além de lhe trazerem areias submarinas, teem ainda a propriedade de, na enchente, apressarem as precipitações fluviais, no seu contacto com a água doce, não as arrastando consigo na vasante, visto que os materiais mais leves se afastam para os lados da corrente, aonde a velocidade é menor ou mesmo nula nalguns recôncavos.

«Com o alargamento e aprofundamento do canal da Barra, resultantes das obras já realizadas e conseqüente aumento de amplitude das marés, o volume de água que entra e sai em cada maré, *segundo informação oficial,* deve actualmente andar à volta de 90 milhões de metros cúbicos — quatro vezes por dia, duas na enchente e duas na vasante».

São as marés que mais se destacam no complexo hidrodinamismo da laguna de Aveiro: — seja na enchente, em que o mar, a mais elevado nível, se precipita na laguna, apertado no canal da Barra; — seja na vasante, em que também numa descarga de nível se juntam as correntes dos rios, canais, valas e esteiros, atropelando-se nalguns pontos, a caminho daquele mesmo canal.

«As velocidades das correntes de enchente e vasante teem valores compreendidos entre limites muito variáveis com a idade da lua, a época do ano, o estado do tempo e do mar, a pluviosidade, a idade da maré, o volume da restinga de areia que existe do lado do sul do molhe norte, o estado da barra e valor das correntes litorais, etc., etc. Pode dizer-se que não haverá

dois valores iguais no ano, e nestas circunstâncias é pràticamente impossível determinar com aproximação aceitável valores médios que tenham utilidade para cálculos de vasão. Os máximos no canal de navegação, entre os molhes, fora da época de cheias, estão calculados nos seguintes valores:

— *enchente* — 4 milhas por hora nas marés vivas e 2,5 milhas nas marés médias;

— *vasante* — 4,7 milhas nas marés vivas e 3 milhas nas marés médias» (1).

Em suma, a laguna de Aveiro é animada por uma espécie de corrente alterna e variável, cujo potencial é regulado pelas marés.

No *haff* o grande potencial da corrente dos rios varia não só com a pluviosidade, mas também com os degêlos, activados pelo *fœhn*, vento quente e sêco. O efeito é, porém, num só sentido, sem resistências de marés e de freqüentes ventos marinhos.

Mais parecida com o *haff* é, em meu entender, por exemplo, a laguna de Venesa — num gôlfo de mar interior e numa ampla reintrância do gôlfo, na qual desaguam, entre outros, o Brenta.

Não há ali grande vaga e corrente forte a revolverem os fundos litorais, e as marés são tão fracas que não chegam a cobrir uma grande parte da laguna — a chamada *laguna morta*.

Separa-a do Adriático o estreito cordão arenoso, o Lido, baixo, interrompido e em parte artificial.

Os ventos mais fortes descem dos Alpes para o mar; e, quanto às aluviões, assoriam mais o litoral do Gôlfo do que a laguna.

Notam-se também as principais características do *haff* em qualquer das lagunas do delta do Nilo, aliás conhecidas pelo nome de *lagos*, a meu ver, sem independência nem génese que justifiquem sequer a designação de lagos de *barragem*, como os do litoral girondino, a N. e a S. da bacia de Arcachon.

No Nilo, na laguna de Menzaleh, por exemplo, é notória a fraqueza das marés. «O Mediterrâneo só tem marés no Gôlfo da Grande Sirta (Cirenaica e Tripolitana) até às costas da Tunísia» (LAROUSSE).

O vento mais forte em Menzaleh sopra do deserto, do S. ou do S. O. — o sêco e sufocante *Khamsin* (que significa *cinqüenta*), assim chamado por se sentirem mais os seus efeitos em cêrca de cinqüenta dias da primavera.

---

(1) Obsequiosa informação do Ex.mo Engenheiro Director das obras do pôrto de Aveiro — 1941.

Nos seus turbilhões, a areia trepa pelas Pirâmides, não tendo barrado a entrada da de Kheops porque ela lhe fica na face virada ao norte, mas sim soterrado o templo subjacente à Esfinge — como também inutilizaria o Canal de Suez se as potentes dragas aspiradoras não lhe detergissem constantemente o fundo.

Não escapa à vista de quem por ali anda o baixo e curvo cordão arenoso estendido de Port-Said a Damieta. É certo que não longe se encontram dunas de certa altura, como bem se nota nas barreiras cortadas nalguns pontos pelo Canal e pela boa estrada em que deslisa, no deserto, o automóvel entre Suez e o Cairo, mas essas, a montante do vértice do cone de dejecção do Nilo, são a continuação das dunas continentais, por sinal endurecidas, talvez pela argila soprada dos produtos de colmatagem, ressequidos e pulverizados.

É curioso o modo como as andorinhas ali fazem o ninho, e como êsse facto só por si indica a direcção do vento dominante: escavam-o na parte mais alta duma das barreiras — por instinto de defesa, só na não exposta às tempestades de areia.

Ainda no Mediterrâneo, no Gôlfo de Lião, se poderá ver representado o *haff* em Cette, entre outras das lagunas do Languedoc e das bôcas do Ródano (estas últimas ainda dentro doutros gôlfos) tôdas com a sua fraca maré, sem duna movediça, com o *mistral* a soprar de terra e sem corrente do mar a diluir as aluviões que para êle constantemente avançam.

Em resumo: ao contrário do que sucede com a laguna de Aveiro, o típico *haff* encontra-se numa reintrância e está no fundo de gôlfo ou baía de mar interior, pouco profundo e pouco salgado, sem correntes marítimas nem marés ou com marés de muito fraca amplitude e, geralmente, sem ventos fortes do mar.

É a mesma a tendência do *haff* e doutra qualquer laguna sob a acção livre das fôrças naturais — cederem à terra o espaço que ocupam.

Mas é diferente o processo de regressão: — no *haff* esta opera-se em conseqüência dos contínuos depósitos terrígenos e seu avanço sôbre o mar, geralmente pouco agitado e sempre de fraca profundidade; — nas lagunas expostas ao oceano resulta das aluviões eólicas e submarinas, no seu avanço para dentro da costa, aonde a água salgada vai acelerar a deposição fluvial.

Por êste processo, a incessante terraplanagem sub-aquática faz-se talvez mais ràpidamente nestas lagunas.

Tanto o *haff* como a laguna de Aveiro, no período progressivo, como no regressivo, dependem das formações deltai-

cas (incluindo nesta designação os depósitos de estuário) e «a formação dos deltas está intimamente ligada à rapidez com a qual os materiais transportados pela água do rio se depositam nas águas marinhas; a água do mar clarifica-se cêrca de quinze vezes mais depressa que a água doce, em razão dos sais que ela tem em solução» (1).

E, a titulo de corolário: um *nehrung* ou um *lido,* isto é, o cordão como o do *haff,* nalguns pontos delgado, baixo e fraco, sem ilhas altas a formá-lo, sem socalcos nem *lombas,* não poderia na laguna de Aveiro resistir à potência mecânica das grandes marés conjugada com a dos fortes temporais; não teria possança bastante para, nessas ocasiões, conter a invasão do oceano.

(Excerpto dum trabalho em preparação).

COR.-MÉD. ANTÓNIO NASCIMENTO LEITÃO

---

(1) F. JADIN & A. ASTRUC — *Précis d'Hydrologie, de Géologie et de Minéralogie.* Paris, 1920.

UMA DESCRIÇÃO DAS IGREJAS E CAPELAS DA FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE AVEIRO NO SÉCULO XVIII

DESDE a época da reconquista cristã até o século XVI, Aveiro constituía apenas a freguesia de São Miguel, cuja igreja matriz estava situada no largo actualmente denominado Praça da República.

No ano de 1572 mandou o bispo de Coimbra, D. João Soares, fazer um rol das pessoas de comunhão que nela havia. Segundo um apontamento manuscrito do século XVIII, que tenho presente, acharam-se onze mil trezentas e sessenta e cinco pessoas nestas condições. Tendo o dito bispo achado excessiva esta população para uma só igreja matriz, resolveu erigir três novas freguesias, para o que obteve autorização do rei D. Sebastião. A vélha freguesia de S. Miguel ficou então dividida, por provisão de 10 de Julho de 1572, nas quatro seguintes: a de S. Miguel, a do Espírito Santo, a de Nossa Senhora das Candeias (depois freguesia de S. Gonçalo) e a da Vera-Cruz.

O teor desta provisão era o seguinte [1]:

« *Visitando nós a paroquiall Igreja de Sam Miguell da villa d'aveiro. achamos aver nella dois mill visinhos e mais de homze mill almas de cura, afora muita gente extrangeira que nella de continuo reside; e nam avendo nella mais desta soo Igreja paroquiall nam podiam em ella caber, nem serem sacramentados nem curados, nem ouvir misa aos dominguos e dias samtos. E para prover no cazo como foor serviço de noso Senhor e bem das almas e todos fosem conhecidos asi hos extrangeiros como hos*

---

[1] ALMEIDA COIMBRA. In *As « Reflexões Históricas sôbre a Barra de Aveiro » de Almeida Coimbra e as Obras de Luiz Gomes*, por F. FERREIRA NEVES. Aveiro, 1933.

naturaes nos pareceo necesario erigir e criar de novo tres freguezias na dita villa, e repartir por cada huma quatro cemtos foguos pouquo mais on menos, porque ainda asi fiquão com a matriz oito centos, e em cada huma destas Igrejas instituir hum capelão que hos curase e admenistrase todos hos eccleziasticos sacramentos. E pela dita Igreja ser da ordem e mestrado d'aviz e os redditos dela obrigados a esta nova hobriguação, ho fizemos asi saber a el Rei noso Senhor, como guovernador que he e perpetuo administrador da ditta ordem d'aviz. E pelas razoens que lhe alleguamos, sua Alteza o ouve e ha por bem, por huma sua especiall provisão, que para iso nos mandou, que se erijão e criem de novo as dittas tres freguezias pela quall de seu proprio e expresso consentimento e nosa authoridade hordinaria d'aguora para sempre creamos e de novo erijimos na dita villa tres freguezias a saber, huma na Igreja que hora he da Vera-Cruz, e outra na do Spirito Santo, e outra na de nosa Senhora das Camdeas, as quaes desmembramos de todo da matriz...»

Estas quatro freguesias não se criaram afinal « para sempre », pois que no ano de 1835 foram reduzidas a duas: a de Nossa Senhora da Glória e a da Vera Cruz, que ainda hoje se manteem.

Na primeira reüniram-se a de S. Miguel e a do Espírito Santo; na segunda reüniram-se a de Nossa Senhora das Candeias ou de S. Gonçalo, e a da Vera Cruz.

Às nossas mãos chegou um documento inédito e sem data, mas escrito entre os anos de 1760 e 1775, no qual se mencionam e descrevem as igrejas e capelas da freguesia de S. Miguel existentes nesta época.

Êste documento é um duplicado do que foi feito por Frei Felix Mendes dos Ramos para ser remetido ao vigário capitular do bispado de Coimbra.

O principal valor dêste documento está na descrição que nele se faz da vélha igreja matriz de S. Miguel, extinta no ano de 1835, e cuja história nos é hoje quási inteiramente desconhecida.

A igreja de S. Miguel era o mais antigo monumento de Aveiro. A sua fundação deve remontar ao século XI. É provável que tenha sido erigida no tempo do conde D. Sisnando, Senhor de Coimbra e das terras desde o rio Douro até à extrema dos territórios já conquistados pelos cristãos ao sul do rio Mondego, por doação do rei D. Fernando de Leão, feita no ano de 1086.

No tempo de D. Afonso Henriques foi esta igreja doada ao mosteiro de S. João de Tarouca. Pelo decorrer dos séculos foi ela reconstruída algumas vezes.

Mostra-nos o documento a que nos estamos referindo, e que adiante transcreveremos na íntegra, que na segunda metade do século XVIII a freguesia de S. Miguel possuia, além da igreja

matriz desta invocação, as seguintes igrejas, capelas e oratórios: a igreja da Misericórdia, a do conservatório de São Bernardino, a do convento das Carmelitas descalças, a de Sant'Iago Maior, a de Nossa Senhora da Ajuda, a capela dos Santos Mártires, a capela de Santo António dos Presos, o oratório da casa do Dr. Luís António Rosado e o da casa de João de Sousa Ribeiro da Silveira.

Destas dez construções religiosas já só existem hoje a igreja da Misericórdia, a do conservatório de São Bernardino, a do convento das Carmelitas, e a capela dos Santos Mártires.

O teor do documento é o seguinte:

«Relação que ao Illmo, e Rev.^{mo} Sñr Vigario Capitular do Bispado de Coimbra dá Fr. Felix Mendes dos Ramos, Beneficiado Coadjutor, e Vigario Encomendado da Paroquial Igr.^{a} Colegiada Matriz da Cidade de Aveiro.

Pelo que pertence ao estado temporal, e material da Igr.^{a}, Confrarias, e Capelas.

Primeiramente o titulo da Igr.^{a} de S. Miguel: da sua fundação, reedificação, e sagração não há noticia. He colegiada com Vigario, e cinco Beneficiados; hum Coadjutor, e quatro simplices; estes servidos por Economos, e hũ Thezoureiro, providos todos pela Mesa da Consciencia, e Ordens. He da ordem de S. Bento de Aviz.

Não tem a Igr.^{a} aplicação de rendimento algum. O que pertence ao Vigario he congrua estabelecida de cento, vinte, e oito alqueires de trigo; cento, vinte, e oito de sevada; cem almudes de vinho; e quatro mil reis em dinheiro: de fructos incertos oito mil reis, e de beneces nove mil e seis centos reis pouco mais, ou menos. A do Beneficiado Coadjutor consiste em cento, e vinte alqueires de trigo, sesenta de milho; e oito mil reis em dinheiro; sete mil, e duzentos reis em beneces. O total de cada Beneficio simples consiste em treze, ou quatorze moedas livres, conforme o arendamento que anual, ou trienalm.^{te} se faz. O Thezoureiro tem vinte alqueires de trigo; quinze almudes de vinho, e quarenta, e quatro mil, e oito centos reis em dinheiro; com obrigação de dar todo o guizamento necessario p.^{a} as missas, oficios Divinos, propinas de cera, e o precizo p.^{a} limpeza, e aseio da Igr.^{a}

Os Dizimos, que formarão o total de hum conto, e quinhentos mil reis, são aplicados com igual divisão á Comenda, Beneficios, e Mitra; da primeira são satisfeitos de suas congruas, não só todos os Parocos da Cidade, mas tambem os asima referidos; cada Thezoureiro pelas duas, Comenda e Beneficios.

O rendimento certo da Fabrica são oito mil reis, que com igualdade se dezanexão da Comenda, e Beneficios, aplicados p.^{a} ornamentos. O incerto, que provem das esmolas das sepulturas, se aplicão p.^{a} reparos; como são portas, telhados, vidraças, e estrados. Não tem cazas de residencia, pasaes, e outros bens.

O Edificio he grande, sem naves, de pedra, e cal: o tecto com forma arqueada divididos em quadros pintados de ramos azuis em madeira; o frontespicio do arco cruzeiro he coberto de azulejo antigo; tem hũ painel de S. Miguel com muldura dourada colocado no meio: a Capela-mor he piquena; de pedra e cal; o tecto de abobeda de tejolo pintada: são tam bem

cobertas do dito azulejo as paredes do dito Edificio; na grossura das quais estão imboiidas quatro capelas por banda todas de forma arqueada: de baixo do ante-coro do lado do Evangelho está outra com o tecto de esteira pintado, e a sua face arqueada: e do outro lado em correspondencia está a escada p.ª o coro, e de baixo dela hũs armarios pintados, aonde se recolhem os moveis da Confraria dos Passos.

Tem hũa torre aruinada com relogio, trez sinos, e hua garrida; duas sacristias ambas com porta p.ª a Capela-mor; a do lado do Evangelho he da Confraria do Sanctissimo Sacramento com caixões suficientes, e bons; a do lado da Epistola he da Colegiada com caxões pouco suficientes, e ruinosos: hum pulpito de grade de pau preto torneado; Fonte baplismal de pedra branca lavrada, pintada, e dourada, com coberta de madeira pintada em forma piramedal, e guarda pó de brim; duas pias dagoa benta boas.

Há doze Altares: o maior de pedra, e cal, forrado de madeira; cujo retabolo, e trono he de talha dourada; dedicado a S. Miguel imagem de vulto inteira, e perfeita, e da mesma sorte a dos Patriarcas S. Bento, e S. Bernardo, que todas trez estão colocadas no mesmo altar: seu ornato he um frontal, e banqueta da qualidade do retabolo; hũa Cruz com Crucifixo, e seis castiçaes de pau triangulares entalhados, e prateados, que se fizerão há dous mezes.

O movel p.ª o serviço immediato da missa, e aseio deste altar pertence a Fabrica da Igr.ª, e he o seguinte = Hum paramento inteiro de damasco branco forrado de seda amarela guarnecido de galão, e franja de ouro groso novo, outro da mesma cor, sem pluvial, de telilha, e indecente, outro de veludo carmezim, sem pluvial, guarnecido de franja da mesma cor, forrado de ruão amarelo, he uzado; outro de damasquilho roxo sem pluvial muito velho, e indecente; hũ pluvial novo de damasco roxo, com forro de olandilha amarela, agaluado de ouro groso, outro de damasco branco, com sebastes, e capelo encarnados forrado de damasco roxo com forro de olandilha amarela agaluado de ouro groso, outro de damasco branço com sebastes, e capelo encarnados forrado de olandilha amarela guarnecido de franja das duas cores em bom uzo; outro de damasco verde com sebastes de brocatel vermelhos, do que por indecente, e velho não se uza.

Trez cazulas de damasco branco com suas estolas, e manipulos guarnecidas de franja das cores branca, e encarnada m.ᵗᵒ uzadas, e remendadas, trez cazulas com duas estolas, e trez manipulos de durante de lãa encarnado m.ᵗᵒ indecentes, quatro cazulas verdes com duas estolas, e quatro manipulos; hũa de damasco, e trez de melania de lãa m.ᵗᵒ velhas, trez cazulas novas de damasco roxo com estolas e manipulos guarnecidas de galão de ouro groso forradas de olandilha amarela, trez cazulas de damasquilho de lãa roxo guarnecidas de franja amarela com estotas de damasco m.ᵗᵒ velhas. Dous panos de pulpito, hum de damasco branco com franja encarnada m.ᵗᵒ uzado, e da mesma sorte o de damasco roxo com franja da mesma cor, duas mangas de cruz de damasco branco, e preto m.ᵗᵒ velhas.

Dez alvas de pano de linho, quatro com renda novas, trez com renda em bom uzo, e trez sem renda velhas, doze amitos novos, seis cingolos trez em bom uzo, e trez m.ᵗᵒ uzados, quatro calices; dous de prata lavrada, e dous com os pés de bronze, e os copos de prata dourada, quatro patenas de prata dourada, dezanove corporaes, seis de pano de linho já uzados, e os mais de esquião com sua renda m.ᵗᵒ bons, quinze palas da mesma qualid.ᵉ, trinta e oito sanguinhos de pano de linho, tres bolsas de corporaes novas de damasco verde sem guarnição, trez de damasco branco, e roxo sem guarnição m.ᵗᵒ uzadas, treze veos de tafetá; quatro brancos em bom uzo, tres encarnados m.ᵗᵒ velhos, trez roxos uzados, e tres verdes m.ᵗᵒ velhos.

Quatro missaes uzados, trez pares de galhetas de estanho novas, quatro colherinhas de prata, seis manusterges de pano de linho novos, e quatro uzados, trez toolhas de altar m.to uzadas, seis do lavatorio em bom uzo, duas da comunhão boas, hũ vazo de prata, hũa Cruz com Crucifixo de prata, hũ turibulo, e naveta com colher de prata.

Da urgente necessidade que o altar-mor, e fabrica tem de param.tos e mais movel p.a o Culto Divino, e aseio do Templo dei o anno passado conta a Sua Mag.de pelo seu Tribunal das Ordens, e foi servido mandar informar o Juis da Ordem desta Comarca, o que elle ainda não executou.

O primeiro altar colateral do lado do Evangelho he dedicado ao Sanctissimo Sacramento: o Sacrario he piramedal antigo com dous anjos de vulto em acçaõ de sustenta-lo, colocado em retabolo dourado encostado a face da parede do arco cruzeiro; não está com aquele preciso, e decente ornato exterior, que se deve ao culto, e veneração do Sanctissimo Sacramento.

O altar he de pedra, e cal forado de madeira com banqueta, e quartelas de taboa pintada m.to antiga hua cruz com Crucifixo, seis castiçaes de pau prateados entalhados com pés triangulares; dous frontaes m.to velhos, hũ de melania branca, outro de veludo carmezim ambos sem franja, seis toalhas com renda, duas de esguião boas, e quatro de pano de linho uzadas, dous cortinados, hũ de damasco encarnado com franja e galão de ouro grosso p.a os dias festivos, outro de brim riscado m.to velho p.a o uzo, trez cortinas piquenas da porta do Sacrario, hua de damasco branco com ramos, franja, e galão de ouro fino, nova que deu hũa devota, outra de damasco branco semilhante ao cortinado festivo, outra m.to velha de melania branca p.a o uzo, hua lampada de prata grande antiga.

Este altar he separado do retabolo e Sacrario, com escadas de pedra p.a se chegar a elle, e quando se abre, por não ter a porta dobradices se poem sobre hũa taboa, o que he indecente, e arriscado a cahirem da banqueta a cruz, e castiçaes sobre o altar, pois tem sucedido algũas vezes.

Da sua instituição não ha noticia: seu administrador he a Confraria, a qual tem bens immoveis, cujo rendim.to importará hũ ano por outro trinta, e seis, ou trinta, e sete mil reis: tem obrigação de o paramentar, e satisfazer às obrigações das missas, que forão impostas nos ditos bens pelos doadores. Desta Confraria não posso dár relação respective ao seu instituto, privilegios, e izenções, cõcedidas por hũa Bula, que dizem tem. Sei que he mal administrada, porque não dão contas senão de anos a anos a nossa mesma Confraria. Não satisfazem as obrigações das missas, a que he obrigada: as que constão do tombo da Igr.a, são cento e oitenta, e duas rezadas, trez cantadas, e dous ternos do Nathal; a saber hua todas as sextas fr.as, e sabados do ano, sesenta e duas pelo decurso delle; dezaseis em dias detreminados, e sete no ouctavario dos Santos todas perpetuas. He das Confrarias que precisão de maior reforma.

O Juiz, e oficiaes anualm.te eleitos sustentão á sua custa, por todo o ano de cera, e azeite a lumiar-se o Sanctissimo Sacramento, no que fazem hua grande despeza, podendo ser esta mais racionavel se a sua vangloria na função das Endoenças se não extende-se a cobrir, e encher de cera não só o trono, mas também todas as paredes te a porta principal, o que sóm.te nesta, e mais freg.as desta cid.e tenho visto: este excesso, que págão de ceras, seria melhor o aplicassem p.a o aseio do altar, e paramentos de que m.to necessitão, por indecentes os que tem.

O segundo colateral do lado da Epistola he dedicado a Nossa S.ra da Graça imagem de vulto inteira, e perfeita colocada em retabolo dourado, semilhante ao sobredito, e nelle esculpidas trez imagẽs, hũa de Nossa S.ra

d'Asumpção, outra de S. Joaquim, e a treceira de S.ta Anna, perfeitas, sobre a primeira semalha do retabolo. A forma do Altar he como a do precedente, seu ornato he um frontal de talha, banqueta, e quartelas douradas Cruz com Crucifixo, e seis castiçaes de talha prateados, seis castiçaes, sacra, e dous priviteiros de prata p.a os dias solennes; tem dous cortinados, hũ de damasco encarnado com franja e galão de ouro dos dias festivos bom, outro de brim riscado p.a uzo, cinco toalhas guarnecidas de renda, hũa de esguião, e quatro de pano de linho boas, hũa lampada de metal amarelo moderna, hũa cruz de prata, calix, e patena da mesma dourados, cazula, estola e manipulo de veludo carmezim m.to antigo, hũ frontal de damasco roxo com franja da mesma cor uzado, duas coroas hua de prata, outra de lata dourada; quatro mantos da S.ra de diversas qualid.es, e cores, bons de seda.

He Confraria instituida há mais de trezentos annos; e no de mil quinhentos, e seis obtiverão os confrades indulgencia plenaria pelo Papa Reynante no dia da festa da Snr.a, no qual dia se faz hũa procisão, em q̃ se leva hũa imagem da mesma Sr.a de vulto inteira, e perfeita com corda de de prata em hũ andor guarnecido de cortinado de matizes com franja, e galão de ouro novo.

Seu estabelecimento consiste em duzentos, oitenta trez mil, e quatro centos reis a juro, treze mil e quatrocentos reis de foros, noventa e quatro alq.s de trigo, vinte de milho, doados, e deixados, os bens immoveis de que se precebem os ditos foros, pelos confrades, com obrigação de satisfazer os legados, e missas abaixo declaradas. Seu fundo consta ser cento, dezanove mil, trezentos, e noventa e seis r.s

Tem noventa missas rezadas, das quaes hũa he semanaria de esmolla de cem reis por costume, quinze cantadas de esmola de duzentos r.s tão bem por costume: Vesperas cantadas na bespera de S.ta Barbara: todas perpetuas, hũ aniversario com missas geraes pelas almas dos confrades. He bem administrada, satisfaz a todas as obrigações, e dá contas ao Provedor da Comarca.

Neste altar estava hũa imagem de Santa Margarida de vulto piquena colocada na primeira simalha do retabolo, e consta de hũa inscripção posta no pedestal da parede da Igr.a proximo ao d.o altar, que ali jáz Joam da Veiga, que edificou a capela de Sancta Margarida, com bens vinculados, e obrigação de missas, que não sei satisfaça seu Administrador actual José Anacleto da Veiga natural de Lx.a, que tirou a d.a imagem, dizendo queria mandar fazer hua nova.

A primeira capela cita no corpo da Jgr.a do lado do Evangelho he dedicada a S. Vicente Martyr, foi instituida há m.tos seculos por Estacio Pires, e Domingas Annes sua mulher, vagou para a Coroa: e no ano de 1454 foi dada por ElRey o S.r D. Afonço a Fernão de Oliveira, e depois de varios possuidores della a possue prezentem.te a he.ma Condeça de Louzãa. A imagem he de vulto inteira, e perf.ta colocada em retabolo piqueno de talha dourado; o altar he de madeira com banqueta, e frontal de taboa pintada; tem Cruz sem Crucifixo, e dous castiçaes de páu torneados, e prateados, duas toalhas de pano de linho guarnecidas de renda uzadas, o tecto e vão das paredes he de estuque.

Seu estabelescimento consiste em bens immoveis, e foros; forma o total de sesenta mil reis livres dos encargos, que são = hũa missa cantada por costume antigo no dia do Sancto, de q̃ se dá a Colegiada oito centos reis; cento e oitenta rezadas de esmola de cem reis perpetuas, o que consta do tombo da Igr.a: a tudo satisfaz a Administradora, e dá contas ao Provedor da Comarca.

A segunda he dedicada a Nosa Snr.ª do pé da Cruz. Da sua instituição não há memória. He a imagem vestida, e decente, e perfeita colocada em hũ oratorio com vidraça, e retabolo dourado: o altar de madeira com frontal, e banqueta de taboa pintada; seu ornato he hua toalha e huas cortinas de xita velhas, hua lampada de metal amarelo m.^to velha. A Confraria do S.^r dos Pasos tem obrigação de mandar dizer neste altar hua missa todos os sabados da quaresma de esmola de cem r.^s por costume; são perpetuas, como tam bem a obrigação da mesma Confraria o paramenta-la. Satisfaz as missas: o tecto mostra que foi pintado.

A terceira he dedicada a S. Sebastião Martyr, não se sabe da sua instituição; a Camara desta cidade lhe chama sua. Tem trez imagẽs de vulto intr.^as colocadas em hũ piqueno retabolo de pedra pintado; hua de S. Sebastião, outra de S. Roque, e a treceira de hum Sancto q̃ pelas insignia parece ser Evangelista: são de pedra M.^to antigas, e indecentes: não tem mais ornato do que banqueta, frontal de páu pintado, e húa toalha: não consta ter obrigação algua de missas, nem rendim.^to: o tecto e vão desta capela he pintado.

A quarta he dedicada ao Senhor dos Pasos he Irmandade: sua instituição se ignora, e não há presentem.^te estatutos dela. A imagem he de vulto vestida inteira, e perfeita colocada em hũ oratorio com vidraça em retabolo dourado, em sima delle está hum nixo com húa imagem da Trind.^de de vulto intr.^a, e perfeita. O altar he de madeira, e no seu vão tem hua imagem do S.^r morto no esquife, q̃ vai na prosisão do enterro, a qual Irmand.^de faz Sexta fr.^a da Paixão: o frontal he de talha dourada serve todo o anno, banqueta pintada, húa Cruz com Crucifixo, e seis castiçaes de páu prateados modernos, duas toalhas de pano de linho com renda, huas cortinas de damasco roxo com franja, e galão de ouro groso, q̃ sempre cobrem a vidraça, outras cortinas grandes de brim riscado velhas, hua lampada de metal amarelo m.^to velha. Tem todo o ornato, e movel precizo p.^a a prosisão dos Pasos, q̃ se faz na seg.^da Dominga da quaresma.

Seu estabelecimento consiste em trinta mil r.^s a juro, oito mil sette centos, e sesenta reis de foros, trinta e quatro alqueires de trigo, vinte e trez de milho, hum e meio de centeio, e hua galinha, de cujo rendimento se orna, e se faz a despeza da prosisão, e mais funções, e se satisfazem os legados seguintes = Hua missa cantada todas as sextas fr.^as da quaresma perpetua de esmola de 300 r.^s por costume hum aniversario com missas geraes pelas almas dos Irmãos. Satisfaz-se a todas as obrigações, e he bem administrada, pelo Provedor, e Irmãos eleitos, e dá contas ao Provedor da Comarca.

Neste altar tem obrigação Antonio Xavier Zuzarte corr.^o-mor de Coimbra, de mandar dizer hua missa cantada todas as sextas fr.^as do anno de esmola de quatro centos r.^s cuja esmola lhe estabeleceo o Provedor da Comarca Ant.^o Barbosa, por ser m.^to diminuta a q̃ o Instituidor deixou, porq̃ constava de cinco mil reis por cincoenta e hua missas cantadas, e responso no fim delas com Cruz Levantada, a qual esmola n'aquele tempo era avultada: e lhe fez juntam.^te nomear p.^a satisfação delas as propriedades das Ilhas dos Ovos, e Gaivota, que são da mesma capela: estas missas há nove anos se não satisfazem, e das que nos annos antecedentes mandou dizer o d.^o corr.^o mor deve ainda a Colegiada a esmola de algũas, pela qual o obriga no Juizo da Provedoria.

A quinta capela he dedicada ao Rey Salvador cujo tecto he de madr.^a pintado, e de esteira: da sua instituição não há noticia. A imagem he do Sr Ecce-Homo de jaspe, m.^to devota, imperfeita por lhe faltar a mão esquerda, colocada em hum piqueno retabolo de páu pintado dentro de hũa vidraça fixada; tem este retabolo, dous paineis hum de N. Snr.^a com o Sr Morto nos braços, e outro de Sta Maria Magdalena perfeitos; sobre elle está hũa imagem do Sr Ecce-Homo de pedra m.^to antiga, e indecente: o

altar he de madr.ª sem mais ornato do que hua toalha, frontal de taboa pintada, e hũas cortinas de xita velhas, outras do oratorio da vidraça de damasco uzado, que lhe derão de esmola.

No vão da parede do lado da Epistola está hũ grande painel do Sñr., Crucificado, N. Snr.ª, e S. Joam, com a vocação dos Aflictos; e do lado do Evangelho a Fonte Baptismal. A obrigação que tem seu administrador como consta de hũa inscripção posta na dita capela he dar anualm.te, em dia de todos os Santos, aos pobres quatro alqueires de trigo cosido, quatro almudes de vinho, e hũ tostão de pescado, repartido tudo no adro da Igr.ª ao que se satisfaz, e dá contas seu admininistrador, que assiste em Evora cid.e pelo seu Procurador ao Provedor da Comarca.

A primeira capela cita no corpo da Igr.ª do lado da Epistola he dedicada aos gloriosos Apostolos S. Pedro e S. Paulo, e S. Andre imagẽs de pedra inteiras, e perfeitas colocadas em retabolo dourado, no qual está hũ painel de S.ta Maria Magdalena, e no vão da parede do lado do Evangelho outro de S. Pedro perfeitos. O altar he de madeira sem mais ornato que hũ frontal branco com sebastes encarnados de lãa m.to velho, e roto, e hũa toalha velha, e rota. O tecto desta capela he forada de madeira pintada de ouro, e azul.

A confraria de N. Snr.ª do lugar de Sá, por doação de bens que Aldonsa Martins lhe fez, tem obrigação de mandar dizer neste altar hũa missa rezada perpetua com responso á porta principal da Igr.ª todas as segundas feiras do ano de esmola de cem reis por costume, ás quaes satisfazem, mas não nos dias determinados; dá contas a dita confraria ao Provedor da Comarca.

A segunda capela he dedicada a S.ta Luzia Virgem Martyr, cujo instituto se ignora: foi confraria, que há muitos anos está extinta: a imagem he de vulto inteira, e perfeita colocada em retabolo de talha gesado: o ornato do altar, que he de madeira, consiste em hum frontal, e banqueta de páu pintado, duas toalhas de pano de linho com renda, dous castiçaes piquenos de páu torneados, e pintados, hua lampada de metal velha: tem a Sancta trez mantos de seda de várias cores, dous resplendores, hũ de prata, o outro de lata de esmolas: não tem rendimento algum, nem obrigação; o zelo de alguns devotos he que a administra, e orna.

A terceira capela he grande de pedra, e cal com fundo que excede as paredes da Igr.ª o seu tecto em forma de zimborio toda de estuque com duas frestas piquenas de vidraça: he dedicada a S. Braz foi instituida a dez de Desembro de mil, e quatro centos e cincoenta, e sete por Fernão Vaz de Agomide: a imagem do S.to he de pedra intr.ª, e perfeita colocada em hũ piqueno retabolo de madeira pintado com dous paineis dos lados; hũ de S. Sebastião, o outro de S. Joam Evangelista: o altar he de madeira com frontal, e banqueta de páu pintado, tem cruz sem crucifixo, e dous castiçaes um de páu prateado m.to uzados, hũa toalha m.to velha: os paramentos p.ª o dia da sua festa constão de hũ frontal, cazula, estola, manipulo, bolsa de corporaes, e cortinado, tudo de damasco encarnado guarnecido de galão, e franja de seda amarela em bom uzo.

Seu instituidor lhe vinculou todos seus bens; e no ano de 1591 lhe adjudicou Thomaz Coelho duas azenhas; são bens immoveis: tem obrigação anual, e perpetua de sesenta, e seis missas rezadas, e quinze cantadas ditas na mesma capela; aquelas de esmola de cem reis, e estas de duzentos reis por costume: são satisfeitos estes legados pela actual administradora a Comendadeira da Encarnação D. Maria Juliana Ignacia de Menezes, cujo procurador dá contas ao Provedor da Comarca; e juntam.te da administração de hũ Hospital proximo a esta Igr.ª com o titulo da mesma capela instituido pelo mesmo Agomide p.ª pernoutarem os prigrinos, que vão, e vem de S. Theago.

A quarta capela, consta de hua inscrição, que n'ella está, ser instituida por Manuel Castilho de Figueiredo, que faleceu de quarenta e oito anos de idade no de mil quinhentos e sesenta, e nove, seu tecto e vão he pintado: he dedicada a S. Jozé, foi doada pelos seus descendentes á confraria do mesmo Sancto, que n'esse tempo havia com obrigação de duas misas cantadas, uma no dia do Sancto, outra no seguinte, e hũ nocturno; e as trez do Natal; infere-se que pela extinção da confraria tomou posse da capela algũ parente do Instituidor, e hoje a possue João Barata de Figueiredo morador, e assistente na Villa de Goes.

A imagem de S. Jozé, e hua do Menino Deos, que tem pela mão são de vulto inteiras, e perfeitas colocadas em hnm retabolo pintado apainelado com m.tas e perfeitas imagẽs: o altar he de madeira, sem mais ornato do que hua toalha de pano de linho, dous frontaes, hũ de estofo encarnado, e branco novo, e outro m.to velho com sebastes encarnados de lãa, as duas imagens tem resplendores de prata, e hua lampada de prata desmanxada. Não satisfazem as missas há m.tos anos.

Há mais duas capelas grandes eretas no adro da Igr.a ambas com porta p.a ella: a primeira he dedicada a S.ta Catarina Virgem Martyr instituida no ano de mil trezentos, e cincoenta e sete por Pedro Vicente Racoeiro da Igr.a, como consta de hũa inscripção posta na mesma capela: toda de pedra de cantaria, com trez tumulos da mesma levantados na grosura das paredes, onde costumão sepultar-se seus administradores. A imagem he de pintura inteira, e perfeita em hũ quadro guarnecido de duas columnas com hũ piqueno remate m.to velho pintado, que serve de retabolo: o altar he de pedra, e cal, a face de azulejo, sem ornato: tem hua toalha, e hua alva de pano de linho com renda novas.

Tem obrigação de missa quotidiana, que se não satisfaz há quarenta anos, perpetua; duas cantadas, no dia da Sancta hũa, e outra no seguinte, não sendo Dom.o, ou dia Sancto, pelas quaes dá de esmola a Colegiada nove centos r.s por costume; duas rezadas nos altares colateraes da Igr.a dia da commemoração dos Defuntos de esmola de sesenta r.s cada hũa; cem r.s p.a cinco pobres; trez vintẽs ao Conv.to de S.to Antonio desta cid.e; vesperas cantadas na vespera da S.ta, pelas quaes dá de oferta ao Coro hum mimo de fructa, na forma da Instituição, ao que satisfaz seu actual administrador Fernando Antonio de Moraes e Mariz, por m.tos bens immoveis, e foros vinculados á mesma capela: dá contas ao Provedor da Comarca o qual lhe tem feito sequestro há muitos anos em os ditos bens, e seu rendimento p.a satisfação da missa quotidiana. He certo, que o Pay do actual administrador cuidava em Breve de componenda, e redução, por não ser o rendimento suficiente para tão grandes encargos.

A segunda he dedicada a S.to Ildefonso, cujo edificio he de pedra, e cal, o tecto de madeira em forma arqueada, tem tambem porta p.a a rua publica: da sua fundação, e instituição não há lembrança: a imagem do S.to he de pedra inteira, e perfeita, colocada em hu retabolo de madeira m.to velho, o altar sem ornato, e aruinado, como tam bem os caixões dos paramentos, e forros, tudo indecente. Consta do tombo da Igr.a ter obrigação de trez missas semanarias, e trez dia de Natal, que se não satisfazem há m.tos an.s: seu administrador actual he Joze Antonio Ribeiro de Moraes assistente em S. Theago de Beduido deste Bispado.

Alem das confrarias referidas há nesta Paroquia outra, e hua Irmandade, que não tem na Igr.a altar proprio, esta he a Irmandade dos gloriozos Apostolos S. Pedro, e S. Paulo, erecta, e cita na Igr.a no anno de 1434, e no de 1584 foi enrequecida pelo Papa Gregorio XIII de indulgencias: tem estatutos q̃ forão renovados no ano de 1594, e por estarem defeituosos forão segunda vez renovados no de 1690, aprovados no de 1710 pelo R.do Provizor deste Bispado o D.r Manoel Moreira Rebelo.

Seu estabelecimento consiste em seis centos, nove mil, e nove centos, e sesenta reis a juro, nove mil, e duzentos reis de foros postos em terras, e cazas: he administrada pelos clerigos, satisfaz as obrigações p.ª que foi instituida: tem obrigação de catorze missas rezadas, e duas cantadas perpetuas; aquelas de esmola cem r.ˢ, e estas de duzentos r.ˢ cada hũa. O mordomo que anualm.ᵗᵉ se elege dá contas a toda a Irmandade.

A confraria he a das Almas, sem instituição, nem estabelecim.ᵗᵒ algũ, rendimento, ou legados. He hũa devoção de tempo immemorial introduzida pelo povo desta freguezia: tem as esmolas, que se tirão pelas portas nas seg.ᵈᵃˢ feiras do anno, q̃ são p.ª hũa missa cantada de esmola de duzentos reis, que por costume se dá a Colegiada; e o seu acrescimo he aplicado p.ª missas, e aniversario pelas Almas, e cera p.ª estas funções: declaro, que a missa referida se diz em todas as seg.ᵈᵃˢ fr.ᵃˢ do anno: tira-se a esmola com licença do Mamposteiro-mor dos Captivos p.ª os quaes paga a d.ª Conf.ª duzentos r.ˢ todos os anos de componenda. O seu movel consta de hum pluvial, e estola de Damasco preto novo, e guarnecido de galão, e franja de seda amarela, hũa Cruz grande de prata com manga verde, sete opas de saeta da mesma cor m.ᵗᵒ velhas, hũ guião de damasco verde com sua cruz de prata, o que tudo serve p.ª as prosisões que se fazem nas segundas feiras.

Como não tem mais rendim.ᵗᵒ do q̃ as referidas esmolas, e se distribuem p.ª o fim a que são destinadas, não tem de que dár contas, nem as dá a pessoa algũa: esta administração se faz pelos Irmãos nomeados, q̃ pedem a d.ª esmola, e pelo Thezour.ᵒ que a arecada, e faz a dita despeza.

Igr.ᵃˢ, Capelas, e Oratorios que há
no destricto desta Paroquia:

A Igr.ª da Mizericordia he edificio sumptuoso de pedraria, seu tecto da mesma arqueado, e quartejado; cuja instituição, e completo estabelecimento, que consiste em rendas de bens immoveis, não pude saber; mas só que dão comprimento a m.ᵗᵒˢ legados, de que, dão contas ao Provedor da Comarca: está decentem.ᵗᵉ, e com aseio paramentada com paramentos de todas as cores, calices, patenas, galhetas, missaes, toalhas, corporaes, bolsas, e sanguinhos; tudo perfeito.

No altar-mor, que tem retabolo dourado, e apainelado com imagẽs inteiras e perfeitas, está colocado há poucos anos Sacrario, interior, e exterior m.ᵗᵒ decente p.ª guarda e culto do S.ᵐᵒ Sacram.ᵗᵒ: nos dous altares, q̃ sóm.ᵗᵉ tem encostados a face do arco cruzeiro, com retabolos de pedra pintada, e dourada estão, no do lado do Evangelho a imagem do Sñr Ecce-Homo de vulto inteira, e perfeitissima, e no da Epistola a de Nossa Snr.ª da Conceição de vulto intr.ª, e perfeita, ambas de baixo de vidraça, e cortina. Tem quatro capelães, que rezão em coro com ordenado de dez mil r.ˢ cada hũ, os quaes tem obrigação de duas missas quotidianas repartidas por todos quatro, a saber; hũa na d.ª Igr.ª, outra no Convento de S.ᵗᵒ An.ᵗᵒ desta cidade, de que recebem todos sesenta mil r.ˢ

A Igr.ª do Conservatorio de S. Bernardino intra muros, he dos Templos magestosos desta cidade de pedra, e cal, o tecto de abobeda arqueado; seu Instituidor foi o P.ᵉ Joam de Oliveira, q̃ morreo sendo Prior de Cazal Comba; teve seu principio havera cem anos. Nela se celebrão os officios Divinos com a maior perfeição, aseio, e limpeza do Templo; he ornada de ricos paramentos p.ª as festas solemnes, e de outros m.ᵗᵒ graves de todas as cores para o uzo, frontaes, tualhas, calices, patenas, corporaes, sanguinhos, galhetas, pratos, e colheres, missaes, alvas, amitos, tudo m.ᵗᵒ decente, e em bom uzo. Tem duas capelas, hũa de missa quotediana, outra da maior parte do ano, ás quaes satisfaz inteiram.ᵗᵉ por trez capelaes.

Este conservatorio he da immediata protecção do R.ᵐᵒ Ordinario; suas recolhidas vivem debaixo da Regra de S. Fran.ᶜᵒ. O que asima se declara repective a fundação, instituição Capelas, e seu estabelecimento, foi inviado pelo Corregedor desta cidade a El Rey N. Snr. pelo seu Dezembargo do Paço.

A Igr.ª do Convento de S.ta Thereza de Carmelitas descalças intra muros. he grande de pedra, e cal, seu tecto de madeira apainelado em forma arqueada dourado com paineis de varios sanctos perfeitos. O aseio deste Templo he perfeitissimo, e tem excelentes paramentos, e todo o mais movel do serviço immediato da missa he m.to decente. He sugeito ao Provincial.

A Igr.ª de S. Theago Maior cita nos Arneiros extra muros junto ao rio dedicado ao mesmo Sancto, he edificio grande de pedra, e cal, seu tecto de madeira, cuja fundação se ignora, esta aruinadissima, e indecente de tal sorte, que, vendo estar já sem portas, e que dentro dela se recolhião do tempo os animaes, fiz conduzir logo a imagem, que he de vulto inteira, mas m.to indecente, p.ª a Igr.ª da Paroquia, e a coloquei no altar de S. Sebastião; não tem ornato algũ, nem consta tenha obrigaçoes.

A Igr.ª de Nossa Snr.ª dAjuda estra muros, não consta da sua fundação: he vox commua de que foi dedicada a S. Gregorio Papa, sem administrador, e bens algũs, he pequena de pedra, e cal o tecto de madr.ª em forma arqueada, teve sua ruina com o terremoto: a imagem da Snr.ª he de vulto inteira, e perfeita com hum menino no braço esquerdo; dise, que apareceo dentro em hũ caixão na praia do mar com hu papel que dizia, se coloca-se em capela de Aveiro fora da Vila = está colocada em hũ nixo guarnecido de talha pintada e dourada, e duas imagẽs na banqueta, hũa de S. Gregorio de vulto inteira, e perfeita, outra de S. Gonçalo vestida, que ali colocou hũ devoto = o altar, e banqueta são de madeira, cujo ornato he hũ frontal de serafina branca com ramos encarnados; duas toalhas com renda boas, e hua velha, dous castiçaes de bronze; hua cruz de páu piquena: tem um cazulo, estota, e manipulo das cores encarnada, e verde em bom uzo, alva, cingolo, dous amitos, hua bolsa com dous corporaes, calix, e patena de prata, veo de tafeta carmezim, dous sanguinhos, hum missal bom, huas galhetas de estanho m.te antigas velhas.

O ornato da Snr.ª he hũa coroa, e resplendor do menino de prata, dois mantos, hũ de primavera de seda com renda de prata, outro de seda parda com galão de seda, duas contas, a que chamão leitores, que vinham dentro do mesmo caixão da Snr.ª; e por serem prendas suas, tem as mulheres suma devoção, e fé, de que pondo-as ao pescoço recuperarão abundancia de leite p.ª alimentarem seus filhos. A maior parte do referido movel tem dado os devotos da Snr.ª: não tem obrigação, algũa de missa.

A capela dos Santos Martyres cita extra muros junto ao rio, e das cazas, e quinta de D. Ignes Margarida veuva de Antonio Verissimo, he de pedra e cal, seu tecto de abobeda sextavada, dedicada aos Sanctos Martyres Verissimo, Maxima, e Julia: instituida por Simão da Costa de Alm.da Sñr da quinta. Estão colocadas as trez imagẽs, que são de vulto inteiras, e perfeitas cada hũa em seu nixo, em retabolo dourado com altar, e banqueta, em o vão do arco, que correspõde com a porta da rua: no vão dos dous primeiros arcos tem dous tumulos, elevados sobre dous leoens, e na frente as Armas dos Costas, e Almeidas, o vão dos outros arcos se ocupa com o caixão dos paramentos sufeciente, e em correspondencia com hua porta p.ª a quinta; em sima da qual está hua tribuna, donde a familia da caza ouve missa.

O dito Instituidor lhe vinculou a sua terça com obrigação de cento, e cincoenta missas ditas na mesma capela de esmola de cincoenta reis, as quaes se dizem em lugar incerto por Breve Pontificio, que p.ª esse efeito alcançárão seus sucessores. O filho do Instituidor lhe adjudicou a sua terça com obrigação de duas missas ditas aonde seus administradores quizesem: o movel immediato do altar, e missa, he hũ frontal, hua toalha, hũ ornamento vermelho, outro roxo, trez alvas, outros tantos amitos, e veos de calices, duas bolsas de corporaes, calix, e patena de prata, e colher, dous castiçaes de prata, hũa guarda do altar, e huas cortinas brancas.

FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE AVEIRO

A capela de S. Antonio dos Prezos cita de fronte da cadeia desta cidade, no adro da Paroquia he dedicada ao mesmo Sancto: não consta da sua instituição; he de pedra, e cal o tecto de abobeda arqueada com porta da mesma largura, e altura p.ª poderem os prezos ouvir missa todos os domingos, e dias sanctos, e esta de esmola de cento e vinte reis, que por obrigação manda dizer a confraria do Santissimo Sacramento da freguezia d'Presentação desta cidade, p.ª o que tem hũ legado imposto na dita Confraria, que satisfaz esta obrigação.

A imagem do Sancto he de vulto inteira, e perfeita colocada em hũ piqueno retabolo de taboa pintado: o altar he de madeira, como tambem o frontal, e banqueta pintados seu ornato, he, duas toalhas, huas cortinas, hũa cruz piquena com cruxifixo, e dous castiçaes de barro pintados: o movel do serviço imediato da missa são duas casulas com estolas, e manipulos brancos com sebastes encarnados hũa, e outra roxa asseadas, alva, cingolo, amito, bolsa com corporal, sanguinho, calix e patena de prata, e missal tudo uzado; e galhetas de vidro: presentem.te estão aseados estes moveis por devoção de hu religiozo Franciscano, que dizia as missas, e do carcereiro, que dá todo o guizamento p.ª ellas.

O oratorio particular da caza do D.or Luiz Antónío Rozado, dedicado a Sancta Clara imagem em pintura perfeita, he de tabique, seu tecto arqueado pintado, e o retabolo; neste estão colocadas m.tas imagẽs inteiras, e perfeitas: tem banqueta, e frontal pintado, hũa cruz de pau évano com crucifixo de marfim, dous castiçaes de estanho, duas toalhas boas, outro frontal, cazula, estola, e manipulo, bolsa de corporal de damasco branco, com franja, e galão de ouro; outra cazula, estola, e manipulo de estofo branco, com sebastes encarnados, alva, cingolo, e amito de pano de linho, dous corporaes, tres sanguinhos, missal, galhetas de estanho, calix, patena, e colher de prata dourada, tudo em bom uzo. Não tem obrigação algũa de missas.

O oratório particular de Joam de Souza Ribeiro da Silveira, he dedicado a D.ª, he de tabique, seu tecto de madeira gesado, o retabolo dourado devidido em cinco nixos; no maior está hua imagem de Christo cruçificado, Nossa Senhora, e S. Joam intr.as, e perfeitas, e da mesma sorte o são as que estão nos outros quatro; a saber S.ta Joanna Princeza, S. Francisco, S. Sebastião, e S. Joam Baptista todas de vulto piquenas: o ornato do altar, he frõtal de madeira pintado, duas toalhas de pano de linho, dous castiçaes de prata, duas cazulas de damasco de laã branca com sebastes encarnados com suas estolas, e manipulos uzados, alva, amito de pano de linho, cingolo, calix de bronze com copos, patena, e colher de prata, galhetas de estanho, missal, bolsa encarnada, e branca com dous corporaes de pano de linho, e pálas tudo uzado. Não tem obrigação de missa.

As festas que se celebram na Igr.ª Paroquial são oito.

Dia da Epiphania, e dia dos S.tos Innocentes com o Santissimo Sacramento exposto athé o meio dia, na Dominga *infra octavam* de Corpus Christi, com o S.mo Sacramento exposto todo o dia, e prosissão por toda a cidade, de obrigação do Estatuto, dirigidas, e satisfeitas pelo Juiz, e officiaes da confraria do S.mo. Dia de S. Braz, dirigida, e satisfeita pelo administrador da Capela; dia de S. José, dirigida, e satisfeita por trez officiaes carpinteiros eleitos anualm.te; dia de S. Pedro dirigida pela Irmandade dos clerigos; dia de Nossa Senhora da Natividade com o S.mo Sacram.to exposto todo o dia, e prosissão por toda a cidade dirigida pelos mordomos, e satisféita por elles, e pela confraria; dia de Sancta Luzia dirigida, e satisfeita por seus devotos, e pelos que querem ser eleitos.

De cada hua destas festas não tem a Colegiada mais couza algũa do que a esmolla de oito centos r.s da missa, e cantoria, e das procições, tem o Paroco quatro centos r.s, e cada P.e hum tostão.

Fora da Paroquia só há hũa festa na capela de S.to Antonio dos Prezos no dia do Sancto dirigida, e satisfeita por pessoas devotas, de que tam bem tem a Colegiada de esmola oito centos reis por missa, e cantoria. Algũs anos tem tido festa a snr.a dAjuda por devotos de que daõ a Colegiada de esmola honze tostoẽs, por ser extramuros.

Os sermoens, que se pregaõ na Igr.a Paroquial são quarenta nos dias seguintes =

Todas as Domingas da Quaresma, e Advento, Festas Pascaes, Padroeiro da Igr.a, Padroeira da Cid.e, que he Sancta Anna, S. Estevão, S. Lourenço, e dia de todos os S.tos satisfeitos pela Camera com a esmola de quarenta mil r.s aos Religiozos de Sancto Antonio: oito todas as sextas fr.as da Quaresma, e dia de Passos satisfeitos pelo Provedor desta Irmandade com a esmola de doze até quinze mil r.s. Trez satisfeitos p.la confraria do S.mo Sacramento nos dias de suas referidas festas; dous de esmola de dois mil, e quatro centos r.s, e outro de mil, e duzentos, até mil e seis centos reis; dous satisfeitos pela confraria de N. Snr.a da Graça em dia da Natividade da Snr.a de esmola de dois mil e quatro centos reis; outro dia de S. Braz, que satisfaz o Administrador da Capela de esmola de mil, e duzentos reis: hum dia de S. Pedro, que satisfaz a sua Irmandade de esmola de mil e seis centos r.s outro dia de Santa Luzia, que satisfaz hũ perpetuo Devoto de esmola de mil e duzentos até mil e seis centos reis, outro dia de S. José, que satisfazem os trez officiaes de esmola de mil e duzentos, até mil e seis centos reis.

As ofertas feitas aos Sanctos, e por cazamentos recebe-as o Paroco por costume immemorial, das quaes naõ ha taxa certa: as esmolas dos oficios, quando por qualquer defunto se fazem trez de nove lições com trez missas cantadas, são trez mil, e duzenlos reis, igualm.te repartidos pelo Paroco, e Colegiada; e da mesma sorte he repartida a esmola de mil, e seis centos reis por hum oficio, e hum nocturno com duas missas cantadas, e a de quinhentos reis por hũ nocturno com hua missa cantada tudo por costume antigo. As ofertas dos baptisados recebe as o Thezr.o da Igr.a por costume, e não tem taxa certa.

As esmolas das sepulturas recebe a Fabrica, e tem taxa certa; sendo a sepultura dentro das grades no arco cruzeiro, he de mil, e duzentos reis; por terem sepulturas de pedra, e precizarem de officiaes p.a se abrirem, e asentarem; sendo no corpo da Igr.a quatro centos, e oitenta reis, se he pessoa grande, por que a ser menor, são duzentos, e quarenta por uzo antiquissimo. Dos enterros que há na Paroquia não recebe o Paroco oferta alguma; tem cem reis da encomendação, e acompanham.to, e cada P.e cincoenta r.s».

Aveiro, 5 de Abril de 1941.

F. FERREIRA NEVES

FILARMÓNICAS DO DISTRITO

II

FILARMÓNICAS DE OVAR

BANDA *Ovarense.* — Àcêrca desta filarmónica recebemos uma extensa informação do Sr. José Augusto da Cunha Lima Júnior, da qual extraímos o que mais pode interessar os leitores.

A Filarmónica Ovarense foi fundada no dia 4 de Dezembro de 1811 por José Coelho Pereira de Melo, pouco depois substituído pelo maestro António José Valério, de S. Tiago de Riba Ul (Oliveira de Azemeis), que a dirigiu até 1821. Sucedeu a êste regente seu filho, *de 13 anos* de idade, António Maria Valério de Sousa Brandão, mais tarde conhecido pelo «maestro» Valério, o qual se notabilizou como compositor de marchas fúnebres, ofícios da Semana Santa e missas. Como obras de maior relêvo, escreveu um *Stabat Mater* e uma *Sequentia,* esta feita expressamente para as exéquias do Dr. Correia Teles. — A Sousa Brandão sucedeu Benjamim Rodrigues da Silva Nábia, que exerceu a regência da banda até 1904. Era compositor de certo mérito e foi progenitor de numerosa prole de artistas, aos quais muito deveu a banda. — Em 1904 foi Silva Nábia substituído por seu filho David Rodrigues da Silva, que apenas contava quinze anos de idade. Nesta altura e sob a regência de uma criança, apresentou-se a Banda Ovarense ao «Certamen musical» de Aveiro, em 1905, no Jardim Público, e conquistou o primeiro prémio, conferido por um júri de maestros de músicas militares. — Em 1907, por David Nábia se ter ausentado para o Brasil, retomou o pai a regência da banda, que completamente veio a deixar em 1914. — Substituiu-o outro filho, Artur Rodrigues da Silva, que em 1916 abandonou a regência por ter de embarcar para a África Oriental, como expedicionário de Infantaria n.º 24; o qual, regressando de África em 1917, retomou a regência e a exerceu até 1925, em que foi substituído por Joaquim Maria Pereira da Silva, regente até 1931. — Todos

estes regentes eram de Ovar. Pode mesmo considerar-se como tal o maestro António Maria Valério, que, apesar de haver nascido em S. Tiago de Riba Ul, veio a fixar-se e a constituir família em Ovar, onde viveu durante setenta e oito anos. — De 1931 a 1936 regeu a banda o capitão-chefe de música, reformado, Salvador Pereira de Sousa Guimarães, que lhe deu grande impulso. — Seguiu-se uma época de crise, até que assumiu a direcção da banda o actual regente, Sr. Joaquim da Silva Figueiredo. Foi já debaixo da sua batuta que a Banda Ovarense obteve, em Março de 1939, em Aveiro, a terceira classificação num «certamen musical». — As últimas palavras do nosso informador, na nota que nos enviou, são as seguintes: — «Não pretendo sobrepor a Banda Ovarense a qualquer outra: sòmente quero mostrar o trabalho persistente e cheio de amor bairrista dos seus componentes, que têem conseguido manter de pé uma obra que conta hoje 128 anos».

Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar. — Esta banda foi fundada em 1889. Fundou-a Luís Valério de Carvalho, seu primeiro regente, e é agora regida pelo Sr. Francisco Matos.

FILARMÓNICA DE ESTARREJA

A actual «Banda Municipal de Estarreja» foi fundada em 1858 pelo professor primário Agostinho António Leite, com o nome de *Filarmónica Estarrejense.* — Em 1890, passou a denominar-se *Filarmónica União Salreu-Estarrejense,* e em 1927 foi incorporada na corporação dos Bombeiros com a designação de *Banda dos Bombeiros Voluntários de Estarreja.* A Câmara de Estarreja resolveu, em 1936, conceder-lhe o título de *Banda Municipal de Estarreja,* que actualmente usa. É seu actual regente o Sr. Álvaro Pereira dos Santos, que assumiu êsse cargo em 1930.

FILARMÓNICA DE CUCUJÃES

A «Banda Municipal de Cucujães» foi fundada em 1891 pelo P.e Plácido José Gonçalves. A escritura da Sociedade foi lavrada em Oliveira-de-Azeméis em 2 de Fevereiro. Foi seu primeiro regente o fundador; mas, não podendo acompanhar a banda, foram contratados sucessivamente dois regentes, um de Albergaria-a-Velha, outro do Pôrto, aos quais se seguiram: Manuel Pereira dos Reis, do Souto da Feira, e Rufino José Correia, de Cucujães, ambos músicos de valor, a quem a banda

muito ficou devendo. Em 1919, assumiu a regência o Sr. António Pinto Godinho, de Cucujães, antigo executante de flautim e requinta na banda.

Como benfeitores, devem citar-se especialmente: M. Brandão, que ofereceu o primeiro instrumental; a Condessa de Penha Longa; João R. Quatorze; Manuel Alves Soares; João Alves Soares; José Maria de Castro Lopes Júnior e Hermenegildo Brandão; e tem esta colectividade sempre a seu lado o grande benemérito Sr. Augusto de Castro Lopes Brandão, proprietário da « Camisaria Progresso », do Rio de Janeiro.

No dia 2 de Fevereiro dêste ano, comemorou-se, no « Cine-Teatro Progresso », de Cucujães, o 50.º aniversário da banda. Esta executou alguns trechos musicais, e o Sr. Padre Gonçalo, dos Beneditinos, evocou, num discurso, o fundador da colectividade e teve palavras de louvor para os benfeitores, especialmente para o Sr. Augusto Brandão.

FILARMÓNICA DE ALBERGARIA-A-VELHA

Banda das Fábricas Metalúrgicas « Alba ». — Esta banda, também conhecida por « Banda da Alba », foi fundada em 1938 pelos proprietários da Fábrica Alba, Srs. Augusto Martins Pereira, Américo Martins Pereira e João Pinheiro Mourisca, e apresentou-se pela primeira vez em público na noite de 22 de Abril de 1939, em concêrto público. É seu regente o Sr. António de Almeida, sub-chefe da Banda da Marinha (aposentado). — Sucedeu à *Banda dos Bombeiros Voluntários,* fundada em 1860 por José Marques de Lemos, António José Marques de Lemos e José Marques de Lemos Júnior. Foram sucessivamente seus regentes: João Maria de Abreu, Miguel Chaló, José Henriques Pinheiro, Francisco Correia de Sá e Melo, Fernando Pinheiro, Américo Sales, Francisco Matos, António Martins, Albérico Ribeiro, João Pinto, Américo Amaral e João Marques de Lemos.

FILARMÓNICA DE JUNQUEIRA

A Banda de Junqueira (Vale de Cambra) foi fundada em 1898 pelo P.e Domingos Tavares da Silva, pelo professor José Pereira Dias e por Manuel Rodrigues de Almeida. Foi seu primeiro regente Joaquim Coutinho, ao qual se seguiram Cipriano Tavares Falcão e Francisco Aguiar, sub-chefe da banda de Infantaria n.º 6. Rege-a actualmente o Sr. Ramiro dos Santos.

FILARMÓNICA DE S. JOÃO-DE-LOURE

Esta banda foi fundada em 1826 principalmente por António José de Andrade, e Padres Alexandre da Silva e Joaquim Dias. O primeiro foi quem de inicio a regeu; o actual regente é o Sr. João Júlio da Costa Cardoso, sub-chefe de música (reformado).

FILARMÓNICA DE SEVER-DO-VOUGA

A *Filarmónica Severense* teve o seu início em 1880, graças à iniciativa do abade Justino Tavares e dos cidadãos José Rodrigues da Costa Carvalheira, e Joaquim Tavares Rôge, que foi quem primeiro a dirigiu. Foram a seguir regentes: António Francisco Tavares; Vergílio Augusto de Oliveira, reformado da Guarda Municipal do Pôrto; António Fernando, sub-chefe de banda; e José de Figueiredo Bastos. — Dirige-a actualmente o Sr. Manuel Marques.

FILARMÓNICA DE EIXO

A *Banda de Eixo,* denominada «Associação Recreativa Eixense», data de 1 de Maio de 1924. A primeira direcção, eleita pela comissão organizadora, presidida pelo Sr. Evaristo Fernandes Mascarenhas, foi constituída pelos Srs. Aristides Dias de Figueiredo, Manuel Marques Dias Júnior e João Luís Ferreira de Abreu, e a actual direcção constituem-na os Srs. Manuel Dias Vaia Júnior, Herculano Rodrigues Felizardo e Manuel Dias de Oliveira. — Foram sócios fundadores: Dr. Jaime de Magalhães Lima, Dr. Dinís Severo Correia de Carvalho, Dr. Alfredo Coelho de Magalhães, Dr. Carlos Alberto Ribeiro, ten.-cor. David Ferreira da Rocha, Aristides Dias de Figueiredo, João Pinho Brandão, João Armando Dias Fernandes, Jerónimo Fernandes Mascarenhas, João Luís Ferreira de Abreu, Sebastião Luís Ferreira de Abreu, José Aires Fernandes, Manuel Nunes Marques Dias, Viriato Moreira, Sebastião Pereira de Figueiredo, José Pereira de Figueiredo, Manuel Dias de Carvalho, Avelino Dias de Figueiredo, P.e Manuel da Cruz, João Martins Pinho, Jerónimo Fernandes Mascarenhas Júnior, Francisco João de Amorim, Calisto Dias Saldanha, Evaristo Fernandes Mascarenhas, Manuel M. Saldanha, José M. Alves de Azevedo, Ermelindo Saldanha, José Fernandes de Jesus, Porfírio Luís Ferreira de Abreu, Manuel Dias Naia Jarmelho, Manuel Luís Ferreira, José Maria Soares Pereira, João Nunes de Carvalho e Silva, João José Nunes Marques, Samuel Fernandes da Silva, e António do Carmo Magalhães. — O pri-

meiro regente da banda foi o Sr. António dos Santos Lé, de Aveiro; o segundo e actual é o Sr. João António Salgado, sub-chefe de música.

FILARMÓNICA DE VAGOS

A *Banda Vaguense,* que vive desde 1860, teve por fundadores: João de Miranda Ascenso, prior de Vagos; António Máximo Branco de Melo; Duarte Justiniano da Rocha Vidal; Dr. Cipriano dos Santos Graça; Manuel José Pinto Camelo Coelho; João Ferreira da Cruz; Constantino Fernandes Maia; Manuel José da Trindade, professor; e José Caetano Santiago. — Foram seus regentes desde a fundação até hoje: Guilherme Santana; José Pinheiro Nobre; Manuel de Sousa Avidos, regente de Caçadores 7, de Aveiro; P.e José Fernandes de Carvalho e Maia; Luís José Pinto Camelo Coelho; Joaquim José da Trindade; João Fernandes de Carvalho e Maia; Miguel Maria Dias Pinho Santiago; Adelino Mendes Bulhão; Berardo Pinto Camelo; Silvério de Melo, músico de 1.a classe, reformado; Vitorino Maia; Benjamim Pinto Camelo; José Maria Pinto Camelo Sarabando; Narciso Gravato; Manuel Maria Mouro; Herculano Mouro e Adelino Mendes Bulhão. — A Comissão que actualmente dirige os seus destinos é formada pelos Srs. Joaquim Gil, João Costa, João Ribeiro, Eugénio Sarabando e Manuel Maria Gil.

FILARMÓNICA DE FIGUEIREDO-DO-BURGO

Esta banda, segundo informações que nos foram dadas pelo actual presidente da direcção, Sr. Américo Gomes de Sousa Brandão, « é a mais antiga do concelho de Arouca ». Foi fundada em 1740 pelo P.e Custódio José Gomes, pároco da freguesia do Burgo a que pertence o lugar de Figueiredo, o qual foi seu primeiro regente. Passados cêrca de cinqüenta anos, esta banda foi desmembrada, dando origem à Banda da Vila de Arouca. — O actual regente é o Sr. Manuel Pato de Oliveira, professor oficial da freguesia de Moldes, de Arouca.

(Continua)

JOSÉ TAVARES

OS DONATÁRIOS DE GRIJÓ

O ilustre escritor D. João de Castro, em artigo de fundo de *O Primeiro de Janeiro* de 8 de Dezembro de 1940, refere-se aos donatários de Grijó e põe um problema genealógico, prometendo voltar ao assunto.

O fundador do mosteiro de Grijó foi D. Nuno Soares, chamado o Vélho, que, no tempo de Afonso III de Leão, «*conseguiu apoderar-se de um vasto senhorio talhado nas terras litorais de entre Douro e Vouga*».

Eram as Terras de Santa Maria da Feira, que lhe vinham do bisavô.

Disto proveio que, nos meus trabalhos de propaganda relativos ao Castelo da Feira, topasse com o vélho Nuno Soares e os seus descendentes. A êles me refiro no artigo publicado no n.º 22 dêste *Arquivo*.

O Nuno Soares, o Vélho, era bisneto do conde D. Ero que nos aparece, em tempos remotos, como senhor das Terras de Santa Maria.

Seguindo o que o dr. Aguiar Cardoso escreveu nas *Memórias do Concelho da Feira*, apresentei a genealogia dos Soares de Grijó:

1 — O conde D. Ero
2 — Gondozindo Eris
3 — Soeiro Gondozendes
4 — Nuno Soares, o Vélho
5 — Soeiro Nunes
6 — Fromarígio Soares
7 — Soeiro Fromarigues
8 — Nuno Soares, irmãos e irmãs.

D. João de Castro — «*atentando nas datas*» de 922 em que os irmãos do Nuno Soares, o Vélho, doaram ao mosteiro de Grijó, e de 1112 em que um novo Nuno Soares, com a mãe e os irmãos, fêz outra doação ao mesmo mosteiro — diz que «*entre os dois Nunos jazem com certeza três ou quatro gerações esquecidas*».

Vou indicar os elementos que encontrei para, se fôrem aproveitáveis, o auxiliar nas suas investigações.

«*O Nuno Soares do século* XII, díz o ilustre escritor, *só pode ser 3.º ou 4.º neto — e não simples neto, com se tem afirmado — do seu homónimo do século* X».

Como se vê, coloquei-o como 3.º neto, deixando-o na posição que lhe deu o dr. AGUIAR CARDOSO. Êste paciente investigador, porém, começara no artigo XIV das *Memórias*, seguindo a genealogia da Casa do Costeado (Guimarães), por dar o Nuno Soares, o Vélho, como pai de Soeiro Nunes e êste de Flamígio Soares ou Soeiro Fromarigues.

Era uma trapalhada dum homem com dois nomes e, o que é peor, com diversos patronímicos, derivado um do outro nome.

À margem dos recortes dos semanários locais onde as *Memórias* foram sucessivamente publicadas, emendou o dr. AGUIAR CARDOSO, separando o Fromarígio Soares dum seu filho Soeiro Fromarigues, e assim reformou a genealogia no seu artigo XV. Mas ainda à margem do 15 tornou a emendar, primeiro dizendo o Soeiro Nunes pai dum Nuno Soares II e êste pai do Soeiro Fromarigues. Não o contentava a disparidade do patronímico e substituiu o Nuno Soares II, em nova nota, por Fromarígio Soares, em virtude do documento 691 dos P. M. H., no qual Mendo Trutesindes faz, em 1087, venda de bens a *Suario prolix fromariguiz et uxori uestre eluire nuniz*.

Portanto entre o Nuno Soares de 922 e o Fromarígio vão 165 anos, e de Fromarígio ao neto Nuno Soares decorrem 35. Não é possível que o Fromarígio fôsse neto de o Vélho e existisse mais de século e meio depois dêle. Temos de aceitar a hipótese de mais gerações entre ambos.

Onde iria o dr. AGUIAR CARDOSO beber a sugestão dum Nuno Soares II que aliás eliminou logo em seguida? Não creio que o inventasse quem, em outro escrito, declarou que estas genealogias não as copiava dos livros de linhagens, tanta vez indocumentados; mas as desfiava êle próprio nos documentos autênticos compulsados.

D. JOÃO DE CASTRO também «*pende a crer que entre êsses dois Nunos existiu um terceiro membro da família com igual nome*». De-certo encontrou vestígios do Nuno Soares II. A existir, era filho do Soeiro Nunes, repetindo o nome do avô, e teria tido um filho Soeiro Soares pai do Fromarígio Soares. Como o nome semelhante ao patronímico é raro, se acaso alguma vez se encontra, não repugna admitirmos mais outra geração nesta seqüência.

4 — Nuno Soares, o Vélho (922)
5 — Soeiro Nunes
6 — Nuno Soares II
7 — *Fulano* Nunes

8 — Soeiro *Fulanes*
9 — Fromarígio Soares (1087)
10 — Soeiro Fromarigues
11 — Nuno Soares (1112).

Assim haveria, em 190 anos, nada menos de sete gerações, o que nos dá a média razoável de 27 anos por geração e, entre o Vélho e o Fromarígio cinco gerações com a média de 33 anos.

A suposição do Soeiro Soares reduz as gerações a seis e eleva a média de anos a 31; e entre Nuno e Fromarígio ficariam quatro gerações com a média de 41 anos.

Mas tudo isto é bordado no campo das hipóteses e com certeza os investigadores se não contentam com elas. Resta-lhes ir rebuscar, nos documentos e nas árvores de costados, seguras bases de confirmação.

A D. João de Castro talvez esta indicação intermediária que documenta o Fromarígio e a sua mulher Elvira Nunes sirva para alguma coisa.

Feira, 12 de Dezembro de 1940.

VAZ FERREIRA

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE "DUAS IGREJAS" DA FEIRA

DUAS IGREJAS é nome geográfico de uma povoação muito antiga, pois era já habitada na *época romana*. De facto, no sítio denominado « Choupêlo » encontram-se, dispersos pelo chão e em paredes vélhas, diversos objectos arqueológicos, a saber: — *tégulas, láteres, ímbrices, pôndera,* mós manuárias, pedras trabalhadas, o que denota a existência, ali, de antiga estação romana.

A ex.ma Câmara da Vila da Feira, por intermédio da sua Comissão de Arte e Arqueologia, deve mandar proceder a bem dirigidas excavações no referido local, como fêz em Romariz e Fiães. Assim, enriquecerá o museu municipal, recentemente criado.

A origem popular do topónimo « Duas Igrejas » é atribuída ao facto, aliás discutível, de a primitiva igreja ser, em antiguidade, a *segunda* dêstes arredores. Na opinião do povo, *Duas Igrejas* corresponde à expressão — *segunda igreja*.

Não é esta, porém, a opinião dos entendidos nestas matérias, os quais sustentam que é muito diversa a origem etimológica do topónimo — *Duas Igrejas*. Segundo os mestres na filologia, aquela designação provém da circunstância particular seguinte: — a *coexistência* de duas igrejas, que serviram sucessivamente de templo paroquial. Já servia ao culto a capela-mor da segunda igreja e não fôra ainda demolida a primeira.

Desta circunstância derivou seu nome a freguesia *das Duas Igrejas*.

Da « fregisia de Duabos Ecclesiis » já faz menção a *inquirição* de D. Afonso II (1220), o que nos induz a conjecturar que, no actual território de Duas Igrejas, existiu no período neo-gótico uma *villa*, de nome igual ao do possuïdor ou senhor da mesma, o qual por certo levantou à sua custa a primeira ermida ou igreja.

No século XII, quando a *villa* se transformou em *freguesia*, o povo construiu a segunda igreja e aquêle povoado rústico

passaria a denominar-se — Duas Igrejas, — pela razão acima declarada.

A igreja actual, rica em talha dourada, é já a *terceira*, e crê-se ter sido edificada pelo povo há cêrca de 500 anos.

É de notar que a freguesia de Duas Igrejas teve três *oragos* sucessivos: Santa Maria, São Miguel e São Silvestre I, Papa (314-335). Refere-se ao primeiro a relação dos *Censos*, organizada no século XII e inserta no fim do «Censual do Cabido do Pôrto».

Ao segundo orago referem-se o *Corpus Codicum*, o *Censual do Cabido*, as Inquirições de El-Rei D. Dinis (1288), etc. Ao Papa São Silvestre, patrono e titular da igreja actual, referem-se o *Catálogo dos Bispos do Pôrto* (1623), as *Constituïções Sinodais do Bispado do Pôrto* (1687), o *Questionário* de 1758, a *Descrição da Cidade do Pôrto* (1788), o *Portugal antigo e moderno* (1874), etc.

É particularmente interessante o *questionário* enviado para a Tôrre do Tombo na data acima referida, n.os 7, 14 e 19.

«O orago ou Padroeyro da freguesia he o Senhor São Sylvestre. Tem a igreja somente tres altares, a' saber: o Altar Mor, onde está da parte do Evangelho a imagem de São Gonçalo e no trono o dito Padroeyro; e no Corpo da Igreja dous Collateraes, nos quaes da parte do Evangelho está a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, e da parte da Epistola a Senhora do Amparo e Santa Barbora (sic).

Ha na Igreja desta freguesia a romagem de São Sylvestre no seu dia que he o ultimo do anno, onde vão muitas pessoas offerecer ao mesmo Santo as orelhas dos cevados, que lhe prometterão pera os livrar de alguma infirmidade.

Costuma se fazer no dia de São Sylvestre, o ultimo do anno, huma feyra, onde vão muitos mercadores de loges, ourives de ouro e prata, e outros generos de mercancias, sem pagarem direito algum». Vide *Dicionário Geográfico de Portugal*, do oratoriano P.e Luiz Cardoso, vol. 13, fl. 211.

A feira *franca* de São Silvestre de Duas Igrejas terminou há mais de 50 anos. Porém, desde Janeiro de 1937, vêem realizando no primeiro dia de cada mês um mercado, regularmente concorrido de feirantes, no mesmo local. Segundo Pinho Leal, no vol. 2.º, pág. 487, — na extinta feira anual vendiam-se «muitos porcos gôrdos, bois e outros generos».

A *inquirição* de D. Afonso III (1251), no «Item... de freguesia de Duas Igreias», diz que o *prelatus* (= pároco) Pedro João e os 2 *homens bons* da terra — João Gonçalves e João Rúbens — afirmaram com juramento, perante os juizes inquiridores, que em Duas Igrejas não possuía o rei quaisquer *reguengos* ou terras foreiras à corôa. Tratava-se, portanto, de uma povoação que andava *por honra*, não podendo entrar nela o *mordomo* do rei.

A inquirição de D. Dinis (1288) fala da «parrochia de Saõ

Miguel de Duas Igrejas» dizendo que fôra interrogado Estêvão Pires, de Duas Igrejas, e que êste jurara que havia na sua freguesia uma casa fidalga ou *quintã* de Dona Maria e Rui Martins, e que sempre a vira trazer *por onrra, honrando* por igual tôda a aldeia, isto é, todos os casais daquela terra. João Migueis e Domingos Pires, ambos de Duas Igrejas, e Ângelo Martins, confirmaram as declarações de Estêvão Pires, que seria talvez o pároco da freguesia.

Em 1290, D. Dinis proferiu a sentença seguinte:

«Item... freguesia de Sam Miguell de duas igreias. A hy (= há aí) huma quintaam de Dona Maria e de Roy Martijz e trage na por honrra cum essa aldea que nom entre hy mordomo mais (= mas) entra hy o porteiro e peitam ende vooz e cooima e omezio. Estee como estaa».

Continuou, pois, Duas Igrejas a gozar os privilégios que naqueles recuados tempos eram concedidos às terras *honradas*, que muitas eram elas.

O «Catálogo de tôdas as Igrejas, Comendas e Mosteiros do Reino de Portugal e Algarves», organizado em 1320, — diz-nos que a igreja de S. Miguel de Duas Igrejas pertencia à Terra da *Ordem de Cristo*, fundada pelo rei-poeta em 1319, e fôra colectada em 15 libras para a guerra contra os mouros da Península.

Do «Corpus Codicum Latinorum», editado pela Câmara Municipal do Pôrto, vol. 1.º, pág. 536, — vê-se que «a freguesia de Sam Miguel de duas Igrejas não pagava *portagem* à cidade do Pôrto».

Por fins do século XII ou comêço do XIII, foi colectada a igreja de *Santa Maria* de Duas Igrejas em 15 sôldos de *mortórios*, um quarteiro de *aveia* e outro quarteiro de *milho*, a título de Censórias à Mitra e Cabido do Pôrto.

Votos de Sant'Iago ou do Rei Ramiro — pagou-os a freguesia de Duas Igrejas durante alguns séculos; na segunda metade do século XVI, eram *sete* os casais *voteiros* de Duas Igrejas, somando os *votos* 16 alqueires (8 de milho e 8 de centeio). Só em 1822 foi extinto pelas Côrtes êste tributo.

Donatários da terra, — foram-no os Mestres da *Ordem de Cristo*, os Condes da Feira e a Casa do Infantado.

Pelo que diz respeito ao *padroado* da igreja, a princípio seria exercido pelo senhor da *villa* e fundador da primeira ermida: foi o que sucedeu em inúmeros casos similares.

Mais tarde, o fundador (ou algum seu herdeiro) cedeu ou vendeu o direito ao padroado de Duas Igrejas ao Abade de São Jorge de Caldelas, que só em 1834 deixou de apresentar na dita igreja o cura-pároco.

O mesmo Abade *percebia* os dízimos e mais rendimentos do Passal de Duas Igrejas. Constava êste de terras lavradias e terreno de mato, com pinheiros e sobreiros. Foi arrematado em hasta pública perante o Governador Civil de Aveiro, no

dia 18 de Abril de 1872, pela quantia de seiscentos mil reis. Foi arrematante José Luís de Sá, do lugar do Fundo de Vila, de Duas Igrejas.

Por carta Régia de D. Luís I, de 5 de Maio do referido ano, o Administrador da Feira, António Soares Barbosa da Cunha, foi autorizado a dar posse do Passal de Duas Igrejas ao arrematante: posse que se verificou a 2 de Agôsto.

Os *dízimos* incidiam sôbre o pão, vinho, legumes e os demais frutos que os lavradores recolhiam. O Abade de São Jorge, na qualidade de padroeiro, era obrigado aos reparos que fôssem precisos na residência e na capela-mor da igreja, bem como a fornecer a cera e paramentos para a mesma.

O Cura tinha o pé-de-altar e uma côngrua insignificante. O *Questionário* de 1757, n.º 8, reza assim: — «Duas Igrejas é Curato e apresentado o Cura pelo Reverendo Abbade de São Jorge, que percebe os dizimos e o rendimento dos Passais, por ser a igreja de Duas Igrejas *filial* ou anexa da de São Jorge, e somente o Reverendo Abbade dá ao Cura, annualmente, seis mil reis e o pé de Altar, o que tudo renderá vinte mil reis. E os dizimos e Sãojoaneiras se arrendão junctamente com os de São Jorge».

A-pesar-disso, a lista dos curas da paróquia de Duas Igrejas é quási completa, de 1590 a 1835.

Dos *Autos* que existem na Câmara Eclesiástica do Pôrto, consta que os habitantes de Duas Igrejas requereram ao Governador (intruso) do Bispado, Fr. Manuel de Santa Inez, a anexação da sua freguesia à de Santa Maria de Pigeiros: e foi-lhes isto concedido, a título provisório, em 14 de Abril de 1835. Em 7 de Julho do mesmo ano, foi definitivamente anexada à de Santo Isidoro de Romariz. Êste despacho descontentou muito os Duas-igrejenses. Perante o dito Governador, a Raínha D. Maria II e a Câmara do julgado de Fermedo manifestaram em representações a sua completa discordância e o vivo desejo de terem páraco próprio, conservando a sua freguesia *independente* da de Romariz.

A humilde voz dos filhos de Duas Igrejas não teve eco nas altas esferas; foi apenas *vox clamantis in deserto:* não foi escutada. A freguesia de Duas Igrejas continuou *anexada* a Romariz e até os foros e regalias de *igreja anexa* lhe foram cerceados!...

Mas, *post tempus... tempus venit.*

Êsse *fogo sagrado* que no século passado ardeu em labaredas, lavra ainda na minha terra natal e não se apagará jamais.

Teve Duas Igrejas registo paroquial exclusivo, de 1688 a 1861, o qual se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra e na Conservatória do registo civil da Feira.

Por concessão perpétua do Ordinário, tem Sacrário e Santíssimo a partir de 1849.

O cemitério de Duas Igrejas data de 1885. Anteriormente, os cadáveres eram sepultados dentro da igreja ou no adro da mesma. Foi benzido pelo rev. António Francisco de Matos (†1904), Abade de Romariz e Duas Igrejas. Nesse tempo, a Junta de paróquia era presidida pelo Dr. Manuel José da Conceição (†1907), filho ilustre de Duas Igrejas, a quem se deve êste e outros melhoramentos locais.

Duas Igrejas, do concelho da Vila da Feira, é um centro agrícola de certa importância.

A sua população, que não avulta em número, é muito laboriosa, ordeira, bairrista, e dotada de acrisolada Fé e vivos sentimentos religiosos. E parece ter herdado estas belas qualidades... de seus avoengos.

Com efeito, no fim do século XIII (1299), Dona Maria Anes, mulher do cavaleiro fidalgo Martim Pires Moreiral, — doou ao mosteiro de Grijó o seu casal de Duas Igrejas, chamado = da *Velhêta,* = com o piedoso fim de sufragar as suas almas e as daqueles a quem houvessem, porventura, causado algum dano.

Por sua vez, o mosteiro obrigou-se a alimentar os doadores, enquanto vivos fôssem, dando-lhes do seu celeiro uma *rraçom* igual à de um cónego regrante. Vide *Tombo do Mosteiro de Grijó,* liv. 7, págs. 199 a 200, *Tôrre do Tombo.*

Já no século XII haviam sido doados àquele mosteiro três casais sitos em Duas Igrejas, como se depreende da *inquirição* de D. Afonso II: — «... habet Ecclesiola III casalia».

Também a de D. Dinís (1288) nos diz que «existem aí herdamentos de mosteiros, e *honram-nos* porque foram dessa avoenga (Dona Maria)».

O Tombo dos votos de Sant'Iago, relativo a 1586, menciona *três* casais voteiros pertencentes a Grijó e *um* do mosteiro de Arouca.

Do *Tombo* dos prazos do Mosteiro de Grijó, livro 85, sala 20, do *Arquivo Distrital do Pôrto,* — vê-se que no século XVIII possuia o dito convento dez casais foreiros em Duas Igrejas, dos quais percebia *renda, lutuosa* e *laudémio.*

Fecho êste já longo e fastidioso artigo, frisando — que o *foral* novo de D. Manuel I (1514) se refere a Duas Igrejas na *verba* = Pigeiros = e o *Censo geral* de D. João III (1527) atribue a esta freguesia do têrmo da Feira — 26 *vizinhos* ou fogos.

Fiães — 1940.

P.[e] MANUEL F. DE SÁ

FORAIS NOVOS DO DISTRITO DE AVEIRO

OIS DO BAIRRO

¶ TAUOADA . DE OOES.

¶ Vemto.
¶ Pena de arma — ij

¶ Maninhos
¶ Pensam.
Montados
¶ Vendagem.
¶ Leuar dos foros.
¶ Partir dos foros. — iij

¶ Portagem.
¶ Pam vinho sal cal fruita verde linhaça legumes verdes. — iiij

¶ Decraraçam das cargas.
¶ Carros
¶ Cousas de que se nõ paga portagem.
¶ da uilla pera o termo. — v

¶ Gado de uẽto.
¶ Casa mouida.
¶ Nouidades tiradas pera fora.
¶ Pasagem — vj

¶ Gados
¶ Carne.
¶ Caça.
¶ Escrauos
¶ bestas.
¶ panos — vij

¶ Coirama.
¶ Cousas della.
¶ Metaaes
¶ Marcaria.
¶ Azeite çera mel e outras
¶ Fforros — viij

¶ Ffruita seca.
¶ Legumes.
¶ Casca cumagre.
¶ Cousas de esparto.
¶ linho em cabello.
¶ Madeira.
¶ Pescado.
¶ Barro.
¶ Sacada carga por carga.
¶ Emtrada.
¶ descamjnhado por ẽtrada.
¶ Sayda.
¶ priuilligiados
¶ pena do foral.

Dom Manuel per graca de deus Rey de purtugall e dos alguarues daquem e dallem mar em africa senhor de guinee e da comquista e nauegaçam e comerçio de etiopia arabia persya e da Jmdia. A quamtos esta nossa carta de fo/rall dado pera sempre ao comçelho de ooes de bayro do bispado de coJmbra virem fazemos saber que per bem das semtenças e determjnaçoões Jeraaes e espiçiaaes que foram dadas e feitas per nos e com os do nosso comselho e leterados açerqua dos foraaes de nossos Regnos e dos direitos rreaaes e trebutos que se per elles deuiam de arrecadar e pagar e assy pollas Jmquiriçoões que primçipalmente mandamos fazer em todollos lugares de nossos rregnos e senhorios Justificadas primeiro com as pessoas que os ditos direitos rreaaes tinham achamos que os ditos direitos foros do dito conçelho de ooes se am de arrecadar e pagar daquy em diante na maneira e forma seguimte. —

SAm primeiramente no dito lugar doze casaaes *e* mais dous / na pouoa de esteuam que aJmda que estem hermos lauram se porem as herdades delles *e* paga cada casall huũ quarteiro . *a saber* . Oyto de trigo *e* oyto de segumda de quall teuerẽ ou ouuerem amte de seer dezimado ¶ E mais paga cada casall aallem da rraçam huũa teiga toda pella medida velha que fazem da medida uelha os ditos dezaseis alqueires *e* meo da noua . ¶ E mais pagã de Raçã de todo pam *e* vinho de seis huũ *e* assy de legumes que se laurarem ¶ E das arroteeas pagam oytaua segumdo os prazos que cada huũ diso tem ou teuer ¶ E paga mais cada laurador de cada quarteiro de pam que dam ao bispo pella medida noua . huũ alqueire *e* meo de quallquer semente ¶ E se muytos quarteiros dã muytos alqueires pagam ¶ E paga / mais cada casal de farinha triga amasada meo alqueire *e* hũ fragão ¶ E mais cada casal por sam mjguell huũ capam dez anos E por natall senhos cabritos E mais cada casall de pedida huũ pato E por pascoa pella leitiga que era leitam tres rreaães por dezoito denheiros que se por elles paga .

VEMTO .

HE tambem he do senhorio o gado do uemto polla hordenaçam cõ decraraçam que a pessoa a cuJa maão ou poder for teer o dito gado o venha spreuer a dez dias primeiros seguim/*tes*/ so penna de lhe seer demandado de furto.

PENNA D*E* ARMA .

E Assy a penna d*e* arma . *a saber* . duzentos rreaaes *e* as armas perdidas as quaaes pennas se nam leuaram quamdo apunharem espada ou quallquer outra arma sem a tirar nem os que sem preposito em rreixa noua tomarem paao ou pedra posto que fe / zesem mal E posto que de preposito as tomẽ se nom fezerem mal com ellas nã pagaram nẽ a pagara moço de quĩze annos *e* dhy pera baixo nem molher de q*ua*llquer ydade nem os q*ue* castigando sua molher *e* filhos *e* escrauos tirarem sangue com bofetada ou punhada nẽ quem ẽ defendimẽto de seu corpo ou apartar *e* estremar out*r*os ẽ arroydo tirarẽ armas posto q*ue* com ellas tirẽ sangue nẽ escrauo de q*ua*llq*ue*r ydade que sem ferro tirar sangue.

MANINHOS

OS maninhos sam do senhorio nos quaaes se guardaram nosas hordenações das sesmarias *e* dar se ã com o foro sobredito da terra ou por menos se o senhorio quis*er* .

PEMSAM .

¶ O tabaliã nam paga hy pensam.

MONTADOS

NAm se leuarã mõtados dos gados de fora porq*ue* estam em vizinhãça cõ seus vizinhos .

VENDAGẼ .

E pagar se a o terradego acos / tumado . *a saber* . do preço pollo que vemderẽ outro tamto denheiro tanto se paga da terra da rraçam . —

LEUAR DOS FOROS .

E Decraramos que os lauradores *e* foreiros sobreditos nã seram obrigados de leuarẽ os foros fora de seus limites a nehuũ çeleiro sem ẽbargo de per outra maneira se fazer o que mandamos que se nom faça mais . —

PARTIR DOS FOROS

E Os mordomos ou rremdeiros das ditas rremdas seram diligentes em hyrem ou mandarem partir com os lauradores ao dia que pera ysso forem rrequeridos atee outro dia aaq*ue*llas oras porque nam hymdo as partes poderam partir suas nouidades polla forma deste foral com duas testemunhas *e* leixaram o do senhorio nas eras *e* nos temdaaes *e* nos lagares sem nehuũa mais diligemçia fazerem nem emcorregem (*sic*) por ysso em al/guũa penna. ¶ E os foros q*ue* forẽ obrigados a leuar ao dito çeleiro os leuaram. ¶ E se lhos nom quiserem. Receber nam seram mais obrigados se nam quiserem de lhos la mas leuar E pagar lhos ham a denheiro pello preço que comuũmente valliam na terra quãdo lhos nam quiseram rreçeber quall mais qujserem os pagadores ¶ E se ao tempo a que forem obrigados de as leuar ho nom fezerẽ paga las ham a mor vall/*i*/a segumdo nossa determinaçã em tall caso feita. —

PORTAGẼ.

E A portagem he ysso mesmo do bispo a quall se rrecadara na maneira seguimte. *a saber*. Decraramos primeiramente que a portagem que se ouuer de pagar na dita villa ou comçelho a de seer per homẽs de fora / della que hy trouxerem cousas de fora a uemder ou as comprarem hy *e* tirarem pera fora do lugar *e* termo a quall portagem se pagara desta maneira. *a saber*. —

PAM V*INH*O SAL CAL FRUITA V*ER*DE
LINHAÇA LEGUMES V*ER*DES

DE todo trigo. çemteo. çeuada mjlho paJmço. auea *e* farinha de cada huũ delles E assy de call ou de sall ou de uinho ou de uinagre *e* de linhaça *e* de quallquer fruita verde ẽtramdo meloões *e* ortaliça *e* legumes verdes se pagara por carga mayor de cada huũa das ditas cousas. *a saber*. de besta caualar ou muar huũ rreall de seis çeptis o rreall E por carga menor que he d*e* asno meo rreall E por costall que huũ homẽ pode trazer aas costas dous çeptis *e* dhy pera baixo em quallquer camtidade em que se vemderem se pagaram huũ çeptill. ¶ E outro tamto se pagara quã / do se tirar pera fora. porem quem das ditas cousas ou cada huũa dellas cõprar *e* tirar pera seu vsso *e* nam pera vemder cousa que nom chegue pollos ditos preços a meo rreall de paga nam pagara da tall portagem nem o fara saber.

DECRARAÇÃ DAS CARGAS.

E Posto que mays se nom decrare adiante neste forall a carga mayor nem menor decraramos que sempre a primeira adiçam *e* asemto de cada. huũa das ditas cousas He de besta mayor sem mais se nomear ¶ E pollo preço que a essa primeira adiçam sera posto se intenda logo sem se hy mais decrarar que ó meo do preço desa carga sera de besta menor E o quarto do dito preço per comseguimte sera do dito costall. —

CARROS

E Quamdo as ditas cousas ou outras vierem ou forem em carros ou carretas pagar se a por cada / huũa dellas duas carregas mayores segumdo o preço de que forem ¶ E quamdo as cargas deste forall se começarem a vemder *e* se nom vemder toda a carga pagara toda a portagem soldo aa liura do que somente vemder:

COUSAS DE *QUE* SE NÕ PAGA PORTAGEM.

A Quall portaJem se nom pagara de todo pam cozido queixadas bizcoito farellos nem bagaço d*e* azeitona nem d*e* ouos nem de leite nem de cousa

delle que seJa sem sall nem de prata laurada nem de uides nem de canas nem de carqueiJa toJo palha vasoiras nem de pedra nem de barro nem de lenha nem herua.

DA UILLA P*ER*A O T*ER*MO.

¶ Nem das cousas que se comprarẽ da uilla pera ho termo nem do termo pera a villa posto que seJam pera vemder assy vizinhos como nam vizinhos Nem das cousas / que trouxerem ou leuarem pera alguũa armada nossa ou feita per nosso mandado nem dos mantimentos que os camȷnhantes comprarem *e* leuarem pera sy *e* pera suas bestas. —

GADOS DE MONTADO.

NEm dos gados que vierem pastar alguũs lugares pasamdo nem estamdo saluo daquelles que se hy somente vemderem dos quaaes emtam pagaram pollas leix *e* preços deste forall ¶ E decraramos que das ditas cousas nam se a de fazer saber aa portagem de que assy mandamos que se nom pague d*i*re*i*to nella. —

CASA MOUJDA.

A Quall portagem ysso mesmo se nom pagara de casa moujda assy hymdo como vimdo nem nehuũ outro dereito per quallquer nome que o posam chamar saluo se com a dita casa moujda leuarem cousas pera vemder porque das taaes pa garam portagem homde as somente ouuerem de uemder segumdo as comthias neste forall vam decraradas *e* nam doutra maneira. —

NOUIDADES TIRADAS PERA FORA.

NEm pagaram portagem os que leuarem os fruitos de seus beẽs moueẽs ou de rraiz ou dout*r*os bẽes alheos que trouxerem d*e* arremdamento nem das cousas que alguũas pessoas forem dadas em pagamento de suas temças casamentos mereçes ou mantimentos posto que as leuem pera . vemder. —

PASAGEM.

NEm se pagara portagem de nehuũas mercaderias que na dita villa ou lugar vierem ou forem de pasagem pera outra parte assy de noyte como de dia *e* a quaaesquer . tempos *e* oras nem seram obrigados de o fazerem saber nem emcorreram por ysso em nenhuũa penna posto que / hy descarregem *e* pousem E se hy mais ouuerem d*e* estar que todo outro dia por alguũa causa dhy por diamte o faram saber posto q*ue* nam aJam de uẽder.

GADOS

E Pagar se a mais por cabeça de boy que se hy vemder pollas ditas pessoas de fora na dita maneira tres r*ea*e*s* E da vaca dous rreaães E do carneiro porco dous çeptis E do bode cabra ouelha huũ çeptill. ¶ E nom se pagara portagem de borregos cordeiros cabritos nẽ de leitoões saluo se se uemderem ou comprarem de quatro cabeças pera çima Jumtamente porque emtam pagaram por cada huũa huũ çeptil. ¶ E do touçinho ou maraã Jmteiro dous çeptis ¶ E do emçetado nom se pagara nada.

CARNE

¶ Nem de carne de talho ou de emxerca.

CAÇA

¶ E de coelhos lebres perdizes nem de nhuũas aves nem caça nam / se paga portagem assy pollo vemdedor como pollo comprador em quallquer camtidade. —

ESCRAUOS

E Do escrauo ou escraua que se vemder aJmda que seja parida se pagara treze rreaães

BESTAS

¶ E da besta cauallar ou muar outros treze rr*eaes* ¶ E da egoa tres rreaães ¶ E da besta asnall dous rreaães E este d*irei*to das bestas nam pagaram vasallos *e* escudeiros nossos *e* da rrainha *e* de nossos filhos E se trocarem huũs por outros com denheiro pagaram Jmteiramente E se nom tornarẽ dj*nhei*ro nam pagaram E a tres dias despois da compra de cada huũa das ditas bestas ou escrauos teram tempo pera o hyrem scpreuer sem penna.—

PANOS.

E De toda carga mayor de todollos panos de llaã seda *e* de linho *e* algodam de quallq*ué*r sorte / assy delgados como grosos *e* da laã *e* linho Ja fiados doze rreaaes.

COIRAMA . COUSAS DELLA

¶ E outros doze rreaaes se pagaram por toda coirama cortida *e* cousas della. ¶ E assy dos coiros vacarijs cortidos ou por cortir . ¶ E assy da coirama em cabello. E assy por calçado *e* quaaesquer obras de cada huũ delles. ¶ E por coiro vacarill huũ rreall. E das outras pelles a dous çeptis quamdo nom forem per cargas

METAES

¶ E outros doze rreaães se pagarã por carga de ferro . aço *e* de todollos metaaes E por quaaesquer obras delles assy grosas como delgadas

MARÇARIA

¶ E outros doze rreaaes se pagarã por carga de todallas marcarias *e* boticarias *e* timtorias E por todas outras suas semelhantes

AÇEITE ÇERA MEL *E* OUTRAS.

E Assy por carga de çera mel açeite seuo vmto queiJos secos *e* manteiga salgada . pez rrezina breu / sabam alcatram outro doze rreaaes

FORROS.

¶ E assy por todallas pelles de coelhos cordeiras *e* de quallquer outra pellitaria ¶ E quem das ditas cousas ou de cada huũa dellas leuar pera seu vsso *e* nam pera vemder nam pagara portagem nom pasamdo de costall que ha de seer de duas arrouas *e* mea de cada huũa dellas de que se a de pagar tres rreaaes de portagem leuamdo a carga mayor deste forall em dez arrouas destas E a carga menor em çimquo. E o costall nas ditas duas arrouas *e* mea.

FRUITA SECA

E Por carga de castanhas *e* nozes verdes *e* secas ameixeas pasadas figos passados *e* assy vuas amendoas pinhoões por britar avellãs boletas mostarda lemtilhas

LEGUMES

E por todallas legumes secos comtando alhos secos çebollas a quatro rreaes por carga mayor.

CASCA ÇUMAGRE.

¶ E outro tamto / leuaram de casca *e* çumagre

COUSAS DE ESPARTO.

¶ E outro tamto se pagàra de palma esparto Jumça *e* de todallas obras de cada huúa dellas ou de tabua *e* fumcho . *a saber* . quatro rreaaes por carga mayor

LINHO Ẽ CABELLO.

¶ E per este rrespeito de quatro rreaaes se pagaram de carga mayor de linho em cabello.

MADEIRA.

¶ E de toda madeira assy laurada como por laurar

PESCADO.

¶ E assy da carga mayor de pescado do mar *e* marisco se pagara os ditos quatro rreaães como destoutras cousas quãdo vier pera vemder porem quamdo se tirar do dito lugar se pagara somente huũ rreall de seis çeptis o rreall E outro rreall se pagara de pescado do rryo quãdo se vemder somente.

BARRO.

¶ E outros quatro rreaaes se pagara de toda louça *e* obra de barro aJmda que seJa vidrada assy do rregno como de fora delle. —

SACADA CARGA POR CARGA.

E Decraramos que se dara sacada carga por carga no dito lugar / E tomara o portageiro a mayor dellas quall quiser ¶ E se for paga a primeira que foy mayor nam pagara de quallquer outra que tirar nada ¶ E se for mais pequena a que pagou leuar lhe am ẽ comta pera a paga da mayor que tirar o que tiuer pago pella primeira mais pequena que meteo. —

EMTRADA.

E Os que trouxerem mercadorias pera vemder se no proprio lugar homde quiser vemder ouuer rremdeiro da portagem ou officiall della fazer lho a saber ou as leuaram aa praça ou açougue do lugar ou nos Resyos delle q*ua*ll mais quiser sem nehuúa penna. ¶ E se hy nom ouuer rremdeiro nem praça descarregaram liuremente homde quiserẽ sem nhuũa penna comtanto que nã vemdam sem o notificar ao rremdeiro se o hy ouuer ou ao Juiz ou vimtaneiro que hy no lugar possa auer ¶ E se hy nehuũ de / lles nam ouuer nem se poder emtam achar notefiquẽ no a duas testemunhas ou a huúa se hy mais nom ouuer ¶ E a cada huũ delles pagaram o d*ire*ito da portagem que per este forall mandamos pagar sem nehuũa mais cautella nẽ pena.

DESCAMINHADO POR ẼTRADA.

E Nam ho fazemdo assy descaminharam *e* perderam as mercadorias somente do que assy nom pagarem o dito dereito de portagem E nam outras nehuũas nem as bestas nem carros nem as outras cousas em que as leuarem ou acharem. ¶ E posto que hy aJa rremdeiro no tall lugar ou praça se chegarem de noyte despois do sol posto nam faram saber mais *e* desse carregaram homde quiserem comtanto q*ue* ao outro dia atee meo dia o notifiquẽ aos offiçiaaes da dita portagem primeiro que vemdam sob a dita

penna. ¶ E se nom ouuerem de uemder *e* fo / rem de caminho nam seram obrigados a nehuũa das ditas rrecadaçoões segũdo no titollo da pasagem fica decrarado. —

SAYDA PER TERRA.

E Os que comprarem cousas pera tirar pera fora de que se deua pagar portagem podel las ham comprar liuremente sem nehuũa obrigaçam nẽ diligemçia ¶ E somente amte que as tirem do tall lugar ou termo arrecadarã com os offiçiaaes a que pertemçer so a dita penna de descamjnhado. ¶ E os priuilligiados da dita portagem posto que nam aJam de pagar nam seram escusos destas diligemçias destes dous capitollos atras das emtradas *e* saydas como dito he sob a dita penna. —

P*RI*UILLIGIADOS.

E As pessoas eclesiasticas de todollos moesteiros assy de homẽs como de molheres que fazem voto de profissã E os clerigos d*e* ordẽs sacras E assy os beneficiados d*e* ordẽs meores posto / que as nom tenham que viuem como clerigos *e* por taaes foram aũidos todollos sobreditos sam Jssemtos priuilligiados de portagem nehuũa v*[s]*agem custumagem per quallquer nome q*ue* a posam chamar assy das cousas que vemderem de seus beẽs *e* beneficios como das que comprarem trouxerem ou leuarem pera seus vssos ou de seus beneficios *e* casas *e* familiares de quallquer calidade que seJam. ¶ E assy ho serã quaaesquer pessoas ou lugares que teuerem liberdade ou priuillegio que fosse dado primeiro que os dereitos do dito lugar fossem dados aa JgreJa pera a nam deuerem hy de pagar ¶ E assy o seram os vizinhos do dito lugar *e* termo escussos da dita portagẽ no mesmo lugar nem seram obrigados a fazerem saber de Jda nem de vimda.

PENA DO FORALL.

E Quallquer pessoa que for cõtra / este nosso forall leuamdo mais d*ire*itos dos aquy nomeados ou leuamdo destes mayores comthias das aquy decradas ho auemos por degradado por huũ anno fora do lugar *e* termo *e* mais pagara da cadea trimta rreaaes por huũ de todo o que assy mais leuar pera a parte a que os levou. E se a nom quiser leuar seJa a metade pera os catiuos *e* a outra pera quem ho acusar ¶ E damos poder a quallquer Justiça homde acomteçer assy Juizes como vimtaneiros ou quadrilheiros que sem mais proçeso nem hordem de Juizo sumariamente sabida a uerdade comdenem os culpados no dito caso de degredo *e* assy do denheiro atee comthia de dous mjll rreaaes sem apellaçam nem agrauo *e* sem disso poder conheçer almoxarife nem comtador nem outro offiçiall nosso nem de nossa fazemda em caso que o hy aJa / ¶ E se o senhorio dos ditos dereitos o dito foral quebramtar per sy ou per outrem seJa logo sospemsso delles *e* da Jurdiçam do dito lugar se a teuer emquamto nossa merçee for E mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fezerem emcorreram nas ditas penas ¶ E os almoxarifes scpriuaes *e* offiçiaaes dos ditos dereitos que o assy nom comprirem perderam logo os ditos offiçios *e* nam aueram mais outros ¶ E portanto mandamos que todallas cousas com neste forall que nos poemos por ley se cumpram pera sempre do theor do quall mandamos fazer tres huũ delles pera a camara do dito comçelho de ooes de bairo E outro pera o senhorio dos ditos dereitos. E outro pera a nossa torre do tombo pera em todo tempo se poder tirar quallquer duujda que so / bre ysso possa sobr*e*vijr dada na nossa muy nobre *e* sempre leal çidade de lixboa a *quatorze* dias de setembro do anno do naçimento de nosso senhor ih*esu* *christ*o de mjll quinhentos *e* quatorze. Anños.

E vay escripto em doze folhas concertado per mỹ Fernan de pyna:

el Rey · ⁝ —

Nam seJa duuida No Respançado omde diz e hnũ frangaão na volta das primeiras duas Regras da segumda folha porque assy foy decrarado per Rollaçam & o meo alqueire dy he polla medida velha &ª

Fernã de pyna

foral pera ooes do bispado de coymbra . /
Registado No tombo . Fernã de pyna

Segue-se página e meia com o têrmo de entrega do foral:

Año do nasimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjll *quinhentos e dezaseis* años seis Dias de outubro ẽ.............. termo de auellaãs de cima estando hy João uaãz Juiz no couto de oes do bairo polo Senhor bispo E parte dos moradores do dicto couto ./. e outrossy estando hy bras de fferreira escripuã da alfandega do almoxarifado de aveiro E apresẽtou hũ Regimento del Rey nosso Senhor da maneira que sse an de laurar os fforaes que ssua alteza mãda laurar E outrosy apresẽtou hũ fforall do dicto couto E Requereo ao dicto Juiz que ho Recebesse E lhe pagase hy ssetecẽtos nouẽta oyto rreaes que sse nelle mõtava E o dicto Juíz Recebeo o dicto forall E que lhe pagaria o djnheiro ao tempo que ssua alteza mãda E outro tall sse pruujcou que pertece ao Senhor bispo testemunhas que estavã presẽtes fernã gonçalluez Juíz de barroo E aº rroíz E eu Joañe añes escripuã ho escrepuj &ª

\+ fernã gonçalluez ts

\+ o Juiz /

E logo hy sse agrauou pº diaz morador no dicto lugar de ooes por ha pouoa da ssteuã de ooes que paga de oytaua E agora uã neste fforall de ssejs hũ que protesta lhe ser coregida como ssẽpre pagou E estauã hi por testemunhas aluaro pirez fernãdo añes E eu Joañe añes escripuã no dicto couto que assi escrepuj E asyney cõ as testemunhas &ª

\+ fernãdo añes tª

Joane anes

\+ aluaro pirez tª

Seguem-se *vistos* de correição desde 23 de Outubro de 1634 até 1814.

Na última fôlha, verso, registou-se o custo do foral: *Val o fforal... — setecentos e noventa e oito* Reaes

A correição de 1786 recomendava que até à imediata mandassem «Copear de Letra inteligivel este Foral p.ª seu regulam.^to^»; em 1797 foi imposta a pena de 4.000 reis por falta de cumprimento daquela recomendação, repetida em 1788 e 1789. Em 1799 continuava a falta anteriormente verificada e a correição determinou que se executasse a pena imposta.

Também a correição de 1789 exigiu que dentro de 30 dias mandassem encadernar o foral; assim se deve ter feito, e a capa actual corresponde a essa época (inteira de carneira esponjada a castanho escuro, cobrindo papelão, e quatro nervos na lombada.

Exemplar falto de cordões e do sêlo de chumbo.

Pertence à Câmara Municipal de Anadia.

José Joaquim de Ascensão Valdez, que na revista *O Instituto* (vols. 48 e 49) publicou *Breves memórias para a história e descrição de Ois do Bairro no Concelho de Anadia,* publica por foral manuelino de Ois do Bairro apenas a verba atribuida a êste antigo concelho no *Foral dos lugares do bispo e bispado de Coymbra na estremadura — a saber — bajroo — Auguoada — Casal Comba — Mogafores — Ooes do bayrro — Vacariça — e mealhada per doaçooes e foraaes,* de 12 de Setembro de 1514, que difere muito do presente texto, completo e geral a todo o concelho.

Não obstante, no final do seu estudo mostra ter conhecido êste exemplar pertencente à Câmara Municipal de Anadia, mas transcreve dêle o índice apenas.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

FONTES DE ARRANCADA

ARRANCADA, a donairosa povoação que por largos anos serviu de sede ao antiqüíssimo concelho do Vouga, extinto por decreto de 31 de Dezembro de 1853, sem ter-lhe em conta a vetustez da existência, nem tampouco o valor da gente, a riqueza das terras de cultura e a extensão do revestimento por soutos, carvalhedos e pinhais; Arrancada, milenária aldeia de nome que lhe veio, parece, da audaciosa arremetida contra o mouro delapidador dos lares dos povos ribeirinhos do Marnel, rompida do esconderijo que representava a floresta opulenta onde ela, a vélha povoação, nasceu e tomou vulto — com insuficiência de água potável lutou até à proximidade de nossos dias. E de um episódio referente e dos esforços de alguns de seus filhos para obtê-la vai dizer-nos a transcrição de dois documentos que o acaso nos trouxe às mãos.

UM REQUERIMENTO

«Ill.^{mos} Sr.^{es} Diz An^{to} Pereira Simoens deste Lugar de Arrancada Con^{co} de Vouga, no Sitio do Toural e ao Cimo deste m^{mo} Lugar tem o sup^{e} huma mina d'agoa propria delle Sup^{e}, da qual o Povo Se tem Servido Cladestinamente Com grave prejuiso do Sup^{e} p^{r} que lhe estragão as suas novidades p^{r} não aver huma fonte publica que dê agoa todo o anno, e p^{r} que algumas pessoas tem pertendido q' o Sup.^{e} dê ao Publico a mesma mina Com Servidão pela Estrada, o Sup.^{e} não duvida fazel lo Com as condições d'elle tapar a viela q' vai p^{a} afonte chamada do Toural que So dá agoa no inverno, e q' confronta com o Sup.^{e}, pello Nascente, Norte e Poente, e de todos Consentirem na m^{ma} troca assim requer o Sup^{e} q' VS.^{as} madando Convoear o Povo p^{a} dia, e hora Certa procedão a huma Vestoria, e ahi conforme o que acharem de conveniensia p^{a} o Povo deliberem a m^{ma} troca, ou a deneguem q^{do} a não haja, ou apareça alguma pessoa a impugna la p^{r} q' o Sup^{e} q^{r} que Seja a aprazim^{to} de todos Convocando V S^{as} os do Con^{co} Municipal p.^{a} assim deliberarem Se p^{a} Sua validade deverem assistir, ou ser convocados P.^{a} V S^{as} Snr.^{es} Presidente e Vereadores desta Camara de Vouga Sejão Servidos assim lhe deferir E R M^{ce} An^{to} Per^{a} Sim.^{es} »

DESPACHO

«Assinão o dia 13 do proximo 7br.º Sendo primeiro o Povo convocado p^r^ pregões Arrd^a^ em Camara de 19 de Ag^to^ de 1841 = Correa = Mello = Vidal = Castro = Vidal»

A VISTORIA

«Anno do Nascim^to^ de Nosso Senhor Jezus Christo de 1841 aos 13 de 7br.º do dito anno neste Sitio dos Tourais Lemite d'Arrancada aonde veio o Presidente da Camara Municipal deste Con^co^ de Vouga Antonio Rodrigues Correa, o Fiscal Jose Marques de Mello e o Vereador Jose Ferreira Vidal para proceder á Vestoria menSionada no Requerim.^to^ retro tendo para esse fim Convocado o Povo por pregoens, e avizos, em presença do qual procederão elles Vereadores a referida Vestoria, e tanto pelas indagações oculares Como pelas informações que Colheram, observarão, que a fonte antiga, chamada do Povo Se achava Seca Sem agoa alguma por não Ser agoa nativa naquelle Sitio, mas Sim da que lhe menistrava o Rego, ou Corga do Toural que ordinariam^te^ costuma Secar pelo S. João, e não torna a fertelizar Senão pelo Natal em Cujo tempo, e em todo o inverno recebe aquelle rego, ou Corga dos Tourais os inxurros, e immondices das estradas, e que Conduz á m^ma^ fonte, de maneira que nos 6 mezes que apenas aquella fonte tem agoa, he immunda, e So a necessidade obriga o Povo a fazer uzo della p^a^ beber Que a mina que o Supp^e^ Oferece Se acha abundante d'agoa nativa, e que em todo o anno assim Se conServa, e que achando se na borda da Estrada tem todas as proporSões de se fazer ali huma fonte que Sendo m^to^ util ao Povo preste igual utilidade aos Viandantes, CircunstanSia esta que não pode verificar Se na antiga fonte, não Só por Se achar hum pouco desviada da Estrada, mas m^to^ mais pela falta d'agoa, na estação ardente em que ella he mais necessaria, e apetecida, e porque Sendo tambem prezente o Suplicante Antonio Pereira Simoens, disse que Se obrigava a dar, e abrir á Sua Custa, Serventia, e Caminho desembaraçado p.^a^ a mina referida Com a condição de tapar a Servidão, e Caminho da fonte antiga na forma relata em Sua Petição: O Povo Cujas assinaturas abaixo Se Seguem declarou que Convinha na troca referida e proposta na petição do Sup.^e^ pela grande utilidade que della lhe rezulta, e Só foi impugnada p^r^ Anna Maria Viuva do Dr. Manoel Antonio, Luiza Maria Solteira doCimo da Rua, o Alferes Jose Francisco Tavares, Antonio Banqueiro e Bernardo Choco, em vista do que mandarão Lavrar este auto, e que Se convocasse o Concelho Municipal para deliberar a ulterior decizão,, e assi-

narão com o Sup.e, e Povo Consentidor. Antonio Jose Marques Secretario da Camara o escrevy Correa = Mello = Vidal = Antº Jose Marques = Antonio Pereira Simões = Antonio Roiz Pantalião = Antº Pinto da Pureza = João Simões = Jose Gomes da Val = de Antonio dos Santos huma Cruz — de Manoel d'Almeida huma Cruz = de Antonio Branco huma Cruz = de Manoel d'Almeida Sobreiro huma Cruz = de Jose Franco Castanheira huma Cruz = de Antonio Henriques Alvitelho huma Cruz = de Roque Roiz huma Cruz = de Luiz Tavares huma Cruz = de Antonio Pinheiro Ilheo huma Cruz = de João Nogueira huma Cruz = de Manoel Ventura Coelho huma Cruz = de Joze Simões huma Cruz = de Jose dos Santos huma Cruz = de Miguel d'Almeida huma Cruz = de Thomaz Marques huma Cruz = de Manoel Tavares huma Cruz »

Ante a impugnação das filhas e genro de Caetano de Almeida Luís, Bernardo Choco e António Banqueiro não pôde o requerente ser atendido. E mais 49 anos decorreram até que lograsse Arrancada a fortuna de possuir dois fontenários, pois foi por 1889 que Joaquim António de Vasconcelos, pouco antes chegado do Brasil, generosamente ofereceu à Câmara Municipal de Águeda a quantia de 300$000 reis, como auxílio, para que dotada de água potável fôsse a mais populosa das aldeias do concelho. Oferta aceite, como se vê do ofício de que a seguir damos cópia.

« Ill.mo e Ex.mo Snr.

A camara municipal d'este concelho, à qual, na sessão ordinaria de 13 do corrente, foi presente um requerimento em nome de V. Ex.a, offerecendo ao municipio, para a construção de uma fonte n'esse logar d'Arrancada, a quantia de 300$000 reis, de que já dispendeu na pesquisa d'aguas, a de 130$000 reis; e aprontando-se a entrar no cofre municipal com a restante quantia: deliberou definitivamente aceitar esta doação, e consignar na acta d'aquella sessão um voto de louvor a V. Ex.a pela sua generosidade auxiliando a realisação d'um importante melhoramento na povoação q̃ lhe foi berço.

Deus Guarde a V. Ex.a

Ill.mo e Ex.mo Snr. Joaquim Antonio de Vasconcelos

Agueda, 27 de fevereiro de 1889

O Presidente da camara

Albano de Mello »

LITERATURA REGIONAL

(CONCELHO DE ESTARREJA)

O "SETE INSTRUMENTOS"

DISSERAM-ME que era um pândego e que andava por ali havia mais de oito dias. Nunca, porém, se embriagava, como era tam vulgar nos que vinham para a feira ou praça cantar o fado. Nem ao Domingo, nunca; nunca êle mostrou que tinha pinguita a mais!

E parece que o povo lhe queria até mais por isso! Viam-no rir, cantar, tocar, meter-se com as môças, reinadio, mas sempre fino, aprumado, sempre inflexível, sempre as mais correctas atitudes.

Grande pândego, grandíssimo pândego, dizia êste e aquêle dos do povo que saía da roda, indo-se à vidinha contente daquele homem que tam bem tocava.

Sete Instrumentos estava na Vila havia oito dias, hospedara-se na ti' Domingas, ia cedo a Salreu, a Canelas, a tôdas as freguesias em volta, para regressar à noitinha, pelo lusco-fusco, mais folgasão, mais jocoso, radiante por si próprio — quem sabe se reflexo puro de sentimentos e idéias íntimas! — e radiante por aquela bizarria de instrumentos, uns ligados às pernas, outros à barriga, e outros presos à cabeça e aos braços, numa felicíssima combinação que o tornava invulgarmente curioso e pitoresco.

Ninguém soube donde viera ou donde era natural. E também ninguém lhe ouvira o nome. O homem falava muito pouco e quási nunca falava a sério.

— O *Sete Instrumentos?!* Onde anda, viste-lo?!

E, informados, logo os rapazes corriam esbaforidos, já prontos a rir e a louvar, que aquilo é que era um «home» pândego, e lindo o que tocava!...

Sete Instrumentos levantava-se cedinho e lá ia, dando volta às freguesias tôdas, assim como pedinte, mas emprestando comovida e alegremente aos caminhos, aos campos, aos casais e às pessoas, a risonha animação da sua arte que, por milagre

da sua destreza e génio, era agora enaltecida e como que mais bela.

A loja da ti' Domingas era o seu quartel general. Ali tinha um saco — resumo completo da sua riqueza. Ali vinha dormir todos os dias e nada mais se conhecia a seu respeito... Os sete instrumentos que trouxe eram também os seus amigos e confidentes.

De dia errava de aldeia em aldeia, mais, porém, para reinar que para ganhar; e à noite, na loja da ti' Domingas, lá o veriam a tocar, a dançar, a reinar com tôda a alma!

E então a nossa ti' Domingas, perdida por música, como se desvanecia do hóspede, encantada com o «raça do homem»!... É que êle era de facto um grande pândego e um grande artista!

Todos gostavam dêle. Tôda a Vila o conhecia já. Era assim, mal havia chegado, como que um tipo da terra, uma dessas criaturas que há nas localidades, conhecidas de todos e por todos... atormentadas!...

O *Sete Instrumentos* parecia também conhecer tôda a gente. Tinha deferências, atenções para qualquer um. Era criado humilde e atento, e cumpridor, tanto dos garotos da rua como daqueles senhores de trancelim sôbre o ventre bojudo. E também todos o queriam, todos desejavam a sua presença e por certo eram já também seus amigos. Figura bem disputada, êste *Sete Instrumentos!...*

Insinuante, ar de grande homem caído na miséria, divertido, bom músico, tocava como maestro, e tocava sempre se alguém quisesse... Fôra agora instrumento de palheta, de cordas ou de foles, tudo palpitava, tudo vibrava melodias nas suas mãos nervosas...

O *Sete Instrumentos!...* Fina coisa, isso sim... que era homem para tocar nos céus, sei lá onde... se não fôra aquêle seu génio, aquela cisma!...

Dizia-me isto, há tempos, um dos seus melhores amigos, aquêle que lhe pedia ora um vira, um fado, um corridinho — o João Cortador, não conhecem?! — outro típico de Estarreja, tam célebre pelo seu bom coração, pelas suas proezas de feiras e pelo génio de rambóia, e dançador de romarias, como não há segundo!...

— Para aí anda, sabe-se lá por onde e como, um homem que daria brado, se fôsse ter a qualquer boa terra, e que pôsto a tocar num palco de Lisboa ou Pôrto, traria gente do fim do mundo para o ouvir.

Mas o *Sete Instrumentos* retirou-se da Vila. Tinha vindo como vêm os que tocam na praça, aos Domingos, e os que vêm para a feira de Santo Amaro. Tinha vindo muito simplesmente, e tomou logo fama imensa, e criou um mistério!... À volta da sua personalidade tudo se resumia em interrogações, dúvidas admiradas, espantos, e como assim, quando um dia

se foi embora, o golpe brusco da sua partida, aquela decisão pronta, veio robustecer mais aquêle espanto, adensar mais todo o mistério criado.

E diziam alguns, talvez aquêles que menos o apreciavam pela sua figura e música do que pelo ambiente de paródia que sabia criar, que o homem devia estar ali fugido, ou de passagem, que era decerto um espião ou talvez pior!...

Enfim, porque o homem não ligava ao dinheiro e falava pouco, e bebia pouco e tinha um ar de intelectual pouco cuidadoso de si, porque êle andava por ali assim, e divertindo por divertir, divertindo a mando de qualquer garoto, cobrem-no agora com os farrapos da sua maledicência em vez de prestar-lhe o jus duma inteligente estima e votar-lhe uma saüdade contente e alegre!

O *Sete Instrumentos!*... Nunca eu vi um pobre tocador de feiras mais simpático, e mais artista. Figura de tipo de aldeia dos mais curiosos, figura única!... No pé esquerdo, ali à altura do tornozelo, uma márrêta; no pé direito, à mesma altura, um pequenino bombo. E depois, uma gaita de foles debaixo do braço e uma pandeireta na cabeça, um prato no flanco, outro no cotovêlo e castanholas na mão esquerda, ferrinhos suspensos da cinta e uma viola presa numa fita vermelha a tiracolo, viola rica, viola formosíssima, de que êle sabia tirar maravilhas e que lhe merecia todos os seus desvelos...

Com esta viola nas mãos, e poucos mais instrumentos, o que lhe pedísseis, qualquer peça musical da vossa estima, seria um pouco mais bela, agradar-vos-ia mais! Por mim, pedi-lhe um dia a «Lenda de um Beijo»! O homem riu, acenou que sim, e os instrumentos, não sei quantos, nem quais, mas ou porque fôssem dois apenas ou porque fôssem os sete, só sei que vi nos altos e baixos daquela música, nos trechos mais animados e nos mais lentos, que a alma daquele artista se comunicava de beleza, e que, arrebatado, librando-se nela, vivia as mais fantásticas harmonias para que fôssemos tocados da sua chama, para enfim nos comunicar, em profunda e agradável emoção, as virtudes salutares duma bela música!...

Naquele homem palpitava um mistério de que a sua figura, tôda a sua personalidade e a sua arte, devem ser os elementos substanciais.

Falava muito pouco. Interrogado, limitava-se a ouvir ou contradizer levemente. E mal vestido, mal calçado, os cabelos soltos, secos, despenteados, tomava, assim, um ar mais impressionante de desconfôrto e abondôno!...

Teria trinta anos, se tanto. Era de meia altura... Estranha marca dos grandes artistas: o seu nome ganha o atributo, a identificação da sua arte!... Chamavam-lhe o *Sete Instrumentos,* há-de chamar-se assim onde quer que vá com êles!...

Pela Vila, lá na loja ou na Praça, tocava geralmente as

chulas das nossas províncias, os viras, as canções e os fados. Achava talvez que só isso ou que essas, mais que nenhumas outras, comoviam o nosso povo. E como para o povo, mais que para nós, comover é agradar, tocava as músicas do seu maior agrado.

Todavia, podia tocar-nos tudo. Pedísseis-lhe um clássico, Schubert, Mozart, Chopin e veríeis então os seus olhos garços, como que agradecidos, dirigirem-se-vos contentes, brilhando duma franqueza e alegria que vos tocava a alma e vos dizia da sua estima agradecida.

Sete Instrumentos, coitado... às vezes até metia dó o seu olhar dolorido e aquela esforçada luta de músculos para nos mostrar como tocava os instrumentos todos; é que êle torcia-se, ondeava, obcecado em tirar as notas do retorcer dos seus músculos e articulações... Parecia querer assim fazer do seu corpo o nervo duma orquestra!...

Era um fenómeno!...

Aquêle homem, que ria e chorava quando queria, fazia também que, suspensos, tocados da sua arte comovida, ríssemos e chorássemos a seu querer!

Êle dominava a beleza, êle fazia beleza com as suas mãos, tinha-a ali para nos maravilhar e para nos dar prova plena de que o homem de génio faz das coisas da vida nascer outras vidas e coisas novas!...

Mas um dia *Sete Instrumentos* partiu, e na Vila ficou um vácuo. Êle viera sem alardes, quási sobreptício... Viera como qualquer tocador ambulante! À partida, porém, teve um cortejo de saüdades, posto que íntimas tôdas, mudas, caladas como o seu mistério, como a sua alma. Ninguém quis tomar a sério que êle se fôsse embora para não voltar mais, e choravam-no sufocando-se, na esperança de que voltaria em breve. Ninguém estremeceu, ninguém lhe acenou, não houve sequer um gesto que se desenhasse... O cortejo era bem de lágrimas sufocadas, de saüdades esperançosas, só meio tristes... só como cauda de mistério!

Foi por uma manhã de domingo. Um dia de mercado que, como bem sabem, é como festa em Estarreja, é mesmo uma festa semanal em Estarreja. Primavera, era Abril; Abril soalhento, corridinho de brisas, verde e perfumado!... *Sete Instrumentos* tocava na praça. O povo ria-se, enlevava-se, tomava êste prazer que lhe fazia bem!... Não ignoram por certo que, sejam quais êles fôrem, os prazeres ao povo fazem sempre bem!...

E depois, com esta música esqueciam-se as contrariedades da vida, umas tantas incertezas, e as dúvidas agonizantes, e os inimigos mais as desavenças, e as tabernas, tudo enfim ficaria para o lado!... Poder imenso, acção imensa, magia adorável dum artista e duma arte!...

Sete Instrumentos vivia a sua hora. Estava no seu púlpito

mais querido, inclinava para os corações em êxtase o vinho perfumado e vivificador do seu credo apostólico!... Era todo êle um mistério... E não obstante, uma certeza actuava sempre — era que êle tocava para quem quisesse, e tocava tudo, tocava para todos, e divinamente e genialmente e mais satisfeito, mais contente, mesmo agradecido, se lhe pediam músicas para pensar, músicas românticas ou clássicas que nos fizessem suspender a alma, sonhando, esquecendo ou recordando!... Então sim, que se comovia mais, e vibrava em todo o seu ser, como se às almas que o escutavam quisesse entregar a sua alma, o seu nunca sondado mistério!...

Mas da multidão que o cercava adiantou-se uma farda. Avançou para o músico, cortante, fria!... As bocas, expectantes, abriram-se mais. Meia zanga, meio espanto, inquietação, meio terror!... E o *Sete Instrumentos* tombou do altar do seu êxtase. Calou a sua arte, o seu credo, tocados pela mão crua, má, intolerante do homem fardado!

E foi então, talvez pela vez primeira, que *Sete Instrumentos* ouviu um homem dizer que não queria ouvir música...

Os seus olhos brilharam numa chama dolente, como o entardecer do calvário!...

E lá se foi embora, num cambalear trágico a que o ambiente de decepção e tristeza retirava o cómico!... Foi-se embora, e ninguém mais o viu. Dissolveu-se no povo, anda para aí entre o povo, por ventura entre os que ensinou a evitar os prazeres abomináveis, ou talvez envôlto na sua angústia, caído na beira da estrada, ou na esquina da tua rua.

Não creias também que fôsse espião!... Era só um mistério. Fêz-nos bem, fêz sempre bem com o seu génio amoroso e a sua arte. Esta era a sua grande certeza, a certeza constante da sua vida... Agora, vai aí por êsse mundo, afundando-se em mistério e na sua dor. Pobre dêle! Lembras-te que outrora quando lhe atiravam dinheiro, o repartia com os pobres? Olha, talvez agora regateie migalhas, talvez seja êsse pobre andrajoso a que deste com repugnância uns míseros cobrezitos!...

Será talvez êsse pobre!... É mais negro o seu mistério de agora! Atira-lhe uma esmola maior. Se êle fôr reparti-la, são muitas esmolas que dás; e, se fôr para a taberna, não te arrependa isso: êle ajudou muitos a não irem lá. Foi um dedo trágico que lhe indicou êste novo caminho. Pobre dêle, há-de sentir-se infeliz com isso, ou, que não se sinta, tanto melhor; é que vai lá para aturdir-se, vai afogar as suas dôres!

E olha, tu não és capaz de aumentar a tua esmola, sabendo que é ela um bálsamo do pobre?! Inda que êle vá à taberna gastá-la para aturdir-se, ainda que ela seja o único meio de apagar as mágoas, dissolver uma grande dor, abafar um grande mistério?!

JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA

ESTAÇÃO LUSO-ROMANA DO CABEÇO DO VOUGA

I

TERRAÇO SUBJACENTE À ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO, OU DA VITÓRIA

Ao Ex.mo Senhor Joaquim Soares de Sousa Baptista, pelo seu nobre desinterêsse pôsto ao serviço da Ciência, e do melhor conhecimento da sua Região, custeando de pronto ânimo as escavações do Cabeço do Vouga; e também pela honrosa confiança com que delegou em mim o seu estudo,

O. D. C.
ROCHA MADAHIL

O Cabeço do Vouga — vasta formação triássica do arenito predominantemente vermelho, muito comum a tôda a região — flanqueado ao Norte pelo Vouga e da parte Sul pela vala e lamaçais do Marnel, com disposição natural defensiva muito impressionante, foi notado arqueològicamente desde remotos tempos.

A quem, pela estrada Lisboa-Pôrto, toma a direcção desta última cidade, fica-lhe, passado Águeda e Mourisca, sobranceiro ao lugar do Vouga, imediatamente antes da ponte que atravessa o rio do mesmo nome e leva ao alto de Serém; uma outra estrada que das casas altas do referido lugar do Vouga conduz a Arrancada, constitue o mais prático acesso ao Cabeço.

Do seu valor estratégico e posição relativa na serena paisagem local, escreveu um dia o Sr. Dr. Vaz Ferreira no seu romance regional de interessante recorte histórico — *Os Senhores do Marnel* — esta página modelar que não deve ser esquecida:

«O Cabeço sobressai entre o Vouga e o pântano às proeminências vizinhas: o monte de Pedações para lá do Marnel, e o morro de Bêlhe com a sua pedreira cortada a pique na margem direita do rio.

Se ali fôra a muito antiga basílica de Santa Maria, na encosta da esquerda, e junto dela o mosteiro, muito perto e no alto devia ter existido o *castellum Marnelis*, defendendo os santos edifícios e a *civitas Marnelæ* adjacente. Os senhores do Marnel ali deviam ter tido o seu altivo paço solarengo, e de-certo sucedendo ao castelo ou reedificado sôbre os escombros dêle.

O corte arredondado e profundo do morro terminal do Cabeço, sôbre que se eleva a ermida da Vitória e uns restos de muralhas por ali sobreviventes teriam constituido as defesas exteriores da fortificação. Infanções antigos de Santa Maria, soberbos e poderosos mais que todos os nobres daquelas redondezas, deviam os senhores do Marnel construir o ninho de águias no viso daquele cabeço, dominando os vales do Vouga e do Marnel e aquela chave da passagem de sul para norte. Não podia agachar-se tão grande predomínio entre os casebres amontoados às bandas da calçada de lages de grés vermelhusco que sobe da vélha ponte, lá em baixo no extremo da laguna, se ali pousou a remota vila do Marnel. Não. Tinha de alcandorar-se no mais elevado cêrro, a vigilar em tôrno as algaradas dos moiros, as acometidas dos apaniguados de fidalgos da facção inimiga.

Mais tarde, sim, quando a paz se tornou duradoira e do Marnel se transferiu para Lamas a mais preponderante população, lá teriam suas casas apalaçadas, cujos vestígios perduravam em carcomidas pedras, revelando terem sido trabalhadas em estilo gótico.

... admirável o panorama em tôrno, espraiando-se ao poente numa larga bacia cortada pelo Vouga até a confluência do Águeda e circundada por colinas verdejantes onde ressaltam os povoados, também com tradições históricas, de Alquerubim, da Trofa, de Segadães e do Ameal. Ao norte domina-se a ponte na longa fita da estrada real e a antiga vila do Vouga, banhando nas águas do rio a vetusta ascendência da romana cidade de Vacca ou Vácua, cortando o horizonte uma extensa floresta que serve de fundo à vélha Albergaria de D. Tareja estendida para lá da mata de Serém. Mais para o nordeste vêem-se ao longe as povoações montesinas de Vila Nova de Fusos e Senhorinha, na serra de Cambra, e, olhando mais ao nascente, Sever expõe as suas casarias e quintas caprichosamente semeadas na encosta que desce até ao Vouga.

Aos pés ficam-lhe, como no fundo de vasto anfiteatro, a lagoa estendida até à vélha ponte de arcos caracteristicamente românicos e mais ao lado até à ponte nova, e os pântanos do Marnel no lodaçal esverdeado, reverberando a espaços a luz na água estagnada entre a vegetação exu-

berante que se eleva esguia nos choupos e freixos aprumados para o céu.

Da estrada para a banda do rio assenta a vila de Lamas.

Para o oriente abrange a vista as vinhas e margens do Vouga, as férteis terras de Valongo e do Brunhido, o vale onde corre o Alfusqueiro e a encosta graciosa de Macinhata, perdendo-se o rio estrangulado entre montanhas para lá de Jafafe e de Açores e rodeando o horizonte a lomba gorda do Arestal, os dentelados e agudos cumes da serra das Talhadas e os vultos grandiosos do Caramulo e do Buçaco que fecha ao sul o quadro, depois de extensos pinheirais.» (1)

O indispensável cruzamento da estrada com o Vouga em nenhum outro ponto se poderia obter tão vantajosamente como no local onde ao presente se faz; e que esta passagem decalca a da antiga via militar *Aeminium-Calem*, referida no *Itinerário*, chamado de ANTONINO PIO, demonstra-o à saciedade o extenso trôço de estrada antiga, muito provavelmente romana, que ainda hoje se vê cortada na rocha viva e fundamente sulcada por milenário rodado de carros, trepando ao alto de Serém, perfeitamente ao lado da actual, partindo sensivelmente do mesmo ponto do rio, e à qual, não obstante, nenhum arqueólogo ainda, que eu saiba, fêz referência. Considero também a ponte vélha do Marnel, cujas siglas de construção mais duma vez pessoalmente tenho estudado, sobreposição medieval duma outra, romana. A meu ver, a via militar *Aeminium-Calem* passava, pois, rigorosamente ali.

Compreende-se e justifica-se perfeitamente assim a localização dum povoado de altura no monte que ficava sobranceiro ao cruzamento da estrada com os dois cursos de água acima referidos que o ladeiam, isto é, no Cabeço do Vouga; povoado lògicamente prè-romano, castrejo, romanizado depois.

Documentos, e observação directa de antiquários, conservaram-nos memória dêsse povoado; a interpretação de itinerários e de notícias de geógrafos romanos ajusta-se grandemente ao local e imediações.

Vejamos, de tudo isso, o essencial e o que nos foi possível reunir; é bibliografia bastante difícil de compulsar, de que muitos falam sem, contudo, jamais a terem visto; a nossa maneira de trabalhar, porém, é diferente; aqui a deixamos, portanto, lealmente coleccionada, para quem deseje estudar conscientemente a arqueologia do local; traz-se até 18 de Setembro do corrente ano, data em que à 2.ª Sub-Secção da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação apresentei um relatório pessoal sôbre uma parte da estação luso-romana do Cabeço do Vouga: justamente o

(1) VAZ FERREIRA, *Os Senhores do Marnel;* Lisboa, 1925; págs. 43 a 45.

primeiro que a tal respeito deu entrada naquela estância superior. A isso me considerei obrigado por duas razões: pela minha qualidade de delegado da referida 2.ª Sub-Secção e pela parte que tomei nas escavações metódicas que, pela primeira vez, êste verão ali se realizaram. Desde há muito que a arqueologia do distrito, sobretudo a que possa esclarecer o problema da perdida cidade de Talábriga, me interessa; posso, felizmente, documentar que já em 1922, quando publiquei, para regularizar um problema que na Câmara Municipal de Ílhavo se desejava resolver correctamente, o meu opúsculo *Illiabum* -I- *Um projecto de brasão de armas concelhio,* anunciei, no ante-rosto, como trabalho que trazia em mãos, *Talábriga, cidade da via militar romana de entre Aeminium e Calem.*

Perdoe o leitor o que haja de pessoal nesta breve lembrança; ela não é tão impertinente como à primeira vista parecerá, e tem, também, a sua justa razão de ser, que neste lugar, no entanto, se omite.

Supomos ter sido Gaspar Barreiros o primeiro arqueólogo português a tentar explicar, por meio da observação directa e do confronto actualizado, as referências dos clássicos latinos — nomeadamente da *Historia Naturalis,* de Plínio, e do chamado *Itinerarium* Antonini Augusti — a localidades que vieram a ser incluídas na área geográfica do nosso país; é de 1561 a sua *chorographia de algvns Lvgares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros ó anno de M . D . xxxxvj . começãdo na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Italia, cõ algũas outras obras...* Aí nos aparece o problema de *Talábriga,* e de *Vouga* também.

Para melhor compreensão do raciocínio de Barreiros, fundamental porque inspirou muitos antiquários subseqüentes, transcreveremos o trecho que se segue, preferindo dá-lo na íntegra a resumi-lo; supomos também nunca ter sido transcrito todo:

«Talavera dela Reina

Esta villa dizem algũs será q̃ os Geographos chamam Talabrica. Entre os quaes é Claudio Mário Aretio, mouido tã somente por á semelhança dos nomes, como muitos costumam, sem oulhar ó sitio onde os authores assentam os lugares. E esta inadvertencia os fez cair em algũs erros, hum dos quaes ê este.

Porque todos os que d'ella fazem mençam a situam na Lusitania. E Antonino como screve caminhos nos mostra mais particularmẽte em que parte d'esta provincia stava este lugar, screvendo ó caminho da cidade de Lisboa â de Braga per Alanquer, Sanctarem, Condexa á Velha, & d'ali em diante por toda aquella strada Coimbraã, concordando

tanto os seus passos cõ as nossas legoas, que mui pouca ou quasi nenhũa discrepancia mostram, ó que poucas vezes acontece antre os passos & as legoas, como em algũas partes direi adiante. Porque de Lisboa á Gerabrica que ê Alanquer, conta . xxx . mil passos, que fazem sete legoas & mea. De Gerabrica á Scalabis, q̄ ê Sanctarem . xxxij . mil passos, q̄ sam as oito legoas q̄ ao presente cõtã d'Alanq̄r á Sãctarẽ. De Scalabis á Celiũ, q̄ nos por algũas conjecturas sosppeitamos ser á Villa de Ceice jũto á Tomar, outros xxxij mil q̄ tambem concordã cõ outras tantas legoas, que assi mesmo contam de Sanctarem á Ceice. E por me nam deter em todos os lugares, conta em todo este caminho — cc . xxxiiij . milhas, as quaes faz em numero de lxj . legoas, q̄ comunmente contam de Lisboa â Braga. E situa Talabrica . L . milhas de Conimbriga, em q̄ â xij . legoas & mea.

O qual lugar de Talabrica avemos de ser á Villa de Cacia, que permanece nas ribeiras do rio de Vouga, junto da Villa de Aveiro, specialmente onde ora sta á igreja de Sanct . Iuliam, por as razões q̄ adiãte darêmos.

E para melhor declaraçam d'isto cõtarêmos estas . I . milhas, de Condexa á Velha onde Conimbriga foi, & assi darêmos algũas razões perq̄ se prova ser ó dicto lugar de Condexa á Velha Conimbriga, para os q̄ d'estas cousas não teverẽ algũa experiẽcia, & para outros que por á semelhança dos nomes se moverem á cuidar q̄ Conimbriga ê á cidade de Coimbra. Hũ dos quaes argumẽtos ê a computaçam d'este dicto caminho de Antonino (q̄ acima disse) em ó qual conta de Sanctarem á Conimbriga . lxvj . milhas, q̄ fazẽ xvj . legoas & mea. As quaes nam quadram cõ as . xx legoas, q̄ oje, comũmente contã de Sanctarem á Coimbra, & quadram cõ á distancia de caminho que â de Sanctarem á Condexa á Velha, em q̄ contã . xvij . legoas, nã ficando mais differẽça antre as milhas & as legoas q̄ mea legoa, de q̄ nam faço conta, porq̄ ssempre ó dicto Antonino faz esta computaçam cõ hũa salva de plus minus, como nos dizemos pouco mais ou menos. E tambem os passos & milhas nam concordam sempre com as legoas, como largamẽte direi no titulo de Guadalajara a que remeto ó lector. Alem d'isto cõta de Conimbriga á Calem que ẽ villa de Gaia . lxxxj . milhas, q̄ fazem . xx . legoas & mea que contã de Condexa á Velha ao Porto ou á Gaia, que tudo é hũa mesma cousa, & nã quadrã com as xviij legoas q̄ contam de Coimbra ao Porto. Acha se tambem inda oje no dicto lugar de Côdexa muros, aqueductos, sepulturas, pedras scriptas de letras Romanas, em q̄ stá ó nome de Conimbriga, algũas das quaes stam ao presente na põte da Atadoa, q̄ por star perto de Condexa á Velha ali foram trazidas por nobreza da dicta ponte, como por esta se pode ver q̄ fiz trasladar, indo de

caminho ver as dictas ruinas antigas de Condexa á Velha. A qual deve escusar outras muitas que no dicto lugar se acham, por nam occuparmos tempo & papel & causarmos enfadamento ao lector.

D. M.
VALERIO AVITO
VALERI MARINI
FIL, ANN . XXX .
VALERIA, FVSCILLA
MATER, FIL, carissimo et
pientissimo,
et OpseQVEN
tissimo
P.

SCRIBI, IN TITVLO, VERSVCVLOS VOLO QVINQVE DECENTER, VALERIVS AVITVS, HOC SCRIPSI, CONIMBRIGA NATVS, MORS, SVBITO, FRIPVIT, VIXI TERDENOS ANNOS SINE CRIMINE VITAE, VIVITE VICTVRI MONEO, MORS OMNIBVS IUSTAT.

A qual cidade de Conimbriga querem algũs dizer q̃ foi despois mudada abaixo onde ora ê Coimbra, retendo ó seu mesmo nome, por causa do rio Mondego, de cuja navegação & outros proveitos dos rios caudalosos podia ser ó pouo melhor servido q̃ em Cõdexa, pollo q̃ diriuã ó nome de Condexa de cousa deixada, como q̃ deixârã hũa por povoar outra. Mas por serẽ derivaçoẽs de povo nã faço d'ellas muito fũdamẽto. Porê quãto â observaçã do nome antigo de Coimbra, & se ê a cidade Eminiũ q̃ Plinio cõ hũ rio n'esta mesma parte situa & Antonino assi mesmo duas legoas & mea de Conimbriga, de q̃ parece se faz mẽçã no cõcilio Toletano: i i j . onde sta sobscripto Posidonius Eminiensis episcopus, nã ê d'este presente lugar senã d'outro onde ó nos tractamos mais largamẽte. Tudo isto dissemos para q ó lector nam estranhe contarmos estas . I . milhas de Antonino de Cõdexa á Velha & nã de Coimbra, as quaes sè contã per esta maneira. Da dicta Condeixa á Coimbra . i j . legoas & mea. De Coimbra â Mealhada hiã tres & mea, porq̃ a legoa da vẽda da Serra â Mealhada ê muito grãde na qual a legoa & mea.

Da Mealhada á Avellãs sam . ij . De Avelãs á Agueda ij . De Agueda â ponte de Vouga hũa & mea, por ser tam grande como todos sabẽ de q̃ â proverbio no povo.

Da ponte de Vouga á Cacĩa hũa legoa, q̃ somam todas . xij . legoa & mea, conforme as . I . milhas de Antonino.

N'a qual villa & igreja de Sanct . Juliã nas ribeiras de Vouga situadas, se acham vestigios antigos . ſ . os funda-

mẽtos da hũa torre que na memoria dos homẽs inda stava quasi inteira, onde em outro tẽpo segundo ficou fama de hũs em outros chegaram navios da foz do mar, porque inda ali se achâram pedaços d'elles & anchoras juncto da dicta torre em hũa lagoa. Afora muitos vestigios & ruinas de argamassa que dentro em seu ambito cõprehende hũa milha pouco mais ou menos. Ha hi outro argumẽto para cõfirmaçam d'este, ó qual ê á descripçam q̃ Plinio faz da Lusitania do rio Douro té á cidade Eburobritium, per toda aquella strada dizendo per esta maneira. A Durio Lusitania incipit, Turdoli veteres, Pesuri, flumẽ Vacca, oppidũ Vacca, oppidũ Talabrica, oppidũ et flumẽ Miniũ, oppida Conimbrica, Colippo, Eburobritiũ. De maneira que nomea despois do Douro ó ria Vacca q̃ ê Vouga, & ô lugar de Vacca q̃ nos avemos ser á que ora chamã Ponte de Vouga . ∫ . Põte de Vacca, nam por causa do rio senam por causa do nome do lugar, como dizemos Põte do Arcebispo ou Ponte d'Alcantara, E logo nomea Talabrica por star nas ribeiras do dicto rio & perto do lugar do mesmo nome Vacca. E seguindo á dicta strada nomea Minium âquem de Conimbriga, côforme â descripçã do dicto Antonino q̃ situa Minium . x . milhas da dicta Conimbriga, q̃ sam . ij . legoas & mea. E mais auãte nomea Conimbriga, & depois d'ella Collipo que foi hũa cidade jũto de Leiria, onde ora chamam Sanct. Sebastiam, em q̃ â vestigios & ruinas antigas, & pedras em q̃ stá scripto ó dicto nome de Collipo q̃ temos em nosso põder. E avante de Collipo nomea Eburobritiũ, ó qual nõme anda depravadamente scripto nos exẽplares Plinianos, & partido n'estas duas dições Eburo & Britium por Eburõbritiũ, como inda oje se acha em pedras em que ó dicto nome Eburobritiũ stá scripto inteiro & nã partido.

A qual cidade antiga nos avemos ser á Villa que oje chãmã Evora de Alcobaça. Assi q̃ n'este tracto de caminho q̃ chamamos strada da Coimbraã, á qual Plinio screve per descripcã Geographica successiva, do rio Douro te este lũgar Eburobritiũ, nomea Talabrica junto do rio Vouga, & do lugar da Ponte de Vouga como dixe. E por q̃ em algũs exemplares de Plinio nã sta scripto ó lugar de Vacca, Somẽnte o rio de Vacca per esta maneira, flumen Vacca, opidum Talabrica, saiba o lector q̃ em hum archetypo Toletano sta scripto da maneira q̃ dixe . ∫ . flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabrica. A qual liçam Fernando Pintiano cõmendador de Salamanca cita nas suas castigações Plinianas.

Por as quaes razões consta claramente serem mui differẽtes os sitios de Talabrica & de Talavera de la Reina, porq̃ esta tem ó seu sitio iunto do Tejo, & Talabrica ó tinha

iunto de Vouga, como fica declarado, que ẽ hũa distancia mui grande de hum rio á outro, specialmente á d'aquella parte onde Talavera stá. Nem á outro lugar que os geographos nomeem d'este mesmo nome, para podermos sospeitar que fosse este de Talavera de la Reina.

Diz ó Arcebispo dom Rodrigo que ó nome antigo d'esta villa foi Aquis n'estas palavras: Decimo nono regni sui ãno obsedit oppidũ quod olim Aquis, nunc Talavera Vocatur in dioecesi Toletanensi.»..................................

De 1593 é a 1.ª edição da obra doutro arqueólogo, que discute Plínio e Estrabão: *Libri Quatuor de Antiqvitatibvs Lvsitaniæ à Lucio Andrea Resendio olium inchoati, & à Iacobo Menœtio Vasconcello recogniti, atque absoluti.*

Tal como Gaspar Barreiros, aproveita-se do códice toletano de Plínio anotado por Fernando Pintiano, e doutro da biblioteca de Salamanca, transcrevendo o passo já nosso conhecido «*A Durio Lusitania incipit*», etc.

Pròpriamente do problema de Vouga, escreve assim:

« ¶ De Vacca Flvvio.

¶ Medio fere inter Mũdã, & Duriũ interuallo, vacca in mare influit & ipse, vt Strabo ait, quemadmodum, & Munda paruas habens nauigationes: Nec longe ortus, alosarum, lampetrarum, troctarumque ferax. Vacuam illum Strabo vocat, Vacum Ptolemæus. Oritur non peregre, sed paulo supra Alcobam montem collectus, indeque leni alueo illapsus multos, nec exiguos fluuios, ac fere parem Agatham in se condit. Iamque intra modum magnus miscetur mari.

¶ Errore putauere quidam vaccæos populos ab eo denominatos, quum intra Lusitaniam ortus, latissimis Vaccæorum Tarraconensis prouinciæ populis dare nomen non potuerit. Potius igitur a Vacca oppido, quod fuit iuxta Pyrenæum, vt refert nono etymologiarum libro Isidorus, Vaccæum nomen est factum, & late per citeriorem Hispaniam propagatum.

¶ Sed de Vaccæ fluminis ostio, maritimoque tractu, inter recensendas vrbeis, quod ad rem faciat non omittemus.» *(op. cit., págs. 71-72).*

Diogo Mendes de Vasconcelos, comentador das *Antiquitates* de Lúcio André de Resende em seus *scholia,* propõe que se corrija o *Itinerário,* e identifica Eminium com Águeda e Talábriga com Aveiro; importa arquivar a sua opinião e conhecer os argumentos de que dispunha, extraídos da mesma 1.ª edição de Resende, por êle comentada:

«¶ Æminium Ptolemæo oppidum est in Lusitania, Plinio oppidum & flumen libro 4. cap. 21. & 22. Fit etiam illius

mentio ab Antonino in Itinerario, cum illud iter describit, quod ab Olisipone Bracaram Augustam ducebat. Fuit autem Æminium eo loci vbi hodie est oppidum dictum vulgo Agatha seu Agueda, quod flumine eiusdem nominis alluitur, & recepta hac sentencia, in qua etiam fuerunt Vasæus & Barrerius, emendari debet codex Antonini hoc ordine, Conimbrica Æminium quadraginta millia passuum, Talabricam decem millia passuum. Est autem Conimbrica oppidum illud antiquum, quod dirutum cernitur & vulgo Condexa vetus dicitur. Talabrica vero fuit prope oppidum maritimum, quod hodie Aueiro dicitur, & sic bene quadrat passuum numerus a me restitutus, nam a Condexa Agatham sunt decem circiter leucae, & ab Agatha Talabricam duæ cum dimidia. Erat autem in codice Antonini numerus transpositus, & præpostere mutatus. Hinc apparet reijciendam esse illorum opinionem, qui existimarunt idem esse oppidum Æminium, & illud quod hodie Conimbrigam seu Colibriam appellamus, & eundem fluuium Mundã, & Æminium. Nam vt cætera argumenta breuitatis caussa omittã, id aperte Plinianis verbis repugnat, qui in allegato c. 22. libri quarti cum prius Æminium flumen & oppidum nominasset, statim hæc verba adiecit. A Durio Tagus ducentis millibus passuum, interueniente Munda» *(op. cit., págs. 248-249).*

Frei Bernardo de Brito glosou o assunto escrevendo na sua *Geographia antiga de Lusytania,* que imprimiu em 1597, o seguinte, com o que, aliás, nada se adianta:

... «Seguia se logo Conimbriga, cidade principal, & muy bem fortalecida, como dão a entender as famosas ruynas, que se vem junto a Condeixa a velha, & em seu lugar temos oje Coimbra, aças conhecida, & nomeada em toda Europa. Auia mais a cidade Euminio, junto a Agueda, que algũs crem ser Micinhate: Talabriga, de cujas ruynas se leuantou a Villa de Aveiro, com muitas outras pouoações, que por serem de menos conta em aquelles tempos antigos deixo de contar, dado, que a meu parecer, Laconimurgi, que he Lamego, também cabia no destricto destes Turdulos, & Vacca, que algũs querem que seja Viseo. Bem me lembra, que contando as guerras de Viriato, disse que inda Viseo não era naquelle tempo fundada, & conta la agora aqui entre as pouoações antigas, he, porque em hum Plinio escritto de mão, que ha na liuraria de Alcobaça, faz menção do rio Vacca, que he Vouga, & da pouoação Vacca, que pella semelhança do nome parece ser Viseo. A propria lição de Plinio refere nosso Resende em suas antiguidades.» *(op. cit. fls. 7, v.º e 8).*

A *Descripção do reino de Portugal...* de Duarte Nunes do Leão é já de 1610; reivindica para Cacia a localização de Talábriga, dizendo:

« Talabrica foi junto com Aueiro na ribeira de Vouga onde agora ha hum lugarinho que se chama Cacia na parte onde stâ a igreja de sam Iulião de que não ha mais que esta memoria » *(pág. 28 da 2.ª ed.)*.

E, no capítulo XVII, escreve, sob a influência manifesta de Resende:

« Do rio Vouga.

Vouga he hum dos rios de Portugal, que entrão no mar, & de que os Geographos fazem menção entre os maiores rios de Hespanha. Plinio lhe chama vacca, Strabão vacuam, Ptolomeo vacum. Seu nascimento he junto á serra de Alcoba: sua nauegação he curta, & despois de recolher alguns rios de pequena conta, & entrar nelle o rio Agueda que leua tanta agoa como elle, se mette no mar em Aueiro, spojando do nome, & das agoas ao Agueda que antigamente se chamaua Eminium, assi como tambem se chamaua huma cidade por a qual elle passaua, que ja foi Episcopal, como se lee no Concilio Toletano que se celebrou no anno de quinhentos oitenta & noue em tempo de Flauio Ricaredo, em que se achou Possidonio Bispo Eminense. Esta cidade Eminium cuidauão alguns que era Coimbra, como aponta Ioam Vaseo na sua Chronica de Hespanha, & Diogo mendez de Vasconcellos Conego na sancta Sê de Euora nas addiçoẽes, & Andre de Resende nas antiguidades da Lusitania, onde por mui efficazes razoẽs mostra ser AEminium o nome do rio de Agueda, & da pouoação que junto do mesmo rio staua. » *(ed. cit. págs. 82-83)*.

A identificação da cidade luso-romana de Emínio, intimamente relacionada com os problemas de Talábriga e do Cabeço do Vouga, está julgada definitivamente pela arqueologia a favor de Coimbra e em prejuizo de Águeda; isso, porém, não é motivo para se não deixar aqui registada a posição do antiquário Duarte Nunes do Leão, e dos outros, perante o problema; noutra ocasião nos ocuparemos das razões invocadas por Águeda a seu favor, de que foi grande paladino o jornal local *Escola Popular*, de 1870, em debates de José Maria Veloso, D. M. Sotomaior, e José Correia de Miranda, nos quais, hoje ainda, muito há que admirar e aprender.

Adiante veremos, continuando a ordem cronológica que vimos seguindo, como num dêsses artigos José Correia de Miranda encarava o caso de Vouga.

As Anacephalaeoses id est svmma capita actorvm Regvm Lvsitaniae, do padre António de Vasconcelos, de 1621, seguem na esteira de Duarte Nunes do Leão; documentam, no entanto, a opinião erudita do século:

« Vovgam antiqui Geographi majores inter Hispaniæ fluvios meminere. Plinius Vaccam nominat, Strabo Vacuam, Ptolomæus Vaccim. Scaturiginem habet prope montem Alcobam: brevi suo cursu spatium conficit, & alios cursim parvi nominis excipiens fluvios, Aguedam tandem, sibi æqualem, tam nomine, quam aquis, spoliat, quo ditior, & non contemnendo agmine, ad Aveirum oppidum mare ingreditur. Agueda fluvius, qui Vougæ immixtus amittit nomen, olim Eminius audiebat, nomenque civitati, quam intersecabat, indidit. Eminium olim civitas erat Episcopali sede insignis, cujus Toletanum Concilium meminit, ætate Flavii Recaredi, cui Possidonius Eminiensis Episcopus interfuit. » *(págs. 49 e 50 do 2.º vol. da ed. de 1793).*

São igualmente de mencionar as *Antiguidades de Portugal,* editadas em 1625 pelo respeitável Gaspar Estaço; principiando por dizer que « Talabriga foi hum lugar de Lusitania junto da villa de Aueiro, de que Plinio faz mençam, e Antonino Pio en hum caminho, que escreue de Lisboa a Braga » *(pág. 163)* discute, adiante, a localização de Pôrto e de Gaia negando a identidade desta vila com aquela cidade, e disserta dêste modo:

« O que nam era en tempo de Ptolomeo, menos era en tempo de Plinio, que o precedeo per alguns annos, e foi en tempo de Vespasiano, e morreo no anno do Senhor 112. pola conta de Eusebio Cesariense *(Euseb. in chr. anno* D . 112 .). Mas pera maior proua de nosso proposito, digo, que Plinio escreueo *(Plinius . l.* 4 *cap.* 21 .) hum pedaço daquelle mesmo caminho, que escreueo Antonino, começando nam de Condeixa pera o Douro, senam pello contrario do Douro pera Condeixa. E porque o doutor Resende nas Antiguidades da Lusitania traz este mesmo lugar *(Resend. in Antiq. Lus* . 1 . fol. 7 .) de Plinio a outro proposito, mas mais emendado do que està no meu liuro de Plinio, d'elle o referirei, e ê o seguinte . *A Durio Lusitania incipit . Turduli veteres . Pesuri . Flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabriga, oppidum et flumen Æminium . Oppida Conimbriga, Colippo, etc* . Quer dizer . Lusitania começa do Douro, e logo estam os pouos, Turdulos antigos, e Pesuros, cujos lugares sam os seguintes, O rio Vouga, e o lugar de Vouga, o lugar de Talabriga, o lugar, e rio Eminio . Os lugares Conimbriga, e outros, que vai dizendo . Na qual descripçam de Plinio vemos nam estar ali en seu tempo a

cidade Portugale, nem ainda o lugar de Cale, que ou nam era ainda, ou era tam pequeno, que d'elle nam fez caso. Mas o que primeiro achou digno de nomeaçam, foi o rio Vouga, o lugar de Vouga, o lugar de Talabriga, que foi junto da uilla de Aueiro, o lugar, e rio Eminio, que ê Agada, e rio de Agada. O lugar de Condeixa, etc.»... *(pág. 255)*.

Mais adiante *(pág. 305)* estabelece para equivalência que

...«quatro mil passos fazem hũa legoa das nossas, como dizem Resende, Barreiros, e Morales, e se vé por experiencia cotejando as milhas com as legoas, de que hoge vsamos»...

Transcreve o itinerário e discute-o, repetindo:

...«De Conimbriga a Eminio, que Vaseo, Barreiros, e Diogo Mendes de Vasconcellos dizem ser Agada, quarenta mil passos, que sam dez legoas pouco mais ou menos, que este caminho tem.
De Eminio a Talabrica, que Barreiros diz ser a villa de Cacia nas ribeiras do rio Vouga junto a Aueiro, dez mil passos, que sam as duas legoas e meia, que fazem de Agada a Aueiro».

Necessário é também, para a relacionação do Cabeço do Vouga com a arqueologia local, registar as considerações seguintes de Fr. António Brandão na *Monarchia Lvsitana*, de 1632 *(fl. 153, v.º, da 3.ª Parte)*:

«Foi o seruo de Deos Martinho Portugues natural de hũa villa, a que o autor de sua vida nomea Auranca, & diz estar distante de Coimbra vinte & seis milhas que saõ pouco menos de noue legoas. *(à margem:) Archiuo de S. Cruz de Coimbra li. dos test. fo. 46.*

Pella semelhança do nome parece a villa de Arouca se a distância de quinze legoas que ha della a Coimbra o consentira. Porem era sem falta outra pouoação não longe do rio Vouga, & perto do monte, que se chamaua Aurancha, donde deuia tomar o nome. Em escritura de Pedroso faz Paio Gõçalves doaçaõ âquela casa da herdade que possuia em Osseloa, abaixo do monte Aurancha pella corrente do rio Vouga, no termo da cidade de Marnel. São as palauras formaes. *Facio donationem de hæreditate mea propria, quam habeo in villa Osseloa subtus monte Aurancha, discurrente riuulo Vouga, territorio ciuitatis Marnel.* E he a data a quatro das Calendas de Março da Era de 1171. que he anno

de 1133. O lugar de Marnel (que antigamente foy cidade) he bem conhecido entre Agueda, & Vouga. A villa de Osseloa ficaua no mesmo limite, & era o celebrado Ossel aonde acõtecia o milagre da agoa baptismal em vespora de Pascoa, do qual trata Gregorio Turonense. E aonde esteue cercado S. Herminegildo, como hũa & outra cousa proua doutamente Antonio de Tauares de Tauora, Esmoler mór de sua Magestade, em particular liuro q̃ tem composto.»

Também o *Agiológio Lusitano,* de JORGE CARDOSO, de 1657, continua a tradição e regista em 28 de Março:

«Em Auranca, villa banhada do rio Vouga, no territorio da antiga cidade Marnel, à jornada da terra para o ceo do Eremita Ayres Manoel, varão mui pio, & deuoto, pai que foi d'aquelles dous celebres Priores de Soure, S. Martinho, & Mendo Ayres, em tempo do Conde D. Henrique»...

explicando, no comentário a êste dia, que,

«A villa de Auranca, patria do Eremita Ayres Manoel, distaua 26. milhas de Coimbra, q̃ são pouco menos de 9. legoas. Ficaua não longe do rio Vouga, & de hũ monte, assi chamado, de que julgamos tomou o nome. O q̃ tudo destruïo o furor de Marte, & consumio o tempo co as entradas, & correrias que os Mouros fazião por aquellas partes. Achamos feita menção d'elle, na vida de seu filho S. Martinho de Soure, composta por Saluiato, seu contemporaneo, a qual se conserua no cartorio de S. Cruz de Coimbra, em o l. dos Testamentos fol. 46»...

(Tômo II, págs. 335 e 344).

Pròpriamente do Vouga afirmara êle que:

«Das ruinas da antiga cidade Vacca, & de seus habitadores, situada (segundo tradição) onde hoje vemos a caua de Viriato (por ser patria sua) se erigio a de Viseu, não no mesmo lugar, mas no eminente sitio, em que agora perseuera à sua vista.» *(loc. cit, pág. 65).*

A *Evropa Portuguesa* [1] de MANUEL DE FARIA E SOUSA, registava, em 1678, que

«Prosiguiendo los Griegos su camino con nuestros Lusitanos, antes de llegar al Rio Vouga fundaron a Eminio

---

[1] «Segvnda Edicion correta, ilvstrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas que es labor nueva». A 1.ª edição intitulava-se *Epitome*

(es la Villa de Agueda entre Aveyro y Coimbra) ciudad entonces populosa, que en tiempo de Godos y Romanos tuvo Iglesia Cathedral de las ilustres de España. Fueron tambien fundadores de Talabrica, agora Villa de Aveyro, por grandeza, por gente, y por trato bien noble. De Lavara, ciudad notable por differentes memorias; mas falta la del sitio que occupava: el nombre permanece en una Aldea que junto a la marina dista dos leguas de la ciudad del Porto.»... *(Tômo. 1, pág. 95).*

Narrando, mais adiante, as emprêsas de Cesar e de vários capitães romanos na Lusitânia desde o ano 57 até o de 44 antes de Cristo, regista uma inscrição epigráfica encontrada *Entre las Poblaciones de Herminio, y Talabrica,* que dizia:

« *Los Centuriones y Tribunos, levantaron en la Via militar esta colunna al vitorioso y felice Quinto Cassio Longino, Proconsul de la Provincia Ulterior, por la vitoria que alcancò de los de Talabrica. Al Vencedor Pio se den triunfos, tripudios, oraciones, suplicaciones, y coronas.*
La causa de que Longino procurasse vencer a los moradores de Talabrica, fue averle ellos quitado con un socorro la vitoria de los de la ciudad de Eminio que tenia casi en las manos, y dadole una gran rota.»... *(págs. 214-215).*

Do período que vai de 42 a 27 antes de Cristo arquiva Faria e Sousa a lápide encontrada não longe de Idanha-a-Vélha, do tempo de Gneyo Domício, legado de Marco Lépido, que acudira em socorro dos povos Vaceos:

« M. LEPIDO VICT. LUSIT. COHORT. FORTISS. COH. MEIDOBRIG. COH. LACONIMURGEN. COH. TALABRICEN. COH. AEMINIENS. TRIUNV. MER. PP. E. IN OMNES LIBERALITATEM. D. D.
Vale. *Los Lusitanos de las Cohortes Fortissima, Midobrigense, Lamego. Aveyro, Agueda, dedicaron esta memoria a Marco Lepido victorioso, dignissimo del Triunvirato por la liberalidad que usó con todos.» (pág. 228).*

Volta Faria e Sousa a ocupar-se da nossa região, agora historiando o período que vai do ano I da era de Cristo ao ano 46:

... « Por este tiempo los Portugueses habitantes de Vouga, o Vacca, hizieron una expedicion de que resultó

---

de las Historias portuguesas; Madrid, 1628, e também: Lisboa, 1663. Tivemos presente a edição de 1628, onde encontrámos muitas destas mesmas referências da *Europa Portuguesa* à região que nos ocupa. Demos preferência a esta última obra, mas deixamos esta nota para quem se interesse pela cronologia rigorosa do assunto.

llegar a las ciudades Assotá, y Lacedemona, en cuyo destrito fundaron aquella a que dieron el nombre de Vacca en memoria de su Patria; pero agradados de la amenidad del sitio, le añadieron la diccion Chara, por amable; y quedaron deziendo Charavacca.

Llegó la muerte al Emperador Otaviano Augusto, y el sentimiento della a nuestra Provincia, adonde no fueron menores que las de Roma las ceremonias funerales; en observancia de quanto siempre los Portugueses por sus difuntos Principes, supieron purificar el amor con que los veneraron vivos. Hállase dello un testimonio en el Valle de Ossela cerca de la Villa de Arouca. Es una piedra traida de ciertas ruinas, vestigio no pequeño de poblacion grande en la eminencia de un monte que se levanta sobre las orillas del rio Cambra. Su letura;

IMP. CAES. D. AUG. INTER
DIV. REL. COHORT. PRAESID.
VACE. OSCEL. LANCO. CALEN.
AEM. LEG. X. FRETENS.
EJUS. NUM. SPECTACULA
ET. LUD. GLADIAT. E. V.
URBES. LUSIT. L. A.
EXP. ET. HECATOMB. D. D.

Vale esto; *Las Cohortes, o Compañias de la Legion decima, llamada Fretense, que alojavan, o presidian en Vouga, Oscela, Lanco, Cale, y Agueda, offrecieron Espectaculos, y juegos de Gladiatores al Emperador Cesar, Divo Augusto, ya relatado en el numero de los Dioses: y estas ciudades de Lusitania hizieron el dispendio, y dedicaron Hecatombes.*

De essa Escritura se infiere la manera de Presidios que el Imperio sustentava en los lugares fuertes de Portugal, para conservar los animos quietos, con tres leguas de distancia entre uno y otro Presidio, notoria señal de lo mucho que en Roma se hazia temer el orgullo Lusitano.

Tanta prevencion pedia el pensamiento de que aun de aquella ceniza se podia exalar alguna peligrosa llama. Vense los nombres de Poblaciones antiquas. Vacca, oy Vouga, indicios de magnificencia en un sitio alto, y fuerte por naturaleza, sobre el rio deste propio nombre. Oscela, donde se halló la piedra referida. Lancobriga, que a la parte del Austro dista poco de la ciudad del Porto, y de que oy se ven ruinas en la extremidad de un monte, a que sucedió la Villa de Feyra notorio Titulo de Condado posseido de la ilustre Familia de Pereyras. Calense, Cale, o Gaya, agora vestigios de Poblacion sobre el Duero; a que sucedió la

celebre ciudad del Porto sobre el propio rio de la otra parte del Norte. Eminio, que es la Villa de Agueda.» *(págs. 251-252).*

Passemos agora à famosa *Corografia Portuguesa,* do P.e CARVALHO DA COSTA (1708), já mais chegado a nós, revelando-se bem informado e não se limitando a decalcar os anteriores corógrafos:

« A Villa de Vouga está em sitio plano junto do rio Vouga, de que tomou o nome, & ao pè de hum cabeço, que tambem assim se chama, ficando a Villa, & o cabeço entre dous rios; o Vouga da parte do Norte, & Marnel da parte do Meyo-dia; os quaes se encontraõ logo abayxo do lugar de Lamas, que está ao pè do dito cabeço. Tem sobre o Vouga huma ponte de pedra de muitos olhaes, mas já tam areada, que em tempo de cheas se passa em barcos, & he estrada publica de Coimbra para o Porto, que passa por dentro da Villa. Ha tambem outra ponte de arcos sobre o rio Marnel, que no tempo de Inverno, & cheas se não passa. He tradiçaõ, que no cabeço de Vouga esteve antigamente huma Cidade, chamada Vacca, & ainda hoje se achaõ tijolos, & pedras lavradas, & outros vestigios de edificios. Nelle está agora huma Ermida do Espirito Santo, & na Villa huma Capella do Santissimo Sacramento. Tem esta Villa quinze visinhos.» *(2.º Tômo, pág. 105, ed. de 1868).*

A *Geografia histórica,* de D. LUIS CAETANO de LIMA, de 1736, estabelece apenas que Viseu

«Entende-se, que foy fundada das ruinas da antiga Cidade Vacca, por ordem do Pretor, ou Pro-Consul, Decio Bruto.». *(T. 2.º, pág. 112).*

O conhecido e apreciado *Mapa de Portugal,* do Padre JOÃO BAPTISTA DE CASTRO (1745, a 1.ª ed.) não ignora o Vouga e os seus problemas, desta sorte se exprimindo:

«*Eminio.* Hoje é o logar de *Agueda* no termo de Aveiro. Foi povoação notavel da Lusitania, e cidade episcopal. Teve prelados, de que se acha a memoria de Gelasio pellos annos 411 de Christo, e de Possidonio pelos annos 589. Ortelio lhe dá tambem o nome de *Colubria.* O academico Manoel Pereira da Silva Leal [1] pertende mostrar que não tivera bispos, como alguns affirmaram. Fallam d'ella Plinio e Ptolomeu *apud Cellarium l. 2. c. 1.* § 9. *(págs. 11-12 da 3.ª ed.).*

---

[1] «Dissertaç. Exegetic. not. 5. n. 28.»

« *Talabrica.* Quasi todos os geografos convem em ser esta cidade collocada antigamente onde está hoje Aveiro: [1] só Rodrigo Mendes da Silva, seguindo a Florião do Campo, [2] diz que Aveiro não foi a *Talabrica,* mas sim a *Labara,* o que não é provavel, porque Labara é um logar pequeno sobre o mar no termo do Porto. Duarte Nunes a constitue junto de Aveiro na ribeira do Vouga, onde ha o lugar chamado Cacia, e na parte da ermida de S. Julião; com quem se conforma Gaspar Barreiros pag. 51. »... *(pág. 16).*

« *Vacca.* Persuade-se Jorge Cardoso no tom. 2. do Agiologio pag. 65, que esta antiga cidade estivesse onde hoje vemos erecta a de Vizeu; porem Plinio e Ptolomeu não fazem d'ella menção. O author da Corografia Portugueza diz, que por tradicção a cidade antiga chamada Vacca estivéra onde hoje é a Villa de Vouga na comarca de Aveiro: porem quando trata da cidade de Viseu, traslada tudo que achou em Jorge Cardoso, convindo com elle em ser Viseu a antiga Vacca. »... *(pág. 17).*

« *Vaccaeos.* Tinham a sua habitação entre Coimbra, e o Porto, e tomaram o nome do rio Vouga. [3] »... *(pág. 146).*

Nem tudo quanto os antiquários portugueses escreveram sôbre estes problemas foi aceite pela crítica da *España Sagrada,* obra que forçoso é considerar notável se atendermos à época em que se produziu. Não me tendo sido possível consultar a 1.ª edição, começada em 1747, reporto-me às datas da segunda, que são, para os volumes aqui aproveitáveis (o XI e o XIV), respectivamente de 1775 e de 1786. Diz o P.e HENRIQUE FLOREZ:

« VACUA, VACCA, Y VACO, *hoy* Vouga.

En el mismo sitio en que Estrabon mencionó el rio Muliadas, expresó al *Vacua,* como immediato al Duero: declarando, que tambien admitia pequeñas navegaciones, como el precedente. En Plinio se escribe *Vacca;* y en Estrabon es *Vaci* el segundo caso: pero la situacion es una misma; esto es, la del rio que hay entre Mondego, y Duero, al qual llaman hoy los Portugueses *Vouga,* cuyo curso es paralelo con el Duero, teniendo su nacimiento al oriente del punto en que se entra en el mar, bastante caudaloso, especialmente despues que recibió por la parte del Medio-dia al rio *Agueda* (no el de Ciudad-Rodrigo, sino otro de la Provincia de Beyra).

---

(1) « Cellar. Geogr. antiq. lib. 2. cap. 1. § . 9. »
(2) « Mend. da Silv. Poblac. gen. de Hesp. »
(3) « Agiol. Lusit. tom. 2. »

Eumenio, Eminio, *lo mismo que Munda, y Mondego.*

Plinio nos menciona el rio *Eumenio* en las ediciones antiguas, hechas antes de Gelenio, el qual puso en lugar de aquel nombre el de *Minio,* y el mismo dió Dalecampio en el texto, pero al margen puso Eumenio, y Æminio. Esta ultima voz propuso el P. Harduino en su texto, en fuerza de señalar Antonino, y Ptolomeo un pueblo *Eminio* por esta parte: y Plinio dice, que el rio y el lugar convenian en el nombre. Adoptarémos por ahora esta voz: pero entra la dificultad de expresar qué rio es: pues aunque Harduino con otros Escritores ilustres Lusitanos dice ser el *Agueda;* no me atrevo à seguirlos. La razon es: porque Plinio baja recorriendo la Costa desde el Duero al Tajo, y por tanto expresa los rios que desaguan en el mar, siendo el primero (desde el Duero abajo) *Vacca,* y el segundo (y ultimo hasta Lisboa) el *Eminium.* Las palavras son: *A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres, Pœsuri: flumen Vacca. Oppidum Talabrica. Oppidum & flumen Æminium. Oppida Conimbrica,* &c. *lib.* 4. *cap.* 21. en las quales se vé, que vá recorriendo las bocas de los rios, bajando por el Duero: despues del qual expresa à Vacca (hoy Vouga), siguese Talabrica, y luego el rio Eminio. No puede pues ser este rio el Agueda: porque Agueda entra en el Vouga dos leguas antes del grande estanque, ò ria, en que dentro del Continente se explaya y mezcla Vouga con el mar por la Bahia de *Aveyro:* de suerte, que el rio Agueda perdió su proprio nombre dos leguas antes de la Costa maritima: y consiguientemente no puede ser el expresado por Plinio con el nombre de Eumenio: porque éste es rio de la Costa, y el Agueda no lo es, constando que acaba en otro que entra en el mar con su proprio nombre de Vacca.

Mirando pues al orden con que procede Plinio, y considerando el territorio de la Costa, digo, que Eumenio se llamó tambien *Munda.* La razon es, porque mas abajo del Vouga no hay mas rio que Munda, ò Mondego: y como Plinio expresó debajo del Vacca à Eumenio, y no mencionó aqui el nombre de Munda; resulta, que estas dos voces denotan à un mismo rio: pues ni hay mas que uno, ni Plinio havia de omitirle, siendo tan ilustre. Era pues el nombre de Eumenio comun al rio por la Ciudad: y el de Munda, proprio del rio en sí: de suerte, que desde el principio de su curso por todo lo mediterráneo se llamase Munda: y al llegar al mar, le diesen tambien el nombre de la Ciudad mas cercana à la Costa, que era *Eumenium:* pues tenemos el mismo egemplar en el Betis, el qual demás del nombre proprio de *Perces* (con que le nombraban los Turdetanos)

y fuera del *Betis* (que le pusieron los Penos) se llamó *Tartesso,* por haver una Ciudad de aquel nombre cerca de donde el rio se metia en el mar. Á este modo el Munda (llamado tambien *Muliades* en Estrabon) recibió, por la Ciudad cercana à sua boca, el nombre de Eumenio, siendo proprio suyo el de Munda, ò Muliades, originada acaso la material variedad por el uso de los patricios y de los forasteros, como el Guadalquivir el de Perces, y el Betis.

Añadese, que Plinio immediatamente despues del rio Eumenio nombra el primero de los pueblos à Coimbra: y esta Ciudad tiene su situacion sobre el Munda: lo que viene bien con que el rio Eumenio sea el de Coimbra: pues de otra suerte resultaba, que Plinio callase el nombre del rio de esta Ciudad, siendo ella fluvial, y su rio el mas caudaloso de aquella Costa entre Tajo y Duero: lo que no puede decirse, quando Plinio vá hablando de los rios, y hasta mas adelante no usó el nombre de Munda.

Jacobo Meneses Vasconcelos en las Notas sobre las Antiguedades Lusitánicas de Resende ([1]), se opuso à este sentir: alegando como argumento decisivo de que el Eminio es diverso de Munda, el que Plinio dice en el cap. 22. que Munda corre en medio de Tajo y Duero: *Ab Durio Tagus CC. M. passuum, interveniente Munda.* Añade Vasconcelos el texto del Chronicon, donde Eminio consta ser Ciudad diversa de Coimbra, y que por consiguiente el rio de Coimbra (Munda) es diverso de Eminio. Pero yo no veo el consiguiente de que si los pueblos son diversos, sean tambien los rios diferentes: como consta en los que ponen sobre Guadalquivir, Ciudad llamada Betis, y otra en las bocas del rio, con nombre de Tartesso. Una y otra Ciudad eran diversas: pero el rio uno mismo. Tampoco prueba nada la especie de que Munda corre en medio de Tajo y Duero: porque verificandose lo mismo en aquel rio, bajo el nombre de Eumenio; solo hay diversidad en las voces, no en las distancias: al modo que tanto dista de Guadiana el Guadalquivir bajo el nombre de Betis, como en el de Tartesso. Antes bien segun las distancias que en el cap. 22. señala Plinio entre el Miño y Eminio, arguimos que el Eminio es Mondego, y no puede ser el Agueda. La razon es, porque entre *Minio y Æminio* señala tantas Millas, como entre Tajo y Duero, à saber, doscientas, que son cinquenta leguas: y como la distancia entre Miño y Mondego es con poca diferencia, la misma que del Duero al Tajo; resulta que Mondego es el Eminio. Si se digere, que del Miño à Mondego hay algo menos, que del Tajo al Duero; se infiere,

([1]) « Pag. 967. *de la Hispania ilustrata.* »

que convence mi argumento, sobre que el Agueda no es Eminio; porque si se niega este nombre al Mondego, por no distar del Miño tanto como refiere Plinio, qué diremos del Agueda, que dista mucho menos? Agueda está mas cerca del Miño que Mondego (pues aquel entra en Vouga, cuya boca está unas doce leguas mas cerca del Miño, que la de Mondego); luego el Eminio debe aplicarse à éste con mayor fundamento, por quanto le favorece la distancia referida por Plinio, mejor que al rio Agueda. »... *(Tômo XI, págs. 45 a 48).*

« EMINIO. *Tratase si fue Obispado?*

Con total expresion nombra à Eminio la distribucion de Parroquias señaladas à los Obispados de los Suevos en el Concilio intitulado Lucense, aplicandola al de Coimbra, como veremos sobre el primer Obispo. Mencionala tambien Plinio (1) diciendo que era nombre commum al Rio: *Oppidum & Flumen Æminium.* Del mismo modo la nombra Ptolomeo en los Lusitanos. Antonino en el Itinerario de Lisboa à Braga la pone immediata à Coimbra con el nombre de Eminio, en esta conformidad:

CONEMBRICA
EMINIO M. P. X
TALABRICA M. P. XL
LANGOBRICA M. P. XVIII
CALEM M. P. XIII
BRACARA M. P. XXXV

Aqui vemos à Eminio expresado junto à Coimbra con distancia de dos leguas y media: y sin embargo de las señas dadas por los Antiguos, no se halla averiguada la situacion de Eminio: ya porque no consta la de Coimbra en el sitio de Condexa, y ya por pretender Vasconcelos, que los numeros de Eminio, y Talabrica se deben trasponer en el Itinerario, dando à Eminio los XL de Talabrica, y à éste los X de Eminio: lo que se funda en la comun persuasion de que Eminio estuvo donde hoy la Villa de *Agueda,* y Talabrica junto Aveyro. Pero yo no me persuado à esto, mientras los Lusitanos no aleguen pruebas: pues como empezamos à decir en el Tomo precedente, no hay fundamento para colocar à Eminio junto à Agueda, hallandose en contra los documentos antiguos: pues el Itinerario no la aparta de Coimbra mas que diez millas, ò dos leguas y

(1) « En el lib. 4. cap. 21. »

media: lo que ha sido ocasion de equivocar à Eminio con la Coimbra actual, poniendo à aquella en el sitio de ésta: pues suponiendo, que la Coimbra antigua estuvo donde Condexa, salian bien desde alli al sitio de la Coimbra actual las diez millas: añadiendose à esto la circunstancia del Rio que Plinio expresa con el mismo nombre de Eminio: lo que alégo en prueba de que no es preciso corregir las distancias de Antonino, y no para que Eminio se coloque donde hoy Coimbra: pues por el Itinerario, y Plinio consta con certeza que Coimbra y Eminio tuvieron sitios distintos, coexistiendo uno y otro à un mismo tiempo. En fin para resolver yerro en las distancias de Antonino, es necesario alegar pruebas que preponderen à la fé y constancia de sus Codices: pues como hoy los tenemos, no permiten que Eminio se coloque junto à Agueda. Tampoco lo permite Ptolomeo, que señala à Eminio en lo mediterraneo, apartada de la costa maritima en dos grados: y aunque este, por sus muchos yerros, no alcanza para asegurar la verdadera situacion; sirve contra la reduccion à Agueda, que dista poco de la costa maritima: y asi militan contra ella Antonino, y Ptolomeo. Lo mismo puede afirmarse de Plinio por el contexto, pues bajando desde el Duero abajo nombra al Rio Vaca: (que es hoy Vouga) luego al lugar de Talabrica: luego al Rio y pueblo llamado Eminio: y despues à Coimbra, Calipo, y Eburobricium: y este orden no favorece à que Eminio sea Agueda: porque mas abajo del Rio Vaca estaba segun Plinio el Rio y lugar de Eminio: y Agueda no tiene Rio que desague mas abajo del Vouga, sino en el mismo Vouga. Plinio va hablando de los Rios, que entran en el mar: y como debajo del Duero y Vouga no sale à la costa mas que el Rio de Coimbra *Mondego;* parece que este es el Eminio, por otro nombre Munda, segun lo prevenido en el Tomo antecedente. Pero si alguno pretende que el Rio Eminio de Plinio sea diferente del Mondego como lo es el Agueda del Vouga; todavia hay recurso para colocar al pueblo Eminio donde dice Antonino, esto es, dos leguas y media sobre Coimbra ácia Porto: porque mas abajo de Coimbra entra en Mondego un pequeño Rio que baja de la Sierra de Alcoba: y acaso estuvo alli Eminio, pues le favorece la distancia de Antonino, y el orden con que le nombra Plinio: pues la Sierra de Alcoba y el Rio mencionado están sobre Coimbra, en proporcion para que nombre primero à Eminio, que à Coimbra el que baja desde el Rio Vouga. La materia es obscura, cuya averiguacion pertenece à los que cursen aquella tierra, atendiendo principalmente à si se descubren algunas Inscripciones.» *(Tômo XIV, págs. 69 a 71).*

« *Talabrica y Lancobrica.*
Sobre estas Fuentes (1) estaban Talabrica y Lancobrica, expresadas en el Itinerario alegado, las quales tienen reducidos los Autores à *Aveiro* y *Feira*. Plinio refiere à *Talabrica* debajo del rio Vouga, lo que junto con las medidas del Itinerario hasta Cale, no desdice de Aveiro. Ptolomeo expresa tambien à Talabrica en los Lusitanos: pero la colocó mas adentro de lo que permiten Plinio, y Antonino. Apiano dice, que Talabriga se apartó varias veces de la sujecion de los Romanos, y que finalmente Junio Bruto la sujetó (2). Vease en el cap. 2. de la Iglesia Osonobense bajo el titulo de *Lacobriga* ».

As memórias paroquiais, manuscritas, de 1758, hoje no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, registam igualmente que

« He tradiçam constante que no monte ou Cabeço de Vouga estivera antigamente hũa Cidade denominada VACCA em cujo lugar ainda se acham tijolos, pedras lauradas e outros vestigios de edeficios e muralhas. »

(Arqueólogo Português, vol. v., pag. 50).

Em 1798 publica Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO o seu prestimoso *Elucidário* que abre novos horizontes à arqueologia portuguesa associando-lhe o indispensável cotejo documental. Dissertando sôbre o significado medieval de *cidade* (III) transcreve passagens de documentos que interessam ao Vouga e ao Marnel, dizendo:

... « No *(ano)* de 1170 Pelagio Peariz, e sua mulher Adosinda Dias, doárão a Lorvão a terça parte de huma vinha, no limite de Cerradello, Termo de Esgueira; e declarão, que esta herdade está *in Civitas, quæ dicitur Serém.* E nós sabemos que *Serém* he huma Villinha, junto ao Vouga, e mui *Notavel,* por ser das mais insignificantes, que hoje se conhecem, mas ainda assim tem Juiz, cadêa, e pelourinho, e he cabeça de hum pequeno Concelho. Doc. de Lorvão. E alli mesmo se acha como o *Famulo de Deos* Zoleima Gonçalves fez Doação de certas propriedades à *Igreja, e Mosteiro de Santo Isidoro de Eixo; pro tolerantia Fratrum, & Monachorum, qui ibidem habitantes fuerint, & Vita Sancta perseveraverint.* Declarando, que esta Igreja d'Eixo ficava

(1) As fontes do campo Carrinense, de que tratara no tômo antecedente, a pág. 52.
(2) « *De Bell . Hispa* . pag . 295 . »

subtus Civitatis Marnellæ, discurrente rivulo Vouga, territorio Colimbriæ. Foi isto no de 1095; porém no de 1121 fizerão Doação aos *Monges,* e *Clerigos de Lorvão* Pedro Paes, e Jelvira Nunes da sua Villa de Pinheiro, que elles tinhão no Territorio de Coimbra: *Et in confinitate Castelli Marnelis, inter fluvium Vougam, & montem qui dicitur Meiçom frio.* Ib.» ... *(Tômo 1.º, pág. 277).*

Mais adiante, outros artigos interessam ao problema:

«Estrada Mourisca. Nos Doc. de Grijó se faz larga menção de propriedades, e fazendas, humas que ficavão da parte de cima, e outras da parte debaixo da *Estrada Mourisca.* No de 1148 Tructesindo Mendes dôou a Grijó o que tinha em Brantães, e em S. Feliz: *Subter illam Stratam Mauriscam, discurrente rivulo Cerzedo.* Chamou-se *Estrada Mourisca,* porque os Mouros a rompêrão, deixando, talvez já por invadeavel naquelle tempo, a *Estrada Romana,* ou *Via Militar,* que sahindo de Condeixa, *a Velha,* atravessava o Mondego entre Pereira, e Coimbra; e sem passar o *Eminio,* ou *Rio Agueda,* cortava o Vouga não longe de *Talabriga,* (sobre cujas ruinas, ou perto dellas, se levantou *Aveiro)* e daqui por entre *Lancobriga,* e o mar se dirigia a *Cale:* assim se collige do Itenerario de Antonino, e dos seus mais famosos Commentadores. Então seria compendiosa, apprasivel, cómmoda, e da primeira necessidade para as grandes Povoações, a que dava serventia; porém com o rodar dos annos a cósta se entupio, e alteou por causa das arêas, e os rios estagnados não só esterilisárão os campos, mas tambem fechárão a passagem dos caminhos. Daqui se fez indispensavel a presente *Estrada Mourisca,* que vai do Porto até Agueda, correndo por Oliveira de Azemeis, Albergaria, Vouga, &c. E o mesmo Lugar da *Mourisca* he hum Monumento vivo, que conserva o nome da *Estrada,* e seus Authores.» *(págs. 417-418).*

«Marnel. Campo alagadiço, apaûlado, e que só em pequenos barcos, ou bateiras se póde vadear. Tal é o que hoje tem este nome junto do Rio Vouga, e na estrada do Porto para Coimbra: vadeava-se em bateiras, antes que se lhe fizesse a ponte, que agora dá passagem.» *(Tômo 2.º, pág. 123).*

Dos historiadores do século xix, merece menção, em primeiro lugar, Jerónimo Soares Barbosa, que em 1827 publicou o seu *Epitome Lusitanæ Historiæ* onde refere, de interêsse para

a arqueologia da região, identificando, de passagem, *Vacca* com a vila de Vouga, o seguinte:

> «Novum hunc Divum, uti rerum gestarum gloria nobilem, ita quoque vitiis olim probrisque infamen, multa Lusitaniae oppida, Urbis principis exemplum secuta, votis, spectaculis, ludis, ac sacrificiis celebrare non dubitarunt. *Numini* enim *Imperatoris Caesaris Augusti, inter Divos relati, Cohortes Legionis X. Fretensis, Praesidiariae Vaccae, Oscellae, Lancobrigae, Calen, et Aeminii, spectacula et ludos gladiatorios ex voto; Urbes vero Lusitanae libenti animo expensas et hecatombas dedicarunt.»* *(à margem:)* «Inscript. apud Fariam tom. 1. *Europ. Lusitan.» (referido, à margem também, à)* «era de Cristo 14.»
>
> Ocurrit frequenter in antiquis illorum temporum inscriptionibus haec legio x, *Fretensis* appellata, quod ex accolis *Freti Siculi* in Italia pleraque composita esset. Illius cohortes quinque, sexcentorum haud minus militum singulas, distribuerat *Augustus*, praesidii causa, per quinque oppida Oceani litori proxima ab ostio Durii ad Aeminium flumen in Talabricensi, Lancobricensique tractu *(Comarcas d'Aveiro, e da Feira;* Calen scilicet *(Porto);* Aeminium *(Agueda);* Vaccam *(Villa de Vouga),* sic dicta a praeter fluentibus fluviis, Aeminio et Vacca; Lancobricam *(Feira),* ita appellatam quod Lanciensium forsan colonia esset; et Oscellam (hodie *Ossella)* oppidum prope Susanum, ubi cippus cum hac ipsa inscriptione inventus dicitur. Urbes vero vocat ea ipsa oppida, quae, quamvis exiguiora, ut erant tempora, muro tamen castellorum in morem, aut vallo erant circumdata contra hostium incursiones.»

E assim chegamos a uma plêiade de investigadores locais, verdadeiramente notável para a época em que trabalharam; vejamos dois dêles; da identificação de *Vacca* com Vouga escrevia o Dr. José Correia de Miranda, de Travassô, na *Escola Popular* ([1]) de 10 de Setembro de 1870 (N.º 19) num artigo em que discutia «A *Æminium* dos Romanos»:

> ...«Ahi está Vouga, a antiga cidade de *Vacca* dos Romanos, que está no mesmo caso, mas que ainda hoje poderia oppôr argumentos plausiveis a quem lhe contestasse a identidade. Poderia oppor que sempre gozou cathegoria de Villa, e que ainda nos principios da nossa monarchia era capital de um extenso concelho que foi successivamente desmem-

---

([1]) Semanário literário, instrutivo e noticioso. (Directores e proprietários — José Ferreira da S. Castro e José Soares de F. e Castro). Águeda, Tip. da Escola Popular.

brado, principalmente no tempo do nosso Rey D. Fernando 1.º. Poderia oppor que pelos mesmos tempos era ainda um dos Arcedyag*(ad)*os do Bispado de Coimbra. Poderia oppôr o nome de *Carvalhal da Portela* que ainda hoje tem um pequeno *burgo* que lhe fica ao nascente; porque, significando a palavra *Portéla* porta pequena, mostra que houve alguma por aquelle lado nos muros da antiga Cidade, de que ficou o nome de *Portela* ao lugar.

Poderia oppôr o nome Romano de *Belli* que teve outro lugar que lhe fica proximo, a que os naturaes ainda hoje chamam Bêlhe; nome que certamente diriva de alguma batalha que ali houve, e em memoria da qual ficou ao lugar o nome de *belli*.

Poderia oppôr ainda as tradições populares, que não damos por averiguadas, mas que conspiram tambem para fazer acreditar que a moderna Vouga foi a antiga Cidade Romana chamada *Vacca*. »

Cingem-se mais ao problema que particularmente nos interessa aqui, dois artigos, também na *Escola Popular* (N.º 29), do meu ilustrado parente Dr. VENÂNCIO DIAS DE FIGUEIREDO VIEIRA, que muito importa ter presentes, como depoimento pessoal e observação documental:

« EXCAVAÇÕES ARCHEOLOGICAS

O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE LAMAS

1.º

Um dos valles confluentes do Rio Vouga é o valle do Marnel, que proximo á sua foz tinha uma antiga ponte d'arcos, ha poucos annos abandonada por utilidade da estrada real; fazendo-se logo abaixo outra ponte com a mesma denominação de « ponte do Marnel », por onde passa a mesma estrada. Pouco acima da ponte velha, na encosta esquerda do monte lateral deste valle, em logar elevado, se vêem os restos ou ruinas do afamado Mosteiro de Sancta Maria de Lamas ou do Marnel ([1]).

Constava o Mosteiro de sua capella-mór espaçosa com janella ao sul, e uma porta para a Sacristia (do lado do

---

([1]) « Marnel — quer dizer — pantano ou logar pantanoso, como devia ser antigamente o valle, de que tractamos. Parece que tanto ao Mosteiro como á Povoação se dava antigamente ora o nome de « Marnel » ora o de « Lamas », que querem dizer a mesma couza com differença de que aquelle é Arabe, e este será Portuguez. — Vid. Fr. Joaquim de S. Roza de Viterbo Vb. « Marnel » « Budel » nas addições — e « Cidade 3.ª » ibi. « civitatis Marnelae » « Villa do Marnel ». »

Evangelho); e bem assim do Corpo da Igreja: do que só restam as paredes, menos a da frente ou porta principal, e arco cruseiro, que era em gosto gothico, e se demolio ha poucos annos.

Mas serão as ruinas, que ahi vemos, as da antiga Igreja, anterior á fundação da Monarchia Portugueza? Vejamos. A fabrica deste edificio, se o compararmos com as edificações ruraes antigas, podemos consideral-o d'alguma sumptuosidade, e que revela auxilio de braço poderoso; se é que não foi exclusivamente feita pelos Senhores da terra. E com effeito nós vemos que na era 961 uma Senhora chamada Enderquina Pala doou ao Mosteiro de Lorvão a sua Igreja de Sancta Maria de Lamas ([1]).

Esta Senhora pertencia a uma rica e nobre familia; pois era filha do Capitão Mendo Guterres, e casada com Gundesindo (filho d'Ero), que, depois de viuvo da mesma Senhora, distribuio com mão larga uma boa porção dos seus muitos bens para fundar Igrejas e Conventos.

Mas seria esta Senhora quem fundou a Igreja que ahi vemos? Parece que não. Viveo esta Senhora na era de 935 (cit. Viterbo); e na de 961 fez a doação referida: mas duma lapide (que estava cravada na parede desta Igreja, detraz da porta travessa) se vê um lettreiro gothico, do qual consta que a Igreja foi sagrada no anno de 1170 da Incarnação (de Christo) pelo Bispo de Coimbra.

Combinando pois os dois factos — da doação — e sagração da Igreja — conclue-se que ou D. Enderquina Pala fez doação da Igreja antes de Sagrada (o que não parece crivel), ou que a Igreja doada por ella era muito antiga, e se achava ameaçando ruina, precisando ser reformada ou reedificada, como foi; fasendo-se por isso a sua sagração no anno de 1170.

Apezar deste lettreiro ter sido copiado por varios Escriptores, como sam Jorge Cardoso no Tom. 2.º do seu Agiologio Lusitano — e no Sanctuario Marianno Tom. 4.º pag. 396 — comtudo, por ser importante para a historia desta Igreja, daremos tambem uma copea deste Escriptor, que diz assim ([2]):

Dedicata fuit haec Ecclesia de S. Maria de Lamas ab Episcopo Dom Michaele Colimbriensi; et per manus Veremundi Ecclesiae Presbyteri, sub era 1208 sexto idus Maii in festivitate Sanctorum Gordiani et Epimachi in honorem Sanc-

---

([1]) «Antonio Caetano do Amaral na 4.ª de suas Memorias para a Historia da Legislação e costumes de Portugal Not.ª 130 e 216 diz que esta doação consta do Livro dos Testamentos de Lorvão N.º 60. Vid. o mesmo Amaral Not. 157 — e sobre a genealogia d'Enderquina Pala veja-se o Theatro genealogico da Caza de Souza pag. 137 — e Viterbo Vb. «Igreja». »

([2]) «A lapide ainda existe na nova Villa de Lamas.»

tae Mariae Virginis anno ab Incarnatione Dni 1170 regnante apud Portugalem Alphonso Comitis Henrici et Reginae Theresiae filio; multorum Sanctorum Reliquiae in praefatae Ecclesiae Altaribus habentur de sepulchro B. Mariae Virginis, et Reliquiae Sanctorum Felicissimi, et Agapiti, S. Sebastiani, et Sanctae Marinae, et sepulchro Domini, et qui scripsit vivat in aeternum.

Quer dizer:

« Que o Bispo de Coimbra D. Miguel sagrou esta Igreja no anno de 1170 (de Christo) em dia dos Santos Martires Gordiano e Epimacho em honra da Santa Virgem Maria a instancias (1) de Veremundo Presbitero, reinando D. Affonso filho do Conde Henrique e da Rainha D. Thereza; nos Altares desta Igreja existem muitas Reliquias do Sepulchro da Virgem Maria, e dos Sanctos Felicissimo e Agapito, e S. Sebastião, Sancta Marinha, e do sepulchro de Christo. »

Parece-nos pois que as ruinas da Igreja, que ainda hoje ahi vemos, sam as da Igreja sagrada no anno de 1170. Diz o mesmo Auctor do Sanctoario Marianno, que a antiguidade e notabilidade deste Sanctoario (ou Igreja) dizem ser deste tempo (1170) a sua sagração. Já no tempo em que escreveo o cit. Auctor (1712) não existiam estas Reliquias; pois diz que era constante tradição de terem existido. O facto de terem havido tantas Reliquias nesta Igreja bem mostra que ella teve Protectores muito poderosos. E nem será custoso de crer, que este edificio atravessasse tantos seculos, se attendermos a que está fundado sobre um monte de terreno firme, e cujo subsolo é uma pedreira. Esta Igreja e a de Santo Izidro d'Eixo sam as Igrejas Monasteriaes mais antigas, de que temos conhecimento nestes sitios. No tempo da occupação Arabe costumavam os Christãos associar-se deixando os seus bens ás suas Igrejas, e ahi viviam em communidade. Estas Igrejas Monasteriaes eram por isso proprietarias de muitos bens, tendo escravos, e trafico d'agricultura com cazas para os seus associados, que dellas recebiam ração alimenticia e vestido; passando as mesmas Igrejas aos seus herdeiros. Durou este costume ainda até o tempo do Conde D. Henrique. Tudo acabou com o andar

(1) « O Sanctoario Marianno traduz — per manus Veremundi — a instancias de Veremundo. Talvez seja melhor traducção — pelas mãos ou por Veremundo Presbitero desta Igreja, a quem o Bispo daria poderes para sagrar a mesma Igreja. Tambem não podemos conformar-nos com a tradução do mesmo — que o Presbitero Veremundo depositou nos Altares as Reliquias do Sepulchro da Virgem etc., quando tal não consta do lettreiro; mas só — que existiam Reliquias — Reliquiae... habentur. »

dos tempos; mas devia esta Igreja ter muitos bens e rendas, attenta a grande devoção que houve nos tempos antigos com a Imagem de Sancta Maria do Marnel, que, diz o cit. Auctor do Sanctoario Marianno, inculcava ter muita antiguidade, sendo de pedra com 3 palmos d'altura, e tinha o Menino Deus nos braços; e principalmente se attendermos aos poderosos protectores da mesma Igreja.

Ainda hoje se vê em roda da Igreja o seu Passal, comprehendendo terrenos altos (de pinhal) e baixos no referido val do Marnel, pertencentes ao Rd.º Prior da Igreja nova de Lamas.

Ao norte da Igreja se vê um Cruseiro de pedra granito e um terreno plano, onde dizem se fazia uma praça.

Em frente da Igreja se vê a caza de Residencia, mediando um pequeno espaço entre aquella e esta, e aos lados d'ambos os edificios se vêem vestigios d'outros, que seriam abeguarias dos mesmos Parochos; e quem sabe se as cazas dos antigos associados proprietarios da Igreja? Conservam-se ainda as paredes da caza de Residencia, que se compunha de duas sallas altas com escada por fora do lado da Igreja.

A 1.ª salla tem duas janellas tambem para o lado da Igreja; e a 2.ª tem uma defronte da porta principal. Debaixo da 1.ª salla fica uma caza igualmente espaçosa, que parece ter sido cavalhariça com uma grande porta ou antes portal de porta de par; e esta caza communica por uma porta interior com caza inferior, correspondente á 2.ª salla, tendo para o lado do sul uma porta baixa com arco de pedra em gosto gothico. Esta 2.ª caza baixa communica pelo poente com uma especie de torre (ou chamine?) que se eleva ao telhado. Ao lado desta torre se vê uma seteira na parede [1].

Abandonado este sitio pela população era uma necessidade mudar tambem a Igreja, que se mudou ou edificou de novo na nova Villa de Lamas, que fica alem da Ponte

---

[1] « Dam-se neste edificio circunstancias que despertam a curiosidade de as investigar. Qual será a rasão de se edificar defronte e tirando as vistas da frente da Igreja? Devendo ali concorrer muito povo no dia da Romaria porque deixaram entre um e outro edificio um tão estreito espaço, que parece uma entrada ou caminho de carro para o Passal? Porque razão abriram as janellas todas d'um só lado, e do que tem peores vistas? Seria esta caza dos Senhores da Igreja ou da terra, que depois a cedessem para Residencia? Será do tempo da dominação Arabe, e por isso a edificaram á maneira de fortaleza, tendo apenas uma seteira pelos lados de fora sem mais janella alguma? Mas a porta com arco gothico mostra reedificação, em que se aproveitou a pedra do arco d'outro edificio. E de qual? Da Igreja de Enderquina Pala? Seria esta caza edificada sobre os alicerces, ou mesmo parte das paredes da antiga caza dos Senhores, e por isso a collocaram ou deixaram ficar defronte da Igreja? De que serviria o torreão? »

a pequena distancia, num logar elevado, e mais pitoresco, hygienico, e conveniente á agricultura.

Ainda hoje é tradição entre estes povos de que os d'Aveiro em remotas eras vinham ouvir Missa aos Domingos ao antigo Mosteiro; mas devemos antes crer que os povos d'Aveiro e outros ali viessem á Romaria, que devia ser muito concorrida, pela fama dos milagres da Imagem, pelas muitas reliquias da Igreja, e por esta se achar num local central de muitas povoações visinhas, e dos povos da Serra e do litoral. Os fidalgos do Marnel tambem deviam fazer a terra grande (como hoje se diz) atrahindo ali muitos e nobres convidados. Quanto seria de apreciar ter hoje uma fotografia do monte do Marnel representando uma Romaria do século 10? Que quadro surprehendente! Que trajos e costumes! E quanto mereceriam a nossa attenção as Lusitanitas d'aquelle tempo?! Julgue-o quem não pode experimental-o.

E ahi vemos a Igreja de D. Enderquina Pala — o Mosteiro que em Roma era denominado «a muito antiga Basilica de Sancta Maria do Marnel», e que devia ser objecto de muita veneração da nossa antiga Nobreza e povo, hoje deserto e quasi coberto de mato e silvas; e o logar que era visitado por milhares d'alegres romeiros, hoje solitario e triste; e onde nem sequer se contempla uma lapide, que diga aos visitantes — *Hic Troja fuit!* —

(Continúa)

Eixo, 18, 11, 1870. F. Vieira.

(no número imediato, de 8 de Dezembro)

EXCAVAÇÕES ARCHEOLOGICAS

A ANTIGA VILLA DE LAMAS OU DO MARNEL

2.º

Ao sul das ruinas do Mosteiro de Santa Maria do Marnel se veem ainda hoje vestigios da antiga Villa de Lamas ou do Marnel. Mas que vestigios sam estes? Alguns fragmentos de tijôllos, e outros materiaes d'antigas edificações por entre pinheiros e outros arbustos silvestres. Eis a que a acção destruidora do tempo redusio a terra e talvez o solar dos Heroes da antiga Lusitania! Onde eram ahi os Paços dos Fidalgos do Marnel, que eram tão conhecidos, e tanto floresceram nos principios da Monarchia Portuguesa? Onde os de Fernão Gonçalves do Marnel;

de sua filha D. Thereza Fernandes; de sua subrinha D. Flamula, e os de D. Enderquina Pala ([1])? Ninguem o sabe dizer. A luz que a Historia reflecte sobre as grandezas, e talves feitos d'armas, de que seria theatro o desconhecido (hoje) monte do Marnel, é a luz do perilampo, que vagueia nas trevas da noite. No entanto afigura-se-nos que a antiga Villa do Marnel era a terra mais notavel destes sitios no tempo do Condado Portugalense. Deduz-se isto do trecho d'uma Escriptura de doação feita á Igreja de Sancto Izidoro d'Eixo no anno de 1095, transcripto por Fr. Joaquim de S. Roza de Viterbo Vb. — Cidade 3.ª —, onde se diz que Eixo ficava «subtus civitatis Marnelae» quer dizer «abaixo da Villa do Marnel» ([2]); ora distando Eixo d'ali o melhor de duas legoas, parece que este modo de dizer da Escriptura mostra, que n'aquelle tempo a terra mais conhecida destes sitios era a Villa do Marnel. Mas qual o territorio, que comprehendia esta Villa? É o que vamos ver.

O Conde D. Gonçallo Mendes, filho da celebre Condeça Mumadona estava destinado para completar a obra pia, que D. Enderquina Pala encetara; pois, se esta, como vimos, doou a Igreja aos Monges de Lorvão, o Conde no anno de 981 fez doação da sua Villa de Lamas juncto ao Vouga e outras aos mesmos; segundo consta do Livro dos Testamentos de Lorvão N.º 28. — Antonio Caetano do Amaral cit. no § 1.º deste escripto, Not.s 131, 170 e 220.

Neste documento diz-se que a Villa de Lamas partia com as Villas de — Palaciolo — Padasanes — Belli — e Christovalães —. Ahi ficam bem claros os limites do territorio da villa de Lamas no anno de 981; e este facto mais corrobora o argumento que tiramos da doação d'Eixo de 1095, para mostrar a importancia, e superioridade da Villa de Lamas; pois, existindo neste anno todas as referidas Villas muito visinhas da de Lamas, só esta se mencionou na referida doação, por ser a mais distincta.

A Villa de Palaciolo é o logar do Paço ([3]), hoje muito

([1]) «A antiquissima Familia dos Souzas do Marnel era parenta da caza Real Leoneza; e della tractam a Historia Geneal. da caza Real — Theatro Geneal. da caza de Souza — Monarch. Luzit. Part. 3.ª, L. 11, cap. 10 pag. 317 e 320 — Benedictina Luzit. Tom. 2.º, Tr. 1.º, Part. 1.ª cap. 18; o Dr. Antonio de Souza de Macedo p. 53 «Flores d'Espanha» e outros muitos.»

([2]) «Ainda hoje se uza deste modo de fallar. Os Lisboetas por ex: querendo fallar d'algum individuo do Districto d'Aveiro, muitas vezes de terra distante desta algumas leguas, dizem — Fulano é d'Aveiro, ou de ao pé d'Aveiro, por esta ser a terra, que aqui conhecem melhor.»

([3]) «José Anastacio de Figueiredo na Nova Historia de Malta Tom. 1.º pag. 452 traduz o latim barbaresco «de Palaciolo de Brandão» Paços de Brandão. Parece pois que não devemos duvidar de que «Palaciolo» é o Logar do Paço; onde ainda hoje ha uma Quinta com caza nobre pertencente ao

pequeno, e quasi conjuncto com o de Brunhido (antigamente Brunhedo). Consta da Historia que o Conde de Barcellos D. Pedro (o auctor do Nobiliario), filho bastardo do Rei D. Diniz, tinha uma Quinta em Brunhido, onde tinha os seus Paços; constando mesmo que elle ahi estivera e contrahira um emprestimo de cem mil libras Portuguezas, que lhe emprestou uma Senhora de Toledo (que ahi tambem esteve) chamada D. Thereza Annez, segundo e mais se vê da Monarch. Port. P. 5.ª pag. 179 v.º.

Este Conde teve grande estado e caza de bens da Coroa (que lhe fez seu Pai), o qual deo os d'Eixo, Requeixo e Lamas ao Mosteiro de S. Tyrso; segundo consta da Benedictina Lusit. T. 2.º, Tr. 1.º, Parte 1.ª, Cap. 8.

A Villa de Padasanes é a que hoje se diz «Pedaçães». A Villa «Belli» é hoje uma muito pequena aldea chamada «Bêlhe», e se comprehendeo na doação que o Conde D. Henrique com a Rainha D. Thereza fiseram do Mosteiro de Lorvão á Sé de Coimbra ([1]). A Villa de Costovaes era tambem da Coroa e pertencia á Caza da Trofa. Teve a Villa de Lamas muito altos Personagens por seus Senhorios donatarios da Coroa. Vê-se das Inquerições d'El-Rei D. Affonso 2.º L. 2, pag. 120, col. 1.ª § 1.º, da Torre do Tombo, que o monte do Marnel era regalengo. No anno de 1384 El Rei D. João 1.º fez doação d'esta Villa e outras a Gonçallo Vasques Guedes — Monarch. Lusit., P. 5.ª, pag. 174, e Tom. 8.º, cap. 23. Pertencia ultimamente aos Duques d'Aveiro, segundo se vê de Pêgas Tom. 2.º, pág. 672 e 739.

A ponte velha do Marnel é mais um indicio de que ali houveram pessoas de consideração, que deviam influir para ella se fazer.

Era o Marnel uma Villa acastellada; segundo se vê da doação, que fez aos *Monges* e *Clerigos* de Lorvão Pedro Paes com sua mulher Gelvira Nunes da sua Villa de Pinheiro, territorio de Coimbra no anno de 1121; dizendo-se na doação que a mesma Villa de Pinheiro ficava... «et in confinitate *Castelli Marnelis* inter fluvium Vougam et montem qui dicitur Meiçom-frio» — Doc. de Lorvão transcripto por Viterbo Vb. «Cidade 3.º».

Era pois o monte do Marnel um dos nossos pontos militares com seu castello; e onde desde remotas eras tem havido feitos d'armas e batalhas.

Exmo Sr. Dr. Joaquim Alvaro Telles de Figueiredo Pacheco da Aguieira. Será a mesma do Conde D. Pedro?»

(1) «Vem esta doação na Noticia historica do Mosteiro da Vacariça publicada pela Real Academia das Sciencias pag. 35 — entre as terras doadas comprehende «Villam de palos et belli», advertindo que naquelle tempo os dous — ll — de «belli» se pronunciavam — lhe —.»

Diz a Historia que D. Affonso Casto, trouce das Asturias e Galliza muita Gente Nobre, que de novo povoasse a Provincia do Minho — passou o Douro; avançou contra os Mouros até ao Mondego e Tejo; saqueou Lisboa — e teve uma grande batalha no Marnel. Catalogo dos Bispos do Porto por D. Rodrigo da Cunha Part. 1.ª, pag. 199 e 283. O facto da Igreja ser dedicada á Virgem Maria indica que ali houvera alguma victoria dos Christãos contra os Mouros; porque era o costume d'aquelles tempos, de os Christãos fundarem Igrejas com a invocação de Santa Maria, quando venciam os Mouros [1].

Ainda em 1828 ahi ouvimos troar a artilharia do exercito liberal e Miguelista; e se bem que não houveram perdas a lamentar, o exercito liberal teve de retirar sobre a noite para o Porto, e d'ahi para a emigração. Foi a Liberdade que recuou para depois saltar com mais força sobre as linhas do Porto e Serra do Pilar.

Mas não é só notavel a Villa e termo do Marnel por seus feitos d'armas e nobreza; tambem se deve ufanar por ser o berço de Varões Sanctos; pois consta da Historia que o nosso S. Martinho, Prior de Soure, que viveo no tempo d'El Rei D. Affonso Henriques, era natural do monte Aurunche acima do logar d'Osseloa, termo do Marnel, 9 legoas distante de Coimbra; segundo se lê na Monarch. Lusit. Part. 3.ª, cap. 18, pag. 209. Mas onde era o monte Aurunche e o Logar d'Osseloa? Ninguem o saberá dizer.

Concluimos declarando, que, ousando sahir á rua com este nosso mal alinhavado escripto, não tivemos em vista metter fouce em seara alhea, porque não somos competentes na materia; mas unicamente chamar a attenção dos nossos Archeologos para este cantinho da Luzitania, que, encerrando tantas recordações gloriosas, merecia a pena de ser explorado, fazendo-se ahi excavações (que são facilimas attenta a pouca altura do solo, e natureza do subsolo) de que poderiam fazer-se ricas acquizições para a Historia Patria.

Eixo 18, 11, 1870. Figueiredo Vieira.

(Continua)

A. G. DA ROCHA MADAHIL

[1] « Temos, alem d'outros exemplos, o de Sancta María d'Alcobaça — Vid. o cit. Catal. dos Bispos do Porto. »

N.º 28 — Dezembro, 1941

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA



COMO CRIEI A "CANÇÃO DO REGRESSO"

As personagens das obras de ficção, mesmo quando fortemente caracterizadas pela figura que centre a acção, raro se encontram na vida tal qual o autor as modela. A personagem poderá ser de uma peça só como lògicamente a pressupõem os seus actos. Mas ainda que o Autor a observe directamente, a não ser o caso excepcional de ser colhida em meio familiar — e a galeria de um escritor por certo que não se compõe apenas de figuras da sua intimidade — a personagem tem de ser reconstituída com lógica fisiológica e psiquica. O autor vai buscar ao arsenal da sua experiência estudos acumulados que lhe permitem levantar a figura. E, ora porque é sugestivo para o público, ora porque ao próprio autor dá a necessária sugestão da personagem viva que êle quere mover, apega-se a um pormenor, a um gesto de certo modêlo, às vezes a um nome de baptismo evocador do tipo humano.

A própria marcha para o desfecho teatral de peça — que constitue a razão de ser do conto ou da novela — quási nunca o autor a copia. Cria-a. Se de outra forma fôsse a obra literária deixaria de ser ficção, criação, para se tornar trabalho de copista, de retratista e de aparelho radiodifusor.

Tudo na obra de efabulação é sobreposição e retoque. A própria fotografia não se contenta com o que a luz e a objectiva lhe dão. Acrescenta, corrige, conclue, retoca.

A *Canção do Regresso* não podia criá-la de maneira diferente. O desfecho, porque assim foi na tragédia verídica da versão, pedia o estudo dos riscos dramáticos da pesca da Terra Nova; a origem da personalidade masculina da acção — em verdade, filho da Murtosa — exigia a reconstituïção da vida do pescador murtoseiro.

Assim se explicam as duas ambiências: a da costa atlântica, aqui pertinho na corda aveirense, e a dos Bancos da Terra Nova. Uma e outra tinham que estudar e requeriam consciencíosa documentação. Começou a fornecer-m'a o Dr. Mário Caes Esteves, hoje Director e Secretário Geral do Ministério do Interior, e então Governador Civil de Setúbal. Mas a sua leal probidade não tardou a pôr-me em contacto com quem na casa dêle podia dar-me o depoïmento testemunhal da vida num veleiro ido à Terra Nova, porque fizera essa viagem num dos barcos da casa: o irmão, sr. Adelino Caes Esteves.

Noites e noites, êsse excelente rapaz veio a minha casa documentar-me, com segurança e com paciência a tôda a prova. Inteligente, escolheu os quadros, depôs e justificou, ampliou os kodaks da sua memória. Gerente da própria firma familial de armadores, tudo conhecia: o recrutamento da comparsaria piscatória, o vocabulário, a psicologia, as fases da faina, desde a pesca, e a «escala» até à salga e à estiva do peixe. Para de tudo dispor o meu paciente documentador, nem lhe faltou na viagem que fizera à Terra Nova uma tempestade, com todo o aparato das atitudes e linguagem dos marítimos, que eu descrevo na novela.

Tinha já o documentário da viagem, sem esquecer as ameaças das deslocações dos gigantescos blocos de gêlo, nos mares árticos, fixara tôda a manobra, tôda a técnica da pesca, recolhera a linguagem pitoresca das tripulações, os usos e costumes de bordo, — tão impregnados da fé dos que, pela natureza do modo de vida, não podem ter dúvidas de que andam nas mãos de Deus, — como seja o saudar da rendição do homem do leme.

Faltavam-me os tipos.

Da beira Douro, desde a Ribeira a Matosinhos e Leça, a minha qualidade de portuense andava desde pequeno ao par do que eram marítimos e pescadores.

Sabia lá todavia, se ainda eram como eu os conhecera em criança e se seriam iguais aos da minha região os que andam na faina do bacalhau!

Então, o sr. Adelino Caes Esteves e o Dr. Mário Esteves proporcionaram-me o estudo directo dos tipos, autênticos, genuínos pescadores da Terra Nova. Um belo dia de luz mediterrânea, fui a Setubal: e na Associação Marítima Setubalense tinham-me lá uns cinqüenta homens, curtidos pelo ar salino das rotas da Terra Nova, alguns novitos, outros veteranos com vinte e trinta das longas viagens.

Desenhei à vontade. Daquêle contingente de figurantes verdadeiros, «à procura de um autor» tirei o Carapinha, o Manuel da Barroca, o José Gaiteiro, o Ti Firmino. Para completar a indumentária, bastava enfiar-lhe as botifarras de borracha, o casaco de oleado e enterrar-lhes o sueste na cabeça.

CANÇÃO DO REGRESSO

Estava completa a documentação dos lugres que vão à Terra Nova, e que havia muitos anos eu começara, sem meios de concluir.

Mas a acção chamava-me à Murtosa.

António do Monte era murtoseiro, e eu tinha de o apresentar em cena quando êle ensaiava os vôos de mareante nas águas natais.

E aqui intervem outro e admirável documentador: o Dr. Carlos Barbosa, culto advogado, brilhante orador, antigo Deputado, Director do Banco Pinto & Sotto Maior, murtoseiro ilustre e que tem pelo seu torrão fervoroso amor helénico. É Carlos Barbosa que me descreve a arrumação do barco, o lançamento à água, a disposição dos homens, a largada, a competição das companhas, essa movimentada «recachia» sob a regência do arrais, o retôrno das rêdes carregadinhas de peixe, a lota, o quadro!

Não se apercebendo do vigor da sua narrativa, dizia-me desconsolado:

— Se o meu amigo visse... Assim naturalmente não retem...

Fôra tão sugestiva, tão minuciosa, tão completa, tão vigorosa a descritiva que eu pude escrever a página de um jacto, e Carlos Barbosa apenas teve o trabalho de me prestar um ou outro pormenor complementar.

Estavam estudadas ampla, conscienciosamente as duas ambiências por onde o pescador, cuja morte enlutara a Murtosa, tinha de transitar.

Dispunha do cenário completo, total.

A acção era autêntica, e em tudo conforme a dei na *Canção do Regresso*. Narrara-m'a outro murtoseiro, Joaquim Soares, amigo de Carlos Barbosa, que era ao tempo gerente da Filial do Banco Pinto & Sotto Maior, no Pôrto. Colhêra êle o assunto quando vivia em Aveiro, no Hotel.

A criadita do Hotel, rapariga séria, dali da região, era estimada de todos os pensionistas. Cantava como a dou na *Canção do Regresso,* triste primeiro, feliz quando houve notícias de que ia entrar o barco onde andava o irmão. Os rapazes acompanharam-na a bordo. Ela sabe, como na minha novela, da morte do irmão e enlouquece a bordo, tal qual narro.

Como a pinto, depois passou a vida a pentear-se, a tirar e a pôr o lenço, a embalar as suas esperanças, a rir, a prantear-se. E respeitada a verdade accional, observada estrictamente por passos de observação directa como o amanhecer de uma população piscatória ao ouvir soar o búzio das companhas, presenciado em férias passadas no Furadouro, a devoção acabou de prender a novela à região. Conhecida através da família de Carlos Barbosa, para a evocar prendi à minha página a desaparecida figura de António Vieira Pinto, — preito pelo amigo, — relembrado na própria dedicatória à senhora D. Maria Augusta Vieira Pinto Barbosa, virtuosissima mulher de Carlos Barbosa,

por quem eu tinha gratíssimo respeito e cuja memória me traz ainda aos olhos lágrimas de veneradora saüdade.

À figurinha casta da tragédia dei o nome de Maria do Carmo, filha de Carlos Barbosa. À tia de Maria do Carmo pus-lhe o nome da verdadeira tia, a Ex.ma Sr.a D. Mariana Vieira Pinto Barbosa, mulher do ilustre médico Dr. Manuel Barbosa.

Tudo anda em tôrno dos amigos que me ensinaram a amar essa região amorável, e que trouxeram até mim a luz da Ria, o casto viver da sua Murtosa, a gaia e musical festa do S. Paio, a ternura por um trecho de Portugal em que a arquitectura do torrão e a anatomia das gentes tem graça clássica, que resiste aos sóes e às chapadas de água salgada.

A *Canção do Regresso,* cujas primeiras páginas, a «recachia», já teem três edições, sendo duas com o título de *Pescadores da Murtosa,* para ser bem dali nem sequer lhe falta êste pormenor: o substratum da tragédia assentar na castíssima dôr de um amor fraternal. Não há episódios complicados nem tenebrosos. É o sentimento cândido de uma irmã que endoidece de desespêro ao saber que o mar lhe ficara para sempre com o irmão.

Dôr que não pragueja — canta, por isso comove mais.

Lisboa, 31 de Outubro de 1941.

JOAQUIM LEITÃO

CANÇÃO DO REGRESSO

NOVELA

(Redacção definitiva)

I

Vai para século e meio, nasceu no Pôrto um homem de génio. Êsse homem chamou-se — ALMEIDA GARRETT. A rua onde nasceu é íngreme e chama-se Rua do Calvário. Vizinha com o rio e com a cadeia. Dali se ouvem bater nos tolêtes os rêmos ribeirinhos e o ferro do carcereiro nas grades da Relação, a experimentar-lhes a segurança, ao dar das Avè-Marias. De lá se defrontam os pendores de Gaia e avistam os vagalhões da Barra.

A vida de GARRETT passa-se sob essa sina: acidentada como a rua natal, e ora desterrado, ora no cárcere.

No seu apelido anda sangue nobre do Piemonte; nas reminiscências da meninice andaram sempre as recitações com que a vélha Brígida, criada de sua avó, o entretinha na Quinta do Sardão, e as lendas e contos de que a Rosa mestiça lhe tecera o gôsto pelo maravilhoso popular; do nascedouro trazia o entendimento das liberdades públicas; e as suas nunca jamais alteradas relações com o Oceano, de doze anos vividos nos Açores, as nove musas atlânticas, rosário de nove Glória-Patri por onde reza o infinito.

Tôdas estas herdanças GARRETT honrou. Foi príncipe no vestir e no tratar, foi popular na fonte original da inspiração, portuense no guerrear pela Pátria, português no seu amor ao Mar. Cantou, criou o Romantismo, reconstruiu o nosso teatro, provou dos cárceres, conheceu os exílios, relanceou o Poder, saboreou a calúnia, privou com a Glória e correu mundo. Viajou tanto que até viajou Portugal. A prova é que escreveu um livro chamado *Viagens na minha terra.* Lera-o eu ali por volta dos meus... dezassete anos. Nunca mais lhe pusera a vista em cima. Um dia, passando por murada de livros menos à mão, reparei nos dois pequenos volumes das *Viagens.* Um acaso, pai de mais esta tentação — folheá-los. Agradei-me da primeira página, fiquei para a segunda e, sem dar fé do tempo, a todo o primeiro capítulo me prendi.

GARRETT vai a Santarém, Tejo arriba. Bem de ver, entra a descrever a abalada do Terreiro do Paço e o caminho. Passa Enxobregas, as hortas de Chelas, deixa na esteira a tauromá-

quica Alhandra e, por alturas de Vila Franca, apetece-lhe estender as pernas até à proa. Aceso o bem-humorante charuto no lume de prestimoso cigarro, atenta na companhia. Dentre os passageiros topa dois grupos: num, cinco atletas, de calção amarelo e jaqueta de ramagens, que voltavam da última corrida na praça de Sant'Ana; noutro, seis ou sete figuras trajando o saiote grego dos varinos e o tabardo siciliano. A gente do norte testilhava com a do sul. A aparição de GARRETT acomoda a contenda, mas prestado o fogo, um dos ílhavos roga-o para juiz. Os campinos lá por pegarem toiros imaginam que ninguém lhes chega. Apregoavam:

— «A fôrça é que se fala. Um homem do campo que se deita ali à cernelha de um toiro que uma companhia inteira de varinos lhe não pegava, com perdão dos senhores, pelo rabo...»

Um dos varinos, embora atordoado pela gargalhada ribatejana, não descoroçoou:

— «Então agora como é de fôrça, quero eu saber, e estes senhores que digam, qual é que tem mais fôrça, se é um toiro ou se é o mar.

— «Essa agora!...

— «Queríamos saber.

— «É o mar.

— «Pois nós que brigamos com o mar, oito e dez dias a fio numa tormenta, de Aveiro a Lisboa, e estes que brigam uma tarde com um toiro, qual é que tem mais fôrça?»

Os campinos dobraram a cerviz.

Para lhes travar para sempre as campaínhas, bondava agarrar-lhes pela jaleca e levá-los ali à Torreira, numa madrugada em que o búzio soasse e duas companhas arrancassem para a «recachia» (1).

Os de Ílhavo são peixes de água salgada. Vivem no mar. O comando da nossa marinha mercante está nas mãos dêles.

Os da Murtosa, êsses não se contentam em ser mareantes. Acham aquilo monótono e, salvo horas naufragantes, luta branda. A pesca, sim, que é movimentada, pede fôrça, tira de condição a coragem, faz preço à audácia, requere do homem a agilidade da onda e o segrêdo do ritmo. É a paixão dos murtoseiros. Não é êste nem aquel'outro. Observem-os e verão que aprender um é conhecê-los a todos. Todos parecem irmãos do António do Monte, um homem do cano do rêmo. Para êles não há mar picado nem onda brava: há ou não há sinal de peixe, lá ao largo. O mar pode estar um lago, sem farrapo de nuvem, e as companhas não saírem. Mas o arrais lobrigou, no entreluzir da manhã, o bater dos alcatrazes? O enorme búzio sôa, trespassando, com o seu chamadouro rouco, a dor-

(1) Recáchio? Recácho? De recachar?

mente serenidade da vila. É a chamada para combate. Tôda a Murtosa desperta. A vaga ruge mais alto que o som do búzio. Deixá-lo! O arrais viu os alcatrazes baterem de bico para baixo, é o sinal de sardinha. Ninguém pensava em ir ao mar naquela manhã. A companha da «Carneira», confiante em Nossa Senhora do Carmo, sua padroeira, resolveu ir, vai tudo. Correndo, no seu correr de sombras, miudinho e compassado, no jeito de trilhar a areia, uns de «malaias», que só lhes dão pelo joelho, outros de calça de ganga azul e a camisola de lã da indústria caseira, as companhas achegam ao embarcadoiro.

Toca a carregar: calas a um lado e outro, rôlos de cabos no fundo, ao de cima a rêde, outra bateria de cordas, tudo arrumado ritualmente, num preceito de equilíbrio que dir-se-ia não pescadores a lastrar um barco, mas trovadores do século XII pesando, em balança de oiro, os hemistíquios dum alexandrino.

A companha mete ombros à nave. O arrais comanda, num ritmo grave:

— Bo... ta abaixo! Bo... ta abaixo!

O barco estremece, despega-se, dá uma corrida nos rôlos de madeira, e estaca. O arrais não se cala com a sua ajuda rítmica:

— Bo... t'abaixo!

Os homens procuram jeito, agarram-se ao casco, dão novo lanço, o canto do arrais desentranha do solo aquêle pêso de penitência:

— Eh!... Bota! Bo... t'abaixo!

O trilho é mais a pique, a gravidade puxa também, a ondina vem à praia chamá-los, e a cada cadência do comando — «Bo... t'abaixo!» —, os ombros dos homens rojam o casco, balançam, os movimentos tornam-se cada vez mais freqüentes e isócronos, o avanço agüenta-se quási contínuo, e o esfôrço rude já não pára até o depor aos pés do mar.

António do Monte e os companheiros benzem-se, saltam para dentro. Os quarenta homens estão a postos; uns tantos sentados, outros de pé, ao rêmo, e os restantes aos cambões. Esperam apenas que a vaga quebre de feição para dar calado.

Outra companha aguarda também que o mar dê um jeito. Cada uma é uma orquestra sinfónica, presta a obedecer à batuta do mestre. O arrais, agarrado ao golfeão, ergue o braço que empunha a corda do comando, dá uma pancada na proa, e a marcha rompe num introito de fortes. Os rêmos dão a arrancada. A outra companha arranca também. O mar, que a princípio não dera fé, enfurece-se, e atira uma, duas, três vagas que espadanam, com bramido de cólera. Na praia, a abençoar a largada, as mulheres respondem ao mar em côro de angústia. A corda do arrais continua a reger a remada. Os homens deitam proporções mitológicas. Os músculos parecem espias de guinchos. E as duas companhas remam, remam, num desafio

indiferente à braveza do mar e à grita que vai em terra... É a «recachia», uma regata através dos obstáculos temerosos de procela.

António do Monte vai, soberbo, de pé, ao cano do rêmo, atirando os punhos para diante. Cada vez que a pá escava a água, o mar, ressentido, alteia-se. O barco soergue-se. Uma vaga, de curiosa, não querendo crer que aquela menisca de luz seja batel tripulado por mortais, forma um salto, a espreitar para dentro da nave. O barco adeja, os rêmos tornados asas, e desaparece uns momentos na vertente da vaga. Na praia, o alarido rebôa, aterrador. Há mulheres feitas um novelo de pânico, o lenço da cabeça descido em alpendre sôbre os olhos, sem coragem para presenciar a desgraça. Outras, de joelhos, rezam, a tremer pavor de sezões. Um baixo relêvo, entalhado na areia deplora os trabalhos que passa quem anda sôbre as águas do mar.

Outra tôrre de espuma. O barco, uma palhinha a prumo, escala a onda. Milagre que as companhas não sejam baldeadas! O arrais continua a marcar o compasso à proa. Os braços, afinados pelo diapasão, mantêem o ritmo do esfôrço, e o barco corta a onda, com elegância de nereida, coleando, descendo, como raio de luz que brincasse no côncavo dum espelho. Mais outro castelo denteado de verde. Outra grita em terra. Outra escalada do barco que, rachada a primeira onda, e topada outra na dianteira, vai, vem, como se a vaga andasse a brizá-lo para o adormecer.

Quadro eterno: mar da costa portuguesa, gente duma bravura mitológica e humildade cristã venerando catedrais de espuma.

Tábua humilde, sem armação guerreira nem astrolábio descobridor, o barco é instrumento que o mar gosta de pôr em vibração para lhe ouvir a marcha da audácia, — batalha de duas ondas: onda marinha, temerosa e traiçoeira, onda musical da energia humana tornada graça. Em terra, já longe, responde o côro das mulheres — a consciência das duas vagas.

A «recachia» continua, assim, em remadas fundas, desafiadoras. Quando António do Monte atira o cano do rêmo, dir-se-ia que todo o Oceano sente o estremeção do remêsso.

E com ardor de semi-deuses, as companhas alcançam a linha da pesca.

Ao rumor da luta sucede silêncio religioso. É o lanço. O arrais da proa persigna-se, e atira a boia. Acabou o seu reinado. Começa o do arrais da ré, govêrno mais acidentado, pesado a perícia e a destreza.

Lançada a rêde, a companha aí volta, corda bem testa na mão do comando. Olhos na vaga, mal se aproxima e ergue na frente dêle o gládio glauco, o arrais passa a corda em oito no leque da ré. Uma remada estica inda mais o cabo. O barco é aríete apontado ao cabeço da vaga, esperando o ataque.

O mar estruge e o madeiro risca a onda que tenta volteá-lo, erguendo-lhe a ré. Mas ainda a nave vai na crista da onda, o arrais, numa manobra de acrobata desdá o nó, e o barco afasta-se, deixando-a prosternada. O mar não desarma. O arrais não afrouxa o cabo que a lonjura reduz a uma linha. Quarenta vidas estão suspensas daquele fio. Vaga sôbre vaga, o arrais faz e desfaz o nó, trazendo sempre a corda na mão, bem retezada, presto a defender-se de onda que queira surpreendê-los de costado. Lesto, perito, mantem e leva o barco em seta, riscando onda a onda o caminho marítimo do retôrno.

Assim chega a companha à vista de terra.

Agora é mister esperar a maré para varar. A corda mantem o barco que nem fateixa largada contra pedra. A maré vem, o arrais comanda, desfaz o último nó, os homens dão uma remada cega, e o barco aí vai no lombo da vaga que, um segundo, os ergue em triunfo e, espadanante e marulhosa, despedaçando-se em soluços de vencida, os restitue à praia, num penhor de paz.

As mulheres correm a levar-lhes camisas enxutas e ais de alívio.

Da beirinha do mar, as doze juntas de bois, atreladas aos cabos da rêde, arrancam praia arriba. As cordas enxarcadas vão desdobrando a cauda de sargaço e arando a areia.

Voltam os animais à linha da água; atrelam outra vez; outro puxão aos cabos, e a companha doba o pesado baraço, doba, doba, duas horas a fio.

Abre o sol. Avistam-se gaivotas. São as núncias da rêde. Uma voz grita:

— Estão as «calas» à vista!

Daí a nada, empós as boias vem a rêde. Boia o «saco». É a messe. Há aleluias nos olhos das mulheres. Tôda a Murtosa está em festa. Corações alagados da mesma ansiedade enxugam ao mesmo sol.

Vai de bôca em bôca:

— A companha da «Carneira» está a alijar!

De feito, tão pesada vinha a rêde que foi preciso tirar sardinha do «saco», ainda na água. Era um regalo ver entrar os sacos bojudos dos redenhos, chatos que nem arcos de papel de sêda, e saírem carregadinhos de sardinha que, quando lhes passavam o bordão no aro de madeira, e os dois homens os carreavam para as lotas, os ombros dos hércules davam de si, e os bordões vergavam. Para dar vencimento à fartura, acodem os redenhos mais pequenos, os xalavares, afunilados, jeitosos que é só enchê-los de peixe e pegar-lhes pela aselha terminal para baldear o pescado nos redenhos grandes. Reina a abundância. Só se ouve:

— A lota tem vinte redenhos!

— Vinte e dois!

Não faz minga contá-los: tem vinte, vinte e dois milheiros. E os atletas continuam a correr para as lotas, até espremer as últimas malhas, conduzindo, a dois e dois, os redenhos, bordões estremes nas carnes, dorso nu, bronzes fundidos por tempestades.

II

Recolhida a rêde, e deixada a escorrer, outra rêde se apresta para segunda largada.

António do Monte volta com a companha, para outro combate de ritmos, peito a peito com o Oceano.

Para pescador fôra criado de pequenino, assim se criara tôda a sua gente. E na ressaca dos séculos assim haviam sido todos, desde que de algum gôlfo da Hélada se destacara a jangada criadora daquele colmeal piscatório. Filho do mar, afilhado da coragem, tão bem guardara as suas características, que não havia memória de rapaz da Murtosa, que andasse no mar, ir buscar mulher a casal agrícola.

Os braços de António, asas marinhas, não se cansavam daquele caminho. Mas cansou a sua alma, experimentando a desinquieta curiosidade de ir mais longe, por novos caminhos, demandar a fortuna. Na terra não queriam crer. Até à última, fiaram do seu amor à irmã e à velha tia que os criara, que êle não arrepiaria carreira. Um rapaz da companha dissera assim da teimosia de António:

« — Cuidava que era uma teima pequenina, que cabia pela malha!... »

Qual! O António consultara o seu S. José e, desde que o patrono o não desaconselhara, fôsse lá alguém tirar-lhe a idéia da cabeça. Na tripulação dum barco, que aquêle ano foi à Terra Nova, viu-se excepcionalmente um rapaz da Murtosa. Ali por Maio, o « Açor » saiu a barra de Aveiro, bem metido na água, carregadinho de sal, muito ufano dos seus três mastros, fazendo-se ao mar com António do Monte, rumo a S. Pedro da Terra Nova.

A tia Mariana, que perdera o irmão, o pai do seu António, perdera o homem, perdera os filhos, cujo coração era retalhado de cruzes, já não podia dispor de muitas lágrimas. Entregou o demónio do rapaz ao Senhor Jesus, soltou um grande ai e cobriu a cabeça com o lenço prêto, para não ver o « Açor » levar-lhe o seu António.

Maria do Carmo, a não ser o dó que a tôda a Murtosa custara a desgraça da companha do arrais Manuel, essa não sabia o que fôsse chorar. A abalada do irmão, tristura de raiz, cegou-a para qualquer alegria. Não o futurara quem tanto a ouvisse cantar. Mas, escutando a letra, logo dava por que a

cantoria era coração a espantar seus males. Tia Mariana, fazendo-se desentendida, repreendia-a:

— Ó rapariga! Vê se te calas, que quem te ouvir há-de cuidar que estás contente, por o nosso António andar por êsse mundo além...

Maria do Carmo não fazia caso; continuava a cantar, na melopeia das naus:

Já lá vão... Porque baloiças
Docemente, negro mar?
— « É para aprender o jeito
De trazer quem fui levar ». (1)

Dos meus olhos nasce um rio
Que ao teu coração vai dar;
Às águas do mar salgado
Todo o rio vai parar (2)

Oh! Senhora da Saúde,
Sois pequenina e bem feita;
Livrai os homens do mar,
Dai-lhe a vossa mão direita. (3)

Nos primeiros nove dias de viagem, a Senhora da Saúde ouviu os rogos de Maria do Carmo; dera a sua mão direita ao António e vento propício ao barco. Ao cair do nono sol, o Carapinha fitara o pensamento no céu e dissera para o Manuel da Barroca:

— Temos o tempo voltado...

— Qu'ais! — desfez o Manuel.

— Ó' « home ». « Nam » vês as nuvens amarelunças? É chuva.

— O mais que pode vir por'i é um pedaço de nevoeiro... — teimou o Manuel da Barroca, no sestro de contradição dos embarcadiços.

Quem tinha razão era o Carapinha, pescador do mar alto que fôra fazer vinte anos à Terra Nova e trinta e seis vezes lá festejara os seus natais. No décimo dia de navegação, ali por alturas das Flôres, quando o homem que ia de quarto ao leme repetira no sino as seis horas que o relógio da câmara marcava, começou o mau tempo. O Manuel da Barroca surdiu de barlavento para render o quarto. Perfilou-se e, levando a mão ao barrete, exclamou no ritual:

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

---

(1) António Correia de Oliveira, *Soldado que vais à guerra.*
(2) e (3) *Mil Trovas,* de Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira.

— P'ra sempre louvado seja! — respondeu o que saía de quarto; e em seguida: — O rumo é oeste-noroeste. Aproveitar o mais que puder.

Manuel já não pôde aproveitar. Carregaram a tôda a pressa o pano ([1]), deixando apenas o triângulo ([2]), e em árvore sêca ([3]) correram com o tempo, vento pela pôpa, indo para fora do rumo, aproando vezes sem conta a Portugal. No segundo dia de temporal, todo o navio foi traçado com cabos, para a tripulação se agarrar. Ao leme, dois homens amarrados. Todo o pessoal, à pôpa. O capitão gritou para o contra-mestre:

— Olha os colhedores de bombordo!

O contra-mestre correu à gaiuta do leme, colheu uns cabos e amarrou as enxârcias. O navio tinha uma guinda ([4]) muito grande. Os colhedores dum bôrdo rebentaram todos com o balanço, tal a chicotada que deram os mastros, e mais eram quási todos novos, que não refrescados ([5]).

O mar endoidecera. Três dias e três noites durava já a tempestade. O capitão enfurecia-se:

— Ah! mar! Ah! ladrão!

À pôpa praguejavam os homens:

— Ah! mar dum cão! — e cuspiam.

Ti' Firmino, possesso de mêdo, ergueu os punhos para o céu, e foi a voz mais praguenta:

— Se não sabes governar, vem cá para baixo, que eu governo melhor do que tu!

— Home! vocemecê tenha lá mão na língua, que Deus Nosso Senhor inté o pode castigar, e pagamos todos! — advertiu António do Monte, transido da heresia.

— Não t'assustes, verde ([6]). Deus faz que não ouve. Êle bem sabe que tudo isto é cá um *probe* de Cristo a chamar por êle! — respondeu o outro, já repêso.

Cresceu a tormenta. Tôda aquela gente caiu de joelhos, passando da praga à oração e à promessa.

— Meu Senhor do Bonfim, salvai-me, que eu prometo levar na procissão aquela vela branca! — rogava um.

Outro:

— Prometo uma missa...

Como o grego, António do Monte nunca maltratara o mar nem lhe jogara uma praga. Oito braças de água salgada eram para a sua alma de pescador uma catedral gótica. Frente à imensidão, sorria e estendia-lhe os braços. O mar repelia-o?

([1]) Tirar o pano.
([2]) Vela pequena.
([3]) Sem pano nenhum.
([4]) Grande altura de mastro.
([5]) Consertados.
([6]) Estreante.

António do Monte respeitava o seu furor, e reconhecendo-lhe a divindade, anunciava, humílimo, as suas oferendas:

— Na festa de S. Paio hei-de levar na procissão uma cruz do tamanho dum mastro!...

O Carapinha, êsse jurava e trejurava:

— Se escapo desta, não torno a embarcar, mil anos que eu viva!

— Bem se fia o mar no que tu dizes! Vens sempre com a mesma cantiga!...

— Quando é que tal ouviste da minha bôca, Manuel João?

— Quando? Inda na última «viage»...

O Carapinha, fora de si, batendo com as mãos nos joelhos, soltou o chuveiro dos insultos máximos:

— Enganador! Inda o mar te «espadace»! E para mais, se o disse, melhor. Tu «nam» sabes que um «home» nestas «incasiões» «nam» sabe o que diz? Em a gente se apanhando em terra, são águas passadas!...

O Firmino achou bem tirá-lo de ali.

— Ó Carapinha, vai vestir o fato de oleado...

— Tanto se morre com fato de oleado como sem êle.

— Vai comer.

— Para morrer não é preciso comer.

— E um cigarro?

— Isso vai...

Com o cigarro caiu a exaltação, e com o empardecer dêsse terceiro dia o temporal.

A alma do marinheiro exalta-se numa volta de vento, encoleriza-se até o enrouquecer, e, de repente, acalma, numa mansidão repêsa.

É como o mar.

III

O «Açor» lá pôde enganar o vento e tomar para oeste das Flôres. Boas mil e cem milhas andadas, a uma singradura de duzentas por dia, o Carapinha pôs-se a olhar para o mar. O Manuel da Barroca passou por êle e desfez:

— Estás espantado, «home» de Deus!

— É que somos chegados ao Banco.

— Daqui até lá não me doia a cabeça!

— A quanto apostas? A quanto?

— «Nam» te quero ganhar o cachimbo!

Num remêsso, o Carapinha foi por um balde, atirou-o ao mar; puxou, e, metendo a mão, confundiu o Barroca:

— «Nam» vês? Água mais fria... e a côr é outra. «Nam» te dizia que estamos no Banco?

O capitão mandou fazer a sondagem e reconheceu-se que o Carapinha acertara. A cerração confirmou também logo ali

que estavam no Banco Grande, com tôdas as suas surprêsas. O Carapinha, vesado naquelas águas, ia de ôlho no mar, prevendo de longe os maus encontros. A sua sensibilidade, óculo de longa vista, avisou o Firmino:

— A gente tem aí uma ilha de gêlo [1], não tarda um credo! Não sentes o frio?

Passados momentos:

— Lá está!

E satisfeito de avistar o perigo ao longe:

— Estes vê a gente bem. Agora os «filhos» é pior. São canalha miuda, vêm sorrateiros, rente à água, e quando um «home» mal se precata, estão em cima do navio. Aquêle que acolá vem é «mãe». Pelo tamanho, o mar me coma a alma se não é «avó»... Olha! Olha!...

Pela prôa via-se o perfil geométrico do Adamastor polar. Havia calma. Ao fim da tarde, o «iceberg» estava quási em frente do navio. O José Gaiteiro, cruzando com o Carapinha, mexeu com êle:

— Ó Carapinha, tu inda t'astrevias a montar o urso branco?

— Sendo preciso...

— «Nam» me parece.

— Também daquela vez ninguém dava nada por mim, veio a ilha de gêlo, rebentou o navio, e eu saltei-lhe para cima, escarranchei-me, e andei a passear a cavalo nela até que outro navio me salvou.

— Hoje já lá «nam» ias. Tremem-te as pernas...

O Carapinha fêz menção de correr José Gaiteiro com a ponta dum cabo, mas só o apanhou com uma das suas pragas:

— Até te «escalava», se t'apanhasse...!

O pior é que o navio levava tacada da vaga e não saltava como era mister, «adormecia».

— Dá aí uns nós nesse cabo, alma do diabo, a ver se êsse raio dêsse vento acode à gente! — gritou o Carapinha.

Os que tal ouviram, deram os supersticiosos nós, para enxotar a calma. Outros rogavam:

— Sant'Antoninho do Pôrto! Socorre-nos! Dá-nos bom vento!...

O «iceberg» avançava para êles. Então, abriram a escotilha do sal, tiraram a braço trinta toneladas de carga, e jogando-a ao mar gritavam:

— Vá disto!

O capitão disse para o Carapinha:

— Se a ilha avança e a calma nos não larga, arriamos os «dories» e reboca-se o navio a remo.

É p'ra já.

---

[1] Iceberg.

— Lá mais p'rà noitinha...

Não foi preciso. Antes do anoitecer, tinham o «iceberg» pela alheta.

Contente, o capitão entrou com as suas teorias:

— O peixe deve andar no sul..

O ideal seria recolher nos «rocos» ([1]), ponto muito caractetístico e pequenino, difícil de encontrar com o cálculo à estima e a corrente.

Desistindo de localizar essa meia dúzia de braças onde os pescadores vêem o peixe puxar o anzol e onde há sempre pesca — foram fundear no sul. Lançado o ferro, o vigia gritou:

— Lula!

A tripulação correu acima; tudo se pôs à pesca do isco. E dormido o sono bem ganho, ao romper do dia, acabado que foi o almôço, o capitão comandou:

— Arriar!

Num repente de ânsia de salvação, deitaram os «dories» ([2]) ao mar. Cada «dory» levava um homem, uma «agulha» e o seu equipamento — dois rêmos, mastro com uma vela pequenina, ferro com a respectiva «bossa» ([3]) e... Deus.

Foi a primeira «linha» ([4]) com rumo indicado pelo capitão. Era o Carapinha, tendo de estreante o António do Monte, imponente com as suas botas novas de borracha e o seu sueste.

Mestre Carapinha olhou o mar e deitou sentença:

— «Nam» me parece mau!... Qu'isto com mau tempo é sério! Nem há leme...

— Também «nam» o temos na minha terra, e «nam» se deixa por isso de pescar.

— Isso é que tendes, — é a corda! Aqui as vidas nem por cordeis andam seguras. Que a gente cá se arranja: corpo a barlavento arriba, a sotavento orça, e lá vamos. Com bom tempo é uma fantochada...

Enquanto António remava, o corpo afeito do Carapinha dava a direcção. E sempre a desenferrujar a língua, ia industriando pitorescamente o outro nos costumes do ofício:

— Pescar, todos pescam. Mas, com'ó oitro que diz, cada roca com seu fuso e cada pescador com seu anzol. Os franceses pescam ao «troly». «Nam» sabes o que é? Também eu não sabia quando cá vim a primeira vez festejar os meus anos. O «troly» é assim a modos dum cabo, atadas as pontas cada uma à boia... — *E atento à manobra:* — Ceia. Ceia daí...

([1]) Rocs.

([2]) Pequeninas canoas, feitas dum só lenho, espécie de meia casca de noz, esboroada no miolo.

([3]) Cabo.

([4]) Pescador.

E já despreocupado:

— Pendurados do cabo, os «franciús» põem anzois a modos de balões. Vão-se embora, beber «giné», e quem fica a trabalhar é o peixe. Os «franciús», ó depois, vêem por aí abaixo e, já se sabe, recolhem o «troly» todo iluminado! Os inglêses, êsses, são uns finórios. Cada lúzio! Arranjaram um raio d'anzol que parece mesmo o cápelim (1) que vem a ser o peixe de que se sustenta o bacalhau. O mar me coma a alma! s'inté eu não caía naquele anzol. Chamam-lhe êles pescar à «azagaia», que são dois anzois unidos por chumbo, e que botam ó depois a forma do «cápelim». Nós cá, «antão», «semos» uns burros de carga: pescamos à linha, uma em cada braço. Vai s'a pôr cerração...! Raio de mar traiçoeiro que é êste! P'ró capitão é que nunca há nevoeiro. Às vezes, o barómetro a anunciar mau tempo, e êle diz: «isto não é nada». Vai-se a ver, vem o mau tempo, e um desgraçado é qu'assassina a sua vida. Sequer ó menos, a morrer é melhor aqui, que há bacalhauzinho para a gente fazer bem à barriga!

Entre risadas, decidiu:

— Fundeia!... — Aí!... isso!

Soaram então as horas religiosas da pesca. A princípio, o peixe não aparecia. Mestre Carapinha, desapontado, praguejava:

— Rai's te partam, peixe, que já me não conheces! Vem daí!...

Acudiu o primeiro peixe ao chamadouro do Carapinha que deu outra lição ao António do Monte: puxado o bacalhau, entalou-o debaixo do braço, deu-lhe o golpe com a faca, e o bacalhau deixou cair o isco, que tornou a servir.

— A lula não se pode «'esperdiçar»! — recomendou.

A messe começou presta e farta. Três horas depois foram ao navio descarregar o «dory» e voltaram para o mesmo ponto, aproveitar a sorte. O peixe não reconhecia o Carapinha, mas o veterano conhecia muito bem os sítios mais povoados, e não os procurava por palpite, ia direito aos «leijos». Aquilo foi fundear segunda vez, e continuar a puxar peixe, a puxar, até encher o segundo «dory».

A cerração aumentava. Ia cerrar-se o dia. Já de três em três minutos, o «Fog-Horne» (2) de bordo buzinava os avisos do código.

— Colhe o ferro!... Vamos embora.

E, no regresso, para entreter, mestre Carapinha foi desentaramelando a língua:

— Erguemo-nos com a graça de Deus! Dois «dories» carregados, num dia, não é lá qualquer coisa... — *Sôbre novos*

---

(1) Kapplin.

(2) Caixa com um fole, um manipulo, duas palhetas e duas buzinas, imitando o som do vapor, de que se servem os navios na Terra Nova, para sinais sonoros, durante o nevoeiro.

sinais do «Fog-Horne»: — O capitão tem «soidades» da gente. Também, não nos faz grande favor! Isto, pelos meus cálculos, deve ir p'ràs quatro.

— Se o nevoeiro apertara, o capitão buzinava na mesma, isto digo eu... — comentou António do Monte.

— Mas se não houvera cerração era muito capaz de deixar aí moirejar um «home» até essas cinco horas... Assim que «havera» êle de fazer? Um «home nam» vê a bandeira...

— Já é fôrça de expressão! Um pedaço de serapilheira só na Terra Nova se chamaria bandeira, ti Carapinha!

— É p'r'aí uma coisa. Mas em a gente a não enxergando, o capitão toca o fole e inté vai tiro de canhão. E assim mesmo, quantos ficam por êsse mar, perdido o tino do navio com o nevoeiro. Êle avisa porque é obrigação... Senão, tanto se lhe dava que morresse um como um cento!... Um «home» enquanto anda por aqui, seis meses entre céu e mar, é escravo e o capitão é rei. Numa «viage», «fize-a» há três estações, vi um capitão dar maus tratos a um pescador, um velhote que tinha ensinado os «capitões», mas quê? Não tinha sorte na pesca. O peixe tomou-lhe embirração, voltava com o «dory» vasio, e era pancada de criar bicho. O «provesinho», uma tarde, fugiu para bordo doutro navio. O capitão mandou lá buscá-lo, amarrou-o ao mastro grande, fê-lo dormir no sal. O desgraçadinho «resfriou». Nunca m'alembra aquela morte que não sinta a modos dum marmelo nas «guelras». E o «marvado» do capitão, que fôra o carrasco, a fazer de condoído, a tripulação de joelhos e êle a encomendar: — «Rezem um Padre-Nosso por alma do nosso companheiro!» O corpo saiu p'ró mar, e o infeliz era tam bô que se voltou a «despedir-se do navio!»

Já se ouvia mais perto o «Fog-Horne». Duas braçadas mais e atracaram.

Chegados a bordo, o cálice de aguardente com pimenta, dado ao pescador que mais pesca leve, coube ao Carapinha.

— Vai uma pinga, 'Tónio?

— Obrigado.

— P'ra dar fôrças p'r'à «escala»! (1)

— 'Ná!

— Levo em desfeita...!

António do Monte aceitou:

— Então cá vai à saúde de vocemecê... — e, tomado um comedido gole, restituiu o cálice.

Mestre Carapinha, pernas especadas em compasso, não fôsse entornar-se o nectar, repreendeu:

— Fraco bebedor! Olha o chilro que êle bebeu!... Nem

---

(1) Preparo do bacalhau.

que bebesses todo, não te emborrachavas. A gente leva aí vinho do Pôrto e pipas d'aguardente, mas quê?, o vinhinho tem «incelência», é só lá para o capitão, e a aguardente que êle dá a um «home» em tôda a «viage», «nam» enche a poça dum saleiro... Deixa estar. Em chegando a Aveiro, hei de te ensinar a pegar numa caneca de vinho.

Negando, com a cabeça, fé ao que vira, deu um balanço ao braço, a modos de quem lança um foguetão, despejou a pinga de aguardente; depois, com um contrabalanço ao dorso, abriu a bôca num regalo de escaldadela e, batendo no ombro de António do Monte, declarou:

— Bebi à tua saúde e à saúde do mar, que é nosso amigo... dá o pãosinho! Às vezes, também dá a morte. Isto quem dá o pão, dá o ensino, e não há com'ó mar p'ra nos ensinar a morrer. Raios o partam! Eh! Eh! Eh!

— O mar é sagrado, ti Carapinha! É o nosso «cemintério». Tem lá tantos dos nossos! É sagrado!

— Tens bô pensar, rapaz! Mas agora larga lá a escôta das falas e vamos à «escala».

Rápido que nem volta de mar, Mestre Carapinha atou o avental, calçou as luvas de borracha e foi-se às complexas operações [1] de decapitar, estripar e escorchar o peixe, até o enfiar pela mangueira de lona, goela do porão onde o esperam os salgadores.

Sentado num môcho, na atitude de «rajah» à chegada da carga preciosa, o capitão preside à salga, vendo-se, a despeito da frouxa luz das velas, a cupidez com que vai contando as equilibradas pilhas do seu tesouro.

Estreia excelente! Não podem meter mais peixe, enquanto não escoarem a água: uns dias de boa vida, a pedir vaga para que haja balanço e o peixe acame.

Ao têrmo de três dias, já arriaram os «dories».

---

[1] Êsse serviço, a que, no conjunto, se chama a «escala», tem três tempos, antes de chegar à salga.

Primeiro — Um golpe na cabeça do peixe por baixo das guelras, outro na barriga, caindo-lhe logo as tripas. Outro operador, com um murro, destaca a cabeça do bacalhau, passando-a aos moços, que lhe arrancam as línguas e a escorcham, tiram-lhe as tripas e o fígado que, por um buraco da mesa, se some dentro dum cabaz. Um terceiro homem, o «escalador», nas mãos de quem está o pêso total e, portanto, o aproveitamento da pesca, impando de importância e de perícia, dá o resto do golpe, até à ponta do rabo, abrindo o peixe. Um último golpe no espinhaço do bacalhau secciona e arranca-lhe a espinha para o lado da cabeça, deixando-a só do umbigo para baixo. Mais uns instantes para o lavarem, e é só salgá-lo — operação de pêso e responsabilidade — e estivá-lo.

IV

António do Monte ainda fôra uns tempos com o Carapinha. Mas em breve dado por pronto, logo começou a ser apontado como um dos mais prováveis vencedores do prémio que o capitão do pôrto criara para os melhores pescadores da Terra Nova. Ou o António não fôsse da Murtosa!

— Tenho S. José por mim! — dizia êle para o mestre Carapinha.

E tinha, e sempre alumiado pela fidelíssima saüdade de Maria do Carmo. Desde que êle do Monte se partira, no oratório onde entronizara a imagem em vulto de S. José, a lampadasinha não deixara de fazer os seus humildes rogos. Ali fôra o António rezar, antes de tomar a bateira para Aveiro. No seu lugar ficara a morena Maria do Carmo. Ela lhe tratava do oratório quando limpava a cómoda, ela lhe cuidava a lâmpada votiva. Se as saüdades apertavam ou o mar se arrenegava, Maria do Carmo ajoelhava, rezava, rogava, lembrava a S. José o seu afilhado que andava nas águas do mar. Ajeitava o retrato do António que não saía do oratório, de modo a que os olhos misericordiosos do Senhor não despegassem dêle. Erguia-se, então, consolada e crente que S. José o tinha de sua guarda.

Um dia, ali por Agôsto, ao deitar o azeite, sem querer embarrou .com um braço na lâmpada que tombou, entornando-se. Maria do Carmo persignou-se. Chamando a si tôda a calma de que era capaz, apanhou a lampadazinha e tornou a enchê-la de azeite. Segunda vez o mesmo fracasso aconteceu: a lâmpada virou-se e o azeite alastrou pela toalha de crivo que fazia altar da sua cómoda pobrezinha.

Aflita, pegou no retrato de António, beijou-o como a relíquia, e gritou entre choros:

— Não saias hoje ao mar, António! Não saias, meu irmãozinho! Pelas cinco Chagas! Pelo teu S. José! Não saias! O Senhor não quere a luz...

A tia Mariana acudiu, assustada:

— Que «estampatório» é êste aqui, Maria do Carmo?...

— Ó Senhor não quere a luz! Duas vezes enchi a lâmpada do oratório e duas vezes lhe embarrei e se verteu o azeite. Tenho o coração negro como a noite! O que vai ser do nosso António?... O que vai ser de nós, sem êle?...

— Sossega, rapariga! Isso são coisas que assucedem. Olha agora! Tu não dizes que embarraste na lamparina do Senhor?

— Mas foi sem querer... E mais eu estava com todo o cuidado...

— «Antão»?... Se ela se apagasse, pior era! Ou se se entornasse sem ninguém lhe tocar...

— A tia fala bem...

— Cala-te, Maria! Não estejas a dar espectáculo. O que há de dizer a vizinhança?...

Maria do Carmo sufocou a aflição, mas ficou-se num novelinho de dôr, ajoelhada aos pés do Senhor, a chorar e a rezar.

Ao outro dia, o mar abonançara.

— Vês com'ó mar está bó?

— Mas ontem... ontem, tia?

— Sabes que mais? O teu irmão pode voltar quantas vezes quiser à Terra Nova, que quem não fica contigo sou eu.

— Ande, diga-lhe isso, p'ró António fazer suposições de que eu não tive juízo!

— «Nam» qu'eu sei como falo! Queres que te diga? Contanto que não fôsse «tolêdo», tomara eu que tomasses afeição a qualquer. Sequer ao menos distraías-te dessa saüdade do teu irmão. Não tens mais em que pensar...

— Melhor! Êle é meu irmão, faço eu muito bem.

— Olha, muito bem não te fará! Andas aí esmagriçada que, a continuar assim, desapareces. Só tens a triste armação da cara.

E a tia Mariana aproveitou o ter-se quesilado, para ir longe das vistas da rapariga passar o rosário das saüdades, pelo seu António.

Maria do Carmo bem a conhecia, tanto que lhe jogou de lá:

— A minha tia a fazer-se forte... e sabe Deus! É vontade de ralhar, pois é?

A tia Mariana voltou, para responder, terminante:

— Não ralhes tu, que eu de mim não me enfado por gôsto. Bem me basta a ralação de te ver para aí a definhar. O que há de dizer o teu irmão?

— Em êle vindo, engordo sem comer. Traga-mo Deus!...

— Já faltou mais. Agora p'ra Outubro... temo-lo cá, se Nosso Senhor quiser!

— Eu bem lho peço...

— E eu bem te oiço... — respondeu a rir a tia Mariana. — Só quem fôsse surdo é que não dava pela cantoria que vai às vezes nessa casa.

— Pois p'r'à minha tia não me ouvir, daqui p'r'ó futuro vou cantar para onde ao mar...

— Bem sei. Cuidas que o António te ouve lá em casa de Cristo.

Os olhos de Maria do Carmo avermelharam-se, como se uma chapada de areia lhes houvesse batido; e, muito séria, disse para a bondadosa tia Mariana:

— A gente sabe lá, minha tia! Às vezes parece-me que ouço a voz do António chamar por mim. Ou, então, vejo-o

caminhar direito a mim, os olhos escuros a rir para a gente. Quando êle se foi de onde a nós, via-o alegre e de saúde. Agora... Vejo-o outro, falto de côr... estará doente?

— Nossa Senhora há de permitir que não.

— Olhe que êle já anda por lá há um bom par de meses! Faço idéia as saüdades que terá desta casa... Tanto gosta de a trazer caiadinha!

E Maria do Carmo, saindo ao eirado, trauteou quási em salmo:

Ó Senhora da Saúde
Sois pequenina e bem feita...

Canastra à cabeça, o lenço vivo a saír do chapelinho, côr de breu, e caindo em ponta para as costas, blusa do castanho das rêdes usadas, saia rodada, pronta a bailar, côr do mar dormente, ensacada pela faixa negra do negrume das dezoito braças, aventalinho verde de alga, a Carolina passava, numa graça de Venus nascida das ondas. Parou. E, na sua voz de vaga espreguiçada na areia, disse para o eirado:

— Estás a ensaiar p'r'ó S. Paio?

— Êste ano o meu S. Paio é aqui entre estas quatro paredes.

— Porquê, mulher! Morreu-te o «home» no mar?...

— Mas trago lá o meu irmão, bem sabes.

Atraída por aquela melancolia, a Carolina dispôs-se a demora. Arriou, sentou-se na canastra, os cotovelos agudos nos joelhos, as mãos esguias, juntas nos pulsos, segurando o mento, donde os dedos longos partiam em duas ansas que iam prender às têmporas.

Era uma ânfora, em que houvesse ficado, esquecida pelos séculos, alguma gota de vinho de Thasos.

— Êle quando vem o teu António?

— Menos d'Oitubro...

— «Antão»! Hás de perder o S. Paio?

— Se em vez de Setembro, fôsse para o mês de além...

— Até o S. Paio pode levar a mal que lhe não vás pedir pelo teu irmão...

— Já lhe fiz a minha promessa... para cumprir para o ano.

— «Nam», nós não te deixamos faltar. Olha o pecado! Não ir ao S. Paio?... Vimos cá buscar-te.

— Perdeis o tempo.

E perderam. Não que Maria do Carmo não andasse agora mais alegre.

Começavam a caír as fôlhas dos castanheiros. Os barcos alados pelo florescer de Maio iam retornar da noite polar. Cada dia de ausência a mais era um dia a menos para o regresso.

Maria do Carmo era a alegria em ritmo. Na sua bôca, as trovas abriam em cantos de esperança. Caminhava-se para o outono, e dentro dela, no seu peito e no seu olhar, ardia a luz

das primaveras de Homero. Era Anfitrite purificada. Ver êsse bloco de estatuária vasado em ritmo dava a certeza de que o mar é o eterno criador das obras de arte. Se não fôsse filha dum trecho da costa musicada de Portugal, tinha forçosamente de ser uma deusa da Hélada, arremessada às nossas praias pelo orgulho do mar Egeu.

Na sua voz de agora andava a rememoração do azul da Grécia. Cantava, cantava sempre, mas a mesma canção tinha outra côr, mais movimento, vida.

V

Pelas brisas de Outubro, Maria do Carmo houve boa nova: com as recargas do tempo, entraram os primeiros barcos, e o capitão do lugre «Ondina» anunciava que dentro de dois ou três dias o «Açor» devia estar em Aveiro.

Quarenta e oito horas depois, Maria do Carmo e a tia Mariana tomavam, no lugar do Chegado, a bateira do Cadeirinha.

Maria do Carmo ia linda. Era a mulher da Murtosa, moreno de cêra virgem, e aquela gravidade das estátuas helénicas que deve ser a consciência da sua graça misturada do pesar de não serem aladas. A sua chinelinha tinha gracilidade de escarpim, não ousando aflorar o tornozelo, modelado pelo cinzel grego que lhe tocara a cintura e a curva do pescoço. O chale, prendendo, o lenço em coifa, parecia o manto duma deusa do paganismo levada em procissão, Ria acima, uma Oceânide transportada, pelo istmo de Corinto, do Peloponeso para a Hélada acolhedora.

A sua alegria pegou fogo aos corações dos rapazes e raparigas. Cantaram tôda a jornada. A luz da Ria doirou aquela manhã uma escultura da felicidade, e o silêncio daquela água ouviu o tumulto musical das suas trovas conhecidas:

Oh! S. Paio da Torreira,
Abri a vossa capela,
Que eu quero entrar lá dentro
Com o meu barquinho à vela.

Oh! S. Paio da Torreira,
Arregaçai os calções
Vinde a baixo à Lagoa
Apanhar os camarões.

A Senhora da Saúde
Tem vinte e quatro guaritas,
O S. Paio da Torreira
Manda-lhe muitas visitas.

S. Pedro foi pescador,
As rêdes ao mar lançou;
O S. Paio da Torreira
Também às rêdes puxou. (1)

Duas horas e meia de cânticos. Acabou-se-lhes o caminho. O «Açor» só na manhã seguinte entrou a barra de Aveiro.

Maria do Carmo, mal pôs o pé no convés, começou a chamar:

— António! Ó Antó...nio!

Como não o visse nem ouvisse, foi preguntando aos tripulantes:

— O António do Monte? Sabe do An...

Os homens sumiam-se, açodados, sem sequer lhe dar a salvação.

Maria do Carmo tornava ao seu ansioso pregão:

— Ó António!... Tónio!...

A tia Mariana futurou:

— Sabes o que me está cá a vir à lembrança? É que o António está por aí a enfardar a roupinha. — E decidiu: — Não saias daqui, p'r'amor de nos não perdermos uma da outra, qu'eu vou lá abaixo ver se o vejo.

Maria do Carmo ficou-se muito séria, acompanhada da sua impaciência.

Tia Mariana abalou. Ao pé da gaiuta do leme topou mestre Carapinha, rogou-o. Vai, então, êle informou:

— Assim com'assim vocemecê tem de o saber. Ouça, vocemecê... O mar, no Banco, tem ocasiões que é muito forte. Há muita «aguage». O mar embarca dentro do «dory», a gente apanha aquêle susto mas esgota a água e safa-se do perigo. Num dia, era Agôsto, o seu António estava a pescar mesmo ao pé de mim. Veio a «aguage». O mar bateu-lhe, êle era um rapagão, alto qu'eu sei lá, caiu, virou-se-lhe o «dory» por cima dêle. Dei duas remadas, a tôda a fôrça, cheguei lá, vi o «dory» mas não o vi a êle. Era um grande marinheiro! Teve o prémio!

— Bô prémio! — soluçou a tia Mariana.

— E desandou, varada, direita à Maria do Carmo. Só lhe deu estas palavras:

— Vamos embora, Maria do Carmo.

— E o nosso António?!...

— Nossa Senhora nos acuda! Ficou no mar..

— Que diz, minha tia? Ficou... no mar? No mar?!...

Maria do Carmo rodou penosamente a cabeça, primeiro à

---

(1) Folclore murtoseiro.

direita, à esquerda depois, e rompeu em gargalhadas que transiram de horror quantos por ali andavam.

Levaram-na dali. Todo o caminho, lidou com o lenço, a pousá-lo nos joelhos, para se pentear, num alindamento que não tinha fim, e cantando, numa voz mimada que entristecia a própria luz do dia agonisante:

Já lá vão... porque baloiças
Docemente, negro mar?
É para aprender o jeito
De trazer quem fui levar...»

Nunca mais a sua pobre alma acordou.

Num pasmo, passa horas e horas de olhos empregados no mar, naquela fixa, intérmina abstracção dos que, na falta de razão das amarguras, perderam a razão. Umas vezes chora como criança pequena. Outras, então, sorri embevecida, dá gargalhadas sem ritmo, de sob a laje da sua tristeza exalam-se gemidos, e canta a patética miragem da morosa felicidade.

Se uma vela deslisa na Ria ou aponta na imensidade deserta, Maria do Carmo retoma a sua lida inocente de desenriçar os cabelos, coifar-se, mirar-se, remirar-se, na ilusão de quem se alinda para ir esperar alguém... Ora soluçando risos, ora enxugando lágrimas ao sol do engano, numa queixa dolente de quem adormece esperanças mortas, jeito do mar embalando uma bateira, a sua voz repete, aprendendo-a com o oceano e ensinando-a à Ria, a dilecta canção do regresso

....
....
Livrai os homens do mar,
Dai-lhe a vossa mão direita.

JOAQUIM LEITÃO

A CAUSA DA MORTE DA INFANTA SANTA JOANA

(UMA HISTÓRIA CLÍNICA DO SÉCULO XV)

Ao Prof. Doutor Rocha Brito

HÁ três coisas, entre muitas outras, que paradoxalmente são mais difíceis de afirmar por um médico do que por um leigo; essas coisas são a existência duma gravidez no seu início, a causa duma dada morte e a realidade de certas mortes.

Ao leigo não se pedem certezas. Mas em determinadas circunstâncias as probabilidades de acertar são tantas que o risco de errar é mínimo. De resto, um leigo nada perderia com isso.

Ao médico exige-se uma certeza absoluta e ninguém lhe desculpa êrros, nem mesmo colegas, por vezes esquecidos de que a Medicina Científica só é possível em circunstâncias excepcionais.

Em caso de suspeita de gravidez, afirmada por um leigo, por sinais falíveis, de ordem moral, por exemplo, o médico responsável, não podendo confirmar a sua existência, é depois julgado inconscientemente «em cheque» pelos ignorantes, quando o leigo calha acertar.

Os sinais de morte para o médico têm de ser mais objectivos e seguros do que para os estranhos à Medicina.

Por êsse motivo e devido a mil exemplos fáceis de colhêr, se forma a glória vã dos charlatães. E por isso teve razão o médico inglês Easen quando afirmou que «o público avalia em geral o médico diplomado pelos seus êrros e o charlatão pelos seus êxitos de acaso».

Ora se é difícil em tantas circunstâncias um médico consciencioso fazer o diagnóstico duma gravidez em início ou afirmar a realidade de certa morte, apesar de ter presente a suposta grávida ou o presumido cadáver, mais difícil, se não impossível, se lhe torna diagnosticar determinadas causas de morte quando não foi médico assistente do doente, mormente quando nem sequer viu o cadáver.

Se a morte se verificou há dezenas ou há centenas de anos e em volta dela se formaram lendas, ou formularam acusações mais ou menos fantasistas, nesse caso parece loucura tentar sequer um diagnóstico. E entretanto há circunstâncias em que é possível, não só arriscar hipóteses e afastar outras, como afirmar categòricamente qual ou quais as doenças que ocasionaram certa morte.

* * *

Como se faz hoje em dia o diagnóstico da causa da morte da maioria das pessoas, tanto em Portugal como na maior parte dos países?

Pelo que a tal respeito dizem os médicos assistentes ou os que «verificaram os óbitos».

Uma estatísca recente mostra-nos que em Portugal cêrca de 40 % das pessoas morreram de causa ignorada, quer por falta de assistência médica, quer por as famílias morarem longe e mau caminho e não procurarem os médicos assistentes para estes preencherem as certidões de óbitos.

Os diagnósticos em casos tais são depois calculados, para efeitos estatísticos, pelos delegados de saúde, conforme dados colhidos, mais ou menos hipotèticamente, pelos regedores.

Outro tanto sucede quando qualquer médico é chamado, não como assistente, mas apenas para verificar o óbito.

Na melhor das hipóteses, porém, quando houve médico assistente, êste muitas vezes apenas foi chamado tarde, vendo o doente uma ou duas vezes, não tendo chegado a formular diagnóstico de certeza.

Talvez não seja exagerado dizer que em 30 % dos casos lhe ficaram dúvidas sôbre a justeza do diagnóstico.

Admitindo porém que o fêz, êsse diagnóstico é em geral apenas clínico, uma ou outra vez laboratorial ou radiológico e só excepcionalmente, em grandes hospitais, anátomo-patológico e menos vezes ainda histo-patológico.

Não nos parece por isso arriscado afirmar que se 40 % dos óbitos são de causa ignorada, em 20 % o diagnóstico é duvidoso, em 30 % se julga certo, pela clínica apenas, em 8 % êle é fundado em exames laboratoriais ou radiológicos ou em autópsias e apenas em 1 % em exames histológicos, se tanto.

Em qualquer dos casos os diagnósticos científicos não devem abranger 20 %.

* * *

Vem tudo isto a propósito da dificuldade de afirmar com segurança a causa da morte duma pessoa que deixou êste mundo há 451 anos e da facilidade com que poderá ser posta em dúvida a legitimidade do diagnóstico.

Honrou-me o *Arquivo do Distrito de Aveiro* com o pedido de lhe preencher a certidão de óbito da Infanta Santa Joana. Melhor vontade em lhe ser agradável não podia encontrar, já pelo interêsse que o assunto e a época me merecem, já pela grande consideração que tenho pelos seus directores.

Para fazer porém um diagnóstico não basta a boa vontade. A primeira condição para acertar, como aconselhava o velho Doutor João Jacinto, um dos mais argutos clínicos de que ficou fama em Coimbra, « é deixar falar o doente ».

Essa condição não pode realizar-se a quatro séculos e meio de distância...

— Pode falar pela doente uma das suas dedicadas enfermeiras.

É certo. Mas essa enfermeira, enlevada (ia dizer obcecada) pelas preocupações místicas, perde-se por vezes em pormenores sem interêsse médico, esquecendo outros que por certo muito esclareceriam.

Nada admira, visto não ser com o fim de obter uma certidão de óbito que nos deixou elementos. Para mais, morreu também já há quatro séculos.

Examinar a doente, falar com médicos que a observassem, ou ler escritos dêles; fazer a autópsia do cadáver ou ler o relatório dela; tudo isso, que permitiria fazer um juízo seguro, nos falta.

Sabemos que muitos estudos teem sido feitos sôbre diagnósticos retrospectivos de figuras históricas e não ignoramos as discussões mais ou menos estéreis a que tais diagnósticos teem dado lugar.

Os boatos de envenenamento, quási inseparáveis das mortes das pessoas reais que não sucumbem a feridas bem testemunhadas em campos de batalha; a existência de doenças crónicas *sem crónica anterior* e agravando doenças agudas banais e habitualmente inofensivas; a coexistência de duas ou mais doenças graves, afastando o diagnóstico esquemático exigido pelas estatísticas e pelos historiógrafos; tudo isso complica o problema.

Que pena não poderem juntar-se para êste exame pericial mestres consagrados da Medicina histórica, sábios médicos e eruditos de cultura geral, como Aires de Gouveia Osório, Vieira de Meireles, José Carlos Lopes, Felipe Simões, Manuel Bento de Sousa, Bettencourt Raposo, João Meira, Maximiano de Lemos, Ricardo Jorge!...

Já não falamos nalguns estrangeiros que intervieram em exames históricos, como Littré, Legendre, Brouardel, Pozzi, Guillon, Masson, Corlieu, Lacour-Gayet, Cabanès, Laignel-Lavastîne, etc., etc.

* * *

Em face do problema que me era pôsto e da falta de dados fornecidos, a atitude lógica seria a de declinar o honroso convite. Estariam indicadas para depôr, autoridades na Medicina e na História como D. António de Lencastre, Reinaldo dos Santos, Rocha Brito, Azevedo Neves, Henrique de Vilhena, Maximino Correia, Hernani Monteiro, Luís de Pina, Alberto Pessoa, Silva Carvalho, Júlio Dantas, tantos!

Sabendo como num caso tão recente, como o da morte de D. Pedro V, em que houve assistência clínica competente e autópsia rigorosa, nem assim se conseguiram tapar as bôcas ao mundo; recordando-me de polémicas de repercussão internacional, como as dos *processos Joana Pereira* e *Urbino de Freitas;* lembrando-me das precipitações com que se manifestaram em casos como o da morte de D. João II alguns médicos com responsabilidades; vendo e pesando tudo isto, lógico seria desistir, quanto mais não fôsse para evitar a perda de tempo, que não me sobra.

Em risco porém de parecer covarde, comodista ou incorrecto, resolvi aceitar, não com a pretensão de esgotar o assunto, para o que não tenho competência, nem vagar para ler tudo o que se tem escrito a respeito de Santa Joana e possa acaso fornecer qualquer elemento que favoreça o diagnóstico, mas limitando-me a acreditar no depoïmento da autora da *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus e memorial da Infanta Santa Joana,* essa boa Soror Margarida Pinheiro que, se não conseguiu o sucesso de livraria da pobre Mariana Alcoforado, não merece menos do que ela a gratidão dos amadores da boa prosa de antanho, e, em compensação, nos refere uma vida que, se foi tocada pelo pecado, soube remir em penitências essa fraqueza dos dezoito anos, com uma existência de martírio e santificação que a levou aos altares, depois de canonizada há muito pelo espírito popular.

* * *

Tal como mandam as regras da mais comesinha deontologia, na falta de médico assistente vai usar da palavra o mais novo e desautorizado dos conferentes — o mais novo e desautorizado na arte da medicina histórica, bem entendido.

Com os elementos fornecidos por Soror Margarida Pinheiro [1], apresentamos uma história clínica, tão clara, sóbria e completa quanto possível.

---

[1] Vid. *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana (códice quinhentista)* — Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil — Edição do Prof. Dr. Francisco Ferreira Neves — Aveiro — 1939 — xxxix — 304 páginas (31 de prefácio). (Nas citações é indicada como *Crónica de Santa Joana).*

A seguir, visto êste trabalho ser destinado a leitores não médicos, explicaremos certos termos e factos, interpretando outros, no mínimo possível de palavras, fugindo a divagações e principalmente a hipóteses fantasistas.

Por fim, mostraremos as lacunas existentes na história clínica, com esperança de que algum erudito, conhecedor de outros documentos em que sejam dados mais pormenores sôbre a doença e vida da Infanta, permita esclarecer as dúvidas que restam.

Nem retórica, nem literatura; simples exposição fria de médico que a seguir dará a palavra a conferentes mais autorizados.

HISTÓRIA CLÍNICA

Nome — Infanta D. Joana, de idade de trinta e oito anos, *natural* de Lisboa, *estado* de solteira, *residente* em Aveiro como freira não professa do Convento de dominicanas, de Jesus, *filha* de El-Rei D. Afonso V e de sua mulher a Rainha D. Isabel.

Antecedentes hereditários — O *pai* morreu em 1481, aos quarenta e nove anos, com « febres fortes » (2). A *mãi* morreu nova, em 1455, « com fluxo de sangue, com suspeita de lhe terem dado peçonha, porque, a juizo de médicos, parecia mais doença dada que adquirida por má disposição ». Dera à luz o filho (futuro D. João II) sete meses antes (3).

Antecedentes colaterais — O seu único *irmão* (D. João II) « andava sempre doente e muito mal disposto » até aos treze anos. Aos quinze « era pequeno de corpo e muito doentio mal disposto em toda a sua meninice, que cada um ano o tinham por morto e os físicos de sua vida e saude desesperados » (4).

Valente, inteligente, corajoso, activo, piedoso, cruel. Exaltado desde criança, (5) de vontade indomável, ambicioso, vingativo, generoso.

« Comia muito e muito bem, com muito vagar e cerimónia, porém não mais de duas vezes por dia » (6). Até aos trinta e cinco anos bebeu vinho e depois disso apenas o bebeu por indicação médica, como remédio, « muito temperadamente » (7).

---

(2) *Crónica de Santa Joana,* pág. 134.
(3) Damião de Goes, *Crónica do Principe D. João.* Edição de Coimbra. 1905, págs. 3 e 9.
(4) *Crónica de Santa Joana,* pág. 92.
(5) *Crónica de Santa Joana,* págs. 97 a 133.
(6) Garcia de Resende, *Crónica de El-Rei D. João II.* (Edição de Mello d'Azevedo), vol. 1, pág. 23.
(7) Idem.

As suas palavras «eram vagarosas e entoadas pelos narizes» ([8]) (vegetações adenoides?).

«Em tudo era mui alvo e no rosto corado em boa maneira, a barba tinha prêta e bem posta e o cabelo castanho e corredio e em idade de 37 anos tinha já na barba e cabeça muitas cãs» ([9]).

Houve suspeita de ter sido envenenado mais duma vez, o que não está provado.

«E faleceu de doença mui comprida, em idade de 40 anos e 6 mezes... e reinou 14 anos e 2 mezes com tantas doenças, nojos, trabalhos, cuidados, e com tão pouco descanso...» ([10]) — em 25 de Outubro de 1495. Diagnóstico da causa da morte: *Nefrite crónica* ([11]).

Antecedentes pessoais — Nasceu em 1452, perdendo sua mãi em 1455. Foi muito amimada pelo pai ([12]). Nasceu de têrmo, sendo robusta e perfeita ([13]). Crescimento normal, sendo sempre saudável e inteligente ([14]). Aos nove anos já se mostrava piedosa. Estudiosa, aprendeu, com gôsto e facilidade, letras, gramática e latim. Interessava-a a leitura dos *Evangelhos* e das *Vidas dos Santos*. Aos catorze anos tinha fama a sua inteligência e saber. Trocava jogos e vaidades por práticas piedosas ([15]). Aos dezoito, todavia, segundo Ruy de Pina, de tal modo se entusiasmou pelo luxo que seu pai a mandou internar em Odivelas, o que deu origem a boatos em que a sua honestidade foi posta em dúvida ([16]).

Desenvolvimento físico rápido; aos quinze anos parecia ter vinte e cinco ([17]). Grande fervor religioso (orações, resa de horas canónicas, jejuns, penitências, disciplinas, cilícios) ([18]).

O pai criou-lhe uma côrte luxuosa, à qual fugia para se entregar a devoções ([19]).

Aos 16 anos começou a usar camisas ásperas de estamenha, como sacrifício, bem como cilícios ([20]).

([8]) Idem, pág. 16.
([9]) Idem, pág. 15.
([10]) Idem, pág. 26.
([11]) Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor*; Ricardo Jorge, *O óbito de D. João II*.
([12]) *Crónica de Santa Joana*, págs. 76-77.
([13]) Idem, pág. 76.
([14]) Idem, pág. 77.
([15]) Idem, pág. 78.
([16]) Ruy de Pina, *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*; Henrique Lopes de Mendonça, *Boletim da Academia das Ciências*, 1918, n.º 1 do Vol. XIII; Júlio Dantas, *Arte de amar*; Marques Rosa, *Princeza Joana*, citados por A. G. da Rocha Madahil, in *Crónica de Santa Joana*, Prefácio, pág. IX e X.
([17]) *Crónica de Santa Joana*, pág. 80.
([18]) Idem, págs. 80, 81.
([19]) *Crónica*, págs. 81 a 83.
([20]) Idem, pág. 82.

Chegou ao cúmulo de usar as camisas de lã, sem as mudar, até estarem cheias de piolhos. («até que mais a não podia sofrer por a multidão de piolhos que criava») ([21]).

Fingia por vezes que comia, quando a queriam desviar de jejuns ([22]).



INFANTA SANTA JOANA

(Retrato coevo, pintado em madeira, existente no Museu de Aveiro. Autor desconhecido. Fotografia do quadro anterior ao último restauro).

Caritativa. Emotiva. A leitura e meditação da Paixão de Cristo provocava-lhe lágrimas copiosas ([23]). Confessava-se e comungava a miudo ([24]).

([21]) Idem, pág. 83.
([22]) Idem, pág. 84.
([23]) Idem, pág. 86.
([24]) Idem, pág. 87.

Formosa, alta, desempenada, airosa e forte até aos dezassete anos. Olhos verdes. Lábios grossos ([25]).

1471 — Quando o pai regressou de Arzila, pediu-lhe que a deixasse recolher a um convento, para comemorar a vitória. O pai acedeu, mas o irmão reagiu violentamente, assim como os procuradores das cidades, vilas e lugares ([26]).

1471-1472 — A luta do irmão contra a idéia de ela entrar para um convento foi brutal, por vezes mesmo grosseira e selvagem ([27]).

Em 4 de Agôsto de 1472 entrou para o Convento de Jesus, de Aveiro, ficando alojada em frente da enfermaria ([28]) (perigo de contágio).

1475 — Tomou o hábito de dominicana em 25 de Janeiro. Como noviça cumpria rigorosamente, «sem em nenhuma coisa falecer» ([29]). Nessa altura tinha «fracas fôrças e (era) mui delgada e delicada de compleição» ([30]), abusando dessas fracas fôrças, pelo que adoeceu sùbitamente, com «graves e fortes doenças» ([31]). Conferência de vários médicos «bons e certos», que concordaram que «tinha o fígado e rins muito danados e quási pôdres. E sobretudo o sangue tão danado e corrupto que se mais aturasse lã a carã (junto à pele) e cama (na roupa da cama) e assim (bem como) o jejum e comer pescado (peixe) que fosse certa que de todo por força se danaria e seria gafa ([32]). O que parecia ser verdade por o grande desconcêrto do seu sangue e muitos e maus inchaços, postemas e acidentes que tinha» (gânglios? pústulas?) ([33]).

Melhorou com os «remédios de grandes físicos», ficando no entanto muito fraca e debilitada das fôrças corporais. Entretanto o espírito e o fervor místico mantiveram-se sempre ([34]).

1476 — Passado um ano de noviciado, vendo que tinha falta de saúde e robustez e não podia voltar a ser o que era dantes e que os médicos a admoestavam muito, desistiu de professar, por «má disposição corporal e graves enfermidades» ([35]) e «a delicada e muito má disposição da Senhora Infanta, não ser para continuar a cumprir a ordem sem correr perigo de vida» ([36])

([25]) Idem, pág. 89.
([26]) Idem, págs. 96 e 97; e João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas*, Tomo I, n.° CXVII.
([27]) *Crónica*, pág. 97 a 133.
([28]) Idem, pág. 108.
([29]) Idem, pág. 113 e 115.
([30]) Idem, pág. 116.
([31]) Idem, pág. 124.
([32]) Idem.
([33]) Idem, pág. 125.
([34]) Idem.
([35]) Idem, pág. 126.
([36]) Idem.

1479 — Entretanto continuou no convento, em orações, jejuns, disciplinas e cilícios. Sonho místico. Ao declarar-se « peste » em Aveiro, embora contrariada, saiu dali para Coimbra ([37]).

1481 — Morte de D. Afonso V. A Princesa freqüentava a enfermaria sem nojo de maus cheiros ([38]) (perigo de contágio). A prioreza do mosteiro e sua grande amiga, D. Leonor de Menezes, tão rigorosas disciplinas seguiu que « em breve tempo foi confirmada ética e acabando sua vida » ([39]) (morreu tuberculosa).

A Infanta procurava emendar pessoas que viviam escandalosamente, em especial « mulheres de mau viver » e clérigos, primeiro aconselhando-as, depois ameaçando-as com a justiça ([40]). Devido a isso foi ameaçada de morte por envenenamento ([41]).

Doença súbita: ([42]) — Ao regressar de Coimbra, onde estivera fugida à peste com o sobrinho D. Jorge, logo depois de beber um copo de água, devido à « grande calma por a sesta », sentiu-se muito mal, « toda de dentro muito revôlta, e logo tôda aquela noite, contra seu uso natural e costume passou em grandes e maus acidentes de arrevessar (vómitos violentos) e câmaras (caimbras, espasmos, diarreia), sentindo revolvimento de todos os humores do corpo e, assim os lançando, desde aquela hora começou a sentir-se muito mal continuadamente do coração e tristeza grande e *abafamentos* e, a pouco e pouco, inchando do estômago e ventre ».

Desde então começou a sentir-se cada vez mais fraca. *Facies* côr de terra, faces queimadas e os « olhos agravados com amiudadas lagrimas » ([43]).

Entretanto continuava com as vigílias, jejuns e disciplinas « de corda e sangue » ([44]).

A prioreza, que encarregara uma irmã de a acompanhar sempre ao refeitório para a fazer comer ([45]), começou a andar sèriamente apreensiva, como tôdas as freiras ([46]).

1489 — *História pregressa* — Em 9 de Dezembro de 1489 teve início a doença que a veio vitimar ([47]) em 12 de Maio seguinte, 5 meses depois.

([37]) Idem, págs. 54 e 132.
([38]) Idem, pág. 136.
([39]) Idem, pág. 99.
([40]) Idem, págs. 137 e 138.
([41]) Idem, pág. 139.
([42]) Idem.
([43]) Idem, pág. 142.
([44]) Idem.
([45]) Idem, pág. 116.
([46]) Idem, págs. 142 a 145.
([47]) Idem, pág. 145.

« Sua doença foi grande febre e desconcêrto de todos os humores, em maneira que assim foi a dita Senhora toda trespassada e revôlta dêles, que todos se lhe soltavam em câmeras e vómitos » [48].

« Muitos remédios lhe foram feitos por os físicos. E muito trabalharam por lhos assentar e estancar ».

« Passados assim alguns dias em esta desenteria de humores e sangue, abrandaram e cessaram. Mas a mui grande febre não » [49].

Aproximando-se as festas do Natal, levantou-se e foi ao côro de baixo, para se confessar e comungar, abusando das fôrças, « mui enferma e com grande febre do corpo » [51].

Depois dêste grande esfôrço, recolheu à sua « pequena camarinha e câmara e lançou-se, porque não pôde mais forçar-se por a grande doença e febre ».

Esteve deitada todo o dia e noite, até às nove horas. Assistiu aos diversos ofícios, passando neles todo o dia, « forçando-se até mais não poder ».

« Desde então começou sua doença a ir crescendo cada um dia mais, em tal maneira que já não se podia levantar ».

Tanto os físicos, como a prioreza, e as outras madres e irmãs, foram incansáveis, a tratá-la. A Infanta incomodava-se por lhes dar tanto trabalho [54].

1490 — Em *Janeiro e Fevereiro* peorou cada vez mais, tendo « grandes padecimentos de febre e foi visto lhe inchar em grande maneira o ventre e o estômago e padecer muito grande sêde em extremo e fastio » [52].

Nenhum médico conseguia dar-lhe qualquer alívio. Sofria dôres muito fortes.

Suportava tôdas as mèzinhas e remédios, « por fortes e penosos que fossem ».

A sêde era intensa, pedindo água, « a qual lhe davam os físicos em mui estreita quantidade, de que veio se lhe fazer tôda a bôca em chagas, com que recebia tanta dôr que êsse pouco comer que tomava era regado com lágrimas » (estomatite; ¿ sapinhos ?).

Peorava de dia para dia.

Seu irmão, já então rei, veio visitá-la, como muitos nobres, não entrando todavia no convento, mas « vindo à rodinha das casas da dita Senhora » [53].

---

(48) Idem.
(49) Idem.
(50) Idem.
(51) Idem.
(52) Idem, pág. 147.
(53) Idem, pág. 148.

D. João II e a tia, D. Felipa, do mosteiro de Odivelas, «mandaram-lhe cada um o seu físico, que bem experimentados e grandes eram em ciência e curas».

A-pesar, porém, dos pareceres dos melhores médicos e de tantos remédios, não sentia alívios nem melhoras, peorando cada vez mais ([54]).

Em *Março e Abril* «cresceu tanto a doença que de todos os que a viam julgavam falecer».

D. João II, que estava então em Évora, quiz ir visitá-la, mas «o seu físico principal que então era o Dr. Mestre Rodrigo» dissuadiu-o de ir sem êle lhe dizer. «Isto tudo era engano, porque bem entendia e via o dito físico ser tudo em contrário e que peorava muito e chegava aos derradeiros dias» ([55]) (prognóstico fatal).

Sua tia D. Felipa veio visitá-la, pelo que ela «se alegrou algum tanto».

«E ainda que com o espírito muito folgasse e se alegrasse, todavia com a doença grande não pôde falar nem dar ar de si senão mui pouco. Assim se passaram aquêles dias com muito trabalho daquela Senhora, mais que martir», que, com profundos gemidos e suspiros oferecia ao Senhor Jesus «as dôres que padecia». Na sexta-feira de Endoenças para ir adorar a Cruz teve de ser levada pelas irmãs, sentindo «muitas dôres e fraqueza» ([56]).

No sábado de Aleluia resolveu confessar-se para comungar no domingo.

Depois da confissão ficou consolada, mas na noite seguinte esteve «mui assicada de fortes acidentes», reconhecendo não ser capaz de ir comungar. Os médicos não a deixaram ir ao côro de baixo, sendo-lhe armado um altar no côro de cima, onde ouviu missa com a maior atenção, «como na sua maior saude», voltando entretanto para a cama com a maior dificuldade ([57]).

Os médicos disseram a D. Felipa como era grave «sua grande doença, a que nenhum conhecia, nem entendia, nem achava nome, nem aproveitava remédio algum, antes crescia em grande maneira e peorava muito» ([58]).

O estado da Infanta ia-se agravando. «Inchava fortemente e começou a se soltar toda de humores mui peçonhentos e por vómitos de arrevessar com grande trabalho e força. Não dormia nem comia, por o grande fastio. Veio a se lhe fazer uma

---

([54]) Idem.
([55]) Idem, pág. 149.
([56]) Idem, pág. 150.
([57]) Idem, págs. 150 e 151.
([58]) Idem, pág. 151.

grande chaga em cima dum osso do quadril» (escara) ([59]). De dia para dia o seu estado era mais grave ([60]).

Em 19 de Março fêz testamento, por sua própria mão, dando nêle carta de alforria a todos os seus escravos e escravas ([61]).

Em 5 de Maio, quarta-feira, começou «de se assicar e de mudar mais do acostumado», tendo «grandes dôres e fortes acidentes». Às oito horas sobreveio «um tão súbito, forte e desacostumado acidente à dita Senhora, que de todo foi fora de si, e dos sentidos corporais, que nenhum sinal de vida ficou em ela, nem quentura natural, nem côr de rosto em ela».

Voltou a si «como quem acorda de grave sono».

Conversou a seguir com as irmãs, calma. «Passou assim aquêle dia todo, mui atormentada, e assim a noite, na qual não teve repouso nenhum de sono».

No dia 6 pela manhã confessou-se com grande devoção e «parecia estar de perfeita saude», contrastando a sua disposição de espírito com o abatimento físico ([62]).

«A disposição e falecimento corporal era tão grande que forte espanto fazia aos físicos e a quantos a viam».

«Recebido o Senhor e acabada a missa, esta Senhora se recolheu de todo com os físicos e com todos não falava somente o que lhe muito necessario era» ([63]).

«Vendo... que de todo lhe desfaleciam as forças corporais», pediu para a confessarem e lhe darem a extrema unção, pedindo perdão a todos ([64]).

Os restantes seis dias, depois de ser ungida, «todos se passaram, quanto ao exterior do corpo, em purgatório de dôres e enfermidades, por diversas maneiras e modos, não tendo coisa e parte que não fosse atormentada fortemente, em tal modo que nenhuma pequena volta podia dar. E com muito trabalho seu e fôrça lhe davam algum pouco sumo de carne e agua. Sono, nunca mais pôde tomar que fôsse espaço de rezar um *Pater Noster*». «Padecia esta Senhora em todo o corpo» ([65]).

Dia 10, segunda feira, falou a todos com caridade, pedindo perdão de culpas «com tanto amor e fortaleza, que parecia estar na sua maior saude».

Passou tôda a noite «como quem sabia bem como tinha perto a partida» ([66]).

Dia 11, terça feira. Veio a manhã. «E, vindo os físicos para a visitar, disse que já escusados tinha físicos corporais;

([59]) Idem.
([60]) Idem, pág. 152.
([61]) Idem, pág. 153 e 154.
([62]) Idem, págs. 155 e 156.
([63]) Idem, pág. 156.
([64]) Idem, pág. 157.
([65]) Idem, pág. 158.
([66]) Idem, pág. 160.

que fôssem dizer a seus capelães que todos logo celebrassem e dissessem cada um missa das Chagas, por remédio e aliviamento das penas que por seus pecados a Deus merecia... » « Já não curava de mèzinha corporal aquêles dias, que bem sabia serem os postumeiros » (últimos) ([67]).

Pediu às irmãs que fôssem repousar e dormir, « porque eu sei certo que esta noite vos hei-de haver mistér. E há-de ser a mim necessaria vossa ajuda » ([68]).

« Começou com uma mui nova e desacostumada alegria do seu espírito e rosto e com fortaleza incrivel ».

« Mandou chamar os físicos e, despedindo-se dêles com muitas humanas palavras, agradeceu a cada um a cura e remedios que lhe feitos tinham ».

« Era verdade e confessava desejara muito e trabalhara por remédios para viver » e « pedia a êles lhe perdoassem o trabalho que com sua grave enfermidade e dôres lhes dera » e que « sabia muito no outro dia àquela hora não estaria onde então. Portanto era escusado tomarem mais trabalho e ocupação » ([69]).

« Estava esta Santa Senhora com todos seus inteiros sentidos tão espertos e bons como eram em sua perfeita saude, sem lhe falecer coisa alguma todo seu entender, e ouvir e ver mui perfeito e a fala clara até à derradeira e ultima expiração, sem nunca em sentido algum nem fala ter pejo ou turvação, nem pequena nem grande ».

« Às 10 horas mandou que lhe levantassem mais a cabeceira. Começaram-lhe mui fortes dôres de ventre, e ela, olhando para a Madre Prioreza, disse-lhe: — Madre, com isto me começou e nisto me quere acabar » ([70]).

«...Começou esta Senhora a passar seu caminho em maneira que as dores se asicavam muito por espaço de duas horas. E, desi abrandando, ela pediu todas as irmãs fossem juntas. E as que em isso tomassem em devoção rezassem a oração do Horto ».

« Começou fortemente de suar e muito enfraquecer. Dava-lhe a Madre Prioreza, que tomasse, um pouco de cordial. Disse com fala fraca: — Madre, já não é tempo. Mas lêde a paixão ».

« Começou a Madre Prioreza a Paixão, a qual a dita Senhora ouviu com tanto intento e quietação que, chegando ao passo onde o Evangelista diz da bofetada que foi dada ao Senhor, ela, porque já não podia, acenou que lhe levantassem o braço, e, estendendo a mão, deu uma tão grande bofetada em sua

---

([67]) Idem, pág. 161.
([68]) Idem, pág. 162.
([69]) Idem, pág. 163.
([70]) Idem, pág. 164.

face que fez som». «Vendo a Madre Prioreza, Maria de Ataide, em como ela se despedia e falecia, suava muito e tinha o fôlego mui curto (dispneia), deixou de ler a Paixão... » ([71]).

« — Pequei, Senhor, pequei! Perdoa-me por tua morte e Paixão!

Isto dizia baixo, porém fala clara e sem nenhum embargo da língua... e acabou dizendo mais claro, com gemido ou suspiro... »

« Puzeram-lhe diante o seu relicário da Vera Cruz; tomou-o, e, beijando-o e adorando-o, com gemidos e suspiros e pondo os olhos na Coroa de Espinhos, disse: — *Ave spina, pene remedio,* etc. E, acabando, mui cansada do fôlego e grande suor em grandes gôtas que caiam de sua cabeça, rostro e mãos... » ([72])

Chamou as irmãs tôdas, despedindo-se, anunciando-lhes que ia morrer e rezando continuadamente. Depois disse ao padre Prior que dissesse as orações da agonia.

Era a « sua criada Margarida Pinheiro ([73]) que lhe ajudava a sustentar a cabeça, à qual mandou lha alevantasse com uma almofada. E lhe limpava mansamente com uma toalha as gôtas mui grandes de suor, que em grande abastança corriam da cabeça e rostro ».

Às irmãs cercavam-na, de joelhos, « algumas com os rostos em terra, com muita dôr e lágrimas sem conto. »

« Mas a Santa Senhora, de grande prazer e alegria, não dava gemido algum, nem fazia jeito nenhum de dôr, grande nem pequeno ».

« Como esta Senhora começou entrar em seu derradeiro artigo, o seu rosto começou de se fazer e tornar muito mais formozo do que até ali fôra, porque três mezes havia que era mui desmudada na côr e quebranto, mas não em as feições, que de seu natural eram mui bem apostas e bem feitas ».

Dia 12, quarta feira, às 2 horas da manhã — Pediu baixinho que dissessem a ladaínha, o que o Prior começou a fazer, respondendo-lhe o outro padre ([74]). Então « começou a entrar naquele acidente, sentada direita, da cinta para cima, encostada por detraz, em almofada grande, no regaço da Madre D. Catarina da Silva. E a cabeça lhe sustinha, da ilharga ou fronte, a dita sua criada Margarida Pinheiro » e « o seu rostro foi tornado tão formoso, claro e resplandescente que parecia um belilo (berilo) e vidro de cristal. Alevantou os olhos à Cruz e Crucifixo que ante ela tinham. E porque de seu natural eram verdes, mui fermosos... pareciam esmeraldas mui finas... ».

([71]) Idem, pág. 165.
([72]) Idem, pág. 166
([73]) Margarida Pinheiro é a autora da descrição da doença e morte.
([74]) Idem, pág. 167.

« Bulia com seus beiços esta mui Santa Senhora, como quem rezava baixo sòsinho. Assim, com êste mui claro aspecto, e muito formoso, abriu os olhos, alçando-os para cima, e, estando



A MORTE DA INFANTA SANTA JOANA

Quadro do 2.º quartel do século XVIII, que faz fundo ao altar da capela instalada na cela onde a Infanta habitou e faleceu.

(Museu de Arte de Aveiro)

um pouco assim, e chegando com a ladaínha, e dizendo o padre *Omnes sancti ignocentes...*, aquela mui inocente e pura alma foi solta da prizão do cárcere dêste mortal corpo ».

« Sem fazer mais jeito algum de dôr, mas mui quieta, alegre, claro e plácido vulto, se abaixaram e cairam suas formosas mãos, que até àquêle passo levantadas tinha ante a Cruz ».

« E assim, subitamente, se cerraram seus formosos olhos » ([75]), na madrugada de 12 de Maio de 1490.

* * *

Procuremos esquematizar esta « história clínica ».

A Infanta Santa Joana, pessoa robusta, saudável, de vontade forte, porventura de temperamento linfo-bilioso ([76]), irmã de D. João II, que em criança foi muito doente e morreu aos 40 anos com uma nefrite crónica, sofreu a sua primeira crise mórbida aos 23 anos, tendo os médicos que a observaram em conferência diagnosticado doença grave dos rins e fígado e pôsto em destaque o perigo do abuso de jejuns, penitências e cilícios, fazendo-a desistir de professar.

Tendo nascido em 1452, entrou para o convento aos 20 anos, lá convivendo com uma amiga que, devido a abuso de jejuns, penitências e cilícios, veio a morrer ali em 1481 com tuberculose pulmonar.

Em 1475 — Adoeceu subitamente de graves enfermidades, ficando muito fraca.

Em 1481 — A seguir a beber um copo de água, em dia de grande calor, sentiu-se muito mal, com vómitos e diarreia, com meteorismo, tornando-se-lhe o *facies* côr de terra. Houve suspeita então de ter sido envenenada.

Em 1489, em Dezembro, adoeceu com febre intensa, vómitos e diarreia sanguínea.

A febre não a abandonou mais até morrer.

Entretanto nunca deixou de abusar das suas fôrças, rezando horas canónicas, fazendo penitências, jejuns e cilícios.

Em Janeiro e Fevereiro foi peorando cada vez mais. Com a maior resignação suportou dôres abdominais e gerais, febre, timpanismo, anorexia, sêde violenta e estomatite, tudo renitente a todos os medicamentos e aos esforços dedicados dos melhores médicos da época.

Em Abril, um dos mais categorizados, Mestre Rodrigo, declarou o prognóstico fatal.

O enfraquecimento aumentou; as dôres e a febre mantinham-se com oscilações.

Surgiu-lhe diarreia fétida, vómitos intensos, lipotimias, escara de decúbito.

Contrastando com êste estado cada vez mais grave, o seu espírito mantinha-se nítido e lúcido, e os sentidos normais.

([75]) *Crónica*, pág. 168.
([76]) Vid. retrato do Museu de Aveiro.

Apareceram-lhe dôres por todo o corpo.

Teve a sensação da morte próxima. Mas isso, longe de a aterrar ou desanimar, dava-lhe alegria, coragem moral, exaltação mística.

Dois dias antes de morrer chamou os médicos para se despedir dêles e lhes agradecer e afirmar o amor que tinha à vida, ao reconhecer que a sua doença era incurável.

As dôres abdominais exacerbaram-se na véspera de morrer, surgindo suores profusos e dispneia.

Entretanto o *facies* retomou uma expressão de serenidade grande, até entrar na agonia.

Em resumo, a sintomatologia foi, desde a segunda crise, de 1481, essencialmente gastro-intestinal. ¿ Essa segunda crise foi acompanhada de febre? Não o diz a cronista. A crise iniciada em Dezembro de 1489 foi sempre febril, durante cinco meses e três dias.

¿ Confirmar-se-á a afecção aguda renal e hepática diagnosticada em 1475 pelos médicos? Será de admitir o envenenamento?

Essa crise de 1475 durou mais dum ano, parecendo que a Infanta não voltou a ter saúde desde então.

Tenha havido ou não envenenamento e doença dos rins e fígado, o que é indiscutível é que desde 1481, quando tinha vinte e nove anos, até morrer com trinta e oito, em 1490, a Infanta sofreu duma afecção gastro-intestinal, averiguadamente febril nos últimos cinco meses.

Gastro-enterite crónica, complicada ou não com afecções do fígado e rins, e febril, numa doente que durante vinte e dois anos (dos dezasseis aos trinta e oito) abusou de jejuns, penitências e cilícios e se expôs a contágios, freqüentando « sem nojo » a cada passo a enfermaria do convento, onde viveu durante dezoito anos e onde morreu tuberculosa uma sua amiga íntima, cujo exemplo a levou a recolher-se, ¿ que doença poderá ser?

E que doença gastro-intestinal assim caracterizada é compatível com o estado de espírito, com a psicologia registada na Crónica?

Não nos parece que possa fazer-se outro diagnóstico que não seja o de *enterite tuberculosa*.

* * *

Dito isto, como conferente menos categorizado, mais não tinha a fazer do que dar a palavra aos outros conferentes.

Sendo porém êste trabalho destinado, não só a médicos, mas a estranhos à Medicina, não deixará talvez de ser interessante fixar neste lugar alguns dados que facilitem a compreensão da sintomatologia relatada pela irmã Margarida Pinheiro.

Procuremos pois esclarecer alguns pormenores da doença que vitimou a Infanta Santa Joana.

Tratemos de analizar os sintomas, para dêles passar à designação da doença.

1.ª crise (1475) — Adoeceu sùbitamente de « graves e fortes doenças », concluindo os médicos categorisados da época que « tinha o fígado e rins muito danados e quási pôdres ». Ao mesmo tempo dôres e « maus inchaços, postemas e acidentes ». Melhorou com « remédios de grandes físicos ». Esta crise, que se prolongou por mais dum ano, e a deixou « mui fraca e debilitada », impediu-a de professar.

2.ª crise (1481) — De novo adoeceu sùbitamente, a seguir a ter bebido um copo de água em dia de grande calor. Surgiram-lhe vómitos, diarreia, meteorismo, grande astenia. O *facies* tornou-se terroso.

3.ª crise (1489) — Febre intensa, vómitos, diarreia — « Disenteria de humores e sangue » durante alguns dias. E depois, no decurso de cinco mêses, surgiram-lhe dôres abdominais e meteorismo, a febre manteve-se, com anorexia, sêde intensa, estomatite, enfraquecimento progressivo, « fortes acidentes », diarreia fétida, dôres por todo o corpo, vómitos freqüentes, escara de decúbito, lipotimias, insónias, suores profusos, dispneia, mantendo sempre os sentidos apurados e a lucidez e viveza da inteligência, até morrer.

Primeiro problema a pôr: — Que teria levado os médicos a inclinarem-se para a doenca grave do fígado e rins? Dôres? Icterícia? Perturbações urinárias? Ascite localizada?

Os « inchaços », os « postemas » e os « acidentes » estariam ligados a edemas localizados, a gânglios, a pústulas escrofulosas e a lipotimias consecutivas a dôres?

A cronista não nos dá todos os esclarecimentos. Mas sabendo nós que os médicos do fim do século XV seguiam as doutrinas árabes, principalmente, e estas tinham como origem os escritos hipocráticos, não nos surpreende que a polaquiúria, a piúria, a oligúria e possivelmente a hematúria, tudo sinais já descritos por HIPÓCRATES, ([77]) os tenham levado a convencer-se de que os rins estavam « pôdres ». Quanto aos sinais clínicos chamando a atenção para o fígado, as dôres na região hepática e a ascite localizada, forma da « hidropisia do fígado » de que fala o mesmo HIPÓCRATES, justificavam perfeitamente o diagnóstico. Juntos a sintomas gerais graves (« graves e fortes doenças ») e aos edemas dos pés e pernas que o médico de Cós inclue na sintomatologia da referida doença, compreende-se assim o dia-

---

([77]) « *Traduction des oeuvres médicales d'Hippocrate,* sur le texte grec » — segundo a edição de Foës, Toulouse, 1801, Fages, Meilhac & C.ie, Tomo III, págs. 217, 386 a 408. Vid. também *Aphorismos,* in Tomo II, pág. 128 e *Prognósticos,* in Tomo I, págs. 36 e 54.

gnóstico, de prognóstico sombrio, feito pelos médicos « bons e certos » da Infanta.

Diagnosticariam êles « tísica nefrética », seguindo a terminologia hipocrática? Diagnosticariam « hepatite »? Tudo era possível.

O que não teriam diagnosticado era uma tuberculose intestinal, doença que parece ter sido descrita apenas no fim do século XVII pelo médico inglês Morton e no século XVIII pelo italiano Morgagni e o francês Boyle ([78]).

Poderemos nós agora admitir que a Infanta sofreu em 1475 de tuberculose renal primitiva? Ou deveremos preferir o diagnóstico de granúlia localizada? Haveria localização pulmonar? Parece que não, pois a cronista, em geral tão minuciosa, não se refere a ela, como, nesta primeira crise, não fala de febre, que, como se sabe, pode faltar em certas formas localizadas, em especial ao fígado, conforme a descrição referida por GIMBERT, embora em tais casos o prognóstico seja em regra fatal a breve prazo ([79]).

Seja como fôr, a sintomalogia da primeira crise mórbida cabe perfeitamente dentro da tuberculose aguda. Em 1475 havia três anos que a Infanta estava no convento, a conviver com a Madre Leonor de Meneses que seis anos depois morreu tuberculosa.

Segundo problema — Em 1481, a 2.ª crise mórbida teria sido devida a envenenamento?

Se os sintomas não tivessem sido precedidos, seis anos antes, pelos da 1.ª crise, é possível que a hipótese de envenenamento fôsse difícil de desmentir. Assim, porém, e sabido como a obcessão do envenenamento das pessoas reais está reduzida às devidas proporções; conhecendo-se a acção dos alimentos frios no desencadear de diarreias tuberculosas; ([80]) agrupando-se os sintomas (vómitos, diarreia, meteorismo, astenia profunda) ao *facies* terroso ([81]); todo êste cortejo mórbido, numa pessoa que na ocasião estava longe de Aveiro e das pessoas que possivelmente a haviam ameaçado, acompanhada de outras que nenhum interêsse tinham na sua morte, antes pelo contrário; sendo a água o veículo onde qualquer dos tóxicos usados seria mais difícil de administrar sem se dar por isso; tendo em atenção a sintomatologia tão minuciosa, quási

---

([78]) *Maladies de l'intestin,* por GALLIARD, in *Tratado de Gilbert e Thoinot,* edição de 1912, pág. 177.

([79]) GIMBERT, « *Tuberculose aigüe* » in Tomo XVIII do Tratado de *Patologia Médica* e de *Terapêutica aplicada,* dirigido por SERGENT, RIBADEAU-DUMAS e BABONEIX, *Tuberculose,* II, pág. 191.

([80]) PIERRE PRUVOST, « *Tuberculose du tube digestif et du péritoine* », no mesmo volume, pág. 658.

([81]) Idem, pág. 657.

clássica, desenrolada durante a 3.ª crise, não nos restam dúvidas de que a hipótese de envenenamento é inadmissível.

A terceira crise, mesmo isolada das restantes, levava-nos insensivelmente ao diagnóstico de tuberculose intestinal. Posta em face das outras, impõe-o.

Faltam os resultados da autópsia, é certo. O diagnóstico não tem a confirmação anátomo-patológica. Sem dúvida. Mas o diagnóstico clínico não se impõe menos do que a maior parte daqueles de que nunca ninguém duvidou. Pode afirmar-se a nosso ver com tanta segurança como o da doença que vitimou Luís XIII de França, que foi autopsiado e o relatório de cuja autópsia chegou até nós ([82]).

* * *

Não vá porém julgar-se que, aceitando o diagnóstico de tuberculose intestinal como causa da morte da Infanta Santa Joana, depois duma longa doença de quinze anos, com grandes períodos de relativo bem estar, nós não puzemos outras hipóteses, embora conheçamos o aforismo de Chomel, aceite por Paviot, Pruvost Galliard e a maior parte dos autores, de que « uma diarreira crónica, rebelde, persistente, com febre e suores nocturnos, e emagrecimento progressivo, é quasi sempre uma diarreia tuberculosa » ([83]).

Vejamos que outras causas de diarreia poderiam admitir-se.

Longe de nós a ideia de estabelecer um quadro semeiológico completo das diversas diarreias. Recordemos todavia a natureza e evolução geral delas, para irmos afastando hipóteses absurdas.

A diarreia, não registada pela cronista por ocasião da 1.ª crise (1475) foi o sintoma constante e predominante na 2.ª e 3.ª (1481 e 1489); na 2.ª, acompanhada de vómitos, astenia e meteorismo e seguida de côr terrosa da face, sem indicação de ter havido febre; na 3.ª, sempre acompanhada de febre, durante cinco meses, e de suores profusos, emagrecimento e perda de fôrças progressiva.

A 2.ª crise, isolada, sem ter sido seguida da 3.ª nem precedida da 1.ª, podia levar-nos a pensar numa enterite banal estival, numa febre tifoide, numa disenteria bacilar, numa entero-colite consecutiva a insuficiência hépato-renal (diagnosticada

---

([82]) Cabanès, « *Les morts mystérieuses de l'histoire* » (2.ª série) pág. 1 a 39.

([83]) Paviot, « *Précis de diagnostic médical et de séméiologie* », 2.ª edição, pág. 237.

Pruvost, loc. cit., pág. 661. Galliard, « *Maladies de l'intestin* » in *Tratado de Medicina e Terapêutica*, de Gilbert e Thoinot, ed. de 1912, pág. 197, 188. Chomel, « *Pathologie générale* ».

em 1475 pelos médicos), numa diarreia emotiva, ou numa dispepsia gastro-intestinal.

O seu aparecimento súbito podia mesmo autorizar, como já vimos, a hipótese de envenenamento, tanto mais que a cronista nos aponta êsse boato.

A circunstância de não registar a existência de febre durante esta 2.ª crise e a côr terrosa do *facies*, de qualquer modo apoiam a hipótese de envenenamento pelo ácido arsenioso, o tóxico então mais usado com fins criminosos.

A mãi da Infanta, a infeliz Raínha D. Isabel, filha do Regente D. Pedro, que, como vimos, morreu com « fluxo de sangue », não se livrou da fama de ter morrido envenenada; sua avó, a pouco simpática viúva de D. Duarte, passou como tendo morrido envenenada por ordem do Condestável de Castela D. Alvaro de Luna [84]; seu tio, o Condestável D. Pedro, filho do Regente, também consta ter sucumbido a veneno, em Barcelona [85]; os seus outros tios, D. João e D. Brites, foram, parece, envenenados também, aquêle em Chipre, esta em Bruges; seu irmão, finalmente, D. João II, ficou na tradição popular como tendo sucumbido a peçonha [86].

Nada admira, pois, que em volta da morte de Santa Joana se tenha formado a lenda de ter sido envenenada.

A respeito de D. João II, está perfeitamente demonstrado, pelos estudos de D. António de Lencastre e Ricardo Jorge e do dito-por-não-dito de Bramcamp Freire e Júlio Dantas [87], que o Príncipe Perfeito sucumbiu devido a uma nefrite crónica. ¿Devido aos excessos alimentares, que refere Garcia de Resende [88], provocando-lhe crises urémicas, edemas e anasarca, como concluiu D. António de Lencastre? Como *reliquat* de envenenamento anterior na Fonte Coberta, ou intoxicações lentas, como pôde admitir-se?

Parece mais provável concluir que, segundo esclarece a irmã Margarida Pinheiro na sua *Crónica de Aveiro*, que ninguém pode considerar cúmplice dos inimigos de D. João II, êste, muito doente desde criança, a ponto de se recear até aos quinze anos, a cada passo, que sucumbisse, houvesse sofrido de escrofulose ou mesmo de tuberculose renal.

¿De que morreu afinal sua mãi? De « fluxo de sangue »

---

[84] *Diccionario « Portugal » — D. Leonor.*

[85] Idem, *D. Pedro.*

[86] Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I.*

[87] Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor;* Ricardo Jorge, *O óbito de D. João II;* Idem, pag. 55; Júlio Dantas, artigo no número da *Gazeta das Caldas* de 18-XI-1925, comemorativo do 4.º centenário da morte da Rainha D. Leonor (depois transcrito no *Diário de Notícias);* e Fernando Correia, *O julgamento da Rainha D. Leonor* (inédito).

[88] *Crónica d'El-Rei D. João II (Virtudes, feições, costumes e manhas d'El-Rei D. João, o segundo).*

cinco meses depois de êle nascer. Hematemeses? Hemorragias uterinas? Hemorragias intestinais? Hemoptises? Não o conseguimos apurar. Apenas sabemos que, casada ainda criança com seu primo D. Afonso V, passou uma vida de angústias, no meio das intrigas tecidas em volta de seu pai, entre êste e o marido que a adorava, mas que, tomando o partido dos inimigos do Regente, o havia de levar à morte em Alfarrobeira, em 1449, e ao miserável abandôno do seu próprio cadaver, que exigiu, para cessar, intervenção estrangeira. Sabemos que depois dêsses dias trágicos, tinha ela dezassete anos, não descansou enquanto não conseguiu rehabilitar a memória do pai; que aos vinte anos deu à luz a Princeza D. Joana e aos vinte e três D. João; que sofreu tôda a casta de vexames da parte dos inimigos de seu pai, que « chegaram a levantar aleivozias e infâmias contra a honra » dela; que fizeram todos os possíveis para que o marido a repudiasse, « chegando os médicos e os padres a aconselha-lo a que não cohabitasse com sua mulher, porque lhe podia ser fatal à sua saúde » ([89]).

Que poderia ela ter que servisse de pretexto a tais instâncias? Hematemeses? Hemorragias uterinas? É mais natural que o « fluxo de sangue » que a vitimou estivesse ligado à mesma doença, devido à qual queriam afastar dela o marido, doença própria da idade môça, tida como contagiosa desde a maior antiguidade ([90]), agravada por choques morais violentos e pela perda do apetite, irregularidades alimentares e falta de repouso a que estes dão origem sempre, agravada também por dois partos, a três anos de distância um do outro. Essa doença é a tuberculose pulmonar complicada de hemoptise. Mas pode admitir-se a tuberculose intestinal, dando lugar a enterorragias, embora seja mais de crer a primeira hipótese.

Para que ir procurar como causa dêsse « fluxo de sangue » o envenenamento?

Não temos elementos para discutir, por agora, os dignósticos de envenenamento de D. Leonor de Aragão e dos três outros filhos do Regente, D. Brites, D. Pedro e D. João.

Mas voltemos a Santa Joana.

A obcessão popular do envenenamento dos reis levou certos historiadores a aceitar sem provas os maiores absurdos. Citaremos apenas o da morte de Luís XIII de França, que teria sucumbido a veneno ministrado por Richelieu quando êste já tinha morrido há seis meses à data em que o rei foi vitimado por uma tuberculose intestinal, documentada pelo relatório da autó-

---

([89]) *Diccionário « Portugal » — D. Isabel.*

([90]) Vid. Obras de HIPÓCRATES, CASTIGLIONI, *Histoire de la Médecine*, Edição Payot, 1931, pág. 141. Na livraria de D. Duarte havia as obras de AVICENA, (Vid. *Provas da História Genealógica*, Vol. I, pág. 544).

psia, confirmando a história clínica, indiscutível ([91]). E, a juntar a êste caso, o de D. Pedro V e dos irmãos, vítimas de febres tifoides, diagnosticadas clìnicamente e confirmadas pelas autópsias.

Mas Santa Joana?

O ter morrido nova, com trinta e oito anos, não é argumento. Seu irmão morreu com quarenta, seu pai com quarenta e nove, sua mãi com vinte e três, o tio D. Fernando com trinta e sete, com febre, ([92]) talvez tuberculoso.

O haver a crise de 1481 surgido sùbitamente, a seguir a ter bebido um copo de água, também não. Primeiro, porque um copo de água fria bebido em dia de calor pode provocar sintomas iguais, que nada teem com a hipótese de envenenamento. Segundo, porque, a acreditarmos Briand e Chaudé ([93]), em duzentos e cinqüenta e oito casos de envenenamento por êle estudados, a água nunca foi utilizada, sendo-o a sopa, em cento e doze casos, o vinho em vinte e quatro, o pão em dezassete, a farinha em dezasseis, o leite em dezasseis, o chocolate e o café em dez, vários outros alimentos e sal em trinta e quatro, medicamentos em vinte e dois, e sem mistura alguma em sete.

Não quere isto dizer que a água não possa ter sido utilizada.

No século xv os venenos mais conhecidos eram os arsenicais, os sais de chumbo e de antimónio, com os vapores de mercúrio, as carnes pôdres e as peçonhas de víbora e escorpião ([94]).

De todos estes tóxicos só nos parece admissível a hipótese de poder ter sido utilizado o ácido arsenioso, solúvel em oitenta partes do seu pêso de água fria ([95]) e mortal na dose de dez a quinze centigramas, insípido e fácil de disfarçar num púcaro, como aquêle de que se serviu a Infanta.

Mas será de admitir esta hipótese?

A sintomatologia, encarada superficialmente, não a desmente.

Doença súbita, a seguir a ingestão de água, caracterizada por vómitos, diarreia, astenia e *facies* terroso, pode ser devida a envenenamento pelo ácido arsenioso.

Mas súbita foi também a 1.ª crise, em 1475, e seria absurdo atribuí-la a envenenamento, de que, de resto, não fala a cronista. O de 1481 podia ser perpetrado por alguma mulher ou clérigo de vida imoral a quem a Infanta houvesse ameaçado com a justiça se não se emendassem. O de 1475 porém só podia admitir-se aceitando a hipótese absurda de ter sido ordenado ou por D. João II, ou pelos procuradores das cidades, vilas e lugares, que se tinham exaltado com a Princesa, pouco antes,

---

([91]) Cabanès, *Les morts mystérieuses de l'histoire* (2.ª série), pág. 22.
([92]) Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor*, pág. 19.
([93]) Briand e Chaudé, *Manuel de Medecine légale*, 1863, pág. 456.
([94]) *Encyclopédie medico-chirurgicale-Intoxications*, 1937, 16.001, pág. 1.
([95]) Lyon e Loiseau, *Formulaire thérapeutique*.

sim, mas por ela fugir do mundo e pôr em risco a sucessão do Reino.

Iriam êles próprios comprometer definitivamente essa sucessão por parte da Infanta, dando-lhe a morte? De modo algum, evidentemente.

A não ser que, num romance de *grand guignol,* fôsse, à maneira do que urdiu CAMILO nos *Narcóticos* a respeito de Mestre João da Paz, fantasiar-se um *complot* de médicos a ministrar à Infanta *com segurança,* de modo a não lhe produzir a morte, o *quantum satis* de venenos que bastassem para lhe provocar doença impedidora de a deixar professar e se houvessem de atribuir ao arsénico as pústulas e o *apodrecimento* do fígado e dos rins. Mas para quê todo êsse fantasiar?

E depois, a pigmentação que por vezes surge na pele a seguir às intoxicações arsenicais, é raro ser geral e em regra é limitada às articulações e a regiões sujeitas a pressões, poupando a face.

Não. A hipótese de envenenamento, registada apenas para não se dizer que pretendemos fazer calar a *vox populi,* por a temermos, é inadmissível. O estudo atento da sintomatologia das intoxicações arsenicais ou outras admissíveis no século XV, mostra a sua inconsistência. (96)

* * *

A contra-prova é dada pela evolução da 3.ª crise, minuciosamente descrita pela cronista, que a ela assistiu desde o princípio até ao fim, como enfermeira dedicada da Infanta.

Como admitir que a 3.ª crise fôsse devida a envenenamento? Como atribuí-la a conseqüências dum envenenamento feito em 1481? (só nêsse ano êle teria sido consecutivo a ameaças).

A crise de 1475 não se tornou suspeita à cronista, e é inseparável das outras duas, formando no conjunto um quadro mórbido completo.

Posta de parte a hipótese de envenenamento criminoso, sem esgotar os argumentos, fáceis de coleccionar, para não abusar do leitor, vejamos se outras hipóteses podiam explicar a sintomatologia apresentada.

Comecemos por admitir que as três crises não hajam tido origem comum.

A primeira, tendo a Princesa 23 anos, podia ter sido devida a uma febre tifoide ou a uma séptico-piohemia.

---

(96) BRIAND E CHAUDÉ, loc. cit.; BALTHAZARD, *Médecine légale;* VIBERT, *Précis de Toxicologie;* ODDO, *La médecine d'urgence;* LECLERQ, DUVOIR, POLLET, e MELISSINOS, *Intoxications* (respectivamente pelo arsénico, chumbo, mercúrio, antimónio e fósforo), in *Encyclopédie medico-chirurgicale.*

Tivesse mesmo sido depois de 1493 e não em 1475 e tratasse-se dum homem exposto ao contágio freqüente e não duma senhora com as qualidades de Santa Joana, que poderia pensar-se numa hipótese, ainda assim arrojada, mas possível, a de sífilis, doença que a seguir à descoberta da América por Colombo irrompeu em forma quási epidémica na Europa, a partir de Barcelona ([97]) e apresentando-se não só como tendo origem venérea, mas também, e com freqüência, *honesta*. Essa hipótese, moral e històricamente absurda, embora ninguém duvide da existência antiquíssima da doença, poderia, se o não fôsse, explicar não só a sintomatologia de 1475 (gânglios, pústulas, sofrimento renal e hepático) como as crises de 1481 e 1489, podendo os vómitos e diarreia e restantes sintomas provir de intoxicação medicamentosa pelo mercúrio, vulgar no início da sua aplicação quatrocentista, a seguir a ser êste preconizado em 1495 por Marcus Cumanus, médico do exército veneziano ([98]). A febre poderia ter sido devida a infecção secundária.

Mas, repetimos, essa hipótese é moral e històricamente absurda.

Nem sequer a admitimos, partindo do princípio de que os médicos da Infanta, não pensando evidentemente na sífilis, muito embora se hajam prescrito fricções de pomada mercurial no tratamento das pústulas da pele, tratamento já preconizado, como se sabe, no século XIII por Teodorico de Lucques, cuja obra possivelmente serviu de guia a um médico de D. Dinis, Mestre Giraldo, ([99]) embora tenha sido invocado como tal outro Teodorico ([100]).

Posta de parte a ideia de *intoxicação medicamentosa mercurial*, pensemos, visto a sintomatologia da 1.ª crise, aceitando-a como independente das outras, ser muito vaga, se outras hipóteses podem encarar-se em face da sintomatologia da 2.ª crise, sem voltar a insistir sôbre a do envenenamento criminoso. Na verdade, pode admitir-se a febre tifoide, qualquer êntero-colite infecciosa, ou parasitária, alimentar, ou ligada a insuficiência hépato-renal. A cronista não refere a febre, é certo, o que prejudica o diagnóstico de febre tifoide e outras enterites infecciosas. Êsse facto porém não significa que a febre não existisse, quer na 2.ª, quer na 1.ª crise mórbida, mas apenas que, tendo-se passado oito e catorze anos antes da de 1489, a boa freira apenas episòdicamente se lhes referiu, tendo esquecido pormenores

---

([97]) Castiglioni, *Histoire de la médecine;* Diepgen, *Historia de la Medicina;* Venzmer, *Uma moléstia agonisante;* Ribeiro Sanches, cit. por Maximiano de Lemos, in *História da Medicina em Portugal,* Vol. II.

([98]) Manquat, *Traité élémentaire de thérapeutique,* 6.ª edição, pág. 92.

([99]) Castiglioni, loc. cit., pág. 279; e *Livro de alveitaria de Mestre Giraldo,* in *Revista lusitana,* vol. XII, 1-2-(1909).

([100]) Joaquim Fiadeiro, *A contribuïção cientifica da Medicina Veterinária Portuguesa,* (Congresso da actividade científica de 1940).

delas ou não tendo acompanhado dia a dia a enfêrma, como na doença final.

E a terceira crise, poderia ser devida a outras afecções? Pode admitir-se uma êntero-colite infecciosa? Uma disenteria seguida de enterite crónica banal? Uma diarreia urémica, complicação de insuficiência hépato-renal antiga? Uma diarreia ligada a cirrose hipertrófica biliar? Um cancro intestinal?

A febre alta inicial e contínua durante cinco meses, põe de parte a hipótese de urémia, aliás acompanhada habitualmente de apatia intelectual, como afasta a de cancro intestinal.

Quanto às outras, parece-nos ser precisa muita subtileza para as defender, e muita predilecção pelo sofisma para as admitir, mesmo partindo do princípio de que as três crises mórbidas foram independentes umas das outras.

Com efeito, desde os tratados de Chomel e Grisolle às lições de Trousseau e Jaccoud e de estas aos livros de Gaston Lyon, Paviot, Collet, Martinet, Prou, Oddo, Galliard e Pruvost [101], para não citar senão autores que andam nas mãos de todos os médicos, a descrição que mais se sobrepõe à « história clínica » de Soror Margarida Pinheiro é a da tuberculose intestinal.

*
* *

Associadas as três crises, êsse diagnóstico parece-nos indiscutível.

A Infanta Santa Joana que, segundo muitas probabilidades, era filha duma tuberculosa, mas se expôs incontestavelmente ao contágio tuberculoso desde os vinte anos, pelo menos, deve ter sido atacada de granúlia aos vinte e três anos, com rebate hepático, renal, ganglionar e cutâneo; aos vinte e nove anos, depois de seis anos de vida enfermiça, teve as primeiras perturbações gastro-intestinais, desencadeadas devido à ingestão dum copo

---

(101) Chomel, *Éléments de pathologie générale*, 4.ª edição, 1856.
Grisolle, *Traité élémentaire et pratique de pathologie interne*, 7.ª ed., 1857.
Trousseau, *Clinique Médicale de l'Hotel Dieu de Paris*, 2.ª ed., 1865.
Jaccoud, *Leçons de clinique médicale faites à l'Hôpital de la Charité*, 1867.
Gaston Lyon, *Précis de clinique sémiologique*, 1924.
Paviot, *Précis de Diagnostic Médical*, 2.ª ed., 1912.
Collet, *Précis de pathologie interne*, 7.ª ed., 1914.
Martinet, *Diagnostic clinique*, 2.ª ed., 1920.
Pron, *Les maladies de l'intestin*, 1921.
Oddo, *La Médecine d'urgence*, 5.ª ed., 1922.
Galliard, Guiart, Hutinl, Thiercelin, *Maladies de l'intestin* (in *Traité de Médecine et de thérapeutique de* Gilbert e Thoinot), 4.ª ed., 1912.
Pruvost e outros, *Tuberculose*, (in *Traité de pathologie médicale & de Thérapeutique appliquée*, de Émile Sercent, Ribadeau — Dumas, Babonneix), 1921.
Jacques Stephani, *Étude clinique et radiographique des formes de la tuberculose pulmonaire*, 1935.

de água fria, em dia de calma; aos trinta e sete iniciou-se a diarreia crónica, com o seu cortejo sintomático clássico, que a vitimou cinco meses depois, sem sequer lhe faltar durante a última doença o estado mental característico dos tuberculosos, de lucidez constante e hiperstesia sensorial ([102]).

Eis o que pude concluir da « história clínica ».

Teem a palavra agora os outros conferentes.

Caldas da Raínha — Novembro de 1941.

FERNANDO DA SILVA CORREIA

([102]) LADISLAU PATRÍCIO, *Altitude,* 1938.
THIAGO DE ALMEIDA, *Estudos sôbre a Tuberculose,* 1921.
HONIGMANN E STERN, *Tratado de diagnóstico diferencial,* Tomo IV, *Psiquiatria,* (tradução espanhola), 1933.



ÍLHAVO — *Seca de bacalhau na Gafanha*



JOAQUIM LEITÃO

Ao número de amigos, felizmente em progressão constante, do Arquivo do Distrito de Aveiro, *vem juntar-se hoje o dum verdadeiro Príncipe da literatura portuguesa contemporânea.*

Estilo primoroso, generosamente pôsto ao serviço de nobres ideias, e seguindo sempre de muito perto os temas e a opulência vocabular do Humanismo renascentista, que lhe é familiar, JOAQUIM LEITÃO *enamorou-se também da simplicidade aliciante da Ria e escreveu essa graciosa aguarela que é a* Canção do Regresso, *palpitante da vida heroica do pescador murtoseiro.*

Conferiu-lhe, para a nossa revista, redacção definitiva; e acrescentou-lhe um depoimento pessoal do mais alto valor literário, como só um grande escritor consentiria em fazer — página da maior raridade, por isso mesmo — e que pela crítica literária será cuidadosamente recolhida: contou ao leitor como criou e ergueu essas formosíssimas páginas regionais, dignas, em tudo, duma antologia ribeirinha portuguesa: desvendou-nos o seu processo literário.

São páginas auto-biográficas dum grande Artista e dum verdadeiro Mestre!

O Arquivo do Distrito de Aveiro *saúda-o nessa qualidade e manifesta-lhe pùblicamente a sua imperecível gratidão.*



DOUTOR FERNANDO DA SILVA CORREIA

Das mais belas páginas dessa admirável e, até há dois anos, inédita Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana, filha del Rei D. Afonso V, *inegavelmente são as que nos descrevem, com impressionante singeleza, os últimos momentos e a morte da Infanta; mas a elas se prendem problemas científicos delicadíssimos, suscitados sempre por quantos diagnósticos retrospectivos a História reclama.*

Tornava-se, no entanto, necessário fixar ideias e assentar opiniões sôbre as causas da morte da filha do «Africano»; ao interêsse inerente à própria Infanta somava-se o que lhe advinha da sua inserção na gloriosa dinastia de Avis, inesquecível à história pátria.

Só um profissional que à História da Medicina houvesse dedicado sérios estudos poderia, no entanto, estabelecer com relativa segurança o melindroso diagnóstico; o Doutor Fernando Correia *era um dos mais indicados para tão difícil missão; a sua larga obra científica constituía a mais segura demonstração da sua invulgar competência.*

Sacrificando-se a aceitar o convite que lhe dirigiu o Arquivo do Distrito de Aveiro, *tornou a própria cidade — que se honra de guardar os restos mortais da formosíssima Infanta, sua Donatária e sua Padroeira — devedora do maior reconhecimento.*

É interpretando êsse sentimento, que o Arquivo do Distrito de Aveiro *apresenta as suas homenagens muito sinceras ao eminente historiador e ao amigo muito querido.*

ESTAÇÃO LUSO-ROMANA DO CABEÇO DO VOUGA

I

TERRAÇO SUBJACENTE À ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO, OU DA VITÓRIA

(continuado de pág. 258)

CONTINUANDO a resenha bibliográfica do que de maior importância para a arqueologia local se tem escrito desde Gaspar Barreiros, que vínhamos seguindo, cumpre registar, em 1875, o quinto volume do conhecido *Portugal Antigo e Moderno,* de Pinho Leal, de cuja história do Marnel extraímos os seguintes períodos, deixando o que em volumes anteriores escrevera de Águeda, Emínio e Talábriga.

...« No tempo do conde D. Henrique, e de seu filho, D. Affonso Henriques, era a villa do Marnel a mais notavel d'estes sitios.

Deduz-se isto, de uma doação feita á egreja de Santo Izidoro de Eixo, em 1095, pelo *famulo de Deos,* Zoleima Gonçalves — *pro tolerantia Fratrum, et Monachorum, qui ibidem habitantes fuerint, et Vita Sancta perseveraverint.* (Doc. de Lorvão.)

N'esta doação se declara que a egreja de Eixo ficava — *subtus Civitatis* Marnelæ, *discurrente rivulo Vouga, territorio Colimbriæ.*

(Eixo fica effectivamente *abaixo* do Marnel, 12 kilometros ao O.) »

....

...« Teve a villa do Marnel, ou Lamas, por donatarios, grandes personagens, e o monte do Marnel era regalengo (reguengo — ou da corôa) como se vê nas *Inquirições* de D. Affonso II, L. 2, pag. 120 — col 1.ª, § 1.º, na Torre do Tombo.

Em 1384, D. João I doou a villa do Marnel, e outras, a Gonçalo Vasques Guedes (*Mon. Lus.*, part. 5.ª, pag. 174, tom. 8.º, cap. 23.)

Em 1759, pertencia aos duques de Aveiro, (*Pegas*, tom. 2.º, pag. 672 e 739) sendo então confiscada para a corôa, como tudo quanto pertencia a esta desgraçada familia.

A velha ponte do Marnel é antiquissima. Era a villa do Marnel acastellada, segundo se vê da doação que Pero Paes e sua mulher, Gelvira Nunes, fizeram aos *monges* e *clerigos* do mosteiro de Lorvão, em 1121, da sua villa do *Pinheiro* (hoje aldeia da freguezia de S. João de Loure.) — Diz a doação — *et in confinitate* Castelli Marnelis, *inter fluvium Vougam, et montem qui dicitur Meiçom-frio* (Doc. de Lorvão, transcripto por Viterbo na palavra — *Cidade, 3.ª*, a pag. 191.)

Era pois o monte do *Marnel*, com o seu castello, um ponto militar, no principio da nossa monarchia; e aqui, segundo a tradição e varias memorias, têem havido, desde remotas eras, cêrcos e batalhas. »...

De 1877 é *O Distrito de Aveiro*, do historiador aveirense João Augusto Marques Gomes, que, seguindo Pinho Leal, identifica Emínio com Águeda, declarando inadmissivel a pretensão de Hübner a favor de Coimbra (*pág. 35*).

Do lugar do Vouga, regista êle a tradição de aí ter existido

... « a cidade romana denominada Vacca. O padre Carvalho da Costa affirma que n'este sitio se encontravam seguros vestigios de tal povoação, como eram tijolos antiquissimos e alicerces de soberbos edificios. Presentemente nada existe. E a boa critica faz ver que aquella antiga cidade era onde hoje é Vizeu e não Vouga. » (*págs. 52-53*).

Da freguesia da Branca, que adiante veremos interessar aos problemas locais, diz Marques Gomes a propósito da serra de S. Julião (ou S. Gião):

... « No alto da serra, ha ainda vestigios salientes de uma atalaia, que, ao que parece, occupava toda a circumferencia do plaino, na extensão d'uns trezentos metros de comprido, de norte a sul, e cento e vinte de largo, divisando-se ainda parte da valla, ou cava exterior, e da linha do parapeito em toda a valla. Do lado do nascente, por detrás da serra, ha uma sahida e estrada larga pela encosta do monte abaixo, com muros ou cortinas lateraes de pedra e terraço. » (*pág. 69*).

Pelo que respeita a Talábriga, enuncia dest'arte Marques Gomes a sua opinião:

«E' um problema historico a fundação e o local da antiga cidade de Talabrica. Ao certo sabe-se apenas que foi fundada pelos *celtas*, que no tempo dos Romanos era uma das 36 cidades tributarias da Lusitania pertencente ao *conventus juridicus* do Vouga (1).

E é quasi provavel que o seu local coincida com o do moderno logar de Cacia, sobranceiro ao Vouga (2).»

Com boas razões argumenta em 1879, na revista *Portugal Pitoresco*, Filipe Simões, inquirindo *Se Coimbra foi povoação romana e que nome teve*, e concluindo pela sua identificação com Emínio.

Em 1884, Borges de Figueiredo, que havia lançado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* uma série de estudos subordinados ao título geral de *Oppida Restituta*, publica o seu notável trabalho histórico-arqueológico sôbre Emínio. A cidade romana de entre Conimbriga e Talábriga fica sòlidamente identificada com Coimbra, embora só em 1888 viesse a ser encontrada, numa casa ao fundo da Couraça dos Apóstolos, a inscrição epigráfica que definitivamente afastou as objecções mais renitentes àquela identificação.

Êsse estudo de Borges de Figueiredo tem sempre de ser tomado em consideração por quem pretenda conhecer o debate entre Águeda e Coimbra a propósito da sucessão ao título da velha Emínio; os defensores da tese de Águeda alegavam estas razões:

«1.ª Que a tradição o diz;

2.ª Que o *Itinerario de Antonino* está errado; que é um documento indigno de credito, por isso que todos os codices onde se encontram divergem;

3.ª Que Ptolomeu marca a *Eminio* taes graus de latitude e longitude que lhe assignalam uma posição muito perto de Agueda;

4.ª Que Plinio, o naturalista, distingue o rio *Eminio* do rio *Munda;* e *Eminio* cidade, de Coimbra;

5.ª Que, tendo sido coevas as duas dioceses de *Conimbriga* e *Eminio,* ficariam muito próximas as duas sés.»

---

(1) Plinio, *Nat. Hist.*, liv. IV, cap. XXI. — Jeronymo Soares Barbosa, *Epit. da Hist. da Lusit.*, cap. VI, pag. 165

(2) Romey, *Hist. de Hesp.*, tom. IV, pag. 195. — Duarte Nunes de Leão, *Descrip. do Reino de Port.* — *Memorias de Aveiro*, pag. 27.

BORGES DE FIGUEIREDO opõe às razões invocadas argumentação absolutamente concludente; pela sua grande extensão a não transcrevemos aqui, e ainda porque ao Cabeço do Vouga, que em especial nos interessa, dedicou o mesmo historiador estudo independente, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (5.ª série, n.º 6 — 1885)*, beneficiando não só da investigação anterior como dos progressos de método crítico da época; a separata dêsse interessantíssimo trabalho, geralmente ignorado, constitue peça bibliográfica distrital de grande raridade, razão pela qual o transcrevemos na íntegra:

« Vacua

(Cabeço de Vouga)

I

Informa o fidedigno Gaspar Barreiros que n'um codice da *Historia Natural* de Plinio se encontra a menção d'um oppidum lusitano denominado *Vacca*. Exprime-se do modo seguinte o notavel archeologo: « em hum archetypo Toletano stá scripto da maneira q̃ dixe. s. *flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabrica*, etc. A qual liçam Fernando Pintiano cõmendador de Salamanca cita nas suas castigações Plinianas » (1).

Parece ser aquelle o unico codice da obra de Plinio, em que se encontra noticia do *oppidum Vacca*, pois não vi ainda nas variantes de edição alguma, por mais completa, apontada esta particularidade: e isto póde levar a concluir o serem aquellas palavras uma intercalação de copista. Desprezar, porém, sem exame, aquella versão do alludido codice, simplesmente por ser unica, é grave erro de quem olha as cousas superficialmente e não tem aptidão para os estudos archeologicos. Demais, outros escriptores antigos mencionaram a povoação de que se trata, como se verá, e a sua posição é facil de determinar.

Antes de proseguir, direi que a verdadeira fórma do nome é *Vacua*, e não Vacca nem Vagia, como se encontra em exemplares de Plinio e nos restantes auctores latinos. Aquella verdadeira fórma, designando o rio (Οὐακούα²), é comprovada pela que apparece nos documentos medievos, do IX ao XII seculo, *Vauga* e *Voaga* (3), d'onde a fórma moderna *Vouga*. O termo parece de origem celta, como

(1) G. BARREIROS, *Chorog.*, p. 51.
(2) STRAB., III, 3, 4.
(3) *Port. Mon. Hist., Dipl. et Chart.*, doc. XII de 897.

nota o meu amigo Adolpho Coelho (1), devendo com elle comparar-se nomes analogos, que se têem lido em inscripções e que se encontram na obra de Cesar.

Posto isto, e advertindo que apenas nas transcripções empregarei a fórma incorrecta, vou apontar quaes as noticias que nos restam assim ácerca da povoação como do rio seu homonymo.

II

N'um pequeno tratado cosmographico, que não tem merecido grandes attenções, e que por muito tempo foi attribuido a Aethico, vem mencionado um oppidum *Vacca*.

Lê-se na apontada obra: « occeanus occidentalis habet famosa oppida: Bracara, Lacusa, Augusta, Vacca, Celtiberia, Caesarea Augusta, Tarracona... » (2). É evidente quanta corrupção ha n'este texto. Entendo todavia que não offerece dificuldades a sua reconstituição. Parece á primeira vista que o auctor attribue ao oceano occidental as sete cidades que ficam transcriptas; mas não é, não póde de modo algum ser, essa a intelligencia verdadeira d'aquella passagem. Creio que a interpretação racional d'ella é do seguinte modo: « occeanus occidentalis habet famosa oppida: Bracara, Lucus Augusti, Vacca; Celtiberia [habet famosa oppida:] Caesarea Augusta, Tarracona...». Isto não só porque de maneira nenhuma caberia referir ao oceano occidental as duas ultimas povoações que pertenciam á Celtiberia, e por conseguinte ao mar interior, senão tambem porque a palavra Celtiberia não tem caracter de nome de povoação, sabendo-se muito pelo contrario que ella designava uma região do oriente da peninsula. A duvida que resta é sobre a situação do terceiro oppidum do oceano occidental. Era a mesma cidade mencionada no codice pliniano de Toledo, ou era uma povoação dos Vacceus? Não me parece que se possa defender a segunda hypothese, porque, comquanto n'esse caso o oppidum estivesse na bacia de um rio tributario do oceano Atlantico, ficaria muito no interior para dever contar-se entre as cidades occidentaes como Bracara e Lucus Augusti. Não caberia tambem mencional-a, a ella só, como cidade dos Vacceus, quando se não fallava de Palancia, a principal das povoações d'aquelle povo (3). Além disso, a homonymia chama para

(1) Ad. Coelho, *Sur la forme de quelques noms géographiques de la péninsule Ibérique*, Mélanges Graux, 1882.

(2) *Cosmographia olim Aethici dicta*, ed. Riese, Heilbronnae, 1878, p. 80.

(3) Appian. vi, 74.

a margem do rio Vacua a povoação, e não ha a mais leve duvida de que este rio é o que hoje se chama Vouga. A falta de ordem geographica na menção das tres cidades occidentaes não deve tambem servir de argumento em contrario; porque o auctor seguiria quanto a ellas a ordem da importancia das terras, e sabe-se effectivamente que Bracara era mais importante que Lucus Augusti, cabendo só depois d'esta o fallar de Vacua. É, pois, de rasão o considerar identicos o oppidum de Plinio e o da cosmographia anonyma.

Um escriptor hespanhol do seculo v, Paulo Orosio, traz o nome de *Baccia* attribuido a uma cidade da Lusitania, ao fallar das luctas dos corajosos habitantes d'esta região com os romanos. Diz o escriptor christão: «Igitur Fabius consul contra Lusitanos & Viriatum dimicans Bacciam oppidum, quod Viriatus obsidebat...» (1). Esta povoação é sem duvida a mesma de que tenho fallado. Em primeiro logar, o nome Baccia aproxima-se muito e naturalmente da fórma Vagia que vimos achar-se em Plinio, sendo desnecessario apontar as razões que determinam esta identificação. Em segundo logar os successos de que Orosio se occupa n'aquelle ponto da sua historia tiveram por theatro o occidente da peninsula.

Quanto ao rio Vacua, são em maior numero as noticias. Além de Plinio e de Strabão, como já vimos, faz d'elle menção Ptolemeu, Οὐακούα ποτ ἐκϐ. (2), collocando-o entre o Mondego e o Douro; e falla d'elle Marciano Heracleota: Ἀπὸ δὲ Μονδα ποταμοῦ εἰς Οὐάκου ποταμοῦ ἐκϐολὰς στάδιοι τπ΄, στάδιοι σοε΄ (3).

Depois d'estes, em plena idade media, Édrisi, descrevendo o territorio portuguez comprehendido no quarto clima, conforme a divisão que adoptára, gaba muito o paiz em termos precisos, e diz: «Le Nahr-Boudhou est une rivière considérable qui porte de grosses et de petites embarcations. La marée y remonte à la distance de plusieurs milles. De là à l'embouchure du Douira (le Duero), 15 milles. (4) Ora a distancia entre as fozes do Vouga e do Douro orça pela indicada pelo geographo arabe, e sobretudo não ha entre o Mondego e o Douro outro rio além d'aquelle, a que se possam applicar as particularidades que menciona. O Vouga é navegavel por espaço de 42 kilometros (5), que correspondem a 28 milhas antigas.

---

(1) Orosio, *His.*, v, 2.
(2) Ptol., II, 6.
(3) Marc. Heracl., II, 13.
(4) Édrisi, *Geogr.*, tr. par P. Amedée Jaubert, v, I.
(5) G. A. Pery, *Geogr. e est. ger. de Portugal*, p. 10.

III

A situação de Vacua, segundo Gaspar Barreiros, é a «Ponte de Vouga. s. Põte de Vacca, nam por causa do rio senam por causa do nome do logar, como dizemos Põte do Arcebispo ou Ponte d'Alcantara.» (1) Conforme diz Carvalho da Costa: «He tradição, que no cabeço de Vouga esteve antigamente huma Cidade, chamada Vacca, & ainda hoje se acham tijolos, & pedras lavradas, & outros vestigios de edificios. Nelle está agora hũa Ermida do Espirito Santo.» (2)

Não se póde, em verdade, afastar o antigo oppidum da actual villa de Vouga, considerando ter existido no monte da ermida do Espirito Santo, ou Cabeço de Vouga, a cavalleiro d'esta terra. Restos da antiga povoação por um lado, por outra o proprio nome, confirmam a identificação: *Vouga, Vauga* metatese de *Vagua* (Vacua); com que se deve comparar a fórma popular *auga* por *agua* (3), *anáuga* por *anágua, éuga* por *égua, léuga* por *légua, réuga* em vez de *régua* (4), etc.

Se Vouga durante algum tempo mereceu o cognome de *famosa* ou ao menos o de notavel, cedo perdeu o esplendor. Foi porventura estação do itinerario entre Eminio e Lancobriga; mas em breve foi supplantada e substituida pela sua vizinha Talabriga, que se engrandeceu facilmente, e com rasão, pela sua mais vantajosa posição á beira-mar, o que lhe proporcionava o desenvolvimento da industria e do commercio; a industria da pesca e do sal, o comercio d'estes dois productos e de outros que recebia e armazenava».

Cronològicamente, para se ajuizar da forma como os estudos sôbre o Cabeço do Vouga, e a região, evolucionaram, importa referir o volume XII do já mencionado dicionário *Portugal Antigo e Moderno;* é de 1890, e, conquanto fôsse publicado sob o nome de Pinho Leal, cujo trabalho rematava alfabèticamente, «foi elaborado pelo P. Pedro Augusto Ferreira» (5). Do seu extenso e importante artigo sôbre o rio Vouga e a povoação do mesmo nome fixaremos o seguinte:

...«o *Marnel* foi povoação acastellada e muito importante no sec. XI, pois em um documento de Lorvão se lhe

---

(1) G. Barreiros, *op. cit.*, p. 50 v.
(2) Carvalho, *Chorog. port.*, II, p. 161.
(3) Ad. Coelho, *op. cit.*
(4) Obs. pess.
(5) Martinho da Fonseca, *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva;* Coimbra, 1927, pág. 81.

dá o titulo de *cidade* — e em outro de *villa*; note-se porem que outr'ora estes termos não tinham a significação hodierna. Por vezes as cidades — inclusivamente o *Porto* e *Lisboa* — se denominavam *villas*, em quanto que *Ceia, Gouveia* da Beira Baixa e outras villas se denominavam cidades.

Note-se tambem que *Lamas* e *Marnel* são quasi sinonymos, — *pateira, lamaçal, terreno alagadiço* — e outr'ora empregaram-se indistinctamente, pelo que hoje mal podemos saber quando os velhos documentos fallavam da povoação de *Lamas*, propriamente dicta, — ou da de Marnel.»

....

... « *A cidade romana* — VACCA — Na opinião de varios auctores, a villa de Vouga foi a antiga cidade romana *Vacca*; outros a situam em *Viseu*; outros perto de *Miranda do Douro*, — e outros junto dos Pireneus?!... [1]

E' pois muito nebuloso este topico e não sabemos quando se fará luz que dissipe completamente as trevas em que jaz.

O dr. Manoel Botelho Ribeiro Pereira, notavel escriptor e antiquario visiense, [2] pugnando *pro domo sua*, tractou a questão como ninguem até hoje, sustentando que Viseu é a legitima representante da cidade romana *Vacca*. Não transcrevemos aquelle topico dos seus *Dialogos*, porque é muito extenso e só elle daria talvez 2 fasciculos! Ardendo em zelo pelas glorias da sua terra natal, insurge-se contra os que sustentam opinião opposta, nomeadamente contra o distinctissimo geographo Gaspar Barreiros, tambem filho de Viseu e seu parente, [3] por dizer que a séde de *Vacca* foi a villa de Vouga; mas o sabio conego Berardo, tambem visense, [4] despresa a opinião dos que situam *Vacca* tanto em *Viseu*, como na villa de *Vouga* e mostra-se disposto a crer que ella esteve *junto dos Pirineus*. [5]

D. Jeronymo Contador d'Argote falla muito dos povos *vacceos*, como povos muito importantes, repetidas vezes mencionados por Strabão, Ptolomeu e Plinio, sendo todos concordes em dizer que elles demoravam junto das nascentes do Douro, aproximadamente desde Zamora até Freixo de Espada á Cinta.

Argote diz que os *vacceos* confinavam com os *astures*, tendo por linha divisoria o rio *Esla*.

Strabão no livro 3.º pag. 152 e 162 diz o mesmo e são d'elle estas palavras: «... *inde vetones et vaccei, per quos*

---

(1) V. *Viseu*, tomo II.º pag. 1690 (tit. *Cava de Vériato*) col. 2.ª e segg. — nomeadamente pag. 1693 (nota) 1695, 1714 e 1715.
(2) V. *Viseu*, tomo II.º pag. 1805, col. 1.ª.
(3) V. *Viseu*, tomo II.º pag. 1803, col. 3.ª.
(4) V. *Viseu*, tomo II.º pag. 1815, col. 2.ª e segg.
(5) V. *Viseu*, tomo II.º pag. 1715, col. 1.ª.

Durius labitur, ad Contiam urbem vacceorum transitum faciens».

Em vulgar: «ali começa a região dos *vetones* e *vacceos*, por entre os quaes segue o Douro até *Concia*, (Miranda do Douro) cidade dos *vacceos*.»

Tambem eram cidades d'elles as seguintes:

— *Intercacia*, distante 15 legoas d'Astorga, no caminho de Valhadolid, perto de *Cauca* e de *Palença*; [1]

— *Sentica*, hoje talvez *Zamora*;

— *Sarabris* hoje talvez *Toro*;

— *Pincia*, hoje Valhadolid;

— *Rauda*, hoje talvez *Aranda*, no caminho de Astorga para Saragoça, por Cantabria.

Elles confinavam com os *arevacos* e *astures*, ou asturianos.

Demoravam pois nas margens e nascentes do *Douro*, não do *Vouga*.

V. *Memorias d'Argote*, tomo 1.º pag. 150, 160, 198, 442, 443, 444, 446, 447, 451 e 452.

E' isto o que diz e prova *muito bem* o sabio academico Argote; mas é tambem de grande peso a opinião de Gaspar Barreiros: — *que a cidade Vacca esteve junto da ponte do Vouga*, — opinião que seguiu e sustentou com muita erudição em um dos seus artigos *Oppida restituta* o sr. Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, no *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa (5.ª serie, n.º 6 — 1885) da qual é bibliothecario.

. . . .

Respeitamos muito a opinião do sr. Borges de Figueiredo e não queremos impugnal-a; suppomos porem que não disse a ultima palavra sobre o assumpto;

1.º — porque o mesmo sr. Figueiredo mostrou repugnancia em acceitar a lição de um codice de Plinio differente da lição de *todos os outros codices do mencionado geographo*;

2.º — Porque o mesmo sr. Figueiredo diz que *não tem merecido grandes attenções* o pequeno tractado cosmographico anonymo, attribuido a Aetico;

3.º — Porque temos difficuldade em crer que a *Baugia* de Paulo Orosio fosse o pretendido oppidum *Vacca* da villa de Vouga.

4.º — Porque até hoje (que nós saibamos) ninguem ali encontrou cippos ou lapides com inscripções, muralhas, torres, estatuas, ou quaesquer outros vestigios da *famosa*

---

(1) *Pallencia*, hoje *Pallença*, foi tambem cidade dos *vacceos* no tempo de Plinio, mas no tempo da Hespanha primitiva pertencia aos *arevacos*. *Memorias d'Argote*, tomo 1.º pag. 76 e 443.

cidade romana. Apenas o padre Carvalho (?) indica umas bagatellas.

5.º — Porque a posição geographica e estrategica da villa e monte do Vouga é relativa á estrada que atravessa ali a ponte, mas essa estrada, como geralmente se diz, *foi feita pelos mouros* em substituição da velha estrada romana *que seguia pelo littoral,* muito mais ao poente. Logo a dicta cidade no tempo dos romanos era uma cidade sertaneja: não podia ser *estação* ou *castro* do roteiro de Antonino — nem n'elle se encontra como tal nas rectificações de Parthy e Pinder.

6.º — Porque os *vacceos,* como dizem o dr. Manoel Botelho Ribeiro e outros, tomaram o nome da *famosa* cidade romana *Vacca,* — e elles demoravam *muito longe do Vouga,* como já dissemos supra e diz tambem o sabio Fr. Felippe de la Gandra nas *Armas y Triumphos de Gallicia:*

«Os *vaceos,* hoje *campesinos,* tinham por capital *Pallencia* e soffreram tambem cruel assedio durante a guerra de Numancia.

Palencia era já então cidade importante e tanto que, apesar do cerco, os romanos commandados por Luculo tiveram de retirar, sendo perseguidos pelos palentinos até ás margens do Douro.

Passados 2 annos foi Palencia outra vez sitiada por Marco Emilio Lepido consul, e outra vez os romanos tiveram de levantar o cerco.»

Op. cit. supra, pag. 19 e 20.

O sr. Borges de Figueiredo podia tambem citar em favor da sua opinião o *Mappa* de Abrahão Ortelio que s. ex.ª na *Memoria* sobre *Eminium* citára *com muito louvor* pouco antes, (1) pois no dicto *Mappa* se encontra o pretendido oppidum, junto da villa de Vouga; mas teria tambem pouca força tal argumento, porque, segundo diz Argote, fallando do *Juliobriga,* cidade romana congenere, *Ortelio... não tem auctoridade em materia tão antiga.* (2)

E que vemos nós no dicto *Mappa?*

Sitúa bem *Conimbrica,* hoje Condeixa Velha, — e *Eminium,* a Coimbra actual, mas foi muito infeliz em outros pontos. Sitúa, por exemplo, *Bracara Augusta* em Barcellos, na margem direita do Cavado; o Lima no seu local proprio, entre o Minho e o Cavado, — e o *Forum Limicorum,*

---

(1) V. *Oppida restituta* no Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 7.ª serie, n.º 2 — 1884.

(2) *Mem. de Braga,* tomo 1.º, pag. 392, n.º 643, — e pag. 394, n.º 645.

(Ponte de Lima) aproximadamente em Santa Martha de Penaguião, no districto de Villa Real de Traz os Montes; *Lameca* (Lamego) na margem *direita* do Douro, ao *poente* de Baião e não longe da foz do Tamega; dá o rio Vouga como affluente do Agueda e põe a famosa *Vacca* a *jusante* da confluencia dos dois rios, na margem *direita* do Vouga, etc. etc.

Tambem o sr. B. de Figueiredo podia citar o *Mappa Breve da Lusitania Antiga* do Padre Francisco do Nascimento Silveira, auctor do *Côro das Musas,* etc. pois no § XLII da *Taboa* III, pag. 239, diz textualmente:

«*Vacea.* Foi cidade antiga da Lusitania, e existio em hum sitio alto, e forte por natureza, entre as pontes do *Vouga* e *Marnel;* porque ali se vem *vestigios de muros antigos, e signaes de huma magestosa grandeza*... — Julga-se, que destruida *Vacca,* se deo ás suas ruinas o nome de *Marnel,* que conserva até o presente...»

Apoia-se em Fr. Bernardo de Brito, que na *Monarchia Lusit.* Parte II, l. V, cap. 1.º fl. 2, v. diz efectivamente quasi o mesmo e dá uma inscripção *encontrada por elle* (?!...) no valle de Ossella em o muro de um campo, a qual, se não é fantasia do auctor, parece resolver o problema!...

A dicta inscripção, n.º 278, do *Portugaliae inscriptiones,* é a seguinte:

IMP. CAES. D. AVG. INTER
DIV. REL. COHOR. PRAESID.
VACE. OCCEL. LANCO. CALEN
AEM. LEG. X. FRETENS
EIUS. NVM. SPECTACVLA
ET LVD. GLADIAT. E. V.
VRBES LVSIT. L. A.
EXP. ET. HECATOMB. D. D. (1)

Em vulgar: «As capitanias da legião decima, chamada *Fretense,* que estavam de presidio em Vouga (*Vacca*) em Ossella, na Feira, no Porto, e em Agueda, (2) por voto par-

---

(1) «Esta mesma inscripção, *forjada ou descoberta por Fr. Bernardo de Brito,* foi aproveitada pelo seu contemporaneo e *correligionario* Manoel de Faria e Sousa na *Europa Portugueza,* tomo 1.º pag. 250, sem dizer como houve *tal preciosidade,* pois adoptou o systema de não se incommodar com citações, caminhando ávante estribado na *auctoridade propria.*

Fr. Bernardo de Brito era mais modesto, porque ordinariamente se apegava ao bordão do *seu Laimundo.*

'A' mesma inscripção se referiu tambem posteriormente Jeronymo Soares Barbosa no *Epitome da Hist Lusit.* cap. 6.º»

(2) «Fr. Bernardo de Brito traduzia *Eminium* por Agueda, mas está hoje demonstrado que *Eminium* é a Coimbra actual, em virtude de uma inscrip-

ticular celebrarão spectaculos, e jogos de gladiadores á divindade do imperador Cesar Augusto, contado já no numero dos Deoses, e as cidades da Lusitania acima nomedas fizerão os gastos d'estas festas, e celebrarão Hecatombas com grande liberalidade.»

Em seguida faz muito judiciosas considerações sobre a dicta lapide e aponta outra que achou entre Albergaria Velha e o Pinheiro (da Bemposta?) no monte denominado *Castello de S. Gião,* onde viu restos de muros e fortificações e uma pedra, na qual apenas (diz elle) pôde ler o seguinte:

: : : : COS. VI. : : : :
: : : : P. IX. P. F. : : : :
: : : : VAC. XII. P. M.

Suppõe ser fragmento de um marco milliar, onde esteve o nome de um imperador que foi *consul seis vezes e que teve o poder tribunicio nove vezes.* Tambem lhe davam os titulos de *piedoso* e *afortunado,* accrescentando que *d'ali á cidade de Vacca* (presidio romano, como diz a outra inscripção) *havia a distancia de doze mil passos,* «os quaes se achão ao justo nas 3 legoas que ha de hua parte á outra» — diz o mesmo Fr. Bernardo de Brito, continuando a fazer muito sensatas considerações sobre as duas lapides, até o fim do mencionado capitulo.

Lamentamos profundamente o desprestigio de tão illustrado auctor. Se tivesse a auctoridade de Herculano ou de João Pedro Ribeiro, *estava morta a questão,* mas infelizmente demanda *grande desconto* o que diz Fr. Bernardo de Brito!... (1)

O assumpto é nebuloso e vasto e não podemos dar-lhe mais desenvolvimento em um simples topico. Terminaremos dizendo que, assim como houve na peninsula differentes cidades romanas com o mesmo nome, talvez houvesse tambem com o mesmo nome de *Vacca* differentes cidades em pontos distantes.»

Em 1907 regista *O Arqueólogo Português* (vol. XII, pág. 36 e segs.) um facto que viria a ter a mais decidida importância nos estudos arqueológicos de tôda a região do Vouga: o apa-

ção encontrada em Coimbra recentemente, a qual se refere a *Eminium* como situada ali.

V. *Coimbra* n'este diccion. e no supplemento.»

(1) «V. *Viseu,* tomo 11.° pag. 1570, col. 1.ª — e 1682, col. 1.ª tambem.»

recimento, na freguesia de Estorãos, a duas léguas de Ponte do Lima, duma ara celtibérica da época romana onde se lê, em inscrição votiva:

« *Camala Arqui filia Talabrigensis Genio Tiauranceaico votum solvit libens merito* ».

A epígrafe é objecto de desenvolvido comentário por parte de Felix Alves Pereira, arqueólogo cujo nome é hoje inseparável dos estudos sôbre antiguidades romanas locais, mercê doutra comunicação, na mesma revista, a que adiante faremos igualmente referência.

Escrevendo da ara de Estorãos, nota Felix Alves Pereira, de interêsse para o presente caso:

...« Temos pois, em região de Grovios, nova lapide com onomastico pessoal de tronco celtico; uma observação porem devo fazer: é que não eram oriundos d'essa região os dedicantes nella residentes, senão da Lusitania.

....

De *Talabriga*, se dizia a dedicante de Estorãos. No *Itinerario* de Antonino ha menção de um *oppidum* assim denominado. Quem lhe chama *oppidum* é Plinio, texto mais antigo que o *Itinerario* (*Nat. Hist.*, IX, XXXV). Tambem chama *oppidum* a Conimbriga e bem sabemos a que condições estrategicas correspondem as ruinas de Condeixa-a-Velha e de todos os outros *oppida*.

Alem d'isto, o elemento *briga* é considerado celtico e significa: « altura, castello » (*Alt-Celt. Sprachschatz*, A. Holder, s. v. *briga*). Isto demonstra que Talabriga deverá ser povoação de origem preromana e situada numa eminencia, acaso provida de cintura de muralhas ou equivalente sistema de defesa. A *Talabriga* do *Itinerario*, na via romana Lisboa-Braga, não está ainda identificada. Suppôs-se que seria Aveiro ou junto d'esta cidade. O que porém acabo de dizer é sufficiente, creio eu, para enfraquecer esta opinião; as ruinas de *Talabriga* não terão de encontrar-se em terrenos planos sem cabeços apropriados, como são as cercanias de Aveiro.

E' plausivel acreditar que a patria do dedicante da ara de Estorãos seja a *Talabriga* do *Itinerario*, como a mais proxima e conhecida do logar habitado por Camala.

Æminium está hoje provado, por uma inscrição romana, ser a actual Coimbra (A. Filipe Simões, *ob. cit.*, pp. 24 sqq., e Borges de Figueiredo, « Oppida Restituta » in *Bol. da Soc. de Geographia* n.º 2, 1884 e *Rev. Arch. e Hst.*. II, 66 e *Inscr. Hisp. Lat.*, suppl. n.º 5239).

Talabriga distanciava-se 18 milhas para o sul aproximadamente de *Lancobriga (sic* no Itinerario) e 31, na mesma orientação, de *Calem*, que corresponde a uma cidade marginal do Douro, perto da foz d'este *(Religiões da Lusitania*, II, 29, n. 7).

Langobriga seria, no pensar do Sr. Dr. Leite de Vasconcellos *(Relig. da Lusit.*, II, 34) a povoação de *Longroiva*, entre Marialva e Freixo de Numão, no concelho de Meda.

Langobriga, computada a milha romana em 1:481 metros (1), dista 26:658 m. de *Talabriga* e 19:253 m. de *Calem*. A situação d'aquella Longroiva não corresponde á distancia marcada no *Itinerario* com respeito a Gaia; em linha recta, seriam 169 Kilometros para leste. Havia pois mais que uma *Langobriga*, reconhecendo-se que aquelle vocabulo deve ser etymo de Longroiva.

Só de *Æminium* e de *Calem* do Itinerario, por serem pontos incontroversos, principalmente o primeiro, é que podemos partir para verificar a situação de *Talabriga*. E á identificação d'esta cidade com Aveiro ou arredores obstam, alem do que já expus, as medições do Itinerario e outros considerandos, que mais categoricamente desenvolvo em especial artigo, que fica no prelo.

Depois de registada a conclusão a que chego, embora conclusão de gabinete, restará pesquisar *in loco* as ruinas ou os vestigios que possam confirmar ou enjeitar o alvitre apresentado. Ora segundo as medições do Itinerario, que, nesta parte, concordam com a realidade, como demonstrarei, *Talabriga* distava 59^{km},240 ou XL mpm. de Eminio, para norte; este afastamento não se concilia com o de Aveiro, mas obriga a colocar o velho oppido ao norte de Vouga e não muito longe de Albergaria-a-Velha.

Plinio *(Nat. Hist.*, IV, XXXV) dá-nos *Talabriga* como cidade dos *Turduli veteres*, situada entre o Tejo e o Douro, na região do Vouga e do Mondego. Alem d'este escritor antigo, tambem Ptolemeu e Appiano referem *Talabriga*. Aquele inclue-a na lista das cidades dos lusitanos *(Cl. Ptolemaei Geographia*, ed. de Car. Müller, I, 137).

Este narra um episodio da campanha de Decimo J. Bruto passado com esta cidade, uma das menos resignadas, a principio, ao dominio romano *(Appiani Alex. Rom. Hist. q. s.* Didot, 1840).

Parece que na Hispania não era uma só a povoação com este nome, o que aliás succedia, como acabo de mos-

(1) « Veja-se *Dict. des antiq. grecq. et. rom.*, por Saglio & Daremberg, s. v. *Milliarium*. A milha exacta era 1481,50 metros. »

trar, com *Langobriga* e, alem d'estes, com outros nomes. Hübner chega a dizer que, talvez em nenhuma outra região como na peninsula iberica, se encontrem repetidos tres e quatro vezes os mesmos nomes de rios, montes, povos e oppidos *(Mon. Ling. Iber.*, p. IC) (1). Ainda succede o mesmo. »

. . . .

Esta nova inscripção votiva veio: ... *b)* — dar-nos pela primeira vez, em monumento lapidar autentico, uma referencia ao oppido preromano *Talabriga,* conhecido pela literatura antiga e pelo *Itinerario* ». *(págs. 41-43 e 51)*

Do mesmo ano de 1907 e do mesmo volume do *Arqueólogo Português* é o outro estudo a que acima FELIX ALVES PEREIRA faz referência e que intitulou *Situação conjectural de Talábriga.* É um trabalho notável, que versa « o problema da trajectoria exacta da via romana entre Aeminium e Calem, da qual não se conhecem milliarios decisivos e sufficientes, especialmente da sua passagem por Talabriga ».

FELIX ALVES PEREIRA, para enunciar o problema e para lhe buscar solução, utiliza métodos geométricos cujo rigor se não coaduna com as irregularidades do trajecto duma estrada antiga, necessàriamente sinuosa em conseqüência da sua adaptação ao terreno; servindo-se dum mapa da região e tomando a distância assinalada no *Itinerario,* atribuído a ANTONINO, entre Cale e Talábriga, faz centro em Gaia e descreve um arco de círculo estabelecendo a « linha zona de Talábriga »; baseado ainda no *Itinerário,* toma a distância de Eminium a Talábriga e, fixando-se em Coimbra, descreve segundo arco de círculo que intercepta o primeiro; na zona de confluência (arredores de Salreu e de Albergaria-a-Nova) se deverá pois, segundo êle, procurar a jazida de Talábriga: é a *área provável da sua situação.*

Avisadamente, porém, e logo de início, ALVES PEREIRA concorda em que o problema, « de modo definitivo, não se resolverá senão com a verificação *in loco* de vestigios archeologicos incontrastáveis. »

---

(1) « Esta repetição do onomastico local póde explicar-se, ou porque alguns nomes tenham sido outr'ora appellativos, ou porque as migrações os tenham transportado de uns a outros lugáres; em todo o caso indicam que a mesma lingua estava espalhada por largo espaço.

Quanto a *Talabriga,* já referi que o segundo elemento é celtico; o primeiro não o é. Entre as trinta palavras que trazem o componente *briga,* só tres, na opinião de Glück, é que parecem ter tambem a raiz celtica, e são — Nemetobriga, Nertobriga, Segobriga.

As outras raizes são mais semelhantes ás ibericas *(Mon. Ling. Iber.,* p. XCVIII).

Sendo assim a duplicação das *Talabrigas,* devia dar-se depois de assim constituida a palavra debaixo da influencia da civilização celtica, e portanto tambem na área respectiva ».

Assim é, de facto; isso não impede, porém, que na *Situação conjectural de Talábriga* existam elementos de interêsse incontestável para o problema do Cabeço do Vouga que presentemente nos ocupa; são êsses os que, a seguir, transcrevemos; em primeiro lugar, ALVES PEREIRA transcreve a passagem de PLÍNIO muito nossa conhecida, para logo discordar da situação do Vouga ao norte de Talábriga, comentando a seqüência estabelecida por aquêle autor:

...« *a*) rio Vouga;
b) cidade de Talabrica;
c) cidade e rio Aeminio (Coimbra);
d) e as cidades de Conimbrica (Condeixa),
e) Collippo (Leiria) e
f) Eburobricio (Obidos, vejam-se *Relig. da Lusit.*, II, 31).

Se não fôr certo, como não me parece, que Vouga é ao norte de Talabriga e este oppido ao sul do mesmo rio, pelo menos conclue-se que Talabriga vizinha de um lado ou outro aquelle estuario. » *(pág. 9 da separata)*.

....

Relacionando os marcos miliários conhecidos na época (fragmento da Mealhada, com a marcação M.XII; outro de Coimbra, registando M.IIII, omite o de Ul, que hoje se guarda no átrio dos Paços do Concelho de Oliveira de Azemeis e que diz TIB. CAESAR. DIVI AVG. / FILIVS. AVGVSTVS / PONTIFEX. MAXVM / TRIB. POTESTAT. XXV/XII) escreve ainda ALVES PEREIRA:

...« 3.º Um pretenso milliario descrito por Fr. Bernardo de Brito na *Monarchia Lusitana*, II, v. p. 3. Este vicio de origem obriga-me a pôr ainda de parte este monumento como comprobativo da directriz; Hübner fulmina-o com a sua desconfiança *(Corpus*, II, 55 a) dizendo que Brito queria demonstrar com elle a existencia de *Vacua*. Não lhe darei porém eu maior valor que o proprio monge, que, como por prevenção, confessa que as letras da pedra eram « mal distinctas e muy quebradas ». Assim a sua interpretação deve desinteressar-nos, visto que não ha meio de contraprovar a leitura de Fr. Bernardo de Brito, duvidosa para elle proprio. Para este, a lapide era porém um padrão de estrada, o que pouco vale por entretanto para nós; mas provinha do Castello de S. Gião, ao que parece, *castro* rico em ruinas de muros, etc. Isto, cuja importancia só modernamente se aprecia, é que não se inventa e dá visos de que com effeito alguma coisa lá pudera ter apparecido. Mas Brito, com o dizer que a lapide era padrão de estrada, contrariava sem o advertir a propria crença de que a via romana seguia pela

beiramar e *Talabriga* era em Aveiro. *(Mon. Lusit.* id., p. 130). Não obstante, ponha-se de parte a exactidão da epigraphe do supposto, mas rehabilitavel, milliario do castro de S. Gião, e fique, provisoriamente, apenas um facto — o achado de um padrão de via romana num castro das margens do Caima.» *(pág. 10).*

Feita a demonstração geométrica a que acima nos referimos, nota o arqueólogo que estamos seguindo:

...« Esta primeira phase da minha demonstração, porém, já torna incompativel a actual situação de Aveiro com vestigios de Talabriga. E mais do que isto; vem levantar um equivoco de Plinio, que parece suppôr aquelle oppido ao sul do Vouga; se assim fosse, não seria possivel encontrar o ponto de reunião do caminho que descia de Cale a encontrar Lancobriga aos 19 kilometros e se prolongava na direcção do sul até mais 26 kilometros, onde devia beijar a Talabriga do Itinerario sem encontrar a de Plinio (1). O hiato resultante fica, parece-me, fechado e annullado, desviando Talabriga de Aveiro e aproximando-a de Albergaria, ao norte do Vouga; isto é, a hipothese que proponho é a que se concilia em todos os pontos com o Itinerario.» *(págs. 13-14).*

...«*Agueda* está tambem perto de um *Crasto* (Pinho Leal).
Nas margens do Vouga, naquelle logar onde subsiste ainda a ponte medieval (Pinho Leal), encontra-se na aldeia de *Vouga* um morro que foi castro (Brito e P.e Carvalho, II, 161); explica Francisco do Nascimento da Silveira *(Mappa breve da Lusitania)*, p. 239) que *Vacca* existia em sitio forte por natureza, entre as pontes de Vouga e Marnel, porque alli se vêem vestigios de muros antigos e sinaes de uma majestosa grandeza; existem ainda tijolos, cantarias, muralhas em *Lamas de Vouga (Arch. Port.*, v, 50 e VII, 191) (2), e havia ahi a *civitas Marnele (Port. Mon. Hist.*, « Diplom. et Chart. », n.o 819), cuja origem deve ter sido outro castro.

---

(1) «Nada mais possivel do que um erro de informação de Plinio. Mas poderia tambem haver aqui uma confusão entre a Talabriga do roteiro romano e a Vacua, de que parece existirem ruinas no Cabeço do Vouga (Cit. *Oppida restituta*, 1885). Mas o Itinerario omitte-a, o que é apenas argumento negativo. Ainda se poderia dar o caso de *Vacua* não ser *mansio* do caminho romano. Havia um codice do Plinio que nomeava Talabriga e *Vacca* e uma cosmographia antiga que refere *Vacca (sic)* e não Talabriga, que aliás deveria ter conhecido pelos AA.
Jorge Cardoso, no *Agiologio*, II, 65, quer que Vacua tenha sido em Viseu. Peor!».

(2) «O parocho de Segadães (1758) informava que a antiga cidade de *Vacca (sic)* fôra assolada pelos *mouros.*»...

Na carta geodesica vê-se, junto ao rio, um *Castello* (111). Isto é ainda do concelho de Agueda.

Na freguesia de *Serem,* tambem concelho de Agueda, outra *civitas* (Viterbo, s. v. *Cidade); ha* lá sitios elevados a norte e a sul (Cfr. M. Gomes).

Na freguesia da *Branca* ha um logar de *Cristellos* (M. Gomes e *Arch. Port.,* II, 313).

Na serra de S. Julião, mesma freguesia, *onde passa a estrada real,* diz o Sr. M. Gomes que ha ruinas de muralhas e fossos; acreditava-se *(Arch. Port.,* loc. cit.) que ahi era a antiga *Langobria (sic).* Não sei se é precisamente o mesmo local a que Brito *(Mon. Lusit.,* II, v, p. 3) chama *castello de S. Gião,* onde havia ruinas de muros e elle encontrou o tal padrão suspeito e onde presume *Lancobriga,* não na Feira, diz, mas entre Albergaria e Bemposta, defronte de Pinheiro.

Significativa confusão! Aquelle logar de *Cristello* vem na carta geodesica entre Estarreja e a estrada real.

Na freguesia de Ul ha outro castro *(aldeia do crasto),* de que porém não conheço o *ubi.* Tem uma cintura de muralha de pedra solta ou cousa que o valha. (Pinho Leal, s. v. *Ul).» (págs. 16-18).*

. . . .

«Relançando novamente o olhar ao mappa, poder-se-há notar que a zona attribuivel á situação de Talabriga não está erma de castros, antes nella se dão varias circunstancias que não posso deixar de aproveitar para a minha these conjectural.

Branca é uma freguesia cuja séde fica na margem direita de Caima e que é cortada pela estrada real; ha nella um logar de *Cristellos,* que só pelo topónimo demonstra a existencia de um castro ou oppido. Mas alem d'este, infere-se do Sr. Marques Gomes, de Fr. Bernardo de Brito *(loc. cit.)* e d-*O Arch. Port.* (II, 313, «Mem. Parochiaes») que ha um local sito na serra de S. Julião, atravessado pela estrada real e que Brito mais claramente chama *castello* de S. Gião *(castello* por *castro),* no qual, segundo aquelles tres testimunhos, ha ruinas de muralhas e fossos, que o Sr. M. Gomes presume serem ruinas de uma *atalaia* e que o parocho das *Memorias* tambem capitula de vestigios romanos, acrescentando muito singularmente (note-se bem o que isto póde significar) que ahi esteve ... *Langobria (sic).* Foi aqui que Brito diz ter encontrado a tal pedra de *letras mal distinctas* de que não affiança a leitura, mas que lhe pareceu *padrão de estrada.*

E aqui tem cabimento o que já atrás deixo dito, para absolver de fraude consciente a noticia archivada em Fr. Bernardo de Brito.

Parece-me pois ser neste aro, se não neste mesmo

ponto, que se deverá procurar o jazigo, não de Langobriga, mas da nossa Talabriga, e é precisamente a estas immediações que o compasso me levou ao medir sobre a carta a primeira secção da via romana de Coimbra a Gaia.

Não desconheço quanto de problematico isto tem antes de serem perguntados pelo archeologo os logares, as ruinas, os vestigios e os montes e as vozes da região, mas nem por isso o meu espirito deixa de ficar demonstrado, até o possivel, que as cinzas de Talabriga nunca podem estar guardadas em Aveiro. As coincidências que acabo de notar, não são bases frivolas.

Só pois a inspecção directa do terreno, nas immediações da Branca, poderá concorrer para confirmar ou destruir a minha conjectura.

. . . .

As pontes de Vouga e Marnel são indicios bem importantes da frequencia das viagens através d'esta parte da região, afastada da costa baixa e paludosa. São decerto obras da idade media, dos *mouros,* diz Pinho Leal (s. v. *Marnel* e *Vouga).* Mas os indicios pre-romanos e romanos soletram-se nessas ruinas de muralhas, pedras lavradas, vestigios de edificios e toponymia, que os cabeços de Vouga e Marnel nos conservam, segundo descrevem Brito, Pinho Leal e os parochos do sec. XVIII nos extractos publicados pelo *Archeologo Português.*» (págs. 20-22)

. . . .

... « O que Barreiros conta relativamente a Cacia, encontra-se repercutido num local situado muito mais acima sobre o Vouga. No sec. XVIII corria que em eras passadas ainda os navios subiam aquelle estuario até a antiga cidade de *Vacua.* onde depois foi a villa de Vouga e agora mero cabeço de Vouga *(Arch. Port.,* VII, 191), que aliás tende a desapparecer, como desappareceu a de Marnel pelo impaludismo (Pinho Leal, *Port. Ant. e Mod.,* s. v. *Vouga).* » (pág. 34).

Para remate destas transcrições do substancial estudo do arqueólogo Felix Alves Pereira, que procurámos reduzir ao mínimo, daremos ainda esta página literàriamente perfeita (embora històricamente falsa em quanto conclue sôbre a nossa região, como adiante veremos), pois tem servido de cansado tema, dedilhado em todos os tons, à literatura local pretensamente científica, até mesmo a propósito do Cabeço do Vouga:

... « De Talabriga temos uma das paginas da sua historia escrita por um autor do meio do sec. II d . C., Appiano de Alexandria.

É certamente este um caso particular, mas não deverá deixar de ser considerado como uma amostra de dramas

analogos que succederam com os oppidos lusitanos, no embate das cohortes romanas.

Talabriga, escreve Appiano, era uma das cidades (da Lusitania) que mais frequentemente se revoltava. Esta falta de resignação, este, direi eu, germen de patriotismo ou melhor de municipalismo, não podia tranquilizar Decimo Junio Bruto, que julgou que o caso era de reclamar a sua presença no local da cidade. Partiu com numerosa gente, e ao seu apparecimento responderam os irrequietos Talabrigenses com supplicas e o seu incondicional abandono á discrição do conquistador. Então J. Bruto foi energico e insaciavel, mas ao mesmo tempo teve um lanço inesperado de generosidade. Quis fazer-lhes sentir primeiro a dureza cruel do seu braço de guerreiro, e para isso impôs-lhe a immediata entrega dos transfugas das hostes d'elle, certamente alliados dos romanos, a dos prisioneiros, a de todo o armamento e ainda por cima exigiu refens. Depois chegou a ordenar-lhes que abandonassem a cidade com suas mulheres e filhos. Parece que o prestigio militar de J. Bruto não valia menos que seu tino de politico e conquistador. Os Talabrigenses aprontaram-se para obedecer alli mesmo. Mas o capitão romano queria compôr-lhes um quadro que lhes impressionasse perduravelmente a imaginação. E ia espreitar o effeito produzido.

Desdobrou em circulo as suas tropas e, agglomerando dentro a chusma dos habitantes humilhados, arengou-lhes. Fez-lhes perceber que não receava a sua turbulencia indomita, porque quantas vezes desertassem, outras tantas elle viria combatê-los e reduzi-los com a necessaria firmeza. Incutido assim o receio e a convicção de que no momento adequado, J. Bruto cairia sobre elles com toda a energia, o general romano quebrantou a sua ira, satisfeito com estas objurgatorias. Mas não sem que lhes tomasse os cavallos, os mantimentos, os dinheiros da cidade com todo o outro material publico (1). Isto era claramente deixá-los na impotencia e até na penuria. E por fim J. Bruto, contra tudo quanto os Talabrigenses podiam já esperar *(praeter spem)*, restituiu-lhes a cidade para nella continuarem a habitar. Isto passava-se já meado o sec. II, antes de Christo (138 a. C.).

Feito isto, o conquistador regressou a Roma.

Esta pagina da conquista da Lusitania é tanto mais importante quanto é, com igual individuação, a unica que nos resta de historia escrita dos oppidos lusitanos, e, embora narre um só episodio da guerra da conquista, não deixa de ser elucidativa.

---

(1) « ... *pecuniis publicis, cum reliquo publico apparatu, ademtis.* Isto dá bem a entender que havia uma perfeita organização politica, e nella se estribava a organização de uma defeza militar contra a invasão romana. »

Quando li este trecho de Appiano *(Appiani Alexandrini Rom. Historiarum quae supersunt*. Parisiis. F. Didot. MDCCCXL), confesso que senti amargura por não podermos ainda ir conversar na região do Vouga com as ruinas da cidade onde estes successos crueis se desfiaram, e segredar ás cinzas d'aquelle abrasado patriotismo que o mesmo sentimento, que chammejou nesses lusitanos insoffridos, ainda se não arrefentára com o soprar sobre ellas de vinte vezes cem invernos, e em mais de um dia, já da nossa existencia nacional, elle se tem ateado em protestos bem tumidos de calor.

Talabriga continuou a existir e refazer-se, atravessando a epoca imperatoria, como nos attesta: 1.º, a data a que pertence a ara de Estorãos, sec. III-IV; 2.º, a sua inscripção no Itinerario (sec. IV).»... *(págs. 35-36).*

No *Ensaio de inventario dos Castros portugueses* por F. TAVARES DE PROENÇA (J.or), de 1908, já no distrito de Aveiro se recenseiam 6 castros (os n.os 54, 134, 284, 412, 414, 436); dêstes, é um o da *Branca* e outro o de *Lamas do Vouga.*

A bibliografia do castro de Lamas do Vouga já acima a demos, extraída do *Arqueólogo Português;* também no mesmo admirável repositório colheu TAVARES DE PROENÇA o registo do castro da Branca, conhecido como tal desde o século XVIII; a êsse registo se refere ALVES PEREIRA, como vimos, e, para melhor esclarecimento dos problemas arqueológicos locais, e bem assim para se saber como, por quem, e quando foram registados, para aqui o transcrevemos também:

...«Ha tradiçam antigua que nesta Serra *(de S. Julião)* no tempo dos Mouros estava situada huma cidade a que chamavam Langobria, e ainda agora se vem no alto da serra alguns vestigios, donde se tiraram as pedras das muralhas [1]»... *(Arq. Português,* II, 313).

Em 1909 registam os *Anaes do Município de Oliveira de Azemeis,* entre muita notícia de valor arqueológico para o distrito, o marco miliário de Ul, a que já acima nos referimos;

---

[1] Em nota ao parágrafo seguinte, que não interessa ao nosso ponto de vista, pois trata da mina do Palhal, diz-se ainda: «No *Dicc. Geog.*, II, 278 vem mencionado como existente nesta freguesia o lugar de *Cristello,* que deve ser talvez uma fórma derivada de *Crastello,* de *Crasto* ou *Castro.* No ms. apparece a fórma *Crestello* Cfr. O Arch. Port., I, 3, *Castros.*»...

determina a milha XII da estrada, faltando porém a indicação donde começava a contagem, isto é, se de Langóbriga ou de Talábriga:

> ... « O milliario é do tempo do imperador Tiberio Claudio Nero, *augusto* como todos os successores, pontifice supremo, filho do *divino* Augusto; e foi levantado na orla da estrada, entre 27 de junho do anno 23 da nossa éra e igual dia do anno 24.
>
> Addite-se, por fim, que elle constitue o primeiro documento authentico, a primaria prova material de que a *via* militar descia de *Cale* para *Aeminium,* cortando pelo interior a servir os numerosos *castros* da região; e não se encostava toda ao littoral para visitar Aveiro, como se pretendia. Assim, tambem a velha hypothese da identificação de Aveiro com *Talabriga,* tão grata a muitos dos nossos antigos chorographos, recebe um rude golpe, quiçá mortal.
>
> O precioso cylindro granitico, de grandes dimensões, não podia ter vindo de muito longe para os alicerces da desapparecida igreja ulense. Era, pois, por alli, na encosta do desmantellado *castro,* que rompia a estrada romana a demandar a gloriosa *Talabriga,* perdida e esquecida hoje n'um insondado mysterio. » *(págs. 350-351).*

É já de nossos dias a restante bibliografia a citar, seleccionada de harmonia com o plano que estabelecemos para o estudo da estação luso-romana do Cabeço do Vouga.

Em 1922, dedicando à *Bacia do Vouga* um estudo geográfico modelar, o Sr. Dr. Amorim Girão, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mostra como não é inconciliável a tradição secularmente mantida de que Talábriga era cidade romana da foz do Vouga, e a localização que os recentes estudos tendem a determinar-lhe no interior, longe da costa; a foz do Vouga ao tempo da dominação romana não coincidia com a actual, e êsse facto, que a geologia e a documentação histórica permitem estabelecer com absoluta segurança, é fundamental para tôdas as identificações arqueológicas locais; a linha da costa ficou irrecusàvelmente estabelecida no referido estudo, de que registamos os períodos seguintes:

> ... « Não se conseguiu ainda determinar com segurança onde ficava situada esta cidade *(Talábriga),* sendo contudo verosimil, em face de um bem deduzido estudo (1), que devia localizar-se não em Aveiro, Cacia ou Esgueira, como escritores antigos, modernos e mesmo até contemporâneos

(1) « Sr. Dr. F. Alves Pereira, *Geografia proto-histórica da Lusitânia. — Situação conjectural de Talábriga (Arqueólogo Português,* XII, p. 129 e segg.)»

teem pretendido, mas sim bastante mais para o interior: o que de forma alguma exclue, em nosso entender, a idea tão arreigada de que ficava junto da foz do Vouga, não onde ela hoje está, mas onde estava ainda ao tempo da dominação romana. E' esta diversidade de aspecto topográfico entre a região do Baixo-Vouga na época actual e o que era na época proto-histórica que deve harmonizar, segundo cremos, a opinião unânime dos antigos escritores de que *Talábriga* ficava junto da foz dêsse rio, e a contagem das milhas na estrada romana e considerações derivadas da natureza do terreno, que se opõem fundamentalmente a que ela ficasse situada em Aveiro ou nas suas imediações. A notável povoação da antiga Lusitânia devia, com efeito, ficar mais no interior, perto do braço marinho onde o Vouga desaguava e onde desaguavam também, independentemente dêle, o Águeda e o Cértoma, braço marinho que as aluviões dos três rios posteriormente haviam de fazer desaparecer.

Então, ainda Aveiro e muitas povoações vizinhas da *ria* não existiam, e a *ria* não existia também, muito embora estivessem já em actividade as causas que contribuiram para a sua formação, e talvez mesmo a-pesar-de o cordão litoral estar já em parte construido, pois doutra sorte não teriam os escritores coévos passado em silêncio aquele singular acidente, em que a Natureza prodigaliza ao homem os mais variados recursos.» *(págs. 60-61).*

Também o escritor Sr. Dr. Alberto Souto, que em 1923 contraditara a opinião justificada na *Bacia do Vouga*, acima referida, àcêrca da época da formação da Ria, manifestando, de preferência, concordar com o engenheiro Araujo e Silva que atribuiu à mesma a idade de 25 séculos *(Origens da Ria de Aveiro, pág. 119)* [1] e dizendo que «a formação da Ria na sua fase presente, deve ser obra anterior à dominação romana» *(págs. 119-120)* [2] — opinião que, a justificar-se, influiria nas conclusões a tirar de tôda a arqueologia dos arredores de

---

[1] A pág. 122 amplia, mesmo, aquêle cálculo, sendo de parécer que «temos ainda muita liberdade para atribuirmos tres dezenas de seculos á Ria de Aveiro».

[2] «a conclúsão da antiguidade duma Ria remontando á época pre-romana, é inteiramente logica e legitima» (op. cit., *pág. 125)*.

«As razões de Viterbo levam-nos a concluir que a Ria tinha no tempo dos mouros ou dos romános *(sic)* uma configuração tal que já eram possiveis as obstruções da sua comunicação com o mar e as inundações desastrosas que posteriormente se observaram.

Sendo assim, a Ria tem uma antiguidade que excede a admitida pelos escritores que a consideram posterior á fundação da Monarquia portuguesa.» (op. cit., *pág. 154)*.

Aveiro — refere-se, no opúsculo intitulado *A Estação Arqueologica de Cacia, I, Primeiras palavras* Primeiras impressões*, publicado em 1930, ao Cabeço do Vouga; aqui se transcrevem igualmente essas referências, no mesmo intento de deixar reunido quanto apresente algum interêsse para o estudo daquela estação arqueológica:

...« Falou Plinio no *oppidum Talabriga.*

Existiu tambem, segundo outra versão do mesmo classico, o *oppidum Vacca.*

Houve tambem a *civitas Marnele.*

E todos estes tres povoados demoraram pelas proximidades do rio Vouga.

Podemos admitir que *Marnele* e *Vacca* (Vacua, Vagia) tenham sido nos sitios do Marnel e Vouga, entre cujas povoações fica o historico *cabeço* regado pelo sangue dos combatentes de 1828, onde são evidentes os traços romanos e os restos de uma povoação de altura, bem providos de meios de defeza, e onde o exame do terreno não deixa duvidas da sua antiguidade.

Sem necessidade de excavações ali encontrei eu o classico poço e ali recolhi *tegulas* e tejolos de molde romano, um *pondus* e mós manuarias de que houve, segundo o meu inquerito, enorme quantidade.

O *Itinerario* de Antonino Pio menciona *Talabriga* que ficava não longe da foz do Vouga sobre a estrada romana que ia de *Aemininm* para *Calem.*

Ora segundo o abalisado e notavel estudo do sr. dr. Felix Alvares *(sic)* Pereira, sobre a *Situação conjectural de Talabriga,* a velha e heroica cidade da Lusitania, não podia ter existido na margem esquerda do Vouga.» *(pág. 13).*

Em 1927, no jornal aveirense *O Debate,* de 5 de Maio, iniciou o Sr. Dr. FERREIRA NEVES uma série de artigos a propósito da ara de Estorãos, que FELIX ALVES PEREIRA estudara vinte anos antes, como acima vimos. Notando, muito justamente, não ter lido nem ouvido até à data « nenhuma referência a tal monumento feita por qualquer aveirense quando sôbre Aveiro ou Talábriga teem escrito», conclue que o mesmo era dêles desconhecido. Descreve-o então e historia-o, e, admitindo que a talabrigense referida na inscrição pudesse ter sido originária da região de Aveiro, propõe que no Museu desta cidade se recolha um decalque e uma fotografia da ara.

Em carta de 19 de Abril de 1929, que tive presente, conta o Sr. Dr. ANTÓNIO DE PINHO E MELO ao Sr. Dr. FERREIRA NEVES como seu pai, proprietário de terrenos no Cabeço do Vouga, neles mandara semear pinhal, tendo os trabalhadores, por essa

ocasião, entulhado o vélho poço lá existente, que a lenda ou tradição afirmava ser a entrada para um refúgio que atravessava o leito do Vouga indo desembocar para os lados de Carvalhal.

Nas operações então feitas para o arroteamento do terreno foram encontradas algumas moedas romanas, que o Sr. Dr. PINHO E MELO conserva, descrevendo, na referida carta, uma delas em que muito distintamente se vê o conhecido símbolo alusivo à fundação de Roma — a loba amamentando Rómulo e Remo. E acrescenta:

... «A poente de Pedações e na encosta que desce para o Marnel junto à sua confluência com o Vouga, ainda existem ruinas da povoação antiga.

Ali foram encontradas algumas pedras aparelhadas, enormes, a tal ponto que era custoso a um carro de bois transportar uma por cada vez, e tijolos que a ignorância dos lavradores fez destruir. Consegui apenas dois dêles, que não tinham qualquer inscripção, mas perfeitos relevos, altos, e que leguei ao muzeu de Coimbra.

Ainda hoje se encontram e por lá existem, mós de granito, pequenas, e que deviam servir para os escravos moerem o trigo manualmente.»

Mantendo a cronologia que temos seguido tanto quanto nos tem sido possível, cumpre registar a série de artigos escritos no jornal *Correio do Vouga* pelo Sr. Tenente-coronel A. STRECHT DE VASCONCELOS, de 3 de Março de 1934 a 26 de Maio seguinte, donde extraímos os periodos seguintes, suficientes ao nosso problema:

... «Para averiguarmos a situação exacta de Talábriga, temos que considerar o que dela se diz nos textos e o que dela consta no Itinerário.

Segundo êste, Talábriga ficava a 18 milhas de *Lancóbrica,* que corresponde muito aproximadamente ao Castelo da Feira e a 40 milhas de Aemínio ou Coímbra.

Se medirmos na Carta de 1/850.000, por exemplo, a distância entre Feira e Coímbra, notamos que é de $0^m,095$ o que representa uma distância real de $80^k,675$. As 58 milhas de $1472^m,5$, que segundo o itinerário separam estes dois pontos e valem $84^k,405$, o que é natural, pois a distância pela estrada ha-de ser fatalmente superior à distância em linha recta.

Talábriga, devendo ficar a 18 milhas no sul da Feira, deve encontrar-se a cêrca de $18^k,1472^m,5$ ou seja a cêrca de $26^k,505$ para o sul.

Se seguirmos na Carta Itinerária a estrada que liga a Feira com o procurado logar de Talábriga, perto da estrada

nacional Porto-Lisboa, verificamos que coincide sensivelmente com Lamas do Vouga.

De Lamas do Vouga a Coimbra, medem-se na Carta de 1/850000 $0^m,06$, equivalentes a $51^k,00$; as 40 milhas que segundo o itinerário separavam Talábriga de Aeminio valem $57^k,900$. Tem pois uma diferença de cêrca de 7 kilometros entre as duas medidas: mas se considerarmos que este trôço de estrada àlêm de dever ser superior à distância em linha recta é muito sinuoso, temos que concordar que as distâncias coincidem e que é entre o Agueda e o Marnel que havemos de situar a celebrada *Talábriga.* »

Comentando, a seguir, o conhecido texto de Plínio, diz o mesmo escritor:

...« A palavra *pessures* deve estar estropiada; pelo que me parece que o texto dizia: A Durio incipit Lusitania; Turduli Veteres, pessune eris Vacca óppidum Talabriga, ad Mundam. Isto é, os Turdulos habitam desde o logar onde no rio Vouga se está submergindo (pessum eris) o óppidum Talabriga.

Esta interpretação leva-nos a colocar Talábriga, não só no rio Vouga, mas em logar onde se estava erguendo, subvertendo nas suas águas ou nas suas areias, a mesma povoação e logares adjacentes.

Ora em Lamas (entre o Agueda e rio Marnel, ha duas pontes que estão já tão assoriadas, que se passa navegando sôbre elas, e tendo em consideração o que se deu com a ponte de Coimbra, que já é a terceira sobreposta, não repugna acreditar que, neste logar, ou próximo dele se tenha submergido no terreno uma antiga povoação, que se encontrava à margem, ou era atravessada pela estrada romana.

Alem disso, o logar de confluência de dois rios foi sempre o escolhido pelos *(sic)* para edificarem as suas domus, citanias ou condados, preferindo os picos ou cabêços dos montes a que os cursos de água faziam defêsa natural. A quando da invasão romana foram desalojados destas posições e obrigados a estabelecerem-se nos vales. Ora, perto do Marnel, ha no Cabêço do Vouga, vestígios de uma antiga povoação que, ou foi arrazada pelos romanos, como aconteceu à Feira, ou edificada pelos romanos para seu cómodo e defêsa, em logar do que se estava submergindo no fundo do vale. »

Tenta, por fim, várias etimologias de Talábriga, e conclue o seu estudo escrevendo:

...« De modo que, por mais voltas que dermos à palavra, ela se traduz sempre ou por povoação, logar ou fortaleza

de Lamas, ou, abismada, submersa nas Lamas, Paul ou Marnel.

Ora esta coincidencia de distância aos pontos mais proximos do itinerário conjugada com a propriedade do toponimo em relação às caracteristicas do logar, parecem-me suficientemente persuasivas e fundamentaveis de Conclusão que a célebre *Talábriga* se encontra enterrada nas areias do Marnel; sendo por isso que se não encontram vestigios dela, como de muitas outras povoações que identicamente teem sofrido.»

Estudando as *Estradas romanas no distrito de Aveiro*, o Rev. Abade João Domingues Arede, em 1937, emite a opinião de que é pelo leito da velha Estrada Real «que se deve fazer a contagem das milhas para a localização da Langóbriga e Talábriga», devendo esta «estanciar bastante ao norte do Vouga, por alturas da Branca», de harmonia com a conclusão a que chegara já Felix Alves Pereira.

A localização de Talábriga na margem esquerda do Vouga, baseada no conhecido texto de Plínio, é pelo Rev. Arede considerada

...«Sedutora hipótese, que encaixava à maravilha Talábriga na estação arqueológica do Cabeço do Vouga, a «civitas Marnelæ» do *Portug. Mon. Hist.* perto da antiga estrada e velhíssima ponte, para cuja fábrica ou reconstrução contribuiu D. Sancho Pires, Bispo do Pôrto, como já fica referido, e Langóbriga, arrastada por Talábriga, desceria para o «castelo» ou castro de Lações, sonho obsidiante do vélho abade de Oliveira de Azemeis — Dr. Oliveira Ferreira.

Mas de Lações (paróquia de Azemeis) a Gaia vai o dôbro da distância, que no *Itinerário* separa Langóbriga de Cale, e do Marnel a Coimbra deve apurar-se menos 10 milhas que as contadas por Antonino entre Emínio e Talábriga.» *(Arq. do Dist. de Aveiro,* vol. IV, pág. 30).

Demonstrando o extremo cuidado que a utilização dos vélhos textos exige e como, afinal, se torna necessário refazer inteiramente o processo histórico dêstes problemas, tem aqui justo cabimento o pequeno, mas altamente elucidativo, artigo do Sr. P.e Miguel de Oliveira no *Arquivo do Distrito de Aveiro (Vol. IV, págs. 117 a 120)* subordinado ao título de *Talábriga.*

Transcrevendo e traduzindo o famoso texto de Apiano Alexandrino, invocado sempre que a literatura local pretende exaltar o civismo aveirense, entroncando-o na rebeldia com que

as populações indígenas resistiam à dominação romana, esclarece o Sr. P.e MIGUEL DE OLIVEIRA:

...« APIANO fala das guerrilhas que se formaram na Lusitânia depois da morte de Viriato e conta como Roma enviou contra elas o cônsul Décimo Júnio Bruto. Descritas as campanhas da Lusitânia, entre o Tejo e o Douro (cap. 71), narra o que se passou ao norte dêste rio:

72. Depois, atravessado o rio Douro, tendo passeado as suas armas por muitos lugares distantes e recebido grande número de reféns de todos os que se rendiam, Bruto encaminhou-se para o rio chamado do Esquecimento (1) *e foi o primeiro dos Romanos a transpô-lo.*

Avançando dali para outro rio, o Minho (2), *como os Brácaros lhe roubassem os mantimentos que consigo transportava, marchou contra os Brácaros.*

São estes um povo belicosíssimo, e até levavam consigo a combater as mulheres armadas; e todos lutavam com tal intrepidez, que preferiam arrostar a morte a volver costas ou soltar um grito de cobardia. Mais ainda: algumas das mulheres que eram apanhadas matavam-se por suas mãos, outras assassinavam os próprios filhos e julgavam preferível a morte à servidão.

Alguns ópidos vieram, todavia, a submeter-se ao poder de Bruto e, embora se rebelassem pouco depois, foram por êle inteiramente dominados.

73. Foi o ópido de Talábriga um dos que mais vezes se rebelaram. Vindo lá, como os habitantes lhe implorassem clemência e oferecessem submissão, Bruto começou por mandar que lhe entregassem, além dos refens, os Romanos trânsfugas, os cativos e tôdas as armas: depois ordenou que saíssem da cidade com as mulheres e os filhos. Apenas êles se dispuseram a cumprir essa ordem, cercou-os de tropas e dirigiu-lhes um discurso em que os advertiu de que as suas rebeliões só poderiam reacender a guerra e cada vez mais violenta. Tendo-lhes assim incutido temor e a idea de mais séria revindita, descarregou no entanto a sua ira nestas objurgatórias. Tirou-lhes os cavalos, os mantimentos, os dinheiros públicos e os restantes apetrechos, mas deixou-lhes para moradia o ópido com que já não contavam. Depois de tantos feitos, Bruto regressou a Roma. »

. . . .

« Bastava o texto de APIANO para concluirmos que a sua *Talábriga* era um ópido dos Brácaros. O capítulo 73

(1) « *Léthen* no texto grego ao lado; trata-se do rio Lima. »
(2) « *Nimios* no texto grego; os críticos propõem a emenda para *Miniou*. »

é uma continuação do anterior, cuja acção decorre no Alto Minho. Se nessa região aparece a relíquia arqueológica da piedade de uma *talabrigense,* [1] mais um motivo para não procurarmos em outra parte essa *Talábriga;* não era, aliás, muito natural, que nesses tempos se expatriasse para as margens do Lima uma família pertencente a um ópido do Vouga.

Temos, pois, em meu entender, duas *Talábrigas:* a de Plínio e do *Itinerarium,* na região do Vouga; a de Apiano e da ara, na região do Lima.»

De nada têm valido a justa advertência; há frases e ideias feitas, a que, facil e vistoso bordão de apoio, a literatura regional pretensamente erudita se encosta constantemente e não larga mais; a apoteose do heroísmo dos talabrigenses do Vouga continua, em *tom maior* sempre, embora ao Minho, em todos os tempos aguerrido, as páginas históricas de Apiano pareçam pertencer de verdade...

Com o extrato do capítulo *Fenómenos de erosão e de acumulação,* da *Geografia de Portugal,* que o Sr. Prof. Amorim Girão está publicando, encerraremos o escôrço bibliográfico de introdução ao estudo arqueológico da estação luso-romana do Cabeço do Vouga (terraço subjacente à ermida do Espírito Santo, ou da Vitória), que vai seguir-se, e que limitamos, como no princípio declarámos, à data do nosso relatório para a 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação.

... «*Talábriga* sabe-se, por exemplo, que ficava junto da foz do Vouga, e por isso muitos autores antigos, modernos e até mesmo contemporâneos a têem pretendido situar em Aveiro, Cacia ou Esgueira. Já num bem fundamentado e deduzido estudo [2] se demonstrou que não devia procurar-se aí o sítio da tão discutida cidade, mas sim bastante mais para o interior: o que de forma alguma exclúi, em nosso entender, a idéia arreigada de que ficava junto da foz do Vouga, não onde ela hoje está, mas onde estava talvez ainda ao tempo da dominação romana.

Efectivamente, a *cidade vélha* da foz de um rio é junto da *foz vélha* do mesmo rio que tem de procurar-se.

---

(1) O autor refere-se à ara de Estorãos e ao comentário de Felix Alves Pereira, notando, muito judiciosamente, que «parece, todavia, um pouco estranho que o erudito investigador se lembrasse de consultar Apiano a propósito de uma ara encontrada na região do Lima e não visse que o texto do historiador o encaminhava igualmente para lá.»

(2) «F. Alves Pereira, *Geografia proto-histórica da Lusitânia — Situação conjectural de Talábriga,* in — *Arqueólogo Português,* vol. XII.»

A diversidade de aspecto morfológico entre a região do Baixo Vouga na época actual e o que era nos tempos proto-históricos deve harmonizar, assim o cremos, a opinião unânime dos antigos escritores de que Talábriga ficava situada junto da foz dêsse rio, e a contagem das milhas na estrada romana e considerações derivadas da própria natureza do terreno, segundo as quais ela não podia ficar situada onde hoje é Aveiro ou nas suas imediações. A notável povoação da antiga Lusitânia devia ficar mais no interior, perto do braço marinho onde o Vouga desaguava e onde desaguavam também, independentemente dêle, o Águeda e o Cértoma, braço marinho que as aluviões dos três rios posteriormente haviam de fazer desaparecer.

Isto escrevíamos nós em 1922, na *Bacia do Vouga;* e só temos agora a confirmar o que então dissemos, e a acrescentar mais alguma coisa. Observações feitas não há muito na mesma região e o traçado das vias romanas, que ali conseguimos reconstituir, levam-nos com efeito a localizar a antiga Talábriga, quási sem hesitações, no *Cabeço do Vouga,* onde êste rio hoje se abraça com o seu afluente Marnel. Ali encontraram os engenheiros romanos terreno firme para a construção da estrada de *Aeminium* a *Cale;* e foi a magnífica posição estratégica do cabeço, aliada à ponte sôbre o rio que ali se construiu, a razão primacial do profundo rasto que da região ficou na história da Reconquista, e das invasões francesas, e das lutas liberais, e até mesmo em perturbações políticas de nossos dias.

Nos recuados tempos a que podem levar-nos os mais antigos testemunhos históricos, a Ria de Aveiro não existia ainda; nem é natural que, se já existisse na época romana, tivessem os escritores coevos deixado em silêncio o singular acidente, onde a Natureza prodigaliza ao homem tão variados recursos.» *(Op. cit.,* pág. 100).

*
* *

Esta bibliografia, dizemo-lo desde já, não é exaustiva (1); bastará, mesmo assim, para mostrar que a estação arqueológica do Cabeço do Vouga desde há muitos séculos logrou e tem mantido registo escrito, contràriamente ao que a pobreza de informações da actualidade podia fazer supor ao leitor menos dado ao manuseio de livros, dispondo apenas de comentários

(1) Não nos foi possível consultar colecções de jornais nem encontrar determinadas obras, como o *Mapa breve da Lusitânia antiga,* do P.e Francisco do Nascimento Silveira, do qual apenas registámos o que o *Portugal Antigo e Moderno* e Felix Alves Pereira dêle transcrevem.

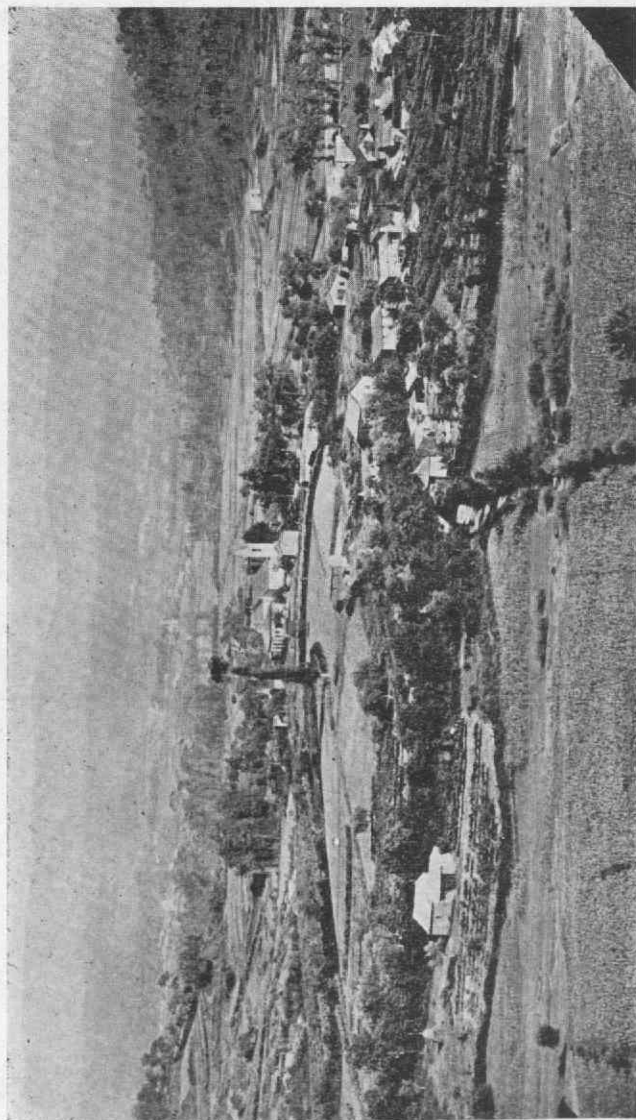


Fig. 1

VALE DO MARNEL

Panorama tirado do alto de Belhe. À direita, no 1.º plano, a povoação de Lamas do Vouga; ao centro da vista, a igreja nova dêste lugar; na horizontal da tôrre da igreja para a direita, o edifício isolado, na base do pinhal, é o que restava da casa da residência anexa à igreja medieval de Santa Maria de Lamas quando a fotografia foi feita. — Para a esquerda alta da igreja avista-se o Cabeço do Vouga com a ermida do Espírito Santo alvejando, enquadrado na serena paisagem local. Ao fundo, a vertente de Valongo encimada pela serrania das Talhadas e do Caramulo.

fugazes de jornais nem sempre bem fundamentados, visando mesmo, por vezes, meros efeitos ocasionais de publicidade.

Se procurarmos agora determinar o rendimento prático de quanto transcrevemos, avulta, antes de mais, o grande interêsse que o local sempre mereceu, eco vivo, e muito sugestivo, da importância que na antiguidade terá tido. Em seguida, verifica-se que ao Cabeço do Vouga nenhum estudo *puramente arqueológico* jamais foi dedicado; sob êsse ponto de vista irmana-se êle com as demais estações do distrito, de que debalde procurei relatos que não fôssem divagações históricas, hipóteses, aliás muito respeitáveis e eruditas, muita literatura, mas, no fundo, palavras apenas; dizia um grande espírito português, parafraseando SHAKESPEARE: *O mundo está cheio de palavras. O som confuso, o enorme ruído que elas fazem, perturba, desgosta e cansa.* Era ANTÓNIO CÂNDIDO o grande espírito que modelarmente assim se exprimia.

Assim também no caso sujeito; *a maior parte* do que se tem escrito a propósito do Cabeço do Vouga, para nada serve: — perturba, desgosta e cansa; *words, words, words.*

Para o estudo *estrictamente arqueológico* que vier a fazer-se *do Cabeço do Vouga,* vejamos, pois, o que de concreto se aproveita da bibliografia acima seriada, não nos detendo com o que, de caminho, para outros lugares nela se colhe; interessa-nos apenas o que ao Cabeço do Vouga se refere:

1.º — O local era muralhado: ...*castelli marnelis* no documento citado por VITERBO, FIGUEIREDO VIEIRA, e PINHO LEAL; e se ao vocábulo *castellum* houver quem pretenda, *em relação ao Cabeço do Vouga,* retirar o significado de fortificação, o que hoje em dia se encontra a descoberto, e que adiante se relatará, é suficiente para demonstrar, de forma palpável, que a expressão *castellum marnelis* dos documentos medievais correspondia a uma sólida realidade de que presentemente não há o direito de duvidar.

Já FELIX ALVES PEREIRA nota que o Cabeço foi um castro.

2.º — Do espólio recenseado em tôda essa literatura, regista FARIA E SOUSA indícios de magnificência em um sítio alto e forte por natureza sôbre o rio dêste próprio nome; o P.e CARVALHO DA COSTA — tijolos, pedras lavradas e outros vestígios de edifícios; o mesmo declaram as *memórias paroquiais de 1758;* NASCIMENTO SILVEIRA, transcrito no *Portugal Antigo e Moderno,* vestígios de muros antigos e sinais duma magestosa grandeza; fragmentos de tijolos e outros materiais de antigas edificações, o Dr. FIGUEIREDO VIEIRA; MARQUES GOMES repete o P.e CARVALHO DA COSTA, mas eleva as ruinas à categoria de « alicerces de soberbos edifícios », acrescentando porém que, ao tempo em que escrevia, nada existia já, o que constitue depoimento cronológico importante.

O Sr. Dr. ANTÓNIO DE PINHO E MELO recolheu no Cabeço do Vouga moedas romanas, teve conhecimento directo da existência do poço, registando a tradição dêle constituir a entrada para uma galeria subterrânea, e recolheu igualmente, nas cercanias do Cabeço, tijolos de relêvo (presumivelmente romanos), encontrados com material de construção de avultadas dimensões, que ofereceu ao Museu de Machado de Castro, de Coimbra (1).

O escritor Sr. Dr. ALBERTO SOUTO refere-se também ao poço, e alude a *tegulas,* tijolos de molde romano, um *pondus,* e a mós manuárias que, todavia, não diz se são pre-romanas, romanas, ou medievais.

Afirmava o *Portugal Antigo e Moderno* que até o seu tempo «ninguem ali encontrou cippos ou lapides com inscripções, muralhas, torres, estatuas, ou quaesquer outros vestigios da *famosa cidade romana*» de Vacca.

Até Agôsto de 1941 a afirmação do *Portugal Antigo e Moderno* continuava verídica; o que ùltimamente fôra recolhido era o que andava à superfície, pulverizado pelo revolvimento agrícola duma ou outra parcela de terreno e por muitos séculos de romaria ao Espírito Santo do Vouga, fartamente concorrida dos povos das redondezas.

Sem necessidade de escavações, como, a respeito do que lá recolheu e acima se refere, declarava em 1930 o escritor Sr. Dr. ALBERTO SOUTO (2).

Nessas mesmas condições muito material romano de lá recolhi eu, em anos sucessivos de visitas.

Quanto a espólio, nada mais a bibliografia nos fornece; e nem o menor vestígio encontro de estudos que sôbre êsse material se tivessem feito.

Mas outros elementos a literatura transcrita nos fornece ainda, como propostas de identificação da cidade romana outrora existente no Cabeço do Vouga, problema de si muito delicado.

Para GASPAR BARREIROS, Fr. BERNARDO DE BRITO, FARIA E SOUSA, P.e CARVALHO DA COSTA, P.e FRANCISCO DO NASCIMENTO SILVEIRA, BORGES DE FIGUEIREDO, FELIX ALVES PEREIRA, e, também, para o Sr. Dr. ALBERTO SOUTO (3), tratar-se-á do *oppidum* Vacca.

---

(1) Como é natural, desejei muito conhecer êsses tijolos; mas debalde os procurei no referido Museu, em 26 de Outubro do ano corrente. Não se encontram expostos; o funcionário que consultei, muito antigo na casa e conhecedor das colecções, declarou-me que nunca os vira nem lhe constava que ainda existissem.

(2) *A Estação Arqueológica de Cacia*. I. *Primeiras palavras* * *Primeiras impressões;* pág. 13.

(3) O texto acima transcrito, de 1930, expressamente o admite; do material arqueológico recolhido no Museu de Aveiro, que propositadamente visitámos em 23 de Outubro do ano corrente, na companhia do Conservador do Museu, o pintor Sr. José de Pinho, há um núcleo de 21 fragmentos den-

Para o Sr. Tenente-coronel Strecht de Vasconcelos e para o Prof. Dr. Amorim Girão, é a própria Talábriga que no Cabeço devemos considerar (1).

Fr. António Brandão e Jorge Cardoso situam confusamente junto do Marnel e do Vouga o monte e a cidade de Auranca, também grafados Auranchа, que noutros lugares encontrámos ainda escrito Aurunche e até Aronca, mais desfigurado (Figueiredo Vieira, Marques Gomes, etc.).

Afastemos para longe do Cabeço do Vouga a referida povoação, que não é difícil de localizar; basta, para isso, considerar como é vulgar, em textos arcaicos, o emprêgo do *i* e do *u* consoantes, isto é, com valor de leitura, respectivamente, de *j* e de *v*. Ainda no século XVIII era corrente essa grafia. Tudo se esclarece ràpidamente se dermos, portanto, ao *u* de Auranca o

---

tro duma vitrina, etiquetados desta forma: «Cabeço do Vouga. Castro romanizado ou oppidum romano da margem esquerda do Vouga. Vaccua?» Êsses 21 fragmentos são restos de *tegulæ*, de *imbrices*, de fundos de ânfora, de louça arretina, de *pondera*, e recordações do combate de 1828 (28 e 29 de Junho). Não estão classificados; um dêles tem a data de 6 de Setembro de 1941.

Num vão de janela foi-nos mostrada grande quantidade de fragmentos da mesma proveniência, *reconhecimento de 1930*, como num apontamento se lê; no amontoado avultam mós manuárias, um capitel redondo, de calcáreo, e tijolos. Há ainda um segundo amontoado informe de fragmentos cerâmicos, mas o estado em que tudo se encontra presentemente não permite estudo algum, com grande pesar nosso.

(1) Já depois da nossa resenha bibliográfica impressa foi-nos dado conhecimento duma série de 8 artigos que no semanário *Correio do Vouga* publicou, de 14 de Julho de 1934 a 16 de Março do ano seguinte, um investigador que, segundo declarava o próprio jornal, ocultava o seu nome com o pseudónimo de Travassos Gomes.

Êsses artigos, intitulados *As civitates dos séculos 10.º e 11.º*, baseiam-se em Viterbo e nos documentos dos *Portugaliae Monumenta Historica*; no primeiro dêles enumeram-se entre as referidas *civitates* «a cidade de *Serem* (doc. de 1170) e a do *Marnel* (doc. de 1095)», e diz-se a propósito:

...«cremos que a *civitas* Serem era a mesma *civitas* ou *castelum Marnelis*, nomeada de diferente modo nos diversos documentos»...

... «A *civitas Marnelae* de um documento de 1095 tem o nome de *Castelum Marnelis* noutro documento de 1121».

E conclue:

... «temos como quasi certo: I — Que as *civitates* em causa ou eram *sòmente* departamentos territoriais ou eram *também* meras *sobrevivências* toponímicas de povoações castrenses, já extintas muito antes dos séculos 10.º e 11.º»

No quarto dêsses artigos escreve Travassos Gomes:

... «parece que Talábriga deverá procurar-se nas proximidades de Albergaria-a-Velha. As ruínas arqueológicas do «Cabeço do Vouga» não serão a sua carcassa desfeita?»

No último artigo — de 16 de Março de 1935 — defende novamente o referido escritor a tese de que

«as *civitates* dos séculos 10.º e 11.º, v. g., as do Marnel, Portela, S. Maria, Alvarelhos, Bagunte, Benviver, etc., eram meras sobrevivências toponímicas de povoações extintas, designando também em alguns casos uma circunscrição territorial.»

valor de *v*; a leitura será *Avranca,* como, aliás, se encontra já em VITERBO, *Elucidário,* 2.º vol., 1.ª ed., pág. 48, e, na 2.ª ed., a pág. 34; do mesmo modo para a forma Aurancha, pois era também corrente, ainda em nossos dias, o grupo *ch* com valor de *c,* não sendo necessário insistir com exemplificações, que todos teem presentes.

E *Avranca* não é senão uma forma antiga abrandada depois em *Abranca* e reduzida modernamente a *Branca* pela deglutinação do *A* inicial, tomado indevidamente por artigo, que, todavia, a pronúncia popular persiste em manter como outrora.

Submetendo, há tempo, esta identificação ao parecer de filólogos, bem como do Sr. Prof. Dr. AMORIM GIRÃO, a quem, pelo seu especial interêsse por quanto se refira à arqueologia do distrito, igualmente demos conhecimento dela, assim que nos ocorreu, de todos recebemos aplauso e concordância.

Sob o ponto de vista arqueológico é de notar que na Branca se registaram há muito materiais romanos abundantes; Fr. BERNARDO DE BRITO descreve achados que pessoalmente fêz na serra de S. Julião (ou S. Gião), entre os quais: muralhas, fortificações e um fragmento de marco miliário que o cauteloso FELIX ALVES PEREIRA não rejeita inteiramente, mostrando-se, antes, inclinado à sua rehabilitação.

As *Memórias paroquiais de 1758* localizavam ali a cidade de *Langóbria,* notando ainda os vestígios que ficaram do arranque de pedra, na serra de S. Gião, para as muralhas, e chamavam a atenção para o *Cristelo* da Branca.

MARQUES GOMES, como se vê igualmente da transcrição que demos acima, chega até a pormenorizar, no alto da serra, vestígios salientes duma atalaia que supõe ter ocupado tôda a circunferência do plaino, na extensão de cêrca de 300 metros de comprimento, de norte a sul, por 120 de largo.

Regista ainda parte da vala ou cava exterior, bem como da linha do parapeito em tôda a vala. Nem mesmo esquece, do lado do nascente, por detrás da serra, a saída e a larga estrada pela encosta do monte abaixo, com muros ou cortinas laterais de pedra e terraço [1].

FELIX ALVES PEREIRA, por fim, relembra tudo isto e propõe que na Branca e Cristelo se procure a jazida de Talábriga, no que é secundado pelo Rev. JOÃO DOMINGUES AREDE.

---

[1] MARQUES GOMES não diz, no que escreve, se a descoberta desta estação arqueológica da serra de S. Julião, na Branca, lhe pertence, ou se os elementos lhe foram fornecidos por terceira pessoa. A sua descrição, de 1877, é muito mais pormenorizada do que a das *memórias paroquiais* de 1758, e faz supor conhecimento directo do local; no entanto, é flagrante a semelhança entre o que publicou e o artigo de PINHO LEAL no *Portugal Antigo e Moderno,* vol VI, s. vb. *Outeiro* (da Branca), pág. 354.

A remota cidade de Aurancha, celebrada pela referência medieval da *Vita S. Martini Sauriensis* [1] e confundida mais tarde com a zona do Marnel, tem, pois, longinquo registo arqueológico e deu lugar à actual povoação da Branca; nada tem de comum com o Cabeço do Vouga.

Recenseados os elementos arqueológicos da bibliografia do Cabeço do Vouga, que afinal existiam, ao contrário do que parecia acontecer, notemos que, em contrapartida, essa mesma bibliografia destroe as duas lendas mais queridas à literatura e ao jornalismo regionais:

1.ª — a heróica resistência dos talabrigenses à dominação romana, fonte do patriotismo nacional, a espectaculosa parada e arenga de Décimo Júnio Bruto, fatalmente invocadas quando se falava do Vouga, foram, *a meu ver,* criteriosamente transferidas para o Minho, sempre aguerrido, pelo estudo que ao texto de Apiano, muito citado mas nunca antes estudado nem compreendido, o Rev. Sr. P.e Miguel de Oliveira dedicou.

2.ª — Do encontro de tropas miguelistas com destacamentos liberais, ocorrido no Cabeço do Vouga em 1828 (28 e 29 de Junho) que Marques Gomes, em *O Distrito de Aveiro* (pág. 50) e depois noutras publicações, classifica de *famosa batalha,* e que Luz Soriano *(História do cêrco do Pôrto),* considera *um dos mais violentos que se travou em tôda a nossa guerra civil,* teem a literatura e a oratória regionais tirado motivo fácil de exaltação gloriosa; o sangue dos combatentes de 1828 terá, mesmo, *regado o histórico cabeço.*

Afinal, maior tem sido o caudal de tinta que o recontro tem feito correr sôbre o papel; o Dr. Figueiredo Vieira reduz tudo aquilo a proporções bem mais modestas; contemporâneo dos factos e vizinho do local, escreve, como acima se transcreveu: «Ainda em 1828 ahi ouvimos troar a artilharia do exército liberal e miguelista; e *se bem que não houveram perdas a lamentar* »...

Não houve perdas... Antes assim. Mas talvez vá sendo tempo da literatura regional buscar novos temas e paragens, deixando o Cabeço do Vouga — cuja cisterna se dizia estar atulhada de cadáveres dos heróicos combatentes de 1828 — de guarda ao milenário segrêdo que obstinadamente se tem recusado a revelar.

Verdade seja que mal lhe teem preguntado por êle; e não é com transcrições, sejam de quem forem, a propósito ou a despropósito, que a Esfinge falará; há-de ser pela sondagem directa das suas entranhas, e pelo indispensável estudo complementar do seu espólio arqueológico trazido para a luz do dia.

Ora, *que nós saibamos,* até à data das escavações que vamos relatar, nenhumas outras se fizeram, e nem uma só palavra se

---

[1] *Portugaliae Monumenta Historica,* vol. *Scriptores,* pág. 60.

publicou de interpretação e estudo *arqueológico* do material fragmentado recolhido à superfície.

Porque assim é, e porque, de forma alguma desejamos antecipar-nos ao estudo que certamente dêle virá a ser feito, não o consideraremos no que passamos a referir; quando êsse futuro estudo fôr do domínio público relacioná-lo-emos então, se fôr necessário para algum trabalho de conjunto, ao que por nós directamente se apurou.

* * *

No conhecimento de tôda a bibliografia acima coleccionada, à medida que ia aparecendo a público, animou-nos o compreensível desejo de ver desvendado o mistério de Talábriga, que hoje como então se desconhece onde tenha sido com precisão; já em 1922, como ficou dito no comêço desta resenha, anunciávamos em público êsse propósito.

Com o espírito de colaboração e de desinterêsse que sempre nos tem determinado — e de que temos dado sobejas provas — conseqüência duma profissão que tem por dever e objectivo colocar, à disposição de todos, os tesouros acumulados pelo tempo e pela erudição nas bibliotecas e nos arquivos — propusemos, há perto já de duas dezenas de anos, a exploração arqueológica do Cabeço do Vouga a duas pessoas da nossa convivência e que sempre haviam mostrado interêsse pelo estudo do problema: o Prof. Dr. Amorim Girão, da Faculdade de Letras de Coimbra, e o escritor aveirense Dr. Alberto Souto.

Por ambos aceite e encarecida a ideia, nunca porém o respectivo trabalho de escavações se pôde concretizar, e de ano para ano a exploração se adiava.

Amiudei visitas ao local, fui recolhendo vário espólio cerâmico que conservo, até que entretanto, em 1935, a revista *Arquivo do Distrito de Aveiro* se fundou.

A ela tenho consagrado, na agradável companhia de dois invulgares camaradas de Direcção, quanto posso da minha actividade extra-oficial, nela consubstanciando o melhor da minha devoção pelo Distrito, donde, em fartos séculos de ascendência conhecida, todos os meus são oriundos.

Com grande satisfação temos conseguido ver acorrer a nós um grupo admirável, e felizmente em constante aumento, de boas vontades e competências, a ponto de já hoje não ser possível honestamente escrever a história do Distrito sem citar as páginas dos sete volumes que até ao presente a revista conta.

Ao *Arquivo do Distrito de Aveiro* se deve já, além da sua normal actividade e do renascimento dos estudos históricos na região, por êle impulsionados, o conjunto de circunstâncias que tornou possível a publicação, até aí baldadamente tentada, em anos seguidos de esforços inúteis, do códice medieval, tesouro

inapreciável de Aveiro, — *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus e memorial da Infanta Santa Joana, filha del rei D. Afonso V;* às relações estabelecidas pelo *Arquivo* se devem agora também as escavações realizadas no Cabeço do Vouga. Ambos os factos honram a região e causam justo desvanecimento à Direcção da revista; para o primeiro, sacrificou-se abnegadamente o Sr. Dr. Ferreira Neves, subsidiando o nosso trabalho (nenhum conterrâneo levara tão lónge a sua dedicação); para a exploração do Cabeço do Vouga encontrámos no Ex.mo Sr. Joaquim Soares de Sousa Baptista a generosa compreensão e o pronto ânimo indispensáveis para o custeamento duma emprêsa cujos resultados nunca podiam ser senão de ordem estrictamente moral, e êsses mesmos com seu costumado cortejo de sensaborias, que em coisas desta natureza nunca falham, e às vezes donde menos seriam de esperar.

Devotado amigo do seu concelho, invulgar energia sempre pronta ao desenvolvimento moral e material do seu torrão natal, que para com êle tem contraído dívidas da natureza das que jamais se podem saldar, dava-se ainda a circunstância feliz do problema histórico do Cabeço do Vouga, que lhe fica vizinho, muito o interessar, e, ainda, de ter relações de próximo parentesco com alguns dos proprietários dos terrenos a explorar [1].

Há muito pensara, êle também, em proceder a escavações no local.

Nomeado recentemente para delegado, no concelho de Agueda, da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação, da qual, por minha vez, eu exercia idênticas funções no concelho de Ílhavo, mais não foi preciso para que se convertesse em realidade a aspiração que tantos anos eu inutilmente acarinhara.

Devo ao Sr. Joaquim Soares de Sousa Baptista a inesquecível atenção que deu às minhas solicitações e propostas, o concurso leal e desinteressado que trouxe aos meus velhos projectos, e a extrema gentileza com que espontaneamente desejou que fôsse realizado por mim o estudo desta campanha arqueológica.

Nos atrabiliários tempos que vão correndo, de puro egoísmo, atitudes desta natureza escasseiam cada vez mais; razão, portanto, para se lhes dar o merecido registo, quando, por felicidade rara, logram verificar-se.

Visitámos novamente o local, uma e muitas vezes, discutiu-se o plano de trabalhos, fixaram-se directrizes, e, de harmonia com

---

(1) São os seguintes os proprietários dos terrenos do Cabeço do Vouga: *terraço da mina:* Manuel Marques de Figueiredo, e Dr. Augusto Soares de Sousa Baptista; *terrenos marginais:* Albino Rodrigues Pereira, António Domingues Pereira, António Francisco de Miranda Grilo, Joaquim Rodrigues de Melo e Joaquim Rodrigues da Silva; *terraço superior:* Dr. Augusto Soares de Sousa Baptista, e Manuel Gomes Correia Sereno; *terrenos marginais:* António Baptista de Pinho e Melo e António Ferreira Viegas.



Fig. 2

PONTE VELHA DO MARNEL

Medieval e siglada; seguramente, sobreposição doutra, romana. Fotografia tirada da ponte nova. À esquerda, o Cabeço do Vouga. Ao centro, a vala do Marnel. À direita, o Cabeço de Pedações. Na vertical do segundo pegão, a contar da esquerda, a casa do antigo passal da igreja de Santa Maria de Lamas, já hoje desaparecida.

elas, em 18 de Agôsto do corrente ano uma brigada de trabalhadores dava início à primeira fase das operações.

O ponto de ataque não fôra designado ao acaso; o Cabeço apresenta, nitidamente, dois terraços: o primeiro, subjacente à ermida do Espírito Santo (*fig.* 3); outro, no alto, passado o templosinho que sempre considerei, perdido naquele monte deshabitado, e conservando uma imagem medieval da Santíssima Trindade, de calcáreo, a sobreposição dum templo pagão. No primeiro, existe uma cisterna onde tinham aparecido moedas romanas e à qual várias lendas se ligavam, como acima dissémos, no género das que o povo cria a propósito de quási tôdas as cisternas castrejas que topa por êsses montes. Alguma cerâmica de construção (*tegulæ* e tijolos) de lá se tinha recolhido também.



Fig. 3

A Ermida do Espírito Santo e o terraço a ela subjacente. Panorama recolhido do alto do Cabeço.

Fot. de Rocha Madahil

No último terraço, passada a ermida, era menor o espólio conhecido, mas algum se recenseara.

Além dêstes dois núcleos perfeitamente diferenciados, registaram-se na vertente Nascente do terraço superior (*fig.* 4), espalhando-se por tôda ela até ao sopé do monte, e lamaçais do Marnel, abundantes restos de cerâmica de construção e caseira, *pondera*, notável profusão de mós manuárias (de arenito local), e ainda restos arquitectónicos, tais como pedras aparelhadas e capitéis. Dessa encosta provinha, justamente, quási todo o material que eu, e outros visitantes do local, há muitos anos vínhamos recolhendo.

Aparentemente, os três núcleos isolavam-se uns dos outros. Também a bibliografia localizava por ali mais dum aglomerado urbano; podia, pois, tratar-se dum caso de coexistência, ou, então, de sobreposição, que são coisas diferentes e a considerar. O futuro dirá de que se trata, afinal.

Por comodidade de trabalho, aceitámos essa diferenciação natural. Sendo necessário dar preferência a um dêles, optámos pelo primeiro terraço — o da cisterna, que era um elemento fundamental.

E por aí se principiou o trabalho.

Limpo de pinheiros o terraço, tratou-se de desentulhar a cisterna, e, ao mesmo tempo, de sondar o terreno em volta dela.



Fig. 4

Vertente Nascente do terraço superior, do Cabeço do Vouga, que se estende até ao Marnel.

Fot. de ROCHA MADAHIL

Ao passo que os trabalhadores desciam e que os baldes voltavam carregados de terra quási extreme, duas lendas se iam desfazendo: a da famosa galeria de comunicação que atravessava o monte e dava saída para os lados de Carvalhal, de que não apareceram vestígios, e a do não menos famoso ossuário das pobres vítimas dos aguerridos combates de 1828. De esqueletos humanos, nem a mais pequena esquírola.

E foi assim que a desobstrução da cisterna se levou a dez metros de profundidade, até encontrar o seu fundo natural, igualmente de rocha, pois também não revelou nascente alguma de abastecimento; era mero reservatório de águas das chuvas.

Junto à cisterna, do lado Poente, a escavação revelou a existência dum muro orientado de Norte a Sul (*fig. 5*); descarnando a construção em comprimento e profundidade, deparou-se um lanço de muralha de 0,^{m}55 de largura na actual extremidade superior e 0,^{m}60 na base, 3,^{m}30 de altura que até aí se encontrava completamente soterrada em terra humosa e raizame, lanço que se estendia por 41,^{m}25 (*fig. 6*).

Esta muralha porém, constituída por duas fiadas apenas, de arenito, de aparelho rectangular, romano, sem enchimento intercalar, não é um paredão singelamente corrido em tôda a sua extensão: contrafortam-na oito pilaretes equidistantes, com saliência igual para ambas as suas faces.

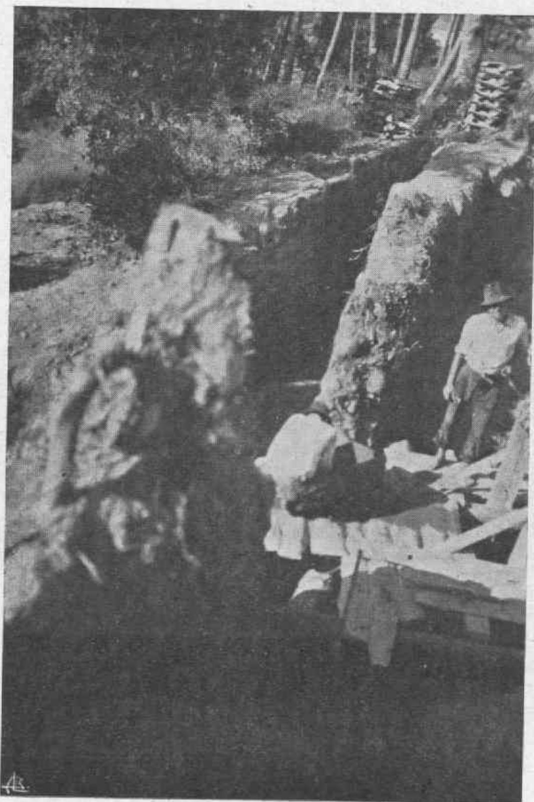


Fig. 5

A cisterna, com o dispositivo de extracção de terras armado, e a muralha contrafortada que lhe passa junto.

Fot. de Rocha Madahil

Na extremidade Sul da muralha, esta inflecte em ângulo recto para Nascente, pouco existindo dêsse lanço por ir encontrar a rocha viva, e acima do nível desta tudo haver desaparecido; o declive do terraço era para Poente, para o lado da muralha contrafortada.

No extremo Norte, em ângulo recto também, outro lanço de muralha se pôs a descoberto, em alinhamento perfeito, com 0,^{m}90 de espessura, sem mais contrafortes do que um ressalto perto da extremidade Nascente, e medindo 34^{m},65, ao fim dos quais volta para Sul, em ângulo recto também, mas desaparecendo a breve trecho, como o lanço Poente-Nascente, pela elevação natural do terreno. O grande

rectângulo muralhado apresenta as suas linhas mais importantes voltadas a Poente e a Norte.

Dentro do recinto, que deve ter sido imponente, a avaliar pelo que resta de seus muros, que justificam perfeitamente a expressão *Castellum Marnelis* dos documentos medievais, encontraram-se alicerces de construções de vária idade; num pequeno grupo chegado ao Sul, divisam-se paredes de casas circulares de grande raio, que outras, rectilíneas, posteriormente atravessaram. Mais perto da cisterna, fazendo triângulo com as duas linhas completas de muralha, avulta um grande grupo de alicerces, onde há nítidas sobreposições também e paredes circulares; um rectângulo, distinto destas, mede $7,^{m}50$ por $5,^{m}20$; dentro

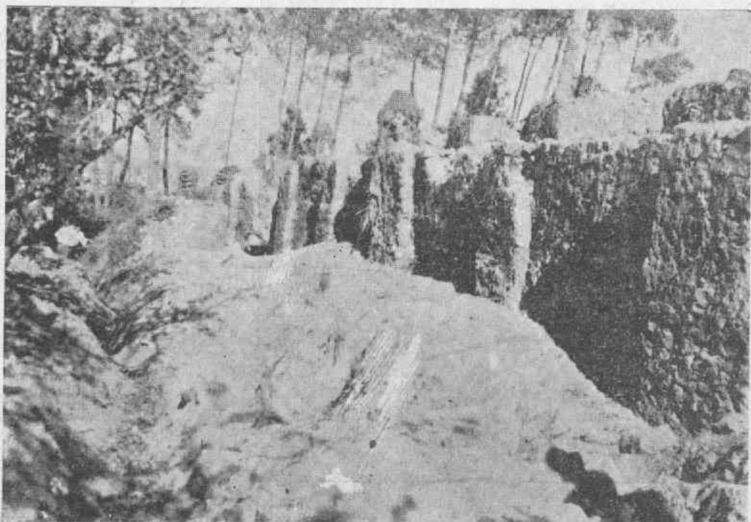


Fig. 6

Um aspecto da muralha, na extremidade Sul, permitindo ver os contrafortes.

Fot. de ROCHA MADAHIL

dêste, uma base de alvenaria dalgum altar, ou lareira, que dificilmente se poderá precisar. Um pouco a Sul dêste rectângulo perfeito, a $3,^{m}40$ da cisterna, dois lados doutro, formados por blocos bem aparelhados, de invulgar solidez e espessura; uma destas pedras apresenta duas letras gravadas, de leitura insegura, possívelmente um T e um A.

Descarnada a muralha contrafortada, notou-se, na extremidade Norte, que, além de inflectir para Nascente, voltava igualmente para Poente, em ângulo recto também, prolongando o alinhamento que trazia.

Seguida essa nova pista, desobstruiu-se então um corredor de 4,^{m}20 de largura *(fig. 7)* limitado por outro lanço de muralha, paralelo ao primeiro (contrafortado). Entre os dois panos de muralha pôs-se a descoberto alguma coisa de verdadeiramente estranho e talvez inédito em arquitectura arqueológica de Portugal: uma série de bastiões semi-cilíndricos, interiormente de 2^{m},90 de diâmetro e 1^{m},60 de fundo, de paredes de 0^{m},50 de espessura, separados uns dos outros por parapeitos de metro de altura e fresta livre daí para cima. Todos os bastiões porém, de que restam quatro (e vestigios dum quinto), em média de 2^{m},80 de alto, apresentam uma particularidade notável: a curvatura é voltada para o interior do corredor *(fig. 8)*, e nela se não depara vestígio de entrada ou postigo de comunicação, ou de observação, para dentro do semi-cilindro, que se não sabe como seria à frente, do lado da encosta, nem tampouco se teria cobertura, abobadada (1) ou não; esvasiou-se uma dessas construções *(fig. 9)* e verificou-se então que interiormente a pedra é, da mesma forma, aparelhada, e que a face interna da curva apresenta a mesma perfeição.

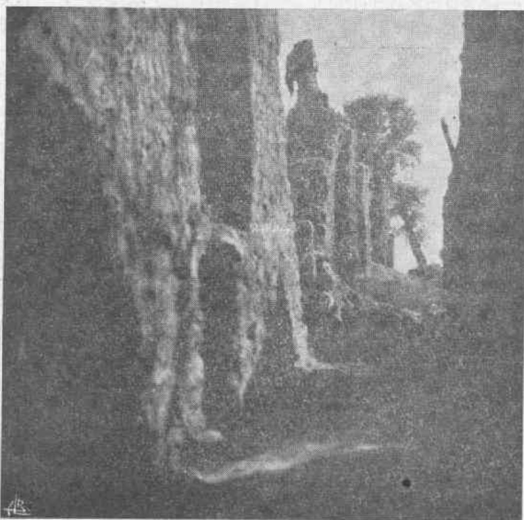


Fig. 7

Corredor entre a muralha contrafortada e a linha de construções que lhe fica paralela, à distância de 4^{m},20

Fot. de ROCHA MADAHIL

Da parte convexa, as paredes assentam num ressalto muito bem construído, cuja altura varia com o declive do terreno, e da largura exterior de 0^{m},10.

Ao fundo do corredor, fazendo a ligação das duas muralhas, há um ressalto de 0^{m},80 de altura *(fig. 10)*.

De tudo se levantou planta, permitindo as nossas figs. 11 e 12 apreciar o conjunto pôsto a descoberto.

---

(1) Nesse caso, uma espécie de *fornix* romano; conhece-se uma série de quatro, alinhados, que existiam no meio das ruínas duma *villa* romana, junto ao gôlfo de Gaëta (RICH, *Dict. des antiq. rom.*).

O que imediatamente fere a atenção é a regularidade dos alicerces das edificações maiores, formadas por vezes com grandes blocos, e sempre cuidadosamente esquadrados; a perfeição da tessitura das muralhas, as dimensões destas, as construções semi-cilíndricas do corredor, por enquanto inexplicáveis, são elementos que se congregam para afastar desde já a hipótese de porventura se tratar duma simples *villa* luso-romana, mesmo luxuosa e vasta que fôsse. Indubitavelmente, estamos em presença dum recinto muralhado pertencente a um povoado de vulto, qualquer que êle tenha sido, pois as escavações não forneceram por enquanto elementos incontroversos de identificação; e a bibliografia, como vimos, também não é absolutamente concludente.



Fig. 8

Três bastiões, o corredor e a muralha contrafortada.

Fot. de Rocha Madahil

Digamos agora qual o espólio recolhido, cingindo-nos sempre — é bom repeti-lo — ùnicamente a êste terraço e à zona representada na planta; é impossível, por enquanto, relacioná-lo com todo o Cabeço do Vouga; só depois de exploradas as três divisões que naturalmente se nos deparam, como expusemos já, se pode tentar, honestamente, o estudo *arqueológico* definitivo da estação. E depois do arqueológico, o histórico.

A recolha de espólio forneceu material de pedra, de metal, de cerâmica, de vidro, e ainda restos animais.

MATERIAL DE PEDRA:

a) — de construção: dois blocos fragmentados, de arenito

vermelho da região, talhados em moldura, que tanto podem ter pertencido a uma eimalha como a uma base *(fig. 13, f)*; a diagonal que serve de orientação à moldura mede $0^m,30$. Outro fragmento idêntico, com o perfil representado na fig. 13, *g*. Um fragmento de capitel também de arenito local, que devia medir cêrca de $0^m,40$ de diâmetro, e que poderia ter sido o remate duma coluna de tijolos, como era usual; não encontrámos até à data, no entanto, os caracteristicos tijolos triangulares, de lado convexo.

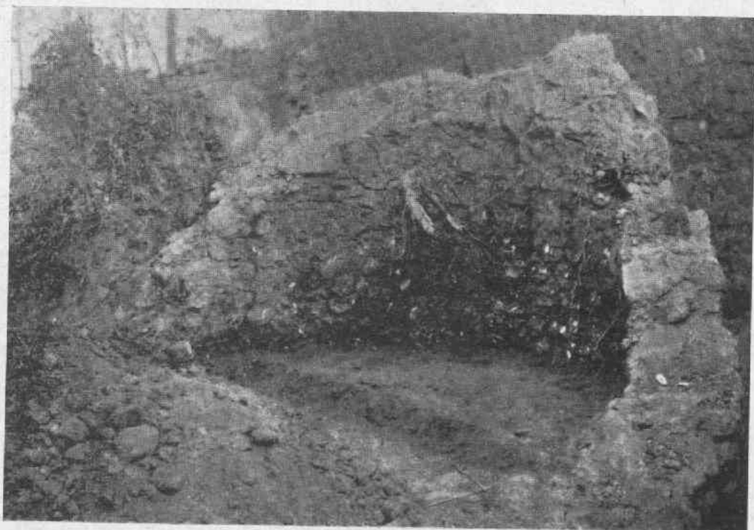


Fig. 9

Um dos bastiões semi-cilindricos esvasiado.

Fot. de ROCHA MADAHIL

b) — de indústrias caseiras: vários exemplares de *mola manuaria* ou *trusatilis*, de arenito, de alturas e diâmetros diversos; a mó dormente *(meta)* abunda mais; da mó superior *(catillus)* apenas fragmentos, o que se explica pela sua maior fragilidade. São todos do tipo vulgar.

As condições em que estas mós se encontraram, junto de espólio ùnicamente romano, levam-nos a classificá-las, sem hesitação, dessa mesma época.

MATERIAL METÁLICO:

a) — ferro: três pregos de construção, *(clavi)*, de secção quadrada, que deviam medir $0^m,10$ quando completos.

b) — cobre:

1.º — *moedas:* apareceram agora três, mas recenseamos igualmente neste lugar a que apareceu outrora junto à cisterna, e que o Sr. Dr. António de Pinho e Melo conserva, como dissemos, pois a tivemos presente.

Provenientes da escavação que estamos relatando:

1 — Imperador Quintilo (1).

Anverso: legenda — IMP C M AVR CL QVINTILLVS (*AUG*) circundando o busto do Imperador, de perfil voltado à direita, cabeça cingida pela *corona radiata* de que são visíveis 3 raios; mostra vestir o *paludamentum*.

Reverso: legenda (*FORTUNA*) REDVX rodeando a figura da Fortuna, de pé, que volta a cabeça à esquerda, segurando na mão direita o *gubernaculum* apoiado sôbre um globo que poisa no solo; na mão esquerda ergue a cornucópia da Abundância.



Fig. 10

O fundo do corredor fazendo a ligação das muralhas com o bastião e permitindo observar a curvatura dêste e o ressalto em que assenta, bem como o aparelho da muralha, ao fundo, em rectângulo perfeito.

Fot. de ROCHA MADAHIL

---

(1) Irmão do Imperador Cláudio II; data de 1023 (270 depois de Cristo) a sua aclamação; imperou apenas 17 dias, suicidando-se por verificar que não podia contar mais com o apoio do exército. MARCO AURÉLIO CLÁUDIO QUINTILO era o seu nome completo.

2 — Imperador (Constantino II?) (1).

Anverso: busto laureado do Imperador, de perfil voltado à direita, tendo já desaparecido a legenda que o circundava.

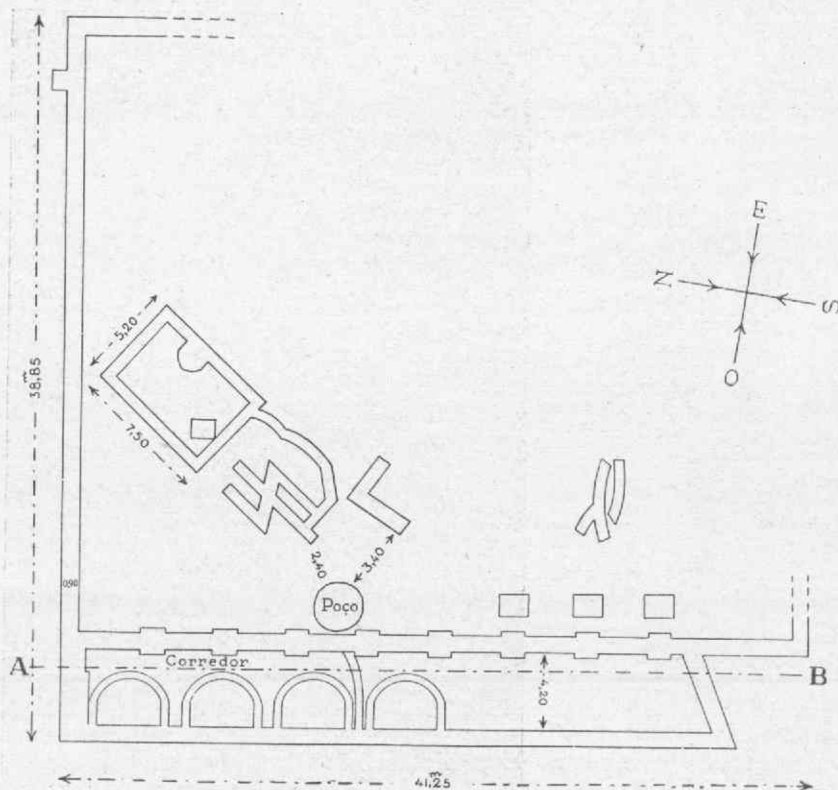


Fig. 11

Planta das construções e alicerces postos a descoberto. Escala 1/400.

Desenho do Ex.mo Sr. Abílio Quaresma, da Arrancada.

Reverso: duas figuras, talvez duas Victórias, de pé, voltadas uma para a outra, erguem, com a mão direita, duas coroas à altura das suas cabeças. Em volta, legenda de que se conhece apenas VICTOR... Na base do campo, isolada do grupo alegórico por um traço horizontal, uma palavra que deveria ser . ROMA ., mas da qual existem apenas o ponto inicial e as duas primeiras letras.

(1) Filho do Imperador Constantino I; nasceu em 1069 (ano 316 depois de Cristo); por morte do pai foi aclamado em 337; em 340, matou-o seu irmão Constante. FLÁVIO CLÁUDIO JÚLIO CONSTANTINO era o seu nome completo.

3 — Imperador Galieno (1).

Anverso: busto do Imperador, de perfil voltado à direita, cabeça cingida pela *corona radiata.* Da legenda restam ùnicamente as letras GALI, e o próprio busto está parcialmente destruído.

Reverso: relêvo pouco perceptível e mutilado; da legenda restam as letras NSERVA; possívelmente seria IOVI CONSERVA, e o relêvo representaria Jupiter nú, de pé, voltado à esquerda, pois se distingue uma parte do corpo e o cetro.

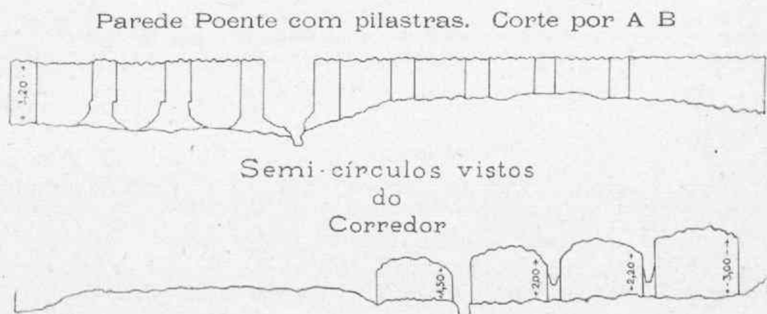


Fig. 12

Pormenores da planta anterior. Escala 1/400.

Desenho do Ex.mo Sr. Abílio Quaresma, da Arrancada

Proveniente dos trabalhos agrícolas realizados há anos junto à cisterna, e recolhida pelo Sr. Dr. António de Pinho e Melo:

Anverso: busto de Roma, de perfil voltado à esquerda, toucado com o capacete ornado e mostrando vestir o manto imperial. Em volta, a legenda VRBS *(ROMA).*

Reverso: a lôba (da fábula), voltada à esquerda, amamentando Rómulo e Remo, sentados debaixo dela, voltados um para o outro. Sôbre ela, um florão. Em baixo, letras que parecem — SCONS.

Atribue-se a cunhagem de moedas destas aos reinados dos Imperadores Constante e Constâncio II (anos 333 a 350, e 323 a 361, respectivamente).

---

(1) Filho do Imperador Valeriano; nasceu em 971 (ano 218 depois de Cristo). Em 253, seu pai associou-o ao império, governando, nessas condições, treze anos; quando Valeriano foi aprisionado, assumiu sòzinho o império, que manteve durante dois anos, ao fim dos quais, em 268, foi assassinado. PÚBLIO LICÍNIO GALIENO era o seu nome completo.

O aparecimento destas moedas reveste-se da maior importância para a cronologia da estação, pois documenta o seu povoamento nos séculos 3.º e 4.º da nossa era; certamente se não virá alegar, em contrário, que elas podem ter sido perdidas lá, séculos depois.

2.º — *outros objectos:*

— *fibula,* ou alfinête de segurança, do tipo de mola enrolada; conserva ainda a sua elasticidade, e vai desenhada, de perfil, em tamanho exacto, na fig. 14, *b*.

— fragmento de qualquer pequeno objecto de uso doméstico, possivelmente *fibula* também, doutro tipo; é constituido por um eixo terminando em botão nas duas extremidades, e por uma espécie de fusilhão que gira em tôrno do eixo; vai desenhado, em tamanho exacto, na fig. 14, *c*.

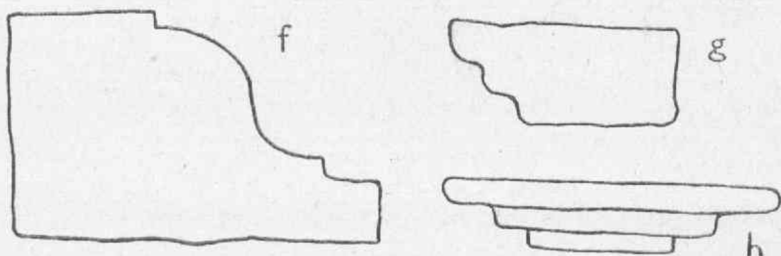


Fig. 13
Material de construção, de arenito

Desenho de ROCHA MADAHIL

— outro fragmento indeterminado, que faz lembrar um pequeno batente de fechadura exterior, de arqueta; mede 40^{mm} de comprido por 10^{mm} de largo mas está incompleto; apareceu quando se procedia ao esvasiamento dum dos bastiões.

— um estilete, ou, possivelmente, um prego para o cabelo *(acus comatoria* ou *crinalis)* com a extremidade que teria sido ornada já carcomida; vai desenhado de perfil e de frente na fig. 14, *d* e *e*, em tamanho exacto (133^{mm}).

c) — bronze:

Um estilete, de arestas facetadas, terminando, a esbater, na extremidade superior, em lâmina *(fig. 14, a);* muito provavel-

mente, um *stylus* destinado a escrever nas *ceræ*, taboínhas revestidas de fina camada de cera, onde se riscavam os caracteres;

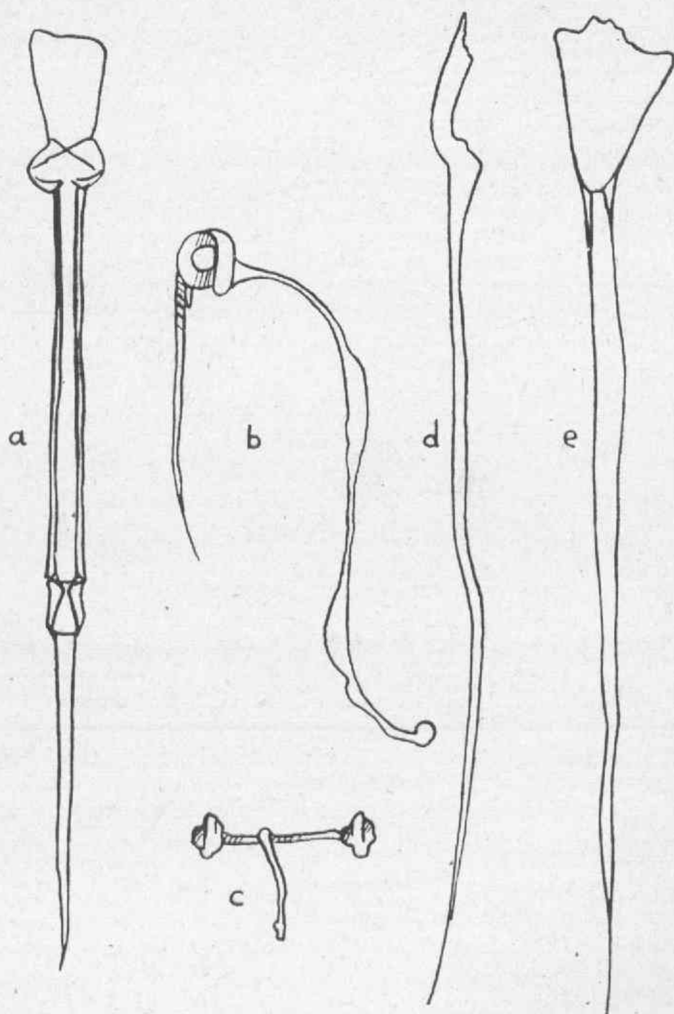


Fig. 14

Objectos metálicos: a, stylus *de bronze;* b, fibula *de mola, de cobre;* c, *fragmento de* fibula *doutro tipo (?), de cobre;* d *e* e, acus comatoria *(?), ou estilete de cobre.*

Desenho de ROCHA MADAHIL

a parte larga do *stylus* servia para apagar a escrita, alisando novamente a camada de cera, que ficava apta a receber nova escrita.

MATERIAL CERÂMICO:

a) — de construção: *Tegulæ* rectangulares, do tipo vulgar em Portugal, mas tôdas fragmentadas, em maior ou menor tamanho.

— *Imbrices*, também do tipo vulgar no nosso país; cobriam as juntas das *tegulæ*. Da mesma forma que para estas dissemos, apareceram ùnicamente fragmentos.

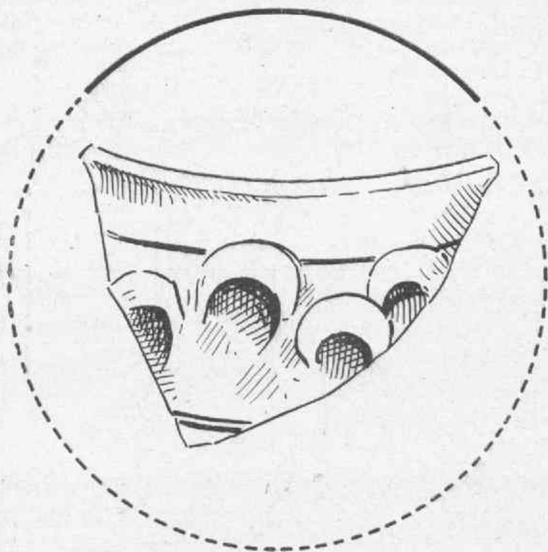


Fig. 15
Fragmento de taça de barro rosado, com ornamentação saliente; cerâmica de importação.

Des. de Rocha Madahil

—Tijolo *(later)* fragmentado também, apresentando impressa a pata dum cão, pormenor muito vulgar, ocorrido na secagem das peças ao sol.

b) — de usos domésticos, e, muito provavelmente, de fabrico local:

— *pondera*, de secção rectangular, e tamanho vário, mas, em média, de $0^{m},10$ de comprimento, e com dois furos para suspensão; empregavam-se na indústria da tecelagem.

— *amphoræ* e *orcæ* de barro claro, muito espessas (15^{mm}); apareceram fragmentos de fundos, de colos, e de asas;

uma asa mede 20cm de comprimento por cinco de largura, e é decorada com um vinco de alto a baixo.

— fragmento de asa com três nervuras; mede 6cm de largo e é de barro fumado; também de barro fumado são outras asas menores, cilíndricas.

— fundos de várias vasilhas, quer pretas, quer encarnadas, cujo estado de desgaste não permitiu o decalque exacto dos perfís, como desejaríamos ter feito e reputamos indispensável para o necessário estudo comparativo.

Tôda a cerâmica encontrada acusa, nitidamente, o preparo das pastas, para o expurgo de matérias estranhas, e o emprêgo da roda de oleiro.

Ao contrário do que acontece no terraço superior e na encosta Nascente, o espólio ceramológico do primeiro terraço apresenta apenas exemplares de superfície lisa, sem ornato inciso nem estampado, e de fundos planos.

No terraço superior é grande a variedade, tanto em data como em ornato, chegando a exhumar-se um fragmento com inscrição incisa onde se lê ...OPPIDA..., o que tudo será oportunamente relatado e estudado.

Cerâmica de importação:

— fragmento de taça, de barro rosado, apresentando reflexos irisados; tem milímetro e meio de espessura; mostra-se na figura 15 em tamanho natural, e o círculo que o envolve reconstitue o bôrdo da peça; a parte traçada a cheio corresponde com exactidão ao fragmento recolhido; pela sua curvatura se determinou o resto.

Os crescentes que o decoram, em duas linhas que certamente circundariam tôda a taça, apresentam forte relêvo, obtido por aplicação individual, devendo excluir-se a hipótese de moldagem.

Numa vitrina da sala romana do Museu de Machado de Castro tive ocasião de ver um fragmento cerâmico proveniente de Conímbriga, de tipo análogo; em vez de crescentes, é decorado com uma espécie de escamas salientes que fazem lembrar uma pinha. Não está classificado.

Na visita que a Junta de Educação Nacional fêz ao Cabeço do Vouga, como adiante se dirá, foi lembrado, pelo Sr. Dr. VIRGÍLIO CORREIA, que o nosso fragmento fôsse de cerâmica de Acci.

Acci, ou *Accitum,* era uma colónia romana de Espanha, da Tarraconense, cujo nome evolucionou depois para Guadix, facto recordado já por GASPAR ESTAÇO nas suas *Várias Antigui-*

dades de Portugal (1.ª ed., pág. 145). Fica na Andaluzia, na província de Granada.

O fragmento é precioso pelas conclusões que permite tirar sôbre o grau de cultura e as relações comerciais do *oppidum*. Louça *arretina*, que noutros pontos do Cabeço apareceu, tanto original como imitação, não se encontrou neste primeiro terraço.

VIDRO:

— fragmento inclassificável de vidro de côr violeta, conservando agarrado um resto de massa branca não vitrificada.

RESTOS ANIMAIS:

— *Molares (?)* dum grande ruminante, a identificar.

— Uma concha de *ostra*, medindo 85 mm de largura e 90 mm de altura.

Chamou a nossa atenção a ausência completa de cinzas, de restos de cozinha, e a escassez do espólio encontrado a-par-de edificações tão notáveis pela sua área, raridade de tipo e perfeição de alicerces e de construção. Parece que a população não habitaria pròpriamente aquêle recinto, que, considerada a vizinhança do santuário cristão medieval que o terá seguido, bem pudera ter sido um grande santuário da época romana (1), afamado nas redondezas, como para o seu sucedâneo se pode documentar.

A escassez do espólio podia encontrar explicação no facto, muito presumível, da povoação não haver sido destruída por assalto, nem os seus habitantes obrigados a abandoná-la precipitadamente; com o andar dos tempos e a pacificação da Lusitânia, os povos do Cabeço teriam descido às férteis baixas que se espraiavam até o Vouga e criariam a povoação da beira-rio, se é que já não existia cumulativamente, para ela trazendo, consigo, os seus utensílios caseiros; nos altos deixariam a acrópole, e o seu santuário. Sabemos, pelo menos, como a povoação do Vouga, no sopé do Cabeço, junto da estrada, das pontes e do rio, tem existência documentada anterior à fundação da monarquia portuguesa e foi de grande importância nos primeiros séculos desta.

Essa explicação, porém, pode ser invalidada pelo resultado de subseqüentes escavações; o recinto não foi ainda inteiramente revolvido, já diremos porquê; e no terraço superior do Cabeço, bem como na encosta voltada ao Nascente, tem aparecido, em sondagens previstas no nosso programa e igualmente levadas

---

(1) Nas escavações chegou-se a atingir a rocha viva, parecendo, portanto, que não é de considerar, *neste ponto da estação*, uma substructura cultural prè-romana.

a efeito pelo Sr. Sousa Baptista, espólio prè-romano, coisa que no terraço subjacente à ermida (se excluirmos os alicerces circulares) não apareceu, e que será devidamente relacionado se a exploração prosseguir. Só no final, conjugando todos os elementos recolhidos, se poderá honestamente concluir; tudo o que por enquanto se diga, além do relato friamente objectivo do que fôr aparecendo, como aqui se faz, assenta em base insuficiente e vem apenas aumentar a confusão. Por nossa parte, pelo menos, teremos o domínio bastante sôbre nós próprios para não precipitarmos conclusões nem aumentarmos inùtilmente o número das hipóteses àcêrca do Cabeço do Vouga.

Não nos deslumbra o achado, nem por êle, ou por qualquer outro, buscamos glória.

O prosseguimento das escavações, donde há-de resultar o esclarecimento do problema local, e, conseqùèntemente, o de tantos outros que lhe andam ligados, depende agora das Estâncias Superiores.

Em 18 de Setembro do corrente ano relatámos o que fizéramos, um pouco mais sumàriamente do que neste impresso, à segunda sub-secção da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação, de harmonia com o disposto na lei; ao respeito que geralmente é devido a esta, acrescia o que a nossa situação de delegados da Junta lhe impunha; concluíamos o nosso relatório nestes precisos têrmos:

«Projectam os dois delegados, que tomaram a iniciativa destas escavações, pôr a descoberto todo o recinto muralhado do Cabeço da Mina, abrir valas de sondagem nas encostas adjacentes, e pesquizar igualmente o alto do Cabeço do Vouga que fica sobranceiro à Capela do Espírito Santo, de tudo dando conta à Ex.ma Junta, e procurando esclarecer os problemas arqueológicos ligados ao local.

Há, porém, a considerar o efeito do próximo inverno nas muralhas agora postas a descoberto; faltas de argamassa como já se encontram, é de prever que se desmoronem; e como interessa conservar o que sumàriamente fica relatado, de tipo ainda não conhecido entre nós, o signatário dêste relatório tem a honra de propor a V. Excelência que:

1.º — Sem demora seja declarado monumento nacional todo o Cabeço do Vouga, centro de notável ocupação luso-romana, encorporando-se na carta arqueológica do País.

2.º — Sejam autorizados os dois delegados aqui referidos a prosseguir nas escavações segundo o plano acima indicado, que poderão pormenorizar, sendo necessário.

3.º — Que pela Ex.ma Junta seja ponderada à Direcção dos Monumentos Nacionais a conveniência de mandar proceder à consolidação e guarda das muralhas agora reveladas, e do conjunto de estações luso-romanas do Cabeço do Vouga.»

Como primeira conseqüência dêste relatório, fêz-se em 15 de Outubro a visita oficial da Junta ao Cabeço do Vouga, tendo-se deslocado expressamente ao local o Sr. Prof. Dr. JOÃO PEREIRA DIAS, que preside, com sábia orientação e notável zêlo, à sub-secção a que os serviços de escavações se encontram adstritos, e o vogal, delegado da Junta, em matéria de Arqueologia, Sr. Prof. Dr. VERGÍLIO CORREIA.

Sabedor de que ao escritor aveirense, Sr. Dr. ALBERTO SOUTO, interessava estar presente, e reconhecendo vantagem científica em reünir no local os mais próximos delegados concelhios da Junta, convidou-o o ilustre presidente a comparecer igualmente, sendo muito de registar a cativante delicadeza com que o Sr. Prof. PEREIRA DIAS se quis prèviamente assegurar da concordância de quem levou a efeito as escavações e as relatara, assentimento que pronta e gostosamente lhe foi declarado, pois não está em nosso espírito fazer reserva alguma (o que seria anti-científico) antes, pelo contrário, tôda a colaboração aproveitável se utiliza — como dêste relatório se verifica — e se agradece.

O Sr. Dr. ALBERTO SOUTO, que assistiu, por conseqüência, a esta visita oficial da Junta, era acompanhado pelo Sr. Tenente comandante da Guarda Fiscal em Aveiro e pelos correspondentes dos jornais *O Século* e *Diário de Notícias* na mesma cidade, desta forma se explicando as notícias publicadas nos referidos jornais em 17 de Outubro do corrente ano, nas quais não houve qualquer interferência directa de quem promoveu as escavações nem de quem as relatou.

A todos foi dado inteiro e pormenorizado conhecimento dos trabalhos realizados, da continuação projectada, e do espólio recolhido que o Sr. Sousa Baptista cuidadosamente conservava em sua casa.

Aguardam-se agora as determinações da Junta ao que lhe foi apresentado e proposto; o que, até aqui, se realizou particularmente, em terrenos que por enquanto são do domínio privado, e exclusivamente a expensas da benemerência dum particular em quem não falece inteligência nem devoção patriótica, é, a meu ver, mais que suficiente para interessar o Estado, sob vários aspectos até.

Das sondagens realizadas no terraço superior à Ermida do Espírito Santo, de que resultou já abundante espólio ceramológico e metálico, revelador de estádios de civilização anteriores aos documentados pelas muralhas e mais achados do terraço que relatamos aqui, projectamos dar igualmente conta ao público, mesmo que tenhamos de nos limitar ao registo dos resultados obtidos na primeira parte desta campanha arqueológica, ainda não oficializada.

E se ao estudo da *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga* se não puderem criar condições de prosseguimento, que, por

vezes, não dependem ùnicamente do real interêsse, mesmo quando incontestável, dos casos sujeitos, resignemo-nos todos e deixemos que o Tempo misericordioso estenda nova camada protectora sôbre as milenárias ruínas, mudas testemunhas de grandiosas pugnas, de pequenas paixões, e de estrutural incompreensão dos Homens.

Outra geração as despertará, talvez então definitivamente, e lhes dará nas páginas redentoras da História a vida que por agora baldadamente teremos procurado proporcionar-lhes, animados apenas de puro interêsse científico e de filial devoção aos *pátrios Lares.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL

ÍNDICE ALFABÉTICO POR AUTORES

Págs

AREDE (João Domingues)
— *José Luciano de Castro e Camilo Castelo Branco* 33

CARRÍNGTON DA COSTA (J.)
— *Os fósseis de Aveiro e algumas considerações geológicas.* . . . 83

CORREIA (Fernando da Silva)
— *A causa da morte da Infanta Santa Joana (uma história clínica do século XV)* 283

FERREIRA NEVES (F.)
— *Uma descrição das Igrejas e Capelas da Freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII* 182

GOMES (Dinís)
— *Costumes e gente de Ílhavo: Um dito do « Ti' Afecto »* 109

LEITÃO (António Nascimento)
— *É a laguna de Aveiro um* Haff ? 175

LEITÃO (Joaquim)
— *Como criei a « Canção do Regresso ».* 259

LUCENA E VALE (Alexandre de)
— *O Convento de Serém* 58

REIS (André dos)
— *Um documento histórico de 1822, de Aveiro* 49

ROCHA MADAHIL (A. G. da)
— *Forais novos do Distrito de Aveiro*
— *Avelãs de Cima.* 66
— *Ois do Bairro* 208
— *Alguns aspectos do trajo popular na Beira-Litoral.* 115
— *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga — I — Terraço subjacente à ermida do Espírito Santo, ou da Vitória.* . . . 227, 313

RODRIGUES DA SILVA (Joaquim)
— *O « Sete Instrumentos ».* 222

SÁ (Manuel F. de)
— *Subsídios para a história de « Duas Igrejas » da Feira* . . . 203

SÁ NOGUEIRA (Salvador)
— *Nau « Portugal »* 5

ÍNDICE

Págs.

Sousa Baptista (Joaquim Soares de)
— *A ponte do Alfusqueiro* 42
— *Fontes de Arrancada*. 217

Souto (Alberto)
— *Um comboio maritimo inglês no pôrto de Aveiro em 1809* . . 39

Tavares (José)
— *Filarmónicas do Distrito* 99, 195

Vasconcelos (António de)
— *Inscrição do Distrito de Aveiro*
— *I — Inscrição lapidar comemorativa da sagração da Igreja de S. Lourenço do Bairro (25 Outubro 1181)*. 55

Vaz Ferreira
— *Terras de Santa Maria — Duas cartas inéditas de doação* . . 76
— *Os donatários de Grijó*. 200

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

Prosseguindo 3
Joaquim Leitão 311
Doutor Fernando da Silva Corrêia 312
Bibliografia 82, 173

GRAVURAS INDEPENDENTES DO TEXTO

ÍLHAVO — *Seca de bacalhau na Gafanha* 310

CORRIGENDA

Na pág. 287, linha 34, onde se lê « cinco anos bebeu », leia-se « cinco anos não bebeu ».

FIM DO 7.º VOLUME

